Jean-Baptiste Duroselle

Todo império perecerá

Teoria das relações internacionais

Tradução de
Ane Lize Spaltemberg de
Seiqueira Magalhães

IMPRENSA
OFICIAL

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 02 Bloco C Nº 78
Ed. OK 2º andar
70300-500 Brasília DF
Tel: (0xx61) 226-6874
Fax: (0xx61) 225-5611
editora@unb.br

Imprensa Oficial do Estado
Rua da Mooca, 1921
03103-902 – São Paulo, SP
Tel: (0xx11) 6099-9446
Fax: (0xx11) 6692-3503
imprensaoficial@imprensaoficial.com.br
SAC 0800-123401

Equipe editorial: Airton Lugarinho (Supervisão editorial); Fátima Rejane de Meneses (Acompanhamento editorial); Mauro Caixeta de Deus (Preparação de originais); Mauro Caixeta de Deus e Sonja Cavalcanti (revisão); Eugênio Felix Braga e Raimunda Dias (Editoração eletrônica); Leonardo Branco (Capa); Elmano Rodrigues Pinheiro (Supervisão gráfica)

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Duroselle, Jean-Baptiste

D964 Todo império perecerá / Jean-Baptiste Duroselle; tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães. – Brasília : Editora Universidade de Brasília : São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2000.
484 p.

Tradução de: *Tout empire périra*

ISBN 85-230-0557-9

1. Relações internacionais. história. I. Título. Magalhães, Ane Lize Spaltemberg de S. II. Título.

CDU 327(09)

O olhar perdido no abismo dos anos lança-se num vôo magnífico, além do tempo e do espaço, para planar no vazio acima das coisas que têm a inferioridade de ser.

(Clemenceau, *L'homme enchainé,* 24 de janeiro de 1917)

Por que você me mata? Como? Você não vive do outro lado do rio? Meu caro, se você vivesse deste lado eu seria um assassino, assim seria injusto matá-lo; mas já que você permanece do outro lado, eu sou um bravo e isso é justo.

(Pascal, *Pensées,* ed. Havet, VI, 3)

Sumário

Prefácio

É raro que um historiador, tendo há poucos anos esboçado uma hipótese teórica, veja subitamente os acontecimentos se acelerarem, adquirindo um perfil de algum modo "catastrófico" que justifique sua hipótese. Meu livro *Todo império perecerá* foi publicado em 1981 pela Publications de la Sorbonne. Esgotado desde 1985, algumas pessoas me pediram para fazer uma nova tiragem. Não é de chamar a atenção que, em face do espetáculo que o mundo nos oferece, eu tenha demorado um pouco para fazê-lo e que, publicando hoje uma nova edição, a cargo da editora Armand Colin, tenha decidido realizar uma verdadeira revisão.

Li no relatório de uma obra publicada pela Éditions ouvrières uma publicidade na excelente revista *Le Mouvement Social: Capitalismes et Socialismes*:

> Há duas palavras-chaves na história desse século. Em nome delas, os homens se enfrentaram, mas também esperaram ou se desesperaram. Hoje, esse combate do século desenrola-se com a vantagem do capitalismo. Uma grande parte dos países onde estavam implantados regimes socialistas se junta à economia de mercado, à apropriação privada de bens de produção e ao lucro.[1]

Não apenas a URSS perdeu seus "satélites" (aí compreendidos numerosos países de além-mar autodefinidos como "marxistas"),

---

[1] J. M. Albertini, *Capitalismes et socialismes, l'histoire abrégée du combat du siècle*, Paris, Ed. Ouvrières, 1991.

mas vários países que ela havia conquistado reinvindicaram ardentemente suas independências. Muitos a conseguiram.

Além disso, a palavra “comunismo”, durante muito tempo elemento de uma “ideologia dominante”, para numerosos intelectuais é amplamente rejeitada. O partido comunista italiano, que durante muito tempo foi o mais importante para o comunismo, mudou seu nome. Em quase todos os lugares no Ocidente, os votos comunistas se encolhem. É o caso da França, em particular. Tudo se passa como se a história, impiedosa, houvesse reduzido a nada os pretensos *axiomas* do marxismo-leninismo, que não eram mais que *postulados*. Foram necessários setenta anos para aniquilar o dogmatismo, a arrogância, o monolitismo, a confiança garantida em uma vitória final e universal, que os bolchevistas haviam instaurado em uma parte do mundo. Tudo se passou como se o ser humano não pudesse suportar o sufocamento da liberdade, o domínio de uma potência estrangeira, a economia ditada por um *Gosplan* e não pelo mercado, em outras palavras, pelas necessidades reais e os desejos das pessoas. Quando pensamos que Khruchtchev, no final dos anos 1950, anunciava que a URSS socialista, a caminho do comunismo, passaria, até 1970, a Europa Ocidental em matéria de economia, e até 1980 os Estados Unidos, ficamos perplexos.

E, finalmente, apesar da manutenção de um poderoso armamento nuclear soviético, não há mais um “mundo bipolar”. A Guerra do Golfo acaba de demonstrar isso claramente.

Em função dessa brusca mutação, eu achei por bem fazer três tipos de modificações:

1) Abreviar trechos ou tentar mostrar a vaidade das teorias monolíticas e de lutar contra o princípio da autoridade, que cega tantos intelectuais.

2) Apresentar um novo desenvolvimento para a morte dos impérios, insistindo no exemplo soviético.

3) Publicar três textos onde certos aspectos de meu livro são discutidos, em diversos sentidos. Agradeço calorosamente a três amigos, professores e renomados especialistas em

relações internacionais, que aceitaram fornecer esses textos. Graças a Marlis Steinert, a Jacques Freymond e a Brunello Vigezzi, meu estudo estará respaldado, revigorado e motivado por um novo dinamismo.

Gostaria de enfatizar mais uma vez os agradecimentos a três eminentes pessoas, infelizmente falecidas: primeiramente e antes de mais nada a Pierre Renouvin. Fui seu assistente na Sorbonne, de 1945 a 1949, e seu sucessor como professor titular em 1964. Graças à doutrina por ele elaborada em sua *Histoire des relations internationales*, livro no qual tive a honra de colaborar, e que acaba de ser republicado pela Éditions Armand Colin, *Introduction à l'histoire des relations internationales,* e graças também à noção de “forças profundas” introduzida por ele em nosso grupo, pode ser considerado nosso mestre. Seus alunos e os meus não constituem uma “escola” – detesto essa palavra que insinua haver uma “escolástica” e anátemas –, mas uma comunidade de historiadores bastante variada. Meu sucessor em Paris I, René Girault, teve a feliz idéia de batizar de Instituto Pierre Renouvin o grupo de pesquisadores que existe desde 1935 na Sorbonne. O conjunto de membros de nossa comunidade reúne-se diversas vezes ao ano no Instituto de História das Relações Internacionais Contemporâneas, o IHRIC, que possui mais de cem integrantes.

A esses devo muito por ter participado de numerosos casos do júri de suas teses e por nos termos beneficiado reciprocamente de conselhos.

No campo da ciência política, devo muito a Raymond Aron, que foi o primeiro a saber sistematizar o conjunto das relações internacionais em conceitos de guerra e de paz, baseado na sua experiência histórica. Seu extraordinário conhecimento dos grandes pensadores políticos e inflexível lucidez permitiram obter um quadro sólido que, atualmente, necessário torna-se detalhar e tornar preciso. O saudoso Arnold Wolfers, praticando um método análogo, também muito me influenciou. Como poderia eu aqui exprimir meu reconhecimento aos colegas do instituto e particularmente a Édouard Bonnefous, chanceler, de quem observei por mais de trinta anos a arte com a qual pratica essa ação política, na qual eu não sou nada além de um teórico? Assim, citarei autores tais como

o economista André Piettre[2] e dois saudosos colegas, o sociólogo Jean Stoetzel[3] e Jean Fourastié.[4] Este foi, por exemplo, o homem da síntese (da contabilidade nacional às ciências humanas e às hipóteses sobre o futuro).

Para a segunda edição, recebi conselhos muito valiosos de meus colegas: do economista Maurice Allais, prêmio Nobel, do professor François Lhermitte, eminente especialista em cérebro. Por outro lado, dois matemáticos gentilmente comentaram certos pontos: meu companheiro da École Normale, o decano Marc Zamansky, e um jovem professor da Universidade de Paris X-Dauphine, Jean-Pierre Aubin, que insistiram sobre a possibilidade aberta aos matemáticos de introduzir o "qualitativo" em seus resultados. Ainda não me sinto capaz de apresentar resultados, mas me alegro pelo futuro que parece abrir-se.

Devo igualmente exprimir meu reconhecimento a vários eminentes colegas estrangeiros, aos cientistas políticos, aos saudosos Waldemar Gurian, Hans Morgenthau, Stephen Kertesz, aos professores Stanley Hoffmann, de Harvard, Nicholas Wahl, da Universidade de Nova York, aos historiadores Gordon Wright, de Stanford, David Pinkney, da Universidade de Washington em Seattle, ao saudoso Mario Toscano e ao professor Enrico Serra, da Universidade de Bolonha. Também me foram muito úteis os trabalhos sobre a paz internacional da Dotation Carnegie, de Joseph Johnson e John Goormaghtigh, e de uma bolsa de estudos Rockefeller que obtive por intermédio de Kenneth Thompson, cuja obra me foi de muita utilidade, sobretudo no que se refere a sistema de valores.

Um pouco antes dessa última edição, Paul Michael Kennedy, um jovem historiador britânico, que foi assistente do célebre teórico sobre a estratégia Liddele Hart, e atualmente ensinando em

---

[2] E principalmente sua extraordinária obra: André Piettre, *Les grands problèmes de l'économie contemporaine*, Paris, Cujas, 1976-1982, t. I: *Où va le capitalisme?* t. II e III, em um volume: *Les pays socialistes. Le tiers monde.*

[3] Li, desde minha juventude, sua clássica *Théorie des opinions,* Paris, PUF, 1943; mais tarde, sua *Psychologie sociale*, Paris, Flammarion, 1963, etc.

[4] Presidente da Académie des Sciences Morales e Politiques em 1978, ele deu seu parecer sobre vinte e quatro trabalhos sobre a condição humana, que se encontra no número de fevereiro de 1981 da *Revue des Sciences Morales.* Muito me inspirei aí e também em seus livros.

Yale, publicou em Londres, em 1988, depois de vários outros trabalhos, o importante livro *The rise and fall of the great powers. Economic change and military conflict from 1500 to 2000.* Por meios diferentes dos meus, ele chegou a conclusões semelhantes.

Na França, na Fundação Nacional de Ciências Políticas, os trabalhos do Centro de Estudos de Relações Internacionais (Ceri), dirigido por mim durante dez anos com Jean Meyriat, fundado graças ao apoio de outros amigos, como Jacques Chapsal, administrador e secretário-geral da Fundação Jean Touchard, abriram-me muitas perspectivas.

Porém, presto uma homenagem muito particular a meu amigo Jacques Freymond, de Genebra. Foi com ele e sua excelente equipe, associada ao IHRIC, que fundamos, em 1974, a revista *Relations Internationales*. A análise dos fenômenos atuais, chamada por ele de "diagnóstico da situação", conduzida com um método incomparável, inspirou-me constantemente nesta obra de teoria baseada na história. Há a necessidade, quando alguém se lança com certa audácia em uma obra de clarificação, de se sentir apoiado por personalidades vigorosas e encorajado pela simpatia dos outros.

J.-B. Duroselle

Introdução

Uma teoria baseada na história

 expressão "teoria das relações internacionais"[1] goza de certo prestígio, pois ela faz supor que certos iniciados conhecem o segredo das coisas, e fornece um certo contraste propício às mais absurdas manipulações.

Se as ciências humanas possuíssem as mesmas propriedades que as ciências naturais, tudo se tornaria claro. Saber-se-ia ser necessário, em nome de certas hipóteses, proceder por meio de observação, experiência e cálculo: dessa forma, encontrar constantes e leis, o que seria feito pouco a pouco; o atraso na física e na química, assim como na meteorologia, por exemplo, apenas é explicado pela grande complexidade dos dados. Munidos de algumas leis sobre as quais todos estarão de acordo, os especialistas alicerçariam novas hipóteses, cujo leque daria uma boa explicação de conjunto. Isso seria a teoria. O que seria a verdade de todas as ciências do homem seria conseqüentemente aquela cujo objeto são as relações internacionais, expressão que merece uma definição rigorosa, mas na qual pode ser visto claramente, logo de início, o que significa.

Estou convencido de que essa analogia é bastante falsa e que fizemos mal em empregar a mesma palavra "ciência" para duas coisas de naturezas diferentes. Certamente, o objetivo é o mesmo:

---

[1] Cf. meu artigo, já antigo: "L'étude des relations internationales. Objet, méthodes, perspectives", *RFSP*, outubro-dezembro, 1952, pp. 676-701.

descobrir a verdade objetiva, e conseqüentemente, com todas as suas forças, lutar contra o preconceito, o erro, as fraquezas dos sentidos e do espírito, as paixões que cegam, os dogmas *a priori*.

Mas não se pode tratar do mesmo modo os domínios da matéria, da vida e do espírito humano.

Como todas as ciências humanas, a teoria das relações internacionais não pode, atualmente, nem poderá por longo tempo, ultrapassar *o estado empírico*. A razão é simples. O cérebro humano, com seus milhares de células, ainda é bastante desconhecido. Em particular, todos os especialistas[2] em cérebro afirmam que, dado o estado atual de nossos conhecimentos, é completamente impossível diferenciar a parte nata da adquirida no comportamento dos homens. O único ponto seguro é que tanto uma quanto a outra desempenham um papel. A hipótese do cérebro "cera mole", onde o ambiente social será o único responsável pelos nossos destinos, é tão falsa quanto aquela que atribui a fatores de nascença a totalidade das potencialidades humanas. Aqueles que por razões políticas afirmam soberbamente sua escolha a favor de uma ou de outra dessas duas teorias são todos pelo menos sub-Lyssenko.

Então, enquanto não se souber por que os 15 a 80 milhões de células cerebrais fazem do homem um ser *essencialmente* diferente do chimpanzé, que possui de 4 a 8 milhões, não será possível enunciar uma verdade científica global sobre o pensamento e as ações humanas. Finalmente, segundo François Lhermitte, esse número de células tem muito menos importância que as sinapses ou ligações, muitas vezes chegando a 100 mil por célula!

Da mesma forma, a medicina continua empírica, ignorando a origem microbiana ou viral das doenças e a biologia celular. Contudo, a medicina empírica chegou, por um lado, a um conhecimento descritivo detalhado do corpo humano e, por outro, ao estabelecimento de alguns remédios seguros, portanto a leis dispersas e fragmentadas.

---

[2] Utilizo aqui vários trabalhos e propostas de Pierre Grassé e de François Lhermitte, notadamente suas comunicações com a Académie des Sciences Morales e Politiques. "Usuário" e não especialista, o historiador deve explorar os resultados em certos ramos, de tempos em tempos. Consultei, por exemplo, o nº 3, 1978, da revista *Dialogues*, notadamente um artigo de Seymour S. Kety, "La biochimie et les maladies mentales".

Na época em que escrevi, as ciências humanas, estudadas por dezenas de milhares de pesquisadores e sábios, haviam atingido um enorme desenvolvimento *descritivo e metodológico.* Nesse sentido, seu saldo é totalmente positivo. Não apenas do grupo humano, do comportamento individual ou coletivo, que foi minuciosa e meticulosamente estudado, descrito, classificado e interpretado.

Entretanto, tem-se a impressão de um balbuciar. Então, como no caso da física, da química, da biologia, uma lei é uma lei e aporta necessariamente unanimidade, aqui, as raras "leis aproximadas", "leis estatísticas", "quase-leis", propostas por alguns, são rejeitadas por outros.

O historiador, contrariamente ao que crêem muitos de nossos contemporâneos, não há por que se humilhar diante do científico. Na realidade é o único que pode discutir sobre um dado completamente singular a que chamamos *acontecimento.*

Falarei de *acontecimentos* e não de *fenômenos.* A etimologia agrupa aqui o emprego corrente, o científico e o filosófico.

O *fenômeno* é objeto da ciência em geral. É percebido pelos nossos sentidos, direta ou indiretamente (por meio de máquinas, os painéis que transformam coisas imperceptíveis em sinais visuais ou sonoros). A princípio, a queda de um corpo é independente do tempo, pois obedece às mesmas regras tanto na época madaleniana, sob Carlos Magno, quanto hoje em dia. Ou ele incorpora o tempo matemático – o movimento dos astros, o derretimento das geleiras ou os coeficientes das marés.

O *acontecimento* é um fenômeno, pois é igualmente objeto de estudo científico. Porém ele é *datado e, conseqüentemente, único.* A queda de uma maçã é um fenômeno. A queda da maçã, vista por Newton, é um momento extremamente preciso, é um acontecimento. A etimologia diz: "aconteceu". Ocorrerão talvez centenas de milhares de fatos parecidos: a queda de outras maçãs. É o mesmo fenômeno. Em todos os casos, percebidos pelos homens, serão milhares de acontecimentos.

Dizemos também que, para haver um acontecimento, é necessária uma ligação com o homem. O que realmente se passa em determinado planeta de um sistema de uma galáxia desconhecida não se tornará um acontecimento se não for percebido algum dia por alguém.

O acontecimento, sempre singular, a coletânea de acontecimentos, a seqüência de certa categoria de acontecimentos determinados pelo ser humano, tudo isso é o objeto do estudo histórico. *Não há história sem acontecimentos. A história trata de acontecimentos.*

Gostaria aqui de terminar, por minha parte e de uma vez por todas, com a expressão "história de acontecimentos". Além de essa palavra ser muito feia e de ter sido concebida com uma finalidade de denegrir, introduz por si mesma uma idéia falsa, a de que poderá haver uma história que não trate de acontecimentos. É uma atitude muito pouco filosófica, ou, se preferirmos, impensada.

A partir do momento em que um acontecimento se produz, ele entra no passado, é absorvido e desaparece para sempre. Pobre ser humano limitado em meus sentidos, sou testemunha apenas de uma ínfima parte dos acontecimentos que se produzem, a cada instante, dentro do universo. A ciência permitiu progressivamente, através de um longo caminho, por telegrama ou telefone, rádio ou televisão, saber imediatamente ou em alguns centésimos de segundo fenômenos distantes. Todavia, sou incapaz de saber se alguma sabotagem alterou a mensagem recebida por mim.

De toda forma, um segundo depois, tudo é passado, desaparecido, congelado para sempre, uma coisa que teve o seu lugar mas que não poderá ocupar outro lugar.

O acontecimento pode deixar traços – um incêndio, um osso quebrado e consertado, um processo verbal escrito – ou então pode também não deixar traço algum – uma proposta verbal: *verba volant*. Registra-se na memória ou pode-se deformar, desaparecer. A memória desaparecerá de toda forma com a morte.

A atitude humana em face dos acontecimentos passados varia muito. O criminoso, o corrupto e o mentiroso procuram apagar os traços de seus atos, com o objetivo de criar pistas falsas. Outros, mais freqüentes, buscam recordar um acontecimento passado com a finalidade de torná-lo conhecido no futuro. O retratista, o gravador de inscrições, o narrador desempenham esse papel com maior ou menor perfeição. A escrita, depois a imprensa, e hoje a memória dos computadores aumentaram, de maneira formidável, a possibilidade de evocar acontecimentos passados e com uma precisão

crescente. Também a fotografia, o cinema, a invenção do disco, etc. Alguns o fazem como tarefa, têm mesmo como profissão assegurar essa salvaguarda: os arquivistas, os museólogos, os responsáveis por bibliotecas, discotecas, fonotecas, cinematecas, etc. Como também os cronistas, os analistas, os autores de jornais (diários) e, notadamente, os autores de memórias, que escrevem posteriormente.

Paralelamente aos que conservam a memória, estão aqueles que, a partir desses traços, reconstituem os acontecimentos e a sua seqüência. Se sua única preocupação é a procura desse aspecto da verdade objetiva que é o passado congelado e desaparecido, podemos classificá-los de historiadores. Mas, ao lado dos historiadores, outros homens fazem um esforço semelhante. O policial que faz uma investigação, o magistrado e o juiz tentam reconstruir a verdade objetiva do passado com a intenção de sancionar uma lacuna da lei. O bom jornalista e o repórter digno desse nome atuam do mesmo modo, principalmente sobre acontecimentos recentes, para que o público seja informado. Em numerosas profissões, o conhecimento dos acontecimentos passados é uma necessidade constante.

Em resumo, pode-se diferenciar o autêntico historiador que reconstitui o passado com o objetivo puramente científico dos homens de ação que o reconstituem com finalidade prática! Mas se esses últimos agissem honestamente, eles empregariam os mesmos métodos: busca de testemunhas, traços e provas. Visto sob o ângulo do método, seu trabalho é histórico. Não é toda a história.

Toda antropologia simples – estudo dos diversos tipos de atividades humanas – mostra que grande parte de sua vida é dedicada a atividades não racionais. Ora, o objeto de nosso estudo é o homem. Estudar um homem artificial que terá apenas a razão humana seria constituir uma ciência artificial, não correspondendo a nada.

É melhor, de uma vez por todas, compreender que as ciências humanas *não devem seguir* o modelo das ciências naturais; e que se deve procurar para elas um método próprio. *A verdade científica, qualquer que seja o objeto, é racional. Devemos, pois, estudar cientificamente o homem; este, porém, é uma mistura de racional e irracional.*

Dentre os esforços dispensados para chegar a uma ciência das relações internacionais, algumas pessoas acreditam que a história é

de pouca importância[3] e que os modelos abstratos podem ser a ela incorporados ou mesmo substituí-la. Por exemplo, partindo de um método matemático, a "teoria dos jogos". Organizam-se "jogos diplomáticos" em que são apresentados casos imaginários em situações imaginárias entre potências reais, ou mesmo entre potências imaginárias, em que os "atores" reagem a essas situações por meio de uma série de decisões. Visto como diversão para diplomatas, como exercício útil, o "jogo diplomático" é justificável. Porém se, da maneira como se desenrola o jogo, crê-se poder criar seja regras, seja alguma visão do futuro, então se cai na pura imaginação. Trata-se de "modelos" construídos artificialmente, além da "teoria dos sistemas". Certamente existe uma nobre ambição para justificar a unidade da ciência para esse último método. Um sistema, escreveu Jacques Lesourne, é "um conjunto de elementos interligados por um conjunto de relações". Nesse nível elementar, e com o cuidado de não negligenciar o aleatório, próprio do homem, as relações internacionais, em seu todo ou em partes, em um determinado momento ou por determinada duração, são realmente

---

[3] Para citar alguns exemplos recentes, o excelente livro de Kenneth N. Waltz, *Theory of international politics,* Reading (Mass.), Addison-Wesley, 1979, tem em sua bibliografia 329 títulos (artigos e livros). Com esse nome, além de Tucídides e cinco referências a memórias de homens de Estado, contei quatorze livros e dois artigos escritos por historiadores, quase todos livros de síntese e não de originais.

Em James N. Rosenau, *The scientific study of foreign policy,* Nova York, Free Press, 1971, sobre 582 notas, fazendo referência a centenas de trabalhos (praticamente todos americanos!), encontram-se quatro obras históricas de síntese e não de originais (Almond, Kennan, Beard, Palmer) e cinco livros ou artigos, citados de uma a seis vezes cada um, sobre acontecimentos, todos concentrados entre 1948 (cerco de Berlim) e 1956 (Suez).

Em Johan Galtung, *Essays in peace research,* Copenhagem, Christian Elgers, 1975, três volumes publicados, sobre as 381 notas do t. II, *Peace, war and defense,* nenhuma obra histórica é citada. No t. I, *Peace: research, education, action,* o fenômeno da agressão é estudado em sete obras (nº 7 do cap. I). São todos estudos "teóricos" sobre a agressão. Nenhum trabalho contando e explicando as agressões reais é mencionado.

Além disso, esses dois autores parecem se desinteressar do *movimento* histórico, pois negligenciam o que se passa antes de 1945 (cf. nossa parte IV).

sistemas. Porém, em nível elevado, definido pela incessante criação, não se notam mais semelhanças com os sistemas físicos.[4]

Além disso, os construtores de modelos artificiais são incapazes de fazer outra coisa além de utilizar, consciente ou ilicitamente, dados que conhecem porque estes foram fornecidos pela "história". Mas o fato de não lerem muito obras históricas, e sobretudo de não conhecerem *as obras nos originais,* que trabalham o conjunto da realidade com o objetivo de distinguir os acontecimentos significativos, priva seus autores de uma fonte insubstituível. Certamente, é essencial saber o que os grandes pensadores políticos – Maquiavel, Pascal, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Clausewitz, Marx, Lenin, etc. – anteciparam e fizeram descobrir.[5] Para os pensadores menos importantes, o esforço é menos necessário. É nesse limiar que aparece a glosa.

Lembro-me da piada de um eminente especialista americano em relações internacionais, Morton Kaplan.[6] Perguntei a ele quais outros especialistas americanos pareciam-lhe mais importantes. Ele me respondeu que não os lia, para que, por um lado, tivesse seu pensamento mais livre e, por outro, para não perder tempo.

Como nossa obra desenvolve, do início ao fim, a idéia de que o estudo científico das relações internacionais só pode ser baseado na matéria fornecida pela história, não insistirei mais nesse ponto.

---

[4] Retorno a uma notável conferência de Jacques Lesourne, "La notion de système et les sciences sociales: une prudente espérance" (3 de outubro de 1977, na Académie des Sciences e na Académie des Sciences Morales et Politiques). Melhor que citar uma enorme bibliografia, prefiro retornar ao divertido artigo de Frédéric Ténière-Buchot, "Le point sur l'analyse des systèmes", em *Futuribles 2000*, fevereiro de 1979, pp. 2-57. "L'approche par les systèmes est bonne fille et donne lieu à des citations bibliographiques prolixes". Noto que sobre os 159 nomes citados pelo autor, pp. 56-57, não aparece *nenhum historiador de originais*. Apenas aparecem Toynbee e Pirenne, homens de síntese.

[5] Ninguém, em relações internacionais, fez melhor que Raymond Aron. Seria necessário citar vinte de seus livros. O mais importante, aqui, é *Paix et guerre entre les nations*, Paris, Calmann-Lévy, 1962 (N. do R.: Editado no Brasil pela Editora Universidade de Brasília, 1979, com o título *Paz e guerra entre as nações*).

[6] Cf. seu livro, que se tornou clássico, *System and process in international politics*, Nova York, Wiley, 1964.

Acontece que a maioria de minhas leituras consiste de obras históricas no original, portanto as circunstâncias fazem com que eu não ignore completamente os trabalhos de pesquisadores americanos em relações internacionais.[7] Estou convicto de que, quanto mais eles se aproximam dos acontecimentos, mais suas obras são fecundas. Quanto mais eles constroem abstrações sem conhecimento dos processos reais, mais se tem a impressão de um castelo de cartas, varrido pelo mais fraco dos ventos, ou, como diz Jacques Freymond, "armadilha para conceitualizador".[8]

Por outro lado, o que conta não são apenas os acontecimentos *atuais*, mas também a evolução, a corrente, indispensável para constatar as continuidades, as criações e a eventual existência de *regularidades* (cf. posteriormente parte V, capítulo 15).

Isso leva imediatamente a uma reflexão sobre o problema que apaixona os historiadores atuais: o *quantitativo* e o *qualitativo.*

Acontece que um historiador de relações internacionais, como eu me esforço para ser, tem muito menos recursos quantitativos que um historiador econômico ou que um historiador social. Esses, em todos os aspectos essenciais, que se podem chamar "as forças" (cf. posteriormente parte III, deste volume), são grandes conjuntos de homens e, conseqüentemente, *todas as possibilidades de análise quantitativa devem ser exploradas.*

Contrariamente, tratando-se de diplomacia, de estratégia, de gestão do comércio e de investimentos internacionais, o processo de decisão não deriva de forças únicas. Deriva igualmente do "cálculo" de um pequeno número de homens (cf. posteriormente parte II). Esses homens são muito pouco numerosos para serem objeto

---

[7] A melhor análise que conheço de seus trabalhos – até 1972 – é uma obra que o ministro das relações exteriores italiano preparou para um colóquio de seus diplomatas, ao qual fui convidado. Sob a direção do professor Giovanni Sartori, uma equipe composta por Fulvio Attina, Alessandro Bruschi, Giovanni Maria de Simone e Umberto Gori redigiu um livro insubstituível, *Metodi e techniche di analisi delle relazioni internazionali.*

[8] Ver o comentário de Jacques Freymond em um artigo da revista *Relations Internationales.*

de um estudo estatístico. Finalmente, há no mundo atual aproximadamente 190 Estados. E, observando de perto, essa palavra abrange realidades onde as analogias chocam menos que as diferenças (por exemplo, entre a China e as Seycheles, entre os países da Europa Ocidental e o Tchad). Enfim, os grandes acontecimentos globais são tão raros e tão diferentes para permitir adotar tranqüilamente tais métodos.[9]

Mesmo se o historiador – e o teórico – em relações internacionais seja menos estimulado que outros para quantificar, é preciso que ele reconheça algumas regras simples:

1) *É necessário quantificar tudo que seja mensurável, quer dizer, que possa ser relacionado com unidades de grandeza* (assim os preços, a tonelagem dos navios, a potência de fogo dos canhões, os fluxos comerciais, etc.).[10]

2) Desde o aparecimento do homem, o qualitativo está presente. Qualitativo significa "singular". Mas existem numerosos casos em que os fenômenos qualitativos são mensuráveis. Por exemplo, cada procriação, por ela conter uma parte de instinto, de elementos filosóficos e um certo raciocínio no caso do planejamento familiar, é um ato altamente qualitativo. Mas pode-se contar o resultado das procriações, quer dizer, o número de homens, dividi-los em todos os tipos de categorias e estudar matematicamente seus grupos para chegar a conclusões. Há aí, como diz Antoine Prost, "pertinência do ressenceamento".[11]

---

[9] Sobre a dificuldade inextrícavel que existe para enumerar grupos complexos de acontecimentos, basta tomar o exemplo das guerras.
Gaston Bouthoul e René Carrère, *Le défi de la guerre*, 1740-1974, Paris, Presses Universitaires de France, 1976 (Prefácio de Jean Fourastiè).
Cf. também Gaston Bouthoul, René Carrère e Jean-Louis Annequin, *Guerres et civilizations*, Paris, Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1979.

[10] Cf. Gonard (coronel comandante do Corps Samuel), *La recherche opérationnelle et la décision*, Genebra, Droz, 1958.

[11] Da cativante brochura *Table Ronde: histoire et informatique*, Paris, École Normale Supérieure, março 1980, sob o patrocínio do Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine, do Institut d'Histoire du Temps Présent e do CNRS, p. 11.

3) É *um quantitativo mais incerto, que deve ser manipulado com prudência, derivando da analogia*, que não é mais a identidade e que supõe, por parte de quem quantifica, uma tomada de posição e uma definição precisa: nós vimos isso no que se refere às guerras. Alguns fenômenos individuais (por exemplo: o crime passional) ou coletivos (por exemplo: a greve, as batalhas, ver o estado da opinião pública sobre um determinado caso) podem ser submetidos a um tratamento quantitativo. Mas os resultados estão longe de apresentar um caráter de certeza absoluta.

4) O qualitativo não contável, imensurável, pode algumas vezes ser *avaliado*. Porém, nesse campo, as cifras não representam quase nada. Retornaremos a esse problema quando evocarmos a idéia de "potência" ou a de "risco" (cf. posteriormente parte II, capítulo 6).

5) Enfim, existe um *qualitativo puro*. Antoine Prost[12] redu-lo ao qualitativo *individual*. Se o indivíduo, em conseqüência de um complexo processo coletivo, dispuser do poder, tal qualitativo entra para a história e pode criar perturbações eventualmente grandes (exemplo, a influência da "personalidade" ou de uma opinião precisa de um presidente americano ou soviético de apertar ou não o famoso "botão" atômico).

Nesse último caso, *toda classificação é subjetiva e, como tal, é um ato qualitativo do quantificador.*

Ora, a essa qualidade irredutível, de natureza individual, somam-se qualidades irredutíveis de caráter coletivo (o moral de um exército, a noção de insuportável, a ferocidade de certos homens ou grupos, etc.).

Também li, com alegria, essas frases de François Jacob, sobre a pretensa medida de um "coeficiente intelectual", o QI:

> Como podemos desejar quantificar o que se chama de inteligência global – que não chegamos nem mesmo a definir claramente e que compreende elementos tão variados quanto a representa-

[12] *Op. cit.*, p. 15.

ção que se faz do mundo e das forças que o regem, a capacidade de reagir a conjunturas variadas em condições variadas, a amplidão de seus intuitos, a rapidez de conseguir todos os elementos de uma situação e tomar uma decisão, a capacidade de medir as conseqüências de uma decisão, o poder de distinguir as analogias mais ou menos escondidas, comparar o que à primeira vista não é comparável e ainda muitas outras qualidades – como podemos desejar quantificar um tal conjunto de propriedades tão complexas por meio de um valor simples, variando regularmente ao longo de uma escala de 50 a 150? Algumas pessoas parecem acreditar que, para haver um passo científico, é suficiente medir não importa o que, e depois enfiar os dados obtidos no computador (*Le Monde*, 11 e 12 de fevereiro de 1979).

Antes de abordar o esboço teórico que pode formular o historiador, deve-se afirmar categoricamente que *são atitudes condenáveis, em nome da ciência, mas de que estamos infestados, no último quarto do século XX, por causa da política.* Não persegui-las, não eliminá-las, é querer se esconder em uma concha, é condenar as ciências humanas a não progredir. Nós evocaremos quatro desses "fantasmas".

O pseudocírculo vicioso

O excesso de explicações para a luta de classes conduz ao seguinte tipo de raciocínio: as ciências dos homens diferem das outras nas quais nós somos o objeto. Ora, cada homem pertence a uma classe social da qual ele é a expressão, quer dizer, da qual ele adquire preconceitos. Então, uma ciência do homem estudada por um burguês será uma "ciência burguesa", e não "a ciência". Dito de outra forma, nenhuma ciência humana pode ser objetiva. Conseqüentemente, é a ciência de campo destinada a conduzi-lo – o proletariado – que é a única ciência. Os únicos sábios são os partidários convencidos do proletariado e de sua "vanguarda".

Alguns, como Lyssenko, foram mesmo mais longe e aplicaram essa formulação nas ciências naturais, com o sucesso que sabemos.

Para o ingênuo, para o que subjuga a força, o raciocínio acima é inoportuno e sem precedente. Encontra-se fechado dentro de um círculo vicioso de onde não ousa sair. Peguemos o historiador. Ou então ele se lança no movimento e declara que apenas a vanguarda do proletariado tem razão. Então a ciência é a emanação do proletariado e de sua vanguarda. Ou então, como a dita vanguarda declara que o proletariado está cientificamente destinado a triunfar, deve-se acreditar nela, segui-la e encorajá-la. Se, intimamente, não se pode deixar de pensar que a vanguarda do proletariado pode muito bem se enganar, tanto quanto a retaguarda da burguesia, então esse sentimento ruim deve ser calado, e fingir crer na infalibilidade, assim como os verdadeiros jansenistas praticavam a austeridade sem saber se a predestinação divina já não os havia condenado aos sofrimentos eternos.

Que, politicamente, tal atitude seja inteligível, é evidente. Que, cientificamente, ela tenha algum valor, é o que se deve realmente constatar. Se houvesse uma "ciência burguesa" e uma "ciência proletária", não haveria nenhum tipo de ciência. Ora, há uma ciência, que é baseada sobre a evidência, sobre a verdade. O que é verdade não é o que favorece a vitória do proletariado, é o que é evidentemente. "Eu acredito que dois mais dois são quatro, Sganarelle, e que quatro mais quatro são oito."

Sabemos muito bem que somos crivados de preconceitos. Em face desses preconceitos, a única atitude científica possível é lutar com todas as nossas forças para descobri-los rapidamente, para em seguida livrarmo-nos deles e dar o melhor de nós mesmos. Porém, que o único meio de eliminá-los seja adotar cegamente, *perinde ac cadaver,* um outro sistema de preconceitos monolíticos que será imposto afirmando que eles são científicos, eu contesto totalmente.

Primeiramente, no mundo atual, a imensa maioria das descobertas científicas (armamento e espaço particularmente excluídos) passa-se nos países ditos liberais. O acadêmico soviético Sakharov demonstrou bem por quê: a sujeição, o segredo, a obrigação de obter necessariamente autorizações de uma burocracia exclusiva-

mente política paralisam a pesquisa. Em matéria histórica, toda literatura cuja finalidade não é descobrir a verdade, mas demonstrar, por exemplo, que a URSS sempre teve, tem e terá razão, pode ser considerada como insignificante (salvo em um ponto: ela é uma fonte admirável para conhecer os preconceitos existentes ou impostos dentro de um sistema totalitário).

Constata-se com alegria que, desde que não sejam paralisados pelo poder político, os historiadores partidários de doutrinas marxistas e leninistas e politicamente membros "do partido" substituem facilmente o raciocínio do círculo vicioso (nós possuímos a verdade) por um raciocínio científico: o marxismo e o leninismo, que, como todas as grandes explicações, são baseadas em postulados. A única demonstração dos postulados, dizem eles, é o desenrolar dos acontecimentos. Estamos demasiado próximos dos acontecimentos para estabelecer se postulados são verificáveis, porém há uma grande possibilidade de que sejam.

Por exemplo, nunca antes de 1917, a população, sem os benefícios do capital, era, em 1938, o conjunto da URSS; em 1949, são agregadas outras conquistas soviéticas diretas, toda a Europa do Leste, a Coréia do Norte e a China. Posteriormente, juntam-se o Vietnã, o Camboja, o Laos e Cuba, mais uma auréola de Estados "progressistas".

Reconheço muito bem que tal movimento possa parecer como o começo de uma demonstração de postulado. Mas como, por outro lado, o movimento tomou sentido contrário e não terminou, toda extrapolação permanece altamente hipotética, e, além disso, pode-se perguntar se o sucesso obtido em setenta anos derivou da verdade doutrinária ou da força acumulada. Haja vista que, em nossos dias, as bases do sistema estão a ponto de desmoronar-se: a não-contradição entre Estados socialistas, a conduta da "revolução" pelo proletaridado industrial, a proletarização das classes médias, a capacidade dos novos regimes ultrapassarem os antigos em matéria de produção e de nível de vida, sua capacidade de invenção científica e mesmo a primazia da luta de classes como motor da história. Poucos anos foram suficientes para que os pseudodogmas se desfizessem.

A escolástica e a glosa

Sorrateiramente, a escolástica é o pior inimigo da ciência, tanto que ela se prende a uma evidente necessidade humana: como eu não posso ter mais que uma parcela dos conhecimentos humanos, por toda imensidão do restante, devo acreditar no que me dizem os outros homens. Além do mais, mesmo sendo eu criador, o pouco que consegui foi mediante o ensinamento – oral ou escrito – de outros homens, minha contribuição representa uma ínfima parte do patrimônio.

Observa-se que pode ocorrer aqui uma passagem sub-reptícia: certos homens conhecem tais aspectos da verdade. Então, será deles que eu as tirarei. Conhecer mais e mais seus pensamentos me poupará de pesquisá-los. É assim que, em épocas de aparente declínio intelectual, apegamo-nos aos "antigos": Aristóteles para a filosofia, Hipócrates e Galeano para a medicina, Vitrúvio para a arquitetura, etc.

Tendo estudado com paixão a filosofia segundo os métodos críticos que eram utilizados nos cânones de antes da guerra, pelos quais se ensinava aos alunos a pensar por si mesmos e pelos quais não se tentava incutir um sistema, mais tarde estive em contato com métodos completamente diferentes. Inicialmente, em uma universidade católica americana onde eu ensinava história, aprendi que se deve ser tomista. São Tomás, genial discípulo de Aristóteles, detinha toda a verdade. Também, o ensino da filosofia não era uma formação do pensamento, mas o estudo do que havia dito São Tomás, e mesmo do que ele teria dito em face de acontecimentos que não presenciou. Da crítica, recorreremos ao livro de receitas. Apresso-me em acrescentar que dois anos após, sob o impulso de um novo reitor de extraordinária capacidade, a mesma universidade, mesmo continuando católica e tomista, saiu brilhantemente dessa escolática paralisante.

Conheci igualmente, em uma universidade alemã, um professor que ensinava gravemente *die gesamte Philosophie in vier Jahren* – o conjunto da filosofia em quatro anos. Calmamente, esse homem doutrinava por meio do seu próprio pensamento uma juventude estudiosa, indubitavelmente sem má-fé, pois ele pensava ser possuidor da verdade.

Com o marxismo-leninismo adotado pelo partido disciplinado e por Estados totalitários (onde se ensina, dogmaticamente, essa única filosofia), a escolástica produziu um retorno maciço à *intelligentsia* notadamente francesa (o fenômeno, bem perceptível nos Estados Unidos, é aí muito mais disperso e muito menos denso).

Toda doutrina, toda ideologia altamente intelectualizada produz heresias. A discussão intelectual entre ortodoxos e heresiarcas sempre alcança um alto índice de sutileza. A doutrina, tendo sido tirada de textos, deve justificar o que é dito nesses textos, que assumem irresistivelmente a figura de *livros santos.* Abaixo deles, menos seguros, porém bastante respeitados, encontram-se os *Pais da Igreja.* Também, abaixo de Marx, Engels e Lenin, encontram-se Rosa de Luxemburgo ou Stalin. Aos arianos, nestorianos, pelagianos e semipelagianos, monofisistas, monotelitas sucederam os trotskistas, maoistas, guevaristas, castristas e outros, eles próprios divididos em numerosos segmentos.

De tudo isso, resulta um incrível esforço do tipo teológico, quer dizer, construído sob uma atitude não científica: a verdade é conhecida. O essencial é, então, não a busca da verdade com atitude resolutamente crítica, mas procurar o que os autores dos textos realmente quiseram dizer. Finalmente, discute-se o sexo dos anjos, enquanto o verdadeiro problema é o de saber se Deus existe; ou melhor, forçar a "verdade" dada pela doutrina aos fatos infelizes que, em regra, resultam muito malconduzidos. Aquele que, fora do sistema, busca a verdade por meio de fatos e não por meio de textos, sofre dois tipos graves de aborrecimentos: se ele vive em um país de sistema totalitário, é punido: pelo menos perde seu lugar – o que permite além do mais reservar os lugares de ensino ou de pesquisa àqueles que, sinceramente, para garantir seu pão, são totalmente adeptos da doutrina. Ou, se ele vive em um país com forte *intelligentsia* escolática, não há discussão para saber se o que ele diz é verdadeiro ou falso; acusam-no de traição, ofendem-no, explica-se sua pesquisa pela "ciência burguesa", em suma, pratica-se essa forma de ação altamente degradante chamada "terrorismo intelectual". Isso consiste em jogar, sobre o audacioso que pesquisa uma verdade nos fatos e não em textos sagrados, o silêncio, a indiferença, ou, ao invés disso, o desprezo, a injúria.

Uma das razões pelas quais as ciências humanas evoluem tão lentamente provém dessa atitude escolástica, muitas vezes protegida pelo braço secular, e sua conseqüência, a *glosa*.

A glosa consiste em comentar os textos e não em buscar a verdade objetiva. Notemos, de início, que é uma forma de pesquisa extremamente fecunda em um ponto: o que quis dizer tal autor, tal pensador? Quais foram os processos intelectuais? Como evoluíram? Se for realmente um grande homem, os resultados serão interessantes, pois os grandes homens são os que criam, é necessário penetrar em suas intuições, em seus raciocínios.

Foram necessários séculos, milênios, para que as ciências naturais se desvencilhassem do princípio da autoridade e do conhecimento escolástico. O mestre disse que a Terra era plana, "mas ao mesmo tempo ela gira". Hipócrates ignorava a grande circulação do sangue. Porém, ele circula.

Apenas o domínio da estética permite constatar perfeições não ultrapassáveis. Daí a querela entre antigos e modernos. Mesmo sendo Fídias e o Partenon o alcance da perfeição, isso não determina que a arte deva se limitar em cópias de Fídias e do Parternon. Aí também aparece uma escolástica, e além do mais tem um nome, o academismo.

Será realmente necessário que as ciências humanas permaneçam, tanto tempo quanto as ciências naturais, presas aos princípios da autoridade? Seguramente que não. Mas é necessário que seus pesquisadores tenham constantemente consciência desse perigo.

A criação das entidades ou a reificação dos conceitos

Muitos ignoram a que ponto é fácil criar conceitos e sobretudo as palavras que os designam; o tempo necessário para ler uma grande obra de história será suficiente para toda pessoa inteligente produzir milhares de conceitos e para imaginar palavras apropriadas.

Nas ciências da natureza, a descoberta de fenômenos novos tornou necessários numerosos conceitos, com palavras equivalentes: resistência, resistividade, diferença de potencial, refração, etc. Mas as descobertas não foram feitas porque conceitos haviam sido criados.

Nas ciências humanas, acontece exatamente o mesmo. Finalmente, o homem é a tal ponto interessado em sua espécie, estudou-a com tanto refinamento, que já dispõe de vocabulários ricos, entendidos e flexíveis. Resulta de tudo isso que a "criação" de conceitos deva, longe de ser o exercício principal dos pretensos sábios, continuar excepcional.

O problema dos conceitos é que eles adquirem vida sub-repticiamente, uma vida totalmente artificial. Desde logo, deixa-se acreditar que, existindo como outros objetos, eles possuem propriedades reais. Ora, essas propriedades são do mesmo tipo que a *virtus dormitiva* do ópio, quer dizer, são como conceitos rigorosamente tautológicos.

Vejamos um conceito interessante e cômodo, o da "alienação". O operário, privado da "mais-valia" do seu trabalho que vai para o capitalista, pode ser considerado como vítima de uma "alienação" (ele é vítima de outros homens). A palavra pode ser estendida a numerosos casos na história da colonização. Que se chame de "alienação" todos esse casos, isso é sabido. É prático e significativo. De resto, a palavra é fácil de compreender. Mas notemos bem que apenas os acontecimentos existem. Se, furtivamente, cremos na existência da "alienação", no sentido definido acima, chegamos a duas situações perigosas para a ciência: o excesso de generalização e o excesso de rigidez.

O excesso de generalização quer dizer que *toda* situação de trabalho em regime capitalista ou em regime de colonização caracteriza-se pela alienação (então é necessário verificar *todas* as situações). Não são mais os acontecimentos (existentes) que explicam outros acontecimentos (existentes). É a alienação (inexistente, como simples conceito) que explicaria os acontecimentos existentes.

O excesso de rigidez quer dizer que *só* as situações ligadas ao capitalismo ou à colonização produzem alienação. A partir desse momento, toda manutenção do operário em uma situação inferior (nível de vida, liberdade), em um regime não capitalista, não é alienação. E justifica-se isso por meio de uma outra reificação de conceito: o "Estado proletário". Não pode haver alienação no Estado proletário. Será necessário, inicialmente, estar seguro de que o Estado dirigido pela "vanguarda do proletariado" (outro conceito reificado) age somente dentro dos interesses do dito proletariado.

Uma outra interpretação é que a "vanguarda" constitui, ao contrário, uma nova classe dirigente, uma nova aristocracia. Não foi o caso na época da purificação stalinista, pois Stalin depurava o partido sem cessar. Então, será que um grande número de soviéticos era vítima de uma alienação na qual o homem era o único responsável?

Pode-se igualmente constatar o vigor com que o conceito de "imperialismo" foi reificado, no sentido estreito que lhe deu Lenin. Um grande número de fenômenos é explicado pelo "imperialismo". Apenas são imperialistas os países que, por definição, alcançaram o estado supremo do capitalismo – fusão do capitalismo industrial e do capitalismo financeiro. A URSS pode conquistar a metade do mundo: a reificação do conceito lhe dará razão, porque ela não pode ser imperialista. Conceitualmente, o círculo vicioso é fechado novamente.

Em nenhum campo, a *reificação dos conceitos* se passa tão facilmente quanto no domínio das forças, precisamente porque estas são visíveis apenas em seus efeitos. São designadas então por um nome anteriormente personalizado (Zeus para explicar o raio, Posídon para as ondas, Éolo para os ventos). Esse nome, em períodos mais recentes, deixa de ser de uma pessoa mítica e torna-se abstrato. Porém, antes que se encontre a explicação científica, o nome abstrato não é mais real que os deuses do Parnaso. E, portanto, dá-se a ele uma espécie de vida.

Creio que é necessário reexaminar também a maior parte dos grandes conceitos da moda. Darei aqui apenas um exemplo: "o grande capital", já que, por razões políticas, é perfeitamente normal que utilizemos essa fórmula. Os políticos necessitam de meios simples que lhes possibilitem interessar as massas. Mas e para um pesquisador? Visto que o "grande capital" representa um número restrito de homens, se existe uma força com esse nome, deveríamos poder conhecê-la melhor e delimitá-la. Ora, nunca se fez isso realmente. Algumas pessoas estudaram, muitas vezes de forma admirável, algum grande capitalista ou grupo de grandes capitalistas. Outros, como Henry Coston, ou dentro de um gênero diferente, Beau de Loménie, fizeram listas bem completas dos grandes capitalistas franceses.

Mas, como não me foi mostrado que nesse ou naquele momento existiu um grupo supremo, único e consciente, exercendo sua ação com objetivos determinados, com todos os enormes meios dos quais dispõem seus membros, tampouco me foram dados os nomes desses homens, os lugares onde se reuniam, o desenvolvimento cronológico de suas reuniões ou de suas correspondências, em resumo, todas essas informações que me provariam que "o grande capital" existe, eu poderia logicamente pensar que "o grande capital" não é mais real que Zeus.

Que existem *grupos*, fortemente organizados, conscientes e eficazes, grandes capitalistas, sim, existem. Isso é certo. Que todos esses grupos tenham em comum uma viva hostilidade contra aqueles que querem cercear seus capitais, tomá-los sem indenizações, vê-los tomar, isso é claro. Porém, isso não quer dizer que, em todos os casos, a existência de um inimigo comum reúna-os em uma espécie de supersindicato misterioso. Pois esses diversos grupos se lançam numa luta feroz, para tentar subjugar os rivais e, muito comumente, essa grande sociedade receia tanto uma outra grande sociedade como os discursos dominicais dos anticapitalistas. E os que me dirão: realmente, "o grande capital" não existe concretamente, porém "tudo se passa como se" ele existisse, eu responderei que "tudo se passa como se" é a própria fórmula pela qual se reificam os conceitos.

Jacques Bariéty demonstrou com clareza que, entre 1924 e 1925, a aliança entre *Sir* Montagu Norman, presidente do Banco da Inglaterra, e dr. Schacht, presidente do Reichsbank, com o apoio de grandes banqueiros americanos e outros, agiu eficazmente para suprimir vantagens políticas que a França havia conseguido em Ruhr. Mas trata-se realmente do "grande capital", ou de dois governos hostis à política francesa, em íntima colaboração com certos grandes capitalistas?

Não digo que "o grande capital" não exista. Porém, minha atitude de historiador obriga-me a não acreditar em sua existência já que não me foi mostrada ("mostrar", nesse campo, é mais preciso que "demonstrar").

Como o espírito humano busca na realidade explicações simples, sem compreender muitas vezes que ela é sempre complexa,

há, à sua disposição, simplificações tentadoras que sempre induzem ao erro. Elas são de três tipos:

– explicar um grande número de acontecimentos por meio de um pequeno número de homens: é a *história conspiração*. A Revolução Francesa é explicada pela franco-maçonaria, a evolução da América Latina pela CIA, etc.;

– explicar um grande número de acontecimentos por uma *única causa* (como Toinette em *Malade imaginaire*: "o pulmão"): a Primeira Guerra Mundial é explicada pela mesquinharia hereditária dos alemães (ou, inversamente, dos franceses e dos russos);

– explicar um grande número de acontecimentos por meio de um *conceito reificado*: a colonização pelo "imperialismo" (no sentido de Lenin), tal episódio da vida colonial pela "alienação".

Que o homem procure explicações simples não quer dizer que elas o sejam necessariamente. E os que estão em melhor posição para descobrir essa complexidade são precisamente os historiadores, com a condição bem segura de que eles saibam eliminar os fantasmas.

O "matematicismo"

O círculo vicioso, a escolástica e os conceitos reificados constituem, no caminho das ciências humanas, obstáculos temíveis, que devem ser necessariamente eliminados. O que eu chamo de "matematicismo" é sobretudo uma extravagância de certos meios intelectuais deste final do século XX.

Consiste em querer tratar tudo matematicamente, como se a matemática representasse a perfeição por excelência do espírito humano e estivesse destinada a se apoderar de todo o resto. Ora, a matemática, que é por excelência a razão discursiva, que afasta os limites de um raciocínio implacável e sem falhas, a distâncias sempre maiores, não constitui a perfeição – no que diz respeito ao ho-

mem – senão pelo estudo de sua parte razoável. Aplicável a tudo o que é matéria, aí compreendida a matéria viva, a matemática opõe-se ao fato de que o homem – nós sabemos – não é completamente um "ser racional". Fora a razão, há as necessidades animais, os instintos, as paixões, os valores, a beleza, o amor, a generosidade, a crueldade, em resumo, todo o *qualitativo*.

O que está em questão, aqui, não é de modo algum a utilização da matemática para tudo que seja quantificável nas sociedades humanas. Ela não é apenas apropriada, mas também indispensável. A matemática se impõe em todo o campo da *estatística*, da *pesquisa operacional*, do *cálculo das probabilidades*. Revela uma quantidade de aspectos interessantes da vida social e pode mesmo colocar em evidência conexões que, em certos casos, permitem descobrir relações de causa e efeito.

O número de indivíduos, a freqüência de certos fenômenos quase idênticos entre muitos deles, a especulação sobre a produção, os preços, as rendas, a moeda, as escolhas aleatórias entre objetos quantificáveis, a logística, etc. são objeto da matemática. E ela *deve* ser utilizada no maior número de casos possível.

O "matematicismo" consiste em confundir o *máximo possível* de casos com a *totalidade* dos casos. O historiador que pesquisa o singular, a criação, a mutação, tem o papel de afirmar que, entre a totalidade e o máximo possível, existe uma imensa zona irredutível. Novamente, as palavras "zona" e "imensa" prestam-se a confusões, pois implicam que entre a "zona matemática" e a "zona irredutível" existe pelo menos um certo parentesco. Ora, no estado atual de nossos conhecimentos, isso não é perceptível.

Enquanto na meteorologia, que trata de fenômenos físicos extremamente complicados, é legítimo pensar que a ciência progride paulatinamente com o que vai sendo conquistado, as ciências humanas extraem suas dificuldades não apenas do complexo, como também do aberrante. E mesmo quando se conhecem melhor os genes, produtores do congênito, o cérebro e a maneira como ele funciona, continuará sendo essa aberração inassimilável que é a consciência pensante. Entretanto *ela existe*, podemos tratá-la então como *objeto* de ciência. Porém, parece perigoso tratá-la matematicamente, porque a consciência é acompanhada da criação, da es-

colha e dessa estranha mas irresistível impressão que temos da ação, isto é, que temos uma margem de liberdade humana.

O determinismo, absoluto nas ciências naturais, é absoluto em qualquer realidade, aí compreendida a humana? É mais um postulado que uma afirmação. Também é outro postulado afirmar que o homem guarda um certo grau de liberdade, que é a possibilidade de apoderar-se progressivamente da matéria e de transformá-la aplicando as leis que ele descobre. Mas o certo é que, na época atual do conhecimento, é mais fecundo introduzir o irredutível como tal, na teoria, do que reduzi-lo ao racional por meio de avaliações artificiais, elas mesmas irracionais.

Dito de outra forma, devemos considerar que as ciências humanas, que até o momento não produziram nenhuma lei admitida por todos, devem ser tratadas diferentemente das ciências naturais, diferentemente mesmo da ciência da vida animal.

O espetáculo do veículo espacial *Ariane*, decolando e colocando seu projétil em órbita, após várias interrupções, parece-me altamente significativo, principalmente sob dois pontos de vista.

Primeiramente, vê-se um grupo de cientistas europeus que, depois de outros cientistas soviéticos e americanos, conseguiu medir muitas leis naturais para clamar ao milagre não apenas o predecessor madaleniano, mas Júlio César, Luís XIV, Napoleão. Ao mesmo tempo, colegas térmitas, supondo-se que houvesse cientistas entre as térmitas, construíam sempre o mesmo tipo de habitação. Não se pode demonstrar de maneira mais brilhante a especificidade do homem.

Em seguida, sobre esse conjunto de dados puramente materiais, subsistiram certas anomalias, certas "rebarbas" que provocaram atrasos, que provocaram a catástrofe, como para o finado veículo espacial *Europa*. Ora, se imaginamos um grande número de homens competentes que se lançam em uma empreitada na qual o espírito humano é o objeto, misturado a outros objetos – por exemplo, o estourar de uma guerra e seu desenrolar, ou a criação de uma grande empresa bancária –, todos os raciocínios possíveis tendo sido considerados, nessa anomalia, é a "rebarba" que aparece como regra. Tanto no primeiro caso como no segundo, a "rebarba" provém do homem: leve imprecisão de uma medida, esquecimento do fato de que o computador não pode mais responder tão rápido, etc.

Porém, como esse erro foi sobre a matéria, é corrigível. No segundo caso, são os homens que são lançados na guerra que não reagem como esperado – partidários ou adversários –, são os clientes previstos para o banco que são menos numerosos. Em suma, é por momentos que o singular se torna essencial.

Com efeito, não se trata mais de fenômenos, mas sim de acontecimentos.

É possível, com certeza, obstinar-se matematicamente sobre o irredutível, quantificá-lo (ou melhor, acreditar tê-lo quantificado), agir como se a grande variedade dos homens se sentisse compensada tratando-se de grandes números, assimilar prontamente, como sendo da mesma natureza, como sendo homogêneo, o resultado social da multiplicidade individual. Certamente, há, dessa forma, compensações. Porém, pensar que essas compensações são suficientes para anular o efeito do singular é propor um postulado praticamente falso, porque ele é quase sempre desmentido.

Finalmente, a tarefa a que me proponho delineia-se assim:

1) Não procuro fazer uma simples descrição das relações internacionais, seja no plano histórico,[13] seja no plano de inventário extensivo dos fenômenos atuais.[14]

2) Não procuro expor as teorias de outros, apresentando análise crítica. Muitos autores franceses o fizeram de maneira notável, cada um com seu estilo, sua personalidade.[15]

---

[13] Fi-lo para o século XX, em minha obra *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*, Paris, Dalloz, 1ª edição, 1953, 10ª edição, 1990, assim como em algumas outras obras. A síntese mais vasta é a série dirigida por Pierre Renouvin, "Histoire des relations internationales", Paris, Hachette, *Da Idade Média até 1945* (7 vols.).

[14] O modelo do gênero é Paul Reuter e Jean Combacau, *Institutions et relations internationales*, Paris, PUF, col. "Thémis", 1980.

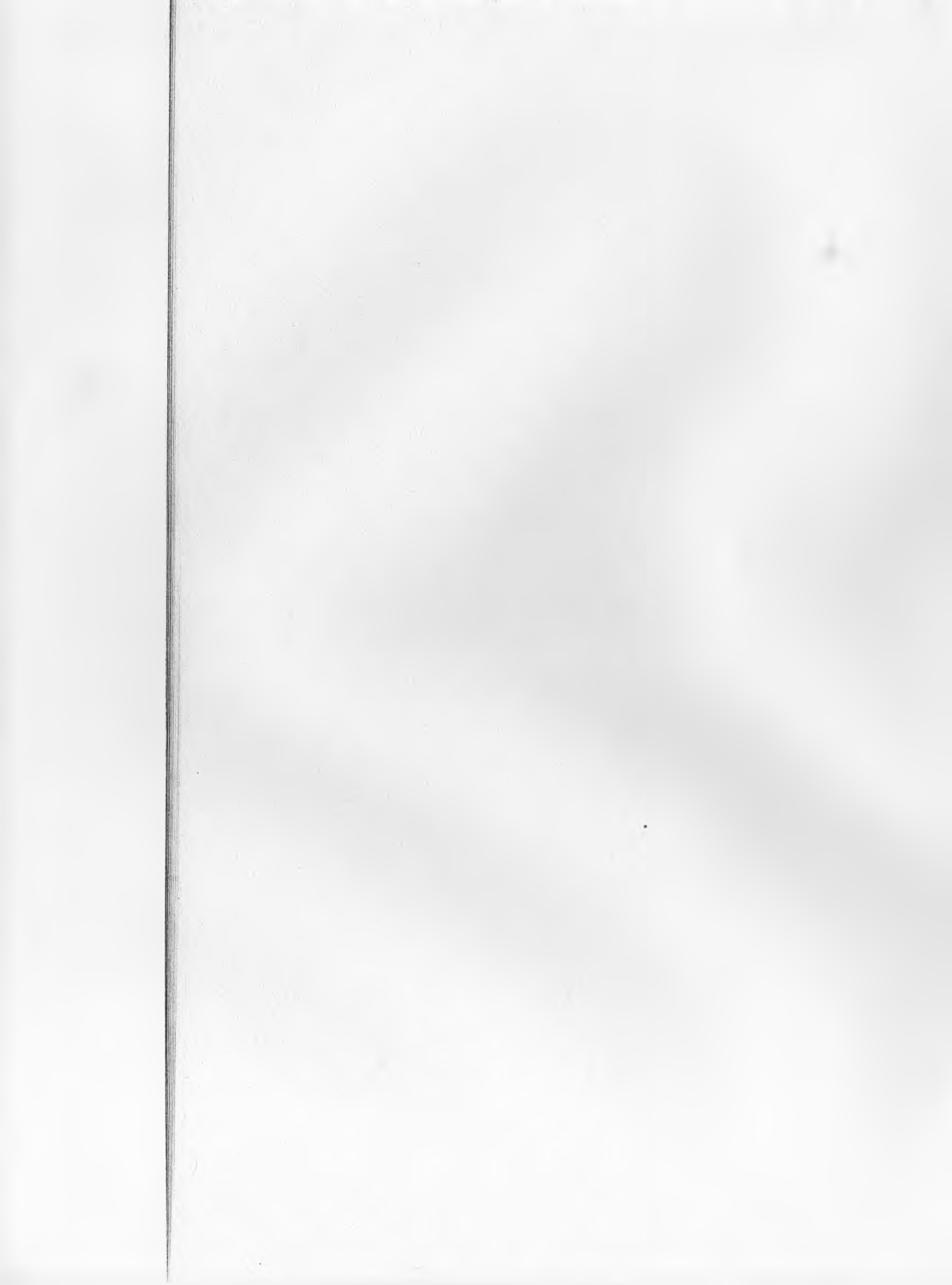
[15] Citarei Marcel Merle, *Sociologie des relations internationales*, Paris, Dalloz, 2ª edição, 1976; P. F. Gonidec, *Relations internationales*, Paris, Montchrestien, 2ª edição, 1977; Charles Zorgbibe, *Les relations internationales*, Paris, PUF, col. "Thémis", 2ª edição, 1978; e fora da França, Stanley Hoffmann, *Contemporary theory in international relations*, Englewood Cliffs, N. J., 1968.

3) Minha proposta é, ao contrário, *expor minha própria teoria*, cuja característica é ser baseada na história, fundada sobre a coletânea de acontecimentos concretos – logo *empírica* –, sobre suas sucessões – logo *evolutiva* – e sobre as analogias e as regularidades – logo *metódica*.

Estou contente de constatar que não sou o único a proceder assim.[16]

[16] Depois de alguns anos, o retorno ao acontecimento como fonte parece esboçar-se nos Estados Unidos, entre os não historiadores. Cf. notadamente Edward Azar, "Les données événementielles, origines et perspectives d'une méthode scientifique en relations internationales", *Études internationales*, V, 1974, pp. 3-24; Charles Keggan (ed.), *International events and their comparative analysis of foreign policy,* Columbia, Univ. of South Carolina Press, 1975.
Cf. o interessante artigo de Bahgat Korany, "Dépendance financière et comportement international", *Revue Française de Science Politique,* vol. 28, 1978, nº 6, dezembro, pp. 1.067-1.092.
Sobre esse conjunto de fenômenos, coincido com numerosos autores. Além do comunista iugoslavo Milovan Djilas, *La nouvelle classe dirigeante*, Paris, Plon, 1957, e Raymond Aron, *Dix-huit leçons sur la société industrielle,* Paris, NRF, 1962, cf. André Piettre, *op. cit.*, t. II, p. 124: "A sociedade soviética, como as democracias populares, reconstituiu, não mais sobre as bases da propriedade privada e hereditária, mas sobre a base do partido, limitadas minorias privilegiadas". Piettre cita o socialista Gilles Martinet, *Les cinq communistes*, Paris, Seuil, 1971, p. 74: "A mais-valia realizada graças ao excesso de trabalho vai, sem dúvida, para o Estado e não para os proprietários particulares. Mas uma camada social se apoderou do Estado".

Parte I

Os componentes (os fundamentos)

O grande historiador e cientista político Arnold Wolfers, americano de origem suíça, examinando certos procedimentos, estudou as relações internacionais, ressaltando dois aspectos a que ele chamou de *State as actor approach*[1] e *Individual as actor approach.*[2] No primeiro caso, dizia ele, privilegia-se exclusivamente o Estado, reduzido em espécie a todo pequeno número de indivíduos que tomam as decisões. No segundo caso, negligencia-se o Estado, os que tomam decisões, através de suas fronteiras, para enfocar apenas uma infinidade de relações entre homens, grupos, classes sociais, etnias, comunidades, igrejas, etc. A velha "história diplomática", onde aparecem apenas ministros e embaixadores, é o primeiro caso. O que se chama de "behaviorismo", lançado nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, privilegia o segundo procedimento.

Há, nessa dicotomia, que Wolfers rejeitava, alguma coisa de espantoso. Pois é evidente, observando o mundo atual, que é totalmente necessário adotar, na realidade, os dois métodos. No Irã de 1978-1979, não entenderemos nada se não estudarmos as forças iniciadas ou atiçadas pelo aiatolá Khomeiny. Um belo dia, todas elas submergiram e aniquilaram o Estado.

Porém, deve-se estar prevenido para o erro inverso. Nas situações não revolucionárias, que constituem assim mesmo o caso geral, os Estados funcionam às mil maravilhas – Estados que, em um

---

[1] Abordagem do Estado como ator (N. da T.).

[2] Abordagem do indivíduo como ator (N. da T.).

determinado território, possuem, com maior ou menor intensidade, essa propriedade singular a que chamamos de "o poder". Os cientistas políticos propriamente ditos ensinam-nos como nasce, se transmite, se transforma e se exerce o poder. O fato é que o poder existe, e estamos sujeitos a ele da aurora ao crepúsculo e da manhã à noite. Em algumas vezes, esse poder toma decisões que tumultuam a vida das pessoas, dos cidadãos. Quando Mussolini declarou, em 10 de junho de 1940, que "o vento da guerra soprou sobre a Itália", o povo italiano, profundamente pacífico, precipitou-se em um conflito que não desejava e que se transformaria em uma catástrofe. Os pretensiosos que acreditavam apenas nas massas e no povo deveriam meditar sobre as conseqüências terríveis que acarretariam a decisão de um único homem, dotado do poder de pressionar o famoso botão atômico. Além disso, o mundo inteiro, quem acompanha apaixonadamente as eleições americanas, ou tenta adivinhar o futuro da URSS, depois da Rússia, aí não se engana.

Digamos, para simplificar, que o estudo das relações internacionais é impossível se não estudarmos cada situação, cada mecanismo, sob dois ângulos: da *finalidade* (aquele que dispõe de um poder se propõe a atingir objetivos e tenta realizá-los) e da *causalidade* (as coletividades humanas de todas as dimensões exercem confusamente forças cuja resultante modifica os acontecimentos).

E não se pretende que sejam "superestruturas" (desprezáveis) e "estruturas" (dignas de toda nossa deferência). Primeiramente, ninguém até hoje soube definir o que realmente diferencia uma da outra. E, em seguida, a vontade solitária de um poderoso pode tumultuar radicalmente os fundamentos, não só da sociedade de seu país como até a de outros. Nota-se que os dois termos, causalidade e finalidade, associam-se intimamente, *pois aqui se trata da finalidade tal como é determinada pelo poderoso, que só o é devido a forças profundas.*

Para tornar mais claro, distinguiremos:

- *Política internacional* (estrangeira, exterior), que implica um papel dominante dos detentores do poder de um país perante outros países.
- *Vida internacional*, que representa todos os casos de relações nas quais o Estado geralmente desempenha um papel menor

(comércio privado internacional, turismo internacional, esporte internacional, etc.); é evidente que a "vida internacional" é fraca para os Estados que dominam toda a atividade do país (monopólio do comércio exterior, turismo interno, monopólio do esporte, etc.).

– *Relações internacionais* engloba tudo: a política (estrangeira, exterior, internacional) e as relações de caráter privado, quer dizer, a "vida internacional".

O homem, que examino empiricamente, age como se fosse movido por uma série de funções heterogêneas, *animal, racional, trabalhador, violento, valorizado ou lúdico.* Ele é único, com uma única consciência psicológica, mas vejo-o, no mesmo dia, dedicar à sua vida animal uma parte de seu tempo. Nos dias úteis da semana e no domingo, seu lado trabalhador e seu lado lúdico se dividem diferentemente. Mas ele pode, eventualmente, jogar uma partida de tênis saindo do escritório. Se ele não é militar ou policial – ou assaltante – dedicará, esperamos, um tempo mínimo à violência. Quanto ao raciocínio, pode ser que seu trabalho exija, ou que ele fique um momento refletindo sobre a melhor maneira de aplicar seu dinheiro. E quanto à função valorizante, se é religioso, esta pode ser sob a forma da missa dominical, da prece; se se trata de um militante político ou sindical, será a participação em um congresso ou em uma passeata.

Assim, toda cronologia humana á feita de oscilações complexas, variáveis e misturadas entre as diversas funções enumeradas anteriormente.

O "usuário" que sou não se sente realmente satisfeito com as explicações *unificadoras* do homem (por exemplo, o "pansexualismo" freudiano, ou o homem essencialmente criador e progressista, impulsionado pela "moral aberta" de Bergson e despojando-se lentamente de sua corrupção natural).

Os indivíduos, como sabemos, são todos bem diferentes uns dos outros, e o pensamento humano apega-se a essas disparidades depois que temos esses traços. Certos indivíduos frustrados parecem restringir-se à vida animal mais elementar e não buscam nada

além do prazer imediato. Outros, da mesma forma movidos pelo lado animal, procuram lançar seus instintos de prazer mais complexos, aí incluída uma verdadeira pesquisa. Chamemo-los, segundo o uso, de hedonistas. Outros sacrificam o prazer à ambição da riqueza, ou pelo poder. Outros se apegam aos valores[3] morais, religiosos e tentam praticá-los, livres para ir até a mortificação e mesmo até o martírio. Existem os violentos, de algum modo espontâneos, e mesmo os ferozes que adoram fazer os outros sofrerem. Outros utilizam a violência para conseguir bens, outros ainda para aumentar seu poder. Mas adquirem-se também os bens ou o poder por meio de violências indiretas, pela fraude. Existem os preguiçosos que só querem se divertir.

Dito de outra forma, as motivações humanas são tão diversas, tão complexas, que levam a comportamentos, a vidas infinitamente variadas.

Tentei, a título indicativo,[4] observar certos temperamentos típicos que, relacionados com homens de Estado, podem pesar na história:

doutrinário ou oportunista;
lutador ou conciliador;
idealista ou cínico;
rígido ou imaginativo;
jogador ou prudente;
revolucionário ou reformador ou conservador.

[3] Existe uma enorme literatura sobre "valores e relações internacionais". Por exemplo, de 1950 a 1955, houve nos Estados Unidos um grande debate sobre a necessidade de tornar a política internacional "realista", em conformidade com o "interesse nacional" (Hans Morgenthau, George Kennan) ou de seguir a tradição "moralista", "missionária", "wilsoniana" (Dexter Perkins). Belas sínteses foram propostas: por exemplo, Kenneth W. Thompson, *Political realism and the crisis of world politics*, Princeton, Princeton University Press, 1960. Desse último, sobre o presidente Carter, cf. "New reflexions on ethics and foreign policy: the problem of human rights", *Journal of Politics*, novembro 1978, pp. 984-1.010.

[4] Cf. P. Renouvin e J.-B. Duroselle, *Introduction à l'histoire des relations internationales*.

Trata-se de uma série de dilemas. Por exemplo, Hitler aparece como doutrinário, lutador, cínico, imaginativo, jogador e revolucionário. Um homem como Roosevelt é oportunista, idealista, conciliador, imaginativo e reformador.

Curiosamente, os psicólogos não parecem haver tentado uma classificação mais precisa:[5] isso se deve à nossa eterna incerteza de que, no caso de um determinado indivíduo, uma qualidade, raramente demonstrada, não aparecerá de repente, de modo a tornar suas reações aberrantes em relação a uma normal (o "carneiro enraivecido", "o lobo que se tornou pastor", ou simplesmente o "convertido").

Mas assim que se passa do indivíduo à grande comunidade, pode-se supor que existem compensações. Fourier pensava que havia distinguido 810 paixões e predizia que a sociedade perfeita, o falanstério, seria aquela que soubesse agrupar 810 homens e 810 mulheres tendo, cada um, uma de suas paixões como dominante. As sondagens, inventadas por George Gallup em 1935, consistem em dar uma representação das atitudes da sociedade inteira em um dado momento, estudando somente uma "amostra" dessa sociedade, cuidadosamente estabelecida em função das diversificações sociais, geográficas, de idade, de sexo, etc.

Retornaremos a esse problema, visto que ele é fundamental. Os numerosos benefícios trazidos pelo método Gallup evocam a idéia de uma lei – uma das raras leis aparentes das ciências humanas – segundo a qual as variações existentes entre indivíduos são compensadas na escala da comunidade. Mas, de repente, a "liberdade humana" (conceito que utilizamos aqui sem considerar como explicativo, quer dizer, sem reificá-lo)[6] parece ressurgir. Assim que todos os membros da amostra tiverem consciência da técnica, não tentarão eles, em diversos projetos, modificar voluntariamente os resultados? E a publicação dos resultados da amostragem, não desempenharia papel de modificador do conjunto?

---

[5] Por exemplo, Harold Lasswell, *Psycopathology and politics*, 1930, *Power and personality*, 1948, distingue os administradores, os agitadores e os teóricos.

[6] Cf. parte V, capítulo 15.

Capítulo 1

O estrangeiro

noção de "estrangeiro" é a única que permite colocar no mesmo conceito de "relações internacionais" as relações entre Estados, unidades políticas (*State as actor approach*, de Wolfers) e indivíduos ou grupos de tipos não relacionados com o Estado (*Individual as actor approach*). Eu desejaria que empreendêssemos estudos históricos com uma grande amplitude sobre o conceito, sobre as palavras que representaram ou representam, sobre os comportamentos infinitamente variáveis que suscitam a existência do "estrangeiro".

Como sabemos, por exemplo, que os madalenos eliminaram progressivamente os perigordianos, faz pensar que ele apareceu pelo menos com o *homo sapiens sapiens*, o de cro-magnon. Nosso propósito não é o de reconstituir toda a evolução, mas sim de fazer algumas constatações essenciais ao nosso estudo.

O que é o estrangeiro?

O estrangeiro não é o inimigo. Para Caim, o inimigo é Abel, seu irmão. E, inversamente, o estrangeiro é muitas vezes tratado como amigo. Ulisses, em seu périplo, é algumas vezes muito bem recebido. A paixão pelo poder interno pode levar uma facção a considerar o estrangeiro como um amigo, sendo o inimigo a facção

rival. Dentre milhares de exemplos, tomemos aqui Tucídides (V, 82): "Para Argos, o partido popular levanta, pouco a pouco, a cabeça e ataca a oligarquia. O povo foi vencedor, massacrou uma parte de seus adversários e expulsou os outros. Os lacedemônios (foram) chamados por seus amigos... O povo de Argos, temendo os lacedemônios, desejava reatar uma aliança com Atenas, da qual eles esperavam frutos felizes". Isso se passa em 417 antes de Cristo. Em nossos dias, passa-se exatamente o mesmo entre os partidos "progressistas" e os partidos " moderados", no Terceiro Mundo e fora dele. O mais grave, em tempos de guerra, é o aparecimento de "colaboradores" que, para tomarem o poder, apóiam-se no estrangeiro.

Por outro lado, o estrangeiro, amigo ou inimigo, é um homem *diferente* e, conseqüentemente, com comportamento estranho, até imprevisível. É o homem que, como veremos mais adiante, *introduz o aleatório.*

O estrangeiro representa a diferença, mas não toda a diferença e nem sempre as mesmas diferenças. Estas têm origem freqüentemente na *raça* (porém na Índia os arianos, os amarelos, os dravidianos, etc. vivem lado a lado e não são realmente "estranhos" uns aos outros). Muita vezes ainda ela se apega à *língua* (porém, há a Suíça e muitos outros países, como a França, que inclui os bretões, os germanófonos e os bascos e que, em compensação, não inclui nem o País Valão, nem a Suíça romana e nem o Vale da Aosta). A diferença provém muitas vezes da religião (que superou o idioma, quando em 1830 a Bélgica se separou dos Países Baixos). Mas são incontáveis os países onde, devido à separação das igrejas e do Estado, ou graças à tolerância de pessoas de religiões diferentes, não se sentem reciprocamente estranhas. Finalmente, a *longa seqüência de "acasos da história"* – sucessões, guerras, movimentos de populações e de trocas, que fixaram fronteiras – criou também a diferença. E quanto mais o tempo passa, mais formam, de uma parte e da outra, aquilo que o geógrafo Jean Gottmann chama, como veremos no próximo capítulo, de "iconografias" – sistemas de imagens, de valores que se distanciam uns dos outros e criam a "diferença". Verdade para cá dos Pireneus, falso para além deles.

A parte desconhecida e existente do estrangeiro implica que as relações com ele serão originais. Isso é verdade desde atitudes mais

individuais, como o casamento, às mais rotineiras, como o comércio, até atos de Estado. Este possui o direito inverossímel de recrutar numerosas pessoas honestas, vesti-las com um uniforme e enviá-las para matar outras pessoas honestas, e de serem mortos por elas. Em contrapartida, matar, com ou sem uniforme, alguém que não é estrangeiro é um crime do direito comum.

Vemos como o exame da noção de "estrangeiro" permite, em um dado momento da história, aprofundar o estudo "estático" da relações internacionais. Tudo está aí imbricado e nele interfere, indivíduos, coletividade e Estados. É um campo gigantesco que os homens exploram desde que existem.

Eu repito que é necessário empreender grandes estudos históricos sobre esse conceito, sobre as palavras que designaram o estrangeiro e que o designam em nossos dias, sobre os comportamentos que suscitaram.[1] Globalmente, parece que passamos de uma noção simples, mais flutuante, uma noção de uma riqueza infinita, mas que tende a homogeneizar-se no universo inteiro.

Constatamos a existência de dois grandes tipos de estrangeiros. Primeiramente, *o desconhecido*, o anormal, o misterioso, o longínquo, muitas vezes aquele que vem do mar e aparece bruscamente. É o *bárbaro*. Entre gregos e bárbaros, disse Isócrates, há tantas diferenças quanto entre o homem e o animal.[2] Quanto mais nos distanciamos, mais o estrangeiro torna-se monstruoso. Eis o que ainda escreveu um dos divulgadores mais lidos do século XIII, Brunetto Latino, que talvez tenha sido o mestre de Dante: "Os ribeirinhos do Indo são de cor verde. Os que habitam o Monte Nilo têm os pés tortos e oito dedos em cada pé. Outros têm cabeça de

[1] Um estudo é necessário para cada idioma. Por exemplo, um tunisiano chama *barrani* a todo estrangeiro na Tunísia (mesmo vizinhos como a Argélia ou o Líbano). Essa palavra é dialetal. O árabe clássico adotou a palavra "estrangeiro". Se o estrangeiro é muçulmano não árabe, chama-se *ajami*; se é cristão, *roumi*. Em iorubá, *oyinho* é o estrangeiro branco; *potocki*, o português. Para o estrangeiro negro, *ajeje* ou *alejo*.

[2] Citado por A. Jardé, *La formation du peuple grec*, p. 302.

cachorro, outros não têm cabeça alguma com um olho entre os ombros...", etc.

Mesmo que as grandes explorações destruam essas patranhas, o homem branco permanece muito tempo racista diante do estrangeiro longínquo. Jules Ferry utiliza tranqüilamente o argumento da "raça superior" para justificar a colonização. "Raças superiores, raças inferiores, é dito bem rápido", lhe responde Clemenceau. Mas, em todo caso, não se sabe. Otto Klineberg, em seu *Traité de psycologie sociale*, cita esse curioso exemplo de um médico da Universidade Johns Hopkins que, no final do século XIX, usando cérebros humanos conservados, mediu os de brancos, depois os de negros, e acreditou constatar, em média, um volume maior de circunvoluções frontais esquerdas nos brancos do que nos negros. Porém, um de seus colegas refez as medidas, sem saber de antemão se se tratava de brancos ou negros. Ora, ele chegou a uma média igual tanto para brancos quanto para negros. Não mencionemos Hitler, que não era um cientista. Lembremos que os cientistas, a princípio competentes, tiveram a baixeza de defender sua teoria.

Mas, ao lado do estrangeiro longínquo, do bárbaro, há o *estrangeiro conhecido*, e mesmo o estrangeiro próximo. O simples fato de o estrangeiro possuir um nome implica que ele pertence a uma comunidade "diferente". Certamente, os gregos consideravam-se globalmente superiores aos bárbaros. No entanto, um ateniense considerava os jônios, os peloponenses e os beócios como estrangeiros. Ele era proibido de se casar com uma mulher que não possuísse os direitos da cidadania ateniense. Os espartanos são ainda mais exigentes nesse ponto. Existiam, então, os gregos estrangeiros, que raramente obtinham o que chamamos de naturalização. O lacedemônio considerava-se um espartano, depois um peloponense – Tucídides deu mil provas disso – e depois um grego. O ateniense tem sob os olhos, diariamente, duas categorias de estrangeiros, os escravos e os metecos (estrangeiros estabelecidos, que desempenhavam um papel importante no comércio, um pouco como fazem atualmente os imigrantes chineses no Sudeste Asiático). Depois vêm os estrangeiros gregos quase sempre amigos, plateus, eubeus, depois os estrangeiros gregos muitas vezes inimigos, tais como os coríntios. Em seguida, toda uma gama de categorias:

aliados tributários, colonos que se tornaram independentes, porém mantendo uma ligação com Atenas. Enfim, os bárbaros. Parece sem sentido que os escravos, principalmente os de origem bárbara, fossem "estrangeiros". Quando após os dez primeiros anos da Guerra do Peloponeso, Atenas e Lacedemônia concluem a paz e assinam uma aliança, um dos artigos dessa aliança prevê: "Se os escravos se rebelarem, os atenienses socorrerão os lacedemônios com todas as suas forças" (Tucídides, V, 23).

Essa hierarquia na capitulação do "estrangeiro" durou até a Revolução Francesa. No Império Romano, toda a história da cidadania romana é reservada aos romanos, depois aos latinos, em seguida distribuída aos numerosos indivíduos – assim, Paulo de Tarso era cidadão romano – e, enfim, é estendida a toda a população livre pelo édito de Caracala.

Na época senhorial, e depois na feudal, as coisas ainda se complicam. Assim que Carlòs V, após a guerra da sucessão da Bretanha, tenta reunir esse ducado ao domínio real, ele evita pôr à prova seu melhor general, Du Guesclin, que é bretão, enviando-o para guerrear no sul. Quando os ingleses ambicionam a realeza francesa, onde está a fidelidade? A pequena Joana d'Arc tinha sobre o estrangeiro uma noção direta, pois vivia em Domremy, a algumas centenas de metros do Mosa, que era o limite entre o Reino da França e o Santo Império. Mas até o século XVIII, servir ao estrangeiro, mesmo contra seu país, como fez o Grand Condé[3] ao lado dos espanhóis, não era considerado uma terrível traição. Ocorria o mesmo com as atividades onde as fronteiras com os estrangeiros não coincidiam com as do reino. Veremos isso no capítulo seguinte, com o sistema aduaneiro, para nós absurdo, do Antigo Regime. A partir do século XIX, as unidades políticas que se tornam Estados, satisfeitas ou não com suas fronteiras (é raro não reivindicarem nada), vivem uma ficção, que o presidente Wilson reforçará em 1918-1920, a da igualdade. Elas têm os mesmos direitos e os mesmos deveres. Mesmo que sonhem com uniões maiores (Estados Unidos da Europa, unidade árabe, unidade africana), fato é que elas nunca se concretizaram. O império soviético, depois

[3] Luís II, príncipe de Bourbon, brilhante general (N. da T.).

da *Perestroika* de Gorbatchev, é mais que agitador: é aniquilador. Podemos dizer que todos os transtornos violentos produziram, uma após outra, novas nações-estados, mais ou menos imperfeitas, porém mais e mais numerosas.

Daí em diante, o conceito de estrangeiro é juridicamente muito mais simples do que na época dos atenienses, de Roma, de Joana d'Arc ou de Luís XIV. O passaporte, a polícia das fronteiras e a aduana obedecem a regras análogas, se não semelhantes. O estrangeiro é definido simplesmente por não-cidadão. E como a exploração do mundo, desde o século XV, varreu do mapa as "terras desconhecidas", como não há mais a possibilidade de acreditar em monstros (o próprio *yéti* do Himalaia parece estar chegando ao fim), com a ciência do cérebro revelando que as raças são iguais e que as diferenças são individuais, passamos de um mundo aberto e heterogêneo para um mundo fechado e homogêneo. É a *unificação do conceito de estrangeiro.* Notemos que unificação não significa que o conceito tenha-se enfraquecido. As regras do direito internacional público e do direito internacional privado, cada vez mais amplas e enriquecidas, e cada vez mais complexas, são testemunhos disso.

Tipologia do estrangeiro

Vamos nos contentar aqui em traçar um quadro empírico.

Estrangeiro em função de uma situação jurídica

a) cidadãos de um outro Estado (caso geral);

b) grupos de imigrantes não naturalizados (na Antiguidade, os "metecos" de Atenas);

c) populações "submissas". O simples fato de elas não gozarem de todos os direitos torna-as um grupo à parte. Para formar a "Argélia francesa", foram necessários primeiramente "cidadãos integrais", inclusive para o nível médio de vida;

d) populações "protegidas" ou sob "mandato": todo protetorado implica a manutenção de uma soberania teórica do país protegido. Normalmente, seus negócios devem ser regulamentados pelo ministério das Relações Exteriores do país protetor: por exemplo, a Tunísia, o Marrocos, a Síria e o Líbano, para a França de antes de 1945. Porém, Tonquim, Anam, Camboja e Laos dependiam, de forma anormal, do Ministério das Colônias.

Estrangeiro em função de uma situação psicológica

a) grupos de cidadãos possuidores de uma característica marcante e que se sentem vítimas de uma "segregação". As leis americanas de imigração de 1921 e 1924 tiveram por objetivo impedir a chegada maciça de populações consideradas como alógenas ou não assimiláveis: latinos, eslavos, católicos e judeus;

b) grupos de cidadãos que gostariam de ser ligados a uma soberania, da qual eles se sentem mais próximos: por exemplo, os alsaciano-lorenos "protestantes" entre 1871 e 1918; o "irredentismo" dos italianos submetidos à Áustria-Hungria;

c) grupos de cidadãos que reivindicam a soberania sobre uma parte do território: é o caso, já observado, da secessão, do nacionalismo colonial;

d) grupos de imigrantes que, após haverem conseguido a nacionalidade, são perseguidos, rejeitados e excluídos (certos chineses na Indonésia, chineses no Vietnã, alguns indianos e tâmils no Sri Lanka).

Subsiste uma dificuldade marginal: o que pensar de grupelhos "autonomistas" que, contrariamente a toda semelhança e contra toda possibilidade econômica, pretendem dividir um país constituído? Para eles, certamente, esse país é classificado de "estrangeiro". Mas a massa de habitantes de seu interior não os segue (em março de 1978, os autonomistas bretões obtiveram 14.700 votos em 2,5 milhões de eleitores inscritos e 1.974.000 votantes. A Córsega ele-

geu, nessa época, quatro deputados RPR, então fortemente nacionalistas franceses, para quatro cadeiras). A dificuldade em precisar um limite é a mesma para o conceito de "unidade política".

Se preferimos a definição das relações internacionais "estrangeiro" à definição "unidade política", é por que este último conceito pode ter definições totalmente externas ao nosso objeto: um partido político, um conjunto regional não secessionista, etc., enquanto a palavra "estrangeiro", salvo em casos marginais, é unívoca (cf. as expressões *affaires étrangères*, *foreign office*, *Auswärtiges Amt*, etc.)

Dizemos, então, que *as relações internacionais são o conjunto dos acontecimentos no qual um dos partidos – individual ou coletivo – é "estrangeiro" ao outro partido.*

Política externa e política interna

A "vida internacional" – relação de características essencialmente particulares – apresenta ao observador apenas problemas simples. Diferenciamos facilmente um jogo de futebol internacional de um jogo de futebol nacional, entre turismo estrangeiro e turismo nacional, entre comércio exterior e comércio interno. A diferença é menos visível quando se trata de finanças, pois a origem dos capitais investidos em um dado país pode ser externa, sem que os menos iniciados o saibam. Pelo menos há os iniciados.

Por outro lado, quando se trata de atos políticos, emanados de um setor do Estado, tudo se complica. Alguns acreditam poder daí deduzir que não há limites claros entre política externa e política interna. De maneira a comentar o que digo aqui resumidamente, leremos o que Jacques Freymond escreveu sobre as conexões entre política interna e política externa. Essas ligações são conhecidas há muito tempo e não podemos considerar seu estudo (a *linkage*) como uma grande descoberta. A leitura de Tucídides, Xenofonte, Maquiavel, Montesquieu, etc. indica claramente que se pensa há séculos sobre as relações entre política interna e externa.[4]

[4] Cf. o nº 4, 1975, da revista *Relations Internationales. Politique Intérieur et Politique Extérieur.* Ler especialmente o artigo de Jacques Freymond: "Influen-

Guardemos algumas posições simples:

1) *Existem numerosos atos de política interna pura,* sem nenhum aspecto exterior. A corte suprema que condena um criminoso, cidadão do Estado do qual ela depende, o presidente da República que o indulta fazem política interior pura. Da mesma forma, a autoridade que decide se é necessário construir uma barragem sobre o Gardon d'Alès ou sobre o Gardon d'Anduze evidentemente não seria a mesma para o Meuse ou para o Escaut, que correm para a Bélgica, *a fortiori* sobre o Jordão. A política interna pura é um fenômeno perfeitamente isolável.

2) *Por outro lado, não existe nenhum ato político exterior que não tenha um aspecto de política interna.*

Isso é evidente em atos maiores como também em atos beneficentes. Se um Estado está em guerra, ele movimenta e aumenta os impostos dos cidadãos. Quando, em 1934, Barthou decidiu estabelecer sólidas alianças com a URSS e com a Itália, ele sabia que agrediria a direita com a primeira aliança e os socialistas com a segunda. Uma vez que, a pedido de um grupo profissional, se estabelece uma alta aduaneira sobre um produto, outros grupos profissionais protestarão. Enfim, e sobretudo, quase todas as ações que se aplicam aos estrangeiros têm uma implicação financeira, logo, interna.

Todo ato que visa ao exterior tem um aspecto interno; é em função desse simples fato que a autoridade responsável emanará de um processo interno. Pode-se, contudo, apurar essa constatação por uma classificação empírica.

A) *Caso em que uma decisão, tomada em uma perspectiva principal de ação sobre o estrangeiro, tem implicações internas*:

---

ce des facteurs internes sur la politique extérieure des États", pp. 179-184, e a crítica viva de James N. Rosenau (ed.), *Linkage politics, essays on the convergence of national and international system,* Nova York, The Free Press, 1969: "rudimentar e perigosamente simplificador"... "brincadeira sem interesse e, contudo, perigosa".

— financeiras (custo de operação);
— sociais (mobilização, duração do serviço militar, requisições);
— de equilíbrio político (reações da maioria, da oposição).

B) *Caso em que uma decisão é tomada mediante um cálculo misto de política interna e externa.*

Por exemplo, o referendo organizado pelo presidente Pompidou, em abril de 1973, para reforçar a construção européia e para colocar a esquerda em situação desconfortável. Pode-se distinguir os casos nos quais essa dualidade é afirmada e nos quais está mascarada.

C) *Caso em que uma decisão de política externa tem por objetivo um efeito de propaganda interna.*

(Esse caso aproxima-se do anterior, mas aí é negligenciado completamente o efeito sobre o exterior).

Por exemplo, quando F. D. Roosevelt, em 6 de abril de 1939, enviou a Hitler e a Mussolini notas solicitando um compromisso de não atacar os países cujos nomes relacionou, sabia perfeitamente que o efeito seria nulo sobre os dois ditadores. Ele esforçava-se em demonstrar aos americanos a ilusão de isolacionismo.

D) *Caso em que uma decisão de política interna afeta a externa e suscita reações.*

Isso se produz, por exemplo, quando uma legislação fiscal interna contraria gravemente interesses estrangeiros. Nesse caso, estes buscam freqüentemente a interferência de seus governos.

Além disso, uma medida interna de repressão pode suscitar grandes reações psicológicas no exterior, até protestos oficiais (o caso Sacco e Vanzetti nos Estados Unidos; a não-observância das liberdades fundamentais pela URSS, em relação a seus próprios cidadãos, após os acordos de Helsinki).

E) Alguns acreditavam que existia também o caso em que *uma simples lei interna poderia proibir a guerra.*

Tal era a idéia do pacifista americano Saul Levinson nos anos 1920 e 1930. Assim como a escravidão, como instituição, foi abolida por leis, também a guerra, outra instituição, poderia desaparecer por via da lei. É claro que essa tese apoiava-se em um profundo desconhecimento das relações internacionais.

Resulta do que acaba de ser dito que *toda teoria de relações internacionais implica um estudo aprofundado da política interna.* Contudo, esta última não é suficiente, como acreditam alguns. A existência do "estrangeiro" introduz um elemento irredutível aos esquemas de política interna.

Realmente – e aí está a principal justificação de nossa definição – *para uma determinada autoridade, o estrangeiro é o aleatório.* Enquanto a autoridade estática possui meios de ação constitucionais, legais e regulamentares sobre o interior, quer dizer sobre aquele que depende dela, ela não tem poder algum sobre o "estrangeiro". Ela não pode conhecer de imediato qual será sua reação. O direito internacional é apenas um pequeno recurso, pois a autoridade nunca sabe, de maneira segura, se o "estrangeiro" vai decidir aplicá-lo ou violá-lo. Mesmo o imigrante "estrangeiro" residindo em seu território não pode ser tratado de maneira igual a um cidadão normal. Realmente, o Estado ao qual ele pertence pode reagir de maneira completamente imprevisível diante de uma medida interna de outro Estado com relação "aos seus".

Assim, *todos os casos de relações internacionais compreendem um elemento interno, em que os meios são conhecidos, e um elemento aleatório, que é a reação do estrangeiro. Nenhuma teoria das relações internacionais é possível se não se determinam as combinações, infinitamente variadas, entre a hierarquia e o aleatório.*

Capítulo 2

As fronteiras[1]

Noções de diferenças, de limites e de propriedade parecem ser naturais ao homem, sem dúvida inerentes sob suas formas primitivas. A maior parte dos animais marca seus territórios e tenta defendê-los. Na época atual, diremos que uma fronteira política é a separação entre duas soberanias. Mas já que, desde as semelhanças humanas do Neolítico (por volta de 8000 a. C.), a história humana, em sua enorme complexidade, foi feita de tomadas de poder, de conquistas, de modificação de limites, de desagregação e de fusão, é impossível dar uma visão de conjunto em algumas páginas, mesmo resumida ou esboçada. Proponho então escolher alguns problemas mais importantes e analisá-los sucessivamente.

Nessa perspectiva, muito geral, não farei nem estudo jurídico, nem estratégico, nem econômico. Eu me coloco sob o ponto de vista do historiador e procuro evitar, sobretudo, anacronismos.[2]

---

[1] Ver os números especiais 63 e 64 da revista *Relations Internationales* (1990). Esse capítulo é extraído principalmente de meu artigo no nº 63, outono de 1990, pp. 229-242.

[2] Não tentarei dar uma bibliografia, mesmo que sucinta. Os livros de P. de la Pradelle, Jacques Ancel, Charles Rousseau, Michel Fournier, S. N. Boggs, S. B. Jones e Jean Gottmann são suficientemente conhecidos para serem consultados. Citarei alguns outros.

Variedades históricas das fronteiras

A ambigüidade da palavra

A palavra "fronte" existe em inúmeras línguas indo-européias sob formas aparentadas, desde *Bhruva*, em sânscrito; *oqpus*, em grego; *frontem*, em latim; *a-bhra*, em gaélico; *a-brant*, em baixo-bretão; até *brow*, em inglês. No entanto, se ela resultou em *frontière*, *frontiera*, etc., nas línguas latinas (até o século XVI com sentido da primeira linha de um exército), outras línguas adotaram palavras de diferentes origens para dizer fronteira. A palavra inglesa *border* originou-se do alto alemão antigo *bort* ou do inglês *boundary*; do baixo latim *bodena* por meio do francês arcaico. Os alemães adotaram a palavra eslava *Grenze* (que vem de *granica*), sinal de que, para eles, os problemas de fronteira se desenvolveram sobretudo no leste.

A palavra *frontier*, em anglo-americano, adquiriu um sentido célebre: a zona que separa a civilização da *wilderness*, quer dizer, não da selvageria, mas do deserto (cf. *Cassel's English Dictionary*: este definia *frontier* como *the part of a country which fronts or borders upon another*: *country*, e não *line*). O historiador Frederic Jackson Turner buscou, em 1893, explicar a democracia americana pela *frontier*.

Notemos também que os clássicos gregos e romanos utilizavam palavras de outras origens. Para os gregos *o° oroj* ou, para precisar uma fronteira comum a dois povos, τὸ μεθορíον. A palavra ∇ρος significa igualmente montanha, o que é uma característica da geografia política grega. Mas como diz Charles Rousseau:

> O conceito de fronteira parece ignorado na Antiguidade grega. A cidade grega não se adapta a nenhum quadro geográfico. Atenas e Esparta ultrapassam suas fronteiras naturais. Entre as cidades-estados da Grécia não existem nem linha aduaneira nem fronteira militar. As únicas violações de fronteira são delitos ou crimes de lesa-propriedade (roubo da colheita, assalto ao rebanho).[3]

---

[3] Charles Rousseau, *Droit international public*, Paris, Sirey, 1953, n^os^ 307-312.

Em latim, a palavra equivalente é *finis*. Mas significa igualmente região, daí a expressão bastante conhecida *ad extremum finem Galliae*. Uma cidade fronteira é *urbs in finibus sita*. Do *finis* latino temos, em francês, *confins*; em italiano, *confine*; em espanhol, *confin* e, em inglês, *confine*.

Obtemos desse estudo bastante resumido a conclusão de que *frontière* (empregarei daqui por diante a palavra francesa)[4] deriva de origens e de preocupações diversas.

A fronteira espessa ou "marca"

Estamos habituados hoje em dia a considerar todas as fronteiras como linhas, bem traçadas, marcadas pelo menos por postes ou marcos, infelizmente, muitas vezes, por arame farpado ou mesmo por muros. Logo, esse sistema é relativamente recente. Ele depende totalmente dos progressos alcançados em topografia.[5] Tem a vantagem de evitar inúmeros incidentes. Mesmo quando os marcos de fronteira são distantes um do outro, a linha existe e, a princípio, ela é conhecida dos funcionários da fronteira. Porém, ela é difícil de ser estabelecida de imediato, e todos os grandes ministérios das Relações Exteriores possuem um serviço geográfico encarregado de supervisionar a fronteira (por exemplo, no Quai d'Orsay, esse serviço ajuda numerosos países africanos a estabelecer suas fronteiras exatas).

Quando se estabeleceu a fronteira do efêmero "Território Livre de Trieste", foi escolhida a linha francesa (pela simples razão de que ela se encontrava próxima ao centro, a linha soviética passava muito a oeste e a linha americana muito a leste). Logo, desenhando essa linha, o lápis do diplomata Jean Wolfrom (ajudado pelos geógrafos Jean Weulersse e Maurice Le Lannou) marcou um limite que, na escala do terreno, representava quinhentos metros de comprimento, fonte de inúmeros incidentes ulteriores. Um exem-

---

[4] Usaremos em nossa tradução a palavra "fronteira" (N. da T.)

[5] Ver o que diz Michel Fournier, *Fronts et frontières*, Paris, Fayard, 1988, sobre os primeiros mapas de fronteiras chineses (século XI d. C.) e europeus (século XIII), pp. 38 e 57.

plo interessante porque mostra bem uma transição é o da fronteira da Argélia com o Marrocos, tal qual resultou do tratado de Lalla Marnia (18 de março de 1845):

1) Do mar Mediterrâneo até Teniet es-Sassi, por uma extensão de oitenta quilômetros, a delimitação foi estabelecida com precisão.

2) Sobre uma segunda seção, de Teniet es-Sassi até Figuig, o tratado contentava-se em definir quais *Ksars*, ou cidades fortificadas, seriam argelinas e quais seriam marroquinas.

3) Ao sul de Figuig, até Oued Guir, contentou-se em criar duas linhas que podiam ser postos de aduana e de guarda. "No território compreendido entre essas duas linhas, as tribos representando os dois governos poderiam comerciar livremente."[6]

Essa idéia de fronteira espessa seguiu simplesmente uma velha tradição, a dos romanos e, como parece, a dos chineses. Contrariamente à lenda, o famoso *limes* romano (9.000 quilômetros no total) não é uma linha (salvo em certa medida a de Adriano, depois a de Antonino na Grã-Bretanha). O *limes* é composto de uma sucessão de fortes. A maioria das legiões romanas (cada vez mais compostas de bárbaros) estacionava atrás. Mas havia as patrulhas e as guarnições de frente. Em tempos de conquistas, as estradas romanas eram construídas perpendicularmente à linha do *limes*, de modo a ultrapassar essa linha para ofensivas de conquista. Depois, na fase em que a estratégia era de defesa, uma estrada era construída atrás do *limes*, paralela a ele. Assim, para tomar como exemplo o *limes* africano, no Magreb, Roma construiu postos "em pleno Saara, onde se encontravam os principais pontos de água",[7] para controlá-los. "Passando o *limes*, são construídos postos avançados, cujo objetivo principal parece ter sido saber exatamente os caminhos das

---

[6] Ministère des Affaires Étrangeres – MAE, nota do serviço jurídico, *La frontière terrestre du Maroc*, Paris, 17 de julho de 1957.

[7] Marcel Benabou, *La résistance africaine à la romanisation*, Paris, Maspero, 1975 (cf. p. 72).

caravanas."[8] Parece se passar o mesmo com a Grande Muralha chinesa, sobretudo a que data do Império dos Ming. Em sua defesa contra os mongóis, as tropas estacionavam entre as duas linhas da muralha, exterior e interior (2ª metade do século XV).[9]

Em regra, a fronteira espessa existe apenas entre dois povos cujos níveis tecnológicos são diferentes. Daí essa visão insana de Hitler sobre fronteiras do *Lebensraum*:[10]

> Será absurdo querer considerar que a fronteira entre dois mundos, que são a Europa e a Ásia, seja marcada por uma cadeia de montanhas de pouca altitude ...A fronteira verdadeira será a que separará o mundo germânico do mundo eslavo. É nosso dever colocá-la onde desejarmos que ela esteja (noite de 23 de setembro de 1941) ... A segurança da Europa não estará garantida até que tenhamos empurrado a Ásia para trás dos Montes Urais ...São selvagens em estado natural ...Como não existe proteção natural contra tal massa humana, devemos opor-lhes um muro vivo. Um estado de guerra permanente a leste contribuirá para a formação de uma raça sólida e impedir-nos-á de cair na fraqueza de uma Europa curvada sobre si própria (meio-dia de 25 de setembro de 1941).

Tiraremos nossas conclusões de um texto penetrante, obra de Montesquieu (*Causes de la grandeur et de la décadence des Romains*, capítulo XX, sobre as "marcas"):

> Augusto, diz ele, estabeleceu nove fronteiras ou marcas. E acrescenta: Primeiramente os romanos não tinham postos: depositavam toda sua confiança em seus exércitos, que se colocavam ao longo dos rios, onde construíam torres distanciadas entre si para alojar os soldados. Mas como eram exércitos ruins, que muitas vezes nem mesmo existiam, e a fronteira não defendia mais o interior, foi necessário fortificá-la. Então, criaram-se mais postos e menos forças, mais retiradas e menos segurança.

---

[8] *Ibid.*, p. 171.

[9] Jacques Gernet, *Le monde chinois*, Paris, Colin, 1972, pp. 352-354.

[10] Textos extraídos de Adolf Hitler, *Libres propos sur la guerre et la paix recueillis sur l'ordre de Martin Bormann*, Paris, Flammarion, 1952, p. 370. O autor dessa versão francesa, François Genoud, afirma que é o primeiro texto autêntico. Subsiste uma dúvida.

A fronteira "avançada"

Durante longos períodos da história, principalmente nos momentos em que as fortificações desempenhavam papel importante, a idéia de possuir *fortes postos avançados*, permitindo passar, um dia, a uma ofensiva de conquista, estabeleceu-se em determinadas conquistas territoriais compactas.

O estudo foi feito magistralmente para a França por Gaston Zeller.[11] Este começa por minimizar a teoria segundo a qual, desde o Antigo Regime, os governos franceses queriam as "fronteiras naturais", em particular a do Reno. Ele mostra que Richelieu, Mazarino e Luís XIV preferiam as cabeças-de-ponte e as cabeças-de-garganta (cf. capítulo de *Histoire d'une idée fausse*). Desejar esses postos avançados não é, diz ele, nem "descontinuação" nem "desorganização", e sim mais uma constante. É assim que, depois do Reno, a França tenta Kehl, fortificada por Vauban (até o tratado de Ryswick de 1697), Philippsburg (de 1648 até 1678). Além dos Alpes, Pignerol, a quarenta quilômetros de Turim (de 1632 até 1696), Saluces, que Henrique IV restituiu em 1601, após o tratado de Lyon, que lhe havia dado Bresse, Bugey, Valromey e a região de Gex.

O exemplo mais característico é o do tratado de Aix-la-Chapelle em 1668. Luís XIV atacou os Países Baixos espanhóis (Guerra de Devolução) e conquistou a Franche-Comté (igualmente espanhola). Uma tríplice aliança (Suécia, Inglaterra, Províncias Unidas) impôs-lhe uma arbitragem. Ele ficaria ou com a Franche-Comté, ou com os postos avançados que havia conquistado. Ele escolheu a segunda solução. Ora, a lista desses postos é característica. Nós sublinhamos aquelas que se encontram dentro da atual Bélgica, muitas vezes a dezenas de quilômetros da fronteira: *Charleroi, Binch, Ath,* Douai, *Tournai, Oudenarde,* Lille, Armentières, *Courtrai,* Bergues e *Furnes.*

Inversamente, um pouco antes do Tratado de Utrecht, de 1713, os Países Baixos obtiveram o direito – garantido pela Inglaterra –

---

[11] Cf. a coleção publicada em sua honra sob a direção de Victor-Lucien Tapié, *Aspects de la politique française sous L'Ancien Régime,* Paris, Presses Universitaires de France, 1964.

de ter guarnições militares em muitas cidades dos Países Baixos espanhóis (que se tornarão austríacos). São as *Places de la Barrière*. Do mesmo modo, a Inglaterra conservou por muito tempo Calais, depois Dunquerque e, mais tarde, Gibraltar.

As fronteiras dos impérios: a complexidade da rede

A partir do momento em que um Estado se torna soberano de territórios "diferentes" do dele próprio e lhes impõe sua soberania, a noção de soberania complica-se.

Por isso, vemos aparecer "subfronteiras" internas de variedades e de importâncias múltiplas. Antes da época em que floresceu a "idéia de nação", as populações não se opunham tanto a mudar de soberano, com a condição de que o novo príncipe mantivesse os privilégios adquiridos no passado.

O exemplo da França, sob o Antigo Regime, apresenta algo de surpreendente. Para nós, que somos habituados a encontrar, no posto de fronteira, a polícia e a aduana, constatamos que para a "passagem" (nome que tinha, então, a aduana) encontramos três categorias de países:

a) o *espaço de cinco mulheres gordas*: em grande parte, a metade norte do país, da Picardia até a Borgonha e a Poitou. Circula-se aí livremente (se excetuamos as "concessões" locais);

b) os *países considerados estrangeiros*: Flandres e Artois ao norte, a Bretanha a oeste, Franche-Comté a leste, e todo o sul. Nestes, paga-se taxa de entrada e de saída.

c) os *países realmente do estrangeiro*: essencialmente a Alsácia e a Lorena e mais uma parte do Béarn, onde se paga "passagem" para o resto da França, não para o estrangeiro.

Imaginemos o que deveria ser a Alemanha, com seus 350 Estados, antes dos transtornos revolucionários e do *Zollverein* prussiano.

Ora, o "imperialismo" (palavra que data do fim do século XIX) é limitado na França pelas regras do equilíbrio europeu, mas, se alguém viola essas regras, esperando que uma coalizão geral as derrube, é obrigado a adotar, segundo as zonas conquistadas, sistemas diferentes.

Isso é válido tanto para Napoleão quanto para Hitler (no caso deste último, uma hierarquia *racista* que criava uma verdadeira escravidão). No Império Napoleônico havia a França dos departamentos, finalmente estendida da Foz do Elba até a Foz do Tigre, por razões de bloqueio continental.

Em seguida, vêm os reinos familiares, os reinos ou ducados vassalos e os reinos aliados. Vemos, mesmo em 1810, Napoleão tirar o reino da Holanda de seu irmão Luís e dividir esse país em departamentos "franceses", para grande descontentamento dos holandeses.

Hitler somente anexou ao grande Reich territórios povoados, na sua opinião, por alemães. De resto, países ocupados, países aliados (para a Itália, a Romênia, a Hungria, etc., isso termina por coincidir), governos gerais, protetorados preparavam um caminho para uma anexação de um tipo especial, o *Lebensraum* ou "espaço vital". Já mencionamos suas fronteiras orientais!

Para os impérios coloniais, as diferenças são bem mais pronunciadas. Colônias, protetorados – onde subsistem a soberania teórica e um governo legal sob tutela – mais tarde com a SDN e a ONU, os mandatos, depois os *trusteeships*. Quando, após a revolta dos sipaios de 1857, a Inglaterra apoderou-se das possessões da Companhia das Índias, encontrou uma intrincada rede de territórios que se tornaram coloniais (colônias da coroa) e principados (os "Estados dos príncipes"), além de diversos territórios "tribais".

Poderíamos multiplicar indefinidamente os exemplos dessas "subfronteiras". Notaremos que essa situação terminou por desfazer a URSS, que se dizia federação de Estados, mas estando sob o poder dominante de um *único* partido, o Partido Comunista da União Soviética. Países bálticos, países transcaucasianos e países da Ásia central conscientizaram-se de que para eles realmente existia um problema de fronteira, por vezes dramático (por exemplo, entre a Armênia e o Azerbaijão).

Também podemos observar em toda sua peculiaridade a afirmação de Pannikar, que, em sua *Histoire de l'Inde*,[12] afirma que a colonização é "o que vem do mar". Assim, a URSS não é um império colonial! Finalmente, as "subfronteiras" desempenham um papel maior na vida do homem, e isso também nos Estados federais muito unidos. Desse modo, a venda de álcool, sendo proibida aos domingos em Indiana, é autorizada em Illinois. Em cada estrada que liga os dois estados, existem numerosos e magníficos *pubs* instalados em Illinois. Funcionam somente aos domingos (evocaremos esse tipo de problema mais adiante ao tratarmos da "iconografia").

Finalmente, podemos imaginar uma solução teórica que eliminaria as "subfronteiras" tornando o todo homogêneo. É o método da assimilação. Ciro, o Grande, fez uma vaga tentativa nesse sentido no século VI a. C., no Império dos Aquimênidas. No Império Romano, o édito de Caracala ou Constitutio Antoniana (212 d. C.) estendia o direito de cidadania romana a todos os homens livres do Império. Porém, ele excluía os escravos, alguns homens livres e os bárbaros instalados no Império. O peso do aparelho imperial e as primeiras grandes invasões impediram que esse sistema produzisse todos os seus frutos.

Sabemos que a colonização francesa se aproveitou dessa idéia criando, por um lado, "departamentos de além-mar" e, por outro, considerando os habitantes de "territórios de além-mar" como cidadãos franceses. Esse sistema revelou-se enganoso, pois um deputado africano representava maior número de habitantes que um deputado da metrópole. Aliás, a metrópole teria sido governada pelo além-mar, coisa que os franceses não queriam. Os Estados Unidos parecem ter conseguido essa política em relação às ilhas do Havaí. Mas, de modo geral, a aspiração das populações, motivadas pelo desejo de liberdade e independência, não é anular as subfronteiras por assimilação, mas transformá-las em fronteiras de Estado por meio da independência.

---

[12] Publicado em francês pela editora Fayard em 1958. Utilizaremos principalmente, para Hitler, o livro de Marlis Steinert, *Hitler*, Paris, Fayard, 1991. Paralelamente, a obra de Jean Tulard, *Napoleón*, Paris, Fayard, 1977.

A fronteira linear

É a que se generalizou em toda parte nos séculos XIX e XX, com exceção de zonas onde assola a guerra. Ela é, evidentemente, a mais simples, a que gera menos problemas. Talvez o exemplo mais antigo seja o da fronteira entre Espanha e Portugal.[13] Ela possui 987 quilômetros de extensão e só raramente observa os "limites naturais". Ora, com muito poucas alterações, ela existe desde 1320. Quando a Espanha conquistou momentaneamente Portugal (por meio de união dinástica de 1580-1614), a fronteira não foi alterada. As guerras napoleônicas não a perturbaram por muito tempo. Evidentemente, diversos acordos ligados aos progressos topográficos foram assinados – é o caso de todas as fronteiras desse gênero. Quando estudamos os detalhes, é necessário levar em conta as incontáveis correções e precisões.

Mais recentes, porém igualmente respeitáveis, são as fronteiras franco-helvéticas datando do tratado de 1601. Aí notaremos particularmente a utilização composta das cristas do Jura. A oeste, a fronteira passa pela planície e as cristas são na França. Do desfiladeiro de Faucille ao desfiladeiro de Saint-Cergues, é marcada a fronteira. A leste, elas se encontram na Suíça (por exemplo, o monte Tendre).

A fronteira franco-espanhola data do Tratado de Pirineus de 1659. A França, sendo vitoriosa no momento da assinatura, obteve diversas vantagens sobre a Espanha. José Maria Cordero Torres disse com razão "que foi exagero qualificá-la de fronteira natural, próxima à perfeição do gênero".[14]

É apenas em seu centro que ela realmente separa os dois mundos. Nas duas extremidades, a cadeia é mais baixa e não segue a uniformidade das cristas. Numerosos acordos posteriores precisaram totalmente a linha.

Do mesmo modo que os Pirineus, que poderiam ser a fronteira natural mais característica do mundo, apresentam a esse respeito numerosas anomalias, tanto quanto o Himalaia. Por um lado, vários

---

[13] Cf. José M. Cordero Torres, *Fronteras hispánicas, geografía y historia, diplomacia y administración*, Madri, Instituto de Estudios Políticos, 1960.

[14] *Op. cit.*, p. 185.

reinos (Nepal, Sikkin, Butão) separaram a Índia da linha principal das cristas fixadas como fronteira pelos britânicos (linha Mac Mahon). Por outro, os mapas chineses têm a tendência de estender a China sobre a vertente sul até os pés do Himalaia, englobando toda a população budista da montanha. Os chineses conseguiram em 1962, a título de advertência, passar tropas pela vertente sul do Himalaia.

Conhecemos a doutrina paralisante que o general Pétain, influenciado pela guerra de trincheiras, impôs à estratégia francesa nas duas guerras: "inviolabilidade do território" e "defesa na linha fortificada". A conseqüência seria a linha Maginot.

Pode acontecer que dois países, havendo praticamente renunciado a guerrear, decidam não reforçar sua fronteira comum. Durante a campanha eleitoral de 1844 nos Estados Unidos, o candidato Polk utilizou o *slogan Fifty-four fourty or fight*: 54°40 ou guerra. Tratava-se de dividir a imensa região do Oregon entre os Estados Unidos e o Canadá britânico. Sabemos que isso foi alcançado em negociação. O Tratado Anglo-Americano, de 6 de maio de 1846, fixa a fronteira norte do Oregon em 49°, do oceano Pacífico ao lago de Bois (a ilha de Vancouver, ao norte de Puget Sound, sendo completamente britânica).

Existem muitas outras fronteiras lineares (Egito–Sudão, Líbia; Síria–Transjordânia, Alasca, etc.). O interesse da fronteira anglo-canadense, com mais de 1.500 quilômetros de extensão, é devido a ela não ser fortificada. Entretanto, como bem observou o historiador canadense Richard A. Preston,[15] essa fronteira sempre foi objeto de planos militares secretos.

A utopia da "não-fronteira"

Alguns impérios acreditavam – em algum momento – "que eles tinham o mundo chegando ao limite", para empregar a expressão de Victor Hugo. Parece ter sido o caso do "Antigo Império"

---

[15] Cf. seu livro *The defense of the undefended border: planning for war in North America*, 1867-1939, Montreal, Londres, Mc Gill-Queen's University Press, 1977.

egípcio (se bem que a palavra "império", segundo Jean Lechand, nunca existiu em egípcio). Fechados no Saara, barrados ao sul pelas cataratas, os egípcios antigos puderam crer que estavam sós. Um pouco mais sério é o sonho de Otávio Augusto. Claude Nicollet demonstrou que, pelo menos antes dos desastres das legiões na Alemanha, ele acreditou haver praticamente chegado aos limites do mundo.

Porém há exemplos mais recentes. O mais concreto é o da China imperial. Na excelente obra que consagrou a viagem do britânico Macartney[16] à China, Alain Peyrefitte mostra qual foi o choque psicológico entre o império glorioso, em plena ascensão, conquistando o mundo que era o Império Britânico, e o império imóvel, fechado em si mesmo, que se acreditava mestre de tudo e que considerava os europeus bárbaros desobedientes. O problema da prosternação colocava-se sempre e, é claro, Macartney o rejeitou. Quando em 1794 Macartney se aposenta, um édito imperial proclama contra todo argumento:

> O enviado inglês retornou ao mar. Os bárbaros receberam o anúncio de que um édito beneficente os autoriza, ao retornarem, a trazer seus tributos. A alegria com que externaram essa novidade transparecia em seus rostos, e redobraram seu respeito e sua deferência. Dentre todos os países de além-mar, não há quem não se submeta e não venha oferecer seus tesouros. Quando a Embaixada inglesa retornar a seu país, ela logo se preparará para trazer seu tributo. Um ato de elegância vindo de tão longe e sem precedentes na história.[17]

Podemos dizer que a guerra, deixada pelos franceses e ingleses à China, de 1858 a 1860, e cujo objetivo era assegurar a "abertura" desta a seus comércios, encontrava-se de fato ligada à necessidade de fazer com que a China criasse um ministério das Relações Exteriores e, por conseqüência, reconhecesse a existência de Estados exteriores sobre os quais ela não possuía nenhuma suserania, mesmo que imaginária. O que aparece como insuportável a europeus ou a americanos é que as negociações, até então, se passavam com

---

[16] Alain Peyrefitte, *L'Empire immobile ou le choc des mondes*, Paris, Fayard, 1989.

[17] Peyrefitte, *op. cit.*, p. 409.

os governadores de províncias. Se quisesse renunciar a um tratado, o imperador se contentava em mandar retornar e até mesmo mandar executar o governador responsável. Com o novo ministério das Relações Exteriores, coletivo, o Tsoung Li Yamen, o governo chinês tenta a mesma manobra. Porém isso provoca guerras (notadamente a de 1884-1885 contra a França). E logo o ministério foi unificado – um único titular.

Hitler falou da conquista do mundo em uma página introdutória de seu livro *Mein Kampf*. Stalin, depois de Marx e Lenin, acreditava que o proletariado, conduzido por sua "vanguarda", o partido comunista, caminhava no "sentido da história", e que, cedo ou tarde, o regime se estenderia ao mundo todo. Isso foi, inicialmente, "o comunismo em um único país", depois o estabelecimento de regimes "satélites" e, em seguida, o "equilíbrio": a China, o Vietnã, Cuba, etc., 1945 para Adolf Hitler, 1989 para os discípulos de Lenin, mostravam a vaidade de tais hipóteses. A história regula inflexivelmente os tipos de doutrinas que estão sob postulados imaginários. A única demonstração é a prova dos fatos.

A "vida" das fronteiras

As fronteiras, sendo fenômenos que o homem impõe à natureza, não ficam nunca "inertes", mesmo quando os homens não as modificam. Esta "vida" das fronteiras tem dois aspectos. Podemos distinguir uma vida *passiva* (ela desempenha o papel que lhe é dado quando é criada); mas, como explicou admiravelmente o geógrafo francês Jean Gottmann em seu livro de 1952, *La politique des États et leur géographie*,[18] as fronteiras também têm uma vida *ativa*, quer dizer, elas aumentam as diferenças entre os territórios por elas separados.

A vida passiva das fronteiras

Os criadores de fronteiras são quase sempre os mais fortes, os vencedores responsáveis por tratados "desiguais". Desejoso em dar

[18] Jean Gottmann, *La politique des États et leur géographie*, Paris, Colin, 1952.

um exemplo concreto das contradições que podem existir no âmbito de uma única e mesma política, lembrarei a declaração do primeiro-ministro italiano Vittorio Emmanuele Orlando no Conselho dos Quatro, em 19 de abril de 1919.[19]

Sabemos que em 1866 a Itália não havia recuperado da Áustria o que chamava de "terras irredentistas" – definidas, antes de mais nada, de maneira vaga: Trento e Trieste. Pelo Tratado de Londres de 1915, essas zonas foram prometidas à Itália. Porém, o presidente Wilson não havia assinado o Tratado de Londres e não se considerava um aliado. Aos territórios então prometidos em caso de vitória, os italianos agregariam, em 1919, uma nova reivindicação sobre Fiume, cidade inteiramente de língua italiana, contornada de arrabaldes croatas. Citemos os principais trechos do discurso pronunciado por Orlando na presença de Wilson, Clemenceau e Lloyd George.

> A Itália formula três reivindicações essenciais. A Itália acredita que elas estão em conformidade com os princípios já invocados (...):
>
> a) nossa primeira reivindicação é a anexação de todos os territórios situados no interior de nossas fronteiras naturais (...). Pedimos que a fronteira coincida com o limite natural dos Alpes, quer dizer, com a linha divisória de águas. Sabemos que essa fronteira compreenderá populações de língua não italiana[20] (...).
>
> Admitimos que a presença no interior de uma massa nacional de elementos heterogêneos não é razão para recusar a esse país uma fronteira natural (...) A Itália acredita estar em seu direito reivindicar a fronteira natural que Deus lhe deu.
>
> b) o segundo ponto é a questão Fiume (...) Nós reivindicamos Fiume em nome do direito dos povos disporem de si próprios... (aí incluída a necessidade econômica).
>
> c) chego ao terceiro ponto. Trata-se da Dalmácia e das ilhas vizinhas (...) O primeiro argumento... é o argumento estratégico (...) A costa oriental da Itália está a mercê de qualquer um que seja senhor do outro lado do Adriático.

---

[19] Paul Mantoux (ed.), *Les délibérations du Conseil des Quatre*, t. I, p. 276 ss.

[20] Austríacos no Alto Adige ou Tirol do Sul; eslovenos na bacia do Isonzo e ao norte da Ístria; e croatas ao sul da Ístria.

> ...Mas, a questão estratégica não é a única, a Dalmácia é para nós uma questão nacional. Aqui mesmo foi dito que a razão histórica não pode exercer uma influência decisiva sobre nossas conclusões, eu mesmo reconheci. Porém, existem casos em que a história tem um significado profundo e que é impossível ser ignorado (a Dalmácia fez parte do Império Romano e depois da República de Veneza).

Eu quis citar grande parte desse texto para mostrar que aí encontramos absolutamente de tudo. Toda justificativa é boa, mesmo sendo ela contradita vinte linhas depois. Recordemos todas.

A *fronteira natural*. Já vimos o que pensa Gaston Zeller sobre o Reno. Podemos fazer uma pergunta análoga sobre a Cisjordânia. Para Israel é atraente a fronteira natural e estratégica do Jordão e do mar Morto, com suas margens escarpadas. Mas existem os palestinos. Anexar a Dalmácia é romper a fronteira natural dos sérvios, croatas e eslovenos. Ao norte, foram impostas à Áustria as fronteiras do Brenner, deixando para a Itália o Alto Adige ou Tirol do Sul de Bolzano, com campanhas germanófonas (Wilson parece não haver se preocupado). Mas, a nordeste, o recorte de uma fronteira natural aparece como artificial. Os Alpes julianos e o vale do Isonzo foram deixados para a Itália; a "linha divisória de águas" foi determinada de maneira totalmente aproximada em uma zona castina onde, por definição, ela é subterrânea.

Em seguida surge a idéia do *conjunto econômico*: toda a Venécia juliana (fronteira juliana para os iugoslavos) e toda a Ístria.

Ora, toda a Ístria era então habitada por italianos concentrados em pequenas cidades costeiras isoladas (após Trieste, Capodistria, Pirano, Umago, Pola). A população campesina do interior, na época pouco densa, era eslovena e croata. Notaremos que, após 1954, tendo Trieste ficado para a Itália, a Iugoslávia utilizará a idéia do "conjunto econômico" e de "zona compacta" e anexará o vale de Isonzo (Soca) e a Ístria, devendo as cidades costeiras, "oásis italianos", ser incluídas no pacote. Mas, em 1920, a Itália era uma grande potência (que alcançava seus objetivos depois do insucesso de Wilson). Em 1945, ela fazia parte do Eixo derrotado.

Após o conjunto econômico, vem a *fronteira estratégica*. Eu não me deterei muito nesse tipo. Por si só, esse tipo de fronteira

quase nunca é compatível com os desejos da população. Aqui, na Dalmácia, ela é a negação da própria fronteira, evidente para a Iugoslávia, que deveria ser o mar.

As *fronteiras históricas*, altamente rejeitadas por Wilson, são abordadas aqui com cuidado. O fluxo e o refluxo das conquistas mundiais fazem com que a discussão sobre os direitos passados não termine nunca. Quando nos debates da independência marroquina, em 1955, o líder do Istiqlal, Allal el Fassi, fez reivindicações territoriais para seu país, não se contentou apenas em denunciar os "tratados desiguais". Ele pleiteava todo o Saara argelino, o Saara espanhol e a Mauritânia, em nome de direitos históricos que lhe pareciam maiores. Por que ele não reclamou os dois terços da Espanha, conquistados do século XI ao XIII pelos Almovarides e depois pelos Almohades?

Resta o *direito de os povos disporem de si mesmos*, essencialmente utilizado por Fiume. Seguramente ele aparece como o mais atraente e como o mais justo e, com o aparecimento da idéia de nação no século XVII, culminou com a independência de 190 Estados. Retornaremos a esse ponto mais adiante. Mas é aí que a dificuldade aparece. Como saber o que desejam os povos? Perguntar-lhes por meio de plebiscitos ou de eleições? Entretanto, as coletividades humanas são mutáveis (daí a idéia do chanceler Adenauer, em 1954, de prever *dois* plebiscitos sobre a Sarre). Por outro lado, quem votaria nesse plebiscito e quem supervisionaria a votação? Quem estabeleceria o que estaria de acordo com a vontade geral? E se a votação fosse muito dividida? (Cf. Nova Caledônia.)

E a língua, deve ser o argumento fundamental? Quando o general de Gaulle sonhou, em 1945, anexar o vale da Aosta, ele forneceu um grande argumento aos que pretendiam que a Alsácia fosse alemã. Em 1829-1830, a política de união dos católicos e dos liberais belgas contra a Holanda criou um país bilíngüe. A Suíça é ainda um exemplo mais decisivo.

Podemos especular indefinidamente sobre essas noções e encontrar exemplos de todos os tipos.

Agora, também, devemos analisar o único fator de consolidação existente, que eu chamo de *a vida ativa das fronteiras*.

A vida ativa das fronteiras

A partir do momento em que uma fronteira existe, as duas soberanias que ela separa, os dois conjuntos sociais que ela divide, começam a se orientar em direções divergentes. Retornemos, então, a Jean Gottmann.

> O que faz a união de indivíduos ou comunidades que formam uma nação é a *vida em comum* em um determinado espaço, onde as pessoas do exterior são estrangeiros. A vida em comum cria interesses, hábitos e crenças comuns. Usam-se quase os mesmos produtos, pois os limites são os que organizam, mantêm e delimitam a economia nacional. Acredita-se nas mesmas glórias nacionais, têm-se os mesmos preconceitos, sobretudo em relação às pessoas de outros países... Em todo esse patrimônio comum, a grande maioria parece derivar desses tratados culturais ou espirituais.

Existem *tipos de vida*. O eminente geógrafo Vidal de la Blache entendia essa noção como "uma combinação harmoniosa de tipos de vida". E Gottmann assim comentou: "São... ligações tenazes aos símbolos, algumas vezes bem abstratos, cujo conjunto forma o que chamamos de 'iconografia'".[21] Notaremos que, com a história, tais iconografias se deslocam, que elas evoluem lentamente. Mas o século XX provou que elas são um potente motor da história, a solidariedade de classe – "proletariado de todos os países, uni-vos!" – nunca tendo um papel comparável. Em numerosos casos, a comunidade da iconografia chega ao seguinte fato: "O estudo das minorias nacionais demonstrou que, em muitos países, a diferenciação desses grupos em relação à maioria era, muitas vezes, mais de ordem cultural do que racional".[22]

Tendo Gottmann publicado seu livro em 1952, tentaremos aplicar bem sumariamente essa teoria da iconografia aos novos Estados, principalmente aos africanos. Primeiramente notaremos que quase todos resultam de limites impostos pela colonização européia, seja em se tratando de antigos acordos bilaterais de divisão

---

[21] *Op. cit.*, pp. 155-157.
[22] *Ibid.*, p. 159.

entre países colonizadores, ou mesmo em se tratando de uma divisão administrativa realizada no seio de um domínio colonial. Assim, os países do antigo AOF e do antigo AEF, não tendo mais o desejo de viverem juntos, usaram essa fórmula. Resultou então da África negra, de 1957 (independência de Gana) até 1974 (independência das colônias portuguesas), esse mapa salpicado do continente, tão diferente dos atlas antigos. As divisões raramente seguiram um modelo histórico preexistente: *Marrocos*, porque tinha seu próprio chefe religioso; o *Egito* por causa do Nilo. Ainda vimos a política da "Unidade do vale do Nilo" do rei Farouk substituída pela unidade árabe de Nasser, depois pela política nacional egípcia de Anwar el-Sadat e de Moubarak.

Tiremos algumas conclusões provisórias:

1) A iconografia pode formar nações mesmo se a divisão inicial for artificial. Um antigo dirigente do Togo, Sylvanus Olympio, percebeu claramente que seu país (que se tornou independente em abril de 1960) ainda não era uma nação, porém todos os seus esforços foram dirigidos para criá-la.

2) As fusões entre vários desses novos países não deram certo até o presente momento: Senegal–Mali, Egito–Síria, Gana–Guiné e os esforços de Kadafi em tentar uniões Líbia–Egito, Líbia–Marrocos e Líbia–Sudão (esta ainda em questão por meio de uma abominável guerra civil).

3) Existe uma relação entre iconografia e estabilidade. Certamente seria falso afirmar que não existiam conflitos na África, mas eram em geral conflitos *internos* (entre diversos regimes para um mesmo país). Quase todos os conflitos que tendiam à modificação das fronteiras naufragaram. *Argélia–Marrocos* na região do Tinduf e Hassi Beidu. Insucessos na sucessão de Katanga em relação ao *Zaire*, ainda que, como demonstrou Jean Stengers, a conquista de Katanga pelo rei Leopoldo II estivesse ligada ao mais puro acaso, antes mesmo da descoberta das minas. Revés na secessão de *Biafra* em relação à Nigéria. Insucesso na tentativa da Somália em conquistar Uganda, sob soberania etíope, porém habitada por 850 mil somalis.

Todos esses fracassos estão ligados a uma sábia doutrina, adotada pela Organização da Unidade Africana (OUA, criada pela Carta de 25 de maio de 1963): *Qualquer coisa é melhor do que as mudanças de fronteiras.* "Sou contra toda secessão", disse o presidente Tsiranana de Madagascar. E o governo dos Estados Unidos: "O reconhecimento de um país secessionista constituiria um precedente bastante infeliz".

4) A teoria da iconografia introduziu assim uma *visão completamente nova de nação*: em lugar de a nação ser baseada sobre a língua, a etnia e a raça, ela se baseia sobre o *tempo que cria seus interesses, imagens e sua vida comum.*

No plano "lógico", a fronteira franco-suíça é absurda. Entretanto, os dois países estão praticamente satisfeitos com suas fronteiras. A Suíça tem quatro idiomas, sendo que três deles são de grandes culturas européias. A França, por um lado, não exerce soberania em todas as terras de língua francesa, e por outro possui um resíduo de língua flamenga, outro de língua celta, 300 mil habitantes de língua basca, habitantes da Lorena e alsacianos que falam diversos dialetos germânicos, sem contar os dialetos que, infelizmente, estão em via de desaparecimento, classificados como *langue d'oc*: provençal, catalão, gascão, patois de Auvergne, etc. Ora, esses dois países, por haverem durado, adquiriram por um lado um sistema federal e, por outro, uma formidável centralização, iconografias que podem ser quase qualificadas de irresistíveis.

Certamente a comunicação, favorecida pelas fronteiras maleáveis, opõe-se à iconografia, "dique de resistência ao movimento", *...fator de estabilização política.*[23] Mas a iconografia em geral o atinge, e é bem difícil integrar países até então independentes. E Gottmann termina com o seguinte texto que adotaremos como conclusão:

> A compartimentação do mundo resulta então de uma organização complexa. No mesmo espaço acumulam-se muitos estratos sucessivos de organizações diferentes, que os compartimentos, para conservar uma alma, tiveram de se enraizar bem ao solo.

---

[23] *Ibid.*, p. 221.

> As recordações são a mais segura fundação de uma comunidade... Os grandes sucessos da política jamais foram adquiridos mediante força armada, mas pela subversão dos espíritos.[24]

[24] *Ibid.*, pp. 224-225.

Capítulo 3

Dos pequenos grupos ao Estado

O homem não existe sozinho. Não existem Tarzan nem Mogli. Robinson Crusoé ficou isolado por força, mas todo seu passado era social e, em sua ilha, ele contribuía, com seus conhecimentos, lembranças e emoções. Além do mais, apareceu Sexta-Feira.

Além disso, o homem está localizado geograficamente. O formidável progresso dos transportes permite, certamente, ir para outro lugar com muito mais facilidade do que no passado. Tentei, em outra obra, mostrar a que ponto a maioria dos franceses viajava, um pouco antes de 1945.[1] A pobreza, a falta de comunicações e a insegurança tinham como conseqüência comum a paralisação dos deslocamentos.

Existiam os nômades, mas, em geral, eles tinham sua própria área de percurso. Algumas profissões são itinerantes (viajantes do comércio, repórteres, inspetores de além-mar, marinheiros e aviadores). Porém, estes têm seus domicílios. Outros instalam-se no exterior por períodos diferentes: diplomatas, missionários, homens de negócios, correspondentes da imprensa, militares de tropas coloniais, etc., mas eles constituem uma pequena minoria. Enfim, existem os imigrantes definitivos.

---

[1] J.-B. Duroselle, *La décadence 1932-1939*, Paris, Imprimerie Nationale, 1979, cf. pp. 185-188.

O homem caseiro, por força ou por gosto, vê muito menos pessoas que o viajante. Mas o encontro de numerosas pessoas em um lugar público tem pouca significação. O importante é o encontro acompanhado de relações. Foram feitos estudos sobre esse tipo de relação, notadamente no MIT, por Ithiel de Sola Pool. Podemos saber assim, em média, a quantas pessoas dirigimos a palavra em um ano, quantos conhecemos de vista, ou pelo nome, quantas pessoas fazem parte de nosso círculo, quantas são nossas amigas, ainda que a diversidade de casos, do ermitão ao mundano, dê a esses cálculos uma grande imprecisão.

Esses agrupamentos entre homens são misturados e múltiplos. Interessamo-nos, nesse capítulo, por todos os agrupamentos que, de fato ou de direito, apresentem uma certa estrutura, uma certa organização. Para simplificar, distinguiremos os *pequenos grupos* (compostos por pessoas comuns), as *comunidades intermediárias* de todos os tamanhos, o Estado ou ao menos a unidade política e, enfim, as *comunidades plurinacionais*, que agrupem ou dividam os Estados.

Os pequenos grupos

São *esses em que cada participante conhece, pelo menos aproximadamente, todos os membros* (exemplo: uma classe de escola, uma camaradagem na caserna, uma pequena empresa, uma pequena vila, uma companhia de escoteiros, o escritório de uma empresa, a célula de um partido, um comitê eleitoral, um grupo de jogadores de *bridge* ou de *belote*,[2] etc.)

Veremos, na seqüência, que damos a esses pequenos grupos uma importância fundamental. É importante classificá-los bem. Cada homem pertence a grupos muito numerosos, móveis e mutantes, que são os seguintes:

- *grupo natural* (família com filhos ainda dependentes). Esse grupo pode ser desfeito bem cedo por causa do divórcio ou da orfandade;

[2] Tipo de jogo de cartas (N. da T.).

- *grupos impostos ou grupos de organogramas*: são aqueles nos quais o agrupamento não é ação dos membros, mas de uma autoridade ou regra preestabelecida, qualquer que seja a natureza desta: a classe, o pelotão militar, o escritório, o conselho universitário, o conselho de administração e o conselho de ministros são bons exemplos disso;
- *os grupos reais*: são os que são instituídos segundo a escolha e a preferência de seus membros. Tal é o caso dos *habitués* de *bridge* ou de *belote*, de "turmas" de crianças e de jovens e também dos "gabinetes ministeriais", pequenas facções de homens políticos, criadores de "tendência" no seio de um partido, de certos pequenos grupos, etc.

A literatura de ficção, em geral, interessa-se mais do que as ciências humanas por esse fenômeno, *entretanto completamente essencial.* Citemos a *Histoire des treize*, de Balzac, *Naissance de la bande* (23º volume de *Hommes de bonne volonté*, de Jules Romains) ou ainda *The masters*, de Edgar Snow. Trata-se nesse último livro de escolher o decano de um colégio britânico: *o grupo do organograma* é composto por quatorze *fellows* eleitores de direito; mais dois *grupos reais* se formam, tendo cada um seu candidato, esforçando-se em conquistar os indecisos, de provocar a adesão de certos membros do grupo rival. Percebemos que a ação desses grupos reais é infinitamente mais importante do que a ação formal, que será o voto final. Com efeito, o grupo vencedor é o que determina o voto final, e a vitória permanece por longo tempo incerta.

Aqui podemos considerar negligenciáveis os grupos reais cujo único objetivo é a diversão, e mesmo os que se propõem a um objetivo de eficiência, de poder, orientados sobre negócios puramente inertes (como é o caso em *The masters*, de Snow). Porém, numerosos desses grupos reais, em diferentes graus, são relativos ao "estrangeiro". Cabe ao sociólogo estudar a formação, a vida, a estrutura e o desaparecimento do conjunto dos grupos reais. O especialista em relações internacionais detém apenas uma parte dentre eles. Mas *tocamos aí em uma das chuves da teoria.*

Sem ir ainda muito longe, daremos um exemplo. É possível determinar quem conduziu sucessivamente a política de alianças da França durante a Primeira Guerra Mundial.

Esse esquema baseia-se em um estudo preciso de que já dei detalhes anteriormente. Poderíamos (porém aqui não é o local) enumerar algumas pessoas que constituem, por sua união, grupos reais. Felizmente, numerosas obras sérias permitem em muitos casos revelá-los. Quando a atenção dos historiadores for atraída para esse ponto, perceberemos que o fenômeno é geral. Por enquanto, sugiro ao leitor cético que leia as interessantes páginas que Jean Ganiage[3] dedicou ao pequeno grupo real que desejou e obteve a conquista da Tunísia, ou melhor, aos dois pequenos grupos reais, um de diplomatas e políticos e o outro de homens de negócios, ligados uns aos outros pela pessoa de Gambetta. Examinar unicamente o organograma, com Jules Ferry, presidente do Conselho, Barthélémy Saint-Hilaire, ministro das Relações Exteriores e Administração, tornaria inexplicável a iniciativa, tendo esses dois homens manifestado, até poucos dias antes da expedição, uma grande indiferença – ou mesmo hostilidade – a toda conquista colonial.

Retorno igualmente ao estudo de Marc Michel sobre Fachoda,[4] no qual vemos aparecer o "grupo de sudaneses", oficiais inspirados pelo general Archinard, inclusive o capitão Marchand, o tenente Mangin, como também o diplomata e depois ministro Gabriel Hanotaux. Ou ainda aquela de Jean-Claude Allain, que descreve com precisão o grupo real que provocou, em abril de 1911, uma grande reviravolta na atitude francesa em relação à conquista marroquina.[5]

Diremos, primeiramente, antes de fazer a teoria, que o *grupo real tem a vantagem de ser encontrado em todos os níveis*:

- nível dos *líderes* de Estado (o qual merece um estudo mais preciso) e outros "grandes conjuntos";
- nível dos notáveis, responsável pelas comunidades intermediárias;
- nível do *cidadão comum*. Neste último caso, é a existência de numerosos grupos reais de base que convém assinalar.

---

[3] Jean Ganiage, *Les origines du Protectorat français en Tunisie (1861-1881)*, Paris, 1939, cf. p. 656.

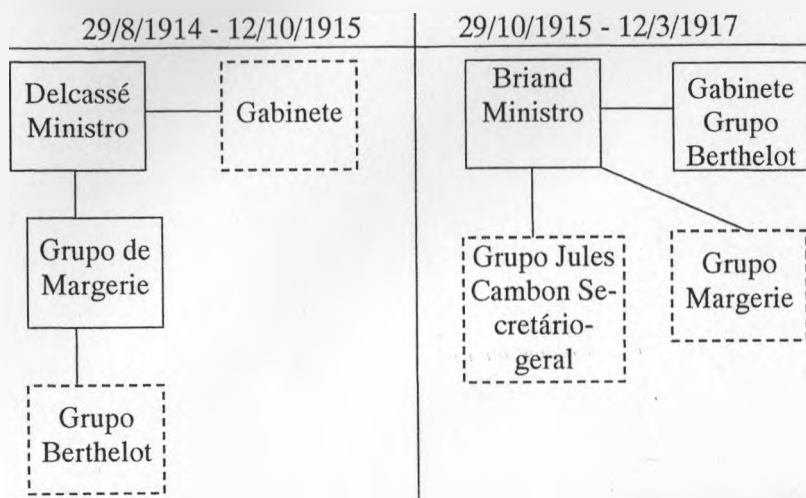
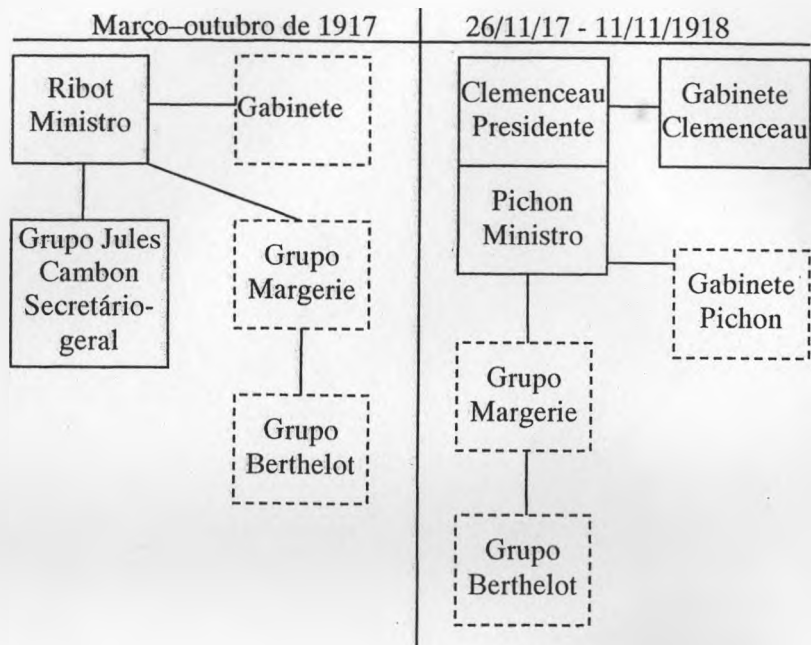
[4] Marc Michel, *La mission Marchand, 1895-1899*, Paris, 1968.

[5] Jean-Claude Allain, *Joseph Caillaux et la seconde crise marocaine*, tese, 1974 (cf. seu volume *Agadir 1911*, Publications de la Sorbonne, 1979).

Organograma

Grupos reais

(Aqueles que exercem o poder efetivo encontram-se nos quadros de linha contínua. Nos quadros de traços pontilhados, encontram-se os que não participam das decisões essenciais).

Esquema do conflito internacional sobre um território

As comunidades intermediárias

É um grupo muito mais numeroso em que cada membro pouco conhece – e de longe – todos os outros. Nós insistiremos sobre os seguintes pontos:

1) Encontros puramente ocasionais: o vagão do metrô, a multidão na Praça da Concórdia em algum momento.

2) Encontros ocasionais com finalidade determinada: é o caso de um *meeting*, de uma "jornada revolucionária".

3) Comunidades abertas: quando a estrutura é uma simples coletividade de indivíduos, sem grupos reais consistentes para movimentar o organograma, estamos em presença de um "agrupamento", de um "movimento", de uma "liga" (René Rémond demonstrou isso perfeitamente para a "Liga da Pátria

Francesa"),[6] e sua ação pode ser maciça, mas ela é efêmera, como fogo de palha. Naturalmente, desconfiemos das palavras. Existem ligas, movimentos, agrupamentos perfeitamente estruturados e, ao contrário, partidos que não são (como o "partido republicano radical e radical-socialista", no começo do século).

4) Muito importante são as relativamente *vastas comunidades organizadas*, sejam elas abertas à adesão voluntária (sindicatos, em países ocidentais pelo menos), sejam elas impostas (o exército).

É claro que, quanto mais um Estado for livre, mais florescem as associações voluntárias. Quanto mais um Estado é próximo do *totalitarismo*, mais predominam as comunidades estruturadas.

Tentaremos, sem pretender ser completos, fazer um balanço dessas comunidades organizadas. O vocabulário é imenso. Com efeito, existem as igrejas, as sociedades de negócios, as associações, os sindicatos, os partidos políticos, mais estruturados que os agrupamentos, as ligas e os movimentos. Todas essas comunidades intermediárias têm uma história, quer dizer, todas tiveram um nascimento e um dia desaparecerão. Algumas vezes elas não se propõem a durar e se dissolvem quando atingem seu objetivo, quando este se revela inatingível ou quando as circunstâncias não se prestam mais à sua realização. De resto, quanto mais liberal for um regime político, mais numerosas são suas comunidades, pois sua espontaneidade é permitida. Quanto mais um regime for estático e totalitário, mais elas serão raras, pois a maior parte dos corpos intermediários são de fato do Estado e não têm mais que uma aparência de existência específica. Assim, a noção de sindicato não tem absolutamente o mesmo sentido nos países socialistas, pelo menos até os últimos tempos, e nos países democráticos ocidentais. Só o movimento *Solidarnósc* do sindicalismo polonês tende a reconstituir uma organização livre. Sua importância é então capital.

---

[6] René Rémond, *La droite en France de 1815 às nos jours*, Paris, 1954, edição de 1963.

Distinguiremos os grupos segundo as ligações mais ou menos estreitas que têm com o estrangeiro, primeiramente em relação a *objetivos*, em seguida em relação a suas *estruturas*.

Segundo os objetivos

a) As empresas comerciais, bancárias, industriais e as grandes explorações agrícolas têm como único objetivo o *lucro*. Logo, seu interesse em relação ao estrangeiro ocorre em função do lucro ou do fracasso que ele proporciona. Algumas vezes elas o deixam aos cuidados dos *sindicatos patronais* ou às *câmaras de comércio*.

b) As igrejas e as comunidades religiosas têm por objetivo a saúde dos homens. Algumas vezes têm outros objetivos, essencialmente sociais, mas nesse caso enquadram-se na categoria seguinte.

c) As *associações* podem ter:

- objetivos que excluam totalmente a idéia de estrangeiro (ex.: uma sociedade de pesca com linha, em Cantal);
- objetivos que são totalmente fora de uma ação direta sobre o estrangeiro mas que podem implicar uma ação indireta (ex.: associação contra a energia atômica que solicite o apoio de grupos estrangeiros idênticos);
- objetivos principalmente relacionados ao estrangeiro (ex.: Comitê França-América, Associação França-URSS, Comitê de Apoio aos Dissidentes Soviéticos).

d) Os *partidos políticos*. Seu objetivo principal é a conquista do poder e, em segundo lugar, a ação cotidiana para transformar, influenciar atos do poder. Então, eles têm, cada um, uma linha política estrangeira e, como um Miniestado, são responsáveis por essa política, chegando ao limite de um *ghost government* (governo paralelo), como existe na oposição britânica.

O mesmo acontece com os movimentos, agrupamentos e ligas, cuja diferença com o partido é a de serem menos estruturados.

e) Os *sindicatos* têm por objetivo a melhoria de vida de certas categorias sociais. Seu grau de interesse em relação ao estrangeiro é do mesmo tipo que o dos partidos políticos, mas com certos interesses diferentes (por exemplo: operários, migrantes, comandos estrangeiros).

Segundo a estrutura

a) *Membros.* Existem *comunidades estritamente nacionais* (de todas as categorias precedentes) que recrutam seus membros unicamente entre os compatriotas do Estado do qual dependem.

Existem também as comunidades mistas, com membros estrangeiros, tendo ou não um *status* especial.

b) *Localização.* No território nacional ou misto (exemplo: companhia com sucursais no exterior, ou empresa sucursal de uma companhia estrangeira) ou no exterior (exemplo: Associação dos Franceses de Nova York).

c) *Segundo a direção suprema,* nacional ou estrangeira. Nas multinacionais, para a maioria dos países, a direção suprema é na realidade estrangeira. Daí a atenção especial que damos a ela. Falaremos disso mais adiante.

O Estado e a unidade política

Retornamos aos políticos para um estudo aprofundado do *poder*. Qualquer que seja a maneira de ser adquirido, o poder encontra-se, por um determinado tempo, nas mãos de um homem ou de um pequeno grupo. Esse poder é mais ou menos total, mais ou menos durável e mais ou menos limitado por resistências. O sociólogo belga Stéphane Bernard demonstrou[7] que o poder é assegurado

[7] Stéphane Bernard, *Le conflit franco-marocain*, Bruxelas (Institut de Sociologie), 1964, 3 vols.

pelo "consenso" – ampla aceitação da população – ou pela "força" da qual dispõe a autoridade. Os dois termos podem variar em sentido inverso. Notaremos todavia que a "força" é o consenso dos encarregados da ordem, da política e do exército. O fenômeno importante a considerar é, então, o da variação de consenso, seja pelo povo, seja pelos agentes de manutenção da ordem.[8]

Mas devemos nos contentar em analisar os Estados reconhecidos? Essa atitude parece inadequada, pois:

1) ela não leva em conta as épocas da história em que a noção de fronteira não existe, ou existia sob forma embrionária. Ora, nós procuramos uma definição válida para todas as épocas;

2) como observou Raymond Aron, ela mal percebe uma forma altamente internacional de relações: a luta pela independência de uma população submissa e que essa luta adquira ou não a forma de guerra.

Essas duas críticas merecem um comentário, que reduziremos aqui a sua mais simples expressão, apesar da imensa amplitude do tema.

Hoje, quando existem mais de 170 Estados-membros nas Nações Unidas (compreendendo entre 70.000 e 950 milhões da habitantes), outros poucos Estados não membros, e ainda uma poeira de Microestados suscetíveis de alcançar a independência – sem contar a eventualidade, cada vez mais provável, de sensacionais modificações nos Países Bálticos, na Ásia central, na região transcaucasiana soviética e no Tibete –, a noção de fronteira adquiriu uma consistência jurídica uniforme. A fronteira limita as soberanias. O passaporte, o visto de entrada (e algumas vezes de saída), as aduanas são sinais ostensivos, mas a realidade vai mais longe.

A questão que se coloca, muito mais urgente, é de saber a partir de que momento podemos falar de *unidade política*, em caso de luta pela independência.

---

[8] Cf. J.-B. Duroselle, *Le conflit de Trieste, 1943-1954*, Bruxelas (Institut de Sociologie), 1965.

Para a potência dominante, que deseja sua unidade, toda revolta é uma "guerra civil", escapando da jurisdição das Nações Unidas, caso puramente interno. Os insurgentes são chamados de "rebeldes", algumas vezes até mesmo de "bandidos". Em alguns casos de lutas longas, a diferença entre violência de direito comum e violência nacional não é evidente, daí certas expressões ambíguas: os *klephtes* da independência grega – *klephtes* significa ladrões – os dacoïtes do Anam, os *fellaghas* da Tunísia do Sul, em seguida os da Argélia.

Os insurgentes recusam a expressão "guerra civil" e falam de "guerra nacional" ou de "guerra de independência". Eles são "os nacionalistas", "os patriotas". Não tomamos conhecimento quando se trata de pequenos movimentos, estranhos à massa da população, que se manifestam apenas por violências isoladas. Mas levá-los-emos a sério se virmos a potência dominante enviar grandes reforços e empreender contra eles uma verdadeira guerra. O momento decisivo ocorre quando eles se beneficiam do reconhecimento de Estado por outros países. A Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina criou, em 1958, o "Governo Provisório da República Argelina" (GRPA). Ele foi rapidamente reconhecido pelos Estados árabes e por outros países recém-independentes. A pressão da França retardou outros reconhecimentos aguardados (o da URSS), mas ficou cada vez mais difícil considerar a guerra da Argélia como "civil". A decisão tomada recentemente de conceder aos soldados franceses que lutaram na Argélia o título de "antigos combatentes" corrobora a idéia de uma "guerra estrangeira", portanto no âmbito dos fenômenos das relações internacionais.

Os sulistas americanos fizeram tudo para conseguir o reconhecimento da Inglaterra e da França. A partir de 1861, esses dois países reconheceram a "beligerância" da confederação, mas nunca foram além disso. Quanto a Biafra, apenas quatro países africanos a "reconheceram": Costa do Marfim, Gabão, Tanzânia e Zâmbia, assim como um país latino-americano, o Haiti. O general de Gaulle, ainda que tenha evocado a "vontade" da população de Biafra... "de se afirmar como povo", teve a prudência de não enveredar no caminho do reconhecimento de Estado.

Evidentemente, o Estado (ou a unidade política), por ser detentor do poder, tem um papel privilegiado nas relações internacionais. Os homens à frente dos governos dispõem de meios que outros grupos não possuem. Esquecer ou desprezar, como fazem alguns, o *State as actor approach* seria condenar-se a não entender nada. Oficialmente, não existe soberania superior à do Estado. Quaisquer que sejam suas particularidades, suas dimensões, sua posição geográfica e seu regime, todo Estado afirma sua soberania. Em casos extremos, ele reconhece o "direito" de autorizar a alguns de seus cidadãos o uso da violência. O uniforme militar é a marca do Estado e torna inocente o soldado que mata soldados estrangeiros, individualmente tão inocentes quanto ele.

As comunidades plurinacionais

Reuniões de Estados ou reunião de homens, universais ou regionais, religiosas, ideológicas, políticas ou econômicas, essas grandes comunidades aparentemente sempre existiram (as olimpíadas na Grécia, a "República Christiana" ou cristandade na Idade Média, etc.), mas a exploração do mundo, o progresso das comunicações, a multiplicação das unidades políticas, a enorme extensão do comércio multiplicaram enormemente o número e a diversificação de suas atividades. Numerosos, e freqüentemente bons, estudos foram realizados sobre as "organizações internacionais". O leitor me perdoará, portanto, por abordar esse tema apenas de maneira genérica. A literatura sobre os movimentos internacionais – obreiros religiosos – é igualmente imensa. Tem-se falado mais recentemente de "sociedades multinacionais" e esse tema acabou tomando o valor de um "mito", como mostraremos em outro capítulo. Sobre esse tema, as informações atuais são menos seguras, mas o tema apaixona demasiadamente os pesquisadores, de modo que nossos conhecimentos avançam rapidamente.

No conjunto, essas comunidades plurinacionais ou procuram diminuir os poderes dos Estados ou tendem a substituí-los por outros poderes. Empiricamente, podemos fazer a seguinte classificação:

A organização mundial (A ONU)

(Aí compreendidos o Conselho Econômico e Social e as "instituições especializadas" que dele dependem.)

A ONU não recebeu de seus membros uma delegação de soberania. Apenas o Conselho de Segurança pode decidir, por maioria, e nela incluídos os cinco membros permanentes, impor sanções contra um Estado, membro ou não, mas a participação nas sanções depende amplamente da decisão soberana dos Estados-membros.

Tentativas de agrupamento regional

Voluntário, com supranacionalidade. Essas, em caso de sucesso – até o momento não observadas –, culminariam simplesmente com a constituição de um Estado maior e com o enfraquecimento dos Estados componentes, da mesma maneira que a unificação italiana obtida pelo consenso e pela força entre 1859 e 1870 suprimiu sete Estados soberanos para criar um único.

As internacionais

Agrupam certas categorias – religiosas ou de classes – através das fronteiras dos Estados. A Internacional Comunista desapareceu em 1943, mas o "internacionalismo proletário", mal ou bem, sobreviveu. Ele tende a destruir a legitimidade de classe. Segundo Lenin, terminaria por substituir os Estados burgueses pelos Estados proletários. Reencontraríamos então os Estados, mas as contradições desapareceriam entre eles, tese que a história parece desmentir cada dia mais.

As organizações não-governamentais (ONGs)

Existem mais de quinze mil. Elas abrangem todos os gêneros possíveis, neles compreendidos o grande banditismo. Dessa maneira, a Máfia e a Camorra são ONGs.

As sociedades multinacionais

Pela amplidão de seus capitais, de seus volumes de negócios, de seus lucros, são muito mais ricas que muitos Estados e, sem entrarmos no mérito da legitimidade, exerceriam um poder próprio em matéria de política internacional.

É normal que, diante do Estado, combinado com a ação do Estado, deixemos de levar em maior consideração esses outros grandes conjuntos. Mas, nos nossos dias, o papel dos Estados aparece, de forma avassaladora, como essencial. A ONU é praticamente impotente com relação aos Estados quando estes decidem desobedecer a ela. Nenhum agrupamento regional atingiu uma supranacionalidade. Os únicos agrupamentos criados após a Segunda Guerra Mundial derivam da força. Os "proletários de todos os países" não se unem jamais. Existem tensões indo até a violência entre Estados que se dizem proletários (China–URSS, China–Vietnã, Vietnã–Camboja). Quanto às atuais sociedades multinacionais, diferentemente das "companhias privilegiadas" da conquista colonial, não possuem forças militares (talvez, para algumas, certos espertalhões). Sua influência pode ser considerável sobre um determinado Estado fraco, mas este guarda, em último caso, a arma da nacionalização. Finalmente, a multinacional deve, sobretudo, ser considerada como um dos elementos de poder do Estado onde se encontra sua sede – geralmente os Estados Unidos. É preciso não confundir grupo de pressão – não importa o seu poder – e um grande conjunto soberano.

A estatística dos atos de violência, feita pelo Institut d'Études Polémologiques, do saudoso Gaston Bouthoul, mostra que nos últimos dez anos são muito mais numerosas as mortes nas guerras e nos conflitos internacionais que nas lutas civis, especialmente sociais.[9]

Conclusão

No ponto em que chegamos, possuímos uma representação do sistema internacional. Ele é definido pela coexistência *do interior e*

---

[9] Cf. "Introdução", nota 9.

do exterior, quer dizer, da hierarquia e do aleatório. É composto por uma superposição que vai do indivíduo aos grandes conjuntos, em que o principal – e muito – é o Estado, passando pelos pequenos grupos (natural, jurídico e voluntário ou real) e, em seguida, pelas comunidades maiores. De alto a baixo da escala, o grupo real desempenha um papel à parte, uma vez que o cidadão comum, o notável e o líder agem essencialmente por intermédio de grupos reais que eles constituem ou aos quais aderem. Para colocar em movimento esse sistema complexo, a ação humana se manifesta sem descontinuidade.

Munidos dessas noções elementares, vamos constatar mais uma vez que todas as questões de relações internacionais, simples ou complexas, estão ligadas aos dois grandes dados verificáveis pela história: a *finalidade* e a *causalidade.* Os seres humanos olham para o futuro e propõem metas. Quanto mais subimos na hierarquia, mais essa formulação dos objetivos e sobretudo sua colocação em prática se revestem de importância. É, então, que compreendemos a que ponto é estúpido ignorarmos os líderes. O que eles produzem – e não podem deixar de produzir – é o cálculo ou, se preferirmos, a estratégia de ação.[10]

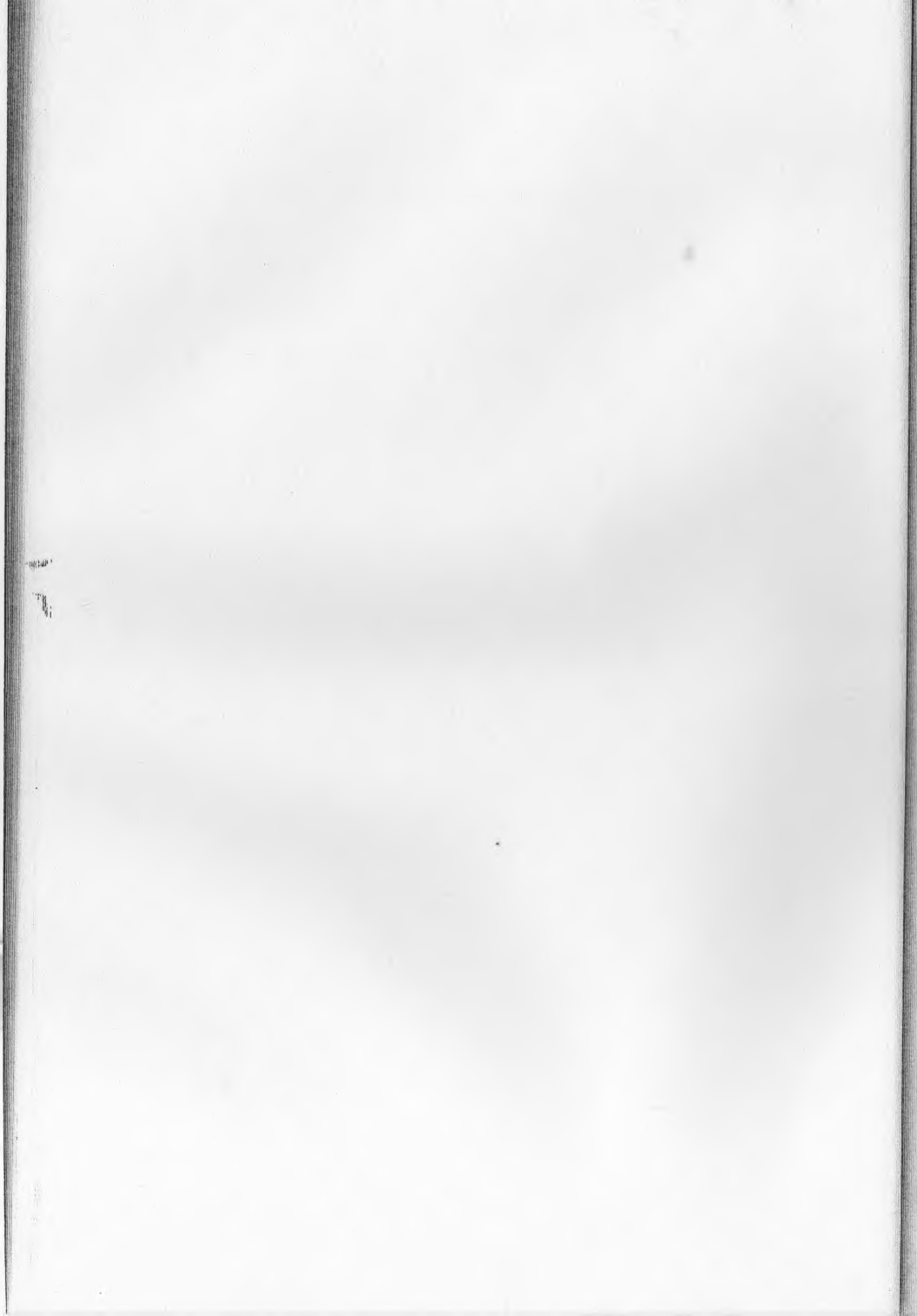
Entretanto, o cálculo deve levar em consideração as forças, quer dizer, uma causalidade. Se as forças não forem consideradas, elas se revelarão ou serão aplicadas. Essas forças são, a princípio, a natureza com seus terremotos, suas erupções, tufões e seus períodos de seca, suas glaciações, suas epidemias e epizootias, mas como esta é cada vez mais dominada pelos homens, é sobretudo o formidável peso das massas humanas, que toma formas diversas, a unidade de princípio que está na origem coletiva de suas ações.

Dedicaremos ao *cálculo* a segunda parte deste livro, e às *forças*, a terceira.

---

[10] Cf. a revista *Relations Internationales*, "Les formes nouvelles de la diplomatie au XX^e siècle", 1982, n^{os} 31 e 32, sobretudo "La diplomatie multilatérale", n^{os} 39 e 40, 1984.

Parte II

O cálculo (sistema de finalidade)

rata-se de um estudo que é esquecido freqüentemente pelos que acreditam que a história é apenas social. Claro que as massas, por sua força, pesam mais sobre os destinos globais que os homens de governo; além disso, é em boa parte delas que os governantes detêm seus poderes. Também é comum que, uma vez no poder, esses homens tenham um papel *diferente* que o das massas. Os homens, individualmente, do cidadão comum ao importante, meditam sem parar sobre o futuro, fazendo projetos e cálculos para realizá-lo. O líder age exatamente do mesmo modo, porém, por deter o poder, tais projetos e cálculos não atingem somente a ele, mas também coletividades humanas, muitas vezes imensas, são afetadas. No limite extremo, o líder de uma grande potência que pressionaria o famoso botão nuclear transformaria em algumas horas a própria estrutura do mundo.

O líder de uma comunidade sonha com o futuro, tenta moldá-lo, calcula uma ordenação de objetivos, de meios e riscos. Isso feito, ele se empenha em uma estratégia de ação. É o que chamamos nas relações internacionais de sistema de *finalidade*.

Em *Introduction à l'histoire des relations internationales*, em que tive a honra de colaborar com Pierre Renouvin, este tema foi tratado por mim de maneira mais empírica e menos teórica que aqui, sob o título *L'homme d'État*.

Capítulo 4

Os agentes das relações internacionais

A princípio, trata-se de todos que se ocupam *ativamente* do estrangeiro (ativamente exclui teóricos, historiadores, juristas internacionais e pesquisadores diversos que *especulam* sobre o estrangeiro). Eles são bastante numerosos em todos os países ou em todo conjunto importante, mas a maioria dos cidadãos comuns permanece geralmente indiferente e não se apaixona pelos problemas exteriores até que estes produzam um efeito interno perceptível (serviço militar, impostos, imigrantes no mercado de trabalho, ameaça de guerra, etc.). Todos os estudos realizados em países industrializados, principalmente nos Estados Unidos, concordam sobre um ponto: uma grande faixa de suas populações permanece muito ignorante sobre a política externa e pouco preocupada com ela. *As eleições quase sempre se realizam sobre plataformas de política interna.*

Se tomarmos agora a minoria interessada e ativa, distinguiremos duas categorias de importâncias diferentes: *os que detêm o poder de decisão* e os *executores*, ou, se preferirmos, os estratégicos e os táticos. O cálculo estratégico fixa os objetivos, os meios e os riscos. O tático não escolhe os objetivos, são prescritos para ele. Cabe a ele dispor dos melhores meios, que lhe são confiados.

Entre os executores, devemos distinguir várias categorias funcionais. Os principais são:

- os *diplomatas*, encarregados principalmente de conduzir as negociações;
- os *chefes militares*, encarregados de preparar o uso eventual da força, ou de usá-la;
- os *financistas* e *os homens de negócios* (públicos ou privados), encarregados do movimento de capitais e de mercadorias;
- os *propagandistas*, encarregados de influenciar os diversos setores da opinião, nacional ou estrangeira;
- os *informadores*, encarregados de coletar dados destinados a ajudar os que detêm o poder de decisão e os executores. Notaremos que essa última categoria é totalmente permeável com as outras quatro, pois diplomatas, militares, financistas e propagandistas não param de coletar informações.

Quando se trata de indivíduos, é conveniente estudar seus *temperamentos* próprios, o que, até o presente, parece revelar o espírito de precisão geométrica.[1]

É necessário igualmente se documentar, também de forma tão precisa quanto possível, sobre o seu meio social, as circunstâncias familiares, sua educação, ainda que tudo isso não pareça estabelecer determinismos. Não analisaremos esse problema aqui e tam-

---

[1] Cf. parte I, capítulo 1. Sobre negociação, os trabalhos interessantes são incontáveis. Citarei, dentre os mais recentes, Alain Plantey, *La négociation internationale. Principes e méthodes*, Paris, CNRS, 1980, e o nº 15 da revista *Pouvoir*, 1980. Uma vez mais, não sou mais que um "usuário" desses trabalhos. Existem excelentes estudos históricos recentes. Citarei, em primeiro lugar, o trabalho do historiador suíço Georg Kreis, *Frankreichs republikanische Grossmachtpolitik, 1870-1914. Innenansicht einer Aussenpolitik*, Bâle, 1981 (ainda inédito). Veja também Zara S. Steiner, *The Foreign Office and Foreign Policy, 1898-1914*, Cambridge, 1969; Robert D. Schulzinger, *The making of the diplomatic mind. The training, outlook and style of United States Foreign Service Officers, 1908-1931*, Middeltown, Connecticut, 1975; Lamar Cecil, *The German diplomatic service, 1871-1914*, Princeton, Nova Jersey, 1976; John Ensor Harr, *The professional diplomat*, Princeton (Princeton University Press), 1969; Jean Baillou (ed.), *Les affaires étrangères et le corps diplomatique français*, Paris, CNRS, 1984, 2 vols.

pouco os que dizem respeito às *carreiras* diplomática, militar, financeira, etc. Parece-nos muito mais útil lembrar as conexões que existem entre alguns desses grupos: ligações de organograma e ligações entre grupos reais.

As ligações diplomatas–militares

A condução da política externa de um país é fortemente afetada pela natureza e pela estreiteza dos laços existentes entre diplomatas e militares no âmbito da execução. Os cargos de adido do exército, da marinha e da aeronáutica foram criados sucessivamente na maioria das embaixadas.[2] Sua correspondência oficial deve passar pelo embaixador, exceto no caso dos "adidos militares adjuntos" que, na França, pertencem ao serviço de informação do exército. Esses últimos recolhem informações confidenciais sobre outros países além daquele onde residem e enviam-nas em envelope lacrado. Há casos em que generais são enviados como embaixadores (Le Flô na Rússia, Pétain na Espanha franquista, Catroux na URSS, Gavin em Paris, pelos Estados Unidos, etc.). Na França, alguns oficiais passaram para a carreira diplomática devido à redução dos quadros do exército após 1945. Numerosos diplomatas são oficiais da reserva. Notamos, na Rússia de Alexandre III, a prática do *Radslob*. O czar reunia quase todas as semanas seus estados-maiores com os oficiais estrangeiros presentes nas embaixadas, inclusive os oficiais da reserva. Sendo a maneira mais fácil de se ter acesso ao czar, os governos estrangeiros nomearam de bom grado oficiais da ativa ou da reserva para São Petersburgo (o que foi o caso de Eugène Melchior de Vogüé).

As relações são às vezes muito estreitas entre o embaixador e o seu adido militar. Na França dos anos 1930, foi o caso de André François-Poncet com o general Renondeau; do capitão Stehlin em

---

[2] Uma obra fundamental sobre relações militares–diplomatas, no caso francês, é: Jean Doise e Maurice Vaisse, *Diplomatie et outil militaire, 1871-1969*, Paris, Imprimerie Nationale, coleção Politique étrangère de la France, 1987.
Cf. também general Roger Cléry, "Les attachés militaires", *Revue de la Défense Nationale*, julho, 1969, e capitão Claude Carré, *Les attachés militaires français, 1910-1945*, memória inédita, 1975.

Berlim; de Léon Noël com o general Musse, em Varsóvia. Desse contato resulta uma qualidade particular de informação.

Porém, bem mais importante é o que se passa na cúpula. O tema é bastante conhecido por muitas democracias ocidentais e pela Alemanha nazista e bem menos no que diz respeito à URSS, à China e aos países em via de desenvolvimento. Dois exemplos vão ajudar a nos orientarmos.

Na França dos anos 1930, república parlamentar com um Executivo fraco e instável, a única coordenação permanente era a do Conselho de Ministros. O nível era demasiadamente elevado para que os problemas fossem solucionados com profundidade. No início de 1936, uma vez que se podia esperar uma invasão da zona desmilitarizada por Hitler, o Quai d'Orsay tinha necessidade absoluta de saber se o exército possuía um plano de resistência ou de represália. A única maneira de sabê-lo era, então, uma correspondência altamente oficial entre Flandin, ministro das Relações Exteriores, e o general Maurin, ministro da Guerra, meio extremanente lento, pesado e ineficaz, que conduziu a um diálogo de surdos. O Conselho Superior da Defesa Nacional, presidido pelo presidente da República, reunia-se de tempos em tempos e permaneceu extremanente formal. O Alto Comitê Militar, criado em março de 1932, apenas convidava o ministro das Relações Exteriores a título de observador e reuniu-se apenas oito vezes até janeiro de 1935. O governo da Frente Popular transformou-o em Comitê Permanente da Defesa Nacional, dessa vez com a presença oficial do titular do Quai d'Orsay, mas suas reuniões eram igualmente raras (treze vezes em três anos). Um Comitê de Ligação Semanal foi igualmente criado. Ele reunia o diretor de Assuntos Políticos do Quai d'Orsay, um general do Estado-Maior do Exército, um brigadeiro do Estado-Maior da Aeronáutica e um almirante do Estado-Maior da Marinha, mas os temas tratados eram de importância menor. Tratava-se de uma troca de informações de detalhes como se cada parte recusasse às demais qualquer revelação de envergadura.

O resultado foi desastroso. A França teve, entre as duas guerras, duas estratégias contraditórias: a do Quai d'Orsay, montada por Berthelot e Brian, de se apoiar na Inglaterra (cujo exército, na Europa, era insignificante) e sobre os pequenos aliados do Leste, que seria necessário socorrer caso fossem atacados; e a do exército,

estabelecida por Pétain, Weygand, Painlevé, Maginot e Gamelin: preparar um exército defensivo que protegeria sua mobilização por uma "muralha da França" fortificada. Dessa maneira, a França seria rigorosamente incapaz de socorrer os aliados do Leste. Essa falta de coordenação, levada ao absurdo, explica parcialmente a catástrofe de 1940.

Nos Estados Unidos, o presidente é comandante-em-chefe do exército e da marinha. Ele nomeia o secretário de Estado (Relações Exteriores), o secretário de Defesa, os secretários das três armas, os *joint chiefs of staff* (o Estado-Maior conjunto) sob restrição do "aviso e consentimento" do Senado com maioria de dois terços. Essa coordenação foi considerada insuficiente no início da guerra fria, o que conduziu à criação do National Security Council em 1947. Conduzido pelo presidente, esse organismo compreendia o vice-presidente, o secretário de Estado, o secretário de Defesa, os *joint chiefs of staff*, o presidente da National Security Resources Board.

O papel do NSC não parou de crescer. O presidente Kennedy, ao nomear um "assistente especial encarregado dos assuntos da Defesa" (McGeorge Bundy), deu ao NSC uma grande utilidade, ainda que, para as decisões relativas a Cuba (abril de 1961 e outubro de 1962), ele tenha preferido constituir "um grupo real" que se sobrepunha ao seu organograma. Foi como *special assistent* e chefe do NSC que Henry Kissinger, nomeado pelo presidente Nixon, começou sua carreira brilhante. É necessário, no entanto, um presidente dotado de autoridade para que o sistema funcione. Caso contrário, os grandes serviços voltam-se para uma política individualista, o que parece ser a tendência natural de toda administração, se não a forçamos a enquadrar-se.

Isso mostra o enorme papel dos "grupos reais" localizados próximo à cúpula. Se eles reúnem militares e diplomatas importantes, unidos por uma mesma finalidade, eles têm chance de fazer pender a política externa do país na direção que desejam. O pequeno "grupo real" que constituiu o gabinete ministerial de Clemenceau, presidente do Conselho e ministro da Guerra, deu uma rara prova de eficácia, ao menos até o armistício. Com Georges Mandel, Georges Wormser, o general Mordacq, Jules Jeanneney e o ministro das Relações Exteriores, Pichon, Clemenceau obteve uma extraordiná-

ria coordenação entre a guerra e a diplomacia, ainda mais em virtude de que seu chefe de gabinete na Guerra, Mordacq, mantinha excelentes relações com Pétain e Foch.

A coordenação diplomatas–financistas

Nós tocamos aqui em um dos pontos essenciais que, no caso da França, têm sido totalmente esclarecidos por uma série de excelentes teses recentes (relativas essencialmente ao período de 1900-1930).[3]

As relações entre a política e a finança raramente são tratadas sem paixão. Com efeito, certas hipóteses de Marx, reduzidas a condição de *slogans*, reificadas e tratadas como dogmas, constituíam um dos pólos da querela política recente, notadamente na França. Se temos por certo que todo governo burguês (quer dizer, antes da revolução que conduziria "dialeticamente" o proletariado) é "uma emanação do grande capital" ou "a criatura do grande capital", então o estudo das relações internacionais apresenta uma simplicidade perfeita. É suficiente saber o que quer e o que faz "o grande capital". As ações dos governos não são mais que um acidente em relação a uma realidade profunda.

Quando muito será interessante conhecer as "correias de transmissão" entre "o grande capital" e o governo. Ou as "dinastias burguesas" – para empregar a expressão de Beau de Loménie – delegam alguns de seus membros ao governo, ou, de forma mais prudente, elas escolhem homens de origem mais baixa mas unindo-os com "prebendas", com participação em bons negócios, com casamentos ricos e com o deslumbramento do acesso aos "salões". De todo modo, dinastias ou não, o capital têm as rédeas na mão.

A experiência mostra:

1) que o processo é singularmente mais complexo;

---

[3] Citarei algumas delas. Para uma visão geral, cf. a revista *Relations Internationales*, criada em 1974 (69 números em 1991). Ver especialmente 1974 (nº 1), "Milieux d'affaires et relations internationales"; 1982 (nº 29), "Banques et investissements, 1850-1914".

2) que ele evolui com o tempo.

Examinemos sumariamente esses dois pontos, que os trabalhos originais estudaram em detalhes.

A autonomia dos governos

Mesmo sendo verdade que um governo “burguês” favoreça os capitalistas, há preocupações particulares que não coincidem exatamente com as deles. Fora as zonas de interesse comum, existem zonas irredutíveis à economia pura. Longe de mim a idéia de que, em uma sociedade dirigida pela burguesia, como a sociedade francesa do começo do século (o *baccalauréat*, o ensino superior e os altos cargos são sempre reservados aos burgueses ou a alguns especuladores que se tornam burgueses), não existam ligações privilegiadas entre homens de Estado e afortunados. É justo que os proletários se sintam excluídos. Entretanto, o mecanismo eleitoral de acesso ao poder implica uma colaboração de grandes personagens, pelo menos com as classes médias e com os elementos numerosos e sólidos. O próprio reforço do socialismo em toda a Europa Ocidental obriga a numerosas concessões. A “política” é diferente do “grande capital”.

Quando, entre 1900 e 1912, a política francesa, conduzida até junho de 1905 por Théophile Delcassé, se interessou pelo Marrocos, utilizou ao mesmo tempo diplomatas, militares e banqueiros. Com os diplomatas, ela participou de negociações com as grandes potências para ter “carta branca” no Marrocos. Participou também de acordos por meio dos quais o Marrocos aceitaria que a França controlasse certos ramos de sua administração e, principalmente, suas aduanas. Porém, o governo marroquino, o Makhzen, jamais teria aceitado isso se fortes pressões não o tivessem obrigado. Os militares – na “zona de limites”, depois em volta dos portos – exerceram um certo tipo de pressão, por infiltração e semiconquistas. Os financistas foram solicitados, pois o Tesouro marroquino necessitava desesperadamente de dinheiro. Daí uma grande negociação teve lugar entre Delcassé e certos bancos ou grupos de bancos, en-

tre esses bancos e o Makhzen, entre Delcassé e o Makhzen, negociações que foram admiravelmente estudadas por Pierre Guillen.[4]

Sem entrar em detalhes, constatamos que Delcassé procurava resultados *políticos*, a conquista, porque ele acreditava, segundo o estado de espírito de então, que isso engrandeceria o poder e a riqueza da França. Os bancos procuravam lucros e benefícios seguros. Eles não eram entusiastas – não poderiam eles obter lucros muito mais seguros na Europa Oriental? Para reduzir os riscos, os bancos franceses procuravam associar-se a bancos alemães ou ingleses, o que destruiria o efeito de "política francesa" desejado por Delcassé. Eles teriam necessariamente a garantia das aduanas marroquinas e preferiam a do governo francês. Porém, se os bancos investissem os empréstimos nas aduanas marroquinas, eles próprios iriam querer geri-las, enquanto Delcassé queria, em função de seus objetivos, uma gestão do governo francês.

Então, em virtude do grupo gerido pelo Banco de Paris e dos Países Baixos, Delcassé faz surgir um outro, cujo inspirador foi o industrial Schneider du Creusot, com a "Companhia Marroquina" e outros bancos. Delcassé, para obter um empréstimo marroquino que lhe permitisse instalar os primeiros elementos do protetorado francês, utilizaria essa dualidade para obter concessões não sobre o lucro dos bancos, mas sobre as condições políticas do empréstimo. Enfim, Delcassé, para conseguir o emprestímo marroquino de 1904 – que finalmente firmou com o grupo Paribas – exerceu pressões e ameaçou utilizar a força do Estado para lhes diminuir outros negócios.

Assim, onde houver uma política do grande capital inspirando um governo submisso, teremos:

a) uma longa e violenta discussão entre um governo que deseja o protetorado e os bancos que querem lucros enormes e seguros;[5]

---

[4] Pierre Guillen, *Les emprunts marocains, 1902-1904,* Paris, Richelieu, Publications de la Sorbonne, 1970.

[5] Ver, para maiores detalhes, o excelente artigo de René Girault, "Le milieu bancaire français face aux relations internationales avant 1914", em *Relations Internationales,* nº 1, maio de 1974, "Milieux d'affaires et politique étrangère".

b) uma longa e, às vezes, violenta discussão entre dois grupos bancários;[6]

c) pressões de bancos sobre o Estado, mas também pressões mais eficazes, do Estado sobre os bancos;

d) um esforço desesperado do infeliz Makhzen para participar de todas essas discussões, como também rivalidades européias, com o objetivo de independência.

Outros dois exemplos mostrarão a complexidade do processo.

Durante muito tempo, os bancos franceses, ao fazer empréstimos ao estrangeiro (sendo para isso necessária uma autorização do Estado sob forma de "admissão de cota" na Bolsa de Paris), não colocam em seus contratos cláusulas unindo o empréstimo a compras na França. Tal empréstimo francês a um país da Europa central ou da América Latina permite comprar canhões Krupp. Nos anos que precederam à Grande Guerra, essa situação evolui, não porque os industriais (principalmente do armamento) convençam os banqueiros, mas porque eles convencem o governo, o qual faz pressão sobre os bancos. Notaremos, ao contrário, que os bancos alemães, após longo tempo, introduziriam em seus acordos de empréstimos cláusulas que implicavam a compra de produtos alemães.

Lenin chamará "capitalismo monopolístico" à "fusão do capital industrial e bancário". Podemos admitir que essa fusão já havia ocorrido na Alemanha. A França, potência muito mais rica em colônias, que oferece muito mais vantagens ao estrangeiro, está longe desse tipo de fusão.

Nosso outro exemplo refere-se aos Estados Unidos. Quando, em 1910-1912, o presidente Taft se lança na "diplomacia do dólar", não se deve acreditar que ele agiria daquela maneira por pressão de financistas. A "diplomacia do dólar" consiste em utilizar a máquina diplomática do Estado para ajudar as operações financei-

---

[6] Pierre Guillen, "Milieux d'affaires et impérialisme colonial", *ibid.*, pp. 57-69. Guillen evoca "a competição, no interior de um mesmo país, entre grupos rivais que disputam a proteção oficial. Colocados em posição de árbitros, os ministros se esforçam para administrar um acordo".

ras no exterior. Ora, essa iniciativa, bem-vista pelos banqueiros em seu princípio, logo se choca com a incompatibilidade parcial, da qual falei anteriormente, entre os objetivos do Estado e os dos bancos. Taft constatou que, em um grande consórcio financeiro internacional que se constituiu na China, os bancos americanos não estavam representados. Ele colocou em ação uma negociação que seria coroada de sucesso: um lugar é criado para os bancos americanos no consórcio. Para o prestígio dos Estados Unidos, aparentemente é um grande sucesso. As dificuldades logo apareceram envolvidas em outros negócios, e os bancos americanos recusavam-se a colocar capital no consórcio. Taft teve todas as dificuldades possíveis para escolher alguns bancos dentre eles. O que os financistas desejavam era que os diplomatas os ajudassem quando necessitassem, mas sem tentarem impor investimentos ou empréstimos arriscados e com pouco lucro, por facilidades "nacionais" ou "políticas" que não fossem as suas.

A relativa independência do Estado é, além disso, favorecida, como observou Raymond Aron,[7] pela existência, no mundo do capital, de facções hostis agindo em sentido contrário.

O processo evolui segundo datas

Desde o início do século XX, os bancos de investimentos britânicos, franceses, alemães e, em segundo lugar, americanos gozavam de um grande poder no mundo do liberalismo econômico e da livre empresa. O Estado possuía poucas armas para lutar contra os bancos, quando não contra o sistema aduaneiro e a "admissão de cota".

A guerra pára bruscamente com esse processo nos países beligerantes, onde, a princípio, sob formas semelhantes, uma moratória de pagamentos bancários é pronunciada, tanto quanto uma moratória da bolsa. Na França, por um lado, o financiamento da mobilização industrial se opera pelos adiantamentos reembolsáveis do Estado e não por investimentos bancários ou por emissão de ações.

---

7 *Paz e guerra entre as nações, op. cit., passim.*

Além do mais, uma lei de 1918 interditou, salvo em casos muito especiais, a emissão de empréstimos estrangeiros na França.

Apenas os bancos americanos continuaram a ver sua influência progredir. Quando, em abril de 1917, os bancos americanos fizeram importantes empréstimos em juízo, tais "empréstimos comerciais" seriam reembolsados. De 1920 a 1925, os bancos europeus não reconquistaram sua influência passada. Vemos, ao contrário, na França e, sobretudo, na Alemanha as grandes indústrias criarem seus próprios sistemas bancários. É o caso do magnata de la Ruhr, Ugo Stinnes, da empresa Schneider du Creusot, etc. Além disso, a fase em que as moedas eram desvinculadas do ouro e quando se produziam inflações por vezes dramáticas (Alemanha, Áustria) serve mais aos industriais – que fabricam objetos e antecipam preços – que aos banqueiros. Apenas os bancos centrais, meio públicos, meio privados, vêem sua influência aumentar, seu campo de ação alargar-se. O Reichsbank do dr. Schacht, o Bank of England de Montagu Norman, quando entraram em acordo, saíram vitoriosos em operações políticas de primeira grandeza e obtiveram como conseqüência o apoio de grandes bancos americanos.[8]

Os historiadores do sistema bancário geral estimam que a fase de declínio é igualmente ligada ao desenvolvimento considerável de um sistema bancário do Estado ou ligado ao Estado.[9]

De 1925 a 1929, a prosperidade passa-se em quase todos os lugares, mas sobretudo para os bancos americanos, que dispunham de um excedente de capital e emprestavam maciçamente aos países não endividados em relação aos Estados Unidos, quer dizer, principalmente à Alemanha: ao Estado, ao Länder, às cidades e a numerosas companhias.

---

[8] Cf. Jacques Bariéty, *Les relations franco-allemandes après la Première Guerre Mondiale*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1977 (toda a quarta parte) e Denise Artaud, *La question des dettes interalliées et la reconstruction de l'Europe (1917-1929)*, Lille III, 1978, 2 vols.

[9] Alfred Pose, "Structures et méthodes bancaires, 1918-1938", *Revue d'Économie Politique*, nº 1, 1939; A. Dauphin-Meunier, *La Banque (1919-1935)*, Paris, NRI, 1936. Cf. também *Relations Internationales*, 1988, nº 56, 'Banques centrales et politique des puissances aux XIX^e^ et XX^e^ siècle". Ver especialmente 1974, nº 1, "Milieux d'affaires et relations internationales"; 1982, nº 29, "Banques et investissements, 1850-1914".

A crise de 1929, que não acabou em 1939, foi em grande parte uma crise bancária, ligada ao "capitalismo selvagem", isto é, à insuficiente intervenção do Estado em matéria de produção, de emissão de ações e regulamentação do crédito. A crise foi um golpe muito duro nos bancos americanos e europeus, e muitos foram levados à falência. Para não citar o exemplo da Alemanha, cujo financiamento de seu enorme rearmamento escapa dos bancos.

O Estado paga à indústria da guerra com papéis negociáveis de um órgão simbólico (Metallforschung-MEFO) que os industriais podiam descontar no Reichsbank. A maioria não descontava, o que implicava que havia reservas: são essas reservas da indústria que, graças à engenhosidade do dr. Schacht, financiaram o rearmamento de Hitler.

Gostaríamos de ir além da Segunda Guerra Mundial e estudar a nova situação. Muita pesquisa é ainda necessária.

Apesar de tudo, provém desta breve análise – e isso se verifica pela história original – que *a natureza das relações entre diplomatas e financistas não pára de mudar*; que ela não obedece a uma lei única e simplista e que os parceiros vêem seus papéis crescerem ou diminuírem de acordo com a época.

Um outro tipo de evolução deve ser mencionado: o *pessoal.*

Antes de 1914, os ministérios das Relações Exteriores possuíam pouco pessoal treinado para negociações financeiras. Os cônsules, os diplomatas possuíam opiniões sobre direito comercial e marítimo e participavam das discussões de tratados comerciais, mas eram estrangeiros no aspecto "técnico" das negociações de empréstimos. Pouco importa: os bancos tinham seus próprios agentes experientes nesses tipos de operações, que conduziam a diplomacia de seu grupo com maestria.

A guerra, introduzindo práticas novas, coordenação de compras pelos Estados, negociação de empréstimos aos bancos, mas também, para a França, junto aos Tesouros britânico e depois americano, provoca um afluxo de pessoal que ultrapassa o corpo diplomático. "Missões" – a principal é a missão Tardieu nos Estados Unidos – vêm substituir sua ação. Cada vez mais se vêem não diplomatas lançarem-se em negociações da diplomacia econômica. Diferentemente de antes da guerra, trata-se de *agentes do Estado,* (funcionários, contratuais, encarregados de missões, etc.). Assim,

Jean Monnet é "representante do ministro do Comércio em Londres", de 1916 a 1919.

Após a guerra, o diálogo diplomatas–financistas de antes de 1914 dá lugar às negociações diplomatas–financistas públicos–financistas privados. Como muitos financistas públicos (exemplo: inspetores de finanças na França) passam para as empresas privadas, as conversações são facilitadas até um certo ponto: falam o mesmo idioma. Vemos até mesmo os Estados Unidos escolherem, de bom grado, importantes homens de negócios para lhes confiar embaixadas. Na França, muitos dos grandes diplomatas de depois da Segunda Guerra Mundial são antigos financistas públicos (Hervé Alphand, Maurice Couve de Murville).

As ligações diplomatas–propagandistas

Na terceira parte deste livro, no que se refere às forças psicológicas, examinaremos a natureza e os efeitos da propaganda. Aqui, estudaremos os "agentes" das relações internacionais. Dentre eles, os propagandistas desempenham um papel que aumenta o encolhimento do mundo e o extraordinário progresso das técnicas de comunicações.

Trata-se aqui dos propagandistas agindo sobre o "estrangeiro". Notaremos que os diplomatas aí participam muito ou pouco. O embaixador tem um papel de representação e procura mostrar uma visão agradável de seu país. Ele faz amigos, relações, aos quais ele transmite imagens favoráveis. Alguns de seus assessores – os conselheiros e adidos culturais, cargos que datam dos anos seguintes à Primeira Guerra Mundial e cuja instituição se generalizou depois da Segunda – fazem uma propaganda de alto nível sobre a cultura e o idioma de seu país.[10] As organizações do Estado (a Direction Générale des Relations Culturelles, Scientifiques et Techniques, na França; a United States Information Agency, nos Estados Unidos) ou semi-públicas (o Conselho Britânico; a Aliança

---

[10] A tese de Albert Salon, antigo conselheiro cultural francês na Austrália, sobre *La politique culturelle de la France*, dá sobre esse assunto uma rica e penetrante informação.

Francesa; o Instituto Goethe; o Instituto Dante Alighieri) participam ativamente desse trabalho. Ao lado dos adidos culturais, os adidos de imprensa e os adidos científicos representam papéis análogos. Os conselheiros e os adidos comerciais, encarregados de encontrar mercados, devem tornar conhecida a qualidade dos produtos que seus países poderão exportar, etc.

E, contudo, o que mais chama a atenção nas relações diplomatas–propagandistas é o contraste, mesmo uma verdadeira oposição.

O diplomata tem por tarefa essencial negociar com o governo junto ao qual está acreditado. Mesmo que as grandes negociações lhe escapem cada vez mais em benefício dos ministros das relações exteriores, dos chefes de Governo e de Estado, que atualmente podem deslocar-se confortavelmente, mesmo que o telégrafo, o telefone, o telex, o rádio e o fax permitam que a autoridade central lhes instrua de hora em hora (como já dizia Albert Sorel, "a fatal facilidade do telégrafo elétrico"), resta-lhe a negociação permanente. Esta leva a pequenas coisas e à preparação das grandes.

Ora, os diplomatas são apegados, por tradição ou por necessidade, ao *secreto*. Mesmo Wilson, que no primeiro de seus quatorze pontos preconizava *open covenants openly arrived at* – acordos abertos são aos que chegamos abertamente –, não sonharia em nenhum instante com o que os diplomatas negociam cercados de testemunhas. Wilson rejeitava os tratados secretos, os "governos paralelos", mas não desejava de forma alguma uma "diplomacia em praça pública". Isso foi muito bem observado na abertura das negociações de Paris, em janeiro de 1919. Para grande raiva dos jornalistas, as negociações desenrolaram-se protegidas de toda indiscrição.

Ao contrário, os propagandistas procuram agir sobre a opinião pública do país estrangeiro ou sobre alguns de seus setores. A opinião pública é mais sensível às apresentações claras, sem nuanças, que os compromissos delicados e as intenções sutis. Quando a opinião pública se inflama, torna-se muito mas difícil ao diplomata realizar bem sua tarefa, que é comumente a de propor compromissos. Quanto mais o diplomata cultiva o segredo, mais os propagandistas procuram desvendá-lo. É comum que uma "escapada" espetacular arruíne uma negociação. Um dos exemplos mais célebres é o "plano Laval-Hoare", de dezembro de 1935, que inclinava-

se a dar a Mussolini uma parte da Etiópia em troca de um reforço da união franco-anglo-italiana contra a Alemanha. A escapada, da qual desconfiou o Quai d'Orsay, consistiu em informações dadas por Londres pelos cronistas franceses Geneviève Tabouis e Pertinax. A opinião pública inglesa explodiu, a tal ponto que o plano foi abandonado e *Sir* Samuel Hoare teve de pedir demissão de seu cargo de *Foreign Secretary*.

O que o diplomata igualmente critica do propagandista é conhecer mal o país onde ele tenta agir e, conseqüentemente, cometer bobagens espetaculares. Durante a guerra de 1914-1918, Jusserand, embaixador em Washington, de 1902 a 1924, lutou energicamente contra o estabelecimento de uma grande "propaganda francesa". Os americanos, dizia ele, estão em maioria e, além do mais, são refratários à propaganda estrangeira, sobretudo se ela é muito evidente. Deixe-os falar bem da França, mantendo-os informados; corrigiremos os erros, os esquecimentos dos jornalistas, sem saturá-los de conferências inúteis e *slogans* malfeitos.[11] De fato, ele não pôde mais impedir as "missões", a criação de escritórios dependentes da "Maison de Presse", em Paris, e, finalmente, a criação de um amplo serviço de propaganda junto a André Tardieu, alto-comissário da França nos Estados Unidos.

Acontece que a propaganda, tal como é, e sobretudo sendo conduzida por jornalistas da imprensa escrita e da comunicação de massa e, cada vez mais, por agências de publicidade especializadas, está perfeitamente defasada em relação a uma realidade que os diplomatas conhecem bem melhor em seus detalhes. Certamente é mais difícil menosprezar publicamente que em segredo. Além do mais, a propaganda, devendo adaptar-se em diversos países, é levada a dizer – publicamente – coisas contraditórias. Quando se trata de países ditatoriais, onde tudo está nas mãos do Estado, tal prática pode criar uma atmosfera de desconfiança. Assim, em 1928, a França pede o retorno do embaixador soviético em Paris, Rakovsky, porque ele, negociando um acordo diplomático, confir-

---

[11] Cf. Yves-Henri Nouailhat, *France et États-Unis, août 1914-avril 1917*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1979, e André Kaspi, *Le temps des américains, 1917-1918*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1976.

ma a Moscou uma declaração inflamada convocando à deserção soldados alistados em exércitos de Estados burgueses.

Em resumo, as relações entre diplomatas e propagandistas continuam ambíguas. O problema é saber de qual lado está a maior eficiência. É também necessário procurar métodos permitindo harmonizar as diversas formas de ação. Retornaremos a esse ponto.

Esta visão sumária sobre os agentes de relações internacionais "táticos", a partir de decisões que vão além deles, levam-nos naturalmente a falar de seus chefes, líderes ou de quem tenha o poder de decisão. Se preferirmos, "estrategistas" e "calculistas". Nós lhes dedicaremos os capítulos seguintes, começando com o que se pode chamar de "material" de decisão, a saber, a informação.

Capítulo 5

A informação

única maneira conhecida de reduzir as incertezas é informar-se. Nada é mais difícil. Primeiramente, estamos limitados à observação, pois a experimentação raramente é possível em ciências humanas. Em seguida, não observamos os homens e os grupos humanos como observamos as coisas. Estas, certamente, resistem *passivamente*, e foi necessário um enorme esforço humano para passar das aparências aos "elementos", dos "corpos" às partículas. A humanidade resiste *ativamente*. Todos os homens escondem uma parte de seus pensamentos, dissimulam algumas de suas ações e, consciente ou inconscientemente, tendem a mostrar uma imagem de si próprios geralmente melhorada.

Existem segredos pessoais, industriais e de Estado. A astúcia e o cálculo escamoteiam os fatos.

As fontes de informação sobre o estrangeiro

Quem tem o poder de decisão deve estar informado sobre a estrutura e a conjuntura interna de seu próprio país. Isso porém não apresenta problema particular e reconduz à ciência política interna. Não que isso queira dizer que esse tipo de informação seja perfeitamente eficaz. Quando Polignac acredita que a conquista de Argel (4 de julho de 1830) lhe daria muita popularidade para dar um gol-

pe de Estado constitucional (as "quatro ordens" de 24 de julho), ele provoca a revolução. Quando Mussolini declara em 10 de junho de 1940 que "o vento da guerra soprou sobre a Itália" e se coloca ao lado de Hitler, ele acredita que terá o apoio de uma grande parte da opinião pública. O baixo moral do exército italiano – combatendo por uma causa que não era a sua – revela o erro inicial do *Duce*.

Se colocamos separadamente a informação sobre o estrangeiro, é porque ela apresenta características interessantes para nossa teoria.

Constatamos, primeiramente, que a informação sobre o estrangeiro tem quatro formas principais, com, naturalmente, nuanças intermediárias: *a informação aberta, a informação diplomática, a informação clandestina e a informação por satélite.*

A informação aberta

É a que permite ou tolera o Estado estrangeiro. A princípio ela pode ser objeto de correspondências normais sem colocar em dificuldades quem as expede. A "abertura" depende muito da legislação de cada país e de sua prática. Na URSS, onde um grande número de dados permanece secreto (dos catálogos dos arquivos à produção de um *kolkhoze*) e onde a liberdade de circulação permanecia, ainda recentemente, muito restrita, a informação aberta pouco acrescentava. O acadêmico Andrei Sakharov demonstrou claramente que o segredo representa a principal razão da lentidão do progresso científico e tecnológico em seu país (com exceção em matéria de armamento e astronáutica). Notaremos que, com a chegada ao poder de Mikhail Gorbatchev, um esforço – muito desigualmente vitorioso – acabou por estabelecer a "transparência" – *Glasnost*. Podemos suplementar essa escassez de informações abertas com um estudo do "comportamento": análise do conteúdo da imprensa, *slogans* do 1º de maio, recortes de informações. Foi assim que o serviço de informações polonês dos anos 1920, utilizando a lista dos oficiais alemães em férias e os anúncios fúnebres publicados nos jornais soviéticos locais, pôde determinar a existência e a localização de campos de treinamento da *Reichswehr* na Rússia. Nas democracias ocidentais, a massa de informações

abertas utilizáveis permite coletar informações em abundância. Há, porém, freios: o sigilo da correspondência e a proibição – irregularmente aplicada – das escutas telefônicas.

A informação diplomática

Ela se beneficia de um encaminhamento secreto, graças aos telegramas cifrados e à mala diplomática. A regra é que o diplomata informe, porém ele não é um espião. Se for surpreendido em atividades de espionagem, isto é, procurando informações proibidas, ele pode ser considerado *persona non grata* e ser expulso do país.

A informação clandestina

Ela penetra em domínios mantidos secretos por um Estado: estatísticas militares, plantas de fortificações, procedimentos tecnológicos, novas armas, fotografias, revelações sobre discussões secretas, etc. A "espionagem industrial" pode ser praticada, nos países liberais, em relação às empresas e não ao Estado. Como são atos ilegais, os que a executam – por patriotismo, vaidade ou vingança – o fazem por sua conta e risco. A regra é que exista um corte total entre os diplomatas e os agentes de informação – mesmo que comunicações excepcionais sejam geralmente previstas. Freqüentemente, o agente é desaprovado, não reconhecido. Existem, porém, negociações para troca de agentes detidos por ambas as partes.

Os enormes progressos técnicos da imprensa e da comunicação de massa, o número de correspondentes das agências de notícias, de jornais, a rapidez com que chegam a seu destino fazem com que a informação aberta, e apenas ela, dê resultados bastante satisfatórios. Será verdade, como diz François Le Roy, que todo acontecimento importante deixa um "rastro perceptível"? Pode ser que haja exceções. Em todo caso, para a comunicação de informações, a informação aberta é sem dúvida a mais rápida, seguida pela informação diplomática (antigamente mais lenta devido à necessidade de cifrar e decifrar manualmente os telegramas) e, finalmente, pela

informação clandestina, pois os agentes são pouco numerosos e gastam grande parte de seu tempo tomando precauções. Veremos pelo pequeno exemplo abaixo, datado de 7 de março de 1936 (reocupação da zona desmilitarizada da Renânia, sobre o Reno, por Hitler).

> Nota do Estado-Maior do Exército[1]
> Informações - Alemanha - Zona desmilitarizada
> Secreto - 7 de março de 1936
>
> I. O SCM telefonou em 7 de março às 9h45, transmitindo as seguintes informações:
>
> 1ª Fonte: confirmada e bem-localizada (polícia), mas são informações obtidas em escalões inferiores. "A reocupação da zona desmilitarizada está prevista para 12 ou 15 de março."
>
> 2ª Fonte: confirmada e bem-localizada (polícia na ZD), mas obtendo as informações em escalões inferiores. "A reocupação militar da zona desmilitarizada está prevista para 1º de abril..."
>
> II. Fonte: meio de imprensa francesa. Nos termos de uma informação que um grande diário de Paris recebeu esta manhã, 7 de março, de seu correspondente em Berlim, as tropas regulares alemãs entraram esta manhã na zona desmilitarizada...

O valor da informação aberta é universalmente reconhecido. Assim, na França, uma "Escola de Informações de Exércitos", destinada sobretudo aos futuros adidos militares, foi fundada em 1975, e seu primeiro comandante, o general Cléry, fez carreira como adido militar.

Não resta apenas a informação clandestina. É uma ilusão acreditar que a supressão de serviços de informações seja uma prova de espírito democrático. Quando Briand aceita a supressão do "controle militar" na Alemanha, em 1927, ele acredita ter realizado um bonito gesto. Na realidade, ele privilegia os ultranacionalistas alemães que, além do mais, viram nisso uma prova de fraqueza. A segurança de um país exige que ele seja informado sobre as

---

[1] *Documents diplomatiques français* (*1932-1939*), 2ª série, t. I, nº 297, p. 409.

perspectivas de uma ameaça, e mesmo de uma ameaça potencial. Sobre esse ponto, a informação aberta é insuficiente. Os oficiais dos serviços de informações, que correm riscos enormes por patriotismo, são certamente mais honrosos que os agentes pagos. Entretanto, os métodos nem sempre são bonitos: comprar um traidor para seu país é muitas vezes útil, mas deixa um gosto amargo.

Algumas vezes, a informação clandestina é feita de forma bem mais divertida: por exemplo, quando conseguimos decifrar o código de um país estrangeiro. A decifração do "telegrama Zimmermann" pelos britânicos em 1917,[2] o código dos bolcheviques também pelos britânicos em 1920,[3] alguns códigos japoneses pelos americanos antes da Segunda Guerra Mundial tiveram uma grande importância histórica.

A informação via satélite

Desde a primeira edição deste livro, os progressos científicos e técnicos, decorrentes da fotografia aérea, lançados durante a guerra de 1914-1918, foram tão gigantescos que um novo tipo de informação global apareceu. Os aviões espiões U2, que causaram uma crise soviético-americana em 1960, são totalmente rastreados pelos "satélites espiões", cada vez mais numerosos e protegidos, cada vez mais aptos para fotografar todos os detalhes da superfície da Terra e, graças ao infravermelho, até mesmo detalhes que escapam à visão humana. Isso traz um novo dado. O país mais científico dispõe desde então de uma superioridade total. Com os satélites, com os aviões-radares, com a interferência nas ondas emitidas pelo inimigo, etc., a vitória está assegurada. Conhecemos um exemplo bem claro com a Guerra do Golfo, conduzida essencialmente pelos americanos contra o Iraque de Saddam Hussein, que havia conquistado o Kuwait pela força.

---

[2] Barbara Tuchman, *The Zimmermann telegram*, Nova York, 1958.

[3] Richard H. Ullman, *Anglo-Soviet relations (1917-1921)*, Princeton, Princeton University Press, 1972, 3 vols. Cf. t. III, cap. VII (pp. 265-314), "The intercepts".

Os velhos tratados de diplomacia devem procurar todas as informações possíveis.[4] Eis um ótimo exemplo datado de 1561:

> Ele deve saber a natureza do país, seus limites, sua fertilidade ou esterilidade, a indústria, o comércio, sua inclinação para as armas ou para as artes, sua boa ou má disposição em relação a seu príncipe, as forças terrestres ou marítimas, quais chefes comandam, naturais, estrangeiros, seu valor e reputação, as próprias forças de que o príncipe pode fazer uso em tempos de guerra ou por qual estrangeiro ele pode ser assistido, seja pelo interesse comum entre eles ou subvencionando-o, qual sua disposição em relação aos príncipes vizinhos ou outros e a destes em relação a ele. O fundamento e as ocasiões que uns e outros podem ser bem ou mal combinados, o rendimento e o gasto corrente deste príncipe; seu tesouro e quanto ele pode crescer por ano, quais são seus ministros e conselheiros, suas qualidades pessoais, sua união ou desunião, seus objetivos e interesses particulares, suas oportunidades e a falta delas, se eles são de uma probidade sólida e de uma fidelidade que nenhuma corrupção possa ocorrer, se o lugar que eles ocupam no governo foi alcançado por mérito ou por favor, que parte os grandes têm nos negócios e qual apreço o príncipe dispensa a eles. Finalmente, a honra e o gênio desse príncipe, sua capacidade, seus exercícios, inclinações, virtudes, vícios, tanto quanto o conhecimento de todas essas particularidades, podem proporcionar uma grande luz a todos os que com ele tiverem negociado.[5]

Nossa proposta aqui é apresentar uma classificação empírica e simples, levando em consideração a "substância" e não mais o caráter aberto ou clandestino da informação.

Distinguiremos:

---

[4] Cf. J.-B. Duroselle, "L'évolution des formes de la diplomatie et son effet sur la politique extérieure des États", *La politique étrangère et ses fondements*, Paris, Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, nº 55, pp. 325-349. Sobre as origens da diplomacia moderna na Itália, cf. o excelente artigo de Gigliola Soldi Rondini, "Ambasciatori e ambascerie al tempo di Filippo Mario Visconti (1412-1426)", *Nuova Rivista Storica*, III-IV, 1965, pp. 313-344. Da mesma, "Il diritto di guerra in Italia nel secolo XV", *ibid.*, III-IV, 1964, pp. 275-306.

[5] Pierre Danès, "Conseils à un ambassadeur", 1561, publicado por L. Delavaud em *Revue d'histoire diplomatique*, 1915.

Classificação das informações

Informações de caráter quantitativo

Tudo o que leva em consideração a população, sua distribuição geográfica, sua divisão social, religiosa, racial, política, sua pirâmide etária, o caminho da evolução demográfica, é indispensável, por exemplo, em estratégia, o que os americanos chamam de *targeting* (fixação de objetivos), ou, ainda, em economia, *marketing*.

Tudo o que se refere às forças armadas: número e distribuição dos oficiais, homens, unidades, arma, etc.; a estatística econômica das mais variadas e complexas, com uma contínua atenção à conjuntura, isto é, aos acontecimentos de média duração, assim como sua evolução, de modo a se obter uma idéia de seu *potencial*: é uma infinidade de coisas que inclui principalmente preços, salários, lucros, moeda, produção, trocas, contabilidade nacional, etc; o número de pesquisadores, de laboratórios, de patentes, as cifras da produção de livros, de revistas, para se ter uma idéia da *capacidade de criação*.

De maneira geral, toda estatística deve ser coletada pelo informante.

Informações de caráter técnico

Tudo o que se fica sabendo sobre os exércitos, máquinas, procedimentos industriais tem uma utilidade, não apenas por não se poder ignorar tais coisas, sob o risco de ser superado, mas também porque esse conhecimento dá uma idéia da capacidade de um adversário ou de um aliado potencial em suas atividades de *criação*, de *produção* e de *luta*.

Do mesmo modo, um conhecimento preciso da geografia, inclusive da microgeografia, que é a disposição das linhas de defesa, de fortificação, etc.

Tais informações não são estatísticas mas, sendo materiais, podem ser *exatas*. Elas devem, em todos os casos, visar à exatidão.

Informações de caráter qualitativo

Insistiremos muito, no que se segue, sobre a importância qualitativa, reduzida a cifras.

Podemos, certamente, encontrar métodos de colocar o qualitativo no computador (por exemplo, classifico o "moral" de uma unidade segundo um certo número de níveis fixados por mim). Mas, repetindo, *o simples fato de reduzi-lo a quantidades é, em minha opinião, um ato qualitativo.*

É necessário, naturalmente, como já diziam antigos autores, conhecer o príncipe, o líder, o chefe: seu caráter, sua inteligência, sua energia, sua aptidão para o trabalho ou preguiça, sua educação, o que ele admira, o que ele detesta, sua afetividade e suas paixões. E também sua corte, seus amigos, suas amantes, antigamente seu confessor, os pequenos "grupos reais" aos quais ele pertence, sua influência, seu grau de delicadeza ou de obstinação, seu empirismo e seu dogmatismo.

Também é necessário descobrir, para os grandes notáveis, o mesmo tipo de informações, pois esses homens são intercambiáveis. Um Briand não reage como um Clemenceau, nem um de Gaulle como um Guy Mollet, nem um Carter como um Kissinger.

Para as potências que possuam um armamento nuclear, é necessário tentar penetrar no pensamento do presidente, poder de decisão supremo, para tentar adivinhar qual poderá ser sua atitude diante de uma situação altamente dramática. Pode-se, certamente, duvidar que tal domínio do espírito de geometria esteja mesmo em condição de suprir o espírito de habilidade.

Por outro lado, devem-se avaliar a influência durável das ideologias, as mentalidades coletivas, a opinião pública, seus saltos bruscos, sua intensidade. Os grupos ditos de pressão, sua respectiva importância, seu grau de influência sobre o líder, seus métodos (imprensa, *lobby*, etc.) devem ser igualmente conhecidos e analisados.

Há um "caráter nacional" do país estrangeiro considerado? Em que sua "iconografia" age sobre o comportamento?

Deve-se, continuamente, obter *síntese* das informações quantitativas, técnicas e qualitativas. As sínteses constituem, por sua própria aproximação, um trabalho qualitativo. Deve-se também levar em consideração os elementos de incerteza que elas comportam. Podemos distinguir três tipos de sínteses:

- síntese sobre a *situação* maleável e fugaz. Essa síntese deve ser sempre relacionada às experiências adquiridas;
- síntese sobre a *conjuntura*, isto é, sobre um estado de estabilidade pouco durável, ligado a uma evolução relativamente rápida dos acontecimentos;
- síntese sobre a *estrutura*, isto é, sobre o conjunto de fenômenos relativamente estáveis. A estrutura evolui, mas de maneira mais lenta.[6]

A acessibilidade da informação

A coleta de informações não terá serventia alguma se não chegar até a quem detenha o poder de decisão por intermédio do pequeno grupo real que é sua equipe de decisão. Ora, este não é um problema pequeno.

A dificuldade por que passam todos os homens é que eles percebem os acontecimentos de forma *subjetiva*, como Fabrice del Dongo na batalha de Waterloo. Entretanto, eles admitem que existe uma realidade objetiva, que o acontecimento se produz de tal modo e não de outro e que, tendo ficado no passado, absolutamente ninguém pode mudar essa objetividade. A única maneira de se aproximar é o grande número de testemunhas, sua comparação, e uma avaliação do valor do testemunho – que não é o mesmo se se trata de um caráter rígido ou de um mitômano, de um homem preconceituoso ou de um espírito livre. Com testemunhos diversos e a comparação, podem ficar zonas obscuras, que nenhum testemunho descreve, mas com o máximo de garantias de objetividade.

Devem existir também serviços especializados para a coleta de informações pelos informantes, tão diversos quanto possível, e para a elaboração de uma reconstituição objetiva. Esse trabalho é descrito com perfeição pelo general Gauché em seu livro sobre o Deuxième Bureau,[7] do qual ele foi chefe. Munido dos dados desses

---

[6] Cf. adiante, no capítulo 8, "A natureza das forças", na p. 168.

[7] General Maurice-Henri Gauché, *Le Deuxième Bureau au travail (1935-1940)*, Paris, 1953.

serviços de informações (SI) e de outras fontes, este pesa o valor dos depoimentos (por meio do conhecimento de seus caracteres e de suas informações precedentes), examina a freqüência das coincidências e daí tira uma opinião sintética e crítica. Quando o general Didelet, adido militar em Berlim em 1939, não parava de afirmar que a Alemanha não podia se envolver em uma guerra total antes de 1942, o Deuxième Bureau comparou essa opinião com uma infinidade de outras informações sobre o estado real do exército alemão e concluiu que Didelet estava enganado.

No Quai d'Orsay, na mesma ocasião, não existia órgão comparável. É em nível de secretário-geral e da direção política que esse trabalho deve ser concluído. Ora, esses órgãos são engolidos pelos casos correntes. Os embaixadores enviam despachos, muitas vezes longos, que são apenas lidos por subalternos. Os telegramas dos grandes embaixadores são, a princípio, lidos pela cúpula. Porém, eles são muito numerosos. O embaixador na Alemanha, François-Poncet, enviava tantos despachos e tão longos, tantos telegramas cifrados e telegramas ditos fonados (uma invenção dele), que o Quai d'Orsay se queixava de estar sobrecarregado. O próprio embaixador sabia disso e escrevia principalmente ao secretário-geral Alexis Léger para chamar sua atenção para os telegramas que ele julgava mais importantes.

Nos Estados Unidos, os serviços permanentes do Conselho de Segurança Nacional fazem o trabalho de triagem e de cortes. Eles tiram daí os relatórios de diversos tamanhos e, finalmente, uma nota pluricotidiana, de uma ou duas páginas, que chegará às mãos do chefe (tive testemunho disso na época de Henri Kissinger). Se a atenção do chefe é atraída por um ponto, nada o impede de solicitar relatórios médios, ou mesmo longos, que lhe dêem uma documentação o mais perfeita possível.

Essa questão do "tamanho" não é absolutamente secundária. O tempo de que dispõem esses homens, mesmo os mais apegados ao trabalho, é limitado. O espírito humano é tal que, se a pessoa está diante de vinte páginas de vários assuntos diferentes – por exemplo, certos despachos de embaixadores –, ele pode não perceber qual o trecho essencial, que o convida à meditação e à ação. Quem tem o poder de decisão tem outras responsabilidades além da decisão. Ele é obrigado a participar de conselhos, comitês, rece-

ber visitantes que algumas vezes o informam, mas que também solicitam.

É necessário que ele faça nomeações, logo, escolhas. Ele tem um papel de representação. Deve assinar centenas de documentos. Ele próprio participa de negociações. Enfim, ele deve exercer um certo controle sobre a aplicação das decisões por ele tomadas. "Resuma para mim tudo em uma página", parece que dizia Paul-Boncour. Armand Bérard, que foi seu chefe de gabinete, dizia, além do mais, que dedicava mais tempo ao Parlamento e a seus discursos que às relações exteriores.[8]

Toda pessoa que detém o poder necessita então de colaboradores competentes a quem ele possa delegar muitas das tarefas – como Berthelot para Briand.

É aqui que aparece outro obstáculo para o acesso à informação: uma barreira, um filtro.

Como as informações nunca são completas – são "tratadas" por um serviço, depois "re-tratadas" pela corte do líder, por intermédio de seu "grupo de decisão" –, é claro que as distorções são possíveis e freqüentes, podendo ser voluntárias ou involuntárias. Alguns rápidos exemplos ajudar-nos-ão a perceber esse fenômeno essencial.

Na época dos debates ministeriais que imediatamente se seguiram ao rearmamento da Renânia por Hitler, em 7 de março de 1936, o general Gamelin e o Ministério da Guerra, como também o próprio ministro, general Louis Maurin, que acreditava ser necessário resistir, mas que isso implicava uma mobilização geral, afirmavam que o exército alemão já era mais forte que o exército francês. Essa é uma afirmação formidável, que certamente pesou na decisão do governo de confiá-la ao Conselho da SDN, isto é, não agir. Ora, hoje nós sabemos que o exército francês guardava ainda uma grande margem de segurança. Hitler sabia bem disso e ordenou que, em caso de reação francesa, o exército alemão recuasse imediatamente. De onde veio o erro?

Pode-se acreditar em escrúpulos do Deuxième Bureau do Estado-Maior, o qual, havendo-se enganado bastante sobre o contin-

---

[8] Armand Bérard, *Un ambassadeur se souvient*, t. I, "Au temps du danger allemand", Paris, Plon, 1976. Cf. pp. 371-372.

gente dos efetivos do exército alemão em 1914, teria, a fim de evitar semelhante erro, acrescentado ao efetivo o que ele chamou de uma "margem de segurança".

Os documentos mostram, entretanto, que o Deuxième Bureau forneceu números exatos, hoje corroborados pelos arquivos militares alemães. Ele indica que havia sete divisões na Renânia e acrescenta a existência, na reserva, de 235 mil homens fora do quadro, por falta de oficiais. A corte de Gamelin transformou, com um passe de mágica, esses 235 mil homens em quinze divisões, juntando-as às divisões reais. Nesse caso, evidentemente, o exército alemão seria mais forte.

Quem fez essa falsificação? O próprio Gamelin? Seu estado-maior particular ou o ministro? Não se sabe. Tudo se passa, porém, como se Gamelin e seus colaboradores, firmemente decididos a não intervir na Renânia, no encontro com Maurin, tivessem utilizado ilicitamente esse artifício para mostrar a intervenção como muito arriscada.

Eis agora um exemplo de filtragem completamente voluntária, quase absoluta, além de uma ingenuidade total. No decorrer de uma exaustiva viagem aos Estados Unidos, em setembro e outubro de 1919, para inflamar a opinião pública a favor do Tratado de Versalhes, Wilson adoece e é levado para Washington. Seu estado era muito sério. Durante sua lenta convalescença, só recebia visitas de sua esposa e de seu médico. O problema é saber se Wilson admitiria que o tratado que assinou com os aliados, submetido ao Senado, sofresse emendas e reservas, no que se referia em grande parte à SDN, e que a maioria republicana colocasse como condição um voto de aprovação. Se Wilson cedesse e aceitasse as emendas, o tratado teria todas as chances de obter a maioria constitucional de dois terços. Os franceses e os ingleses, inquietos com a reviravolta dos acontecimentos, estavam dispostos a aceitar tais emendas.

Ora, a senhora Wilson, receosa da saúde de seu marido, não queria que ele se preocupasse. Ela lhe transmitia apenas notícias agradáveis, isto é, que o tratado teria chances de ser aprovado sem emendas. Na realidade, essas chances eram cada vez menores, porém Wilson não sabia. Ele também desconhecia a atitude da França e da Inglaterra. Homem obstinado, as notícias que ele recebia o encorajavam em sua pertinácia; o tratado deveria ser votado sem

emendas. Os senadores democratas que lhe eram fiéis receberam ordens de votar *contra* o conjunto tratado-emendas, o que provocou um "xeque-mate". Os Estados Unidos não ratificariam o Tratado de Versalhes. Notamos, aqui, a que ponto a filtragem feita pela senhora Wilson foi enorme. Se tivesse sido mais bem informado, Wilson provavelmente teria aceitado o compromisso.

Mesmo se a filtragem for, em geral, menos dramática, ela não pára de acontecer. Em 1789 numerosos franceses clamavam "do rei mal-informado para o rei mais bem-informado".

Isso implica que o chefe tenha a preocupação de ser bem-informado, o que nem sempre é o caso. Alguns confiam em sua perspicácia – em linguagem corrente, em seu "faro".[9] Outros são negligentes. Muitos só aceitam boas informações, o que leva, em regimes ditatoriais, a uma tendência de os informantes enviarem apenas informações que agradarão. Alguns se privilegiam de certas fontes de informação em relação a outras. Sabe-se mais ou menos o que Hitler lia, pois sua visão deficiente demandava letras grandes. Constata-se desse fato que ele era ávido por informações provenientes de todos os serviços secretos, mas que raramente lia os telegramas de seus diplomatas. Pode-se também ter uma ilusão, confundir o que está no papel com o que se passa na realidade.

Concluímos que, em todos os casos, o chefe (o líder), consciente de uma possível filtragem, tenta, com todas as suas forças, cercar-se de homens nos quais "confie".

Resta, mesmo nesse caso, uma possibilidade de *alteração involuntária* de informação. A estrutura, a conjuntura e a situação devem ser objetivamente conhecidas. Ora, o chefe e sua equipe possuem uma visão deformada, seja por insuficiência de informação, seja por preconceitos ligados ao seu recrutamento político ou social. Tudo se passa como se um prisma desviasse o raio luminoso. Alfred Sauvy dá um excelente exemplo sobre a Frente Popular. Após a desvalorização de setembro de 1936, o governo de Léon Blum nota claramente certas conseqüências econômicas: aumento dos preços mais rapidamente que o dos salários, leve aumento do

---

[9] Interessante passagem sobre o "faro", na tese inédita de Jean-Pierre Derriénic, *Esquisse d'une problématique pour une sociologie des relations internationales*, Fondation Nationale e des Sciences Politiques, 1978.

desemprego. Porém, na falta de uma contabilidade nacional e de serviços de estatística adequados, ele ignora que esses fenômenos são menores em relação a um outro que não percebe: a vigorosa retomada da expansão econômica durante todo o final de 1936. Ele também é pessimista, subjetivamente, sobre uma realidade que o historiador – que a conhece melhor – pode chamar de "objetiva", e que deve levar ao otimismo. O resultado é que, ao invés de obstinar-se e de ter, por exemplo, coragem de propor exceções à lei das quarenta horas, ele acreditava precisar mudar de política, voltar a um certo pseudoliberalismo, inaugurar a "pausa" (que descontenta a esquerda ainda mais que se o acordo das quarenta horas fosse feito) e romper a expansão.

Do mesmo modo, o caso da CED na França parte da crença dos dirigentes franceses de 1950 na impossibilidade de a opinião pública aceitar um rearmamento alemão puro e simples, que ela admitirá sem hesitação em 1954-1955. Além do mais, acreditavam que essa opinião francesa era bastante "européia" para aceitar a desnacionalização do exército francês, o que era rejeitado por grupos tão diferentes como os que tinham por símbolo o general de Gaulle, Édouard Herriot e Vincent Auriol.

Capítulo 6

O cálculo "estratégico": objetivos, meios e riscos

qui nós estamos bem no coração do debate sobre a finalidade. Todo homem incessantemente propõe a si mesmo *objetivos*, ou *apostas*, procurando alcançá-los. Ele sabe que, sem dúvida, encontrará obstáculos. Com que *meios* ele os vencerá? Sabe também que não é, por si só, o Universo. O Universo existe além dele. O mais idealista dos filósofos, Philonous, de Berkeley, na prática agia como o mais profundo realista. Ora, essa resistência do Universo é bastante desconhecida. Pode-se prever, ou não, que uma poeira venha emperrar uma engrenagem? Então, é necessário levar em conta esse risco que é tão ameaçador quanto a informação incompleta. Em matéria de relações internacionais, onde mostramos a coincidência entre o "desconhecido" e o "aleatório", a noção de *risco* aparece em todo seu esplendor.

Não se pode "deixar de viver" totalmente. A vida não é possível sem um mínimo de ação. O determinismo mecânico que acredita filosoficamente não haver nenhum meio de agir sobre sua própria vida, pois tudo já está previsto por leis precisas, esquece-se em geral da ação, que acredita ser ilusória. Ele age. O fatalista e o crente na absoluta "predestinação", por Deus, dos comportamentos humanos, fazem exatamente o mesmo. Quando muito, podem tirar de suas doutrinas uma certa preguiça. Em geral, isso se reduz a uma resignação após o golpe: "Estava escrito!"

Vemos a que ponto esse trinômio – objetivos, meios e riscos – é suscetível de oferecer um leque imenso. Aquele que é "precipitado" se lança em direção a seu objetivo sem haver preparado bem seus meios nem estimado seus riscos. O "prudente" pensa, sobretudo, nos riscos e prefere, se necessário, restringir a amplitude de seus objetivos. O "audacioso" – que não se deve confundir com o "precipitado" – é aquele que, havendo fixado um objetivo e acumulado meios, aceita o risco, preferindo o "tudo ou nada" à mediocridade. O "planejador" é aquele que concentra sua atenção sobre o crescimento dos meios e a redução dos riscos. O "oportunista", munido de certos meios, muda sem problemas de objetivo segundo a idéia que faça da evolução dos riscos. E a gama, sendo infinita, podemos imaginar ou simplesmente descobrir, pela pesquisa histórica, uma infinidade de tipos e nuanças.

Tratando-se de homens importantes dispondo de poder e, principalmente, dos líderes que têm a responsabilidade última, o problema é da mesma natureza, ainda que sua ação não diga respeito sobre seu único destino, mas o de inúmeros homens. É deles que trataremos a seguir.

Os objetivos do líder: "o interesse nacional"

Raymond Aron escreveu, sobre esse assunto, textos novos e insubstituíveis.[1] Segundo ele, os objetivos podem ser enunciados de uma maneira abstrata e de uma maneira concreta. Abstratamente, são a segurança, o poder e a glória. Concretamente, são o espaço, os homens e as idéias. Proporei uma classificação um pouco diferente.[2] Deve-se deixar de lado a *segurança* porque ela é, em essência, um objetivo comum a todos os Estados, a todas as unidades políticas. Por essa mesma razão é que toda comunidade se propõe, a princípio, a sobreviver. Em seguida, há a busca da *potência*. Os

---

[1] Raymond Aron, *Paz e guerra entre as nações, op. cit.*, cap. III, "O poder, a glória e a idéia ou os objetivos da política exterior".

[2] Tentei fazê-lo em um artigo sobre o livro de Aron: "Paix et guerre entre les nations. La théorie des relations internationales selon Raymond Aron", *Revue Française de Science Politique*, dezembro de 1962, pp. 963-967.

autores acreditam que ela sozinha leve os Estados a se enganarem muito, pois alguns podem preferir a busca da *riqueza*. Outros subordinam potência e riqueza à "causa", à "idéia". São os propagadores da fé, os homens da *expansão religiosa ou revolucionária*. Finalmente, para numerosos soberanos, o *prestígio* desempenha, algumas vezes, um papel determinante.

Ora, é uma outra observação essencial de Raymond Aron, o líder escolhe seus objetivos com uma grande liberdade.[3] Sua ideologia, sua ambição e seu temperamento desempenham nessa escolha um papel muito importante. Sua própria posição de líder faz com que dê a seus objetivos o nome de "interesse nacional". Em todo caso, diremos que o poder do qual ele é investido obriga-o a considerar ou a pensar em considerar que seus objetivos coincidam com o interesse nacional.

Seria bom poder determinar um interesse nacional *objetivo*. Estudar-se-iam, então, as relações internacionais sob a forma simples de uma comparação entre interesse nacional proposto pelos líderes e o interesse subjetivo. Só os doutrinários acreditam atingir a objetividade científica. É, porém, subjetivamente que eles adotaram a doutrina.

A doutrina marxista-leninista, por exemplo, afirma ser científica, logo, objetiva. Para ela, o interesse nacional confunde-se com o interesse do proletariado. Como o proletariado seria incapaz de precisar seu próprio interesse, é a "vanguarda do proletariado", isto é, o partido comunista que o determina. Isso coloca dois problemas:

1) Em nome de qual critério científico pode-se afirmar que, dentre todas as comunidades humanas, o partido seria o único a escapar da subjetividade?
2) Quem prova que o interesse definido pelo partido coincida com o interesse do proletariado? Não se trataria, antes de mais nada, do interesse apenas da "vanguarda"? E mesmo, segundo algumas críticas recentes, a maneira como as deci-

---

[3] Raymond Aron, "A indeterminação da conduta diplomático-estratégica", *op. cit.*, pp. 115-119.

sões são tomadas dentro do partido, os interesses vistos apenas pelos dirigentes dessa "vanguarda"?[4]

Pode-se também, de maneira menos doutrinária, dizer que o interesse nacional é o que mais se aproxima do interesse da maioria. Foi assim que na plataforma eleitoral de Wilson em 1912, inspirado pelo juiz Louis Brandeis, Wilson se declara o homem do "interesse nacional", em oposição aos "interesses especiais". Mas, ainda aí, quem pode seguramente determinar quem é do meio do "interesse nacional"? Em cada Estado constata-se a multiplicação de interesses particulares totalmente contraditórios. O vinicultor do sul da França desejaria que se estabelecesse uma barreira à entrada de vinhos italianos. Já o exportador, que tem um grande mercado na Itália, recusa tal barreira sobre os vinhos, pois teme uma represália italiana sobre seus produtos. O produtor tem necessidade, muitas vezes, de proteção aduaneira. É a "proteção do trabalho nacional" (expressão muito utilizada pelo *Moniteur Industriel*, na época do Segundo Império). O consumidor tem interesse no livre comércio que faz baixar os preços. Em suas conferências, Richard Cobden fazia colocar no estrado a figura de um pão enorme, com a inscrição: *Who is for the big loaf?* – quem é a favor do pão grande?, isto é, alimento mais barato.

No total, o interesse nacional, tido como o interesse da maioria (e não apenas do proletariado), não pode conduzir a um tipo de resultante entre os interesses opostos ou a mistura de uma quantidade considerável de grupos diferentes. A palavra resultante a princípio não é boa, pois trata-se na realidade de saber quais grupos privilegiaremos e quais sacrificaremos. Essa escolha é um ato subjetivo, mesmo tendo por regra favorecer o maior número possível.

Evidentemente a história está cheia de situações em que o líder não procura, de maneira alguma, o interesse nacional, mas o seu próprio ou o de seus partidários. O tirano declara abertamente essa escolha. Em geral, é mais sutil, mais mascarado. A maior parte do tempo protege-se com belas palavras. Para Guizot, o interesse nacional francês foi enriquecido pela grande burguesia. Para Napoleão III, foi uma

---

[4] Além da célebre obra de Djilas sobre a nova classe dirigente, ver Michaël Voslensky, *La Nomenklatura: les privilégiés en URSS*, Paris, Belfond, 1980.

mistura confusa de industrialização, de princípios de nacionalidades e de reconquista de fronteiras naturais. A idéia de que o interesse nacional coincide com o do proletariado é, como dissemos, subjetiva. Ela tem, pelo menos, mais atrativos que a de Guizot. Como explicamos anteriormente, isso não significa que, em um Estado não socialista, o único interesse nacional que deva ser considerado seja inexoravelmente o do "grande capital" (ou a etapa precedente, a feudal). A vontade sincera, e de certo modo eficaz, de alguns líderes de garantir o interesse da maioria aparece desde a época do Absolutismo com os "déspotas esclarecidos". Ela continua a se manifestar, apesar das imperfeições dos empreendimentos humanos, nos tempos da democracia liberal ou popular.

Um outro problema a ser considerado é o da relação entre o interesse nacional de um país e os interesses nacionais de outros. A conquista do tipo "nacional" (anexar a seu território uma população da mesma nacionalidade da qual se tenha separado) pode, com muita precaução, e em certos casos, encontrar justificativas de interesse coletivo. A conquista, com tendência a submeter populações estrangeiras, pode contribuir para o enriquecimento do conquistador e para o aumento de seu poder. Isso foi verdade sob o Antigo Regime, quando as populações tinham mais vantagens mantendo seus privilégios locais do que pertencendo a esse ou àquele soberano. Isso deixa de ser verdade, a longo prazo, a partir do momento em que passa a existir um "sentimento nacional" nos povos conquistados. Isso gera futuras revoltas, perdas de vidas, gastos e dramas.

Constatamos, então, que uma mudança se opera nas relações internacionais a partir da descoberta – que se dá no século XVIII na América do Norte e na Europa Ocidental – de que o Estado deve afinar-se com uma grande comunidade de homens que aceitem viver em conjunto. A longo prazo, tal concepção parece muito mais próxima do interesse da maioria que as noções de império, espaço vital e hegemonia.

Do mesmo modo, vemos aparecer no conjunto dos Estados mundiais um dado comum do interesse nacional: *a segurança.* Esta existe em dois graus. A *segurança relativa* consiste, por meio do poder, em alianças ou em qualquer outro tipo de ação que seja capaz de assegurar sua independência e sua integridade territorial, mesmo

pagando o preço de uma guerra defensiva. A *segurança absoluta*, muito mais rara, consiste em se sentir a salvo não apenas da amputação territorial ou da perda da independência, como também a salvo de uma guerra indesejada. Os Estados Unidos vivenciaram tal situação em relação ao estrangeiro de 1814 a 1914, pelo menos. É um ideal muitas vezes difícil de ser alcançado.

Quanto à segurança relativa, não se poderá compreender um líder, seja ele quem for, que não tenha seus objetivos determinados. Certamente, ele pode correr riscos exagerados e, assim, colocá-la em perigo. Porém, todo Estado, mesmo coincidindo com uma nação (por exemplo, a austro-húngara multinacional de 1914), tem de garantir, antes de tudo, a sobrevivência. Existe, contudo, um caso extremo: quando se deve escolher entre a independência e a sobrevivência psíquica de seus habitantes. O infeliz presidente Hacha, da Tchecoslováquia, viu esse dilema impor-se no encontro dramático com Hitler em 14 de março de 1939: "Ou vocês apelam para o exército alemão, ou amanhã nós bombardearemos suas cidades". É verdade que, mesmo nesse segundo caso, nada poderia impedir a perda da independência. Quando, em 2 de agosto de 1914, o governo belga recebeu um ultimato alemão, a esperança era garantir, em caso de resistência, que o sofrimento dos habitantes fosse limitado. Hoje, com a perspectiva infinitamente mais sombria do aniquilamento por armas nucleares, é provável que todo líder ao qual a escolha fosse imposta, e que fosse totalmente desprovido de meios de represálias – diretas ou em mãos de aliados –, não poderia fazer outra coisa a não ser ceder. Na verdade, não se sabe qual seria a serventia, para o conquistador, de um território mortalmente poluído por radioatividade e, conseqüentemente, a própria ameaça não pode ter credibilidade. Contudo, o dilema *paz ou liberdade* se coloca com mais intensidade do que nunca.

Para as outras opções: riqueza, território, poder e expansão revolucionária, a escolha permanece bem aberta. Montesquieu dizia sobre a Inglaterra, em *O espírito das leis* (1748): "Outras nações cederam a interesses políticos; esta sempre cedeu os interesses políticos aos interesses econômicos".[5]

---

[5] LXX, cap. VII.

Sem dúvida que o atrativo das vantagens econômicas sempre foi uma grande tentação. A riqueza tem duas faces. Ou ela é o meio de *bens* acrescidos (aí compreendidos os bens particulares de Harpagão, que consiste em possuir o mínimo possível) até o que chamamos de fausto. Na escala de uma população, o crescimento substancial do nível de vida, ou seja, a riqueza é vista como o principal suporte do *poder*, pois ela permite comprar armas, financiar aliados (a Inglaterra das coalizões antinapoleônicas, a América de 1917-1918, a América do empréstimo-aluguel) até comprar políticos corruptos.

Normalmente, a população desconfia dos objetivos diretos do poder e do prestígio. Um exército mobilizado se sentirá pouco envolvido pelas ambições conquistadoras dos líderes. É chocante notar que, durante a Primeira Guerra Mundial, franceses e alemães combateram bem pois sentiram que sua segurança estava ameaçada, porém dentro dos dois países a censura proibia discutir os objetivos da guerra. O presidente Wilson, em dezembro de 1916, realmente acreditou que, incitando os dois campos a proclamar seus objetivos, eles seriam obrigados a reduzi-los. E Wilson esperava que eles fossem suficientemente próximos para que um compromisso se tornasse possível.

Em nossos dias, especialmente desde a era do grande desenvolvimento ocidental dos anos 1960-1973, a conquista ou a preservação das riquezas – ou seja, o caráter prioritário dos objetivos econômicos – conduzem-se cada vez mais ao Ocidente. O chanceler Schmidt, o presidente Giscard d'Estaing e Henry Kissinger afirmaram isso diversas vezes. Talvez esteja ligado a um fenômeno novo: a descoberta de que, em um período de nacionalismo triunfante, o poder não cresce mais nos impérios, mas sim diminui. Parece que o mesmo não acontece em países como o Irã dos aiatolás ou o Iraque de Saddam Hussein.

A Argélia forneceu à França magníficos combatentes na época das duas guerras mundiais. Depois, de 1954 a 1962, ela se tornaria o abismo que sugava a quase totalidade do exército francês e, além do mais, em vão. Uma das virtudes do general de Gaulle foi haver compreendido que o poder da França aumentaria se ela deixasse o império se tornar independente. Falando de "grandes empreendimentos" (logo, de objetivos grandiosos), que seria necessário ofe-

recer aos franceses, para eliminar as "agitações da dispersão" que os dividia, o general de Gaulle havia proposto, em 1945, a criação da União Francesa – isto é, um império renovado. Em 1960, ele declara que o "grande empreendimento" dos franceses é a "descolonização". Um pouco mais tarde, proporá como "grande empreendimento" a "expansão econômica".

Sob essas grandes opções, os objetivos escolhidos têm um caráter infinitamente mais concreto. É aí que o historiador se coloca à vontade. É a pesquisa. O famoso debate de 1795, em pleno Diretório, ilustra bem a existência de opções. O que fazer da França que está apenas em guerra com a Áustria – distanciada – e a Inglaterra – à parte do continente? Contentar-se, diz o prudente Carnot, com as fronteiras de 1792, a fim de acelerar a paz e trabalhar para a reconstrução. Dar-lhes as "fronteiras naturais" – noção ao mesmo tempo estratégica, estética e mítica –, reivindica o alsaciano Reubell. Então, chegar até o Reno. Perseguir a expansão revolucionária, estraçalhando os tiranos, criando repúblicas irmãs. Tal era a posição de La Révellière-Lepeaux. Sabemos que o jovem general Bonaparte, pela formidável influência conquistada por sua vitoriosa campanha na Itália, impôs a terceira solução que, por um ligeiro deslize, ele fez passar do expansionismo revolucionário para o desejo de potência hegemônica e pessoal.

A França, de 1871 a 1914, também precisou escolher, e as escolhas variavam entre:

- preparar-se unicamente para a "revanche" (prestígio), ou, mais exatamente, para a restituição de províncias perdidas, fixar o olhar para "a linha azulada dos Vosges" e praticar uma política de precaução, de alianças contra a Alemanha;
- admitir tacitamente a perda da Alsácia-Lorena e, com apoio alemão, até mesmo da "aliança" alemã (a palavra foi pronunciada em 1884), lançar-se na conquista de um vasto império colonial;
- considerar secundária a Alsácia-Lorena e a conquista colonial; e assegurar o poder por meio do "imperialismo econômico", utilizando maciçamente os enormes capitais disponíveis. É, por exemplo, a idéia de que a Rússia deveria tornar-se o *Far West* da França.

A primeira política foi a de Déroulède; Clemenceau, sendo pessimista, era favorável, porém não esperava a reconquista das províncias perdidas. Ele acreditava em uma ameaça alemã e procurava simplesmente proteger a França.

Jules Ferry, Gambetta, Freycinet e Hanotaux foram homens da segunda política.

Delcassé tenta encarar de frente a primeira e a segunda.

Um único presidente do Conselho parece haver sonhado seriamente com a terceira: Rouvier, que além do mais era um banqueiro muito ativo. René Girault retirou o texto a seguir do jornal *Le Temps*, de 3 de julho de 1905, pouco após a queda de Delcassé:

> O imperialismo financeiro da França parece ser doravante para nosso país a fórmula exata do poder. Nossa diplomacia, reduzida pelos resultados de uma política sentimental praticada até então, teve o dever de apoiar-se cada vez mais sobre as considerações e os interesses de ordem econômica cuja satisfação procura atualmente outras vantagens e está presente em todos os outros sucessos.[6]

Encontramos para a Itália uma solução um pouco mais simples: ou aliava-se aos inimigos da Áustria-Hungria, para um dia reconquistar as "terras irredentas" do Trentim e de Trieste, ou aliava-se à Alemanha e à Áustria-Hungria, para lutar vitoriosamente contra as pretensões coloniais da França na África mediterrânea.

Da prática com documentos, Pierre Renouvin tirou a conclusão de que o conhecimento dos objetivos reais é uma das tarefas mais árduas para o historiador, pois tudo o que há de egoísmo no homem aplica-se tanto ao líder quanto ao cidadão comum. Quem sabe se seu objetivo real, em um determinado momento, não é unicamente o de manter o poder, de aumentá-lo, de apresentar uma imagem agradável, ou, de maneira mais baixa, simplesmente enriquecer, como Talleyrand? As declarações oficiais importantes são

---

[6] René Girault, *Emprunts russes et investissements français en Russie, 1887-1914*, Paris, Colin, Publications de la Sorbonne, 1973, p. 424.

enganosas. Apenas a correspondência de um homem de Estado, com seus íntimos e verdadeiros amigos, pode dar um vislumbre. Quanto mais a psicologia evolui, mais o historiador deve usá-la. A "biografia", nesse sentido, com tudo o que se possa dizer brevemente, é um dos pilares em que se apóia a história.

A idéia da imagem que deixará de si próprio é o que motiva as memórias. É também o que motiva muitas ações. A historiadora britânica Elizabeth Wiskemann mostrou em seu excelente livro *The Rome–Berlin Axis* a que ponto essa questão de prestígio, relativamente secundária aos olhos do doutrinário Hitler, motivou a política de Mussolini, jornalista de profissão. Muitas de suas decisões não têm outra explicação senão o desejo desesperado de ver grandes cabeçalhos na imprensa mundial no dia seguinte.

Os objetivos não declarados de política interna – reunir uma maioria, marcar pontos no processo político – desempenham historicamente um papel enorme. O próprio general de Gaulle, com mais nobreza, não ligou o "grande empreendimento", muitas vezes exterior, à sua vontade de "unir" os franceses? Em um grau abaixo, vemos aparecer "o Rei Sol", "o bem-amado", "o organizador da vitória", "o rei-cidadão", "o apóstolo da paz" e "o homem do milagre econômico". E vemo-lo também aparecer como o homem de um pensamento coerente, que jamais saiu da linha. Jules Romain escreveu:

> Eu acredito que geralmente se vai procurar muito longe, por exemplo em planos a longuíssimo prazo ou em uma ambição que não se pode mais frear, a explicação para a conduta de um homem de Estado, de seus sucessivos empreendimentos. Esquece-se desse motivador muito simples e muito poderoso: a necessidade de não ser injustiçado. Essa visão de instinto, como o melhor meio para justificar um certo passado é, quando possível, criar fatos novos que o recordem.[7]

[7] Jules Romains, *Les hommes de bonne volonté.* t. XIX, *Cette grande lueur à l'est*, p. 161.

Enfim, é necessário dizer uma palavra sobre essa espécie de espasmo que ataca periodicamente algumas grandes comunidades de homens e que os incita a impor, voluntariamente ou obrigados, sua "vontade" ao resto do mundo.[8] São a expansão do Islã, as Cruzadas, as guerras de religião, a convenção nacional decretando que ela trará "fraternidade e auxílio a todos os povos desejosos de recuperar a liberdade", a ambição de uma extensão dos regimes comunistas ao mundo inteiro (independentemente do postulado qualificado superficialmente de "científico", segundo o qual existe um "sentido histórico", e que, conseqüentemente, isso acontecerá de qualquer maneira). É essa forma de pensar que se chama "totalitária", pois tudo, sem exceção, deve ser subordinado ao objetivo supremo. Aqui, porém, o objetivo supremo é, se não universalista, pelo menos aplicável à maioria. O totalitarismo de Hitler – todo subordinado ao triunfo da raça superior – não pertence a essa categoria. Seu totalitarismo é egoísta e não universalista.

Tal atitude é, evidentemente, racional, se admitimos o postulado final de que detemos a verdade (metafísica ou política ou socioeconômica). *É o postulado inicial que é irracional.* Admitimos pela fé e não pela razão. Somente uma longa série de acontecimentos favoráveis poderia aparecer como a verificação após o golpe do postulado. No início é necessário sucesso. Como deviam estar embriagados pela demonstração de que estavam a ponto de realizar, os soldados do Islã saíram da Arábia no século VII, conquistaram a África do Norte, convertendo-a, formando novos exércitos com os convertidos, passaram pela Espanha em 711 (Gibraltar – Djebel Tarik), atravessaram os Pirineus, enquanto outros se estendiam sobre uma grande parte do Oriente Médio, preparando bases para futuras expansões! E esses soldados do ano II, do ano III e do ano IV invadiram a Bélgica, a Renânia, a Suíça e a Itália, como uma maré irresistível. E esses soldados do exército vermelho, contribuindo para substituir o "socialismo de um único

---

[8] Arnold Wolfers, *Discord and collaboration*, Baltimore, 1962, p. 71, mostra claramente que as esperanças e os ideais não são na realidade os objetivos políticos. "Só se tornarão objetivos se a decisão for tomada; para isso é necessário fazer algum esforço nacional implicando sacrifícios ou risco de sacrifícios."

país", um grande conjunto que se estendia do Pacífico à Europa Central, parecia prometer novos progressos quando a China "balança" e se distancia de um campo que se acreditava então ao abrigo das contradições internas.

Que o sucesso inicial se atenue, que a violência se torne cada vez mais necessária para seguir a expansão, que a violência nunca tenha sido uma demonstração racional da verdade, que a maré se enfraqueça, torne-se estável antes de se retirar, tudo isso não impede ao crente manter a esperança acorrentada ao coração.

Naturalmente, todos esses empreendimentos encontram-se sob um ardor revolucionário, sob uma incrível aceitação do sacrifício. Eles perturbam o lento progresso que ao longo dos séculos satisfaz a tolerância, sem a qual o homem não desfruta nem da liberdade nem da dignidade humanas. As massas arregimentadas, estimuladas, pelo menos durante algum tempo, pelo ardor, pela fé e pela generosidade, acreditam ser essencial que as outras pensem como elas.

Depois, descobre-se tudo o que havia de impuro no elã, mesmo inicial: necessidades econômicas, pressões demográficas. O conjunto se burocratiza. Seus dirigentes se oligarquizam. O povo perde lentamente a fé. Mas antes que termine essa lenta erosão, muitas catástrofes podem ser deflagradas! É a origem dos impérios!

A fonte desses grandes movimentos totalitários que sacudiram a humanidade e que, sem dúvida, ainda a sacudirão, é inata – uma tendência estrutural do homem que quer racionalizar ao extremo? – ou adquirida – por exemplo, pelas grandes frustrações coletivas produzindo o fanatismo revolucionário? Uma vez mais, nós nos chocaremos com a incerteza de causas profundas.

Os meios

São, evidentemente, os instrumentos necessários para o sucesso de um objetivo. Notemos logo de início que, antes de utilizá-los, o líder não está absolutamente seguro de que eles serão coroados do sucesso almejado. É, então, necessário que ele se preocupe constantemente em avaliar a eficácia.

A política internacional, sendo *também* caso de política interna, há meios adaptados a ela: são os poderes próprios do Estado,

sempre caracterizados por uma complexa mistura de delicadeza e de constrangimento. Nós retornamos à ciência da política interna, que é o campo de estudo por excelência. Notamos somente que o segredo da política internacional não permite o uso de meios internos até o momento em que a ação empreendida tornar-se conhecida por parte ou por todo o público.

Na política internacional, o leque do aleatório é sempre bem mais complexo que nos casos individuais.

Trata-se de conseguir aplacar a vontade do estrangeiro. Os métodos resumem-se a quatro grandes tipos:

- a persuasão;
- a negociação;
- a ameaça;
- o uso da violência.

Notaremos de imediato que há uma esfera comum à negociação e à ameaça. Na realidade existem dois tipos de empreitada: a *negociação positiva* – eu lhe proponho isso em troca daquilo – um bem concreto em troca de outro bem concreto. E a *negociação negativa*: se você me prejudicar eu revidarei. São a retorsão e a represália. Os juristas chamam retorsão ao caso onde se replica um ato que viole ou não o direito internacional por um ato certamente prejudicial, mas que não o viola. Chamam de represália o caso onde se replica um ato que viole o direito internacional por um ato que o viole igualmente, estimando que em numerosas circunstâncias o direito internacional permite a represália. Como vemos, porém, a retorsão ou a represália podem constituir ameaças. É aí a diferenciação entre negociação e ameaça.

Examinaremos um a um nossos quatro casos típicos (sempre variados por combinações e nuanças).

A persuasão

Contrariamente ao que se pode acreditar vendo o mundo despedaçado no qual vivemos, a persuasão desempenha um papel enorme nas relações internacionais, mesmo nos negócios mais im-

portantes. Aí não se trata de persuasão coletiva, de uma propaganda ou de uma guerra psicológica, mas de uma persuasão quase pessoal, de líder para líder, ou, melhor ainda, de pequeno grupo real para pequeno grupo real; um e outro situados no ápice de duas unidades políticas. O caráter pessoal desse caso faz com que escape, pelo momento, à investigação de uma psicologia científica. Estamos bem no meio do domínio da sutileza.

Gostaria de tomar como exemplo um homem que realizou grandes façanhas *apenas pela persuasão*, Jean Monnet. Quando lemos suas *Mémoires,* ou melhor, quando discutimos com ele esse problema, sentimos que ele acreditou na força do que chamava a razão. Os planos criadores que ele longamente amadureceu, no âmbito de um pequeno grupo real – seus amigos e colaboradores imediatos, o "pequeno círculo", como diz Pascal Fontaine –,[9] que ele "tentou" com outros numerosos interlocutores e que finalmente adotou com uma vontade extrema de acertar, são com efeito uma síntese simples e de bom senso, fácil de compreender e adaptada à situação. Isso é verdade para o "Executivo entre aliados dos transportes marítimos", de 1918, como o projeto de "Pool de carvão-aço" de 9 de maio de 1950. São "criações de acontecimentos", no sentido definido mais acima.

Mas a "evidência" notada aqui por Jean Monnet não seria suficiente para conduzir à persuasão se aí não fosse incluída a extraordinária atitude do personagem de criar "grupos reais", isto é, grupos de amigos ligados pela confiança, nos meios influentes, atingindo muitas vezes os objetivos (F. D. Roosevelt, Robert Schuman, Konrad Adenauer, Alcide de Gasperi, J. F. Kennedy) e comunicando-se uns com os outros, precisamente por intermédio de Jean Monnet. Trata-se aí de uma qualidade humana que é provavelmente impossível de ser definida cientificamente. Em todo caso, o "meio" que ele emprega é quase completamente independente, no que concerne ao peso do poder público. Ele é o homem que convence vários poderes públicos que sua solução devia ser adotada. Raramente ele ocupou posições oficiais: de 1916 a 1922, de 1943 a 1944, de 1946 a 1955. Mas, mesmo nessas funções, ele agiu por meio do método

---

[9] Pascal Fontaine, *Le comité d'action pour les États-Unis d'Europe de Jean Monnet*, Lausanne, 1974. Cf. pp. 54-63, "Les cercles concentriques".

de grupos reais comunicantes. Todo estudo histórico original sobre essas grandes realizações[10] dar-nos-á uma massa de informações sobre a utilização da persuasão.

Nesse nível extraordinário, Jean Monnet constitui uma exceção histórica. Porém, em níveis mais modestos, muitos homens de Estado obtêm sucessos desse tipo. A persuasão implica laços de confiança. É por esse motivo que ela depende da rede de amizades que constituem os "grupos reais". Entre a "equipe decisória" de um país e a "equipe decisória" de outro, é necessário que haja laços. Pode ser que esses laços se constituam por intermédio de um embaixador oficial, que se torna amigo de vários membros da "equipe decisória" do país no qual está acreditado. Vemos estabelecer-se por acaso entre os dirigentes do país A e o embaixador do país B laços muito mais fortes que entre os dirigentes do país B com o embaixador do país A. Há nesses casos interesse, por algum desses dois países que quer convencer o outro, que faça com que as negociações se passem no país A. Assim Hitler, em 1939, retirou de seu embaixador em Moscou, von der Schulenburg, a tarefa de negociar secretamente com a URSS. O essencial vai se desenrolar em Berlim, entre o encarregado de negócios soviético Astakhov e o diplomata alemão Schnurre. É um caso que finalmente deve ser colocado à parte: onde a persuasão não é bem-sucedida por malícia e fraude. Hitler era mestre nesse domínio, principalmente com os ingleses. Foi necessário esperar 15 de março de 1939 para que o primeiro-ministro britânico, Neville Chamberlain, enfim compreendesse que Hitler "não era um cavalheiro". Dito de outro modo, não pode haver a persuasão se não há *confiança.*

Em nossos dias a prática cada vez mais constante de encontros de cúpula pode chegar a criar amizade entre dois líderes – tal como de Gaulle e Adenauer –, entre duas equipes decisórias e estabelecer entre eles a confiança que permite a utilização da persuasão como meio de alcançar o objetivo.

---

[10] Por exemplo, a de André Kaspi, *La mission de Jean Monnet à Alger, mars-octobre 1943*, Paris, Richelieu, Publications de la Sorbonne, 1971.

A negociação

É o meio mais normal: em troca do objeto que se deseja adquirir, propõe-se um outro ao parceiro.

A ameaça

A partir da ameaça não se raciocina mais em termos de confiança, mas de força. Simplesmente o uso da força é suspenso. Encontramos, então, na ameaça dois elementos distintos: a posse de uma certa força ou pelo menos a convicção por parte do adversário de que realmente a possuímos, a plausibilidade de seu uso eventual. Bismarck disse muito bem que, se estamos totalmente decididos a não fazer uso da força, não é recomendável que o adversário o saiba. Quando a Grã-Bretanha, em setembro de 1935, reúne a *Home Fleet* no Mediterrâneo para dissuadir a Itália de atacar a Etiópia, Mussolini sabia que a força existia. Mas seu serviço de informação convenceu-o de que o governo britânico estava decidido a não usá-la. Isso foi suficiente para que ele ficasse distanciado.

O que chamamos aqui de força contém a violência. Mas são outras formas de força utilizáveis: econômicas (supressão de uma ajuda, criação de barreiras aduaneiras, fechamento de fronteiras, proibições) ou psicológicas (voto de resoluções nas Nações Unidas condenando o gesto que o outro pretende executar, apelo à opinião mundial).

O estudo da *plausibilidade* assume aqui uma grande importância. Podemos mesmo dizer que, com o aparecimento da arma nuclear e termonuclear, dotadas de um imenso poder de destruição, a plausibilidade se coloca no centro das relações internacionais, e principalmente para os dois Grandes um pouco mais claramente que para os outros detentores desse tipo de armamento. Uma "zona neutra", uma "zona de paz" seria aquela onde, em nenhuma hipótese, o uso desse tipo de arma seria plausível.

Si vis pacem, para bellum, o "se queres a paz, prepara-te para a guerra" dos romanos era uma definição da ameaça no caso defensivo. Ela é de algum modo exaltada pelas armas do terror. Transformou-se na *dissuasão*, na *estratégia*. Ninguém que ataque quem

quer que seja conservaria, após esse ataque, o meio de aniquilar dezenas de milhares da população do Estado agressor. Ora, como no mundo dos últimos anos a recíproca era verdadeira para as duas superpotências, passou-se a construir o terrível arsenal excluindo-se praticamente a eventualidade da guerra. Não se trata mais do "se queres a paz, prepara-te para a guerra", mas sim "se queres a paz, prepara a ameaça".

À ameaça defensiva sobrepõe-se a ameaça *ofensiva*. Isto é, para obter uma pequena vantagem – que pode ir até a perda da independência –, um Estado forte contenta-se muitas vezes em utilizar a ameaça.

Na época do predomínio europeu, ela tomava, algumas vezes, a forma da "diplomacia da canhoneira". Apenas o envio de um navio de guerra constituía uma ameaça tão plausível que não havia necessidade de colocá-la em prática. Esses casos foram inúmeros na África e no Sudeste Asiático. Em contrapartida, na América Latina, a "diplomacia da canhoneira" teria êxito apenas em casos limitados: obter reembolso de uma dívida ativa, obter indenizações para as nacionalidades lesadas. Não chegava a ponto de permitir a conquista, pois, pela "doutrina de Monroe", de 1823, os Estados Unidos logo se opuseram. Volta-se então ao caso da intervenção de uma segunda grande potência em favor da pequena.

A partir da existência do armamento nuclear, a "diplomacia da canhoneira" tornou-se impossível, salvo em uma zona onde os dois Grandes perdessem simultaneamente o interesse por um pequeno Estado, o que parece praticamente excluído em nossos dias. Além do mais, como logo veremos, algumas pequenas "unidades políticas" encontraram, com a guerra subversiva, seu próprio meio de resposta.

Existe então atualmente uma face inteira das relações internacionais cuja teoria conduz àquela, ao mesmo tempo simples e sutil, da dissuasão. Não cabe estudá-la aqui. Podemos apenas dizer que a "criação do acontecimento" do verão de 1945 – a confecção da bomba atômica – *reforçou formidavelmente a ameaça defensiva e enfraqueceu enormemente a ameaça ofensiva,* sendo esta aplicável com toda certeza aos dois Grandes, provavelmente a seus aliados e, de maneira incerta, em relação a numerosos países. Essa certeza, porém, é suficiente para que a dissuasão se exerça e, con-

seqüentemente, para que o poder recíproco dos dois Grandes seja bloqueado e ineficaz. A rápida dissolução pela qual passa hoje a URSS não apagou totalmente aquilo que Raymond Aron chamava de "o equilíbrio do terror". Por outro lado, o grave incidente que sofreu a central nuclear soviética de Chernobil confirmou com fatos o aspecto destruidor de que a poluição atômica tomaria, em caso de guerra atômica, uma forma gigantesca, na qual a própria dissuasão seria inadmissível.

O uso da violência

Diante desse angustiante problema: "a violência terá êxito onde os outros meios falharam?", o líder é obrigado a refletir sobre a natureza do *poder*. Aquele que é vítima de uma agressão pela força e que decide não capitular encontra-se mergulhado em reflexões análogas.

Essas reflexões levam primeiramente a chamar "poder" *ao conjunto de fatores próprios que fazem aplacar a vontade do adversário.* Na guerra de 1898, os Estados Unidos, como era de se esperar, eram mais poderosos que a Espanha. Em 1945, a coalizão das Nações Unidas foi mais poderosa que o Eixo. Na guerra da Argélia, de 1954 a 1962, a FLN, aumentada para GPRA, foi mais forte que a França. Na Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel foi mais forte que os países árabes.

Esses exemplos diferentes permitirão distinguir diferentes componentes do problema, que classificaremos de maneira inteiramente empírica:

– forças militares imediatamente disponíveis;
– duração do conflito;
– atitude do mundo exterior;
– potencial a longo prazo de cada campo.

a) Forças militares imediatamente disponíveis

Não existem medidas rigorosas em relação a esse tema. As tentativas realizadas em 1930 para encontrar um *yardstick*, unidade

que permitiria estabelecer uma relação entre um pequeno número de cruzadores pesados e numerosos cruzadores ligeiros, fracassaram. A contagem por divisões, a rigor possível com as infantarias homogêneas, como aquelas de 1914, tornou-se ilusória com a extrema diversificação de armamentos de uma simples companhia. Não podemos fazer mais que *avaliações*, de modo a "medir" os riscos. E tudo fica subordinado a esse elemento imponderável que é o "moral" das tropas.

b) Duração do conflito

Se ele é muito breve, aquele que possui a superioridade militar imediata sem dúvida ganha o conflito, com a condição de que o mundo exterior não intervenha nele. A brevidade depende de diversos fatores:

– *a clareza do choque,* que se supõe uma guerra tradicional. Uma guerra de subversão, como a guerra da Argélia, não pode ser longa;

– *a possibilidade de renovação dos armamentos* destruídos no choque inicial (notaremos que, em 1914, franceses e alemães, que acreditavam em uma guerra curta, convocaram operários das fábricas de armamentos e, desse modo, perigosamente não tiveram bombas durante o inverno 1914-1915. Se um dos dois não tivesse cometido esse erro, teria tido grandes chances de ganhar o conflito);

– *o tempo que levará o mundo exterior para intervir*, o que nos leva ao elemento seguinte.

c) Atitude do mundo exterior

Se é quase seguro que ninguém intervirá, conta apenas a relação de poder entre os dois campos, daí a fácil vitória dos Estados Unidos em 1898 sobre a Espanha.

Se o conflito é necessariamente durável, podemos esperar por uma multiplicação de causas para a intervenção exterior. Quando, em 1940, o marechal Pétain acreditava que a derrota francesa era a conclusão de um tradicional conflito franco-alemão e que seria necessário virar a página, o general de Gaulle baseou-se numa visão muito mais próxima à realidade: a guerra tornar-se-ia mundial.

Em 1870 Bismarck podia pensar que a Prússia havia ganhado a Guerra em Sedan. Sua seqüência, graças aos esforços do governo da Defesa Nacional, fê-lo temer intervenções externas, que procuravam provocar Thiers e depois Jules Favre. Além de não querer aliar-se a um vencido, o gênio diplomático de Bismarck consistia em eliminar os pretextos de alianças com a França e em evitar as ocasiões de encontros entre a França e as outras grandes potências.

O caso de Israel em 1967 é mais complexo. Era certo que o Conselho de Segurança das Nações Unidas logo interviria. Tratava-se então para Israel de obter, da surpresa e pelo caráter fulminante de sua ofensiva, importantes ganhos territoriais. Para os árabes, a extensão do desastre inicial deveria forçá-los a apressar o mais possível uma decisão de cessar-fogo tomada pelo Conselho de Segurança. Muito mal aconselhados pela URSS, eles colocaram uma condição retardatária: nada de cessar-fogo antes da evacuação dos territórios ocupados pelos israelenses. Os soviéticos perceberam seu erro a partir do quarto dia. Mas eles necessitaram ainda de dois dias para convencer os egípcios e quatro para convencer os sírios. Isso permitiu a Israel alcançar o canal de Suez, o Jordão e o conjunto do platô do Golan e, assim, melhorar extraordinariamente sua posição estratégica.

d) O potencial

A noção é ao mesmo tempo precisa e vaga. O potencial é a possibilidade, se se dispõe do tempo necessário, de se tornar uma potência real cada vez maior.

Podemos dissertar longamente sobre os elementos do potencial. Selecionemos alguns deles:

- *O espaço de manobra.* Representa um papel duplo. Ao garantir amplas zonas de retirada e o alongamento das linhas de abastecimento inimigas, contribui para a duração e assim cria novas possibilidades (de reorganização, de intervenções externas). Por outro lado, a probabilidade é que todo grande espaço contenha riquezas naturais, que são um dos fatores da produção. A descoberta tardia de petróleo no Saara mostra que a grande mancha cor de rosa dos atlas,

representando o império francês na África, não pertencia unicamente à categoria de "hectares de areia".

- *A capacidade de alimentar-se* e revitalizar-se em caso de bloqueio, assim como a existência de matérias-primas.
- *O equipamento industrial*, a diversidade desse equipamento.
- *O equipamento intelectual,* isto é, a capacidade de operar e de acelerar a reconversão para as indústrias de guerra. Esses dois elementos não param de ganhar importância.
- *O número de habitantes* e a duração possível da mobilização (militar e econômica).
- *A capacidade da população* de aceitar longos e duros períodos de sacrifícios.

Ante a Alemanha nazista, os franceses e os ingleses dispunham, com certeza, de um potencial maior. "Nós venceremos pois somos os mais fortes." O raciocínio de Hitler era o de que deveria vencer a França e a Grã-Bretanha antes que esse potencial fosse colocado em uso. Tornou-se aí superior à França, como havia feito com a Polônia, a Noruega, a Holanda e a Bélgica. Ele fracassou na Grã-Bretanha, e isso implicava que a guerra duraria.

Convencido de que o sistema da *Blitzkrieg* se aplicaria à URSS e que ele poderia vencê-la em três meses, Hitler atacou-a em 22 de junho de 1941 e conseguiu grandes vitórias. Mesmo em Stalingrado (setembro de 1942 – janeiro de 1943), o potencial soviético manifestou-se sobretudo pelo espaço e pelo número de homens. O espaço, a capacidade da população em aceitar o sacrifício, a organização eficaz do partido permitiram o transporte de fábricas e, por meio de um formidável trabalho, o crescimento da produção de armamentos que, a partir da primavera de 1943, ultrapassou a da Alemanha.

Foi somente então que Hitler explicou ao povo alemão que ele estava em uma "guerra total" e que a mobilização industrial se desenvolveu. É surpreendente constatar que, até então, o esforço de guerra para o povo britânico havia sido consideravelmente superior ao do povo alemão. Hitler, inspirado pelo mito da *deutsche Hausfrau*, a dona de casa alemã, que deveria ser uma mãe de família no lar, havia se recusado a convocar mulheres, enquanto a maior parte

das inglesas aptas tomavam parte no esforço de guerra. Uma outra consideração surpreendente é que Hitler negligencia até 1943 a enorme contribuição da mão-de-obra que constituíam os milhares de prisioneiros russos. Ele preferiu deixá-los morrer de fome. Em 1943, quando a necessidade de mão-de-obra se faz sentir, era tarde demais. Foi necessário requisitar trabalhadores nos países ocupados, o que desenvolveu a guerrilha, que contribuiu para sua derrota. Porém, esta foi proveniente fundamentalmente do cálculo errado do potencial do adversário.

O caso do Japão era diferente. O governo japonês não ignorava que o potencial americano era muito maior que o seu e não podia imaginar em nenhum caso uma *Blitzkrieg* sobre o continente americano. A idéia central era utilizar, e mesmo ampliar, graças a um ataque surpresa, sua superioridade militar real no oeste do Pacífico e alcançar grandes conquistas (aquelas que pelo menos se acreditava que aumentariam o potencial japonês fornecendo-lhe matérias-primas abundantes. De fato, os japoneses não tinham navios suficientes para transportar-lhes essa mercadoria, e sua produção baixou). Com o tempo ajudando e os japoneses resistindo até a morte, esperava-se um cansaço da opinião pública americana e uma paz de compromisso, em que o Japão possuiria uma enorme moeda de troca. Os japoneses enganaram-se sobre o "moral" dos americanos. Mas eles também se enganaram sobre um dos fatores do potencial: a rapidez da reconversão industrial dos Estados Unidos. Quando, em junho de 1943, três porta-aviões gigantes queimavam, nove apareceram na Batalha do Pacífico, seguidos de três outros em outubro, e ainda outros, o caso estava liquidado.

A Guerra dos Seis Dias, ao contrário, passou-se entre dois campos com potenciais diferentes (os árabes tendo menos espaço e população), porém mínimos. Nenhum dos dois lados fabricava suas próprias armas, apenas de forma secundária. Uma vez utilizado o estoque obtido por intermédio da diplomacia, os dois lados deviam recorrer a seus fornecedores, os dois Grandes. Aí aparecia a incerteza. Nesse tipo de guerra no qual o potencial não desempenha nenhum papel, a surpresa, a rapidez e o moral podem ser decisivos. Mas a incógnita era enorme, o risco imenso. E, no total, a tomada de garantias melhora a posição de Israel a curto e médio prazos, mas não resolve a questão a longo prazo.

Os riscos

Eu apresentei um estudo sobre riscos em meu livro *Le conflit de Trieste.*[11] Retomei esse estudo nas primeiras edições de *Todo império perecerá*. Pareceu-me útil resumir simplesmente esse texto para a presente edição, a fim de acrescentar o resultado de estudos recentes, sobretudo do importante livro de Jacques Freymond, *La paix dangereuse*, que mostra que os riscos conhecidos pelos Estados se sobrepõem e desenvolvem o conjunto de riscos individuais (terrorismo, seqüestros, banditismo, etc.).

Correr um risco é um ato de vontade. Corre-se um risco muitas vezes a título individual em apostas mínimas ou por princípio. Existem os receosos e os apaixonados pelo risco. O problema complica-se, singularmente, a partir do momento em que um decide correr riscos pelo outro. No caso do político responsável, se ele corre um risco e perde, sua situação enfraquece-se, ou mesmo arruína-se. Se bem que exista uma certa solidariedade entre seu sucesso e o da coletividade, sua derrota e a da coletividade. Porém, essa solidariedade está longe de ser estreita. O nobre capitão que envia muitos homens à morte para sua glória – mesmo que essa represente vantagens para seu país – não encara o risco do mesmo modo que os que são submetidos psiquicamente. Portanto, há diferenças qualitativas que excluem a possibilidade de encontrar um equivalente numérico para os riscos crescentes ou decrescentes.

Para as coletividades, encontramos na própria noção de risco elementos concretos. Um país satisfeito, "saturado", como dizia Bismarck, não corre riscos por gosto, a menos que seja obrigado pelo exterior. Um país onde haja muitos insatisfeitos, daqueles onde "não se tem nada a perder e tudo a ganhar", decide mais facilmente correr risco. Entre esses dois extremos existe toda uma gama de nuanças. Há dois aspectos fundamentais do risco:

1) Aquele que se corre para ganhar uma aposta sobre algo que não se possui mais.

---

[11] Extraio o essencial deste estudo dos riscos de meu livro *Le conflit de Trieste, 1943-1954*, Bruxelas, Institut de Sociologie de l'Université Libre de Bruxelles, Centre Européen de la Dotation Carnegie, 1966. Cf. 2ª parte: "Théorie".

Deve-se então tomar a decisão de corrê-lo. É o *risco positivo.*

2) Aquele que se corre para conservar alguma coisa quando um adversário decide fazer uma aposta. Nesse caso, cede-se à aposta ou aceita-se o risco. É o *risco negativo.* De fato, cada um sabe bem que as expressões correntes: "Eu tive 50%, 60% de chances" representam apenas uma vaga intuição. É também necessário *decompor* os riscos em seus elementos.

Tomemos como exemplo um país que decide adotar uma estratégia e lança-se no caminho do risco positivo. Ele deve examinar os seguintes pontos:

– *Que probabilidade existe para que o adversário ceda diante da minha reivindicação?* Um exemplo célebre é o de Hitler, em março de 1936. Seus generais estimavam que o exército francês era mais forte e desaconselharam-no de ocupar a zona desmilitarizada da Renânia. Ele correu o risco de perder o prestígio, até mesmo o poder. Porém, decide, apesar de tudo, conseguir por meio da força, pois ele apostou – com razão – na inércia da França.

– *O que se perderá, mesmo no caso em que o adversário ceda?* Pode-se perder a estima de outros países, favorecer coalizões contrárias, encorajar outras potências a aumentarem seus armamentos, etc.

– *O que se perderá caso o adversário resista e aceite a prova de força?* Se essa prova for ganha, de todo modo se perderão vidas humanas e dinheiro. Mas ganha-se a batalha em que se empenhou.

Na realidade histórica, o risco sempre se apresenta de maneira extraordinariamente complicada. Tomemos dois exemplos cronologicamente separados.

Em novembro de 1700, Luís XIV, depois de vários dias de hesitação, aceita o testamento de Carlos II da Espanha, o qual, morrendo sem filhos, deixou todos os seus bens para o duque de Anjou, neto do rei da França. Ora, alguns meses antes, Luís XIV havia assinado com as potências marítimas (Inglaterra e Províncias Unidas) um tratado prevendo a *divisão* das posses espanholas. No

caso da partilha, a França corria o risco de uma guerra com a Áustria, que reivindicava a sucessão, mas, contando com a aliança das potências marítimas, ela tinha grandes chances de ganhar. As perdas em vidas humanas e em dinheiro não eram consideradas. No caso de aceitação do testamento, uma guerra de coalizão seria inevitável. As chances de vitória eram muito duvidosas, porém existiam. O que determinou a decisão de Luís XIV foi que certamente essas perdas, em caso de derrota – provavelmente uma ou duas províncias –, tinham pouca importância em face do inestimável benefício que representaria a ruptura desse cerco. Com a formidável herança de Carlos V, no início do século XVI, os Habsbourgs cercaram a França por todos os lados. Com um príncipe de Bourbon reinando na Espanha, suas possessões de além-mar e talvez as dos Países Baixos e da Itália (o que finalmente fracassou), seria para a França uma segurança solidamente reforçada.

Quando, em agosto de 1990, o líder iraquiano Saddam Hussein bruscamente invadiu o Kuwait, ele provavelmente colocou em seu cálculo o seguinte: os ocidentais reagirão apenas sob a forma de protestos. Esse primeiro cálculo revelou-se falso com o envio considerável de tropas americanas, apoiadas por outros contingentes.

Em seguida, com a chegada dos americanos, ele pôde pensar que no último momento os americanos fariam um acordo, por ser o exército iraquiano aparentemente poderoso, devido a um grande equipamente soviético e também francês. Tudo parecia igualmente indicar que ele tinha como aspecto secundário a perda de vidas humanas. Além disso, ele contava com o apoio político da URSS – cujas hesitações e o recuo revelaram a fraqueza real – e com um grande desencadeamento de uma guerra muçulmana, sobretudo árabe, contra os odiados ocidentais. Sobre esse último ponto, ele minimizou o profundo ódio que tinha em relação à Síria e ao Irã e a incapacidade de agir de outros Estados muçulmanos, apenas sob a forma de passeatas e palavras absolutamente ineficazes. Enfim, ele acreditou possuir um meio de jogar os árabes na guerra, provocando Israel. Ora, a demonstração dos foguetes soviéticos *Scud* contra os foguetes *patriots* americanos revelou sobretudo a clara superioridade técnica do armamento sofisticado dos Estados Unidos sobre o pretenso armamento sofisticado da URSS, argumento a mais para que os soviéticos se sentissem obrigados a não utilizar o seu direito

de veto no Conselho de Segurança da ONU. Quanto aos israelenses, eles compreenderam o perigo que haveria em responder por si mesmos. Trata-se aqui, bem entendido, de hipóteses. Quando os documentos históricos aparecerem, veremos se elas se confirmam.

Poderemos, do mesmo modo, estudar o caso do presidente Bush. Qual era a sua jogada? Certamente não era o petróleo, contrariamente às declarações ingênuas dos anti-americanos. Mas, além disso, a moral internacional das Nações Unidas, que talvez não tivessem muito o que decidir, a necessidade imperativa de destruir por muito tempo as possibilidades de armamento nuclear iraquiano e a vontade imperativa de manter relações relativamente boas com a URSS.

Tentando fazer uma classificação dos riscos, podemos adotar uma fórmula simples e distinguir três níveis de riscos:

Classificação dos riscos

a) O risco menor:

É o de perder dinheiro, de ter a estima dos outros diminuída, de perder o poder (para o responsável), até mesmo perder um certo número de vidas humanas, mas com a certeza absoluta de que não estão em jogo a integridade territorial nem a independência da nação. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos aceitando a guerra contra o México, em 1846, ou contra a Espanha, em 1898.

b) O risco maior:

Pode-se definir como aquele no qual se perde, em caso de derrota, seja a sua independência, ou parte considerável dela, seja a integridade de seu território.

Certamente, declarando guerra à Alemanha, em setembro de 1939, a França e a Inglaterra consideraram que o risco de sofrer perdas muito grandes era elevado. Mas elas sabiam o que representaria uma vitória de Hitler.

Relações entre aposta e risco

Um conflito supõe uma relação entre aposta e risco. Isso conduz logo a uma comparação com certos jogos. Não os jogos de puro acaso, nos quais o jogador só pode esperar, sem a menor possibilidade de ação. Nem mesmo os jogos de azar cientificamente estudados, em que um bom conhecimento de cálculo de probabilidades permite aumentar as chances de ganhar. Mas os jogos ativos, por exemplo, o xadrez, o bridge, nos quais se obtêm vantagens sobre o adversário se prevemos seus passos e suas combinações e se preparamos, conseqüentemente, golpes e respostas, paradas e ofensivas. A comparação entre jogos e diplomacia é bastante clássica. Falamos de "tabuleiro diplomático". Fala-se de uma crise que é "uma partida de pôquer". Daí a sedutora tentação de comparar a teoria das relações internacionais com a teoria dos jogos. Essa tentação deve, acreditamos, ser descartada. Todos os autores sérios que tentaram essa comparação chegaram, quanto ao resultado obtido, a conclusões pessimistas,[12] a menos que eles não tenham ilusões um pouco simplistas.

Existem, com efeito, entre o "jogo diplomático" e qualquer outro jogo ativo propriamente dito, três diferenças estruturais de caráter fundamental:

a) A característica de todo jogo propriamente dito é que, a cada instante, ele pode ser interrompido, qualquer que sejam os valores das apostas, o interesse da partida e a paixão dos jogadores. Contudo um conflito internacional, a partir do momento em que ele está "aberto", deve-se desenrolar até a sua solução, qualquer que seja o seu caráter. Pode-se escapar de um jogo pela evasão. Só se pode escapar de um conflito mediante sua solução. O jogo, então, apresenta um caráter artificial, e o conflito, um caráter essencial.

[12] Cf. notadamente Raymond Aron, *op. cit.*, e Morton A. S. Kaplan, *System and process in international politics*, Nova York, 1957, que, após haver falado longamente da teoria dos jogos, finalmente chegou a conclusões comparáveis.

b) O jogo desenrola-se em um período de tempo limitado às necessidades de reflexão. Isso é válido também para as partidas de xadrez por correspondência que eventualmente duram meses. O conflito, ao contrário, é a própria duração, no sentido bergsoniano, isto é, no qual o tempo se incorpora como um elemento essencial com todas as conseqüências que isso implica: amadurecimento de idéias, evolução das estruturas sociais, preparação das decisões, a própria vontade de "deixar o tempo trabalhar por si mesmo" ou, o que resulta no mesmo, esforço e iniciativas tendendo a impedir o tempo de trabalhar pelo adversário, em resumo, tudo o que chamamos de "maturação". O tempo – breve ou longo, não importa – não é apenas uma das circunstâncias, uma das coordenadas do conflito. Ele representa a própria estrutura.

c) A aposta do conflito é necessariamente mais complexa que a aposta de um jogo qualquer. Joga-se por jogar, jogam-se símbolos, fichas ou dinheiro. Já vimos jogadores inveterados jogarem, além disso, sua fortuna, sua honra, sua vida. Mas a aposta de um jogo é sempre de natureza simples, enquanto a aposta do conflito internacional é sempre complexa, mesmo nos conflitos mais simples. Engloba interesses materiais e de ideais, elementos de prestígio e interesses estratégicos. Além de tudo isso contém, de uma forma ou de outra, o que se chama confusamente de "vontade de poder", a qual não pode existir diretamente no jogo, pelo próprio fato de ele ser artificial.

Também admitindo que tal paralelo é muitas vezes interessante entre o jogo e o conflito, e que pode ser um bom treinamento para o diplomata exercitar-se em jogos,[13] nós achamos que comparar a teoria dos conflitos com a teoria dos jogos seria cometer um erro fundamental, não sendo as duas atividades da mesma natureza.

[13] É curioso constatar que Napoleão, em Santa Helena, era muitas vezes vencido nas partidas de xadrez, a menos que seus parceiros fossem complacentes. Sabemos por intermédio de testemunhos iugoslavos que Tito adorava xadrez e que comumente perdia, que Stalin jogava mediocremente. Churchill amava bridge e jogava mal.

As relações entre apostas e riscos podem levar, parece-nos, a um certo número de regras muito simples, que se entremeiam e que não acrescentam nada ao nosso conhecimento, mas que se deve ter claramente na memória.

A importância do risco corrido é função do valor da aposta. Esse axioma é quase banal. A sabedoria popular há mais tempo encontrou: "o jogo não vale a tocha" ou, inversamente, "quem não arrisca não petisca", etc. Ainda é necessário analisar empiricamente o que pode ser essa função. Se a noção de risco fosse puramente quantitativa e mensurável e se tivesse a mesma importância da aposta, poder-se-ia dizer que o risco deve ser proporcional à aposta. Na realidade, a experiência revela que ele não é nada. Nós sabemos bem que muitas vezes é bem mais grave o risco de perder vidas humanas que o de dinheiro. Muitas vezes, na história, prefere-se arriscar vidas humanas a se perder uma província, e se aceita o risco para não se perder a independência. Já vimos que existem diversos tipos de risco. Passa-se de um para outro levando em conta apenas o valor da aposta.

O nível dos patamares aos quais se fixa a possibilidade de correr um risco de natureza mais grave varia com o tempo. Por que essa variação? Naturalmente, inúmeros elementos podem influenciar: apoio mais ou menos grande da opinião pública, evolução na apreciação do valor das apostas, etc. Isso será analisado posteriormente. Podemos, entretanto, fazer uso de exemplos. Em uma guerra clássica, a França, país moderno, estava convencida de poder vencer a Tunísia. O risco era o de perder vidas humanas e dinheiro. Em 1881, a França decidiu que valia a pena correr certo risco. Em 1955, decide que a aposta não vale a pena, ou que o risco se tornou mais sério. Do mesmo modo, com uma duração menor, em 1915, os Estados Unidos estimaram que a disposição de desembarcar tropas no Haiti valia a pena com o preço de algumas perdas. Em 1935, estimaram que a aposta não valia a pena. Em outubro de 1956, a França e a Inglaterra aceitam correr o risco para estabelecer o controle sobre o canal de Suez. Em dezembro desistem, mas a aposta continuava a mesma e o risco era bem maior do que o previsto.

Um estudo foi feito pelo general Gallois sobre a relação, para os Estados Unidos, entre as apostas e o risco total causado pela

reciprocidade da "estratégia" atômica. Nem para a Guerra da Coréia, nem para a da Indochina, os Estados Unidos pensaram seriamente na utilização de armas nucleares. Entretanto, eles se reaproximaram da Coréia em 1951 e 1953 e da Indochina em abril de 1954. A Europa e a América Latina que podiam, e ainda podem, ao que parece, ser consideradas protegidas pela "estratégia" americana, aproximaram-se perigosamente do limiar onde – pelo fato do crescimento da potência soviética – os Estados Unidos não as protegeriam mais.[14] A decadência soviética, que significa a dissolução da URSS, não fez desaparecer uma certa dissuasão atômica e mantém sobre esse ponto uma incerteza.

Quaisquer que sejam as garantias que possam existir, tanto nos países democráticos ocidentais como nos países com partido único fortemente estruturado, subsiste uma possibilidade de ação louca. Esse perigo parece nulo entre os atuais membros do "clube atômico", no que se refere ao risco supremo. Mas, à medida que os riscos corridos decrescem em gravidade, a ação absurda, isto é, aquela em que o risco corrido é desproporcional à aposta, torna-se mais fácil. Da mesma forma, nos países onde o Estado moderno não está perfeitamente constituído e onde as garantias de ação racional aparecem como duvidosas (Líbia e Iraque, por exemplo, e segundo informações recentes no momento em que escrevemos, mas duvidosas, a Argélia).

Essas regras têm uma importância geral, válida para todos os países. Mas é evidente que se devem introduzir outras noções para especificar os casos. A principal é a do *rank* ou "posição de um Estado na hierarquia", como sugere o professor Carey Joynt.[15] Essa noção, que sempre existiu na história, tomou um significado essencial a partir do momento em que certas potências adquiriram a capacidade de destruir totalmente seus adversários.

---

[14] General Pierre Gallois, *Stratégie de l'âge nucléaire*, Paris, 1960, cap. III, mais particularmente p. 87 e s.

[15] Em uma resposta a meu artigo "La stratégie des conflits internationaux", *Revue Française de Science Politique*, junho de 1960, pp. 287-308

Parte III

As forças
(sistema de causalidade)

Chegamos a um dos pontos mais difíceis e menos conhecidos de nosso estudo. Até o presente, observamos realidades bem delimitadas: os homens e os pequenos grupos de homens que exercem o poder, em diversos graus, que se propõem a fins precisos, procurando meios de realizá-los e avaliando os riscos. O conhecimento de cada caso é uma questão de fontes e, se estas são abundantes e satisfatórias, trata-se de uma simples questão de crítica histórica. Nesta terceira parte nós iremos, ao contrário, encontrar as realidades muito mais "volumosas", os conflitos obscuros e mal-identificados. *Uma força existe, porém isso não pode ser visto; sentem-se apenas seus efeitos.*

Logo, o observador científico que estuda todo o caso fora do tempo encontra-se numa posição mais favorável do que aquele que age. Para dar um exemplo, existe uma vasta literatura, obras de economistas atuais, sobre os erros econômicos do entre-guerras. Não há dúvidas que, em trinta anos, existirá uma vasta literatura sobre os erros econômicos de hoje.

Sobre a insuficiência de *nossos conhecimentos*, darei apenas um exemplo. Existem numerosas obras sobre os "grupos de pressão". As listas são dadas, algumas vezes estudam-se meticulosamente a estrutura e a organização interna. Mas raramente são os estudos que demonstram: 1º) como a "pressão" é exercida; 2º) se essa pressão é eficaz. Tal obra que analisa, em função de uma boa fonte, as quantias dadas a certos jornais e jornalistas por uma potência estrangeira, esquece-se de verificar se, e em que medida, os que foram "comprados" seguem as instruções do pagador.

Capítulo 7

A natureza das forças

Nas sociedades humanas, a fonte da força é a coletividade – toda coletividade, qualquer que seja a sua dimensão, sua localização geográfica e seu grau de dispersão. Uma coletividade é um grupo humano tendo certos laços entre seus membros: geográfico, funcional, racial, lingüístico, voluntário, etc. Aplica-se primeiramente, como logo veremos, às "forças naturais", que durante milhares de anos foram a principal preocupação dos homens.

O princípio essencial pode ser formulado como a seguir:

- toda força emana de uma coletividade;
- toda força depende de uma tomada de consciência.

O jogo indireto das "forças naturais"

Desde a independência de Bangladesh, temos um excelente exemplo da ação das forças naturais em matéria de relações internacionais. Uma inundação e, alguns meses depois, um tufão desenvolveram na parte bengali do Paquistão uma exasperação – que já existia – contra a parte ocidental. Até então, acusavam-na de exercer o poder de maneira muito exclusiva. A isso se juntou a constatação de que, em face da distância, a parte ocidental não podia socorrer a outra; o sistema estava condenado, e o fluxo de

refugiados em direção à Índia, que não podia acolhê-los, convenceu o governo de Nova Delhi de que devia ir até o fim e entrar em guerra.

Notaremos que as forças que provocaram a independência de Bangladesh não foram a inundação nem o tufão, mas a atitude da população bengali. As "forças naturais" apenas tiveram o papel de detonador.

Toda a história humana é alicerçada em grandes catástrofes atmosféricas, hidráulicas, geofísicas ou vulcânicas. Os homens primitivos temiam-nas muito mais que nós, e, hoje, os países pobres e mal-equipados sofrem muito mais que os países industrializados. A agricultura sofre muito mais diretamente que a indústria, pois não temos domínio sobre a meteorologia. A Irlanda foi terrivelmente atingida pela crise da batata em 1846. A diminuição de sua população e a chegada de grupos numerosos de irlandeses aos Estados Unidos são fenômenos internacionais de grande porte. Mas o que contou foi a reação das coletividades aos sofrimentos provocados pelas catástrofes. O mesmo acontece com as secas das regiões subtropicais.

As epidemias, cada vez mais dominadas, podem desempenhar um papel comparável, mas em países miseráveis ou atingidos pela guerra continuam a ser uma ameaça (curdos iraquianos em 1991, africanos ameaçados pela Aids).

As epizootias, que em geral são fáceis de ser controladas, sobretudo em países ricos, podem ter um papel comparável.

Todas as grandes catástrofes naturais, anteriormente consideradas como vinganças divinas, têm hoje efeitos internacionais secundários. Elas provocam movimentos de ajuda internacional, onde a caridade conta talvez menos que o prestígio. Isso provocou a criação de grandes organizações internacionais cujo papel – que será o de coleta de informações e da coordenação de medidas – tem muitas vezes eficácia (FAO, OMS, Organização Meteorológica, Unicef, etc.).

As forças de tipo demográfico

Se as forças provenientes das coletividades podem ser comparadas às de "diferentes potenciais", a disposição geográfica das coletividades parece ser uma das fontes dessas diferenças.

Trata-se aí de um imenso tema do qual tiraremos apenas alguns dados próprios para a classificação que é objeto deste capítulo.

A primeira observação que se impõe é que *o problema não é simplesmente quantitativo.* Com certeza, é relativamente fácil contar seres humanos. Mas a origem de cada um entre eles resulta de um fenômeno ao mesmo tempo afetivo e instintivo, o qual se tem muita dificuldade de racionalizar por meio dos métodos recentes – ao menos em grande escala – de controle de natalidade, de planejamento familiar. Se os demógrafos conhecem e medem muito bem, para certas comunidades, o número de nascimentos, a taxa de natalidade, a taxa de fecundidade, a expectativa de vida em determinada situação – com uma determinada duração –, eles não avaliam tão bem as grandes inflexões. Qual o efeito de políticas sobre natalidade, políticas de controle da natalidade? A quais "valores" se atêm os casais? Quando e como esses valores se modificam?

Além disso, o quantitativo, que aparece por conseqüência na origem de cada ser humano, é também encontrado quando se examinam globalmente as coletividades. Normalmente, se houvesse uma lógica, os indivíduos teriam a tendência de se dividir sobre a terra de maneira equitativa, segundo as densidades, de acordo com as riquezas de cada região. Ou melhor, as comunidades criariam, por meio de investimentos, riquezas suficientes para permitir às populações densas terem uma vida aceitável.

Ora, é verdade que esses dois fenômenos se produzem – migrações e investimentos. Eles estão muito longe de obedecer às leis da razão.

As migrações[1]

A motivação do emigrante é, em geral, social (aspiração de uma vida menos miserável) ou política (aspiração a mais segurança e liberdade). É também, mais raramente, a simples sede de aventura.

---

[1] Uma visão bem recente e muito boa de conjunto na Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales, *Les migrations internationales de la fin du XVIII^e^ siècle à nos jours*, Paris, CNRS, 1980. Ver também *Relations Internationales*, 1977, nº 12; 1988, nº 54, *Migrations et Relations Internationales*; 1977, nº 12.

Essas tendências muito naturais são contraditas por inúmeros fenômenos.

– *Os sistemas de valores* de certos povos lhes permitem, mais facilmente que a outros, a prática da emigração. Para os franceses, pode-se admitir que sua falta de entusiasmo para a emigração é grandemente ligada a uma natalidade que declinou antes das dos outros. Mas constata-se a mesma atitude entre os japoneses que tiveram, até 1945, uma grande natalidade, vivendo numerosamente sobre um arquipélago de 369.000 km^2, cujos quatro quintos não são cultiváveis.

– *O fechamento de territórios de refugiados por meio de decisão voluntária* constitui um freio. Esse fechamento pode ser *qualitativo* (interdição aos orientais de imigrar para a Austrália, para os Estados Unidos, a partir do início do século XX), ser *quantitativo* (as leis americanas sobre as cotas, em 1921 e em 1924, fechando praticamente as fronteiras a qualquer imigrante que não fosse canadense).

– A necessidade de *mão-de-obra de baixa qualificação*, que existe em muitos países bastante industrializados, como a França, deriva de uma atitude da população indigente em relação a certas profissões. Mineiros e operários agrícolas poloneses de entre-guerras, operários italianos e depois espanhóis, árabes, africanos negros e portugueses vieram, atraídos por condições de vida melhores que em seus países, aliados à fraqueza dos franceses em face de trabalhos rudes. Ainda aí, os sistemas de valores bastante variados dão a esses diversos grupos atitudes profundamente diferentes quanto ao caráter temporário ou definitivo de sua imigração.

– Um esforço voluntário pode igualmente ser alcançado em um país de forte emigração para *"reter" seus cidadãos*, sob pretexto de que sua partida seria um desperdício de energia. Tal foi a atitude de Mussolini no começo dos anos 1930. Essa política é a origem das "colônias de povoamento". Nenhum país criou-as mais que a Grã-Bretanha. A idéia de uma solução para a "super-

população" e para a miséria pela imigração suscitou nesse país ao mesmo tempo uma grande literatura e uma longa série de experiências políticas. Edward Gibbon Wakefield escreveu em uma prisão inglesa sua célebre *Letter from Sydney*. Ele soube agrupar numerosos britânicos favoráveis a seu sistema de terras vendidas a "preço justo" – e foi responsável pela anexação da Nova Zelândia em 1840. No famoso relatório de Lord Durham sobre o Canadá, publicado em 1839 (após as revoltas de 1837), relatório que Wakefield parcialmente redigiu, observa-se que um dos argumentos utilizados a favor de uma reforma que daria ao Canadá e às outras colônias da *British North America* governos responsáveis é o da emigração canadense para os Estados Unidos. Era necessário parar essa emigração para não perder energia essencial. Nos sistemas totalitários não é pela sedução, mas sim pela força que se "retêm" os cidadãos (cf. o muro de Berlim).

– A vontade econômica algumas vezes provocou migrações forçadas. A maior e mais abominável foi o "comércio de negros", do século XVI até o começo do século XX. Apenas uma evolução do sistema de valores pôs fim, não de uma vez, ao tráfico (1807 na Inglaterra, 1815 para as grandes potências européias) e depois à escravidão. Menos ampla, mas igualmente espetacular, foi a "deportação" para a Nova Gales do Sul, para a Austrália Ocidental e depois para a Tasmânia e Queensland. Mais de 150 mil *convicts*[2] foram assim deportados para a Austrália, de 1783 a 1868, data em que essa prática terminou.

– A todas essas anomalias, voluntárias ou aliadas a sistemas de valores, soma-se a prática da *expulsão*. Sem incidentes graves, se é individual, ela adquire outro caráter quando se torna coletiva. *As trocas de população* são uma forma. Em 1922-1923, gregos e turcos aumentaram assim, com muito sofrimento, a homogeneidade de suas populações em territórios cujos limites foram fixados pela guerra. A expulsão dos "sudetos" e húngaros da Tchecoslováquia em 1945, a dos alemães que ficaram a leste

[2] Nome dado pelos ingleses aos criminosos deportados para a Austrália (N. da T.).

da linha Oder-Neisse e a dos chineses do Vietnã atual constituem fenômenos históricos de grande amplitude.

Estando a população mundial distribuída de forma desigual, podemos admitir que isso gera numerosas situações nas quais "a diferença potencial" convida à ação. Logicamente, só se pode seguir com prudência Gaston Bouthoul quando ele atribui a origem essencial das guerras à superpopulação, a qual por um tipo de *virtus* convidaria os jovens a se deixarem matar. O Japão de 1931-1945, com uma população de setenta milhões de habitantes e colônias, era expansionista e começou a guerra do Pacífico. O Japão de 1978, reduzido em seus 369 mil km^2 e com uma população de 120 milhões de habitantes, goza de um padrão de vida três vezes superior e tornou-se a segunda potência industrial do mundo.

O que mudou no Japão foi a imagem que se fazia da superpopulação e, ainda mais, a liberdade de escolha. Em 1931, o Japão tinha a escolha entre o esforço econômico (política preconizada pelos liberais e por Shidehara) e a conquista de um espaço vital (política dos militares). Desde 1945 não havia mais escolha. Estava "encostado na parede" (expressão de Olivier Long, antigo presidente do GATT, em relação à Suíça). O problema foi resolvido pelo trabalho e não pela guerra.

Não é sem razão que a história da humanidade é marcada por "invasões" em que uma das origens é a atração que as terras opulentas exercem sobre os povos cobiçosos. Os germânicos, os hunos, os vikings e os turcos sucumbiram durante séculos a essa tentação. Hitler, com seu *Lebensraum*, os militares japoneses com sua "esfera de co-prosperidade da Grande Ásia oriental" sistematizaram essa prática eterna.

Densidade e investimentos

A lógica pede que se criem riquezas nas zonas muito povoadas e miseráveis. É, em princípio, o papel de cada Estado. Mas como muitos Estados são demasiadamente pobres para investir, encontram-se obrigados a estagnar-se ou a aceitar uma certa dependência do estrangeiro.

Em se tratando de capitais estrangeiros *públicos*, o candidato está à mercê:

– de pressões *políticas* por parte do doador;

– de constrangimentos *econômicos* (ajuda "contraída");

– de *alea*, pois o doador – seu executivo, seu Parlamento, etc. – pode mudar de idéia.

Em se tratando de capitais estrangeiros *privados*, a redistribuição geográfica da qual falávamos, capaz apenas de atenuar as "diferenças de potencial", faz-se muito mal. Os capitalistas privados pouco se importam com essa redistribuição, mas unicamente com a rentabilidade. Recusam-se a investir em uma região politicamente instável ou favorável à nacionalização. Escolhem a colocação de seus investimentos em função das facilidades existentes (porto equipado, hidrovias, vias férreas) e jamais em função de necessidades locais.

Foi assim que o célebre plano Kennedy, "Aliança para o Progresso", lançado na Conferência de Punta del Leste, em agosto de 1961, com objetivo puramente político de contradizer a propaganda subversiva de Cuba, naufragou rapidamente. Kennedy propunha investir a cada ano dois bilhões de dólares na América Latina: um do fundo do Estado e o outro de capital privado. Ora, o Congresso concordou apenas com uma soma muito inferior ao bilhão reclamado pelo Executivo, e os capitais privados investiram muito pouco, precisamente porque eles temiam o castrismo.

Para concluir esse parágrafo, pode-se observar que as "diferenças de potencial" criadas pelas desigualdades populacionais existem em diferentes lugares do mundo. Simplesmente, não são puramente numéricas. Existem dados qualitativos – sistemas de valor, ou temores – que intensificam a vontade de reequilíbrio dos expansionistas ou que freiam as ambições de povos sedentários.

A economia como força

A grande quantidade de energia que os homens dedicam ao trabalho atesta a importância excepcional que tem a economia nas

incessantes mutações pelas quais passa o mundo. Quando Karl Marx colocou esse dado em evidência, ele alcançou um considerável progresso para o nosso conhecimento das sociedades humanas. Onde a dúvida puder aparecer é que a observação torna-se fundamental: a economia desempenha um grande papel e sobrepõe, de alguma forma, um postulado: o papel da economia é preponderante. Significa, na realidade, considerar tudo o que se refere ao poder – a política – e tudo o que se refere a valores – o psicológico – como epifenômenos do econômico, das superestruturas que modelam os detalhes, sem nunca transformar o "curso da história" em seu conjunto.

A visão dos historiadores que fizeram longas pesquisas pode fazer com que esse postulado varie enormemente segundo suas personalidades. Vendo o exemplo de três historiadores franceses que escreveram teses monumentais sobre problemas concretos, nas quais a relação político-econômica é constantemente implicada, constato que um deles, René Girault,[3] considera política e economia tão intimamente relacionadas que são indiscerníveis. Verifico que um segundo, Jacques Thobie,[4] estima que política e economia são totalmente distintas, mas segundo o pensamento de Karl Marx, apenas o econômico é preponderante. Constato ainda que um terceiro, Raymond Poidevin,[5] estima que existem duas esferas, uma política, que é própria dos governantes, e outra econômica, onde se movem os milhares de negócios, e que essas duas esferas exercem ação uma sobre a outra e se entremeiam, mas sem que uma ou outra exerçam continuamente uma influência preponderante. Eu tendo pessoalmente, como vimos, para essa última solução.

Sem pretender resolver em algumas páginas um problema tão complexo, eu gostaria de propor a seguinte formulação:

---

[3] *Emprunts russes et investissements français en Russie, 1887-1914*, Paris, Publications de la Sorbonne/Armand Colin, 1979.

[4] *Intérêts et impérialisme français dans l'Empire Ottoman*, Paris, Publications de la Sorbonne/Imprimerie Nationale, 1979.

[5] *Les relations économiques et financières entre la France et l'Allemagne de 1898 à 1914*, Paris, 1969, XIV.

1) No domínio da *finalidade*, a vontade de exercer um poder sobre outros homens e a vontade de usufruir são radicalmente diferentes. Se tenho a ambição de tornar-me general, entrarei na carreira militar que, no plano financeiro, é das mais modestas. Todavia os marechais de Napoleão recebiam enormes tratamentos e grandes doações. Mesmo Bismarck, em 1866 e 1871, recebeu como recompensa os domínios de Varzin e de Friedrichsruhe. Mas um Joffre, um Ludendorff, um Eisenhower, que tiveram a satisfação, de acordo com suas ambições, de comandar exércitos enormes, não enriqueceram. Clemenceau e Poincaré eram o tipo de homem que Louis Barthou descreveu de forma brilhante em seu pequeno livro *Le politique*. Eles sacrificaram sem hesitar a riqueza pelo poder.

2) É verdade que entre as finalidades extremas existem as *finalidades mistas*. O poder, sobretudo para homens pouco honestos, pode trazer a riqueza (por exemplo, Talleyrand), e a riqueza pode trazer o poder (por exemplo, Nelson Rockefeller, governador do Estado de Nova York). Em uma pequena escala, o poder permite as "propinas" e a riqueza facilita uma eleição. Os escândalos ligados ao financiamento de partidos para eleições não param de acontecer. Assistimos ao longo dos séculos – e é o caso mais geral – a um tipo de mistura inseparável entre poder e luxo, o que traduz muito bem a fórmula de Luiz XIV moribundo: "Eu amei demais as guerras e as edificações".

3) No campo da *causalidade*, o problema torna-se muito mais difícil. Nós dedicaremos a ela o resto desta seção.

É necessário, inicialmente, constatar que a *estrutura* (movimentos lentos), a *conjuntura* (movimentos rápidos) e a *situação* (instantânea) estão intimamente ligadas à economia. Assim, a aceitação coletiva da morte em combate por uma causa provém muitas vezes (nem sempre, como veremos na seção seguinte) de uma frustração ligada à miséria. Certamente, deve-se passar da

situação de miséria "aceitável" à situação de miséria julgada "inaceitável", "insuportável", e essa passagem é de rara complexidade. Logicamente, a conclusão a que chegam as comunidades humanas não é uniforme. A grande crise de 1930-1936, na Alemanha, levou o eleitorado a extremos – comunista e nazista – em detrimento de partidos democratas liberais. Mas um desses dois extremos e não o outro ganhou a eleição. Em outros casos a frustração, ao invés de desencadear uma revolução interna, provoca uma guerra estrangeira. É o fenômeno da "derivação", que mencionaremos a seguir. Não resta dúvida de que a atitude dos grupos humanos é profundamente influenciada, globalmente, por estruturas nas quais coexistem a extrema miséria e o luxo, onde os ricos têm privilégios, onde a justiça se pronuncia de preferência a seu favor; por conjunturas de crise econômica que intensificam a miséria; por circunstâncias: uma decisão considerada globalmente como opressiva, abusiva e inaceitável e que é "a gota d'água".

Nossa perspectiva de relações internacionais obriga-nos a ser muito atentos não apenas a essas frustrações que provocam a guerra, mas também àquelas que geram revoluções (adotaremos esse termo para os movimentos violentos culminando em uma mudança de legitimidade, qualquer que seja o sentido). Com efeito, toda revolução, modificando a constelação internacional, tem, sobre as relações entre países, imensas conseqüências, indiretas ou mesmo diretas.

Entretanto, podemos considerar as forças econômicas sob uma outra perspectiva: a das hierarquias que elas estabelecem entre as unidades políticas.

Seguirei bem de perto um excelente estudo do economista Jean-Claude Casanova sobre as desigualdades econômicas e seus efeitos.[6] Na realidade, é um dos problemas fundamentais que se colocam atualmente.

---

[6] Relatório para um colóquio da Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1978. Ver *Relations Internationales*, 1974, nº 1, "Milieux d'affaires et relations internationales"; "Émigration et relations internationales", 1979, nºs 15 e 16;

A potência econômica de um Estado, segundo Casanova, é medida em três níveis. O dos *recursos* (recursos naturais, população, desenvolvimento cultural, capitais disponíveis, saldo líquido dos direitos e créditos sobre o estrangeiro). Esses recursos são de tamanha importância que possuem um alto grau de "substituição". O nível da *eficácia*, que deriva da relação entre os recursos e os produtos (PIB, produto militar, produto científico, bem-estar individual, existência de reservas). Essa relação é a produtividade, que dá uma aproximação do potencial de um país em função dos objetivos que ele possui. O potencial de *elasticidade*, isto é, a maior ou menor possibilidade de dar aos recursos novos usos alternativos.

A evolução da potência econômica leva a colocar o problema da *desigualdade*. Casanova chama de *dependência* econômica "à impossibilidade de uma nação realizar seus objetivos econômicos sem a ajuda de uma outra nação". A dependência pode ser recíproca ou não, equilibrada ou não, simétrica ou não (por exemplo, a nação "A" necessita da nação "B" para seu comércio e "B" necessita de "A" para seus investimentos). Pode-se, assim, analisar em detalhes a dependência comercial, a dependência monetária, a dependência financeira e a dependência técnica.

Da idéia de dependência, podemos passar à da *explotação*. O simples fato de se acreditar na existência de uma explotação não é mais um fator econômico, mas sim um fator psicológico, gerador de frustração. É o caso de todos os fatores econômicos. Eles só desempenham um papel se percebidos, e essa percepção culmina na criação do "inaceitável" e mesmo do "insuportável", que pode ser definida assim: um fator de produção percebe um rendimento inferior ao que deveria obter. É a aplicação, na escala internacional, da teoria da "mais-valia" de Marx. Não há venda internacional de trabalho, mas simplesmente troca de mercadorias. Conseqüentemente, existe uma melhor formulação, pós-marxista, fundada sobre a "deterioração dos termos da troca", a qual, na era da descolonização, sucederia à explotação colonial tradicional (requisição ou pilhagem de produtos, trabalho forçado, transferência de fábri-

---

"Protectionnisme et relations internationales", 1982, nº 29; "Banques et investissements", 1988, nº 56; "Banques centrales et politique des puissances aux XIXe et XXe siècles".

cas ou de mão-de-obra). A explotação seria, então: a compra pelos países capitalistas de produtos representando uma quantidade de trabalho maior que aquela que eles fornecem exportando aos mesmos países suas próprias mercadorias; a exportação de capitais pelos países capitalistas e o repatriamento sob forma de lucro de uma fração da mais-valia.

Isso, segundo Casanova, implica uma teoria *normativa* de preços internacionais. Os preços *justos* serão aqueles que igualariam os salários reais no mundo. Notemos que esse sistema foi teoricamente aplicado pelos países não capitalistas. Contudo, pelo menos antes de 1956, a URSS muitas vezes impôs a esses "satélites" dos Estados europeus preços para essas compras inferiores aos do mercado mundial e superiores para as vendas.

Porém, mesmo fora esse último caso, vemo-nos obrigados a ligar toda noção de explotação a uma *relação de forças*. Se certo país sofre a explotação, é por que ele não pode fazer de outro modo, isto é, ele não tem poder para se desvencilhar desses laços. A história do petróleo é um exemplo admirável. Nos países coloniais e paracoloniais, inicialmente as companhias petrolíferas produziram elas mesmas o petróleo, pagando pequenos *royalties* ao Estado possuidor das jazidas. Depois, aproveitando particularmente o estado de espírito que acompanhava a descolonização, os países produtores passaram a exigir o aumento dos *royalties*. O *fifty-fifty* foi uma etapa importante do processo. Em seguida, aumentando sua força graças à Organização dos Países Produtores de Petróleo (a Opep), os países produtores nacionalizaram as explotações. Enfim, desde outubro-dezembro de 1973, eles tinham como impor preços "de monopólio". O processo pode ser considerado, do ponto de vista moral, como uma justa revanche. Do ponto de vista das relações internacionais, ele está ligado às relações de poder real (incluindo aí as alianças e as amizades) completamente transformadas.

Notemos, enfim, sempre seguindo o pensamento de Casanova, que uma verdadeira "independência econômica" é apenas concebível na hipótese da *autarquia*. Esta é apenas possível em países

imensos; implica um controle de mudanças absolutas, o controle total pelo Estado do que pode subsistir de comércio exterior. Após os reveses da URSS, a China pratica apenas parcialmente essa política autárquica.

Autarquia implica um formidável poder político, num centro de decisão único, em um regime de coação, pois a atração do "mercado" – troca de produtos a preços que são fixados pela relação oferta–demanda – é constante e absoluta. O "mercado negro" existe em toda parte onde há controle econômico; ele consegue subsistir apesar das enormes penas, é bastante esclarecedor sobre a natureza profunda do homem.

À exceção desse regime que distingue a primazia do político, Casanova diferencia três conceitos baseados sobre a primazia do econômico. O primeiro, *cosmopolita,* vê as relações econômicas como um bloco único, onde Estado-nação desaparece, onde a liberdade total das trocas permite ignorar as fronteiras, onde o objetivo seria um *optimum* mundial. O segundo conceito é *liberal.* Ele reconhece os Estados-nações, admite a imobilidade relativa dos fatores de produção (trabalho e capital) e a mobilidade dos bens pelo comércio. Ele chega a uma certa divisão internacional do trabalho. O terceiro é *realista.* O papel principal pertence ao Estado-nação estruturado, voluntariamente dirigista. Aí, também, chega-se à divisão internacional do trabalho.

Dessas reflexões, podemos tirar algumas conclusões provisórias e sumárias:

1) Em escala individual, finalidade política e finalidade econômica são de natureza distinta nos casos extremos. Na prática, geralmente elas se associam.
2) Existe força econômica quando as relações de produção criam frustrações, fontes eventuais de violências internas ou externas, revoluções ou guerras.
3) A desigualdade econômica apresenta-se como uma diferença potencial. Já vimos que isso constitui para o mais poderoso um estímulo à ação.

4) A diferença de potencial econômico só pode ser mantida em função de uma relação de forças que é preciso chamar de *políticas*. Essa relação pode evoluir quando gera a frustração e, eventualmente, a violência. Se ela evolui por outras razões, alcança uma diminuição em face de uma modificação da diferença de potencial.
5) Nenhuma força econômica existe, nos fenômenos humanos, abstraída de uma atitude psicológica. Essa ou aquela relação de produção pode ser admitida como um bem ("Felizes os pobres!"), admitida como uma necessidade ligada à força de outrem, tolerada com mais ou menos paciência, considerada inaceitável e, finalmente, tão insuportável que é necessário tentar livrar-se dela pela violência.
6) A escolha da violência possível no caso de uma frustração aparece, no estágio atual de nossos conhecimentos, *como uma escolha aleatória, de caráter ético e não econômico.*

Os valores como forças

Os valores são uma das grandes forças que agem sobre as comunidades humanas. São idéias, ou sistemas de idéias pelos quais, com maior ou menor entusiasmo, o homem está pronto para sacrificar seu interesse pessoal: seu dinheiro, seu conforto, até a vida. Dito de outra forma, o perfeito *homo oeconomicus* praticamente não pode aceitar nenhum valor além do material, pois seu único objetivo seria a maximização dessas fontes. O que há de mais irracional nessas fontes, para ele, que minimizá-los, até perder seu maior bem, a vida? Ora, a experiência do historiador lhe mostra a cada instante que numerosos homens aceitam o sacrifício por valores que adotaram e que são – a história também o demonstra – de uma diversidade extrema.

Em escala individual, um homem desesperado, ou sabendo estar com uma doença mortal, suicida-se. Ocorre também nesse caso que ele prefira se sacrificar heroicamente por uma pessoa ou por uma causa. Acontece ainda que se aceita a morte por amor de uma ou várias pessoas, e o Evangelho diz o seguinte: "Não há maior prova de amor que a de dar a vida por aqueles que amamos".

Enfim, ainda em escala individual, a fome pode obrigar que se arrisquem sérios interesses, até a morte violenta, para evitar um sofrimento: “Viver trabalhando ou morrer combatendo”.

Em escala coletiva, o fenômeno é muito mais complexo. A princípio, ocorre muitas vezes que, com a simples perspectiva de maximização de seus recursos, o homem sinta a necessidade do apoio de outros homens: “a união faz a força”. Sindicalismo, cooperação, associação e, ao extremo – e em certos casos históricos –, solidariedade de classe, criando, por definição, uma divergência entre interesse individual imediato no sentido restrito e interesse da coletividade. Isso impõe *regras.*

Existem apenas as coletividades escolhidas. Existem coletividades mais vastas, de caráter histórico, nas quais nos encontramos por nascimento ou por adoção, que possuem sistemas de regras e que tentam impô-los, pela lei, pela educação, por tradição e pelo ambiente. As comunidades religiosas – e antigamente os partidos totalitários – e as comunidades nacionais são as principais dentre elas. São “sociedades fechadas”, segundo a expressão de Bergson. De algum modo elas têm em segredo não apenas regras impostas pela lei, mas o que a Antígona de Sófocles chama de “as leis não escritas dos deuses”; a lei não obriga que as sigamos, mas, se não as seguimos, arriscamo-nos a uma certa exclusão da sociedade. É a “pressão social”; para as pessoas tomadas de paixão, pode ser mais grave ainda: o risco de desprezarem a si mesmas.

Essas “leis não escritas dos deuses” levam ao que chamamos aqui de “o sentimento da honra”. As regras da honra são infinitamente diferentes segundo a época e o país, mas a honra existe por toda parte. E como na honra existe sempre o confronto possível com a sociedade fechada que elaborou as regras, ela é fundamentalmente um fenômeno social.

Podemos ir além. A busca do absoluto, que deve ter aparecido antes do *homo sapiens,* culminou com a criação da religião, isto é, a tentativa de união do homem com a perfeição ideal, da esperança em qualquer outra forma de vida. A história da criação e do desenvolvimento das religiões, enfocada apenas do ponto de vista constante – que é o do historiador –, é um dos problemas mais fascinantes da história. Esse não é o nosso campo. Ainda é possível que as religiões – ou as ideologias totalitárias que podem substituí-

las – imponham sacrifícios relativamente benignos: tabus, proibições e mortificações. Outros que podem tender ao extremo: guerras de religiões, cruzadas e martírio.

Mais que enumerar de maneira descritiva os sistemas de valores – o que seria uma tarefa impossível –, apresentaremos o quadro seguinte, que não pretende ser completo, mas que nos dá indicações indispensáveis para a teoria das relações internacionais.

Do nosso ponto de vista, esse quadro leva a reflexões:

1) Um mundo onde o valor supremo é o *nacionalismo* apresenta grandes riscos de conflitos. Uma nação pode acreditar ter fundamentos para reivindicar um território localizado sob soberania de outro; ela pode se sentir atingida em seu "prestígio" (o despacho de Ems). Os valores supremos transnacionais levam certos grupos a rejeitar o valor nacional. A princípio isso deveria evitar todo conflito entre povos pertencentes à mesma religião. Mas em que guerras não se lançaram o rei da França e o rei da Espanha, o "Rei muito cristão" e "Sua Majestade católica"!

Lenin, distinguindo a "guerra imperialista", a "guerra patriótica" e a "guerra revolucionária", raciocinou da mesma forma que a Igreja Católica. Ele conseguiu transformar, na Rússia, o que ele chamava "a guerra imperialista" em "guerra revolucionária". Mas fracassou completamente em outros países da Europa em 1918-1919. Depois, a criação de um Estado soviético levou ao nascimento de um critério novo, o da subordinação aos interesses da URSS. Lutar contra a Alemanha nazista, de 1939 a junho de 1941, seria conduzir a uma guerra imperialista. Desde o entardecer de 22 de junho de 1941, a guerra imperialista transformou-se de repente em "grande guerra patriótica".

Finalmente, as guerras entre a China e o Vietnã, o Vietnã e o Camboja, o conflito sino-soviético mostram que o "internacionalismo proletário" não foi mais bem-sucedido do que a Igreja Católica em eliminar os conflitos de caráter nacional.

2) Os sistemas de valores que se referem à vida humana terminam eventualmente em uma atitude pacifista que, se for desenvolvida, pode prejudicar a capacidade de um Estado de conduzir uma guerra que lhe for imposta (por exemplo, a França nos anos 1930).

3) As atitudes diversas dos homens em relação à liberdade e à igualdade podem conduzir a dois grandes tipos de situações:

– ou bem, apesar da desconfiança estrutural que separa uma ditadura totalitária de todos os outros países, ela decide, por razões práticas, adotar uma atitude tolerante, que não é, a princípio, de sua essência. Então, pode-se criar uma "coexistência pacífica";

– ou bem o totalitarismo impõe uma atitude fanática, isto é, a vontade de reduzir o mundo inteiro à ideologia considerada como a única verdade. É então o apoio às "guerras revolucionárias", mesmo a participação no seu começo, a vontade permanente de enfraquecer os outros com todos os riscos de guerra geral que isso comporta.

4) O simples fato de existirem ditaduras totalitárias e democracias liberais, ou socialistas não totalitárias, cria entre as duas categorias uma perigosa "diferença de potencial". Com efeito, o primeiro sistema é mais eficaz, pois impõe uma disciplina total. Pode ser tentado a aproveitar-se da ineficiência dos eventuais adversários. Foi exatamente o que fez Adolf Hitler.

Notaremos que a democracia liberal ou socialista não totalitária não opõe uma ideologia obrigatória a uma outra ideologia. Sua norma é deixar cada indivíduo livre para escolher sua própria ideologia, seja ela a do adversário eventual. Isso implica que o totalitário concentra as tensões, enquanto o democrata esforça-se em utilizá-las, procurando constantemente um equilíbrio sempre frágil. *Mas essa fragilidade a curto prazo coincide com a liberdade, que favorece a criação, infinitamente mais que a submissão.* A longo prazo, a criatividade está mais em conformidade, parece-nos, com a evolução das aspirações humanas que com a disciplina e com a eficácia.

Tentamos, nos dois quadros seguintes, apresentar esses enfoques de maneira esquemática. O leitor compreenderá que, na realidade histórica, o sentido de nuanças deve sempre corrigir o esquema. Esses dois quadros têm como título *Classificação dos valores* e *Classificação das forças*.

Classificação das forças

I *Segundo a natureza dos grupos* (origens)	II *Segundo as modalidades de aplicação* (exercício das forças)	III *Segundo a natureza dos objetivos*	IV *Segundo a duração da aplicação*	V *Segundo a participação ou não do espírito humano*
Grupos de pressão *ad hoc*	Lobismo (esforço sistemático junto aos responsáveis)	Naturais (independentes dos objetivos humanos)	Forças ocasionais e fugazes	Forças físicas sem participação direta: = forças físicas de longa duração, clima, geografia = forças físicas catastróficas (tufão, inundação, tremor de terra, erupção)
Grupos de pressão permanente	Pressão (esforço organizado junto a todos os responsáveis e junto à opinião)	Políticos (tomar o poder ou mantê-lo)	Forças emanadas de opiniões passageiras	Forças biológicas sem participação direta (epidemias, epizootias)
Partidos políticos (grupos de pressão aspirando ao poder)	Pulsão (resultante de grandes movimentos mais ou menos organizados)	Econômicos (maximização dos recursos, seja de um indivíduo seja de um grupo, seja da coletividade em seu conjunto)	Forças conjunturais (média duração)	Forças psicobiológicas: = movimento demográfico natural = correntes de migrações
Ligas, assembléias (participantes pouco organizados)	Peso (tornando certas ações impossíveis)	Valores: religiosos, ideológicos, nacionais, filantrópicos = respeito pela vida = liberdade = igualdade racial xenófoba	Forças estruturais (longa duração)	Forças diretamente psíquicas = reações conscientes ligadas aos interesses materiais = valores
Manifestações populares "lançadas" por uma organização				
Manifestações populares espontâneas				
"Massas" ou ambientes				

Classificação dos valores

I. Agrupamento de homens (valores em relação à nação)	Sociedade fechada	Valores supremos da nação			Valores supremos transnacionais (classe, religião)	
II. Respeito à vida humana	*Antropofagia*	*Direito de matar o estrangeiro em qualquer ocasião*	*Direito de matar o estrangeiro em caso de guerra, sem restrição* (habitantes passados a fio de espada)	*Direito de matar o estrangeiro em caso de guerra, de acordo com convenções limitativas* (ex.: a Convenção de Genebra: o "direito da guerra")	*Proibição de guerra nacional* (Pacto Briand-Kellogg)	*Pacifismo*
III. Respeito à liberdade	*Escravidão e despotismo* (Pérsia)	*Escravidão e liberdade* (Atenas)	*Totalitarismo*: despotismo sem escravidão oficial, mas *com campos de trabalhos forçados* "políticos": Alemanha nazista, URSS de Stalin	*Ditadura*: Autoritarismo sem filosofia imposta pelo Estado	*Democracia liberal ou socialista não totalitária*	
IV. Respeito à igualdade	*Sociedades juridicamente desiguais* (ex.: a França do Antigo Regime)	*Sociedades juridicamente igualitárias: Estado simples "supervisor"* (liberalismo absoluto)	*Sociedades juridicamente igualitárias com intervenção do Estado* (dirigismo, socialismo não totalitário)	*Sociedades totalitárias com igualdade imposta*		
V. Respeito às ideologias alheias	*Fanatismo* (nenhum respeito)	*Egotismo* (indiferença)	*Tolerância* (respeito)	*Caridade* (amor ao próximo)		

Capítulo 8

O jogo das forças

Forças profundas e forças organizadas: pulsão e pressão

É a primeira distinção a ser feita. Se, com efeito, eu emprego a expressão "forças econômicas", posso subentender realidades bastante diferentes. Por exemplo, Pierre Gerbet demonstrou que o Comité des Forges de France, representando as grandes aciarias francesas, foi a princípio hostil ao Plano Schuman, de 9 de maio de 1950, tendendo à criação de uma autoridade supranacional responsável pela produção e venda do carvão e do aço.[1] O Comité des Forges lutou primeiramente para obter a retirada do projeto. Depois Robert Schuman, resistindo vitoriosamente, resignou-se em adotar o princípio, mas conduziu sua luta para a elaboração de cláusulas do futuro tratado e obteve resultados positivos em diversos pontos.

Trata-se aí de uma ação visível, proveniente de um organismo constituído, tendo objetivos precisos e com a intenção de defendê-los por todos os meios à sua disposição: movimentos, artigos na imprensa, esforços no plano eleitoral, etc. Se o organismo é de essência econômica, trata-se então de uma força econômica. Mas

---

[1] Pierre Gerbet, "La genèse du Plan Schuman...", *Revue Française de Science Politique*, 1956, vol. VI, nº 3, pp. 525-553, reeditado pelo Centre Universitaire de l'Université de Lausanne, em 1962.

essa força não é nem misteriosa nem profunda. Ela é clara e organizada. Pertence a uma categoria que podemos chamar de *pressão*. Quando em 1932, Firestone – pai e filho –,[2] grandes produtores de pneus, assediavam diariamente a Casa Branca e o Departamento de Estado para fazer com que os Estados Unidos enviassem um navio de guerra para o litoral da Libéria, esse pequeno Estado africano tendo tido a audácia de criar direitos sobre a exploração da borracha natural, tratava-se também de *pressão*. Firestone, sendo membro do Comitê Central do Partido Republicano, podia ameaçar reduzir sua cota. O presidente republicano, Hoover, foi mais atingido que o secretário de Estado Stimson, que mediu a magnitude de tal gesto. Quando, em novembro de 1932, Hoover foi derrotado por F. D. Roosevelt nas eleições presidenciais, os Firestones perderam o essencial de seus meios de pressão e reconheceram-se vencidos. Mas são incontáveis os casos nos quais tal pressão foi coroada de sucesso.

Quando, pelo contrário, sobrevém uma grave crise econômica, tal como a que estourou – simbolicamente – na "quinta-feira negra" de 24 de outubro de 1929, em Wall Street, essa crise produziu em todo o país reações de descontentamento, de angústia, próprias para suscitar grandes movimentos de massas, motins, "greves de fome", transtorno eleitoral, etc. Trata-se, aí, ainda, de uma "força econômica". Mas ela não tem nenhuma relação com as pressões conscientes e organizadas. É, a princípio, maciça, difusa, obscura, profunda. Certamente, diversos organismos tentarão apoderar-se dela, esforçar-se-ão para "recuperá-la", como se diz hoje em dia. Resta nada mais que seu caráter maciço, espontâneo, impensado, impedindo de ordená-la entre as pressões. Pode-se, antes de tudo, falar de uma *pulsão*. Digamos que aí se trata verdadeiramente de uma "força profunda".

Assim, a expressão "força econômica", longe de nos ajudar, obscurece a realidade, pois encobre *dois tipos de fenômenos* cujas relações não são evidentes, nem necessárias, não existindo inicialmente, só podendo se estabelecer por meio da seqüência de esfor-

---

[2] *The Moffat papers*, editado por Nancy H. Hoover, Cambridge, Harvard University Press, 1956. Cf. pp. 81-87.

ços conscientes: *as pressões e as pulsões*. Nós já as mencionamos no quadro que encerra o capítulo anterior.

O que é surpreendente, na "força profunda" propriamente dita, é a espontaneidade, seja nas origens, seja nas manifestações. As crises do século XIX e do começo do século XX estouraram, ou pela seqüência de fenômenos climáticos, dentre os quais o agrícola (pelo menos até 1846), ou pela seqüência da desordem da produção industrial, não controlada, conduzindo à superprodução e à queda dos preços, ou pela seqüência de uma baixa de preços ligada a um fenômeno igualmente incontrolável, a falta, durante longa duração, da descoberta de novas minas de ouro no mundo. Elas dão a impressão de terem ultrapassado as possibilidades de controle dos governos.

Na crise iniciada em 1973 ocorreu o contrário – em grande parte – pela decisão de um grupo organizado, a "Organização dos Países Produtores de Petróleo" (Opep). Ela chegou a um fenômeno completamente novo, chamado de "estagflação". Damos-lhe o mesmo nome: "crise", principalmente devido a um de seus efeitos, o desemprego. Mas ela está acompanhada, nos países atingidos, de um lento crescimento da produção e, em vez da queda dos preços, há uma aceleração da inflação. Possui uma origem bastante "voluntária". Mas, uma vez deflagrada, novamente aparecem as reações espontâneas e uma espécie de mecanismo que, pelo menos temporariamente, parece ultrapassar a capacidade de controle dos Estados. "Quem semeia vento colhe tempestade".

As relações recíprocas entre as forças profundas e as forças organizadas são o ponto essencial de todo estudo político interno, mas também, como veremos na seção seguinte, de todo estudo de relações internacionais. Pode-se, teoricamente, distinguir os seguintes casos:

1) Acontecimentos que os governos não controlam deflagram as "forças profundas". Ao mesmo tempo:

– Os governos tentam inventar métodos de controle (por exemplo, nos anos 1930, deflação, controle de câmbio, desvalorizações monetárias).
– Grupos organizados, hostis ao governo, tentam canalizar os descontentes em seu benefício, seja em se tratando de grupos per-

manentes (sindicatos, partidos), seja criando grupos *ad hoc*: *Anti Corn Law League*, de Cobden, para obter o livre comércio, *Associação para a Defesa do Trabalho Nacional*, para reforçar o protecionismo, etc.

2) Grupos organizados tentam deflagrar as forças profundas. Vimos o exemplo da Opep em 1973. No século XIX, no plano político, pequenos grupos revolucionários parecem ter praticado cegamente esse método. Uma sociedade secreta deflagra um motim sangrento, com a esperança de que "o povo a seguirá" (as jornadas de julho de 1830, de junho de 1832, abril de 1834, maio de 1839 e fevereiro de 1848 em Paris). O povo seguiu-a, em julho de 1830 e em fevereiro de 1848, mas não nas outras ocasiões. Mazzini, na Itália, praticou exatamente o mesmo método, cruelmente "experimental". Notaremos que as jornadas de novembro de 1831 em Lion e de junho de 1848 em Paris parecem muito mais espontâneas. Os historiadores encontram dificuldade em encontrar quem foram os "agentes", os chefes.

Os estudos de Roland Mousnier sobre a "fúria campesina"[3] e os de Michèle Perrot sobre as greves[4] ajudam-nos, em diversas áreas, mas estão sempre ligados às "forças profundas", que delimitam, caso a caso, a parte da *pressão* organizada de pequenos grupos e a parte da *pulsão* espontânea das coletividades miseráveis.

Evidentemente, o que é preciso saber é por que o "povo segue", em certos casos, e por que "não segue", em outros. No século XIX constata-se que as revoluções vitoriosas são deflagradas, em geral, no mais profundo da crise, mas é no prosseguimento do processo, como se um abatimento psicológico aliado à miséria exercesse uma espécie de influência paralisante, que os primeiros progressos, sempre lentos e difíceis, criam uma atmosfera de expectativas insatisfeitas, de onde surge a consciência do inaceitável.

Mas essa tomada de consciência não é um fenômeno automático. Enormes transtornos podem apenas criar o espírito revolucio-

---

[3] Roland Mousnier, *Fureurs paysannes, les paysans dans les révoltes du XVII^e siècle (France, Russie, Chine)*, Paris, Calmann-Lévy, 1967.

[4] Michèle Perrot, *Les ouvriers en grève, France, 1871-1890*, Lille III, 1975, 2 vols.; cf. principalmente pp. 411-423.

nário nas massas. O principal é a guerra. O esquema descrito por Marx, segundo o qual a revolução se produziria nos países mais industrializados, foi totalmente desmentido pelos acontecimentos. Nem as grandes crises econômicas nem as marés eleitorais levam à revolução social. Parece mesmo que essas crises levam vantagem sobre as "revoluções" de extrema direita.

O exemplo da Alemanha é bem característico. A revolução interna, esperada por Lenin, naufragou por completo em 1919 e novamente em 1923. Mas a crise econômica de 1931-1932, combinada com o ultranacionalismo, ele próprio ligado ao Tratado de Versalhes e à idéia de revanche, permitiu a um partido fortemente hierarquizado e autoritário, o NSDAP, apoderar-se do poder. Foi o chefe desse partido que, voluntariamente, deflagrou a guerra na qual a Alemanha seria finalmente massacrada. Essa guerra não provocou nenhuma reação espontânea na Alemanha; mas, em uma parte dela, a presença do exército vermelho permitiu organizar legalmente o que os comunistas chamaram de "a revolução". Isso significa a supressão do lucro capitalista e a "ditadura do proletariado", que se produz de fato pela ditadura da "vanguarda do proletariado", o partido comunista.

A guerra, quando atinge fortemente os países semi-industrializados, é praticamente a única geradora de revoluções comunistas espontâneas. Além da Comuna de 1871, que tem um papel precursor, as revoluções soviética, vietnamita e chinesa derivaram diretamente da guerra.[5]

Mas o enorme descontentamento, a cólera suscitada por uma guerra inútil, dolorosa e malconduzida é um fenômeno de *pulsão*. O talento de Lenin está em haver compreendido que a *pressão* organizada de um grupo minoritário devia acompanhar e canalizar a pulsão. Seu realismo levou-o a adaptar sem cessar, apesar das resistências de alguns de seus partidários, a doutrina rígida às circunstâncias. Sua revolução foi vitoriosa se comparada ao processo descrito por Marx, que por muito tempo foi, ao olhos dos doutrinários, como um prefácio da revolução nos países industrializados, encabeçado pela Alemanha, que sozinha daria estabilidade ao sis-

---

[5] Cf. Marc Ferro, *La Révolution de 1917*, Paris, Aubier, 1967-1976, 2 vols.; cf. especialmente o capítulo I do t. I, "De la guerre à la Révolution".

tema. Foi o realismo de Stalin que, com a tese do "socialismo em um único país", pela primeira vez suavizou a doutrina inicial.[6]

Na totalidade, seguirei a seguinte conclusão de Hélène Carrère d'Encausse:[7]

> É importante que Lenin tenha estado na Rússia no momento da Revolução. Sua vontade pôde reunir, apesar das hesitações de seu partido, as inspirações populares e contribuiu para dar sua chance histórica, em outubro, para um partido pronto, em abril, seguir a via da conciliação dos mencheviques. A história preferiu por longo tempo reservar a certos homens um papel decisivo, mais que às massas anônimas. Em seguida, arrependendo-se dessas tendências, eliminou heróis em favor das massas e de mecanismos econômicos. A história da Revolução Russa mostra que os dois são indissociáveis, como já o demonstrou um Tchadeev.

Os graus de consenso

Retornemos à idéia do *consenso* e da *força pública,* mencionada mais acima. Do ponto de vista interno, o chefe que toma as decisões deve examinar esses dois dados da mesma maneira. Diante de uma política determinada, temos:

Fanáticos contra	Contra	Indiferente	A favor	Fanáticos a favor
A	B	C	D	E

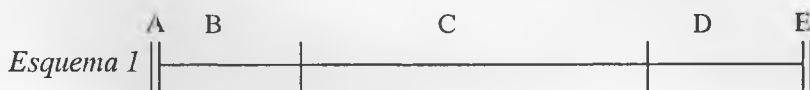
(Chamamos de fanáticos àqueles que aceitam o risco de morrer por sua causa.)

---

6 Cf. Isaac Deutscher, *Staline* (tradução francesa), Paris, Gallimard, 1953; cf. principalmente pp. 226-235.

7 Hélène Carrère d'Encausse, *Lénine, la révolution et le pouvoir*, Paris, Flammarion, 1979; cf. p. 78.

No que concerne à *força pública*, a disciplina dos exércitos – sobretudo a dos exércitos profissionais – faz com que a análise deva ser, acima de tudo, sobre os oficiais. O caso da revolução militar portuguesa merece, nesse aspecto, um estudo bastante aprofundado. Se se trata de um contingente recrutado para o serviço militar, pode ser que a disciplina em relação aos oficiais seja temperada pela idéia cívica da disciplina em relação ao Estado. A "Revolta dos Generais", de abril de 1961, na Argélia, é um bom exemplo disso, ainda que ela tenha naufragado, sobretudo porque os oficiais disciplinados em relação ao Estado tenham sido mais numerosos que os oficiais indisciplinados.

O esquema ordinário (esquema 1), quotidiano, poder-se-ia dizer, é aquele onde a indiferença domina em matéria de política externa. O governo tem toda liberdade para escolher sua posição.

Se uma grande maioria é pouco favorável a uma política, mas, para tanto, sem querer resistir a ela pela força, a amplitude de ação do governo permanece considerável (esquema 2).

Por outro lado, mesmo se uma grande maioria for favorável a uma política, a existência de um forte grupo de "fanáticos contra" incomoda enormemente o poder (esquema 3).

O esquema 2 poderia relacionar-se à política antiisraelense do general de Gaulle, no momento da Guerra do *Yon Kippour*; o esquema 3, à crise da OAS.

As revoltas de oficiais, as revoluções de palácio se produzem mais facilmente no caso em que, diante de pequenos grupos ativistas hostis, a massa da população é largamente indiferente (esquema 4).

A amplitude de ação, dita de "resistência passiva", explica-se não pela preponderância dos "contra", mas pelo número muito pequeno de "fanáticos contra" (esquema 5).

Podemos aplicar o esquema 5 às tropas tchecoeslovacas do exército austro-húngaro em 1914-1915.

O elã patriótico é produzido por uma "guerra justa", uma guerra onde se defenda o solo nacional. Pode-se, por exemplo, representar assim os exércitos francês e alemão em 1914 ("união sagrada", *Burgfrieden*) (esquema 6).

Evidentemente, a busca da guerra aumenta A (revolucionários), B (pacifistas), D (cansaço). Mas até 1918, E – o extraordinário "moral" das tropas – permaneceu o fator dominante, com baixas (os amotinados,[8] que atingem dois terços das divisões francesas,

[8] Guy Pedroncini, *Les mutineries de 1917*, Paris, PUF, 1967.

num total de quase 30.000 homens) e os radicais (a inflexibilidade). Contrariamente, no exército czarista, se, em 1914, o quadro fosse provavelmente comparável ao esquema 6, E não parou de diminuir, B tornou-se enorme (os soldados que se recusavam a combater e desertavam) e A ganhou uma grande extensão (os soldados que se uniram aos revolucionários).

É certo que as avaliações acima são bastante aproximativas. É certo igualmente que, com boas fontes, podemos, por meio de trabalhos históricos, melhorá-las com certas avaliações passadas. Finalmente é certo também que, pela ação do chefe que decide, um esforço enorme deva sempre ser feito para alcançar as avaliações o mais precisas possível.

O que virá dessas avaliações cujos limites exatos poderemos conhecer um dia, os quais não devem ser ultrapassados? Muitos outros elementos entram em jogo nessas situações complexas. É certo que, se se tem em mãos a força do poder público, pode-se ir bem longe contra a maioria da opinião. Tal foi a política de Bismarck de 1862 a 1866. Sua impopularidade foi imensa nos meios liberais. Porém, os liberais também eram cidadãos. Quando a Prússia saiu vitoriosa em Sadowa, em 1866, os liberais uniram-se maciçamente a ele. Uma carta de indenização foi votada com entusiasmo pela Dieta prussiana e Bismarck recebeu até uma recompensa nacional, a grande propriedade de Varzin. É verdade que ele disse que, no campo de batalha de Sadowa, estava pronto para suicidar-se, em caso de derrota.

O erro que se comete no estado de consenso em seu próprio país é normalmente menos grave que uma avaliação inexata do consenso no país adversário. Os japoneses, em dezembro de 1941, minimizaram a capacidade dos americanos de combater até o fim. Os americanos, no início de 1945, exageraram a vontade dos japoneses de resistir até o fim. A conseqüência do erro japonês foi a derrota. A conseqüência do erro dos americanos foi seu esforço para atrair a URSS para a guerra contra o Japão.

A própria noção do consenso convida-nos a explorar agora uma outra série de acontecimentos, a qual chamaremos de o "insuportável".

O insuportável

No nível do indivíduo – que nos interessa apenas indiretamente neste capítulo –, a noção do inaceitável, que se transforma em insuportável, é extremamente elástica. Sêneca disse corretamente que o homem se habitua a tudo, até mesmo o escravo a suas correntes. Porém, inversamente, outros homens suicidam-se por pretextos fúteis.

Para as coletividades, a linha do insuportável delimita-se com mais precisão, ainda que ela varie com a história, com as civilizações, e conseqüentemente não possa ser fixada de uma vez por todas.[9] Sob Luís XI, fazia-se pouco caso ao se encontrar nos cruzamentos dos bosques um corpo pendurado. Atualmente, algumas pessoas ficam indignadas com o fato de que condenados à prisão perpétua (isto é, na França, por mais ou menos dezessete anos) não tenham televisão em sua cela. Além do que, o problema é o de saber até qual extremo se pretende ir para rejeitar o inaceitável: a resistência passiva? A perda momentânea de um salário? A morte? É neste último caso que o "inaceitável" torna-se "insuportável".

A análise empírica, que é aqui o único método válido, foi feita sobretudo para as *situações socioeconômicas* A excelente tese citada de Michèle Perrot sobre as greves na França traz, sob um tema diferente do nosso, mas algumas vezes comparável, uma massa considerável de informações. É claro que, com exceção de Cyrano de Bergerac, que achava os atos heróicos muito mais belos quando eram inúteis, as coletividades só se lançam em uma ação quando existe, se não uma certeza, pelo menos uma grande esperança de melhorar a situação. A "fúria campesina", descrita por Roland Mousnier para a França, para a Rússia e para a China do século XVII, não escapa a essa regra. Certamente, os revoltosos sabem que serão abatidos pelos exércitos. Mas pensam que, ao preço de algu-

---

[9] Cf., anteriormente, o estudo dos "valores".

mas repressões e execuções inevitáveis, obterão o retorno ao costume, a supressão de certos impostos novos que eles não aceitaram.

Retornemos a uma época relativamente recente e observemos o caso da França. Após haver tolerado por longo tempo os privilégios jurídicos e as ordens privilegiadas, os plebeus de 1789 acabaram por considerar essa situação inaceitável, até insuportável.

Aparece, em seguida, uma nação onde os sistemas eleitorais censatários reservam o poder a uma pequena classe de notáveis, os quais, naturalmente, consultam tão-somente seus interesses. É necessário conquistar a igualdade em face da lei. Depois, estima-se que a igualdade social, pelo menos em seus exageros, é inaceitável. Mas o nível de reivindicações evolui. A revolução de 1848 deu, por alguns meses, a jornada de dez horas em Paris e de doze horas no campo. No final do século, lutava-se pela jornada de oito horas, que se torna legal em 1919. Em 1936, vem a semana de quarenta horas. Os trabalhadores de siderúrgicas alemães fizeram uma longa greve pela semana de trinta e cinco horas, e a idéia progrediu em toda a Europa.

Mas o inaceitável não ocorre apenas no campo socioeconômico. O domínio do estrangeiro, aceito com uma desigual resignação durante todo o período colonial, foi, pouco a pouco, tornando-se insuportável para as populações submissas.

Por volta do início da Segunda Guerra Mundial, o presidente Roosevelt propôs uma definição das exigências humanas em sua fórmula das "quatro liberdades" (6 de janeiro de 1941). Além da liberdade religiosa e da liberdade de expressão, ele agregou as duas fórmulas *freedom from want* e *freedom from fear*: a liberdade em relação à necessidade e a liberdade em relação ao medo.

Em nossos dias, a liberdade de circulação de homens e de idéias parece ocupar um lugar importante nas preocupações de nossos contemporâneos. Os acontecimentos de 1968, na França, parecem igualmente haver revelado uma nova dimensão: a exigência de compreender por que se obedece. A expressão: "não procure compreender!", por muito tempo considerada regra sensata da disciplina, entrou por sua vez no campo do inaceitável.

Poder-se-ia simplificar, sem errar muito, dizendo que cada vez mais o insuportável é o que viola a dignidade humana. Essa dignidade baseia-se no direito à verdadeira igualdade e no direito à li-

berdade. A idéia de que devemos primeiramente libertar o homem da "alienação" produzida pelo capitalismo, e que isso implica um período em que as liberdades estão ocultas, sob o pretexto de que elas seriam apenas "formais", terminou por desmoronar. Cada vez mais, os homens pensam que a privação das liberdades, quaisquer que sejam as justificativas, é uma "alienação" tão insuportável quanto a outra.

Mas é claro que existe uma *hierarquia do insuportável*. Quanto mais elevado for o nível de vida médio de uma coletividade, mais a distância entre os níveis de vida extremos é reduzida, menor será o nível de risco aceito. A revolta estudantil de 1968 na França, apesar de seu caráter espetacular, provocou apenas três mortes violentas em dois meses, todas três acidentais; nenhum tiro foi dado. No começo de nosso século, algumas grandes greves provocaram, infelizmente, derramamento de sangue muito mais importante!

Constatamos então, por meio de toda a história, "tomadas de consciência do insuportável". Contentemo-nos, aqui, para simplificar, em fazer um pequeno quadro dos principais tipos (é necessário, mais uma vez, recordar que nossa intenção é que tais quadros tenham por objetivo nada mais que a classificação e que, entre esses diversos tipos, existam por um lado nuanças e, por outro, combinações possíveis?).

Exemplo 1 – *Degradação de uma situação socioeconômica:* a "reação nobiliária" na França, no final do Antigo Regime, suscita uma grande reação do conjunto dos camponeses contra o conjunto dos direitos feudais.

A "Revolução Industrial" criou, para os operários da indústria no século XIX, condições muito mais desumanas que as do período anterior.

Exemplo 2 – *Evolução do sistema de valores*: independentemente do que pensam os escravos sobre a sua sorte, grupos cada vez mais numerosos de homens livres condenam o tráfico, depois a escravidão, e terminam por obter a abolição, algumas vezes pagan-

do o preço da guerra. (O caso do Haiti: revolta dos próprios escravos relaciona-se com o contrário de 1.)

A tomada de consciência do "princípio das nacionalidades" torna cada vez mais insuportáveis os impérios multinacionais.

Exemplo 3 – *Maturação de um fenômeno demográfico*: o afluxo de imigrantes "estrangeiros" conduz a uma reação de proibição ou de expulsão (por exemplo: indianos na África do Sul, chineses na Indonésia, a "nova imigração" nos Estados Unidos, Uitlanders em Orange e no Transvaal).

Exemplo 4 – *Ação do estrangeiro contra uma comunidade pacífica*: toda invasão cria, para grupos importantes da população vitimada, a idéia do insuportável e, em caso de derrota convencional, provoca a "resistência". Uma modificação considerável do equilíbrio das forças em benefício de um vizinho acaba por ser inaceitável (Chamberlain abandona a "conciliação" em março de 1939).

Acrescentemos finalmente – retornaremos a esse tema – que o inaceitável é favorecido pelo conjunto de acontecimentos que Jacques Freymond chama de *interação acumulativa*. Assim, o fato de a independência ser consentida por uma metrópole a algumas de suas colônias encoraja numerosos elementos, seja em outras colônias, seja em colônias de outras metrópoles, a lutar mais ardentemente para obter o desejado. E quanto mais houver colônias tornando-se independentes, mais forte será a aspiração nacional nos territórios que ainda são dependentes. A linguagem cotidiana encontrou expressões para descrever esse fenômeno: "rastilho de pólvora", "teoria do dominó", "desequilíbrio".

A diferença de potencial

Entretanto, podem ocorrer casos onde uma comunidade A empreende uma ação contra uma comunidade B, quando sua situação não tem nada de inaceitável. É o caso de *certos conquistadores*. Estes são muitas vezes representados como bárbaros famosos, com dentes pontudos, frustrados, que se lançam avidamente sobre territórios ricos que eles almejam (Átila e os hunos, ou então nômades em face do oásis). Como explicar, então, a conquista colonial, so-

bretudo aquela do século XIX? Aí, ricos e remediados lançam-se na conquista de territórios habitados por populações frágeis e miseráveis. E não acreditemos que a população pobre da França e da Inglaterra dos anos 1800 exija lançar-se na conquista de além-mar por um pedaço do bolo. São, ao contrário, os ricos (para fazer favores), os poderosos (pela glória dos exércitos ou para a aquisição de zonas estratégicas) e os religiosos (para facilitar o trabalho dos missionários), enfim, meios relativamente satisfeitos, que constituem a base do “partido colonial”.

Como poderíamos explicar essa expansão conquistadora pelo insuportável? A verdadeira razão é a existência de uma tal diferença de poder real, e em termos de potencial durável, entre A e B, em que A sucumbe à tentação de apoderar-se de B. Quanto mais isso for fácil, mais é admitido. Basta comparar, sob esse aspecto, duas atitudes da Câmara dos Deputados francesa em 1881. Para a Tunísia, onde a primeira conquista foi seguida de uma revolta, que suscitou o envio, por parte de Paris, de potentes meios militares, houve sérias resistências. O governo de Jules Ferry demite-se, e foi necessária toda a autoridade de Gambetta para que sua política tunisiana fosse aceita pela Câmara, por 335 votos contra 68, além de 124 abstenções. Por outro lado, Savorgnan de Brazza, em uma expedição pacífica à África equatorial, assinou acordos com numerosos pequenos soberanos negros (os tratados Makoko). Ele propunha a anexação pela França. Entusiasmada, a Câmara votou com uma enorme maioria, em 21 de novembro de 1882.

Mesmo se esse tipo de acontecimento não for a glória da humanidade, sua freqüência é tão grande na história, que é necessário reservar um bom espaço para ele. Pode-se enumerar uma série de conseqüências:

1) Quando um Estado aumenta seus armamentos de maneira tal que uma “diferença de potencial” aparece claramente, provoca, por parte de seus viznhos, o *rearmamento* (é então a “corrida armamentista”) e *coalizões*. Do século XVI até 1918, baseou-se na idéia, essencialmente prática, de que era necessário não deixar ocorrer uma “diferença de potencial”. Se nos damos conta disso tarde demais, a guerra pode se tornar interminável (caso de Na-

poleão e de Hitler, apesar de serem totalmente diferentes entre si, pois o primeiro não praticou o genocídio).

2) A "diferença de potencial" pode ser provocada por uma lenta maturação – como a industrialização da Alemanha entre 1860 e 1914 – mas também em conseqüência de uma criação. Esta pode ser *técnica* (invenção da bomba atômica em 1945 pelos americanos e o monopólio de 1945 a 1949) ou *social* (invenção do "levante das massas" pela Convenção Nacional em 1793, que dá superioridade durável à França revolucionária, depois imperial). Some-se aqui a idéia da "repartição" anunciada por Lenin.

3) Entre as duas superpotências, há bem pouco, todo o problema era o de evitar que se criasse uma "diferença de potencial". Isso implicava o jogo simultâneo de dois processos aparentemente contraditórios: uma corrida armamentista ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa e negociações (Salt) tendo em vista o controle recíproco do equilíbrio.[10]

A derivação

A princípio, as forças profundas, as pulsões de grandes coletividades são feitas de cólera, de vontade de terminá-las, de aceitação do risco e do estouro da violência. Pode-se então pensar que um país assolado pela miséria, levado por essas correntes assustadoras, seria um país em plena revolução, incapaz de sustentar uma luta internacional. A cólera e a violência deveriam normalmente se voltar contra os responsáveis, isto é, contra o governo.

Ora, isso está bem longe de ser o caso geral. Muito comumente, o espírito de violência desvia-se de seu legítimo objetivo e escolhe outro, o *estrangeiro*. Não apenas o governo não enfraquece, mas existe uma tensão nacional que torna mais fácil e eficaz o uso da força. Tal é o fenômeno a que chamamos de *derivação*.

A sabedoria das nações não pára de promover a idéia segundo a qual a opulência prejudica o espírito belicoso: as delícias do sul

[10] Todo o mundo é apaixonado por esse problema. Darei, a título de exemplo, os quatro artigos que Sakharov, exilado em Gorki, forneceu ao *The New York Times* e ao *Le Figaro* (16, 17, 18 e 19 de junho de 1980).

da Itália, o cachorro saciado e o lobo magro, os exércitos da Revolução, descalços, conquistando a Europa, os pequenos vietnamitas miseráveis vencendo um exército americano cheio de recursos.

Mas, ao contrário, em 1917 e durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, o país mais rico do mundo, forneceram soldados de grande valor, magnificamente equipados e fartamente alimentados, que lutaram muito bem.

A motivação dos soldados na guerra deve ser considerada em dois níveis: primeiramente, quando são incorporados ao exército, o que pode ser feito com entusiasmo ou resignação. Em seguida, no momento decisivo, isto é, o momento em que se engajam na batalha, ou quando caem projéteis vindos de longe. Desde antes de 1870, Ardant du Picq escreveu sobre esse assunto páginas inesquecíveis que citaremos mais adiante.[11]

É evidente que um estado de furor irracional ajuda o homem de carne e osso a suportar o espetáculo de sua possível destruição. Mas a origem desse furor pode ser *direta* ou *indireta*. *Direta*, se ela deriva de um insulto do estrangeiro, ou de uma invasão estrangeira. O insulto é cada vez menos eficaz em um mundo onde as massas experimentaram a guerra e a odeiam, em um mundo onde o estilo diplomático adquiriu formas brutais. Mas a invasão é, e continuará sempre sendo, sem dúvida, fonte de ódio. “Eles não passarão!” Numerosos relatos de Verdun descrevem soldados insultando de todos os modos o inimigo, que se encontrava a trinta metros. Se a invasão é vitoriosa, o ódio subsiste. Ela se manifesta pela resistência, por represálias contra os “colaboradores”.

A derivação é o furor da *fonte indireta*. Ela é difícil de ser explicada em um grande número de casos. É necessário, sem dúvida, a título hipotético, fazer referência a Adler. Segundo esse autor, uma frustração provoca uma vontade de violência. Um número muito grande de indivíduos, notadamente no caso de uma frustração socioeconômica, pode se encontrar no mesmo estado. Eles são “contra”. Mas contra o quê? A fração de estudantes parisienses que lançou a “grande” revolta em maio de 1968 encontra-se nessa situação. Contra a assembléia da faculdade cujos poderes eles exageravam curiosamente? Contra o reitor? Contra o governo, que lhes

[11] Parte IV, capítulo 14.

era pouco acessível, mas que oferecia boas ocasiões de debates oratórios? Contra os americanos no Vietnã, menos acessíveis ainda? Contra esse ou aquele sistema de exames?, etc. Totalmente sem dirigentes organizados e sem programa, eles tentaram se unir ao movimento operário, o qual se inquietou com esse apoio não procurado e incompatível com suas regras.

A *derivação* parece se produzir:

1) Quando existe, enraizado nas mentalidades, o mito de um "inimigo hereditário". Parece normal acusá-lo de todos os males.

2) Quando o governo é de natureza ditatorial e totalitária, tem o monopólio da imprensa, da propaganda e da mídia e consegue isolar esses assuntos do contato com o estrangeiro – o que supõe um território bastante vasto. É, então, o governo que escolhe o inimigo estrangeiro, o responsável por todas as infelicidades, por todas as misérias, e isso tem chance de sucesso, sobretudo se na maioria existe consenso.

Capítulo 9

A eficácia das forças

Quando certos acontecimentos se produzem – por exemplo, a eclosão de uma guerra ou de uma revolução –, os historiadores pesquisam com cuidado a explicação, ou melhor, as explicações para isso. Em geral, reina entre eles uma grande discordância, sobretudo quando, animados pela tendência racionalista e unificadora do caráter humano, cada um procura privilegiar esse ou aquele aspecto.

Se admitimos, como propus anteriormente, que em cada seqüência de acontecimentos existe uma mistura intrincada de *finalidade* (decisão tomada em vista de um objetivo por um pequeno grupo de detentores do poder) e de *causalidade* (reação das comunidades humanas), eliminaremos o excesso de unificação, a explicação puramente "monística", incompatível com a complexidade das motivações humanas, e abarcaremos a realidade mais de perto. Mas resta desmanchar um verdadeiro nó górdio.

Primeiramente, o chefe (quem decide) considera as forças (situação econômica, opinião global, opiniões diversas das comunidades, etc.). *Mas ele o faz segundo a visão subjetiva que formou.* Ora, essa visão subjetiva raramente coincide com a realidade objetiva. Esta pode surgir após algum tempo e, de algum modo, repreender o chefe. Como disse mais acima, é muito mais fácil ao historiador encontrar as forças objetivas, analisando-as retrospectivamente e com tranquilidade, que o homem de ação ter uma visão real. E, contudo, o historiador custa, eu repito, a explicar bem.

Tomemos alguns exemplos de casos nos quais a vontade do chefe desempenhou um grande papel.

Na primavera de 1830, Polignac estimou que era tempo de reprimir a oposição dos liberais no âmbito da Câmara dos Deputados. A dissolução dessa assembléia contribuiu para a eleição de um número ainda maior de seus opositores. Foi então que Polignac preparou as célebres "quatro disposições". Estimava que, dando ao país uma satisfação da política externa, varreria uma oposição que ele atribuía – erroneamente – apenas aos mais bens instruídos. Sabe-se que a conquista da Argélia, contrariamente às suas previsões, não deu de maneira alguma o resultado interno que ele previa, assim como as jornadas revolucionárias de julho de 1830 derrubaram o regime da Restauração.

O historiador Vaulabelle escreveu sobre o tema um excelente trabalho, onde explica o erro de Polignac pela aspiração popular por uma grande participação política – pelo menos nas grandes cidades. Isso é uma verdade incontestável. Mas é suficiente? Talvez o "inaceitável" derive muito menos de um sistema de valores políticos do que de uma conjuntura econômica – início do reerguimento após a grave crise de 1828-1829. Tal é a opinião que Ernest Labrousse desenvolveu muito em seus cursos.

Tomemos agora o caso da decisão de Hitler de atacar a URSS. A conquista do *Lebensraum*, do "espaço vital" a leste da Europa em detrimento dos eslavos, que sua doutrina relegava a raças inferiores, sempre constituiu o essencial de seus planos. Foi em julho de 1940, um pouco após a derrota da França, que ele começa a preparar sua ação. Foi em dezembro do mesmo ano, após ter sido derrotado na "batalha da Inglaterra" e sua intenção de jogar Franco na guerra, que ele toma a decisão definitiva: o *Plano Barbarossa.*

Hitler certamente não foi impulsionado por uma grande força coletiva. Os alemães, satisfeitos com as vitórias rápidas e inesperadas que conseguiam, não queriam alongar o conflito. Mas Hitler sabia que podia contar com um exército valente e disciplinado e pensava que uma vitória rápida acalmaria, de uma vez por todas, as reticências alemãs.[1] Ele se enganou na avaliação da capacidade dos

---

[1] Cf. Marlis Steinert, *Hitlers Krieg und die Deutschen,* Düsseldorf, Econ Verlag, 1970; cf. p. 236 e s.

soviéticos em resistir. Ele acreditava em uma nova *Blitzkrieg*, que duraria algumas semanas, como na Polônia, na Noruega, nos Países Baixos, na Bélgica, na França, na Iugoslávia e na Grécia. Aí reside o erro fundamental que, em quatro anos, levaria ao seu aniquilamento e à desordem mundial.

Os historiadores do pós-guerra puderam analisar esse erro, ligado antes de mais nada a uma subestimação do adversário, suas dimensões, sua capacidade de produção, sua organização e sua bravura. Puderam igualmente mostrar por que o povo alemão era, então, incapaz de opor-se à inquietante decisão do *Führer*.

A decisão tomada por Mussolini de entrar na guerra, em 10 de junho de 1940, que já mencionamos, teve efeito muito mais rápido. O ditador minimizou e subestimou bastante a vontade de combater do povo italiano e do exército italiano por uma causa que eles odiavam. Acontece que, em casos semelhantes, a vitória parece dar razão ao chefe (a quem decide). Então, aliam-se maciçamente a ele. Bismarck beneficiou-se, como vimos, dessa reviravolta; Mussolini, ao contrário, precipitou-se no abismo.

Há, porém, casos mais complexos. A eclosão da Primeira Guerra Mundial é um deles. Há muito tempo se abandonou a tese da culpabilidade dos governos (*Kriegsschuldfrage)*, seja da Áustria-Hungria e da Alemanha, seja da França e da Rússia. Apenas o historiador alemão Fritz Fischer estima que a vontade do governo alemão de fazer do país uma "potência mundial" (*Weltmacht*) lhe dá, contudo, uma responsabilidade particular. Essa tese porém foi bastante criticada por outros historiadores (Gerhard Ritter, Karl Dietrich Erdmann, etc.).

Se a finalidade é uma explicação insuficiente, é porque existe uma espécie de mecanismo. Lenin acreditou encontrá-lo na necessidade de uma divisão do domínio colonial, ligado à desigualdade do desenvolvimento das potências – a industrialização da Alemanha sendo muito mais rápida que a da França –, e seu comércio rivalizando cada vez mais com o do Reino Unido. A objeção é que a estabilização dos domínios coloniais entre as grandes potências foi concluída mais ou menos em 1914: acordo franco-inglês de 8

de abril de 1904; acordo russo-inglês de 31 de agosto de 1907; acordo franco-alemão de 4 de novembro de 1911; acordos anglo-alemães sobre as colônias portuguesas em 1913 e 1914. A Alemanha viu surgirem grandes esperanças ao lado do Congo Belga (a França renuncia a seu direito de preempção) e das colônias do frágil Portugal.

É, então, necessário procurar o mecanismo em um outro domínio, mais diretamente psicológico: a estrutura nacional dos Estados. Os valores dominantes da burguesia industrial e liberal, que detinha o essencial do poder na França, na Inglaterra e na Itália e dividia-o com uma aristocracia da terra na Rússia, na Áustria-Hungria e na Alemanha, eram baseados na idéia da sobrevivência do Estado. Uma desconfiança estrutural era a regra geral, sobretudo depois que Bismarck, estimando que a França não poderia não querer uma "revanche", construiu contra ela um sistema de alianças, baseado essencialmente na Áustria-Hungria, ao que a França respondeu com a aliança franco-russa e a aproximação, no século XX, com a Itália e a Inglaterra. *A fidelidade às alianças tornou-se um dogma.* Sem a Áustria-Hungria, a Alemanha, ameaçada pelo "cerco" franco-russo, sentir-se-ia em perigo mortal. Quando a Áustria-Hungria, Estado historicamente plurinacional, sentiu-se ameaçada de desagregação pelas ações centrífugas dos eslavos do sul, animados pela pequena Sérvia independente, decidiu "terminar" com aquele país. A Alemanha prometeu apoiá-la até o final para manter sua aliança. A Rússia estimava ser vital para ela defender a Sérvia; a França, com quatro milhões de habitantes, decidiu ser fiel à Rússia, a qualquer preço. Quando a Alemanha declara guerra à Rússia em 1º de agosto, era certo que a França a seguiria. Apenas razões estratégicas (o Plano Schlieffen que tenta minimizar primeiramente o exército francês) levam a Alemanha a tomar a dianteira e declarar guerra à França em 3 de agosto. Ninguém duvida de que esta se preparou para isso. As decisões mais ou menos antigas (decisões "congeladas") sobre o que era necessário considerar *vital* encontraram-se confrontadas nos acontecimentos. Foi, então, considerado indispensável aplicá-las; decidiu-se, então, tornar concretas as decisões consideradas "congeladas". E a Inglaterra declara guerra à Alemanha em 4 de agosto, em função de uma decisão mais

antiga ainda, pois datava de 1793: não deixar jamais uma grande potência dominar a Bélgica e, sobretudo, a Antuérpia.

Foi necessário que essa atualização de decisões antigas tivesse o apoio popular. Ainda que não se deva generalizar o entusiasmo inicial, a idéia de combater pela sobrevivência do país criou, pelo menos na França e na Alemanha, uma extraordinária vontade, que foi chamada na França de "União Sagrada" e na Alemanha de *Burgfrieden*. Ninguém podia prever que a guerra seria longa e que seria uma terrível hecatombe. As tendências pacifistas foram varridas. O Estado-Maior francês temia que houvesse 10% de insubmissos à mobilização. A cifra não atingiu 2%.

O historiador americano Arno Mayer emitiu uma hipótese segundo a qual a burguesia no poder, vendo os progressos do socialismo e do sindicalismo e considerando que a situação era "pré-revolucionária", quis isolar essa revolução com uma guerra estrangeira. Na França, Annie Kriegel e Jacques Julliard mostraram, ao contrário, que, desde 1911 na França, a força da CGT está em declínio. Talvez os governos, conscientes de que a resistência pacifista seria mínima e de que não deveriam temê-la, mostraram-se menos prudentes do que o seriam se houvessem sabido dos grandes movimentos de resistência à guerra.

Assim, a *finalidade* dos homens no poder – devemos ser fiéis às nossas alianças para assegurar nossa sobrevivência – é combinada com uma grande aceitação dos riscos pelo povo. As forças (*causalidade*) não determinaram a guerra: elas a tornaram possível. Tudo isso resulta, evidentemente, de uma estrutura da sociedade internacional na qual se deve procurar a explicação veemente além das circunstâncias: uma hierarquia, um sistema de educação desenvolvendo a desconfiança, a exaltação de valores patrióticos e toda uma série de mitos e ilusões.

Estruturas e pesos

A única definição séria que se pode dar à palavra estrutura é a de que, tratando-se de vastas comunidades humanas, algumas de

suas características essenciais se modificam com uma grande lentidão. Essas características são a situação social e a econômica (e principalmente o que Karl Marx chamou de "relações de produção") e um sistema de valores que lhes são tradicionalmente ligados. Quando não ocorre nenhuma catástrofe, são muitas vezes necessárias décadas ou séculos para que haja transformações. Se bem que os interesses não sejam, em geral, suficientes por si próprios, eles estão habituados e, muito comumente, as mudanças os assustam. Vimos médicos do tipo Diafoirus resistir às inovações dos "circuladores", camponeses desconfiar de afolhamento a cada três anos, famílias de vilarejos manter de pai para filhos as mesmas atitudes políticas (os *bleus* e os *blancs* na Provence ou em Vendéia), a prática religiosa ou o anticlericalismo se dividir em zonas geográficas quase imutáveis. Augé-Laribé demonstrou muito bem que, entre 1815 e 1914, a condição dos camponeses franceses mudou, claro, porém de uma maneira lenta e quase imperceptível. Há então uma tendência das "estruturas" a se conservarem, e podemos chamar *peso* a essa lentidão de movimento.

Mas, a partir daí, deve-se admitir que as estruturas são de uma extrema complexidade: o exame detalhado e empírico leva-nos a constatar que os laços entre a situação socioeconômica e os valores são muito mais contingentes do que determinados.

André Siegfried, em seu magnífico *Tableau politique de la France de l'Ouest*, insistiu numa certa determinação geográfica. Eis a Armórica e os conflitos armóricos, região cristalina e com bosques, com o hábitat rural disperso. Aí, a prática religiosa é forte; vota-se na direita. Bruscamente, em Vendéia, passa-se dos campos abertos do Poitou ou de Saintonge ao hábitat agrupado. As igrejas ficam vazias aos domingos. O voto situa-se muito mais para a esquerda.

Sim, mas se nos deslocamos mais ou menos cem quilômetros para leste, encontramos, na Marche – em Creuse – o granito, o bosque e o hábitat disperso. Ora, a Creuse é tão descristianizada quanto o Poitou e vota majoritariamente na esquerda. Abrangemos, assim, tudo o que a contingência histórica coloca no aparente determinismo geográfico. Depois, a oeste, houve o "exército católico

e real" e a *Chouannerie*;[2] sob a Revolução, quase todos os padres daí recusaram o juramento, enquanto a Marche não conheceu tais fenômenos. Convém perguntar por quê, e as hipóteses tornam-se cada vez mais frágeis.

Essa distorção é mundial. Por que a Ilha de Java, com 90% de sua população tendo sido convertida ao Islã desde o século XV, a Ilha de Bali, distante alguns quilômetros, permaneceu quase totalmente hindu?

Toda tentativa em dar uma explicação unicamente pelas estruturas socioeconômicas choca-se com a resistência dos fatos. Por exemplo, o partido comunista francês, nos anos 1980, dizia-se e pretendia ser sinceramente o "partido dos operários". Diferentemente de todos os outros partidos, a maioria de seus deputados era composta de antigos operários. Cinqüenta por cento de seus eleitores – aproximadamente – eram operários. Sim. Isso representava, porém, 130 anos após o *Manifesto Comunista*, 59 anos após a criação do PCF, apenas um terço dos operários franceses. Aproximadamente outro terço votava em partidos moderados. Ora, passaram-se anos suficientes para que a "tomada de consciência" se operasse. E após alguns anos, o eleitorado desse partido desfez-se. A escolha dos eleitores operários faz-se com o perfeito conhecimento da situação, e a gravidade era tal que as cifras variaram muito pouco. André Piettre bem demonstrou que uma certa "*intelligentsia* de esquerda" acabou por *substituir as antigas classes sociais,* muito mais misturadas que em outras épocas, pela *divisão política dos espíritos.*[3]

É necessário então admitir que a dupla situação social–valores apresenta formas muito variadas que, para o empírico, aparecem bem contingentes e que, contudo, quaisquer que sejam as variáveis, cada comunidade permanece muito tempo ligada à sua própria combinação.

---

[2] *Chouan*, nome que se dava aos insurgentes da Vendéia contra a Revolução Francesa, em 1793, e mais tarde contra o governo de Luís Filipe, depois de 1830 (N. da T.).

[3] André Piettre, *Les grands problèmes de l'économie contemporaine*, t. I, "Où va le capitalisme?" Paris, Cujas, 1976, cf. p. 164.

Tratando-se de problemas internacionais, observa-se a mesma incerteza. No começo dos anos 1930, as estruturas da Grã-Bretanha e da Alemanha se parecem mediocremente (sobretudo se as compararmos às da Índia, do Egito ou do México). Em graus diversos, a crise econômica que toma esses países em cheio em 1931 termina por alcançar resultados análogos: desemprego, falências, queda dos preços, queda brutal das exportações. Ora, no espaço de dois anos, essa mesma crise econômica produz em países bastante semelhantes:

1) uma ditadura racista e totalitária na Alemanha;

2) um enfraquecimento do Poder Executivo na França, que se manifesta em crises ministeriais sucessivas e pela incapacidade de tomar decisões, com o eleitorado manifestando-se apenas em movimentos relativamente fracos, mesmo quando elege uma maioria da "Frente Popular";

3) a eleição de 550 conservadores e aliados em um total de 610 deputados na Grã-Bretanha.

Como toda explicação por meio do "caráter nacional" consiste em emitir um conceito vago, é necessário procurar nas estruturas profundas e em seu peso a explicação dessa extraordinária divergência.

Uma outra noção ligada ao peso e contudo contingente é a do "inimigo hereditário". Ocorre que durante longos períodos têm-se os mesmos inimigos e que se ridiculariza essa hostilidade do qualificativo "hereditário". Não é difícil então agrupar todos os acontecimentos do passado longínquo que parecem justificar esse sistema de valores. Foi o caso, no século XVII, da Inglaterra e das Províncias Unidas e entre a França e a Espanha. De 1689 a 1815, com muitas infiltrações até 1904, a Inglaterra apareceu como o "inimigo

hereditário" da França, e os dois países tiveram oito guerras. De 1792 a 1945, houve sete guerras franco-prussianas (ou alemães). Aliás, o historiador alemão Heinz Otto Sieburg bem demonstrou que o mito do inimigo hereditário apareceu na Alemanha apenas em 1840 e na França em 1866.[4] Constatamos em todos esses casos que isso durou uma centena de anos e que exerceu, sobre o comportamento dos dois países, uma influência profunda, que os esforços de pequenos grupos favoráveis à reaproximação não puderam abalar.

Peso e propaganda

Do que precede, podemos deduzir que um dos problemas principais que os políticos devem solucionar – e eles estão bem longe de consegui-lo – é o de saber se eles podem, com um esforço organizado, vencer os pesos. É aí o campo da "ação psicológica", da propaganda. Podemos, em escala coletiva, convencer um eleitor de direita a votar na esquerda? Convencer um católico a se tornar protestante? Convencer um adepto do mito do "inimigo hereditário" de que, na realidade, o povo em questão é nosso amigo?

Sobre esse tema, a paixão política, exasperada pelo desenvolvimento das comunicações de massa, chega a resultados de uma ingenuidade incrível. De modo geral, o eleitor de direita admite que todos que votam como ele são pessoas esclarecidas, de bom senso, que sabem pensar, mas que os eleitores de esquerda são um monte de pessoas influenciáveis, vítimas da hábil e detestável propaganda conduzida por pequenos grupos organizados e pérfidos. O eleitor de esquerda pensa exatamente a mesma coisa em sentido inverso. Todos que não pensam como eu são "cera moldável". Em um livro de Régis Debray,[5] também é admitida, sem sombra de dúvida, uma crítica que a propaganda de direita é todo-poderosa.

---

[4] Heinz Otto Sieburg, *Deutschland und Frankreich in der Geschichtsschreibung des neunzehnten Jahrhunderts,* Wiesbaden, Instituto de História Européia de Mayence, 1954-1958, 2 vols.

[5] Régis Debray, *Genèse du politique,* Paris, Grasset, 1980.

O estudo da influência realmente exercida pela televisão sobre os comportamentos políticos ainda está engatinhando. Em geral, a conclusão é que essa influência é fraca. Contudo, apegamo-nos à vontade de dispor cada vez mais de um número maior de minutos de escuta, sem nos darmos conta de que, algumas vezes, cria-se sobretudo o cansaço.

Não pretendo, sendo um simples "usuário" da psicologia social, resolver esse problema essencial. A hipótese que formularei permanece então incerta. Todavia, em função de certos trabalhos, sinto que posso dizer o seguinte:

1) Quando o *objeto* da propaganda é mínimo, ele pode tranqüilamente modificar minha escolha. Marca de cerveja ou de sabão em pó, alimento para gatos ou cachorros, no fundo, isso me é indiferente o suficiente para que eu permaneça com uma impressão auditiva ou visual. A publicidade, o *marketing* são técnicas eficazes e comprovadas. Ainda aí, os psicólogos constatam um aumento da fadiga e do ceticismo. Mas só se vende o que é conhecido.

2) Em se tratando de uma campanha eleitoral *competitiva*, é mais provável que todos os procedimentos de *marketing* não sejam suficientes para espantar o peso. Simplesmente, em caso de competição acirrada, o que é importante é a pequena margem dos indecisos. Daí a importância, quando das pesquisas de opinião pré-eleitorais, que reveste a questão: "Sua escolha é definitiva?"

3) Quando se trata de um sistema de valores essenciais (pátria, religião, ideologia, grande causa social ou humanitária), é bastante provável que o peso vença. Isto é, o que chamamos de "conversão", observável em casos individuais, é quase impossível ocorrer em escala coletiva, salvo em períodos de grandes catástrofes.

4) Em um país totalitário, onde existe uma única propaganda, a do Estado, do partido único, ela é a tradução da psicologia de um sistema de constrangimento. Se esse sistema é aprovado, pelo

menos tolerado, e se a vida dos habitantes não é "inaceitável", então a propaganda como a força, como a polícia, contribui para a estabilidade do sistema. Se, ao contrário, reina uma situação revolucionária, a propaganda não pode absolutamente evitar primeiramente a morosidade, a irritação e, em seguida, a explosão. Submissa ao regime totalitário de Hitler, o qual não desejava, a França de 1940 a 1944 foi mais ou menos impermeável à propaganda de Goebbels.

5) Em tempos de guerra, a propaganda assume cada vez mais a forma de "guerra psicológica". Trata-se de reforçar o "moral" dos seus, de dar boa impressão para os neutros e de erodir o moral do inimigo. Ainda aí, é provável que se exagerem bastante os resultados obtidos. Diante de um exército sólido, a guerra psicológica faz desertar apenas os marginais, aqueles que moralmente já se sentem excluídos do grupo. Constatou-se, no final da guerra contra o Eixo, que companhias ou seções alemães cercadas, não tendo mais nenhuma esperança de sucesso tático, nem de ver seu país ganhar a guerra, permaneceram impermeáveis à propaganda inimiga. Elas só se rendiam se seu chefe real (em geral o oficial e, algumas vezes, algum outro personagem se o oficial não era respeitado) assim decidisse. Além do mais, uma tropa disciplinada parte sempre do princípio de que o inimigo mente.

Em se tratando da propaganda em seu próprio campo, antes de mais nada é preciso convencer que não se está mentindo. Ora, os responsáveis pela censura e pela guerra psicológica parecem raciocinar como se seu auditório fosse idiota, donde a propaganda espontânea cria a consciência da "lavagem cerebral".

Parece-me que se pode subscrever totalmente, a esse respeito, Karlins e Abelson, citando uma obra de Klapper:[6]

---

[6] Marvin Karlins e I. Abelson, *Persuasion. How opinions and attitudes are changed*, Londres, 2ª edição 1970 (1ª em 1959, XII; cf. p. 34) e J. T. Klapper, *The effects of mass comunication*, Nova York, 1960. Utilizei bastante dois livros escritos por psicólogos: James A. C. Brown, *Techniques of persuasion. From propaganda to brainwashing*, Hammondsworth, Middlesex, Penguin Books, 1963 e Williams Sargent, *Physiologie de la conversion religieuse et politique*,

> Existe uma semelhança chocante entre o papel da informação e o papel da comunicação de massa, como a televisão e os jornais, no que diz respeito às atitudes e às opiniões. O resumo feito por Klapper em 1960 sobre os efeitos da mídia de massa é tão aceito hoje quanto na época em que foi apresentado por ele: a televisão, os jornais e as revistas reforçam os pontos de vista que o auditório já adotou... As mídias, por si próprias, raramente levam, senão nunca, a uma modificação da opinião sobre um ponto de vista adverso.

A eficácia das forças e a teoria dos pequenos grupos

Tudo o que precede leva a uma mesma conclusão: não se chega a avaliar a eficiência das forças se examinamos a sociedade em seu conjunto, ou mesmo em grandes comunidades. É, então, necessário tentar explorar o que se passa em nível de pequenos grupos e, notadamente, nos "grupos reais", que já definimos anteriormente.

Felizmente, para o "usuário", numerosos sociólogos debruçaram-se sobre os pequenos grupos. Os homens, escreveram Anzieu e Martin, pensam com boa vontade nas relações indivíduo–sociedade, "enquanto suas vidas e suas atividades se desenvolvem mais comumente no âmbito das aglomerações restritas".[7] O grupo não é um simples "agrupamento" (fila de espera, leitores de um jornal) tendo "interesses em comum". É composto por pessoas que, havendo descoberto sua independência, tendo passado das comunicações indiretas ou unilaterais às comunicações diretas, assumem, em conjunto, um interesse comum. O fundador da "dinâmica de grupo" é Kurt Lewin. Para ele,

> o grupo é um todo cujas propriedades são diferentes da soma das partes; o grupo e seu meio constituem um campo social dinâmico cujos membros principais são os subgrupos... A pesqui-

---

trad. do inglês, Paris, PUF, 1967, VIII. Cf. também *Relations Internationales*, 1974, nº 2, "Mentalités collectives et relations internationales".

[7] Didier Anzieu e Dr. D.-Y. Martin, *La dynamique des groupes restreints*, Paris, 4ª ed., 1973 (1ª ed. 1968).

> sa das relações dinâmicas entre esses elementos e aquelas confederações de agrupamentos torna-se, a partir de então, o tema diretor de Lewin e de sua escola.[8]

Já falamos do "grupo real" em nível do chefe (de quem decide), dotado, pela seqüência de processos diversos, de "poder". Mas todos os homens, em diferentes graus, pertencem a grupos. O que se pode admitir é a existência de numerosos pequenos grupos que, possuindo cada um sua configuração e sua dinâmica própria, exercem uma pressão, uma ação em uma direção análoga.

Toda grande comunidade estruturada baseia-se em pequenos "grupos reais" e só subsiste à medida que eles permanecem vivos. Numerosos estudos históricos, muitas vezes admiravelmente pesquisados, precisos e concretos, revelam-nos os processos de implantação de grandes movimentos ideológicos, políticos, sindicais, etc.[9] De todos os estudos que li, creio poder tirar, muito esquematicamente, as seguintes conclusões:

- é necessário que exista, graças à estrutura, à conjectura e às circunstâncias, um "ambiente" favorável, uma predisposição;
- nesse caso, o aparecimento, aqui e ali, de "militantes", permite a criação de pequenos grupos mais ou menos parecidos;
- criam-se, igualmente, em função do valor dos organizadores, outros pequenos grupos que coordenem os primeiros, terminando por alcançar – sempre com tensões, exclusões e demissões – a criação de um grupo central e dirigente;

---

[8] *Ibid.*, p. 74. Jean-Pierre Poitou, *La dynamique des groupes. Une idèologie au travail*, Paris, CNRS, 1978, vê nesse processo o fruto de uma ideologia capitalista e tecnocrática. Penso, sobretudo, que esses grupos são naturais e que são as ideologias totalitárias que os combatem.

[9] Ver por exemplo: sobre o Partido Operário Francês, de Jules Guesde, Claude Willard, *Les guesdistes*, Paris, Éd. Sociales, 1965; sobre o Partido Comunista Francês, Jacques Girault, *Sur l'implantation du parti communiste français dans l'entre-guerres,* Paris, Éd. Sociales, 1977; sobre a CFTC, a tese de Michel Launay, *Les origines de la CFTC* (defendida em 1981); sobre o Comitê "America First" nos Estados Unidos (1940-1941), Wayne S. Cole, *America First: the battle against intervention 1940-1941*, Madison, Wisconsin, 1953. Mas pudemos consultar muitos outros livros.

- este, por seu lado, provoca o nascimento de grupos de base. O grau de disciplina na hierarquia varia infinitamente segundo as organizações.

Assim, em toda implantação encontram-se forças – a *pulsão* – e iniciativas – a *pressão*. É bem depois do golpe que o espírito humano introduz aí uma lógica. O historiador, observando as hesitações, aproxima-se muito mais da realidade e compreende, em todo caso, que os homens não são intercambiáveis. O estudo das relações no interior de uma grande confederação (partido, sindicato, igreja, associação, empresa) deve ser feito a partir dos grupos reais e não a partir da hierarquia do organograma.

Pode-se, por exemplo, ter o seguinte caso: o grupo real que dirige a confederação sindical ordena uma greve geral. O grupo real que dirige tal federação no seio da confederação recusa a greve. Nos sindicatos dependentes dessa federação, os grupos reais que os dirigem podem aceitar a greve geral (como quer a confederação) ou se recusarem (como quer a federação). Dentre os membros do sindicato da fábrica, se são numerosos, certos grupos reais querem a greve; outros, não.

A verdadeira dinâmica da grande confederação não é, portanto, ligada apenas ao seu número de aderentes, mas à comunicação existente entre todos os grupos reais repartidos pela hierarquia. No caso de um acordo geral entre os grupos de todos os níveis, a dinâmica é forte.

Grupos

	Autocrático	Democrático	*Laisser-faire*
Tomada de decisão	Apenas pelo chefe	Em comum com o chefe (discussão)	Fraca participação do chefe
Determinação das atividades	Pelo chefe	Objetivos gerais traçados pelo chefe indicando alternativas	Nenhuma orientação do chefe, que fornece apenas, a pedido, material ou informação
Distribuição das tarefas	Pelo chefe	Divisão espontânea do trabalho	Nenhuma intervenção do chefe

Então, para ser informado da força que representa a confederação, não basta saber o que desejam seus líderes. É necessário conhecer também as atitudes em todos os níveis. Sendo dada a extrema multiplicidade dos grupos, o chefe (que toma decisão) – mais tarde o historiador – pode trabalhar apenas com sondagens, com estudos aprofundados de alguns grupos totalmente característicos. Evidentemente existem diversas variações na composição dos grupos e nas relações entre eles. Anzieu e Martin propõem, segundo Lippitt e White, a classificação precedente em grupos autocráticos, democráticos e de *laisser-faire.*

O sistema autocrático existe, por exemplo, em uma empresa ou em um exército. Pode se suavizar em paternalismo. Na outra extremidade, o chefe abdica. Aí, então, um chefe real o substitui e desempenha o papel de eminência parda. O chefe nominal é apenas um presidente de honra.

As ligações no interior do grupo real são essenciais para determinar a eficiência desse grupo. Mas, no interior de uma grande comunidade, a natureza da autoridade e da disciplina leva a diferentes tipos de coesão.

Existem grandes comunidades onde as decisões, após consulta – mais ou menos reais, segundo o caso – aos grupos de base, são tomadas pela cúpula e, em seguida, colocadas em prática pela base, quaisquer que tenham sido as atitudes iniciais. A "centralização democrática" dos partidos comunistas pertence a essa categoria, mas esse sistema vem sendo cada vez mais contestado. Se a decisão da cúpula é a resultante das decisões de diversos grupos de base, pelo voto democrático dos delegados em um congresso, representando a maioria, ou a resultante, chega-se a uma estrutura não monolítica. Se a comunidade é muito homogênea, ela segue a diretriz. Se ela é mais dispersa, constituem-se "facções", "tendências" (por exemplo, em numerosos partidos socialistas). Ocorre que, para satisfazer a maior parte possível dos grupos de base, prefere-se uma resultante de compromisso com uma clara posição majoritária. É a famosa "moção branca e preta" dos congressos radical-socialistas do pós-guerra.

A estrutura autoritária no âmbito dos grupos, centralizada nas relações de grupo com grupo, isto é, disciplinada, é imediatamente mais eficaz. Mas ela oferece a muitos homens, que aspiram a parti-

cipar das decisões, um caráter desagradável. Tende a isolar a comunidade, tornando-a um corpo estranho. A fórmula democrática é mais atraente e, a longo prazo, agrada mais por ser mais humana. A fórmula do *laisser-faire* é a menos eficaz, porém a mais "confortável". Talvez por ela possuir um importante partido radical-socialista (e importantes partidos moderados de estrutura também frouxa) é que a França não foi realmente ameaçada pelo fascismo entre as duas guerras.

Em um regime político muito autoritário, os "grupos reais" existem necessariamente, mas a autoridade sofre por isso de uma extrema desconfiança. Só podem manifestar-se se estão de acordo com o poder. Caso contrário, tendem a ser secretos, e o poder procura então os "cabeças". Se a ameaça é muito forte, o grupo real pouco dinâmico tende a dissolver-se. O pânico faz com que se hesite em visitar os amigos, em discussões que, vistas de longe, possam parecer complôs.

Como observaram Anzieu e Martin,

> a querela dos Girondinos (segundo os quais os "corpos intermediários" eram necessários para favorecer a participação ativa de cidadãos na gestão social) e dos Montagnards (que afirmavam, segundo J.-J Rousseau, que a vontade geral requer, para se exprimir, a centralização etática e a destruição dos corpos intermediários) encontra-se na querela moderna entre os partidários do planejamento econômico e do monolitismo político e aqueles da autogestão e do pluralismo das tendências.[10]

Resulta dessas observações que um estudo sério da eficiência das forças deve, obrigatoriamente, passar por um exame aprofundado de alguns grupos reais escolhidos do modo mais típico possível. Certamente tal escolha é difícil e necessita de numerosos dados globais (tais como pesquisas, eleições, estatísticas, etc.), podendo ser arbitrária e levar ao erro. Entretanto, nenhum resulta-

---

[10] *Op. cit.*, p. 221.

do científico seria obtido sem esse estudo concreto. Uma grande comunidade não é mais que um complexo de grupos reais, enquanto comunidade não é mais que um conceito, que é preciso evitar a todo custo reificar.

> Se desejamos compreender ou melhorar a conduta humana, é necessário ter um conhecimento aprofundado da natureza dos grupos. Nenhuma visão coerente do homem, nenhuma tecnologia social avançada é possível sem respostas válidas a uma série de questões ligadas à ação dos grupos, as relações dos indivíduos com os grupos, as relações dos grupos com uma sociedade mais ampla.[11]

Essa citação de Cartwright e Zander leva-nos à modéstia. Quanto à "série de questões" à qual eles se referem, estamos bem longe de tê-la respondido. Conseqüentemente, se percebemos a natureza das forças que são exercidas e os pontos onde elas se exercem, não podemos, ainda, determinar seguramente sua eficácia.

O único resultado obtido é que o grupo desempenha papel decisivo. "É o grupo primário que sedimenta as opiniões e as atitudes".[12]

Para os militares alemães da Segunda Guerra, "os soldados consideravam entre eles muito menos o fato de um dogma político do que um arranjo estreitamente tecido com lealdade em relação a seus grupos primários".[13] Ducasse, Meyer e Perreux[14] constataram a mesma coisa entre os soldados franceses na Primeira Guerra Mundial e S. A. Stouffer em relação aos soldados americanos:[15]

> O moral, dizem Anzieu e Martin, é a conseqüência não de ideais patrióticos ou do ódio em relação ao inimigo, mas de fortes relações interpessoais com os camaradas de combate. É o grupo primário que estabelece e valoriza as normas coletivas que se irão impor no comportamento de cada um. Os objetivos fixados

---

[11] Darwin Cartwright e Alvin Zander, *Group dynamics, research and theory*, 3ª ed., 1968 (1ª ed. em 1953).

[12] J. A. C. Brown, cf. p. 102.

[13] Observação de Edward Shils e Morris Janowitz, citada por Brown, *ibid.*, p. 102.

[14] *Vie et mort des Français, 1914-1918*, 1912, *passim.*

[15] S. A. Stouffer, *The American soldier*, 1949.

> pelos comandos e mantidos pela organização militar são cartas fora do baralho se eles não são transformados em normas correspondentes pelos grupos primários.[16]

E os mesmos autores encontram o mesmo fenômeno na vida econômica:

> Uma população de cidadãos, um mercado de consumidores não são necessariamente massas anônimas de indivíduos justapostos, uniformemente submissos às comunicações de massa. Entre o pesquisador ou o publicitário e o consumidor não há vazio, mas a rede complexa de grupos mais ou menos fechados nos quais se move o indivíduo ou que lhe serve de referencial. É comum nos grupos que o indivíduo crie suas opiniões e é comum a influência do grupo, que fará com que o indivíduo seja permeável ou fechado a tal propaganda.

[16] *Op. cit.*, p. 219.

Capítulo 10

A decisão em política externa

A decisão, para todo homem, situa-se na confluência da finalidade e da causalidade. A cada instante, proponho-me objetivos. Só os consigo raramente ou de modo imperfeito, pois pesam sobre mim mil obrigações. O homem que detém o poder real (pode ser o ministro ou o conselheiro de um rei fraco) encontra-se exatamente na mesma situação que o cidadão comum, com uma enorme diferença de escala e de ambições e nos perigos e na aquisição de meios.

Nas edições anteriores deste trabalho, tratei esse assunto principalmente reproduzindo um modelo tirado de meu artigo "A decisão de política externa. Esboço de um modelo tipo" (*Relations Internationales*, nº 1, maio de 1974, pp. 5-26). Na prática, esse modelo pareceu-me útil, logicamente, mas bastante complexo, como uma espécie de digressão em um livro no qual a fonte de inspiração é o Império. Permito-me então retornar a esse ponto aos que se interessam por esse vasto tema e, sobretudo, convidá-los a ler o excelente estudo de Marlise Steinert sobre a decisão; aí ela menciona amplamente o que eu não fiz, as principais pesquisas feitas sobre esse tema.

Meu propósito, aqui, é seguir a idéia segundo a qual *o indivíduo pode, em certa medida, moldar o futuro*. Retorno a esse tema na notável apresentação que Maurice Schumann fez em 1990 na Academia de Ciências Morais e Políticas: "A vontade de um ho-

mem pode mudar o curso da história" (*Revue des Sciences Morales et Politiques*, 1990, nº 4, pp. 438-454). Trata-se sobretudo, como se pode imaginar, do general de Gaulle, que ele conheceu bem. Ele cita Régis Debray: "As leis objetivas da história revelam-se um mito residual na manhã dos mágicos... O meio-letrado minimiza o papel do indivíduo; o verdadeiro talvez o reabilite". Não se pode mais sustentar que o papel dos chefes permaneça insignificante, como fez Jean de Pierrefeux após a Grande Guerra, em um livro que provocou barulho: *Plutarco mentiu*. Plutarco dedicou sua obra a homens ilustres e Pierrefeux pretendia minimizar a obra dos grandes generais. Comentando a comunicação de Maurice Schumann, Alain Peyrefitte utiliza uma fórmula interessante. "Essa comunicação", diz ele, "mostra que a concepção da história desenvolvida por Fernand Braudel, e que se pode ilustrar com a seguinte citação de Marx: 'Os homens de Estado são parecidos com rolhas de cortiça na superfície dos riachos', é insuficiente em relação a um personagem como o general de Gaulle, que soube desviar o curso da história.

Visão geral

Raymond Aron demonstrou perfeitamente, no primeiro capítulo de *Paz e guerra entre as nações*, que as relações internacionais, em conseqüência do caráter heterogêneo dos objetivos aos quais se propõem os atores, não podem ser comparadas com a ciência econômica. Esta se aplica a um domínio onde o objetivo parece homogêneo: a "maximização dos recursos". Vimos que, em política externa, o chefe (o que decide) pode se propor simultânea ou alternativamente objetivos de poder, de riqueza, de prestígio e de conquista ideológica. Nessas condições parece, no ponto em que nos encontramos, que toda formulação matemática, mesmo aproximativa, é pelo menos prematura: pois, como encontrar uma unidade que poderia se relacionar com elementos tão diferentes, em que alguns – o prestígio, a ideologia – não parecem quantificáveis? E como falar de uma escolha racional entre elas?

A psicologia do risco em economia foi admiravelmente estudada por Maurice Allais. Ele estimou que um comportamento racional

não considera apenas valores monetários e perspectivas objetivas, como propuseram os fundadores da escola americana, Morgenstern e Naumann, em seu célebre *Theory of games*, mas que se devem adicionar os "valores psicológicos" (a curva de minhas preferências não coincide com os valores monetários dos objetos) e mesmo as "probabilidades subjetivas". É o "paradoxo de Allais".

> Para nós, não apenas a formulação de Bernouilli não pode representar convenientemente o homem real, nem permite determinar sua satisfação absoluta, porém *mesmo para um homem racional* a dependência entre o valor "V" e os ganhos "g" tem, em geral, uma forma muito mais complexa.

Para Allais, a racionalidade pode ser definida de duas maneiras:

- seja de modo abstrato, por referência ao critério geral utilizado nas ciências sociais de não contradição consigo mesmo, critério que implica a coerência de fins pretendidos e o emprego de meios apropriados para alcançá-los;
- seja experimentalmente, pela observação do que fazem as pessoas que nos fazem pensar que agem de maneira racional.[1]

Se pudéssemos admitir que na escolha de um chefe (o que decide) em política externa contasse apenas a maximização dos recursos (eliminando poder, prestígio e ideologia), a fórmula matemática que, por outro lado, Maurice Allais propõe seria bastante atraente. Porém, recordemos que em política externa a aquisição de riqueza pode ser feita tanto pelo rapto quanto pelo trabalho e pelo comércio. A escolha entre rapto ou trabalho, repetimos, é ética e não racional.

---

[1] A obra bastante abstrata de Richard C. Snyder, H. W. Bruck, Burton M. Sapin, *Decision making as an approach to the study of international politics,* Princeton, Princeton University Press, 1954, pode ser considerada trabalho pioneiro nessa matéria. Maurice Allais, "La psychologie de l'homme rationnel devant le risque. La théorie e l'expérience", *Journal de la Société de Statistique de Paris,* janeiro-março de 1953, pp. 54-55. Existe muita literatura sobre a decisão *econômica*. Consultar a excelente e clara biografia comentada publicada no *Bulletin de l'Institut d'Histoire du Temps Présent,* nº 2, dezembro de 1980, pp. 48-66.

Talvez um dia possamos ter uma fórmula matemática para todas essas hierarquias de escolha. Pessoalmente tenho dúvidas quanto a isso e penso ser necessário, para estudar uma decisão de política externa, utilizar o segundo termo do dilema de Maurice Allais e praticar "a observação do que fazem aquelas pessoas que, temos razão de acreditar, se conduzem racionalmente".

Vamos então realizar um estudo empírico, fundamentado em exemplos numerosos mas ainda insuficientes. É necessário, a nós historiadores, estudos novos e aprofundados. Assinalo, a título de exemplo, o de George Kennan[2] sobre a expedição americana à Sibéria em 1918, *The decision to intervene*, e o de Jean-Claude Allain sobre o governo Monis–Cruppi–Berteau–Caillaux que, em abril de 1911, tomou a decisão de enviar tropas francesas para Fez, com a finalidade de estabelecer o protetorado francês sobre o Marrocos.[3]

A decisão em política externa deve ser "racional"? É difícil compreender o que isso significa. É preciso ser "boa", isto é, gerar resultados produtivos e duradouros. Para isso, o chefe deve, antes de mais nada, estar o mais informado possível sobre uma realidade complexa. Em seguida, tendo-se designado um objetivo – ou um conjunto de objetivos relacionados ou uma série de objetivos alternativos –, deve esforçar-se em dominar o aleatório, representado aqui pela ação do estrangeiro.

No estado atual de nossas informações, munidos das indicações obtidas, parece-nos oportuno apresentar um modelo de decisão-tipo, tal como é elaborada e executada em um Estado moderno. Nos Estados dotados de administração fraca, caso mais freqüente no Terceiro Mundo, a decisão é tomada de maneira muito mais sumária e apresenta, por isso, muito menos garantias.

---

[2] George Kennan, *The decision to intervene,* Princeton, 1958.

[3] Jean-Claude Allain, *Agadir 1911, op. cit.*

Classificação das decisões

Começaremos apresentando uma classificação das decisões, sob a forma de um quadro simplificado (lembrando que existem nuanças intermediárias).

Notaremos que a coluna 1 deve ser separada das outras. Na verdade, esses diversos dados podem ser combinados (uma decisão pode ser ao mesmo tempo política, econômica e ideológica, etc.). As colunas de 2 a 6 apresentam, ao contrário, dados alternativos.

	1	2	3	4	5	6
	Segundo a natureza da decisão	Segundo o tamanho dos grupos envolvidos	Segundo o grau de violência implicada	Segundo os custos	Segundo a urgência	Segundo a necessidade de uma escolha
A	Política (ou de poder)	Nacional	Dramática	Perniciosa	Imediata	Inevitável
B	Econômica (ou de riqueza)	Importante	Perigosa	Cara	Urgente	Evitável
C	Ideológica (ou de valor)	Limitada	Não perigosa	A custo reduzido	Com prazo fixo	Criativa
D	De prestígio	Individual	Insignificante	Sem custo	Sem prazo fixo	Gratuita

Daremos alguns exemplos:

- Decisão de não perdoar um condenado à morte: individual – dramática – a custo reduzido – com prazo fixo – inevitável.
- Decisão de elevar o teto do seguro social: limitada – insignificante – com custo reduzido – sem prazo fixo – evitável.
- Decisão de convidar o presidente de uma república africana: limitada – não perigosa – com custo reduzido – sem prazo fixo – gratuita.
- Decisão de 9 de maio de 1950 (Plano Schuman): importante – não perigosa – cara – sem prazo fixo – criativa.

- Decisão belga de resistir com armas à invasão alemã (3 de agosto de 1914): nacional – dramática – perniciosa – urgente – inevitável.

Como se toma uma decisão

Urgente ou longamente meditada, a decisão passa por um conjunto de pessoas mais ou menos próximas do centro de decisão. Basta citar a emocionante declaração de Eisenhower sobre a fixação da data na qual ele desembarcaria na Normandia. O marechal do ar britânico Leigh Mallory queria retardar a operação.

> Entrei em minha barraca e sentei-me para refletir. Incansavelmente passei a verificar todos os elementos do problema... Percebi claramente que, se os acontecimentos viessem a confirmar as previsões dele, eu carregaria até a morte o fardo insuportável da responsabilidade de haver enviado estupidamente ao sacrifício milhares de soldados, a fina flor da nossa juventude.[4]

Por outro lado, conhecia-se o propósito de Joffre: "Eu não sei quem ganhou a batalha de Marne; mas se ela tivesse sido perdida, teria sido certamente por mim".

A necessidade de se ter bons chefes foi admiravelmente analisada no livro *Au fil de l'épée*, escrito em 1932 por Charles de Gaulle: o "caráter" é essencial. "Esforçar-se para realizar, antes de agradar". Isso é igualmente válido tanto para os chefes políticos e presidentes das grandes empresas, como para os comandantes-em-chefe dos grandes exércitos.

O primeiro organismo é o chefe (o que decide): aquele que tem a responsabilidade das decisões (mesmo que ele se contente em concordar com uma decisão tomada, na verdade, por um subordinado não responsável). O chefe (o que decide) freqüentemente é um homem solitário (por exemplo, o presidente dos Estados Unidos), às vezes um pequeno grupo (o Gabinete de Guerra britânico, o Conselho de Ministros da III e da IV Repúblicas). No caso do grupo, ocorre a delegação implícita de seu poder a um ou dois ho-

---

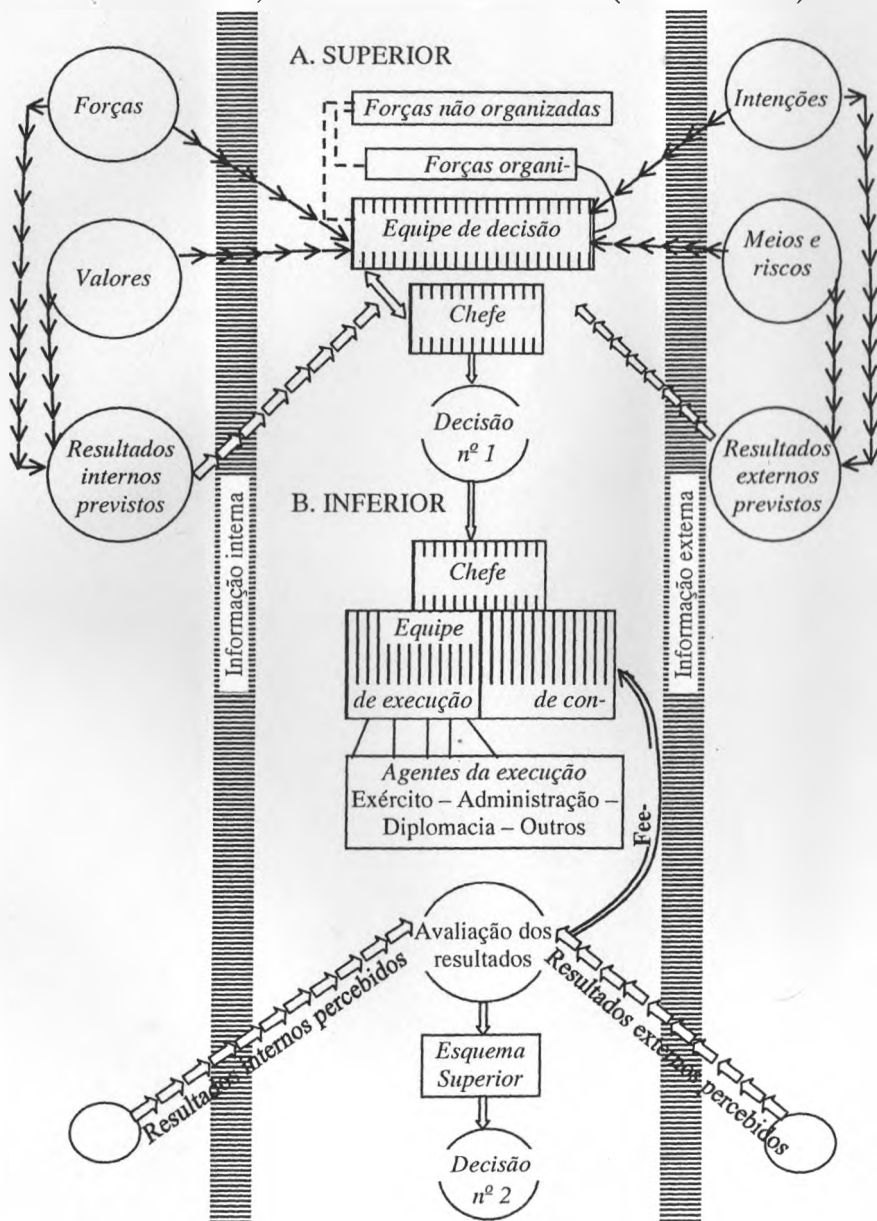
[4] Dwight D. Eisenhower, *Croisade en Europe* (tradução francesa), pp. 295-296.

mens. Por exemplo, no gabinete de Combes, o Conselho de Ministros foi entregue ao presidente da República, Loubet, e ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Delcassé. No entanto, em 5 de junho de 1905, tendo que decidir entre a solução perigosa (Delcassé) e a solução prudente (Rouvier, sucessor de Combes), o Conselho se lembrou de seus poderes e se dividiu em favor de Rouvier, o que provocou a demissão de Delcassé.

Mas o chefe (o que decide) não está sozinho. Ele está cercado de diversos conselheiros, a que chamaremos de "peritos escolhidos". "Peritos" porque têm opiniões justificadas (por exemplo, sobre o próprio problema ou sobre as reações que provocaria uma ou outra solução na opinião pública ou no Parlamento). "Escolhidos" porque eles o foram efetivamente, segundo dois tipos de processos: *nomeação para uma alta função*, que lhes dá o direito de ser consultados, ou de impor a consulta (por exemplo, os chefes do Estado-Maior das três armas, se a decisão implica risco de guerra), ou *escolha da confiança do chefe (o que decide)*.

Chamamos de "equipe decisória" ao conjunto dos que decidem e aos peritos escolhidos. Ela equivale ao que nós chamamos acima de um "grupo real".

A equipe pode ser mais ou menos flutuante. Daremos, para maior clareza, o exemplo de um caso de decisão ao mesmo tempo "nacional", "dramática", "custosa", "urgente" e "inevitável": a do presidente Kennedy, durante a crise dos mísseis de Cuba, na segunda-feira, 22 de outubro de 1962. Graças a Sorensen, temos uma descrição precisa da "equipe decisória", da qual ele fazia parte, que funcionou em torno do presidente, de 16 a 22 de outubro, e o ajudou a tomar – sozinho – uma decisão ao mesmo tempo firme e hábil. É interessante conhecermos a composição da equipe, pois ela é, dado ao segredo absoluto, severamente limitada.

Esquema do conjunto do modelo

É normal nela encontrar, em matéria de qualidade, o secretário de Estado, Dean Rusk; o secretário da defesa, Robert MacNamara; o presidente do Estado-Maior Conjunto, general Maxwell Taylor e o diretor da CIA, John McCone: quatro pessoas.

Entre os colaboradores dos dois primeiros, foram escolhidos: o subsecretário de Estado Georges Ball, o secretário-assistente para a América Latina, Edwin Martin; o subsecretário adjunto, Alexis Johnson; o perito em questões soviéticas, Llewellyn Thompson e um outro diplomata "sovietólogo", Charles Bohlen. Igualmente, o secretário adjunto da Defesa, Roswell Gilpatric e o secretário assistente, Paul Nitze: ou seja, sete pessoas.

É também devido a uma escolha que devemos a presença de dois outros ministros: Robert Kennedy, irmão do presidente e procurador-geral, e o secretário do Tesouro, Douglas Dillon, assim como a de dois "auxiliares" da Casa Branca, McGeorges Bundy e Theodore Sorensen (mas não de Arthur Schlesinger, que no entanto fazia parte do que Sorensen chama "the Kennedy team"): quatro pessoas.

Por fim, Kennedy convidou, para encontros posteriores, o vice-presidente Johnson, Kenneth O'Donnell, o antigo secretário de Estado Dean Acheson, o líder democrata Adlaï Stevenson, Robert Lovett e o diretor adjunto da USIA (serviços de propaganda) Donald Wilson: seis pessoas.

Há quatro pessoas puramente em matéria de qualidade. Onze pessoas escolhidas entre várias outras ocupando cargos do mesmo nível. Seis pessoas escolhidas quase que arbitrariamente, em virtude da confiança que elas inspiravam ao presidente.

Foi no domingo, 22 de outubro, apenas algumas horas antes de seu discurso, que Kennedy "consultou" outras personalidades, os membros do Congresso e os chefes de governos aliados. A decisão já estava tomada. Dessa maneira, temos aí um caso admirável de funcionamento de uma equipe decisória.

Junto aos peritos escolhidos, há todos os demais peritos que se manifestam sem que solicitemos suas opiniões: pelas ações, pela imprensa, pelas petições, etc. Vamos chamá-los "peritos acessíveis". É possível que os escutemos: por exemplo, Ribot nos informa que, em setembro de 1914, ele decidiu assegurar o financiamento da guerra pelo sistema, que se tornou famoso, dos "bônus da defesa

nacional", ao ler o artigo do financista Neymarck. Com maior freqüência, eles pregam no deserto. Mas o que acontecerá se, como com Cassandra, os acontecimentos lhes dão razão?

Tratando-se de governos do tipo ocidental, é necessário conceder lugar especial ao Parlamento. Os eleitos do Parlamento são diferentes de todos os outros cidadãos, pois acumulam três tipos de responsabilidade: a) a de possuir uma parcela do poder, seja porque podem derrubar o governo, seja porque dispõem de responsabilidade constitucional – como o direito de decidir sobre a guerra, nos Estados Unidos –, seja porque dispõem, pela responsabilidade quanto às despesas, de um meio de controle sobre as decisões do Executivo; b) a de um conhecimento que faz com que alguns ingressem no pequeno grupo dos "peritos escolhidos" (por exemplo, os senadores Vandenberg e Connally sob F. D. Roosevelt) e que muitos outros representem o papel de "peritos acessíveis"; c) o de serem membros de partidos políticos, ou seja, de grupos de pressão privilegiados. Efetivamente, diferentemente do grupo de pressão comum, que busca influenciar o poder, os partidos buscam ao mesmo tempo influenciá-lo e dominá-lo.

A execução das decisões

O chefe (o que decide) se confunde, em geral, com a pessoa ou com o pequeno grupo que dirige a execução. Não se pode conceber um Estado onde o chefe e o responsável superior pela execução sejam duas pessoas separadas. Não se toma uma decisão sem a visão de sua execução – mesmo se certas decisões permaneçam de algum modo "congeladas", tomadas "caso sejam necessárias". Assim, o governo britânico pôde decidir que, caso a Alemanha interviesse na Bélgica, ele se oporia pela força. Em 3 de agosto de 1914, quando a Alemanha enviou tropas para a Bélgica, o Gabinete de Londres teve de tomar a decisão essencial: "aplicar-se-ia a decisão inicial?" Esse exemplo – e existem inúmeros outros – mostra bem que a decisão "congelada" é apenas uma semidecisão e que a única e verdadeira decisão é a que implica ação. Estabelecer uma aliança defensiva resulta de uma decisão. O dia em que se produz o *casus foederis*, resta tomar a decisão da aplicação. O aliado sabe

que seu parceiro pode manter sua palavra ou procurar escapatórias. A aliança é uma decisão "congelada" que sempre deixa dúvidas. A verdadeira decisão refere-se a botar em prática, à ação.

A ação depende do chefe (o que decide), enquanto poder executivo, e dos chefes de execução – bem como do controle – com os quais ele trabalha pessoalmente: generais em comando, alguns diplomatas ocupando postos importantes, altos funcionários e, eventualmente, algumas outras pessoas. Essa "equipe de execução" coincide apenas em parte com a equipe decisória. Por exemplo, no caso dos mísseis de Cuba, Dean Acheson fazia parte da equipe decisória e não da equipe de execução. Como a equipe decisória, a de execução se compõe de pessoas de qualidade – que, a princípio, foram oficialmente escolhidas para isso – e pessoas de confiança escolhidas *ad hoc*. Pode ocorrer que o chefe não tenha confiança em um chefe de execução. Nesse caso, sua obrigação é trocá-lo, se ainda for possível. Sabemos, por exemplo, que Paul Reynaud não tinha confiança no general Gamelin. Para obter a maioria na Câmara, ele precisou manter Daladier na Defesa Nacional, que exigia a manutenção de Gamelin no cargo. Entretanto, em 9 de maio de 1940, tudo estava pronto para a substituição de Gamelin por Weygand. Foi a ofensiva de Hitler no dia 10 que interrompeu o processo, e sua vitória no dia 16 que o recolocou em marcha, uma vez mais como solução de desespero.

Da decisão do conjunto – escolha de uma estratégia política – tem início uma pirâmide de decisões subordinadas, pois os agentes de execução – forças armadas, diplomacia, administração, etc. – são numerosos. Sua multiplicidade e complexidade e a necessidade eventual de agir com extrema urgência tornam desejável a existência de planos alternativos imediatos para todos os casos, sobretudo aqueles em que será utilizada a violência. A decisão de conjunto escolhe o plano ou os planos. Os agentes de execução, dos chefes aos subordinados, executam ou adaptam esses planos. Vimos que na noite de 22 de outubro de 1962 milhares de ordens precisaram ser transmitidas para a Marinha americana, para o Strategic Air Command, para a CIA e para os postos diplomáticos americanos no mundo todo. Milhares de ações precisaram ser realizadas com a imprensa, a *mass media* e os membros do Congresso, para obter com sua ajuda o apoio da opinião pública.

O historiador sente-se à vontade para descrever todo esse processo quando essas fontes são abundantes. Colocando-se após o golpe, ele percebe não apenas a máquina bem azeitada, mas também os rangidos, isto é, as desobediências, as ordens mal cumpridas, os erros de execução e as faltas de iniciativa, em suma, tudo que é normal na conduta humana em um organismo enorme e complexo que é a Nação-Estado movendo-se no "ambiente" e interiormente agitada por reações multiformes.

Nessas reações, é necessário distinguir cuidadosamente as reações internacionais (que afluem uma vez que a decisão seja tomada), as reações externas, que não tardam a se tornar conhecidas (mas algumas vezes após um "suspense" angustiante, como, por exemplo, entre a declaração de Kennedy e a ordem de retroceder dada aos navios soviéticos) e a reação da própria máquina que, pelo controle exercido sobre si mesma (controle exercido muito concretamente por homens), está constantemente "aperfeiçoando a pontaria". Digamos, para maior compreensão, que na finalidade da decisão estratégica o controle constitui o esforço para melhor atender a essa finalidade, corrigindo a ação, quando as reações internas e externas são forças que, objetivamente, agem sobre a máquina. Ainda nesse caso, a interação da finalidade subjetiva e das forças objetivas manifesta-se em sua plenitude.

Algumas vezes se quis comparar esse controle com a "teoria dos sistemas", totalmente precisa ém física, admissível em biologia, porém das mais confusas nas ciências humanas. Existe uma diferença essencial entre um organismo biológico como o corpo humano e um organismo ou sistema social como a Nação-Estado. Basta imaginar o que seria um corpo humano onde todas as células fossem conscientes, pensassem e agissem. Para nosso trabalho empírico atual, essa única consideração explica por que, ao invés do simples esqueleto ou de um esboço, teríamos que representar o esqueleto tal como é ou então o esqueleto na visão das supostas células conscientes, por conseguinte, dois esquemas ao invés de um.

a) O chefe, sendo uma única pessoa (o caso é mais complicado quando se trata de um pequeno grupo), tem uma certa concepção de interesse nacional, ligada à sua própria escala de valores. Ele deduz os objetivos ideais que deseja alcançar e, desses ob-

jetivos ideais, em função do "resto", ele tirará os objetivos acessíveis. Tudo isso, evidentemente, está ligado à sua personalidade consciente e até mesmo inconsciente. Ele projeta para o exterior um tipo de homem que ele pensa ser, ou procura ser: "o apóstolo da paz", "o salvador", "o homem com intuição genial", "o mentor da República" ou "o general da vingança", o que termina por mesclar-se com o que ele é realmente. Conhecemos as célebres palavras de Rouvier: "Não posso enviar o senhor Delcassé, num piscar de olhos, para a Alemanha" (quando ele, Rouvier, financista relativamente cosmopolita, temia a política chauvinista e aventureira de Delcassé). Em seguida acrescenta: "Me reprovarão sempre, sempre", o que é menos grandioso e significa: minha carreira política estará arranhada. Finalmente, ele fará o que deseja, isto é, enviar Delcassé, ao perceber que sua carreira não sofrerá com isso.

b) O recrutamento social da equipe decisória tem, em sua escala de valores, conexões complexas, mas geralmente evidentes. Se a equipe é muito homogênea, há coisas que não poderá fazer (um Gabinete Attlee pôde muito mais tranqüilamente dar independência à Birmânia do que um Gabinete Churchill). Se for muito heterogênea, ou ela estoura em face da escolha de uma decisão (o Gabinete tripartido de Ramadier, em 3 de maio de 1947), ou ela toma a decisão que gere menos desacordo, que é em geral pouco positiva (o Gabinete Blum e a não-intervenção na Espanha).

c) O Parlamento pode, no sistema parlamentar, derrubar o Gabinete, e o chefe leva isso seriamente em consideração. Em todo regime, o Parlamento pode bloquear a ação do chefe, proibindo-lhe certas escolhas (as leis de neutralidade americanas de 1935 a 1937), ou privando-o de meios financeiros (a colocação em xeque da Aliança para o Progresso, de Kennedy).

d) Com os partidos e grupos exercendo pressão, e a massa produzindo "forças profundas", o chefe e sua equipe determinam sua ação em função do que acreditam ser as obrigações criadas por essas pressões e forças. Eles podem enganar-se totalmente. Já

mencionamos Polignac, que acreditava que a conquista da Argélia seria suficiente para deixar "passar" as "quatro ordens". Eles podem calcular com precisão, seja imaginando que a opinião pública está suficientemente favorável, seja imaginando que, embora desfavorável, ela possa ser educada e influenciada. É por essa razão que distinguimos entre dificuldades de conjuntura e de estrutura, que pressupõem um cálculo a mais longo prazo. Podemos nos enganar sobre a realidade (Napoleão III acreditou que possuía 400 mil homens disponíveis em 1870, enquanto possuía 300 mil), sobre o nível de risco aceito e, finalmente, sobre a cronologia do desenvolvimento dos meios (os que acreditavam ser possível restaurar rapidamente as forças aéreas francesas).

Parte IV

O movimento
(as relações internacionais no tempo)

Até agora, sempre nos situamos em um determinado momento do tempo. É em um determinado momento que podemos enumerar os *componentes*, estudar os *cálculos* e examinar a aplicação das *forças*. Nessa perspectiva, claro, olhamos, contudo, para o passado e para o futuro. Mas esse olhar depende do acontecimento presente. Ao que parece não se mover, e que na realidade tem um movimento lento, chamamos de *estrutura*. Ao que muda relativamente rápido, chamamos de *conjuntura*. Ao que pára de mudar, chamamos de *circunstâncias*.

Esses conceitos não são sem defeitos. Primeiramente porque a distinção entre estrutura e conjuntura não é clara, tampouco entre conjuntura e circunstância. Se o estatuto social dos camponeses bretões no Antigo Regime, duradouro através de numerosas gerações, é claramente de ordem estrutural, o que dizer daquele que dura apenas uma geração e depois desaparece? Uma guerra muito longa é um fenômeno estrutural ou conjuntural?

Mas, sobretudo, essas noções, utilizáveis na perspectiva estática, em um dado momento, *não percebem o movimento*. Ora, é claro que *nenhuma teoria das relações internacionais é possível se ela não se coloca também na perspectiva dinâmica, a do movimento.* Sem o movimento não compreendemos nada sobre o Império, sua criação e sua queda. Somos dotados de uma memória dupla; uma individual, limitada, incerta, infiel, porém real e, para determinados acontecimentos, única. A outra, a da sociedade, potencial – pois para torná-la real são necessários o arquivo, o livro, o ensino, a tradição oral comunicada por outrem, incompleta – sendo

a maior parte dos acontecimentos engolida, para sempre, pelo esquecimento – mas extremamente vasta, pois ela implica tudo o que nos restou dos outros e tudo o que o historiador encontrou. Essa dupla memória individual e social permite-nos imaginar um futuro que construiremos – quase sempre de maneira errônea – sobre o modelo passado. E a *perspectiva de conjunto, memória e imaginação do futuro, situa a nós, os homens, no movimento.*

O que chamamos de *lentidão* e *rapidez* são avaliações feitas em nossa escala, a da duração de nossa vidas. Para o passado, podemos racionalizá-las pela medida exata do tempo astronômico, não pela cronologia. Para o presente, introduz-se uma quantidade de elementos afetivos. O tempo é lento para quem sofre, chateia-se, espera e impacienta-se. Inversamente, a felicidade parece efêmera: "O tempo me escapa e foge". Além do mais, a "expectativa de vida" média varia consideravelmente segundo o tempo e o país. O critério pela vida humana é portanto incerto.

Isso não impede que o historiador constate a existência de movimentos lentos e outros rápidos. Péguy, mais poética do que cientificamente, chamava de *períodos* às fases onde os movimentos são acima de tudo lentos, e *épocas* àquelas onde, empregando linguagem corrente, "acontecem coisas":

- que, por meio de seu trabalho, o homem *acumula* reservas (por exemplo, uma caixa de conservas), bens de consumo de alguma duração (por exemplo, um lençol, uma geladeira) e bens de consumo duráveis (uma casa, por exemplo). A reprodução dos homens, até o presente, aumenta mais ou menos constantemente o número de trabalhadores;
- que, depois de forças naturais (erosão, incêndio), pela deterioração, depois de violências humanas, todos esse bens terminam por ser *destruídos.*

A diferença real entre a massa de coisas acumuladas e de coisas destruídas constitui o que se chama de *patrimônio humano.*

Há, então, uma primeira dupla, *acúmulo – destruição*, que resulta da obra de todos os dias. Proponho chamar a esse grande movimento de *onda.* Porém, logo aparece a engenhosidade do homem que, em um ritmo cada vez mais acelerado, inventa e cria. Certos

homens inventam ou criam pequenos aperfeiçoamentos correntes chamados inovações. O processo intelectual é certamente o mesmo. De todo modo, trata-se aí de rupturas com o passado, pequenas *inovações* ou grandes *invenções* que permitem ao historiador constatar, empiricamente, mas com uma certeza maior que a do biólogo, a diferença de natureza que existe entre o homem e o animal.

Essas *invenções*, essas *criações*, uma vez adotadas pelos usuários, uma vez postas em prática e uma vez "aplicadas", modificam consideravelmente a onda. O trigo cresce segundo as mesmas leis, desde o começo do Neolítico. Porém, a descoberta das seleções, do adubo, do afolhamento e de máquinas faz com que o rendimento por hectare e o rendimento por trabalhador tenham sido formidavelmente aumentados. Acontece o mesmo em todos os domínios: invenções científicas e técnicas, mas também invenções sociais (criação de novas formas de agrupamento de homens).

Na perspectiva das relações internacionais, o estudo do movimento deve partir dessas duas grandes realidades empiricamente constatadas: onda e criações.

Capítulo 11

A onda e as criações nas relações internacionais

A noção de onda nas relações internacionais

Ela é tão evidente que existe uma expressão corrente para designá-la: "O tempo trabalha a nosso favor" ou "O tempo trabalha contra nós". Evidentemente, o tempo, como tal, não é nada. O que conta é a obra lenta e por vezes irresistível da "onda". Acumula homens, trabalhos, potencial econômico e age de uma maneira diferencial tal, que, sem violências inauditas, sem catástrofes gigantescas, um equilíbrio pode se romper. Uma "maturação" opera-se, algumas vezes, mesmo no domínio dos valores.[1]

A *demografia* – que já examinamos como força em um dado momento – é o mais importante elemento da onda. Só pelo jogo de forças demográficas, a França que, em 1789, era a mais populosa potência européia, excetuando-se a imensa Rússia, viu-se ultrapassada em 1914 pela Alemanha, pela Áustria-Hungria, pelo Reino

---

[1] Pela "maturação", não seria exagerar a complexidade, e apenas a história original conseguiria explicá-la. Ver, por exemplo, a obra de Maurice Agulhon, *La République au village*, Paris, Seuil, 2ª edição, 1979, estudo admirável de uma "maturação" política e social em Var, na primeira metade do século XIX. Ver também as reflexões do autor sobre esse tema no "Prefácio para a segunda edição", pp. I-XV.

Unido e alcançada pela Itália. Em 1871, a França tinha aproximadamente a mesma população que a Alemanha. Ela pôde, sem um esforço excessivo, reconstruir, após a derrota, um exército um pouco mais poderoso que o de sua rival. Essa situação militar existiu até 1887. Foi a partir de então, segundo Henry Contamine, que a Alemanha assumiu a dianteira. Isso se explica. A população alemã era de 67 milhões em 1914, apesar de uma forte emigração. A francesa passava de 36 milhões em 1871, sem a Alsácia-Lorena, para 40 milhões em 1914. Para possuir um exército de primeira linha capaz de resistir ao "ataque brusco" que todo mundo descartava, a França foi forçada, em 1913, a instaurar o serviço militar de três anos para todos, enquanto a Alemanha nem precisou da totalidade de seu "contingente" para o serviço de dois anos da infantaria.

O exemplo dessas maturações relativas multiplicam-se. Os jovens Estados Unidos necessitavam da aliança francesa em 1778 para assegurar a independência. Eles possuíam, então, 3 milhões de habitantes. Em 1917 os americanos eram 100 milhões e fizeram pender a balança da guerra européia. Em 1991, com 250 milhões de habitantes particularmente criativos e ativos, eram a mais forte potência mundial.

Atualmente, os povos de raça branca não semitas possuem, no conjunto, taxas de natalidade extremamente baixas (menos de 10% na Alemanha Federal), enquanto os povos ditos "de cor" e os árabes possuem taxas que ultrapassam freqüentemente os 40% e mesmo às vezes os 50%. Se esse fenômeno prosseguir dessa maneira, os antigos conquistadores do mundo correm fortemente o risco de experimentar, em vinte ou trinta anos, uma extraordinária reviravolta.

Ademais, a maturação demográfica pode manifestar-se por meio de outros fenômenos, tais como a imigração que, se descontrolada, pode mudar a composição de uma sociedade nacional. É necessário então, como nos Estados Unidos em 1921 e 1924, ou na Austrália, a tomada de medidas legislativas draconianas, fonte de discussões, de conflitos e mesmo de apetites exteriores. Muitas das crises recentes (Indonésia, Malásia, Vietnã) estão ligadas à presença de fortes colônias chinesas.

Vemos assim a que ponto *o estudo das relações internacionais necessita de trabalhos mais precisos e com mais nuanças dos demógrafos e dos historiadores da demografia.*

O mesmo se aplica a essa outra forma de maturação, a evolução econômica. As causas que explicam por que dois países com níveis e potenciais econômicos aparentemente semelhantes experimentam evoluções diferentes não são até o presente bem conhecidas. Os estudos comparativos – tais como o de Charles Kindleberger sobre a França e a Inglaterra –[2] são, para o tema, de extremo interesse. As teses, já mencionadas, de Raymond Poidevin e de René Girault permitem comparações análogas entre a França e a Alemanha, ou a França e a Rússia. Tais estudos, prolongados até os dias atuais, seriam de grande utilidade. Notemos que a Revolução Russa de 1917 introduziu uma outra dimensão: doravante o desenvolvimento não resultaria dos esforços espontâneos e largamente anárquicos do sistema capitalista, ele seria provocado e orientado por uma planificação autoritária. Esta permitiria à URSS não apenas desenvolver-se muito mais rápido que os outros – dada sua enormidade territorial e suas riquezas naturais, seria natural que inicialmente retomasse o atraso acumulado até cerca de 1900 e que a partir daí retomasse parcialmente o daquela data até 1914 –, mas também provocar o desenvolvimento seletivo da indústria pesada e da indústria da guerra. Seu resultado, que conferiu ao país o *status* de superpotência, só foi alcançado graças a uma pressão política e ideológica que manteve seus habitantes em um nível de vida muito mais baixo que o dos países ocidentais, onde a empresa e o comércio internacional são parcialmente livres (em todo o mundo, a liberdade comercial quase total que existia antes de 1914 desapareceu). Ademais, descobriu-se, especialmente a partir dos anos 1930, que a produção soviética, de qualidade freqüentemente medíocre, não podia competir com a do Ocidente.

No mundo atual, essa maturação econômica diferenciada está modificando profundamente a constelação mundial. A distinção entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos tornou-se em vinte anos completamente insatisfatória. Atualmente, as variações são grandes:

---

[2] Charles P. Kindleberger, *Economic growth in France and Britain, 1851-1950*, Cambridge, Havard University Press, 1964. O essencial do problema é analisado longamente na excelente obra já citada de André Piettre, *Les grands problèmes de l'économie contemporaine*, Paris, Cujas, 1976, 2 vols. Cf. principalmente t. I, pp. 107-136, e t. II, *passim*.

– países "ocidentais" de alta industrialização antiga e estimulada pelo "mercado";

– países do Leste, de industrialização planificada, em plena decadência;

– países em via de "decolagem", possuidores de setores subdesenvolvidos e setores ultramodernos, ajudados por baixos salários (Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e, de maneira menos marcante, Tailândia, México, Brasil e talvez a Índia); em 1991, os países do Sudeste Asiático alcançaram e ultrapassaram certas produções americanas, européias e mesmo japonesas;

– países da Opep, valendo-se do monopólio momentâneo da principal fonte de energia, que tentam tirar proveito da situação para se industrializar (Argélia, Venezuela, Irã antes da revolução, etc.);

– países pouco desenvolvidos mas com recursos diversificados (Costa do Marfim, Gabão...);

– países pouco industrializados com economia baseada em recursos raros não petrolíferos;

– países de economia tradicional.

Assim, a história econômica é uma ferramenta essencial para o estudo da onda.

Podemos possivelmente associar à *onda* a evolução dos princípios diante de certos valores. Por exemplo, o lento avanço do islamismo na África negra, independentemente de suas causas, modifica profundamente as atitudes políticas. Mas é necessário às vezes esperar várias gerações para que essa conversão tenha conseqüências internacionais visíveis. Outras vezes, o fenômeno pode ser brutal (a Revolução Islâmica no Irã).

Retornemos aqui à idéia do "insuportável" que evocamos anteriormente.[3] Certamente podemos "tomar consciência" seguindo a pregação de um "profeta inspirado". Com maior freqüência, é um conjunto de idéias e de valores que ganha terreno, seguindo uma situação socioeconômica – especialmente quando se deflagra

---

[3] Parte III, capítulo 8, p. 194.

uma crise – ou pelo desenvolvimento irresistível da "idéia nacional", da "idéia social".

O conjunto de processos de descolonização pertence a esse último tipo. Em lugar nenhum a autoridade dos colonizadores sobre os colonos de outra etnia foi recebida com satisfação e houve numerosas revoltas, mesmo no período de colonização triunfante. Mas ocorreram diversos processos lentos: o crescimento do número daqueles que achavam insuportável a dominação estrangeira; o nascimento da idéia de que a mudança de estatuto, ou seja, a independência, tornava-se possível; e, igualmente, a motivação do espírito anticolonial na população metropolitana.

O caso da Guerra de Secessão nos Estados Unidos é interessante para ilustrar esse processo, pois essa guerra teve início no momento em que o Sul se considerava "diferente", sem ainda ser uma verdadeira nação. O "nacionalismo potencial", diria Hans Kohn.[4] Naturalmente foi necessária uma ocasião, a saber, a eleição do republicano Lincoln, contrário à extensão da escravatura a todos os territórios. Porém, há muitos anos se acumulavam os sinais de uma evolução do estado de espírito no Sul: da idéia da manutenção da União com um equilíbrio interior que garantisse ao Sul o respeito a suas instituições chegou-se à idéia de que somente uma secessão poderia assegurar sua sobrevivência. Por que essa evolução? Porque o Norte se beneficiava de um processo lento e inexorável que destruía o equilíbrio em seu proveito: o influxo de imigrantes quase que exclusivamente para o Norte e nos territórios do Noroeste. Ora, os novos ocupantes desses territórios eram *free soilers* convictos, e o Sul, apesar de seus esforços, não podia enviar suficientes emigrantes para contrabalançar sua influência. Ademais, a revolução industrial no Norte tornava imbatível seu poder relativo. Assim, neste caso, a maturação era composta de três elementos solidários inextricáveis: processo demográfico (ligado à imigração); processo econômico-social (ligado à revolução industrial); e processo ideológico (crescimento do antiescravismo no Norte; crescimento do sentimento de ser "diferente" no Sul).

---

[4] Hans Kohn, *American nationalism*, Nova York, 1957, p. 121.

A decisão austro-húngara de eliminar a Sérvia ou de torná-la vassala, em 1914, provém de processo análogo: o crescimento do nacionalismo das populações iugoslavas da dupla monarquia, com a dificuldade suplementar que a Sérvia e o Montenegro já existiam entre os pequenos estados iugoslavos independentes. Ora, a Áustria já tinha sido vítima de uma série de circunstâncias pelas quais um pequeno Estado italiano independente, o Piemonte, havia conseguido privá-la de quase todas as suas possessões italianas. O jornal dos oficiais nacionalistas sérvios havia, ademais, adotado como título *O Piemonte.* Destruir o "Piemonte dos Bálcãs" tornou-se assim progressivamente a ambição dos dirigentes austro-húngaros, o que resultou na deflagração de um dos conflitos mais graves da história.

Outro exemplo é o dos dirigentes japoneses nos anos 1930. Nesse caso, a maturação estava ligada, de um lado, ao crescimento constante da população, o que dava a impressão de que o Japão se "estufava" sobre suas ilhas inférteis e que devia buscar fora sua expansão, e, de outro, à terrível crise econômica que havia atingido o mundo e que havia atingido mais o Japão que qualquer outra potência: país exportador, ele via os mercados se fecharem, um após o outro, a seus produtos. Daí devia resultar a conquista progressiva do poder pelos expansionistas e, conseqüentemente, a decisão de arriscar tudo, deflagrando um conflito terrível.

Se retomarmos esses três exemplos, verificaremos que os respectivos processos de maturação se revestiram de três formas diferentes:

- no caso do Sul dos Estados Unidos, foi uma maturação produzida no Norte, portanto essencialmente no exterior, que levou os sulistas à secessão e à deflagração do conflito;
- no caso da Áustria-Hungria, foi uma maturação que se produziu tanto no exterior (na Sérvia) quanto no interior (notadamente na Bósnia e na Herzegovina, às vezes entre os croatas e os eslovenos) que levou os dirigentes a desejar "acabar com isso" e à deflagração do conflito;
- no caso do Japão, a maturação foi principalmente interior, tendo como origem um enorme crescimento demográfico num longo período de marasmo econômico mundial.

A criação nas relações internacionais

Os animais agem, mas sempre dentro de um circuito fechado. Eles não inventam nada, ou quase nada; o pássaro que constrói um ninho plano jamais pensará em acrescentar-lhe um teto! O homem inventa e cria. Naturalmente, as grandes criações são obras de homens excepcionais, a quem chamamos de gênios. Mas podemos pensar que a faculdade criadora pertence mais ou menos a todos; já distinguimos *criação* e *inovação.* O doutor Alexander Fleming descobriu a penicilina. Mas é possível que muitos técnicos de laboratório obscuros, encarregados de fabricá-la, tenham imaginado um ou outro pequeno aperfeiçoamento técnico que facilitou a produção.

No que tange aos grandes gênios, Bergson escreveu belas páginas sobre o que ele chamou de "emoção criadora", de "emoção supra-intelectual", que atingiu uma nova síntese. Seria interessante nos aproximarmos dessa intuição do "pensamento sem linguagem" de que fala François Lhermite.[5] Talvez seja no hemisfério direito do cérebro que se produzam as sínteses que, utilizadas pela razão discursiva do hemisfério esquerdo, terminem por ser formuladas, e, portanto, comunicáveis. De toda maneira, as sugestões de Bergson e os trabalhos sobre o cérebro indicam que a criação é obrigatoriamente *individual,* mesmo se sua formulação e sua aplicação possam, e em geral devam, beneficiar outros cérebros. A descoberta científica, geralmente empírica antes da metade do século XIX, provém, desde então, quase sempre, de cálculos matemáticos preexistentes. A descoberta pode não ser científica e ser relativa às novas formas de relações entre os homens, a partir de "grupos reais"; essas novas disposições podem gerar novos tipos de ações. Quem, antes de 1882, poderia prever que um obscuro habitante do Sudão, Mohamed Ahmed, se proclamaria "Mahdi" e em dois anos reagruparia em torno dele todas as populações do Médio Nilo e perseguiria por quinze anos os poderosos europeus de um oitavo do continente africano? Em grande ou pequena escala, os exemplos são inúmeros. Ainda nos anos 20 do século XIX, a palavra "socialismo", pouco utilizada, significava "esforço para conservar a sociedade existente". Quem poderia prever que, a partir de 1830-1832,

[5] François Lhermitte, comunicado à Académie de sciences Morales e Politiques.

vários ávidos pensadores, em vez de reformarem essa sociedade, criariam reagrupamentos, usando a palavra e fazendo dessa nova ação a causa de um dos maiores movimentos da história humana?

Assim, a história da humanidade é feita de uma imensa série de criações, umas *estéticas*, outras *científicas e técnicas*, e outras ainda *sociais*, das quais umas pouco aparecem e outras significam o ponto de partida de uma enorme transformação.

No início do *Gêneses*, podemos ler que Abel tinha uma pequena criação de gado e que Caim cultivava a terra: relato simbólico que encobre o fato de que, durante dois milhões de anos, os hominídeos viveram apenas da colheita ou de uma caça elementar e que conheceram um aperfeiçoamento demorado. Os utensílios de pedra lascada apareceram apenas ao final de um longo ciclo e ainda foram necessários milhares de anos antes que se soubesse domesticar certas espécies de animais e semear a terra (o que marca o início do Neolítico).

Para nos determos nos dezenove primeiros séculos de nossa era, vimos aparecer, por exemplo, o estribo por volta do século VI, atrelar cavalos pelas espáduas no século X (segundo Lefèvre Desnoëttes), o arcobotante no século XII, a pólvora para canhão, em Crécy no ano 1346, a bússola e o leme no século XV, a arma penetrante e o imposto permanente também no século XV, a imprensa por volta de 1420, a máquina a vapor mais ou menos em 1700, a estrada de ferro em 1820, o motor a explosão no final do século e o avião por volta de 1900. São essas algumas das criações que modificaram o curso da história. De tal forma que, *graças à criação, a história aparece como uma série de mudanças bruscas.*

Nas relações internacionais, todas as grandes criações sociais ou científicas têm efeito que ninguém pode prever antes que elas apareçam. Na realidade elas criam, por um tempo, *rupturas de equilíbrio* que favorecem um grande conjunto em detrimento de outro. Os invasores celtas venceram os lígures e os mediterrâneos que ocupavam a Gália não por serem grandes arianos, dolicocéfalos louros em face dos pequenos braquicéfalos morenos, mas porque suas espadas de ferro envergavam as espadas de bronze de seus adversários e rompiam seus escudos. Lenin e os bolcheviques conquistaram o poder na Rússia não por serem mais numerosos, mas pela eficiência de uma organização de um novo tipo. Os ame-

ricanos poderiam ter levado dois anos a mais para vencer o Japão, se não tivesse havido a ruptura do equilíbrio provocado pela bomba atômica.

Mas mesmo que elas exerçam, a princípio, sua influência pelas rupturas de equilíbrio e de diferença de potencial, as *criações* são em seguida objeto de um outro fenômeno internacional: a *disseminação.*

A partir do momento em que uma criação ocorre e se torna útil para assegurar uma vantagem – o confronto e o nível de vida por um lado, a violência e a guerra, por outro – a massa de homens se equipara progressivamente. Há dez mil anos foi necessário que fossem *inventados* a criação e o cultivo, tanto quanto no século XX a energia atômica. Massas de homens lançaram-se na aplicação dessas invenções que não apenas as ajudariam a sobreviver, mas também a aumentar a quantidade de objetos úteis.

São necessários criadores individuais. Mas produzir não é criar. É proceder à fabricação de riquezas, aproveitando uma técnica ou um método novo ou antigo.

Todas as invenções *técnicas* com efeitos claramente perceptíveis e de utilidade evidente espalham-se pelo mundo integrado com uma enorme velocidade e atravessam fronteiras sem maiores dificuldades. As precauções com o segredo industrial e com os segredos militares são inúteis a longo prazo. A vontade de "proteger as tradições" contra as invenções não alcança jamais uma vitória. A partir do momento em que deixa de estar isolada, a civilização pouco técnica e pouco organizada desfaz-se em menos de uma geração, diante da civilização técnica e organizada.

Houve – como já mencionamos – uma "revolução neolítica" originária do Oriente Médio: agricultura e criação são os principais sinais. Ora, em poucos milênios, essa revolução chegou à Europa, África e Ásia, até a Indonésia e as Filipinas:

> A liberdade econômica aumentada, a tecnologia mais produtiva, o crescimento da população que resulta de uma alimentação mais satisfatória, etc. estimularam um "espírito migratório" que provocou a disseminação do Neolítico em todo mundo antigo.[6]

[6] A. J. Bernett-Kempers, *Ancient Indonesian art,* Amsterdã (Van der Peet), 1959, 124 p. e 353 tábuas, cf. p. 6.

É surpreendente constatar que o Neolítico alcançou a Bretanha por volta de 4600 a. C. e a Indonésia por volta de 2500.[7]

Acontecerá o mesmo com a revolução metalúrgica:

> O uso da palavra "revolução" nesse caso parece bem justificado, mesmo no panorama da história cultural. Os fenômenos novos que lhe são associados, mesmo que tenham sido preparados durante longo tempo, adquirem forma de maneira repentina.[8]

Podemos multiplicar os exemplos. O do grande explorador Cook, sobre o ferro, é significativo. Em sua primeira viagem, ele deixou em algumas ilhas uma pequena quantidade de ferro. Quando retornou alguns anos depois, constatou que os indígenas haviam utilizado esse ferro para elaboração de um certo número de objetos, mas também que haviam praticamente abandonado técnicas ancestrais segundo as quais fabricavam os mesmos objetos com madeira e osso.

A pólvora para canhão, utilizada militarmente pela primeira vez em Crécy (1346) não levou seis séculos para eliminar todas as outras armas de lançamento.

Dessa constatação, podemos deduzir, por exemplo:

- que o acordo sobre a não-disseminação de armas nucleares será ineficaz (como foi, a partir de 1949, o desejo americano de monopólio);
- que os movimentos hostis às centrais nucleares apenas freiam seu desenvolvimento;
- que, conseqüentemente, a evolução de um país subdesenvolvido para o desenvolvimento *não pode* seguir o modelo dos países já desenvolvidos. Por isso, o esquema de Rostow – economia tradicional, pré-decolagem econômica, decolagem econômica, país industrializado, país de grande consumo de massa –, supondo que ele seja exato, foi aplicado com lentidão. Mas no mundo atual comunicante que é o nosso, um país subdesenvolvido deve

---

[7] Capítulo de Jean L'Helgouach, em *Préhistoire de la Bretagne,* Rennes, Ouest-France, 1979, cf. pp. 155-196. Note-se que a criação e a agricultura possam ter, talvez, origens geográficas múltiplas.

[8] Bernett-Kempers, *op. cit.*, p. 7.

procurar produtos totalmente modernos, que ele é incapaz de produzir: aviões a jato, estações de televisão, material médico-cirúrgico, etc. Ele está submetido, portanto, a um fenômeno que os países já industrializados não conheceram: a reviravolta quase instantânea dos hábitos, dos utensílios, dos meios de produção e de comunicação. E como isso coincide com a existência de grandes populações analfabetas, e como a alfabetização é um fenômeno lento, existem, ao lado de uma elite informada, massas que asssistem sem compreender a uma modificação vinda de fora. Isso cria mitos,[9] tensões e, algumas vezes, violentas reações tradicionalistas quando a mudança é demasiadamente brusca e fere valores profundamente respeitados (por exemplo, o Irã).

O efeito se faz sentir igualmente sobre a guerra. Essa é geralmente conduzida com armas sofisticadas, não produzidas no país, cuja deterioração é rápida. Vemos, então, aparecer – retornaremos a isso – guerras muito curtas que, por sua própria brevidade, não resolvem nada e dão lugar a fases de suspensão de armas acompanhadas de agitações subversivas, ao invés de uma paz verdadeira.

Essa prática da "disseminação", evidente para todas as criações *técnicas*, seria também evidente para as criações *sociais,* isto é, sobre a invenção de novos métodos de agrupamentos humanos?

A questão, aparentemente, é mais complexa. Realmente, a quantidade de agrupamentos é de alguma maneira única e própria a uma situação social determinada e localizada (por exemplo, um vilarejo do Extremo Oriente, uma tribo entre os nômades ou entre alguns sedentários, certas comunidades religiosas, etc.). Outros agrupamentos parecem estar ligados a um nível de vida elevado (tal como a democracia ocidental, parlamentar ou presidencial). Certos países protegem-se com todas as suas forças contra o "contágio" dos outros – por exemplo, o Japão antes de 1853, a URSS até a *Perestroika.* Alguns têm uma atitude voluntária e procuram difundir seus tipos de agrupamentos; é o "expansionismo voluntário" da Revolução Francesa, retomado de forma muito mais sistemática pela Revolução Bolchevique.

[9] Por exemplo, o *mythe du cargo.* Cf. Peter Lawrence, *Le culte du cargo* (tradução francesa), Paris, Fayard, 1974.

Entretanto, percebemos a existência de um notável mimetismo em um nível relativamente secundário. O escotismo, inventado por Baden-Powell, espalhou-se por inúmeros países. A ecologia, que há vinte anos existia apenas de maneira empírica e desordenada, tende a tomar consistência em muitos países.

Em dois pontos, a disseminação desempenhou um papel capital: *movimento nacional* e "*internacionalismo proletário*", o primeiro tendo demonstrado ser mais durável que o segundo.

O movimento nacional é uma *criação* que ganhou forma na Europa Ocidental e nos Estados Unidos no século XVIII: é a idéia de que existem diversas comunidades solidárias, com uma base territorial, e que devem pertencer a si mesmas, isto é, ter seu próprio Estado, coincidindo com a nação. Foram necessários dois séculos para que essa forma de agrupamento se instalasse em todo o mundo, deslocasse impérios, Estados históricos, reagrupasse membros dispersos de uma mesma nação, por meio de um processo aparentemente irresistível na época em que vivemos.

O internacionalismo proletário, mencionado pela primeira vez em 1848 pelo *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, não conheceu – diga-se de passagem, por um período mais curto – sucesso semelhante. Contudo, após a I e a II Internacional, Lenin soube inventar, com o partido bolchevique, e depois com a III Internacional, uma forma de agrupamento humano minoritário e altamente disciplinado, os partidos comunistas. Mesmo que as regras de disciplina parecessem com as que Hitler estabeleceu a partir de 1920 na NSDAP, a diferença era radical. O internacionalismo proletário tinha uma vocação universal. Existem partidos comunistas, legais ou clandestinos, em todos os países. Mesmo que não sigam todas as "21 condições" de 1919, mesmo se o Komintern tenha sido dissolvido em 1943, mesmo ainda se certos partidos fossem inimigos de outros, admira-se a força de disseminação da concepção leninista, adotada espontaneamente por numerosos homens e favorecendo a conquista do poder seja diretamente (como na URSS, China, Vietnã e Cuba), seja fornecendo imediatamente os quadros necessários a uma "revolução" imposta de fora (Leste Europeu e Coréia do Norte), seja ainda dando um modelo aos países amigos que se dizem "progressistas".

Mas o enfraquecimento do centro levará a federação soviética, constrangida e forçada, a abandonar a Europa do Leste. Além disso, países que se diziam marxistas – Benin, Congo, Madagascar, Angola, Iêmen, Etiópia, etc. – abandonam o navio à deriva, e a URSS descobre que não tem nada de bom a ganhar com esses Estados ditos marxistas, porém fracos e inconstantes.

Capítulo 12

As relações pacíficas

Misturada ou não com violência, a "disseminação" é um dos caracteres essenciais da história humana. É toda essa história que será refeita neste capítulo. Evidentemente, seremos muito mais modestos e mencionaremos os pontos principais. Primeiramente é necessário estudar a *extensão* progressiva das relações internacionais; em seguida, *seu caráter de simetria e assimetria*, depois os *tipos* de relações e, enfim, sua crescente *estruturação*. Isso feito, situar-nos-emos no próprio âmago do "movimento".

A extensão

O mundo passou de um conjunto de sistemas fechados e completamente separados (por exemplo, os Impérios Romano e Mexicano) ou quase totalmente separados (como, por exemplo, o Império Romano e a China, os índios do México e os índios do Peru) a um vasto conjunto conhecido e comunicante.

Essa última forma é muito recente. No momento em que estoura a Segunda Guerra Mundial, subsistiam zonas praticamente desconhecidas: na Amazônia, no interior da Nova Guiné, nas Ilhas Celebes, na Ilha de Hainã, no norte da Birmânia e no Laos. O progresso da aviação, as necessidades da guerra apagaram estes últimos traços de "terras desconhecidas".

O progresso, em um século, foi imenso. O atlas de J. G. Barbié du Bourg, que data de 1846, indicava o interior da África pela metade e tratava-a de "região desconhecida", o mesmo termo sendo empregado para o oeste da Amazônia. Podemos, então, considerar que o século 1845-1945 foi marcado pela intensificação das explorações que eliminaram as últimas zonas onde os povos viviam isolados do resto do mundo.

Retornemos mais atrás ainda. Da metade do século XV até 1850, ou seja, em quatrocentos anos, os europeus, partindo da costa ocidental da Europa – começando pelos portugueses – e por terra, pela Europa Oriental, descobrem a América (1492); contornam a África (1498) e conquistam o Oceano Índico, em detrimento dos árabes; cruzam o extremo sul da América (1520) e chegam a Kamtchatka (anexada pelos russos em 1706). A mobilidade dos navios dotados de bússola permitiu, em quatro séculos, reconhecer praticamente todo o conjunto de costas e de ilhas. A segunda metade do século XVIII – era de Anson, Cook, Bougainville, Vancouver e Pérouse – foi praticamente dedicada à exploração do Pacífico.

Isso quer dizer que antes do século XV os homens eram caseiros? Evidentemente que não. Simplesmente a navegação era menos segura. Porém, basta lembrar que, bem antes desses progressos, os vikings infiltraram-se por toda parte. Chegaram à Islândia, à Groenlândia, ao Labrador e, talvez, a regiões mais meridionais: o "Vineland". Os árabes também percorreram todo o Oceano Índico; os *buguis* malaios vasculharam todos os arquipélagos do Sudeste Asiático; e os juncos chineses, o Pacífico ocidental.

Enfim, voltemos até os fenícios, seguidos do marselhês Pitéias. Por volta de 320 a. C., ele fez a célebre viagem pela costa atlântica da Europa. Reconheceu a costa da Armórica, entrou em contato com a atual Finistère, com uma população que ele chamou de *Osistii*. Duvida-se da veracidade desse relato. Estrabão e Políbio faziam pouco caso disso. Entretanto, dois séculos e meio depois, César conquista a Gália e encontra, na Armórica, os *Osismi*, que era a tribo descrita por Pitéias. O egípcio Néchao, que tentou contornar a África, antecede em dois séculos a Pitéias.

No próprio período pré-histórico, o simples fato de que a civilização neolítica tenha-se dispersado prova a existência de relações: migrações? Conquistas? Contato de um lugar com o outro?

A "disseminação" parece ser realmente um fenômeno tão antigo quanto o *homo sapiens.*

Resta mencionar o ponto essencial: porque tantos homens correram riscos extraordinários, uns nos mares desconhecidos mal dominados, outros através de continentes desconhecidos, com climas aos quais não estavam habituados, com uma natureza hostil e, sobretudo, expostos às reações imprevisíveis de homens estranhos.

A motivação da riqueza é certamente a principal. Primeiramente, toda zona desconhecida aparece como potencialmente muito rica. É para enriquecer nos "eldorados" que os conquistadores invadiram o México e o Peru. Foi para superar os árabes no comércio de especiarias que os portugueses percorreram e conquistaram o Oceano Índico. Foi para enriquecer que Leopoldo II, rei dos belgas, explorou o Congo, com Stanley. E foi ainda para encontrar estanho que Pitéias fez sua viagem.

Essa motivação econômica é encontrada em diversos níveis. Ela inclui o indivíduo, aventureiro que trabalha por conta própria; compreende também a categoria mais refinada que trabalha para um soberano ao qual pagará taxas, que lhe dará uma certa proteção e, sem dúvida, recompensá-lo-á com um promissor posto de governador; enfim, ela inclui reis e governantes e mesmo teorias econômicas elaboradas como a de Colbert.

Quando os governos entram em cena, a sede de poder mistura-se com a sede de riqueza. Assiste-se então a toda uma "modulação" de ações consecutivas para sua descoberta, cujas etapas, não necessariamente ordenadas ou respeitadas, são as seguintes:

1) A abertura do comércio para um país (por exemplo, a expedição do comodoro americano Perry ao Japão, em 1853).

2) A abertura para vários países (as potências européias precipitaram-se no caminho aberto pelos americanos para o Japão. Fenômenos análogos ocorreram na China e na Coréia).

3) O estabelecimento de uma exclusividade comercial (dita "pacto colonial"). Inevitavelmente, tal exclusividade pressupõe uma *conquista territorial.*

4) A reação de outras potências contra a exclusividade, seja em benefício de uma potência (a Inglaterra obteve o privilégio do

asiento, que era o comércio de escravos nas colônias espanholas, no Tratado de Utrecht de 1713), seja em benefício de todos. Essa foi, durante muito tempo, a política dos Estados Unidos (*open-door* na China, exigência nas conferências de Madri (1880) e Algésiras (1906), de uma abertura igual à do Marrocos ao comércio com todos os países). Bismarck lançou-se na colonização direta em 1884, porém ele havia preferido uma política comercial. Na conferência colonial de Berlim, em 1884-1885, insistiu, tanto quanto os Estados Unidos, pela liberdade comercial na "bacia convencional do Congo". Em regra geral, o crescimento da economia liberal no século XIX levou as potências a abandonar progressivamente o monopólio do "pacto colonial" em suas possessões de além-mar.

O exemplo de país que foi durante dois séculos a principal potência comercial do mundo, a Grã-Bretanha, é particularmente significativo pela sua flexibilidade e variedade. Se o comércio é possível, recusa-se a taxa da conquista. Por exemplo, sobre numerosos pontos da costa ocidental da África e em numerosas ilhas do Pacífico, o governo de Londres contenta-se inicialmente em estabelecer feitorias cujos negócios são geridos pelo Foreign Office. Em numerosos casos (a Índia até 1857, o baixo Níger, no começo dos anos 1880, etc.) interpõe-se entre a metrópole e um território de além-mar uma "companhia privilegiada" (*chartered*) que, sob o controle do governo, organiza o comércio e recruta seus funcionários e seu exército. Seus traços subsistiram na Índia até a independência. Ela não dependia do Foreign Office nem do Colonial Office, mas do Indian Office. Por muito tempo o *Indian Civil Service* esteve separado do *Civil Service*, e ademais muito mais bem pago: um administrador na Índia recebia duas ou três vezes mais que seu equivalente no Ceilão. Por fim, o célebre "Exército das Índias", que atingiu dois milhões de homens na Segunda Guerra Mundial, permaneceu até o fim separado do exército metropolitano.

Uma vez que uma administração mais atenta tornou-se necessária, a companhia foi dissolvida (assegurados os interesses materiais de seus membros) e o território tornou-se "colônia da coroa". Esse território podia reunir "protetorados" como os Estados principescos na Índia.

Há outras motivações além da *sede de riqueza*. A *sede de poder* de tipo estratégico desempenhou um grande papel, seja para o estabelecimento de bases, seja para a aquisição de linhas de defesa. A conquista da Ásia central russa no século XIX seguiu amplamente esse processo, pelo qual os oficiais locais foram os principais responsáveis. Conquista-se um vale. Para proteger esse vale, eles se instalam no topo que o domina. Para garantir a segurança da cimeira, eles tomam o vale seguinte. É necessário então se instalarem no topo seguinte, e assim por diante.

Pode-se dizer que a conquista pelo poder dominou sempre a mentalidade dos oficiais que exercem sua profissão em nome de valores inteiramente distintos dos comerciais. Naturalmente, eles estudam cuidadosamente as riquezas de um território, mas eles o fazem numa perspectiva de desinteresse pessoal. É surpreendente constatar a diferença entre dois tipos de colonizadores: Cecil Rhodes (ou Leopoldo II) e Savorgnan de Brazza (Augusto Pavia). O primeiro foi riquíssimo; nele, a sede de poder e a sede de riqueza são inseparáveis. O segundo, oficial da Marinha, quis dar uma colônia à sua pátria de adoção, a França; ele não se preocupava absolutamente com sua fortuna pessoal.

Os grandes navegadores do século XVIII, como Cook ou Bougainville, pertencem a essa categoria de exploradores desinteressados. James Cook, nono filho de um empregado de fazenda, tornou-se marinheiro, galgou todos os níveis da carreira e adquiriu tanto conhecimento em hidrografia e astronomia que, aos quarenta anos, recebeu sua primeira missão: foi encarregado de ir ao Taiti a bordo do *Endeavour* para observar a passagem de Vênus. Foi o início de sua carreira gloriosa que nenhuma especulação, nenhum enriquecimento às expensas de seus marinheiros ou dos indígenas jamais macularam. Bougainville pertenceu a uma família bastante mais confortável e, como descreveu Diderot, “ele viveu no turbilhão da alta sociedade, à qual ele se entregou de tão bom grado quanto à inconstância dos elementos que o embalaram por tanto tempo”.[1] Suas motivações são o patriotismo, o ódio aos ingleses, o

---

[1] Diderot, *Supplément au voyage de Bougainville*, citado por Étienne Taillemite, *Bougainville et ses compagnons autour du monde, 1766-1769*, Paris, Imprimerie Nationale, 1977, t. I, p. 45.

espírito filosófico e uma vasta curiosidade científica. Ele não tinha nada de especulador. Em 1802, ele foi aposentado com uma pensão de quatro mil francos.

A *curiosidade científica*, fortemente visível nesses navegadores, foi provavelmente a motivação principal de numerosos exploradores. Recordemo-nos do gosto intenso que se desenvolveu no século XIX pelo conhecimento do mundo, a criação das sociedades geográficas, os prêmios oferecidos a quem fizesse certa descoberta, a multiplicação dos atlas, dos periódicos (na França, o *Tour du monde*, de Édouard Charton, a partir de 1860), os relatos de viagem, as histórias de descobertas (por exemplo, *Les voyageurs anciens et modernes*, de Édouard Charton, *Les grands navigateurs du XVIII^e siècle*, de Júlio Verne, que datam respectivamente de 1852 e 1879). A missão secreta que Charles de Foucauld, demissionário do exército, mas ainda não desligado, cumpriu no Marrocos em 1883-1884 pertence a essa categoria.

Por fim, é necessário lembrar o *proselitismo missionário*. Tomando o exemplo dos católicos, vemo-los, a partir do século XVI (São Francisco Xavier), lançar-se aos postos avançados do que era chamado "a civilização", ultrapassá-los e penetrar no desconhecido. As extraordinárias *Cartas edificantes* dos jesuítas, *Le voyage en Tartarie et au Tibet*, do padre Evariste Huc, foram escritas em épocas em que os missionários ainda não buscavam provocar, para a proteção de suas obras, a colonização de uma metrópole. Revelam, assim, um grupo de valores inteiramente distinto das motivações de riqueza e poder e no qual as preocupações científicas representam apenas papel secundário.

Mais freqüentemente, esses contatos têm objetivos mistos. Por exemplo, Bougainville propôs que a França criasse nas Ilhas Malvinas (Falklands) "um estabelecimento vantajoso para sua marinha, seu comércio e sua glória". Quando ele recebeu suas instruções (que ele próprio havia parcialmente redigido), esses objetivos foram muito bem definidos: descobrir novas terras para fundar colônias que substituíssem aquelas que a França havia perdido com o Tratado de Paris de 1763; abrir uma nova rota para a China, para desenvolver o comércio; procurar (nas Molucas) especiarias para a França.

Notaremos que Bougainville, filósofo do século XVIII, anticlerical, assim como muitos de seus oficiais, não acrescentou, absolutamente, à idéia de abrir novas vias à propagação do cristianismo.[2] A viagem de Quiros, ao contrário (1605-1627), foi concebida em conjunto com um vasto plano franciscano de evangelização.

O Taiti é um excelente exemplo dos primeiros contatos entre europeus e populações longínquas. Que europeu estabeleceu o primeiro contato? Oficialmente, talvez, o espanhol Quiros, no início do século XVII, mas isso é contestado. Certamente o inglês Wallis, em 1767, seguido de perto por Bougainville. Mas, possivelmente, antes deles, os bucaneiros e os náufragos atingiram a Polinésia e introduziram, no sangue e nas técnicas de seus habitantes, elementos até então desconhecidos.[3] Foi Cook quem realmente explorou o país e estabeleceu relações duradouras com os indígenas. Esses exemplos mostram que partimos de uma antropologia empírica, na qual constatamos claramente *a pluralidade das motivações humanas*. No imenso e lento movimento – em constante aceleração – que transformou o mundo fragmentado em mundo fechado, as terras desconhecidas em terras conhecidas, e que homogeneizou lentamente as relações entre os homens, a economia, a política e os valores – científicos ou religiosos – representaram cada qual seu papel. Desejar reduzi-los a um só seria atropelar os fatos. O intercâmbio entre os homens, os contatos que há entre eles são os contatos de seres sob impulsos diversos, racionais ou irracionais, instintivos ou elaborados. A unidade é o homem total; não é o *homo oeconomicus* nem qualquer outro tipo de homem abstrato.

Relações simétricas e assimétricas

Recordemos, inicialmente, que os exploradores não dispunham de nenhum meio científico para reconhecer imediatamente se os seres que eles encontravam eram homens na totatildade do termo. Em 1752, em um relatório a Frederico II, rei da Prússia, o célebre Maupertuis escreveu o seguinte a propósito do Pacífico:

---

[2] Taillemite, *op. cit.*, pp. 26-27.

[3] *Ibid.*, p. 96.

> Foi nas ilhas desse mar que os viajantes nos asseguram ter visto homens selvagens, homens peludos possuindo caudas, uma espécie intermediária entre os macacos e nós. Eu preferiria ter uma hora de conversa com eles do que com a maior inteligência da Europa.[4]

De qualquer modo, não existe simetria entre duas civilizações diferentes, uma vez que foi uma delas ("a civilização") que tomou a iniciativa do encontro, que se esforçou e correu os riscos da viagem. Uma vez estabelecido o contato, os "civilizados" deram-se conta de que eram muito mais fortes que os "selvagens". Naturalmente, os chefes dignos desse título não tentaram abusar dessa superioridade. Cook, por exemplo, foi muito duro com os roubos perpetrados pelos indígenas. Mas essa severidade não chegou, sendo possível, ao uso de armas. Ao contrário, sabemos até que ponto conquistadores, aventureiros ou comandantes brutais puderam abusar da força.[5]

Por outro lado, mesmo sem violência a dissimetria de poder conduzia freqüentemente a uma "tomada de posse" que, nos séculos XVII e XVIII, podia consistir simplesmente em decisões unilaterais. Desse modo, Bougainville recebeu instruções de

> fixar em diferentes locais padrão com as armas da França e lavrar atos de tomada de posse em nome de Sua Majestade, além de ali deixar pessoas para formar estabelecimentos e relatar as instruções verbais que a eles terá dado.[6]

No entanto, esse método excessivamente simples foi rapidamente questionado pelo direito internacional. Vattel, em 1758, criticou essa tomada de posse sumária:

> O direito das gentes não reconhecerá a propriedade e a soberania de uma nação a não ser nas regiões vazias que ela terá ocupado de verdade e de fato, nas quais terá formado estabele-

---

[4] Citado por Taillemite, *op. cit.*, p. 7.

[5] Cf. *La relation abregée de la destruction des Indes,* de Bartolomeu de Las Casas, apresentada em 1542 a Charles Quint e impressa em Sevilha, em 1552.

[6] Taillemite, *op. cit.*, p. 22.

> cimento e assim delas extraia rendimento atual. Na verdade, os navegadores, ao encontrarem regiões desertas nas quais aqueles de outras nações deixaram de passagem algum monumento para marcar a tomada de posse, não deverão preocupar-se mais com essa cerimônia vazia do que com a disposição dos papas que dividia uma grande parte do mundo entre as coroas de Castela e de Portugal.[7]

Finalmente, vemos que, bem mais que a oposição dos indígenas, foi a existência de outras potências marítimas o obstáculo à tomada de posse. Ainda no fim do século XIX, as terras "vazias" das África negra foram consideradas pelos juristas europeus *res nullius*, coisas que não pertenciam a ninguém. Entre europeus foi tomada a decisão de Berlim, em 1885, de não serem mais toleradas anexações "a golpe de pincel", mas exigir que fossem acompanhadas da ocupação efetiva.

Dessa maneira, a assimetria de forças constitui essa "diferença de potencial" que evocamos anteriormente.[8]

Isso nos leva a distinguir dois grandes tipos de relações entre os povos do mundo: *relações assimétricas* – raramente pacíficas – e *relações simétricas.*

As relações assimétricas

São inicialmente as relações de conquista e de criação de impérios. Consistem, em resumo, em eliminar as unidades políticas do mapa mundial, em favor de um Estado poderoso, de um Império que se torna, em princípio, o único centro de decisão.

Assim, vemos desaparecer, pelo menos por algum tempo, a independência de certas comunidades. Se, ademais, elas são dispersas ou massacradas, trata-se de *genocídio.* Em todos os demais casos, trata-se de *imperialismo.* A Irlanda e a Polônia, por exemplo, desapareceram momentaneamente do mundo internacional. Atualmente, os países bálticos entre as duas guerras e o Camboja

---

[7] Emmer de Vattel, *Droit des gens,* 1758, t. I, cap. XVIII, p. 490, citado por Taillemite, *ibid.*

[8] Parte III, capítulo 8.

tiveram a mesma sorte. Não existe o Curdistão nem a Armênia independente. O problema do ex-Saara espanhol é saber se constitui realmente uma comunidade internacional, como deseja a Frente Polisário, apoiada pela Argélia, ou se é uma parte do Marrocos ou da Mauritânia (que renunciou a ele). Mas também o problema se apresenta igualmente no plano teórico para a Escócia, para a Bretanha, para a Córsega, para o País Basco, para a Catalunha, etc.

O imperialismo, na definição estreita que lhe dá Lenin, é "o estágio supremo do capitalismo", que se tornou capitalismo monopolista (ou seja, onde existe a fusão entre o capital industrial e o capital bancário). Essa definição restritiva só foi mantida por uma fração dos marxistas-leninistas. Ela conduziu à conclusão puramente verbal de que os países que suprimiram o lucro do capital não podiam ser imperialistas, independentemente da vastidão de suas conquistas. Os comunistas chineses encontraram uma fórmula, "social-imperialismo", para designar o expansionismo soviético. O coronel Nasser, de forma mais abrupta, falava do "imperialismo soviético". A supressão do lucro capitalista não pareceu absolutamente suficiente para impedir o expansionismo. Assim, em nome do empirismo, a palavra imperialismo deve ter maior abrangência. Não é o desejo de conquistar *determinado* território (que pode estar motivado por razão de nacionalidade), mas a vontade de conquistar *todos* os territórios possíveis. Esta foi a definição dada por Hannah Arendt e ela nos parece muito superior à de Lenin.

A assimetria adquiriu atualmente uma forma mais insidiosa, relacionada às diferenças de recursos. Ao assinar, em 11 de março de 1941, a lei que instituía o empréstimo-arrendamento, o presidente Franklin D. Roosevelt praticamente criou a "diplomacia da ajuda". Apesar das formas igualitárias, existe assimetria entre doador e receptor. O Plano Marshall e os organismos de distribuição de ajuda, independentemente de seus nomes sucessivos (nos Estados Unidos, Economic Cooperation Administration, Mutual Security Agency, Agency for International Development, etc.), constituem um novo sistema, paralelo à diplomacia tradicional, mas administrado por pessoal distinto. Não é necessário insistir para entender que tal fórmula concede àquele que distribui a ajuda meios de pressão enormes – políticos e econômicos – sobre aquele que recebe.

As relações simétricas

Podemos dizer que, em condições de paz e de calma, as relações entre unidades políticas se desenvolvem dentro de certa simetria que tende progressivamente a se consolidar.

Após o século XVI, estabeleceu-se na Europa a prática do "equilíbrio europeu", definido desde o século XVI pelo cardeal britânico Wolsey e perfeitamente explicado no século XVII por Fénelon e, melhor ainda, no século XVIII pelos juristas ou filósofos como o suíço Vattel ou o inglês Robertson. É verdade que as potências buscam a glória e o prestígio e até concordaram, no Congresso de Viena de 1815, em adotar regras de protocolo, e dedicaram-se a vivas lutas pela precedência que conduziram às vezes a incidentes sangrentos. Não obstante, estabeleceu-se uma diplomacia feita de simetrias entre as grandes potências, tomadas duas a duas, que não parou de se fortalecer até 1914. As pequenas potências foram largamente excluídas, a ponto de haver dois níveis de representações, as embaixadas e as legações.

A "nova diplomacia" que o presidente Woodrow Wilson tentou impor à Europa é baseada em uma "igualdade de direitos" entre Estados grandes e pequenos. Não se pode dizer que os resultados entre as duas guerras tenham sido brilhantes. Entretanto, pertencer à Sociedade das Nações implica igualidade jurídica. Quando Mussolini empreendeu a conquista da Etiópia, em 1935, ele fez exatamente o que a França havia feito 23 anos antes no Marrocos. Contudo, até as transformações do ambiente e da evolução dos sistemas de valores e o fato de que a Etiópia tenha entrado na Sociedade das Nações – além do mais por proposta italiana – colocam contra o *Duce* uma boa parte da opinião pública. O fascismo, e sobretudo o nazismo, que são desiguais na essência, quebram por um tempo a marcha em direção à simetria.

Discípulo de Wilson, F. D. Roosevelt tentou novamente a criação de uma sociedade internacional com base na igualdade de direitos. Certamente, o estabelecimento de um veto para os membros permanentes do Conselho de Segurança introduziu uma desigualdade. Mas a multiplicação do número de Estados independentes atenuou esse fato. A "neutralidade positiva" do coronel Nasser propôs,

como um de seus objetivos, dar à Assembléia Geral das Nações Unidas e não a seu Conselho de Segurança a autoridade real.

É claro que a URSS se opôs. De um lado, no âmago do mundo comunista, ela tentou – com um sucesso momentâneo no que se refere ao Leste Europeu – limitar em seu benefício a independência dos pequenos países socialistas, a tal ponto que se empregava, para caracterizar essa situação, a expressão "soberania limitada". Mesmo se a URSS se indignasse oficialmente por aparecer como conquistadora, suas querelas com a Iugoslávia, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia demonstraram aí sua validade, e é exatamente nesse ponto a reprovação de "hegemonia" que lhe dirigia a China. Além do mais, é surpreendente constatar que a URSS qualificava seu próprio partido, o PCUS, de "grande irmão" de outros partidos comunistas. Os debates que precederam a conferência dos partidos comunistas que teve lugar em Berlim, em 1976, foram caracterizados pelo esforço – parcialmente inútil – dos soviéticos em impor uma linha comum e a supremacia do PCUS sobre os outros PCs.

Principais tipos de relações pacíficas

A partir do momento em que um contato, mesmo efêmero, for estabelecido, as relações começam. O habitante da ilha espera o retorno, mais ou menos distante, dos homens brancos em suas enormes navegações. Desde sua primeira estada, o homem branco trocou bugigangas por comida, madeira e objetos variados. Cook, como já vimos, deixou ferro. Além disso, no Taiti precisou tomar medidas draconianas para impedir que seus marujos arrancassem os pregos de ferro dos navios, pois numerosas mulheres indígenas estavam dispostas a trocar seus "favores" por esse metal, naquela época mais precioso do que qualquer outro.

Em seguida, aparecem os contatos duráveis, os balcões, as feitorias, a guarnição, o fortim e a administração. Se o estrangeiro não estabelece seu domínio, ele negocia, tenta obter vantagens, ameaça.

Em se tratando de povos vizinhos e mantendo relações relativamente simétricas, adquirem formas ligadas umas ao costume e outras aos diversos tipos de contato: acordos, tratados, declarações, etc. Examinaremos rapidamente esses campos no parágrafo seguinte.

Gostaríamos de enumerar aqui os campos nos quais se desenvolvem as relações entre duas unidades políticas distintas, próximas ou distantes – a proximidade tendo por efeito intensificar enormemente o seu ritmo.

Relações comerciais

São certamente as mais antigas. Sua característica, na história humana de antes de 1914, é a de terem sido quase totalmente *particulares*. Os Estados, em geral, deixavam seus comerciantes tomar as iniciativas e contentavam-se em protegê-los. Alguns Estados, considerando as vantagens que poderiam advir do desenvolvimento do comércio, encorajavam ao máximo os comerciantes e algumas vezes intervinham, por meio da criação de portos e entrepostos e do auxílio para o estabelecimento de grandes companhias, às quais chegavam a conceder "cartas de privilégio" que, como vimos, deram a elas um grande poder político.

As "potências marítimas" acrescentaram a esse encorajamento a criação de potentes frotas de guerra, com vistas a proteger os navios mercantes contra a pirataria ou contra a rivalidade estrangeira. Para o comércio de terra e de mar, o Estado pôde dessa forma garantir a qualidade de certos produtos. Os Estados – até 1914 – evoluíram entre uma atitude de incitação (o "colbertismo", por exemplo) e outra de simples proteção. Os "consulados" foram estabelecidos para proteger individualmente seus cidadãos. Se o país estrangeiro (não conquistado) é relativamente fraco, impõem-se a ele "capitulações", pelas quais seus direitos de aduana são limitados, e os nacionais da potência estrangeira – e por vezes um número considerável de indígenas "protegidos" – não são julgados por tribunais locais, mas por suas próprias cortes.

Inversamente, os Estados defenderam-se do comércio estrangeiro com barreiras: proibições que impedem a importação de certos produtos; contingenciamentos que limitam a quantidade e direitos de aduana.

A aduana teve, como todos os pedágios internos, um primeiro objetivo que foi o fiscal. Nenhum recurso era mais simples de se obter, e a administração aduaneira foi particularmente mais fácil

que uma administração fiscal eficaz. Ademais, a aduana representava um papel protetor. Contra o livre comércio de Adam Smith e de Jean-Baptiste Say, a tradição colbertista desenvolveu-se e ramificou-se Uma vez que a Revolução Industrial não conheceu o mesmo avanço em toda parte, a potência econômica dominante (a Inglaterra no século XIX, os Estados Unidos após 1945) forçava um livre comércio em seu benefício. Os outros países foram sensíveis – pelo menos nos meios industriais – à "defesa do trabalho nacional". O economista alemão Friedrich List, em seu livro *Système national d'économie politique*, que data de 1840, foi o mais célebre defensor desse último sistema que, segundo ele, favorecia a industrialização. Desse modo, a aduana tornou-se mais comercial que fiscal.

A guerra de 1914 foi iniciada em uma época em que basicamente o comércio e a indústria eram privados. As necessidades de uma guerra longa conduziram os beligerantes a uma série de medidas cada vez mais "dirigistas", na verdade bastante tardias: somente em julho de 1917 o conjunto da frota comercial francesa foi requisitado. No fim da guerra, sob a autoridade do Conselho Interaliado dos Transportes Marítimos e de seu executivo, a maior parte das compras civis e militares dependia de organismos estatais plurinacionais.

Mas essa prática, que o ministro francês do Comércio, Étienne Clémentel, e seu representante em Londres, Jean Monnet, gostariam de ter mantido após a guerra, não se manteve em face da vontade dos americanos, inspirados pelo futuro presidente Herbert Hoover, em restabelecer o caráter privado do comércio – mantendo as altas barreiras aduaneiras.

Em contrapartida, a Revolução bolchevique estabeleceu um sistema até então desconhecido, *o monopólio do Estado no comércio exterior*. Era acrescentar ao poder do Estado, já considerável, um imenso poder de decisão suplementar, supondo a instauração de uma enorme burocracia e suprimindo toda maleabilidade da economia de mercado. Entre os países praticantes (por exemplo, o Comecon), chegou-se a fixar os preços por decisão em que o mais forte tendia a satisfazer seus próprios interesses em detrimento dos de outros.

Relações financeiras

Existem a partir do momento em que um país procura, por meio de empréstimos obtidos no exterior, ou de investimentos de empresas ou de bancos estrangeiros em seu território, equipar-se mais rapidamente do que permitiria seu próprio capital.

Já mencionei os excelentes trabalhos que nos permitem conhecer bem a ocorrência desse problema no começo do século XX. Com pouca importância antes de 1850, os empréstimos e os investimentos estrangeiros conheceram em seguida uma expansão crescente. Segundo Herbert Feis,[9] em 1913 a Inglaterra havia investido no exterior aproximadamente 100 bilhões de francos-ouro (dos quais aproximadamente 50% em seu Império), a França 45 bilhões (sendo 10% em suas colônias) e a Alemanha de 25 a 30 bilhões (sendo 30% em suas colônias).

Após a Primeira Grande Guerra, eles foram substituídos pelos Estados Unidos, até a crise de 1929, que interrompeu o movimento e provocou o repatriamento de capitais, de modo a favorecer a extensão geográfica da crise.

Ademais, gigantescas dívidas de guerra, sobretudo em relação aos Estados Unidos, e a decisão política de exigir indenizações da Alemanha introduziram nas relações internacionais uma nova forma de diplomacia, o que exigiu a intervenção de diversos peritos.

Por último, principalmente, o início da guerra de 1914 provocou a circulação forçada de papel-moeda. Dito de outra maneira, as moedas que até então estavam ligadas ao ouro tornaram-se flutuantes, umas em relação às outras, o que provocou ou estimulou a inflação e o esfriamento do comércio. Os principais países, por métodos diversos, ligaram penosamente sua moeda ao ouro, muitas vezes com valores irreais. A crise de 1929 fez explodir o sistema. Os países dividiram-se então em três grupos: os que, como a Alemanha, adotaram o *controle do câmbio*, impediram toda saída de sua moeda e viveram em isolamento, tentando realizar uma autarcia impossível e contando, sobretudo, com a conquista de um *Lebensraum*, espaço vital, para obter negócios; os que, como a Grã-

[9] Herbert Feis, *Europe, the world banker*, New Haven, Yale University Press, 1930.

Bretanha em 1931 e os Estados Unidos em 1933, praticaram a desvalorização, isto é, desvincularam, pela segunda vez, suas moedas do ouro, a fim de ativar a retomada de seu comércio internacional e, finalmente, os que até 1935-1936 se mantiveram ligados à paridade (o "bloco do ouro"), que os tornava inaptos à exportação por terem seus preços bastante elevados (França, Bélgica, Holanda, Itália, Suíça e Polônia).

Se mencionamos esquematicamente esses acontecimentos, é porque eles introduziram nas relações financeiras, ademais no conjunto das relações internacionais, situações radicalmente novas, em face das quais os peritos não sabiam como reagir e que contribuíram enormemente para o conflito.

Após a Segunda Guerra Mundial, excluídos os países socialistas, fechados no controle das trocas e dentro de uma quase autarcia, os países industrializados, sob a direção dos americanos, adotaram o sistema de Bretton Woods, que tinha por objetivo fixar as paridades monetárias em um universo onde os direitos de aduana estavam bastante reduzidos. Ninguém duvida de que esse sistema, apesar de incontáveis imprevistos, favoreceu uma brilhante expansão econômica em todo o mundo ocidental durante trinta anos.

Entretanto, era frágil. O excesso de exportação de capital americano e os enormes gastos "políticos" no exterior (ocupação, Guerra do Vietnã e ajudas diversas).culminaram com o abandono do "padrão-ouro" (*gold exchange standard*), segundo o qual o dólar substituiria o ouro como moeda de troca, à taxa mais ou menos artificial de 35 centavos por onça de ouro, e em agosto de 1971 o dólar foi desvinculado do ouro. Em janeiro de 1976, na Conferência da Jamaica, toda referência ao ouro foi abandonada, o que poria fim definitivamente ao sistema de Bretton Woods.

Não é de surpreender que os acontecimentos de 1973, cujos desdobramentos se mostraram uma vez mais radicalmente novos, continuassem imprevisíveis e deixassem os peritos desconcertados. Essa situação explica por que vários homens de Estado importantes (Henry Kissinger, Valéry Giscard d'Estaing, Helmut Schmidt) tenham insistido na idéia, a princípio discutível, de que *as relações econômicas constituíam, a partir de então, o aspecto mais importante das relações internacionais em geral.*

Relações culturais

O contato de dois povos, por intermédio de alguns indivíduos (missionários, comerciantes); depois por colônias mais numerosas, com trocas de idéias; pelo estudo de idiomas; pela alfabetização; pela exportação de livros; pela utilização crescente do rádio; mais ainda, pela televisão, leva necessariamente a profundas transformações.

Esse é um tema tão vasto quanto o precedente e, uma vez mais, nós só podemos proceder de maneira esquemática.[10]

As relações culturais, ainda mais que as relações comerciais tradicionais, são a princípio, e antes de mais nada, um fenômeno privado. O brilho de uma cultura, a utilidade de comunicações fáceis, o poder e a riqueza de um país levam numerosos estrangeiros a se interessar muitas vezes em aprender a língua. O extraordinário sucesso do francês no século XVIII na alta sociedade européia (Frederico II escrevia em francês, Goethe hesitou entre os dois idiomas antes de optar pelo alemão, a corte do czar só falava francês) explica-se por diversos fenômenos. A expansão triunfal do inglês na segunda metade do século XX têm as mesmas causas, em uma sociedade muito maior.

Dessas relações "espontâneas" passamos às relações de "política cultural". Aí se entra em um terreno muito mais complexo. Os governos dotam-se cada vez mais de organismos, públicos ou semipúblicos, de propaganda intelectual. Negociam acordos de troca, tentam atrair estudantes estrangeiros para suas universidades, organizam viagens, exposições, promoções de livros e filmes. A Direção-Geral das Relações Culturais, Científicas e Técnicas do Quai d'Orsay e da Aliança Francesa, a United States Information Agency, o British Council, o Instituto Dante Alighieri e o Goethe Institut são às vezes providos de importantes estabelecimentos secundários, governamentais ou privados, no exterior.

---

[10] Cf. o conjunto das relações culturais da França com os países estrangeiros numa importante tese de Albert Salon; cf., também, Philippe H. Coombs, *The fourth dimension of foreign policy: educational and cultural affairs*, Nova York, 1964; Frédéric Barghoorn, *The Soviet cultural offensive. The role of cultural diplomacy in Soviet foreign policy*, Princeton University Press, 1960.

Para imprimir sua influência nas democracias populares européias, a URSS tornou, nesses países, obrigatório o estudo do russo. Por sua vez a Romênia, no início dos anos 1960, na tentativa de emancipar-se da pesada tutela, suprimiu a obrigatoriedade do russo e incentivou o ensino do francês. Os conselheiros e os adidos culturais, cada vez mais numerosos, negociam intensamente para salvaguardar o ensino de seu idioma nos cursos primário e secundário do país onde eles estão acreditados.

As motivações desse esforço estão evidentemente além da simples cultura. A Espanha conseguiu a hispanização lingüística de toda sua parte da América Latina. A França fez um enorme esforço para obter um resultado comparável na África negra "francófona" e para manter a importância do francês no Magreb e em Madagascar. É óbvio que aí existe a procura de uma certa forma de solidariedade que pode favorecer alguns sucessos políticos, assegurar concursos. Portugal sabe que pode se apoiar sobre o enorme Brasil. A nova Espanha democrática leva muito a sério seus laços culturais, mas também econômicos com a América dita espanhola.

Essa política não é geral. Os holandeses praticaram quase sempre na Indonésia uma política muito restrita no ensino de seu idioma,[11] de modo a, aparentemente, manter a distância que existe entre colonizador e colonizado.

As relações culturais são essencialmente assimétricas. Por um lado, um país cujo passado cultural se manifesta por meio de centenas de milhares de obras impressas; por outro, um país cuja riqueza cultural profunda pode ser considerável, mas que tenha dado muito menos sinais exteriores.

Se, do cultural puro, estendemo-nos para o técnico e o científico, a assimetria persiste. A ajuda para o desenvolvimento não consiste unicamente em dinheiro; necessita-se de quadros para saber utilizá-lo. A ajuda técnica sobrepõe-se à ajuda financeira, e nós repetimos aqui o que havíamos dito sobre a desigualdade entre doador e receptor.

---

[11] Cf. George McTurnan Kahin, *Nationalism and revolution in Indonesia*, Ithaca, Cornell University Press, 1970.

Relações político-militares

É aí onde reside a menor distância entre as relações pacíficas que estudamos neste capítulo e as relações conflituosas que serão objeto do seguinte.

Todas as relações políticas internacionais estão ligadas ao poder e à segurança. Por mais freqüente que seja a aspiração por um poder crescente, ele não é essencial às relações internacionais. Existem numerosos casos de satisfação com o poder adquirido devido unicamente à preocupação de garantir a segurança.

É, antes de mais nada, *o caso dos países fracos* (por sua exigüidade, sua pequena população, a insuficiência de seu armamento real ou potencial, etc.).

A diplomacia das pequenas potências foi muito estudada, e contentar-nos-emos em dar aqui alguns princípios.[12]

O primeiro meio para um país pequeno garantir a segurança é por meio da *aliança com um grande.* Esse método é perigoso. Primeiramente, o grande não aceita tal aliança se não houver algum interesse (território, bases, matérias-primas, etc.). Há o risco de se envolver no conflito de um grande aliado ou, ainda, estar de tal forma subordinado a ele, que a situação de aliança igualitária é substituída por uma satelitização, que pode adquirir forma jurídica (o "protetorado" sob todos os aspectos), uma forma tradicional (a China reivindicou no século XIX uma suserania sobre a Coréia) ou uma forma mais insidiosa (a velha aliança anglo-portuguesa que data de 1703). Em 1914, Portugal sabia que se a Alemanha fosse vitoriosa, perderia suas colônias para esse país. Mas sabia que seu aliado britânico tinha também interesses sobre elas. Guerrear por elas equivaleria a criar um meio de impedir moralmente essa intenção. Precisamente, a Inglaterra fez o que pôde para que Portugal

---

[12] Utilizo, sobretudo, os trabalhos conduzidos nos países escandinavos e três exemplos: 1º) Sobre o Marrocos, as excelentes teses de Pierre Guillen, *L'Allemagne et le Maroc de 1870 a 1905*, Paris, PUF, 1967; Germain Ayache, *Les origines de la guerre du Rif*, tese Paris I, 1979, inédita; 2º) Sobre a Coréia, de Woo Chul-Koo, *Les conseillers étrangers à la Cour de Corée*, tese Paris I, 1980, inédita; 3º) Sobre a Libéria, o artigo de Joëlle Lassini-Pinto, "Les relations de la France et du Liberia des origines jus qu'à la veille de la Première Guerre Mondiale", *Relations Internationales*, nº 18, 1979, pp. 131-147.

não entrasse na guerra, o que só veio a ocorrer em 1916, graças ao apoio da França.[13]

O segundo meio é o de *manter-se neutro* entre dois adversários, e de jogar um contra o outro. É um método sutil que o Egito praticou entre os Estados Unidos e a URSS pelo menos desde 1956. O Camboja agiu da mesma forma entre o Sião e o Vietnã antes da colonização francesa. Mas aí também o perigo era extremo. Em caso de conflito entre dois grandes, a neutralidade descontenta tanto a um quanto a outro, e se um dos dois sai vitorioso, ele manifestará claramente o seu rancor. Sobretudo, pode acontecer que os dois grandes se reconciliem em detrimento do pequeno. Tal foi o processo (às vezes com um terceiro ladrão) para as quatro divisões da Polônia.

O terceiro meio é *o jogo ainda mais sutil entre vários grandes.* Daí o inconveniente de um mundo estritamente bipolar para os pequenos Estados neutros. Quando há vários pólos, pode-se ter alguma esperança. O Paquistão, aliado dos Estados Unidos na Otase e na Cento, mas sabendo que seu rival, a Índia, é aos olhos desses aliados um membro mais importante que ele próprio, ficou bastante feliz em ver desenvolver-se a potência da China e concluiu um sólido acordo com esse país, em 12 de maio de 1963. O Marrocos, ameaçado no começo do século pela França e pela Espanha, e sem poder contar mais com o apoio da Inglaterra ou da Itália, apostou na Alemanha, que além do mais atrasou de 1905 a 1912 a instalação de um protetorado francês. A pequena Libéria, convencida de que a França e a Inglaterra estavam ainda de acordo em roer seu território, obteve o apoio americano e, sobretudo, alemão. A Coréia, no final do século passado, considerando que tanto a China quanto o Japão desejavam dominá-la, praticou uma política de apoios estrangeiros: alemão, depois americano, em seguida russo contra o Japão. Foi a derrota dos russos pelos japoneses que provocou o fim de sua independência.

Em regra geral, essa *multilaterização* de aliados é procurada pelos pequenos Estados. No campo da ajuda econômica, aspiram, muitas vezes em vão, a receber uma ajuda coletiva mais do que

---

[13] Cf. a tese de Jean Derou, *Les relations franco-portugaises de 1911 a 1928*, tese Paris I, 1979, Paris, Publicações da Sorbonne.

unilateral (por exemplo, das Nações Unidas, da Unesco, da FAO e da Comunidade Econômica Européia). *A diversificação das fontes de abastecimento e de mercados é uma garantia de independência.*

Aqui vem enxertar-se a diplomacia da compra de armamentos, que adquiriu, desde a Primeira Guerra Mundial, uma importância extraordinária, além do mais aliada à multiplicação de Estados e em conseqüência de potenciais conflitos nacionais. Os grandes podem fornecer muitas armas: não apenas a URSS e os Estados Unidos, mas também a França e a Inglaterra. Como o fornecimento de armas só é válido se seguido do fornecimento de peças de reposição, essa forma de relações adquiriu uma importância determinante. O Egito demitiu seus conselheiros soviéticos sabendo que perderia sua principal fonte de armas, mas esperando justamente uma substituição francesa e sobretudo americana. Os países que se diziam progressistas eram aqueles que recebiam armas e peças de reposição dos países do Leste.

Um quarto meio, para os países pequenos, é o de *agruparem-se entre eles*. Perante as potências, essa solidariedade é geralmente sem falhas (na Conferência Norte-Sul em Paris, os países do Terceiro Mundo não produtores de petróleo constituíram um único bloco com os países da Opep). Esse agrupamento produz o efeito de criar um "ambiente". Um grande tem muita dificuldade de ir contra o que se chama "opinião pública internacional". Na época do caso de Suez, a França e a Inglaterra se opunham a todos os países (com exceção de Israel, Austrália e Nova Zelândia). Os Estados Unidos precisaram enfrentar uma "frente" desse tipo quando bombardearam o Vietnã do Norte. É verdade que um dos sinais de poder é o de ser temido, renunciar a não ser amado. Foi assim que a URSS escolheu o momento, quando ocorria em Belgrado, em setembro de 1961, a primeira conferência dos "países não aliados", para a retomada das experiências nucleares atmosféricas que ela havia suspendido.

Notaremos que uma frente de pequenas potências não representa grande coisa no plano militar ou financeiro. Mesmo se, a partir de 1960, mais ou menos, os países do chamado Terceiro Mundo representem a maioria nas organizações mundiais, eles não podem garantir o sucesso de todos os seus empreendimentos. Com efeito, essas organizações são financiadas pelas potências industriais

(sobretudo ocidentais). Provocá-las seria um dos meios mais seguros de vê-las recusar suas cotas e, conseqüentemente, seria colocar em perigo a ONU e suas instituições especializadas.

Finalmente, existe um quinto meio, que Arnold Wolfers chamou com bastante precisão de a busca de "objetivos de meio" (*milieu goals*), que ele opõe aos "objetivos de posse" (*possession goals*).[14] É o estabelecimento de instituições aptas à proteção das pequenas. É normal que estas se interessem apaixonadamente por esse ponto. Na época da Liga das Nações, os políticos e juristas latino-americanos, escandinavos, gregos, tchecos, belgas e holandeses desempenharam, na prática cotidiana, na maturação das instituições, um papel desproporcional ao poder real de seus países. Ninguém duvida de que, na ONU, um esforço comparável esteja em curso, sob o impulso de algumas centenas de novos Estados que a dominam desde os anos 1960. Um direito internacional novo está sendo elaborado, por exemplo, sobre as águas territoriais, plataformas continentais, fundo do mar e espaço, que questiona totalmente o direito elaborado pelo países antigos. Existe finalmente uma realidade internacional importante, para a qual adotaremos igualmente a terminologia de Arnold Wolfers: o "poder dos fracos" (*power of the weak*).[15]

Poder-se-ia, teoricamente, aplicar os cinco métodos anteriormente descritos às superpotências. Infelizmente, estas, desde 1945, vivem uma situação conflituosa em que apenas a violência direta está excluída.

A estrutura clássica da diplomacia

O estabelecimento das relações diplomáticas fixas

O meio mais elementar para manter relações consiste em enviar, caso necessário, mensageiros ou negociadores temporários. Tal era o método das cidades gregas e do Império Romano em relação aos povos estrangeiros. Na ausência de qualquer regra, essas missões

---

[14] *Discord and collaboration*, *op. cit.*, pp. 74-77.

[15] *Ibid.*, pp. 111-112.

eram algumas vezes perigosas para os enviados. Muitos deles, relata a história, foram massacrados simplesmente porque levavam mensagens que não agradavam ao chefe ou príncipe local. No Ocidente medieval, a utilização bastante sistemática de eclesiásticos tinha por finalidade utilizar homens competentes, mas também revestidos de um caráter sagrado que os protegia.

A etapa seguinte, inaugurada pelos italianos a partir do século XV, principalmente por Veneza, consistiu em estabelecer embaixadas ou delegações permanentes pelo menos com as grandes potências e países vizinhos. Os diplomatas tinham correspondência com uma seção de seu governo que logo adquiriu a forma de Ministério dos Negócios Estrangeiros (na França, a Secretaria de Estado para Negócios Estrangeiros, unificada em 1626).[16] Notaremos que, como o imperador da China considerava-se senhor do mundo, foi necessário que a França e a Inglaterra o obrigassem, por meio de uma guerra (1858-1860), a criar um ministério dos negócios estrangeiros, o Tsong-Li-Yamen. Com os países longínquos, os sistemas de missões temporárias subsistiram (por exemplo, entre Luís XIV e o sultão do Marrocos Moulay Ismaïl). O soberano, sendo geralmente absoluto, nada o impedia de organizar diplomacias paralelas com agentes secretos (o "gabinete negro").

A história das embaixadas e legações, assim como a dos ministérios de Negócios Estrangeiros, é a de uma estruturação progressiva, facilitada pela escassez de pessoal que esses organismos exigiam. Em 1789, a França possuía 41 funcionários no Ministério dos Negócios Estrangeiros e 36 diplomatas no exterior (sem contar os cônsules nem os amanuenses). Em 1936, o efetivo total de diplomatas era de 686 pessoas (sendo 398 da carreira consular). Desses 686, 120 estavam em Paris; mas o "departamento" empregava ainda uns cem outros funcionários de alto nível que não pertenciam à carreira diplomática.

---

[16] Esse assunto suscitou inúmeros trabalhos. Cf. sobre as origens italianas Gigliola Soldi Rondinini, "Ambasciatori e ambascerie al tempo di Filippo Maria Visconti (1412-1426)", *Nuova Rivista Storica*, 1965, fascículos III-IV, pp. 313-344. Ver, a título de exemplo, uma interessante tese de direito, de Pierre Granet, *L'évolution des méthodes diplomatiques*, Paris, 1939. Ver também Jean-Baptiste Duroselle, *Les fondements de la politique extérieure*, *op. cit.*, John Ensor Harr, *The professional diplomat*, Princeton, Princeton University Press, 1969.

Essa carreira também é progressivamente organizada; mas foi apenas no último terço do século XIX que a seleção começou a ser feita por meio de concurso.

A multiplicação do número de Estados e a generalização de embaixadas aumentaram essa cifra, mas em proporções modestas (por volta de 1955, contavam-se 1.017 diplomatas propriamente ditos na França e 3.900 nos Estados Unidos).

O desenvolvimento das negociações de alto nível

O papel do corpo diplomático é a representação, a informação e a negociação. Enquanto as duas primeiras funções viram sua importância se manter ou se desenvolver, a negociação escapa cada vez mais aos diplomatas. Na realidade, o progresso nos transportes leva ministros, até primeiros-ministros e chefes de Estado a assumirem os encontros.

No século XVII, essa prática era quase desconhecida. Quando, em 1689, o rei da Inglaterra, Jacques II, parte para tentar (em vão) reconquistar seus Estados com a ajuda do exército francês, Luís XIV lhe diz: "Meu caro, espero não nos encontrarmos mais", o que significa: espero que você volte para o seu trono. Londres está apenas a 350 km de Paris, em linha reta, e os soberanos não se encontram. No século XVIII, ocorrerão alguns encontros (como, por exemplo, o de José II e Catarina II). Eles eram bastante raros.

A Revolução Francesa e, sobretudo, o Império transformaram esse dado. Napoleão, vitorioso, reuniu os soberanos vassalos e encontrou-se com outros, por exemplo, o czar Alexandre I em Tilsit e em Erfurt. Em 1814 e 1815, vários soberanos coligados reuniram-se em Paris. O Congresso de Viena (1814-1815) foi uma reunião de monarcas, enquanto o Congresso de Vestfália de 1648 em Münster e em Osnabrück reuniu essencialmente plenipotenciários. Desde então, a prática não deixou de aumentar, e a moda das estações de água freqüentemente servia de pretexto: Plombières, Biarritz, Carlsbad e Ischgl tornaram-se, assim, centros da diplomacia de "alto nível". Ademais, o "concerto europeu" (reuniões das grandes potências) revestiu-se geralmente da forma de conferência de embaixadores, embora a de Paris (1856) tenha agrupado os ministros

de Negócios Estrangeiros e a de Berlim (1878) reuniu a maior parte dos chanceleres ou primeiros-ministros. Somente o Japão e os Estados Unidos evitaram essa regra por muito tempo. Wilson foi o primeiro presidente dos Estados Unidos, em exercício, a ir à Europa, em dezembro de 1918.

Entre as duas guerras mundiais, a reunião anual da Liga da Nações, em Genebra, em setembro, e as reuniões mais freqüentes do Conselho multiplicaram os encontros em nível de ministro. Eles viajavam ainda lentamente, por trem e por barco, mas o faziam freqüentemente. Além das capitais, como Washington, Londres e Paris, eles escolhiam geralmente locais famosos que se seguiam às estações de água: Lausanne, Montreux, Locarno, Cannes, Gênova, Rapallo, Stresa, etc.

Por fim, os enormes progressos da aviação permitiram uma extraordinária mobilidade dos ministros, primeiros-ministros e chefes de Estado.

Acreditamos que esse movimento incessante, combinado com o crescimento das comunicações instantâneas entre as embaixadas e o "departamento", por telégrafo, telex, fac-símile e rádio, tenha modificado profundamente as estruturas da negociação pacífica.

A permanência dos generalistas e a inflação dos especialistas

É suficiente a lembrança desse problema do qual já falamos. Os fenômenos seguintes são apresentados nos níveis de importância:

- a extensão da responsabilidade dos Estados;
- o progresso técnico e científico;
- a aceleração da informação;
- o aparecimento das relações assimétricas (ajuda, assistência técnica);
- a complexidade crescente dos fenômenos econômicos.

Não somente as embaixadas viram agregar-se às suas pequenas equipes um número importante de adidos especializados (militares, navais, comerciais, aeronáuticos, financeiros, culturais e,

finalmente, de imprensa, científicos, etc.), como também outros ministérios, além do dos Negócios Estrangeiros, criaram ramificações internacionais e têm uma tendência crescente a conduzir suas próprias negociações.

Essa situação cada vez mais complexa chegou mesmo a criar conflitos e desordens. A manutenção de um corpo de diplomatas "generalistas", algumas vezes discutida (por exemplo, nos Estados Unidos, no Relatório Hoover de 1949), justifica-se não somente porque os especialistas nem sempre têm consciência dos problemas em seu conjunto, como também porque coordenadores são necessários. A regra segundo a qual toda atividade num determinado país estrangeiro deve passar pelo embaixador nem sempre é respeitada, mas o bom funcionamento da diplomacia exige que ela o seja.

A coletivização da negociação e a "diplomacia multilateral" [17]

A negociação típica é bilateral. Ela exige as qualidades da educação, sutileza, imaginação, calma e caráter e constitui um esforço intelectual notável. A experiência e o conhecimento dos precedentes estão sempre melhorando.

Freqüentemente, uma negociação multilateral tradicional – elas nunca faltaram ao longo da história – compõe-se, na realidade, de uma série de conversações bilaterais oficiosas, mais importantes que as reuniões formais.

Mas vimos aparecer, especialmente no século XX, uma nova forma de negociação coletiva. A Liga das Nações constitui quanto a isso o verdadeiro ponto de partida. O que importa, na LDN, na ONU, nas instituições especializadas e em numerosos outros organismos, é obter um *voto*. Numa organização regional como a CEE, esse voto deve ser unânime. Portanto, ele é precedido de múltiplas negociações bilaterais pelas quais aquele que propõe um texto deve convencer *todos* os seus parceiros. Mas na ONU, quando se trata

---

[17] Cf. meu capítulo "French diplomacy in postwar world", em Stephen Kertesz e M. A. Fritzsimons, *Diplomacy in a changing world*, University of Notre-Dame Press, 1959. Cf. pp. 204-205. No que diz respeito ao Reino Unido, ver Zara Steiner, *Present problems of the Foreign Service*, Princeton, Center of International Studies, 1961.

de uma simples "recomendação", cuja importância é sobretudo psicológica, o número de vozes é muito relevante. Pode-se, certamente, enviar uma grande delegação que fará um "trabalho de corredor", no corpo a corpo, para conseguir adesões, o que, em geral, é difícil. Assistimos então a um processo pesado e lento, em que cada delegação deseja apresentar o seu discurso, e as nuanças psicológicas coletivas – o ambiente – importando mais que a força racional da argumentação.[18]

Ademais, no lugar da antiga diplomacia simples, essencialmente política, lenta e refletida, cada Estado encontra-se presa de um verdadeiro turbilhão. É necessário coordenar tudo o que é tratado na diplomacia bilateral, na diplomacia multilateral, na diplomacia regional e na diplomacia mundial. A agenda de um ministro tornou-se enlouquecedora e uma enormidade de negociações técnicas, que dizem respeito tanto ao fornecimento de minério de urânio quanto à concessão de bolsas de estudo, à exploração dos fundos marítimos, à meteorologia, à venda de armas e aos princípios da extradição, converge necessariamente sem que possamos evitá-la.

A institucionalização dos relatórios bilaterais

Assinalemos, finalmente, um fenômeno recente mas que promete grandes desenvolvimentos. Para intensificar e melhorar as relações entre dois ou vários países, criou-se uma comissão permanente que é responsável por reuniões periódicas de ministros. O Império Britânico deu o exemplo desde o fim do século XIX, com o aparecimento dos Domínios e pelas "conferências imperiais". O tratado franco-alemão de 1963 criou uma comissão entre os dois países. Ademais, tais organismos proliferam.

Esses organismos têm seu próprio pessoal e estabelecem uma cronologia de encontros. O mesmo ocorre com as instituições européias e o Pacto do Atlântico.

---

[18] Sobre esse assunto, ver as importantes reflexões de um antigo representante da França na ONU, Armand Bérard, *Un ambassadeur se souvient*, t. III, Paris, 1979. Cf. *Relations Internationales*, 1984, nºˢ 39 e 40, "La diplomatie multilatérale".

Acreditamos que isso confere às relações internacionais, fora das situações de conflito, um caráter de densidade que não possuíam no início do nosso século.

Capítulo 13

As negociações conflituosas

Para que exista um conflito internacional,[1] são necessárias duas condições. A primeira é que o poder responsável de uma "unidade política" decida considerar um certo objeto, fora da competência de sua soberania, como uma aposta cujo ganho é desejável e merece que se corram certos riscos. A segunda é que essa decisão se faça acompanhar de reação emocional favorável ou desfavorável, pelo menos em uma parte da população que ele controla ou da população do campo adversário. Dito de outra maneira, em todo conflito entram em jogo, necessariamente, uma ação e uma reação.

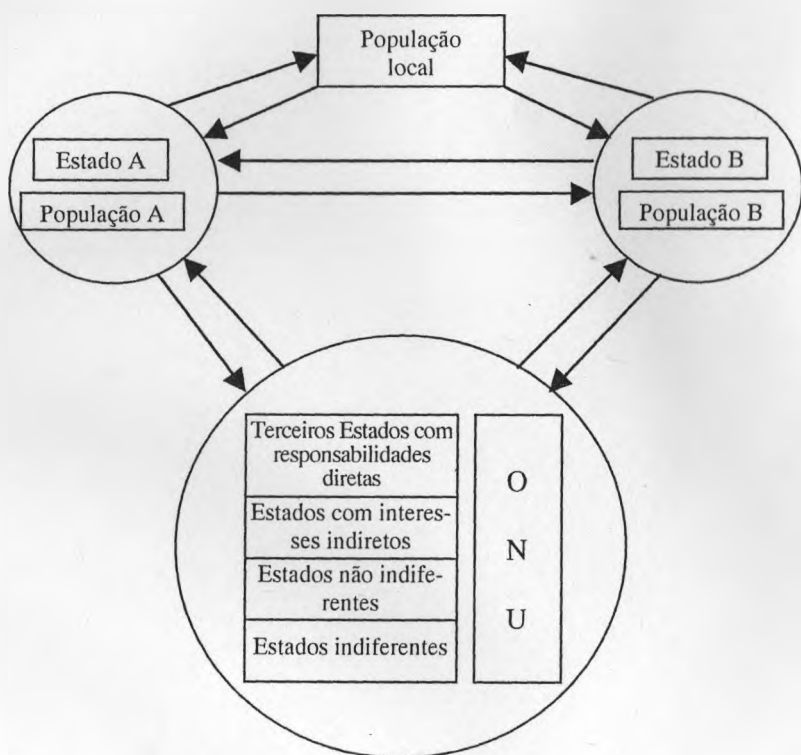
A ação que consiste, da parte do Estado, em determinar uma aposta e correr riscos para ganhá-la dá início necessariamente a um processo complexo que pertence ao tipo de comportamento que Raymond Aron chama de "conduta competitiva". Ao dar início à sua ação, o Estado sabe que vai suscitar uma "contra-ação" por parte do outro Estado afetado por sua decisão. Mas não importa qual seja o valor das informações disponíveis, o Estado jamais co-

---

[1] Sobre a negociação, ver o volume bastante sugestivo de Alain Plantey, *La négociation internationale*. Volto também a meu livro *Le conflit de Trieste, 1943-1954*, *op. cit.* Desde sua publicação, a literatura sobre esse problema continuou a ser enorme. Aconselho, aos que querem se aprofundar nessas questões, algumas revistas: *Conflict Resolution*, *Revue Canadienne des Études sur le Nationalisme* (Univ. de l'Ile du Prince Édouard), *Stratégie et Défense* (Paris), *Études Polémologiques* (Paris).

nhece exatamente a natureza dessa reação. Ela o levará a reagir por sua vez, e assim por diante.

Por outro lado, a ação é acompanhada pela reação passional da população do Estado que dá início a ela ou daquele que a sofre. Ocorre o mesmo com a população do adversário. Enfim, raramente outros Estados não se imiscuem no assunto, pelo menos psicologicamente.

Esquema do conflito internacional a propósito de um território

O início do conflito

Nenhum conflito existe eternamente. Para que tenha início, é preciso que num dado momento ocorram determinadas condições ou sejam empreendidas certas ações. Uma vez que em todo con-

flito devam existir dois elementos – ação da unidade política e reação da população –, podemos distinguir diferentes tipos de início de conflito, segundo a importância respectiva de seus dados.

O início por decisão

Também poderia ser chamado de início artificial do conflito. É o caso em que, por ser praticamente nula a reação popular, o governo decide apresentar uma reivindicação, ou seja, considerar como um prêmio determinada região ou vantagem. Como é necessário o apoio de uma parcela da população, o governo buscará em seguida suscitar esse apoio. Mas – e isso é importante – o governo não foi levado a tomar uma decisão em virtude de qualquer pressão. Foi sua livre escolha, baseada em suas próprias razões, que o conduziu. Em grande parte, a decisão de Georges Bidault de obter a incorporação econômica do Sarre à França, em 1946, pertence a esse tipo. Certamente não podemos dizer que ele foi impulsionado pela opinião pública, que então era indiferente e assim permaneceria em seguida, em grande parte. Os conflitos do Antigo Regime pertencem, quase todos, a essa categoria.

O início pela ocasião

Pode acontecer que um governo e uma fração mais ou menos importante da opinião considerem desejável a realização de um certo objetivo, mas igualmente estimem que, não sendo favoráveis as circunstâncias, deva-se evitar considerar isso um prêmio e correr riscos, ainda que mínimos, por essa questão. Em seguida, uma alteração brusca da conjuntura torna possível o que até então parecia irrealizável. É a "ocasião" que se deve aproveitar. Pressupõe-se, evidentemente, que já havia um conflito latente, mas que não se traduzia na realidade. A ocasião fornecerá os meios para transformar o conflito latente em conflito patente. Um bom exemplo pode ser encontrado na atitude da União Soviética com relação aos países bálticos e à Polônia em 1939. A partir dos tratados que haviam assinado em 1920 e 1921 com esses países, os soviéticos pareciam considerar as fronteiras definitivas. Mas isso não significava que

eles estivessem realmente resignados com a perda dos territórios que haviam pertencido à Rússia czarista. O que se pode dizer é que mesmo em suas palavras eles não demonstravam a ambição de recuperá-los (à diferença do que faziam com a Bessarábia, constantemente reivindicada, ou do que os franceses fizeram com a Alsácia e a Lorena entre 1871 e 1914: o princípio "pensemos sempre nisso, mas jamais falemos disso" foi pouco observado; os franceses falavam do assunto sem cessar). Na primavera de 1939, ao se dar conta de que a Alemanha nazista estava realmente decidida a abalar as estruturas do Leste Europeu, a URSS decidiu aproveitar-se da ocasião e os países bálticos tiveram de se submeter a ela. Mas, com a Polônia, teve início um conflito que durou, sob formas diversas, até 1945.

O início por contragolpe

Ocorre quando uma decisão completamente alheia a um determinado objeto conduz, por suas conseqüências imprevistas, ao início de um conflito quanto a esse objeto. Provavelmente, em numerosos casos, esse tipo reconduz-nos ao precedente: o Estado A, ao tomar uma decisão, fornece ao Estado B a oportunidade de dar início a um conflito. Mas isso não ocorre sempre dessa maneira. Ocorreu, por exemplo, nos últimos anos do século XIX, um grave incidente entre os Estados Unidos e as Filipinas, que os primeiros haviam adquirido da Espanha derrotada. Esse conflito foi iniciado pelos filipinos, em reação às decisões americanas de guerrear contra a Espanha para libertar Cuba da colonização espanhola. Ao dar início a essa guerra, os Estados Unidos lutavam pela independência de Cuba; eles haviam jurado solenemente não anexar a ilha. As elites filipinas acreditaram, então, que os americanos aplicavam um princípio geral e que tinham a intenção de conceder igualmente independência às Filipinas. Quando perceberam que isso não era verdade, organizaram uma resistência encarniçada contra seus novos donos. Essa foi, portanto, uma conseqüência imprevista para os Estados Unidos da decisão de tornar Cuba independente.

Da mesma maneira, qualquer decisão de conceder vantagem – autonomia interna, independência – a uma determinada colônia

pode conduzir as elites de outra colônia, até então resignadas, a exigir o mesmo e, conseqüentemente, dar início a um conflito. Podemos dizer que a Tunísia não teria desenvolvido seu conflito com a França em ritmo tão rápido se a Líbia não se tivesse tornado independente, que o Marrocos também não teria dado início tão rapidamente a um conflito se a Tunísia não tivesse servido de exemplo. Finalmente, talvez o conflito argelino não tivesse tido início em 1º de novembro de 1954 se não tivesse havido o exemplo da "recompensa" da violência com a outorga da autonomia interna à Tunísia (julho de 1954).

Encontramos, nesses casos, o fenômeno que Jacques Freymond chama de "interação cumulativa". Qualquer decisão pode ter conseqüências imprevistas. É a história da caixa de Pandora ou, para empregar uma expressão popular corrente: "Quem semeia vento colhe tempestade".

O início por maturação

Totalmente oposto ao início artificial, por decisão, no qual a ação do governo desempenha um papel quase exclusivo, pode acontecer que a reação seja bastante superior e que ela termine por provocar uma ação de governo. É necessário, portanto, que a reação, inexistente no período precedente, apareça e se desenvolva até tornar-se uma força imperativa. O governo aí se curva, algumas vezes de má vontade – assim o presidente William McKinley, contrário a uma guerra com a Espanha, teve de resignar-se em pedir a declaração do Congresso em conseqüência de pressões extremamente violentas de uma parte da opinião pública americana. Mais comumente, o governo está de acordo com a opinião pública. De todo modo, foi necessária uma maturação desta.

Um grande número de conflitos inicia-se segundo esse processo. Está na própria natureza da colonização fazer transformações profundas na estrutura socioeconômica do país colonizado.[2] Esses

---

[2] Do autor, ver *Note sur la théorie des conflits internationaux*, Roma, 16 a 20 de setembro de 1958 (notadamente pp. 4, 7 e ss. (documento apresentado no IV Congresso da Associação Internacional de Ciência Política). Cf. Também Stéphane Bernard, "Considerations sur la théorie des conflits coloniaux", *Revue*

transtornos produzem-se progressivamente. Mas chega um momento em que eles alcançam um ponto gerador de conflito, supondo que a metrópole não tomou as iniciativas fazendo as concessões necessárias. A maturação é, portanto, um fenômeno socioeconômico. É também um fenômeno ideológico. Em regra bastante geral, os conflitos que nascem pela maturação são conflitos ligados ao desenvolvimento do nacionalismo, isto é, a uma tomada de consciência crescente de que pertencemos a uma comunidade diferente daquela que nos rege, a uma vontade crescente de não admitir mais essa sujeição, a uma tomada de consciência do "insuportável".

Se sonhamos com a prevenção de conflitos, podemos admitir que os conflitos do primeiro tipo – decisão – são os mais fáceis de ser evitados, pelo menos teoricamente. Se George Bidault não houvesse decidido estabelecer a ligação econômica da Sarre, não haveria acontecido o conflito franco-alemão após a Segunda Guerra Mundial.

Os conflitos do segundo tipo – ocasião – são mais difíceis de ser evitados, pois o aparecimento de uma ocasião cria uma tentação, e os políticos, pelas razões mais diversas – ambição pessoal, sentimento de servir ao país –, podem ser tentados a aproveitar a ocasião. Se, algumas vezes, trata-se de uma decisão amadurecidamente deliberada, acontece também que a "ocasião" apresentada seja efêmera. A falta de tempo pode, então, impedir explorar suficientemente as conseqüências de uma decisão que deve algumas vezes ser tomada imediatamente.

Os conflitos do terceiro tipo – contragolpe – são tão difíceis de evitar quanto de prever. Geralmente, é impossível imaginar, em uma "conduta competitiva", todas as conseqüências de um ato.

Os conflitos do quarto tipo são aparentemente os mais fáceis de dominar, pois derivam de uma lenta evolução. Mas, aí, o problema é de outra ordem. A maturação transforma lentamente uma situação. Ela não transforma os conceitos tradicionais. A grande dificuldade para os políticos não é tanto de admitir que seja neces-

---

de l'Institute de Sociologie, nº 1, 1958, pp. 71-101 (Université Libre de Bruxelles, Institut de Sociologie Solvay). Sobre a maturação e sua complexidade, cf. parte IV, capítulo 11 e nota nº 1.

sário encontrar novos conceitos, mas sim de ousar reclamar esses novos conceitos.

Assim, um governo demasiadamente frágil tem sempre a tendência a esconder-se atrás da tradição ou do precedente, pois toda mudança de política corre o risco de provocar uma onda de indignação que poderá depô-lo. Um governo ditatorial pode mudar conceitos mais tranqüilamente. É de sua natureza procurar o consenso não na moderação de sua política externa, mas, ao contrário, em sua aceleração. É o processo da derivação que consiste em desviar a atenção das dificuldades internas buscando no exterior satisfações de caráter emocional para sua população.[3]

Se há tantos conflitos no mundo e se estouram novos sem parar, isso se deve ao fato de que existem demasiados regimes fracos, demasiados regimes ditatoriais e, nos regimes democráticos estáveis, pouquíssimos líderes criativos.

Os objetos dos conflitos

Podemos chamar de *objeto* de um conflito ao tipo de contradição existente entre os dois adversários. Um quer uma coisa que o outro não quer que ele tenha, ou os dois querem a mesma coisa, cada um apenas para si. É necessário antes de mais nada determinar o que é essa coisa. Mas isso não resolve o problema, pois pode muito bem ocorrer – é certamente o caso mais geral – que o campo A e o campo B não tenham exatamente a mesma idéia do que é essa coisa. Para estudar os objetos dos conflitos, é necessário, então, cumprir dois procedimentos. O primeiro consiste em classificar todas as categorias das "coisas" que podem ser objeto de ambições contraditórias. O segundo consiste, para um determinado conflito, examinar qual é a posição de cada parceiro em relação a essa coisa que provoca o conflito.

Começaremos examinando os tipos de objeto de conflitos; uma primeira diferenciação geral impõe-se. Esses objetos podem ser não territoriais ou territoriais.

À primeira categoria pertencem, por exemplo:

---

[3] Cf. parte III, capítulo 8, p. 199.

1. A vontade de impor a um outro país uma religião (guerras de religião) ou uma doutrina ideológica (expansão revolucionária).
2. A vontade de obter – ou de não perder – certas vantagens econômicas (por exemplo, a reivindicação italiana de 1938-1939 para um acordo para obter uma parte das ações da Companhia do Canal de Suez e a decisão de Mossadegh de nacionalizar os bens da Anglo-Iraniana).
3. A vontade de impedir o outro de se tornar muito forte (por exemplo, a vontade britânica de impedir a França de anexar o Marrocos em 1844-1845, o ultimato austríaco ao Piemonte em 1859 intimando-o à desmobilização).
4. A vontade de um Estado de defender os direitos ou os interesses de seus cidadãos em um país estrangeiro (por exemplo, as intervenções inglesas e alemãs na Venezuela, no final do século XIX; as "expedições punitivas", como a dos Estados Unidos no México em 1916).
5. A vontade de não ser humilhado, de defender sua dignidade, seu prestígio e sua "posição".
6. A vontade de defender um princípio (por exemplo, Wilson entrou na guerra, em abril de 1917, para defender a "liberdade dos mares").

Cada uma dessas categorias pode ser subdividida infinitamente. Mas podemos agrupá-las em três grandes tipos:

– conflitos por motivações econômicas;
– conflitos por motivações ideológicas;
– conflitos por motivações de poder.

É raro que um desses tipos exista em estado puro. Eles estão quase sempre misturados de maneira intrínseca. Por exemplo, quando a Áustria deu o ultimato ao Piemonte para que ele se desmobilizasse, em 1859, era certo que a "dominante" em sua atitude era o desejo de segurança. Mas, ao mesmo tempo, ela sente seu prestígio atingido. E, além disso, ela agiu por motivações econômicas, pois ela também se mobilizou, e o estado deplorável de suas

finanças não lhe permitia continuar mais tempo seu esforço. Melhor lançar um ultimato, com o risco de uma guerra curta, que continuar a fazer enormes gastos durante muitos meses.

Do mesmo modo, quando um Estado quer impor a um outro uma ideologia, a "dominante" é certamente pela convicção de que essa ideologia é boa e deve ser exportada. Há uma "missão" a ser executada para o bem dos outros. Ao mesmo tempo, se levamos outros Estados a adotar a mesma ideologia, reforçamos seu próprio poder. Teremos assim "repúblicas irmãs", "satélites" cuja aliança aumenta a segurança do Estado principal. Protegeremos, também, os amigos que se têm entre os cidadãos de outros países, em detrimento dos inimigos. Teremos mais prestígio e, por isso mesmo, aumentaremos nossa capacidade de levar mais longe ainda essa conquista ideológica. É assim que diferentes autores puderam explicar a expansão do comunismo no Leste Europeu de 1944 a 1948, seja pela vontade de expansão ideológica da URSS, seja por uma preocupação de segurança da eterna Rússia, desejosa de se proteger com uma barreira de Estados-tampões.

Essas observações aplicam-se também aos conflitos territoriais. Qualquer que seja a complexidade dos conflitos não territoriais, ela é necessariamente inferior à dos conflitos territoriais. Com efeito, nenhum conflito pode ser única e exclusivamente territorial. Mesmo se tomarmos o caso de um território não habitado, tal como a Antártida, certas zonas do Saara, o desejo de conseguir esse território se explica mais por outras causas do que sua própria existência. É porque ele possui riquezas (ou mesmo, se as riquezas não tenham sido exploradas, talvez elas existam), ou por possuir um valor estratégico (espaço, possibilidade de criar bases ou o desejo de impedir que outro Estado utilize esse território estrategicamente), ou porque oferece vantagens (como a possibilidade de criar uma estação meteorológica, ou como o Negueve, desértico em 1948, de ser colonizado), esse território pode ser interessante. No caso, muito mais freqüente, em que o território já é habitado e, portanto, se colocam problemas étnicos, lingüísticos, demográficos, econômicos, ideológicos e outros ligados ao poder, é por natureza um problema complexo.

Tentaremos, primeiramente, classificar as motivações que pode ter uma nação ou um Estado para cobiçar um território. Ve-

mos primeiramente as motivações que existem para os conflitos não territoriais: expansão ideológica, interesse econômico e desejo de poder. Mas uma outra motivação, de caráter diferente, pode ser acrescentada a isso, e pode não existir no mesmo grau nos conflitos não territoriais: a motivação *nacional*, a idéia de que o território considerado é um elemento do patrimônio nacional, porque é habitado por uma população que, por seu caráter étnico, seu idioma, ou ainda simplesmente por desejo, "pertence" ao Estado considerado. Vemos então aparecer a vontade de transformar o Estado imperfeito, incompleto, inacabado, em Estado-nação terminado e satisfeito, pela anexação do território considerado.

Poderíamos considerar uma situação – que foi parcialmente a da Europa em 1815 – em que coincidiriam Estados-nações mais ou menos concluídos (França e Inglaterra) com Estados históricos cujas fronteiras não coincidiriam de maneira alguma com as das nações, seja porque a nação tenha sido desmembrada em vários Estados (Alemanha, Itália), seja porque um Estado agrupe diversas nações (Império Austríaco, Império Otomano). Um processo relativamente rápido, entre 1815 e 1920, melhorou essa situação por meio da secessão ou do reagrupamento. Wilson foi o campeão dessa causa e o artesão de um progresso indubitável para os Estados-nações.

Infelizmente, esse processo é gerador de conflitos, por várias razões essenciais:

- porque as fronteiras entre nacionalidades são geralmente muito confusas: por exemplo, a Macedônia, a Transilvânia, o oeste da região juliana são zonas com populações muito misturadas;
- porque o próprio princípio que determina a nacionalidade é muito complexo. Uma população pertence a uma nação por razões étnicas ou por razões lingüísticas? Ou por razões de escolha? Então a Alsácia é alemã e o Vale da Aosta, francês. Então a Alsácia é francesa e o Vale da Aosta, italiano. Basta aplicar critérios diferentes para que o território seja disputado;
- porque a coexistência de populações não é imutável. Se um Estado domina sua zona contestada, ele é praticamente obrigado a reforçar sua posição e a enfraquecer a das minorias. Digamos que esse seja o fenômeno mais freqüente. Se um conflito acontece, então, qual é o critério? A situação atual? Mas, nesse caso,

quem reivindica o território em detrimento do antigo possuidor declara essa situação injusta, pois o antigo possuidor modifica-a em seu favor. Ou a uma situação do passado à qual será necessário retornar? Mas, então, que passado? Qual o limite onde se deve parar? Em certas zonas da Argélia colonial, os habitantes autênticos eram os franceses chegados há cem anos? Ou os árabes submissos? Ou os berberes que os árabes haviam anteriormente submetido? Tomemos também o caso dos movimentos de populações. Os alemães fugiram da Prússia oriental em função do exército vermelho, ou deixaram em seguida o país, espontaneamente, ou foram expulsos? Os soviéticos e os poloneses substituíram-nos. Qual o critéio válido? A situação atual? Ou a situação relativa à expulsão? Basta que dois campos tenham, em relação a isso, dois critérios diferentes para que um conflito se torne possível;

- porque a nação não é necessariamente o valor supremo de um ser humano. Ele pode considerar que, se a nação é governada por um Estado cujo regime lhe desagrada, é melhor não se sentir ligado a ele (por exemplo, um católico fervoroso perante um regime ateu). Certos austríacos favoráveis ao Anschluss deixaram de sê-lo quando Hitler chegou ao poder. Em escala menor, vimos o mesmo fenômeno se produzir em Sarre, de 1933 a 1935;

- porque todos os Estados, em particular os Estados recentemente constituídos, podem ter sérias dúvidas sobre os limites de suas nacionalidades. O problema surgiu para a América espanhola e para a América portuguesa no primeiro quarto do século XIX e foi resolvido de forma diferente nos dois casos. A América portuguesa permaneceu unida e constituiu o Brasil. A América espanhola é composta hoje de dezoito repúblicas que, pouco a pouco, se tornaram nações, isto é, comunidades com consciência de serem diferentes umas das outras. Mas isso também foi gerador de conflitos. Até 1903, por exemplo, o Panamá fazia parte da Colômbia. Os panamenhos sentiam-se membros de uma comunidade diferente da dos colombianos? Sem dúvida, suas numerosas revoltas fazem supor isso. Entretanto, foi uma intervenção estrangeira, motivada por objetivos diferentes da promoção da nação panamenha, que permitiu a construção da República do

Panamá. Hoje, um problema parecido existe na África, onde os Estados foram criados a partir de fronteiras puramente arbitrárias que lhes foram dadas pelas potências coloniais. Enquanto as nacionalidades procuram por isso, dois tipos de conflitos estão em formação: os que estão indignados com a divisão entre dois Estados de uma população semelhante e os conflitos que existem entre os partidários das fronteiras atuais e os partidários do reagrupamento. O mesmo se passa nos países árabes.

Motivações	Modalidade
A. CONFLITOS NÃO TERRITORIAIS *a)* Conflitos por motivações econômicas: – aquisição ou defesa de uma vantagem econômica. *b)* Conflitos por motivações ideológicas: – expansão religiosa (cruzada de conquista); *c)* Conflitos por motivação de poder: – segurança; – prestígio; – defesa do direito internacional; – defesa de cidadãos no exterior.	*a)* Conflitos de ação. *b)* Conflitos de reação.
B. CONFLITOS TERRITORIAIS *a)* Conflitos por motivações econômicas: – com recursos potenciais; – território com recursos reais; – "espaço vital". *b)* Conflitos por motivações ideológicas: – cruzadas de conquista; – conquista revolucionária. *c)* Conflitos por motivação de poder: – bases; – espaço; – linhas de defesa; – preocupação com prestígio, com dignidade. *d)* Conflitos por motivações nacionais: – língua, raça, etnia; – o desejo das populações; – "direitos históricos".	*c)* Conflitos nacionais. *d)* Conflitos de derivação.

Estratégia e tática do conflito

Um conflito, mesmo que limitado e mesmo não implicando o uso da força, é uma "conduta competitiva". Podemos falar, então, sobre esse tema de estratégia e tática. Esses dois termos são comumente difíceis de delimitar. O uso corrente é o de empregá-los no plano militar. A estratégia consiste em movimentos em conjunto, os planos da campanha. A tática é o movimento dos dois exércitos frente a frente. Mas perdemo-nos em geral nos problemas de interpretação. Por exemplo, quando Ludendorff atacou Lys, em 9 de abril de 1918, Clemenceau e, principalmente, seu chefe de gabinete, o general Mordacq, consideravam que era uma ofensiva estratégica por excelência, visando ao portos da Mancha e, conseqüentemente, a todo o sistema de comunicações entre a Inglaterra e a França.[4] Foch, ao contrário, via aí "apenas uma diversão", um "*hors d'oeuvre* e nada mais".[5]

Nós já estudamos longamente a atitude *estratégica* que consiste em jogar com três elementos: objetivos, meios e riscos.[6] Aqui basta dar uma concisão desse "movimento", isto é, seu desenvolvimento no tempo.

Vejamos o caso de uma guerra. A estratégia política, que a princípio depende do governo, consiste em fixar o jogo pelo qual se faz a guerra. A estratégia militar, que a princípio depende do comandante, consiste em fixar o jogo militar, isto é, o conjunto de operações que permitirá curvar a vontade do inimigo e, portanto, alcançar o jogo político. A tática militar, que depende de todo o exército, desde o comandante até os mais humildes executores, consiste em determinar, em função das ordens recebidas (que determinam os objetivos), os procedimentos que serão empregados para executá-los. Por exemplo, será confiado a tal general a tomada de tal cidade e ele decidirá como dispor e utilizar suas divisões. E o

---

[4] Alguns qualificaram esse ataque de "ataque secundário" ou ainda ataque "de ordem tática". Um erro foi cometido: era essencialmente de "ordem estratégica". Cf. general Jean Mordacq, *Le ministère Clemenceau: journal d'un témoin*, t. I, Paris, 1930, p. 287.

[5] Raymond Recouly, *Le mémorial de Foch; mes entretiens avec le Maréchal*, Paris, 1929, p. 93.

[6] Cf. parte II, capítulo 4.

cabo que deve levar seu regimento para o assalto a uma das casas da cidade escolherá passar por esse ou por aquele buraco de bomba, mais que por um outro caminho.

Assim, a tática é uma responsabilidade hierárquica, mas geral, de alto a baixo da pirâmide de autoridade. A estratégia é exclusivamente da responsabilidade de uma autoridade suprema.

Na prática, essas distinções claras são, por vezes, pouco conhecidas ou sistematicamente alteradas. Podemos ver o comandante ultrapassar suas responsabilidades e fixar o jogo político – por exemplo, o general Guéchov, generalíssimo do exército búlgaro, provocou uma agressão contra o exército sérvio, em junho de 1913, apesar das ordens de seu governo; ou ainda, o comandante esforça-se em nomear um governo que lhe será submisso – como, por exemplo, Ludendorff fez nomear chanceleres dóceis para o Estado-Maior, Georg Michaelis e depois Goerg von Hertling. Inversamente, também se podem observar governos embaraçando seu comandante, ocupando-se diretamente da tática. Em regra, a racionalidade da ação tem como condição necessária, se não suficiente, uma diferenciação formal entre a estratégia e a tática. Sendo a estratégia unicamente da autoridade suprema, é conveniente que os subordinados se ocupem da atividade tática e, no plano estratégico, se contentem em dar suas opiniões. Foi o que Foch exprimiu claramente. Vencedor em Morchange, em 20 de agosto de 1914, ele recebeu ordem de retirada:

> Eu estava tão magoado, de tal forma indignado, que por um momento tive a intenção de desobedecer... Essa atitude, naturalmente, durou apenas alguns instantes. Rapidamente, a razão, a reflexão foram retomadas. Compreendi que eu era uma parte do todo e que não era atribuição da parte pretender dirigir tudo.[7]

A teoria da tática é mais complicada que a da estratégia, por duas razões. A primeira é que o esforço para ganhar um jogo pode ser dividido em um número considerável de objetivos limitados, e que se pode tender a buscar a realização de objetivos indiretamente úteis. Por exemplo, quem quer conquistar um território pode de-

---

[7] Raymond Recouly, *op. cit.*, p. 145.

terminar, como objetivo, o desenvolvimento da força de seus partidários nesse território; a deflagração de um conflito por um terceiro país que forçará o possuidor de um território a dispersar uma parte de suas tropas; o apoio moral de países distantes, etc. A segunda razão é que a tática é praticada, como vimos, de alto a baixo na hierarquia. Se as decisões estratégicas são raras, as decisões táticas são cotidianas e múltiplas.[8]

Restringiremo-nos, neste capítulo, aos "meios pacíficos". Estes podem ser divididos em cinco tipos fundamentais: a espera, a negociação, recorrer a terceiros, a ameaça e a réplica.

A espera

É a atitude que consiste em não agir diretamente para atingir seu objetivo, o que significa: seja não agir de forma alguma (espera passiva), seja agir nos processos que se passam no âmbito das massas (espera ativa).

Não agir de forma alguma pode ser uma tática perfeitamente consciente. Aplica-se quando se estima que um processo favorável, que terminará por enfraquecer a vontade do adversário, está a ponto de acontecer. Pode ser um processo em desenvolvimento no adversário (por exemplo, o desenvolvimento de uma corrente de cansaço, ou o progresso de uma facção contrária à do governo no poder e muito menos firme sobre o conflito em curso). Pode ser também um processo em desenvolvimento no território conquistado, processo que, enfraquecendo os partidários do adversário, terminará por levá-lo à submissão. É essa a idéia tipicamente de "o tempo trabalha a nosso favor".

Agir para criar ou acelerar os processos constitui "a espera ativa". Essa ação possui múltiplas formas. As principais são a ação econômica, a ação psicológica (propaganda, "guerra psicológica"), a ação política (apoio aos partidos, aos grupos de pressão). Mas essa ação pode legitimamente se classificar na categoria de meios a que chamamos "espera", pois ela evita todo empreendimento relacionado diretamente com o conflito. A espera ativa seria, então, ou

---

[8] Cf. capítulo 14.

a idéia de que o tempo trabalha por si, mas que é necessário acelerar sua obra, "apressar o curso da história", ou então a idéia de que a ação pode, qualquer que seja ela, alterar um certo curso da história.

A negociação

Consiste em organizar com o adversário uma discussão sobre o conflito. Isso é feito se esperamos convencê-lo ou ainda se achamos que temos condições de oferecer compensações que podem interessá-lo. A idéia de "convencer" não é, de maneira alguma, absurda. Clemenceau escreveu sobre Lloyd Georges:[9] "Eu tento simplesmente convencê-lo, como faria com qualquer outro mortal". Essa negociação pode ser direta e bilateral (evidentemente no caso onde haja apenas dois adversários na "conduta competitiva"). Pode ser também coletiva, se se estima útil incluir participantes direta ou indiretamente interessados no conflito.

O recurso a terceiros

No caso em que a negociação chega a um impasse – geralmente, conseqüência da desconfiança conjuntural que o conflito naturalmente cria entre os dois adversários – pode-se apelar aos bons ofícios de terceiros (ou de outros países, por intermédio das Nações Unidas). Esses bons ofícios podem ser limitados simplesmente para facilitar a abertura da negociação, ou podem ser bons ofícios sobre o fundo do problema. Nesse último caso, os bons ofícios consistem em determinar o que realmente desejam os dois envolvidos, pois o que cada um diz ao outro não merece sua confiança. Pode-se fazer uso também da *mediação* de terceiros. A mediação é bastante diferente dos bons ofícios, no sentido de que quem oferece seus bons ofícios procura promover um contato sincero, enquanto o mediador é aquele que fornece uma solução. Pode-se então distinguir a mediação ativa – o/os mediador(es) "oferece(m)" uma solução – e a mediação forçada – o/os media-

---

[9] Georges Clemenceau, *Grandeurs et misères d'une victoire*, Paris, 1930, p. 80.

dor(es) "impõe(m)" sua solução. Em todo o período em que a Europa observou o sistema do "concerto europeu", um grande número de conflitos foram resolvidos pela mediação imposta pelo "concerto", isto é, as grandes potências, se estas pudessem colocar-se de acordo – daí os recursos constantes à prática das "conferências de embaixadores". Um exemplo notável foi dado pelo conflito entre belgas e holandeses, na época da revolta da secessão dos belgas contra o reino dos Países Baixos. De 1830 a 1839, foi a conferência de embaixadores, reunida em Londres, que finalmente resolveu todos os problemas: fronteiras, divisão da dívida dos Países Baixos, estatuto de neutralidade da Bélgica, etc.

A réplica

A réplica é igualmente um meio tático. Pode tratar-se, naturalmente, de uma réplica, pela força, a uma ação de força – o que nos leva aos "meios violentos" que não serão estudados aqui. Em um grande número de casos, réplica, retorsão ou represálias podem muito bem excluir a violência. O adversário chamar de volta seu embaixador? A retorsão pode consistir em chamar o seu; a represália, em romper relações diplomáticas. Suspensão dos direitos aduaneiros para os seus produtos? A retorsão consiste em fazer o mesmo. A represália pode consistir em impor um bloqueio econômico ao adversário.

A réplica apresenta esse caráter particular que pode, sob a forma de represália, não ser mais que um meio de mascarar uma ação de envergadura. Encontramos sempre, com efeito, pretextos para réplicas, e podemos, partindo de um pretexto fútil, até mesmo inexistente, nos lançar em uma política de réplica ativa. É a razão pela qual é tão difícil dar uma definição de "agressão não provocada". O agressor afirma sempre que ele replica a uma provocação insuportável. O lobo come o cordeiro acusando-o de sujar sua água. Pouco importa que o cordeiro tenha bebido com a autorização do lobo. Um outro perigo do método, mesmo em se tratando de uma réplica "sincera", é que ele leva consigo a uma contra-réplica a qual, por sua vez, é respondida. Antes mesmo que se faça uso da força, é o processo de "escalada" (*escalation*) que os teóricos des-

crevem para explicar o perigo da passagem da guerra convencional à guerra termonuclear. Em uma escala muito menor, a represália leva a uma eclosão eventual da escalada.

Quadro dos tipos de meios táticos pacíficos

1. ESPERA	
a) Espera inativa	
	ação política
b) Espera ativa	ação econômica
	ação psicológica
2. NEGOCIAÇÃO	
a) Bilateral	
b) Coletiva	
3. RECURSO A TERCEIROS	
a) Bons ofícios	para facilitar a negociação sobre o fundo ativo
b) Mediação	imposta
4. RÉPLICA	
a) Retorsão	
b) Represália	

A solução do conflito limitado

Condições para uma solução "definitiva"

Na realidade, não há solução para um conflito até que os adversários considerem a nova situação como definitiva. De outro modo, o conflito permanece latente e a esperança subsiste naqueles que se sentem lesados, até vir a oportunidade de recomeçá-lo. Em geral, quando um conflito termina com vitória total de um dos lados, manifestada por um tratado de paz, o lado vencido que se conformou com o diktat, porque não poderia ter feito de outro modo, não considera a situação definitivamente resolvida. Essa foi a ati-

tude da França, após o Tratado de Frankfurt, em 1871, ou a da Iugoslávia, após o Tratado de Rapallo, em 1920. Por outro lado, a Alemanha, mesmo se considerou o Tratado de Versalhes como um diktat, não teve, diante de Hitler, a intenção de recomeçar o conflito sobre a Alsácia e a Lorena. A melhor prova é o Tratado de Locarno, de outubro de 1925, pelo qual o governo, por livre e espontânea vontade – e não por um diktat – reconheceu o caráter inviolável da fronteira franco-alemã.

Reconhecer a nova situação como "definitiva" é uma expressão que merece ser analisada. Na escala humana, só pode ser utilizada com prudência. Mussolini, incentivado primeiramente por projetos revisionistas, criticou essa expressão nos tratados de 1919-1920: "A eternidade de um tratado significaria que, em um determinado momento, a humanidade, por qualquer prodígio monstruoso, seria submetida à mumificação, isto é, seria morta".[10] Com efeito, um tratado não impede processos profundos e, podemos admitir que um dia, estes, por "maturação", criarão um outro conflito. "Definitivo" significa, então, válido para os anos seguintes, de tal modo que, se algum processo de maturação tendendo a transformar a situação se produza, nenhum conflito novo será observado – isto é, se aceitamos uma situação como definitiva, isso quer dizer que renunciamos a todo novo início de conflito por decisão, por contragolpe ou por ocasião.

É sempre impossível, nos anos imediatos à resolução de um conflito, saber se essa resolução é uma solução, isto é, se os dois lados a reconhecem como definitiva. Com efeito, conhece-se pouco das verdadeiras intenções humanas. Pode-se apenas observar, apesar das intenções, sinais favoráveis. De maneira geral, podem ser considerados como sinais favoráveis:

- as declarações dos governos;
- a falta ou, pelo menos, a pouca importância dos movimentos "de protesto" na opinião pública;
- os processos de estabilização: por exemplo, se um território é dividido, a emigração de uma parte importante da minoria sepa-

[10] Discurso de 5 de junho de 1928.

rada de sua pátria-mãe vai para o território da outra, ou para o exterior. Ou ainda uma transferência maciça de população. E mais, para os que ficam, a aceitação da nova nacionalidade. As minorias submissas têm então a escolha entre a emigração espontânea, a opção eventual prevista no tratado, e a adoção do novo estatuto nacional;

– finalmente, o tempo. Quanto mais o tempo passa, mais um estatuto tem chances de cristalizar-se ou então de se mostrar fraco. Se ocorre essa última hipótese, o conflito pode recomeçar por "maturação". Se for a primeira hipótese, o conflito será provavelmente resolvido. Ora, após uma resolução tendendo à divisão, os dois antigos adversários, cada um em sua zona, fazem evidentemente todo o possível para chegar a uma lenta absorção. Um governo que absorveu, dessa forma, uma zona contestada, deve encorajar essa lenta evolução. Isso gera muitos problemas e é necessário encontrar a medida certa entre uma "nacionalização" demasiadamente prematura, bastante brutal, que corre o risco de rebelar os novos cidadãos, e a manutenção de um "corpo estranho" rebelde a toda tentativa. São, certamente, os métodos liberais, tolerantes, as facilidades de comunicação de um lado e do outro da nova fronteira, a amplitude das trocas econômicas locais, as boas relações políticas entre os dois antigos adversários que permitem melhor ao fator tempo concluir sua obra.

Mas o verdadeiro problema da solução de um conflito, quaisquer que sejam os sinais que permitam avaliar a sua dimensão, está em um dado que já existe na época do próprio conflito: a preferência que cada um dos dois adversários dá a um ou a outro dos seguintes objetivos:

a) alcançar a totalidade das apostas que são fixadas;

b) restabelecer com o adversário relações normais.

A dificuldade é que, em geral, enquanto o conflito se desenrola, A não sabe se, para o Estado, o valor supremo é *a* ou *b*, e reciprocamente o Estado ignora o mesmo em relação a A. É o problema da desconfiança, problema fundamental para a solução de todo conflito.

O problema da desconfiança

É um dos tristes limites da humanidade que impossibilita a plena comunicação de indivíduo com indivíduo. Só se pode ter certeza absoluta da veracidade do que uma pessoa diz quando um fato dito é comprovado. Isto é, só se acredita no que alguém diz quando se tem confiança nessa pessoa. É uma simples certeza moral.

Quando se trata de uma declaração de outrem sobre um de seus atos passados, a verificação é normalmente possível. Se, ao contrário, é uma intenção, não há nenhum modo seguro de saber se é verdade.

Nos relatos individuais, consegue-se saber mais ou menos em quem se pode confiar, mesmo cometendo muitos erros. Nas relações entre nações, o ponto de partida é obrigatoriamente a desconfiança. Por quê? Primeiramente, porque a relação entre nações, ou mesmo simplesmente de governo para governo, ocorre por meio de trocas de pensamentos entre um número de indivíduos relativamente grande. Ora, quanto mais disciplinados eles forem, mais precisas serão suas instruções; esses indivíduos algumas vezes apresentam a mesma idéia de maneira diferente. Quem acredita, estima o ministro da relações exteriores do país A? O que disse o embaixador do país B? Ou, o que disse o ministro das relações exteriores do país B ao meu embaixador em sua capital? Ou ainda, o que um de meus agentes de informações imaginou ao ouvir uma conversa entre personalidades do país B?, etc.

Em seguida, o sentimento de honra de um homem político, em seus relacionamentos particulares, não é o mesmo que em suas relações como responsável pelos interesses de seu país. Imaginemos que ele seja realmente um "homem honrado" e que a título particular inspire confiança legítima pelo seu horror à mentira, à traição e à falta de palavra. Deveremos transportar essa confiança ao homem de Estado? Será melhor prestar atenção. É possível que seu senso de honra leve-o a colocar a razão do Estado acima de sua honra individual e, para o interesse nacional, utilizar bem livremente a trapaça, a astúcia, até a mentira útil. Maquiavel, que intitulou um de seus capítulos de "Como os príncipes devem manter sua fé", não hesita em escrever:

> O sábio senhor não pode manter sua fé se essa observação lhe desviar do caminho, e as causas que o levaram a acreditar sejam extintas. Do mesmo modo, se os homens forem pessoas de bem, meu preceito será nulo; mas, como são mesquinhos e como não mantêm a fé, tu também não a manterás neles.[11]

Chamamos de "maquiavelismo" a esse tipo de raciocínio bastante enraizado na tradição política. O "moralismo" em política externa, tal como Wilson preconizava, consiste em querer comparar a moral do Estado à do indivíduo. Digamos que esse é um ideal raramente alcançado.

O historiador que conhece os arquivos diplomáticos de um país sabe que a desconfiança é a primeira regra de um diplomata e que ela existe mesmo entre aliados fiéis.[12] As instruções aos embaixadores não param de dar esse conselho. Chamamos de *desconfiança latente* a essa atitude constante.

Dessa desconfiança geral que regulamenta as relações entre Estados, passemos ao caso particular de dois Estados que um conflito separa. A desconfiança adquire, nesse caso, uma forma nova, a que chamamos de *desconfiança conjuntural.* Primeiramente, soma-se um elemento passional que, ligado ao ódio, faz encontrar facilmente a má-fé nas ações do adversário:

- O adversário quer realmente negociar? Não estará negociando na simples perspectiva de uma "guerra psicológica", simplesmente para convencer sua própria opinião pública, e a terceiros, de que demonstra espírito de conciliação e para jogar sobre o adversário a responsabilidade da decisão?
- Mesmo se admitirmos que ele quer negociar, quais são suas intenções reais? Até onde ele se curvará em relação às suas reivindicações iniciais?

---

[11] *O príncipe*, capítulo 17.

[12] Charles de Gaulle, *Mémoires de guerre; l'Unité, 1942-1944*, Paris, 1956, p. 73. J.-B. Duroselle, "Les grands alliés et la résistance extérieure française", *Actes de la Deuxième Conférence Internationale d'Histoire de la Résistance.*

– E, finalmente, verá nessa negociação como antes alcançar uma solução definitiva, ou então o acordo é para ele apenas um objetivo provisório, destinado seja a lhe dar o tempo necessário para reconstruir suas forças, seja para fornecer uma base de partida para reivindicações ulteriores?

Finalmente, nossa análise seria incompleta se não mencionássemos um último tipo de desconfiança, que não é necessariamente ligado ao processo do conflito: a desconfiança de caráter ideológico ou *desconfiança estrutural*. Quando dois Estados são animados por duas ideologias contraditórias, ou quando possuem estruturas socioeconômicas essencialmente diferentes, ou, ainda, quando pelo menos um deles é de essência revolucionária, pode ocorrer uma desconfiança fundamental em relação ao outro, uma desconfiança estrutural. Não há dúvida de que o marxismo-leninismo partia da idéia de que nenhum acordo duradouro seria possível com os Estados capitalistas, pois era da essência deles o desejo de destruição da sociedade socialista. Pode ter havido nuanças entre a atitude de Khruchtchev, que admitia, por volta de 1960, que a vitória "inevitável" poderia vir de uma competição econômica de uma fase de coexistência pacífica e aquela de Mao Tsé-Tung que achava que a solução não poderia ser sem violência. Nos dois casos, a primeira reação do "campo socialista" foi a de constituir armamentos formidáveis – sinal bastante claro de desconfiança. Reciprocamente, os outros Estados, capitalistas ou socialistas reformistas, não duvidaram – salvo alguns líderes mal informados ou com idéias confusas – que os dirigentes comunistas não tinham realmente a intenção de fazer o que proclamavam sem parar, a saber, levar o mundo inteiro para o seu sistema. Daí, por outro lado também, o recurso aos armamentos.

Assistimos, então, a uma corrida armamentista produzida pela desconfiança estrutural, e aqueles que discutem o desarmamento nem sempre percebem que isso não é possível, a não ser pela eliminação, pelo menos parcial, da desconfiança estrutural. Resumiremos todos esses dados no quadro a seguir:

Tipos de desconfiança entre Estados	Elementos da desconfiança	Situação entre dois Estados um diante do outro
1. Desconfiança latente.		Toda situação, mesmo normal, mesmo amigável.
2. Desconfiança conjuntural.	*a)* Dúvidas sobre o desejo de negociar. *b)* Dúvidas sobre os objetivos reais. *c)* Dúvidas sobre o desejo de solução definitiva.	Conflito.
3. Desconfiança estrutural.		Regimes e ideologias profundamente diferentes.

Solução de conflitos e "negociação tática"

Pode-se imaginar, nos dois extremos, a solução pela vitória total de um dos dois campos e a solução pela reconciliação total. Mas, entre esses dois extremos, subsiste um outro tipo de possibilidade, a que podemos chamar de "negociação tácita" (*tacit bargaining*) segundo a feliz formulação de Thomas Schelling.[13]

Muitas vezes vemos conflitos terminarem com a vitória de um dos dois lados, total, definitiva e sem que reste nenhuma esperança, ou até mesmo vontade de revanche, por parte do vencido. O conflito então não permanece mais sob forma latente. Está resolvido. Esse foi o caso da vitória do Norte contra os confederados na Guerra da Secessão, ou ainda a eliminação dos gregos da Ásia Menor pelos turcos em 1921. Isso se opõe a outros casos, nos quais uma vitória aparentemente total não destruiu a esperança de revanche. Já mencionamos o Tratado de Frankfurt de 1871 e o Tratado Rapallo de 1920. Por que, em certos casos, a vitória total pode ser uma solução? Isso não ocorre quando a causa que defendia o vencido era um pouco ambígua ou quando os fundamentos de sua ação desaparecem. Causa ambígua? A dos sulistas durante a Guerra da

[13] Thomas Schelling dedica-lhe o essencial de seu livro *The strategy of conflict*, Cambridge (Mass.), 1960.

Secessão foi porque o Sul fez secessão antes de haver desenvolvido um nacionalismo autêntico e irreversível. A população do Sul era composta de brancos livres, sendo a maioria entusiasta pela causa, mas muito próxima de seus adversários "ianques" por seus hábitos intelectuais, por sua tradição e pelo respeito aos grandes fundadores dos Estados Unidos. Havia também uma minoria de brancos que permanecia favorável à União e a todos os negros, escravos. Somente a vitória poderia uni-los em uma nação. A derrota destruiu para sempre essa possibilidade.[14]

Quanto à solução do conflito greco-turco de 1919-1922, ela adquiriu um caráter definitivo por meio de medidas rigorosas: a transferência de populações gregas da Ásia Menor para a Grécia propriamente dita e aos turcos da Trácia ocidental para a Turquia. Eliminaram assim os próprios fundamentos do conflito.

Outros conflitos podem, teoricamente, ser resolvidos pela reconciliação total. Isso presupõe que a desconfiança desapareça, que os dois adversários se tornem amigos e que a amizade venha após o ódio. Deixemos logo claro que nada disso é encontrado em estado puro na lista de exemplos fornecidos pela história. Contudo, um certo nível de reconciliação pode ser alcançado, por exemplo, quando um perigo externo comum leva os dois adversários de outrora a se unirem. Esse é o caso da reconciliação franco-alemã, intimamente ligada ao aparecimento de um "perigo comunista" aos olhos da maioria das populações dos dois países. O problema é saber se a reconciliação pode preceder a solução de um conflito ou se esta é uma condição preliminar à reconciliação. No exemplo franco-alemão, a verdadeira reconciliação só ocorreu depois da solução do conflito de Sarre. Mas podemos dizer, também, que os fatores da reconciliação já existentes anteriormente exerceram uma poderosa influência em favor de uma solução. As coletividades humanas sendo como são, parece difícil imaginar uma situação em que mesmo um perigo externo eliminaria para sempre um conflito grave. Os exemplos que vêm à mente ou são referentes à eliminação definitiva de um conflito secundário ou à eliminação provisória

[14] Para mais detalhes, cf. meu artigo "The American Civil War; an episode in the history of Civil Wars", *Proceedings of the American Philosophical Society,* Filadélfia, fevereiro de 1962.

de um conflito grave: por exemplo, o acordo firmado entre a URSS e o Japão para pôr fim a uma batalha de fronteiras dita do Lago Buir, em 16 de setembro de 1939 – na véspera do dia em que o exército vermelho invadiria a Polônia – não encerrou para sempre a rivalidade entre os dois países.

O que se pode admitir é que a reconciliação duradoura é sempre provocada por um grande interesse comum e que esse interesse é geralmente a defesa contra um terceiro. Por exemplo, o Acordo Cordial, de 8 de abril de 1904, entre a França e a Inglaterra, colocando fim a querelas coloniais, explica-se fundamentalmente pela idéia de um crescimento do "perigo alemão".

De verdadeira e total reconciliação por mútua simpatia, que precederia a solução de um conflito, a história infelizmente não fornece nenhum exemplo.

O caso mais freqüente e mais interessante é aquele em que a solução do conflito se prepara pela "negociação tácita". Schelling imaginou esse conceito partindo de uma certa teoria de jogos – mas uma teoria em que os elementos matemáticos não são os únicos a ser levados em conta e em que ele introduz a psicologia dos atores, isto é, o qualitativo não mensurável. Ele parte da idéia de que muitos jogos não são *zero sum games*, nos quais o único objetivo de cada participante é obter uma vitória total (por exemplo, o xeque-mate), mas os *non zero-sum games*, nos quais os dois participantes têm interesses comuns, ou seja, chegar a uma solução. Mas, como existe ignorância de ambas as partes sobre as reais intenções de cada um (ignorância, diga-se de passagem, conseqüente da desconfiança), é necessário que cada um atue com cuidados sucessivos e se pergunte, para encontrar a solução comum, não apenas a solução que o outro tem em vista, mas também qual solução o outro tem em vista e que ele próprio deseja, e assim por diante. A pergunta-se aonde irá B, sendo que B se pergunta aonde irá A. Desse modo, sem se comunicarem realmente, A e B procuram tacitamente o ponto de confluência mais parecido. Schelling dá o exemplo de marido e mulher que se perdem dentro de uma grande loja sem marcarem um lugar de encontro. Cada um procura determinar quais chances eles têm de se encontrar, não apenas em função do que parece mais natural, mas também do que parece mais natural ao outro, estando conscientes de que o outro também raciocina da mesma forma.

Finalmente, Schelling concluiu que o ponto de encontro, descoberto pelo tato, é finalmente o mais evidente, aquele que salta aos olhos. Mas à falta recíproca de informação, uma longa seqüência de buscas é necessária para chegar a esse ponto. Partindo de uma certa teoria de jogos, Schelling chega então a um esquema que o historiador acha um pouco esquelético. Sua idéia, extremamente sugestiva, merece, assim acreditamos, ser desenvolvida e elaborada à luz de materiais fornecidos pela história dos conflitos.

Para isso, retornemos ao esquema que apresentamos no início desse capítulo: qual o valor supremo para os Estados A e B: *a*, o total dos jogos? *b*, o restabelecimento de relações normais com o adversário?

Tomemos o exemplo do conflito argelino. As duas soluções extremas poderiam ser chamadas "Argélia francesa" (a manutenção da Argélia sob soberania francesa, eventualmente com a transformação dos muçulmanos em cidadãos totalmente franceses) e "Argélia muçulmana" (a independência, sob governo exclusivo de muçulmanos, os franceses europeus ou eliminados – "a mala ou o caixão" – ou transformados em meros cidadãos argelinos sem privilégios coletivos ou em residentes estrangeiros sem privilégios coletivos). Houve certamente, entre os líderes da FLN, a idéia de que seria melhor continuar indefinidamente com a guerra do que renunciar à solução "Argélia mulçumana" em todo o seu rigor. Igualmente, entre alguns franceses – fora do governo, em todo caso – havia a preferência pela continuação da guerra ao abandono da solução "Argélia francesa".

Mas, entre outros líderes da FLN, e para o general de Gaulle, existia a idéia de que seria melhor o abandono de uma parte dessas reivindicações extremas do que a continuação da guerra. Dos dois lados, era, sem dúvida, a França que estava mais apressada em restabelecer as relações normais; daí, sem entrar em detalhes, o conceito da "Argélia argelina" enunciado pelo general de Gaulle. Esse próprio conceito é potencialmente rico; mas significa, *grosso modo*, – a Argélia tornando-se independente e governada essencialmente pelos muçulmanos – que por um lado seriam, entretanto, mantidos por contrato e com garantias especiais certos direitos dos franceses europeus e, por outro, certos interesses da França, em suma, que a independência seria submetida a algumas submissões internacionais.

É igualmente certo que, para chegar a relações normais, certos líderes da FLN aceitariam que houvesse tais submissões. Enquanto a manutenção de soluções extremas tornaria o conflito sem êxito, a não ser pela vitória total de um dos lados, ela própria improvável, a convicção surgiu para ambos, apesar da desconfiança conjuntural de que a França estava pronta a ceder sobre a independência e a FLN sobre certas submissões. A "negociação" direta consistiu na formulação dessas soluções reconciliatórias. A negociação tácita chegou a uma certa confiança nas intenções do adversário – até na solidez do regime do adversário – ou, para empregar a expressão utilizada, em seu caráter de "interlocutor válido". Mas o conflito continuou por muito tempo sobre os limites das submissões que os franceses exigiam e que os argelinos da FLN acabariam por aceitar.

Esse exemplo, entre outros, permite enumerar um certo número de regras da negociação tácita.

1ª regra: No início de um conflito, pelo menos um dos lados, e algumas vezes os dois, está pronto a sacrificar o restabelecimento das relações normais com o desejo de esperar o desenrolar do jogo.
Como os jogos são contraditórios, podemos deduzir que, uma vez iniciado o conflito, sua solução imediata pela negociação é impossível.

2ª regra: Só o desenrolar do conflito, que faz aparecerem os inconvenientes da manutenção da tensão, leva pelo menos um, e geralmente os dois adversários, a elevar na hierarquia de valores a noção de restabelecimento de relações normais. Logicamente, essa evolução só ocorre se um dos lados vê desaparecer a idéia de uma possível vitória total (pela força ou pela fraqueza do adversário, ou ainda pela intervenção de terceiros).

O resultado é que, para admitir a idéia de um compromisso, é necessário que seja feita uma demonstração pelo próprio conflito de que o jogo total tem poucas chances de ser alcançado. Em geral isso exige tempo.

3ª regra: Aquele lado que mais rapidamente se orienta para a idéia de um compromisso será o que perceberá mais claramente que o

tempo trabalha contra ele (contra a França, no conflito argelino, porque a opinião pública estava cansada, porque o conflito gerava problemas psicológicos ou mesmo físicos, pelo enfraquecimento da posição internacional, etc.). Assim, quando um conflito se situa em um amplo processo mundial como o da descolonização, aquele que parece ir contra o processo será o que terá maiores chances de perceber que o tempo trabalha contra ele.

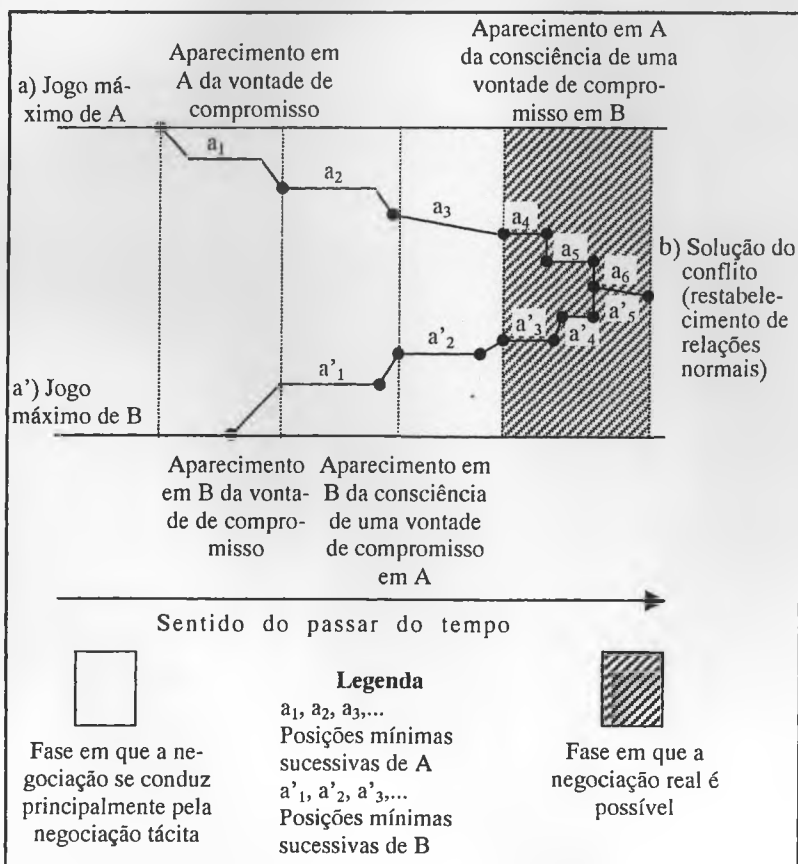
4ª regra: O campo que mais claramente pensa que o tempo trabalha a seu favor só aceita a idéia de compromisso se este estiver mais próximo aos seus objetivos iniciais do que em relação aos objetivos de seu adversário. Por exemplo, na Argélia, foi a França que cedeu sobre pontos essenciais, da solução da "Argélia argelina", sendo, no conjunto, mais próxima da "Argélia muçulmana" do que da "Argélia francesa".

5ª regra: Nenhum dos dois lados aceita abandonar as vantagens obtidas. Ora, uma dessas vantagens é a ameaça de continuar indefinidamente o conflito: "se você pede demais, eu prefiro continuar a lutar (militar ou diplomaticamente)". Com exceção da capitulação, é preciso que o adversário saiba que, se a negociação não resolver o conflito, este continuará. Assim, na Conferência de Genebra sobre o eventual cessar-fogo na Indochina, em julho de 1954, Mendès France disse que, se as conversações não obtivessem sucesso, ele chamaria, para reforçar o exército, soldados do contingente. Do mesmo modo a França espalhou, como último recurso na Argélia, a idéia do "reagrupamento", até da "divisão", que implicava a continuação indefinida do conflito. A FLN recusava o "princípio do cessar-fogo" antes da negociação, pois ficaria privada de sua garantia essencial que seria a continuação da luta.
A conseqüência é que, até o último momento (quando será encontrada uma solução), os dois adversários estão interessados em que o conflito continue sem que a tensão enfraqueça.

6ª regra: O objeto da negociação não pára de estreitar-se a partir do momento em que os dois lados admitem a necessidade de restabelecer relações normais, isto é, a necessidade de compromisso. Mas o conflito permanece tão vivo em seus limites, cada

vez mais estreitos do que quando os pontos de vista eram mais distanciados um do outro.

Podemos ver negociações fracassarem nos detalhes. Recordamos que a guerra não possuía destaque em setembro de 1938, não sobre o princípio da cessão dos Sudetos para a Alemanha, admitido pela Inglaterra, França e mesmo Tchecoslováquia, em 21 de setembro, mas sobre a data da cessão, que Hitler queria fixar em 1º de outubro e que seus adversários desejavam adiar.

Esquema da "negociação tácita"

Contudo, observamos que há sempre um ponto a partir do qual as últimas contradições, tornadas mínimas, não podem mais prejudicar de forma duradoura as negociações. Na realidade, se concessões foram feitas por ambas as partes, é a prova de que há uma solução de compromisso à vista. A opinião pública, geralmente mais interessada que os governos (salvo as minorias fanáticas) pelo retorno à normalidade, não compreenderia um fracasso nos detalhes. Mais ainda, países terceiros, menos envolvidos, interessados em dar uma importância extrema a esses detalhes, tendem, geralmente, em favor de um último compromisso.

7ª regra: O momento fundamental em um conflito não é aquele em que cada um compreende que o adversário aceita o compromisso e há recíproca. Mas sim, pode-se dizer, o momento em que a "negociação tácita" acaba com a desconfiança conjuntural. Esse momento só pode ser alcançado se, na visão de cada adversário, os sinais dados pelo outro, e a interpretação sobre o significado desses sinais, façam com que ele ache verdadeiro o desejo do outro. É por isso que todo ato, toda palavra que tenda a enfraquecer a crença na boa vontade do outro correm o risco de ter efeitos desproporcionais e enfatizados (como, por exemplo, os efeitos indesejados da *tournée de popotes*, do general de Gaulle, em que os propósitos com objetivo de tranqüilizar o exército levam o adversário a duvidar das alegações anteriores).

8ª regra: A solução a que se chega é muitas vezes a que parece, inicialmente, mais verdadeira ao observador sem paixões.

Capítulo 14

A guerra

O movimento chega aqui ao seu paroxismo. Mesmo em plena paz, o espectro da guerra está sempre presente nas relações internacionais, pela desconfiança, pela ameaça, pelo armamento, pelas lembranças mal-cicatrizadas e pelo temor sobre o futuro. Depois, sob formas bastante diversas, ela própria aparece, facilmente identificável, pois tem por característica a morte de inúmeros inocentes. Episódio ou cataclisma, ela acelera a lenta destruição das coisas e dos seres e estimula a engenhosidade humana e a criação. Para lutar contra animais selvagens basta seguir procedimentos, receitas. Para lutar contra outros homens, todos os recursos da inteligência devem ser utilizados, pois a força bruta não é suficiente diante de seres inventivos, que criam o imprevisível e o aleatório. O grande exército persa foi vencido em Maratona.

O estudo da guerra preocupa homens de todas as épocas e de todos os países.

A apresentação que daremos será singularmente esquemática.[1] Limitar-nos-emos a abordar os pontos de vista indispensáveis à nossa pesquisa teórica.

[1] Retorno ao livro já citado de Gaston Bouthoul, general Carrère e Jean-Louis Annequin, *Guerre et civilisation*, 1979.

A guerra como valor

Tudo nos leva a começar por esse tema, pois existem poucos campos onde as diferenças geográficas e históricas se manifestam com tanto destaque. Se quisermos encontrar regularidades, é bem depois dos valores que nos devemos colocar.

Podemos fazer uma lista de atitudes bastante conhecidas, divididas de forma desigual, mas não excepcionais, o que nos permitirá tecer comentários.

A guerra "fresca e alegre"

É a da *soldadesca* que adora e se diverte, simplesmente porque ama a violência. Mesmo que esse soldado não seja sempre "cruel" e nem ame sangue e sofrimento alheios, ele está tão habituado a ver morte que dá a ela pouca importância. A expressão "guerra fresca e alegre" vem curiosamente de Guilherme II, veleidoso que não tinha nada de soldadesco, mas que adorava ser fanfarrão. Encontramos atitudes comparáveis em Mussolini.

A guerra nobre e honrada

É a do *cavaleiro*. Essa atitude é muito mais difundida que a anterior, não se ama a guerra pela guerra, mas porque é necessária e é a mais bela das experiências. Encontra-se nessa categoria o patriotismo das cidades gregas e romanas, a fidelidade senhorial e sobretudo feudal, a defesa da viúva e do órfão. Péricles exaltava a glória dos que morreram pela pátria[2] quase que com os mesmos termos que Victor Hugo.

Enquanto a nobreza desempenhava o papel de protetora dos humildes contra os invasores "bárbaros", contra o estrangeiro, ela tinha sua própria justificativa. A formação do Estado moderno, onde o rei assumiu progressivamente suas responsabilidades, deixou para a nobreza apenas o papel preponderante (algumas vezes

---

[2] Cf. Tucídides, II, 43.

exclusivo) no recrutamento do corpo de oficiais. Porém, esses privilégios tornaram-se insuportáveis a partir do momento em que ela vivia de suas rendas, na província ou na corte.

O advento do nacionalismo, a partir do século XVIII, reanimou a idéia da guerra honrada e mesmo sublime. A antiga nobreza continuou a praticar bastante a profissão militar que, socialmente, não era desdouro. Na Alemanha teve mesmo um papel dominante. Toda uma literatura, da *Marseillaise* a Paul Déroulède, exalta a morte do soldado. "Dentre os melhores nomes, os nomes deles são os melhores". A "guerra santa", a "cruzada", a "guerra da expansão revolucionária", que ajudam os povos a "depor seus tiranos", pertencem a categorias semelhantes, pois exaltam certas formas de violência.

Foi a Primeira Guerra Mundial que, pela matança que provocou, mais contribuiu para o desenvolvimento de dúvidas, já existentes aqui e ali, sobre a guerra honrada.

A guerra aceita

Ela é aceita se for considerada "justa". É comum a atitude do mobilizado, do *soldado-cidadão*. Em 1939, a mobilização tanto na Alemanha quanto na França foi bastante triste, mas os observadores puderam notar que a atitude geral era segura. O que levantou o moral dos alemães foram as vitórias sucessivas e rápidas. A "guerra singular", pelo contrário, perturbou os franceses e preparou-os mal para o combate. Quanto à idéia de guerra "justa", não nos esqueçamos de que os povos têm muitas vezes a impressão de que estão "cercados" ou de que são vítimas de injustiça. Os franceses por muito tempo consideraram os alemães como um povo que, três ou quatro vezes em cada século, invadia o seu território. Mas Robert Minder demonstrou claramente que os alemães tinham a mesma impressão. Quando se está em uma fortificação sitiada (pela França e pela Rússia), procurar "saídas" é uma forma eficaz de defesa.

A guerra aceita como justa não é necessariamente defensiva. Pode-se considerar "justa" a reconquista de um território perdido, a revanche.

Notaremos que o *soldado-cidadão* que se insere nessa categoria de valores aceita com resignação – mas normalmente com coragem extraordinária – a luta pela sobrevivência do país. Se são dados a ele, após longos sofrimentos, objetivos de conquista ou de expansionismo, há o risco de que ele recuse essa luta. Isso explica por que nem na França nem na Alemanha, durante a Grande Guerra, a censura não permitia discussão sobre os "objetivos da guerra".

A guerra condenada, exceto para defesa

É a atitude do pacifista moderado. Em todo caso, ela elimina a idéia de que, em outros casos que não seja a defesa, a guerra possa ser "a continuação da política por outros meios". Essa idéia da guerra "doença", que há muito tempo era a de Roosevelt (desde 1937, ele falava da "quarentena" que era necessária ser imposta aos Estados opressores). Por esse tipo de julgamento de valores, o ideal seria reduzir a guerra às sanções militares, decididas por um organismo mundial, tal como a SDN ou a ONU. Daí originou-se o texto do Pacto de Reconciliação da Guerra ou "Pacto Briand–Kellogg", de agosto de 1928, que proibia "a guerra como instrumento de política nacional".

É provável que uma grande parte da opinião pública mundial, pelo menos nos países ocidentais, situe-se nessa categoria, no final do século XX.

A guerra totalmente condenada

Essa é uma atitude extrema, com motivações bastante diversas. Para os *quakers*, o motivo é religioso. Eles consideram que a *Bíblia* não é uma exceção à regra: "Não matarás". A "não-violência" de Gandhi é explicada em parte por considerações religiosas.

Pode ser uma espécie de instituto de conservação. Vários professores franceses, soldados e, muitas vezes, oficiais da reserva, durante a Grande Guerra, foram massacrados. Assim podemos compreender o extremo pacifismo do Syndicat National des Instituteurs nos anos 30 deste século. Alguns tinham a convicção de

que o "valor paz" era superior ao "valor liberdade", o que algumas vezes adquiriu forma caricatural, mas expressiva: "Antes Hitler que a guerra!" e, ulteriormente, "Antes vermelho que morto!".

Esses cinco sistemas de valores – com todas as nuanças intermediárias – não devem ser absolutamente confundidos com as atitudes que adotarão os defensores em face de uma guerra atual. Muitas vezes acontece que, perante o perigo, o valentão fique "resguardado" e que o ultrapacifista lute heroicamente.

Se a matança, a morte e o luto não impediram que, para alguns, a guerra tenha uma certa aura, é porque ela permite revelar uma das mais belas atitudes humanas, a coragem diante da morte, seja por uma causa, seja pelo sentimento de honra, em relação aos companheiros de combate. Isso é válido para todos os combatentes, os quais se dividem em três categorias principais: *mercenários*, *voluntários* e *mobilizados*.

Os mercenários escolhem a profissão da guerra. Nem todos são da "soldadesca" definida anteriormente; apesar disso, é entre eles que se encontra o maior número. O exército do Antigo Regime era composto na realidade de mercenários. Seu engajamento, mais ou menos voluntário a longo prazo, representava uma profissão. Comumente, são estrangeiros – como, por exemplo, os regimentos suíços. O valor dos mercenários é resultante, em geral, de sua experiência e do conhecimento que têm uns dos outros. Ardant du Picq demonstrou que, nas legiões romanas, os soldados eram deixados juntos pelo maior tempo possível. Assim, o homem que estivesse pronto para lançar a espada contra o inimigo sabia perfeitamente o que poderia esperar de três ou quatro companheiros que o acompanhavam. Por outro lado, a legião era formada em três linhas, cada qual mais experiente – "nas últimas posições, os soldados mais treinados, isto é, os mais antigos; os mais jovens e mais impetuosos nas primeiras posições".[3]

---

[3] Ardant du Picq, *Études sur le combat*, *op. cit.*, pp. 21-22.

André Aymard, no célebre artigo "Mercenariat et histoire grecque",[4] propõe diferenciar o "soldado profissional" servindo no exército de seu país (o que atualmente inclui o corpo de oficiais e suboficiais da ativa, que fazem isso por livre escolha, e logo são voluntários) e o "mercenário" que, unindo-se por contrato com seu empregador, aceita o eventual sacrifício de sua vida, sem ser juridicamente obrigado nem sentimentalmente levado a correr tal risco – "nem pátria, nem chefe e nem causa à qual ele se devote". Lembramos do romance de Lartéguy, *Les mercenaires*, assim como de Katanga e outros lugares, lendo Aymard sobre os gregos:

> A criança abandonada, o agitador, o atrevido, o aventureiro e o audacioso que aceitam arriscar sua vida para assegurar uma grande quantia, se conseguirem escapar: tantos tipos humanos eternos, sem mesmo mencionar aí os maus elementos buscando, na Legião Estrangeira, esquecer de si mesmo e dos outros....

Mercenários, enquadrados como oficiais e soldados profissionais, formam tropas competentes e bastante seguras, sem que apareça o ideal.

Os *voluntários*, ao contrário, são motivados por uma grande causa, como, por exemplo, a "pátria em perigo" de 1792. Se separarmos o voluntariado a longuíssimo prazo do oficial menos graduado da ativa, os voluntários passam por alternâncias de entusiasmo, paixão e cansaço. A exatidão dos soldados franceses, em grande parte voluntários em Valmy, foi admiravelmente descrita por Arthur Chuquet.[5] Foi suficiente para perturbar a célebre infantaria prussiana. Sabemos que o "amálgama" proposto por Dubois-Crancé permitiu assimilar progressivamente os soldados profissionais, quase mercenários, e os voluntários, constituindo assim uma parte das forças da Revolução. Voluntários também são os "partidários", os "guerrilheiros", a "resistência" e os "franco-atiradores" das guerras subversivas. E aí o engajamento é mais grave ainda, pois se confunde a audácia de sair ao mesmo tempo da legitimidade nacional e da proteção do direito das pessoas.

---

[4] André Aymard, *Études d'histoire ancienne*, p. 487 e ss.

[5] Arthur Chuquet, *Valmy*, Paris, Plon, 1900.

Os *mobilizados* (exército, milícia, "levante em massa", soldados-cidadãos, etc.) o são mediante obrigações legais. O recrutamento de 300.000 homens em março de 1793 e o "levante em massa" de agosto certamente não são as primeiras manifestações históricas, mas levaram ao sistema de exércitos modernos, recrutados grandemente por meio do alistamento militar. Sobre o plano de valores, o soldado-cidadão é, em média, mais motivado que o mercenário, porém menos que o voluntário.

Notamos que, durante a Grande Guerra, os britânicos só adotaram o alistamento militar em janeiro de 1916. Os números são interessantes, em um total de 5,7 milhões: 733.000 homens do exército profissional; aproximadamente 2,5 milhões de voluntários; 3 milhões de mobilizados após janeiro de 1916.[6]

No caso de uma guerra longa, o conjunto torna-se um exército profissional. Os melhores autores constataram que o sentimento de honra e a solidariedade prevalecem daí em diante sobre todo ideal – ainda que alguns permaneçam fiéis. A guerra é então detestada pelos soldados (salvo certos casos, tal como o do obscuro Adolf Hitler). Mas eles vão para a guerra e, em 1917, os motins só ocorrem nos casos em que tinham a impressão da injustiça, ou então porque aceitavam a morte como a única condição de não morrer em vão.

Para uns, bastante numerosos, os instintos selvagens despertavam. Aí, a guerra produtora de coragem e destruidora de valores.

E é necessário sonhar com o momento último, o do combate, quando se está cara a cara com a morte. Ardant du Picq escreveu sobre esse tema páginas decisivas. Esse é um dos temas essenciais de estudo – e tão malconhecido – para compreender as relações internacionais. Na luta primitiva, vemos "o homem combater o homem, cada um mais ou menos por sua conta, procurando quem matar, fugindo de quem o mataria".

Na luta organizada, a disciplina certámente é considerada. Mas o que conta é a "solidariedade do comandante e do soldado, a solidariedade entre os soldados... é elevar todos os combatentes ao ní-

---

[6] Cf. Ian Beckett, "The real unknown army: British conscripts 1916-1919", em Jean-Jacques Becker, e Stéphane Audoin-Rouzeau (ed.), *Les sociétés européennes et la guerre de 1914-1918*, Nanterre, 1990. Cf. pp. 339-355.

vel dos valentes dos combates primitivos. O ponto de honra distingue-se, a fuga é uma vergonha".[7] Mas vem "o momento definitivo do combate". Então,

> o combatente, visto como ser pensante, abdicando de sua natureza móbil e variável, transforma-se em peão impassível e exerce a função de unidade abstrata dentro das combinações do campo de batalha; é o homem das especulações de gabinete e não mais o homem da realidade. Ele é de carne e osso, corpo e alma, e tão forte que muitas vezes sua alma não pode domar o corpo nesse ponto, para que não haja revolta da carne e perturbações do espírito em face da destruição.

Para o mundo dos civis e para as mulheres em particular (ainda que estas tomem, cada vez mais, parte em combates), a guerra permite reencontrar tipos de valores estudados anteriormente. Os bombardeios aéreos atingem os civis. Mas não é a primeira vez que estes sofrem violências. A passagem de tropas nas guerras antigas era, para eles, um tormento inenarrável. Os nazistas modernizaram esses horrores, principalmente na URSS. Os civis então não são aqueles que sofrem a guerra, mas sim os que podem repelir um ataque. Se todavia alguns replicam, tornam-se franco-atiradores, a resistência, partidários, sabotadores, etc.

Podemo-nos contentar em mencionar a guerra desmoralizadora pelo arrojo dos traficantes. A massa da população bem sabe que se trata de uma minoria, porém o exemplo pode ser contagioso.

A história mostra-nos que as mulheres sempre desempenharam dois papéis contraditórios. Como os homens querem agradá-las, elas estão prontas para fixar e exigir critérios de honra. O covarde tem medo de sofrer seu desprezo. É a atitude "lacedemônica". Mas, também, são elas que lamentam a partida dos soldados, tentando retê-los. Não devemos acreditar que se trate de um fenômeno contemporâneo. Madame de Sévigné descreveu, em termos que pode-

---

[7] *Op. cit.*, p. 11. Ver também André Corvisier, "La mort du soldat depuis la fin du Moyen Âge", *Revue Historique*, t. CCLIV, 1.

riam ter sido utilizados no século XX, a angústia que reinava na corte de Luís XIV quando estourou a guerra da Holanda, em 1672.

A diversidade das guerras

Apesar de algumas zonas transitórias e obscuras, a multiplicação dos atos de violência permite distinguir claramente o estado de guerra do estado de paz. Mas o que chamamos de guerra – grande coleção de acontecimentos – adquiriu, ao longo da história, e tomará ainda formas extremamente variadas e múltiplas. As distinções podem ser feitas segundo um certo número de critérios. A combinação entre esses diversos critérios demonstra, esquematicamente, a diversidade.

Guerra civil ou guerra estrangeira

A diferença entre conflito "interestatal" e "intra-estatal" é puramente jurídica, em função da soberania inicial. Nesse caso, a guerra da Argélia seria "intra-estatal". Ora, como todas as guerras de independência colonial, ela supõe a introdução, ao lado do Estado juridicamente existente, de uma "unidade política", segundo a feliz expressão de Raymond Aron, unidade que aspira a tornar-se Estado para uma parte da área de soberania em questão: a Frente de Libertação Nacional (FLN) que provocou a criação do Governo Provisório da República Argelina (GPRA) é reconhecida por um número crescente de Estados. Quando o problema em questão é o da secessão, sendo ela vitoriosa ou não (como, por exemplo, a Guerra da Secessão Americana, Guerra de Katanga e a Guerra de Biafra), só podemos falar de guerra intra-estatal ou civil se aderirmos à idéia da soberania inicial. Outros a classificarão de guerra de independência (conforme o vocabulário dos nortistas e sulistas nos EUA, e os esforços em vão dos franceses para que a ONU considerasse a "revolta" argelina como um "caso interno" francês).

Por outro lado, há uma situação em que todo mundo, nos dois casos, aceita a expressão "guerra civil": aquela em que a luta se dá pelo poder na totalidade de um determinado território (como, por

exemplo, a guerra civil espanhola). Que essas guerras impliquem sempre intervenções estrangeiras, por causa de interesses envolvidos, não impede que o objetivo dos dois lados seja o mesmo: deter o poder; enquanto na guerra de independência, sobretudo a colonial, há assimetria nos objetivos. Um lado quer a manutenção de uma soberania única, o outro quer separar uma área geográfica particular do conjunto. A Guerra da Espanha representa uma luta pelo poder. A Guerra da Secessão ou a Guerra da Argélia são lutas a favor e contra a criação de um Estado novo, o que não é absolutamente a mesma coisa. Acontece que, por cansaço, os dois lados chegam a uma divisão. Pelos tratados de Utrecht e de Rastadt (1713-1714), os Bourbons recebem a maior parte de sucessão da Espanha (Espanha e colônias). Mas os Habsbourgs recebem os Países Baixos espanhóis, que assim se tornam austríacos, assim como as possessões italianas (Reino de Nápoles, Sardenha, as praças fortes da Toscana e Milão).

Assim, podemos refazer a classificação dos conflitos maiores – macroconflitos – distinguindo:

a) conflitos de poder ou guerras civis (podendo adquirir a forma de guerras de sucessão);

b) conflitos interestatais ou guerras tradicionais entre Estados existentes (sobre um território ou um interesse, por razões de prestígio ou razões ideológicas);

c) conflitos com tendências interestatais (guerras de independência ou de secessão).

Que os limites entre esses três tipos sejam algumas vezes difíceis de ser determinados, é uma evidência tirada da constatação constante do historiador de que tudo é sempre complexo, porque o sujeito da história – o homem, individual ou coletivamente – é mais complexo do que todos os computadores reunidos e dotado de consciência, hesitando entre a razão e a paixão, vivendo muito no "qualitativo", não mensurável, inacessível aos computadores mais sutis (a não ser por aproximações bem mais grosseiras que ele) e, finalmente, com ou sem razão, acreditando-se dotado de liberdade.

Se a diferença entre a Guerra da Espanha (a), a Guerra de 1870-1871 (b) e a Guerra da Argélia (c) é clara, o que dizer da Guerra do Vietnã após 1962? Ela pertence ao grupo (b) (Vietnã do Norte contra Vietnã do Sul) e ao grupo (a) (os dois Vietnãs, sobretudo o do Norte, querendo garantir o poder sobre a totalidade do Vietnã).

Mas existe, há alguns anos, um novo tipo (d), que nós chamaremos de terrorismo internacional e que, em um livro de Jacqueline Grapin e Jean-Bernard Pinatel, é chamado apropriadamente de "a guerra civil mundial".[8]

A guerra civil mundial, que faz muitas vítimas, é um fenômeno relativamente recente que não pode ser classificado nem em (a) nem em (b) e nem em (c) e, seguramente, também não nesses três tipos juntos.

Diz Valéry Giscar d'Estaing:[9]

> Quando o conflito entre duas nações do Oriente Médio leva japoneses a massacrar, no aeroporto de Lodz, peregrinos porto-riquenhos, quando um embaixador francês é sequestrado e mantido como refém na Holanda pelos japoneses que procuram abrigo na Síria, quando os Jogos Olímpicos tornam-se palco de atos sangrentos ou quando cada ser humano se sente ameaçado em sua vida cotidiana por lutas que ele ignora completamente ou que acredita não ter nada a ver com ele, é que não apenas a globalização se tornou uma realidade cotidiana, mas ainda que ela se tornou a mais execrável das realidades cotidianas: a violência.

Foram contados na França, entre 1968 e 1972, 710 atos de terrorismo, 225 em 1973 e 500 atentados entre junho de 1975 e junho de 1976.

Há, então, um "terrorismo internacional". Normalmente, os atentados são "reivindicados" por um grupo que tem objetivos precisos (autonomia basca, unidade da Irlanda, criação de um Estado

---

[8] Jacqueline Grapin, Louis-Bernard Pinatel, *La guerre civile mondiale*, Paris, Calmann-Lévy, 1976. Completar com Pierre Mayer, *Le monde rompu*, Paris, Fayard, 1976, e Jacques Freymond, *Guerres, révolutions, Croix-Rouge*, Genebra (Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais), 1976. Sobretudo, ver Jacques Freymond, *La paix dangereuse*, Neuchâtel, La Baconnière, 1986.

[9] Grapin e Pinatel, *op. cit.*, pp. 279-282.

palestino). Algumas vezes ele pode ser ou não ser um grupo totalmente desconhecido que aparece ou desaparece como meteoro.

Se, em um país dependente, uma revolta é deflagrada, empregando métodos – tão velhos quanto a história – como a subversão contra os exércitos organizados, encontramo-nos no caso (c). Além do que, a subversão que pressupõe auxílio logístico, a possibilidade de abrigo, o acesso às informações graças a uma massa inerte, porém constante, apenas é concebível no interior do país que quer se libertar. A partir do momento em que os terroristas "profissionais", revolucionários por ideologia, desprezam a morte – a dos inocentes e a deles –, desejam semear a confusão em um Estado que não é o deles, com métodos de violência extraordinária, não há aí mais nenhuma relação com a subversão nacional. Longe do apoio da massa inerte, eles escapariam se de repente fossem deixados, sem reféns, nas mãos das multidões em meio as quais eles agiam.

No limite, por meio de todos os seus objetivos "reivindicados", surge um objetivo de um tipo novo, a revolução mundial. Essa revolução – multiforme – apresenta-se como "a arma legítima dos fracos e dos oprimidos que querem se fazer ouvir". Seus atores tinham necessidade de uma ideologia: que os Estados, sobretudo os Estados industrializados, exercessem, por sua própria autoridade, uma opressão bem mais forte que a preconizada por eles. Mediante o que tudo é permitido. Eles tiveram apoio de alguns países: Cuba, Líbia, Argélia, outrora Amin Dada em Entebe, sem contar a China e a antiga URSS, que diferenciam ou eliminam a condenação do terrorismo. A Argélia justificou-a não apenas no caso da dominação colonial ou do *apartheid*, mas também na "exploração estrangeira de recursos de um país", ou mesmo no caso da "indiferença da comunidade estrangeira em relação à injustiça castigando uma população". Assim, graças a essas fórmulas, o terrorismo poderia ser justificado praticamente em qualquer lugar.

Essa solidariedade internacional da "revolução permanente" existe em pequenos grupos variados, cuja ação precisa ter mais objetivos mundiais do que objetivos localizados. Os Estados desaparecem em benefício de uma ideologia mundial da revolução. Enquanto as "revoltas" de estudantes exprimem de alguma forma intelectualmente esse ímpeto contra as instituições estabelecidas, resguardando-se de ir ao extremo, desembaraçam-se dela algumas

ínfimas minorias fanáticas, decididas a ir até à morte pelo triunfo da "causa" (além de minúsculos partidos que discutem inesgotavelmente o que atualmente corresponde ao sexo dos anjos). Vemos assim criarem-se – com jovens burgueses e, mais raramente, produtos do "caldo de cultura" [10] que constitui a miséria – grupelhos prontos a ir até ao massacre de inocentes.

Sobre um ponto importante, eu não concordo com Jacqueline Grapin e Pinatel. Para eles, parece que essa guerra civil mundial reveste um aspecto centralizado, que existe um "maestro clandestino" a quem chamam de "a V Internacional". Sobre esse ponto, a URSS teria sido substituída pela China Popular. Esta teria laços estreitos com o Movimento dos Nacionalistas Árabes (MNA) divulgado pelo general Rondol e conduzido por chefes extremistas tais como Koleilat ou Georges Habache.

Não contestemos essa possibilidade. Mas reconheçamos que ela se aproxima singularmente da "história-complô". O caráter humano, ávido por explicações simples e tentado pelo romantismo do segredo, prefere a idéia de condutores organizados do que uma agitação espontânea das massas miseráveis. Para que tal unidade de decisão exista, seria necessário um lento e paciente esforço de unificação de grupelhos diversos, escondidos, difíceis de descobrir e muitas vezes hostis uns aos outros. Isso requer tempo e uma concepção stalinista da Revolução. Como não constatar que, contrariamente, se trata de movimentos populares "espontâneos", "não organizados" (o que os exclui do campo dos "conflitos maiores" de Bouthoul e Carrère).

Ora, a história demonstra-nos que numerosas rebeliões se passam, de alguma maneira, espontaneamente. O excesso de miséria provoca o aparecimento de pequenos chefes, que agem paralelamente, mas de forma independente. Tanto certas "fúrias campesinas", descritas por Roland Mousnier no século XVII, como as marchas de junho de 1848 sempre confirmaram essa curiosa realidade de que não existe estado-maior da revolta. O processo dos rebeldes de junho fez de tudo para descobrir os inspiradores, o quartel general. Não havia ninguém para encontrar. Ficamos redu-

[10] *Ibid.*, p. 286.

zidos a essa hipótese (não podemos ir além) de que pequenos grupos ultra-ativistas e violentos aparecem, em todo o mundo, por meio de uma geração espontânea, dispersa, ligada a situações em que alguns descobrem que é melhor "morrer combatendo" que sobreviver na vergonha e na fome. É uma realidade que, após isso, as grandes organizações, necessariamente estatais (o Komintern não tardou a tornar-se dependente de Stalin), tentem recuperar o máximo possível suas atividades. Ou que a URSS não pare de perder terreno (salvo no envio de mercenários cubanos impostos) em relação à China, modelo mais maleável e mais acessível! Mas os raros sucessos obtidos pelas grandes organizações clandestinas, a coincidência entre a anarquia e o terror de servir a um Estado que se diz a pátria do proletariado mais do que o próprio proletariado, tornam improvável a existência de um centro único e todo poderoso da revolução universal. Na época de Metternich, falava-se da "hidra da revolução". É que uma situação absolutamente injusta da sociedade mundial provoca em muitos pontos movimentos paralelos, mas independentes, de luta contra a miséria e a injustiça. Como as cabeças da hidra, eles rejeitarão tanto que a justiça não será estabelecida.

Finalmente, adoto inteiramente sobre esse ponto a conclusão de Jacques Freymond de que:

> A diversidade das situações não impede a tomada de consciência, progressivamente mais afirmada, de uma comunhão de interesses entre revolucionários de todo os países... Essa tomada de consciência pôde ser estimulada – e ela ainda é – pela ação unificadora e catalisadora dos grandes centros da Revolução: Moscou, Pequim e Cuba. Mas a referência a esses modelos em alguns países tem apenas uma influência secundária: a aproximação que ocorre entre revolucionários é inspirada pelo desejo de afirmar sua independência, tanto no plano nacional e filosófico, como no da ação diante das superpotências, assim como diante das ideologias estruturadas e do messianismo organizado.[11]

[11] Freymond, *op. cit.*, p. 79. A análise de Jacques Freymond vem de sua experiência pessoal de negociador e antigo vice-presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

A duração

Nós diferenciamos a *guerra curta*, a *guerra longa* e a *guerra indefinida*. Essa distinção, aparentemente banal, deve-nos conduzir a uma reflexão atenta.

O primeiro tipo de guerra curta era a que Hitler chamava de *Blitzkrieg*, a guerra-relâmpago, que termina pela vitória fulminante de um dos dois adversários. Hitler precisou de 29 dias para aniquilar a Polônia, 25 dias para vencer e ocupar a Noruega, 46 dias para vencer a França (sem contar a campanha militar propriamente dita), após ter levado à capitulação os Países Baixos, em 40 dias, e a Bélgica, em 17. Foram necessários apenas 12 dias para conquistar a Iugoslávia e 29 para a Grécia.

A guerra-relâmpago pressupõe uma preparação intensiva em certos campos, mas não uma mobilização geral das forças e do potencial. Voltaremos a esse ponto mais adiante. Se ela não vai adiante, se ela se complica, então se instala uma nova forma de guerra. Franceses e alemães, em 1914, acreditavam na guerra curta (o que prova a lentidão da produção de armamentos). Havia mesmo teóricos que tinham "provado" que, em face das condições econômicas, a guerra só poderia ser curta. Ora, a obstinação do homem faz pouco dos princípios econômicos.

A guerra franco-alemã de 1870-1871 é, a princípio, uma *Blitzkrieg* alemã que dura dois meses. O sobressalto que conduziu ao cerco de Paris e aos grupos da "Defesa Nacional" durou apenas quatro meses.

Mas há um segundo tipo de guerra curta, particularmente característica do período posterior a 1956: aquela em que o cessar-fogo é obtido por meio de "bloqueio". A segunda, a terceira e a quarta guerras árabe-israelenses pertencem a essa categoria (respectivamente 6 dias, 6 dias e 17 dias, como também o conflito argelino-marroquino de 1963 (22 dias), a guerra indo-paquistanesa de 1965 (46 dias) e a de 1971 (14 dias). Esse bloqueio vem, a princípio, do Conselho de Segurança; portanto, é sobretudo devido ao fato de que, sendo os beligerantes abastecidos de armas pelas duas "superpotências", Estados Unidos e URSS, estas entram em acordo tacitamente para não renovar os enormes estoques rapidamente destruídos, de modo que os adversários sejam obrigados a parar.

A Guerra do Golfo durou de 15 a 31 de janeiro de 1991, sob a forma de bombardeios, e três dias sob a forma de combates terrestres. Mas essa brevidade está ligada a uma causa totalmente diferente: a massacrante superioridade dos Estados Unidos.

Há muito o que dizer sobre a guerra longa, por ela muitas vezes se confundir com guerra total, o que não é correto. A guerra pode ser longa porque existe uma espécie de *equilíbrio* entre os dois lados. Então ela continua até que esse equilíbrio seja rompido, seja por uma intervenção externa (os Estados Unidos intervieram na guerra européia em 1917-1918), seja pela vitória do "potencial" (produção de guerra dos Estados Unidos e da URSS na Segunda Grande Guerra).

A guerra pode ser longa em conseqüência de táticas predominantes. Podemos dizer que numerosas guerras medievais e quase todas da era moderna foram longas em conseqüência da predominância de fortalezas. Quando o balanço de uma guerra em curso é medido menos por suas batalhas e invasões do que por fortalezas tomadas e perdidas, há um grande alongamento da duração. As quatro grandes guerras do reinado de Luís XIV duraram respectivamente um ano (Guerra da Devolução, 1667-1668), seis anos (Guerra da Holanda, de 1672-1678), oito anos (Guerra da Liga dos Augsbourgs, 1689-1697) e 12 anos (Guerra de Sucessão da Espanha, 1701-1714).

A duração pode ser mais facilmente prolongada se se tratar de uma guerra de coalizão (conforme a seguir).

Finalmente, a guerra é longa quando os dois adversários combatem com obstinação e colocam todos os recursos na batalha. Aqui, ainda, vemos reaparecer o conceito de guerra total, ao qual logo retornaremos. A guerra dita subversiva, a guerrilha, são longas por natureza. Raymond Aron demonstrou muito bem que o campo da guerrilha tem a superioridade se ele consegue simplesmente *manter-se*. A flexibilização da vontade produz-se, então, gradualmente, no adversário. Foi o caso da guerra francesa na Indochina (de dezembro de 1946 a julho de 1954), da Guerra da Argélia (de 1º de novembro de 1954 a março de 1962) e da guerra americana no Vietnã (por volta de 1960-1973). Recordemos que a insurreição, vencida pela fraqueza dos revoltosos e as concessões de Bonaparte, durou 12 anos. Mesmo sem guerra subversiva, a obstinação desesperada do lado já seguro da derrota pode prolon-

gar consideravelmente uma guerra. Tal foi o caso dos sulistas na Guerra da Secessão. E ainda, seu chefe, o general Lee, recusou-se a seguir a proposta de alguns de seus jovens oficiais, na véspera da capitulação de abril de 1865, seguro em continuar a guerra sob a forma de guerrilha nas montanhas do Tennessee.

Da mesma forma, Hitler obstinou-se ao invés de admitir sua derrota. O atentado de julho de 1944 prolongou a guerra por dez meses.

Foi por atribuírem aos japoneses – injustamente – a intenção de resistir por todos os meios à morte, que os americanos multiplicaram as concessões à URSS com o objetivo de atraí-la para a guerra contra o Japão e utilizaram a bomba atômica (mesmo que alguns "revisionistas" tenham contestado, vendo nessa utilização um meio de amedrontar a URSS).

A guerra subversiva é o limite entre a guerra longa e a guerra *indefinida*. Esta existiu durante séculos em torno do Império Romano. A luta contra os partos, magnificamente descrita por Tácito, pertence a essa categoria. Podemos dizer que, entre os vikings e todas as unidades políticas ocidentais, houve uma guerra indefinida, até o momento em que se admite a instalação de alguns deles na Normandia e em algumas outras regiões.

A intensidade

É aqui que podemos introduzir os conceitos, ambos imprecisos, de *guerra limitada* e *guerra total.*

Quando Luís XIV guerreava, ele utilizava um exército profissional. Nas áreas longínquas dos campos de batalha, os camponeses sofriam duramente com a guerra, pois os impostos subiam. Mas estava-se longe de se utilizar todos os recursos de uma região. A guerra permanecia então limitada.

Talvez isso ocorresse involuntariamente, simplesmente porque o sistema de governo estivesse tão desgastado para obter vantagem no potencial existente. Também porque se vivia em certos conceitos estratégicos (exércitos profissionais, fortalezas), sociais (desaparecimento total da hoste feudal, substituída muito vagamente pela milícia), econômicos (o "tesouro de guerra"). A guerra é problema do rei, não da nação.

Quando a Convenção Nacional ficou frente a frente com uma coalizão européia, ocorreu o contrário, foi o conjunto da nação que ela procurou mobilizar. Citemos, simbolicamente, o decreto de 23 de agosto de 1793, que expõe pela primeira vez o que deve ser a guerra total na escala nacional. Sem dúvida, vimos isso na escala de uma cidade sitiada, mas aqui toda a França foi colocada em questão. Princípio e não realidade, pois sua aplicação não foi, de longe, tão ampla:

> A partir desse momento, até aquele em que os inimigos tiverem sido expulsos do território da República, todos os franceses estarão permanentemente convocados para o serviço militar. Os jovens serão enviados para o combate, os homens casados forjarão as armas e levarão os suprimentos; as mulheres farão as tendas, roupas e servirão nos hospitais; as crianças farão ataduras com a roupa velha; os idosos irão às praças públicas encorajar os combatentes, pregar o ódio pelos reis e o amor pela República.

Além disso essa mobilização de pessoas era seguida da solicitação de coisas: fuzis, salitre (com direito a visitar as escavações), alimentos, roupas e criação de oficinas nacionais de pólvora e armamentos.

Entre a situação de Luís XIV e a da Convenção Nacional há um abismo. Passamos da guerra tradicionalmente limitada à guerra, em princípio, total.

Mas há outro elemento voluntário que é a lenta criação de um *direito da guerra*, baseado no costume e em tratados. A guerra, sempre desumana, é cada vez mais densa e sangrenta, graças ao progresso técnico e ao agrupamento humano (tal como a mobilização). Simultaneamente, o direito de guerra torna-se preciso: tratamento de prisioneiros, proteção dos civis, direito dos neutros, proibição de determinadas armas, etc.

Nosso propósito aqui não é o de estudar o direito, que é normativo, mas a realidade.

O estudo dos acontecimentos obriga-nos a constatar o caráter frágil do direito de guerra. O direito de guerra só é eficiente se tiver caráter de reciprocidade. Senão, o sistema de represália e de contra-represália acaba por reduzi-lo a pouca coisa. Ele obtém também certa eficácia do julgamento dos neutros, o qual tem peso se um

dos neutros é poderoso. Mas para que uma guerra seja verdadeiramente total, é preciso que esse direito desapareça. Foi o que Hitler quis fazer quando atacou a URSS. Os sucessos iniciais da *Wehrmacht* permitiram-lhe fazer milhares de prisioneiros e ocupar imensos territórios. Ora, nesses territórios, longe de procurar apoio (recursos anti-stalinistas ou dissidentes nacionais), Hitler ordenou o massacre, sem julgamento, de judeus e comissários e tratou com brutalidade o resto da população. Quanto aos prisioneiros, deixaram-nos morrer de fome. O que Hitler tinha como objetivo era a *Blitzkrieg*, tentada novamente em 1942.

O fato de ele não ter sido vencedor nem em 1941 nem em 1942 transformou essa guerra curta em guerra longa, e a Alemanha teve de entrar na *guerra total*, mobilizar tudo que pudesse ser mobilizado – o que havia sido feito muito antes pela Inglaterra. Hitler teve então uma necessidade maior de mão-de-obra e teve de lamentar amargamente a morte de milhares de prisioneiros soviéticos. Até recrutou, entre opositores ou dissidentes, o "exército Vlassov". Mas era tarde demais.

A guerra total que elimina até os limites do direito internacional pode ser então classificada de irreparável. Independentemente de toda consideração moral, esse tipo de guerra apresenta o perigo de se voltar contra seu autor. Ela isola o país culpado aos olhos dos outros países e, sobretudo, dos neutros.

Sobre a guerra total, nada foi dito além do pensamento de Clausewitz. Retorno então a esse autor e ao admirável comentário que dele fez Raymond Aron.[12]

A extensão

A guerra pode ser entre dois países ou entre dois grupos. O número, a divisão geográfica e a coesão de cada grupo são elementos essenciais de estudo.

O número e a divisão geográfica permitem distinguir a guerra *localizada*, a guerra *regional* (por exemplo, as guerras balcânicas, a "Grande Guerra", a guerra européia com prolongamentos secundá-

---

[12] Raymond Aron, *Clausewitz*, Paris, 1978.

rios no Oriente Médio árabe e as colônias africanas da Alemanha) e a guerra *mundial.* O único exemplo desse tipo de guerra é a Segunda Guerra. A primeira só seria mundial se os países não europeus houvessem participado. A segunda é verdadeiramente mundial, pois os teatros de operações foram dispersos: norte da África, Etiópia, Sudeste Asiático, China, Pacífico, sul da Europa, Leste e Oeste Europeu. Na realidade, constata-se a existência de guerras autônomas, até mesmo independentes, em que o planejamento do conjunto só aparece pouco a pouco. A URSS e o Japão somente se confrontaram *in extremis*, a partir de 9 de agosto de 1945.

A *divisão geográfica* permitiu distinguir também a *guerra entre vizinhos*, a mais clássica de todas, e a *expedição longínqua*, que supõe enormes esforços logísticos. Notaremos que os Estados Unidos que, até 1898, só haviam praticado guerra entre vizinhos, a partir de então se lançaram em expedições longínquas: nas Filipinas em 1898, na Europa em 1917, no Pacífico em 1941, no norte da África em 1942, na Itália em 1943, na Europa Ocidental em 1944-1945, na Coréia de 1950 a 1953, no Líbano em 1958, no Vietnã de 1960 a 1973 e na Península Arábica em 1990-1991. A expedição longínqua era a regra na época das colonizações. O colonizador beneficiava-se de uma grande superioridade. Vimos assim, além das conquistas, as guerras inglesas e francesas contra a China, entre 1839 e 1900.

À medida que se reforçava o poder de algumas unidades políticas distantes, a guerra longínqua tornou-se cada vez mais arriscada e perigosa. França, Inglaterra, Turquia e Piemonte tiveram superioridade sobre a Rússia na Criméia em 1854-1855. A Rússia, cujo centro de gravidade estava na Europa, foi vencida pelo Japão na Manchúria e na Coréia em 1905. Os documentos militares franceses mostram que, nos anos 1930, a defesa da Indochina era praticamente impossível ("Quem nos livrará da Indochina?" dizia o almirante Castex). A Grã-Bretanha percebeu que, pelos acontecimentos, Hong Kong, Cingapura e Malásia eram indefensáveis. Da mesma forma as Filipinas para os Estados Unidos. E, finalmente, esse país não pôde vencer o Vietnã.

A *coesão* dos grupos coligados é igualmente um dos maiores problemas. Em geral, os coligados não eram aliados antes da guerra, tendo-se aliado no início dela: nem armistício nem paz separa-

dos. Foi o que fizeram a França, a Inglaterra e a Rússia, em 5 de setembro de 1914; França e Inglaterra em 28 de março de 1940. É claro que tal aliança não é uma garantia total. A Rússia, que se tornou bolchevista, assinou o armistício e depois a paz de Brest-Litovsk. A França recusou, em junho de 1940, continuar a luta nas costas inglesas e assinou o armistício.

Para ter mais flexibilidade de manobra, alguns países preferem a "co-beligerância" ou a "associação" à aliança. Foi o caso da Romênia na Segunda Guerra balcânica e dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial.[13]

Finalmente, em uma guerra de coalizão, paira sempre a ameaça da "destruição das alianças" (rompimento). A chegada ao trono do czar Pedro III, em 1762, teve como resultado o "milagre da casa de Brandebourg". Prontamente, ele passou a Rússia da aliança francesa a uma aliança com a Prússia no momento em que esta se encontrava fadada ao fracasso. Admitimos rever que a *Entente*,[14] em 1918, imaginou que os bolchevistas estavam a ponto de realizar uma reviravolta também espetacular.

As guerras estranhas

A palavra guerra é empregada em uma quantidade de casos duvidosos. Enumero aqui algumas expressões: "guerra fria", "guerra de nervos", "guerra psicológica", "guerra econômica", "guerra engraçada" (*Komische Krieg, Phony War*), "guerra da sombra", "guerra secreta".

Em regra geral, essas expressões referem-se a situações de desconfiança estrutural em que, sem violências maciças, os dois lados procuram prejudicar, caluniar, enganar um ao outro, lançam um contra o outro propagandas mais ou menos hábeis, espionam-se, praticam discretas sabotagens. É evidente que isso leva à perda de algumas vidas. Mas trata-se apenas de ações acessórias. Mesmo sem desejar a violência, prepara-se para a guerra e procura-se obter

---

[13] Cf. parte IV, capítulo 13.

[14] *Entente Cordiale*: aliança militar concluída antes da Primeira Guerra Mundial entre a Inglaterra, a França e a Rússia (N. da T.).

as melhores condições possíveis caso ela aconteça. A "guerra divertida", de 3 de setembro de 1939 a 10 de maio de 1940, está ligada à grande superioridade alemã na aviação. Ela deu a Hitler a iniciativa. Franceses e ingleses não ousaram provocá-lo.

Abster-se é, por sua vez, um bom cálculo, pois desmoraliza o adversário. É, em suma, a "guerra de nervos" em uma situação de guerra jurídica e de mobilização efetiva.

A expressão "guerra econômica" apresenta um sentido estranho. Classicamente a guerra econômica é troco à guerra militar; pelo bloqueio, procura-se privar o adversário de recursos ou arruiná-lo. Tenta-se, contrariamente, conseguir as matérias-primas, provisões e armas em quantidade suficiente. Ou então pilham-se as fábricas do inimigo.

Isso supõe, em tempo de guerra, a criação de organismos novos, variados, com pessoal particular, mais ou menos ligados às relações exteriores (ministério do bloqueio, supervisão do comércio com o inimigo, organismos de compras, de pedidos, de estoque, organismos encarregados da reconversão industrial, etc.).

Em sentido estranho, a "guerra econômica" é a situação em que, em plena paz, utiliza-se a arma econômica na tentativa de arruinar o adversário, de dar-lhe o golpe fatal sem que se tenha de correr o risco de uma guerra violenta. Essa expressão é, segundo Michel Debré, aplicável aos anos posteriores a 1973, e o petróleo era o principal agente, pois é a principal fonte de energia. Se o petróleo não chega ao Ocidente durante o período em que as fontes alternativas de energia ainda não funcionam, pode ocorrer um empobrecimento maciço, possível origem de situações revolucionárias. O exame de cartas políticas estrangeiras (Argélia, Líbia e talvez URSS), em vez de conhecer as verdadeiras intenções dos governos, permite considerar tais hipóteses como plausíveis.

O irrompimento da guerra

Quaisquer que sejam as origens dos conflitos (estudados no capítulo anterior), o uso da violência transforma de repente sua natureza. A todos os elementos que constituem a negociação superpõe-se o elemento extraordinário que é a morte. Toda compara-

ção com um jogo deixa de ser admissível. A primazia pertence, a partir de então, ao mais forte.

Resta, em nossa tradição, uma velha lembrança, semiconsciente, do "ordálio". Deus protege a justiça e, conseqüentemente, o justo é aquele que consegue provar a força. Isso vai bem além do duelo, em que tanto o vencedor quanto o vencido, em um dado sistema de valores, devem defender sua honra pelo próprio duelo e não pela vitória. No duelo, a vitória é buscada porque o homem deseja viver, porém ela não é essencial. Na guerra, é a vitória que representa o essencial. Citemos ainda Ardant du Picq: "O homem não vai ao combate pela luta, mas pela vitória. Ele faz tudo o que for possível para suprimir a primeira e garantir a segunda" (*op. cit.*, pág. 5).

Mais do que nunca, a passagem à violência deve ser considerada nos sistemas combinados de finalidade e de causalidade.

Em condições infinitamente variáveis, segundo os regimes políticos e a amplitude do poder à disposição de quem decide, isso é o próprio eclodir da violência. O cansado senhor de guerra, que ouvia apenas seu ódio e sua cólera para se lançar sobre o inimigo, deu lugar, quase que totalmente, ao calculista que baseia sua ação sobre uma informação precisa e avalia o mais habilmente possível qual combinação fará entre jogo, meios e riscos (que estudamos anteriormente)[15]. Só eclode a violência se seu cálculo (que ele não sabe se é exato ou não) lhe fizer crer que ele só vencerá dessa forma.

Segundo a resposta dada por seus próprios combatentes e pelo adversário, ele modifica seus cálculos. A partir do momento em que a guerra estoura, toda sua inteligência e a dos homens que o cercam e todo o potencial da nação são utilizados para aumentar os meios e diminuir os riscos. Se percebe que isso não dá certo – o que lhe pode revelar a implacável realidade dos fatos –, é necessário minimizar a jogada, talvez mesmo terminar o combate.

Vemos que, nesse sistema, todos os agentes de relações internacionais são utilizados em sua plenitude. Os *militares* do alto escalão tomam a dianteira, pois devem manter o moral das tropas, imaginar as melhores táticas possíveis, traçar e modificar planos, assegurar uma boa logística e boa administração, adivinhar os planos do chefe militar adversário e, finalmente, dirigir o combate.

[15] Parte II, capítulo 5.

Mas os *diplomatas* devem também redobrar os esforços: assegurar-se das neutralidades da melhor forma possível, conquistar novos aliados em detrimento do adversário, tentar desagregar a coalizão inimiga, conduzir o trabalho cotidiano de informações e a busca de recursos. Os *propagandistas* devem ao mesmo tempo justificar a causa do país, apresentá-lo como seguro da vitória, destruir o moral do adversário, em suma, utilizar a arma complementar da guerra psicológica. Veremos posteriormente o papel desses agentes, na conduta do Estado, quando se trata de terminar a guerra.

O sistema de causalidade não é tão diretamente palpável. Apesar de alguns raros episódios, nos quais aqueles que decidem, ou seus principais adjuntos, se colocam na chefia das tropas, seu privilégio inapreciável é quase sempre o de não arriscar a própria vida. Não foram os combatentes que decidiram lutar. Apenas os voluntários escolhem ir à guerra, pois não são obrigados. Os mercenários escolheram uma profissão na qual o risco da guerra está implícito. Treinados e experientes, eles constituem, a princípio, as tropas mais seguras, contanto que sejam respeitados seus privilégios – soldos e outros – dos quais são beneficiados. Todo bom imperador sabe tratar bem seus pretorianos.

Resta a atitude infinitamente complexa da nação e, sobretudo, do exército nacional, que é proveniente do alistamento, do serviço militar e da mobilização. Podemos pensar, de modo geral, que a nação repudia toda guerra que lhe pareça injusta ou inútil. Sobre esse assunto, é provável que essa atitude seja a mesma, tratando-se de países ocidentais, socialistas ou do Terceiro Mundo. De todo modo, não se deve minimizar a ação de grupos minoritários que levam à guerra, como, por exemplo, o que os americanos chamam de *war hawks* (falcões de guerra).

Em julho–agosto de 1914, a França foi tomada por uma guerra que se acreditava curta, por uma "febre bélica"? Falou-se muito de um "nacionalismo renovado" a partir de 1911.[16] Conhecemos manifestações nas ruas de Paris e nas grandes cidades, o fracasso das

---

[16] Eugen Weber, *The nationalist revival in France, 1905-1914*, Berkeley; Malcolm Carroll, *French public opinion and foreign affairs, 1870-1914*, Nova York/Londres, The Centuries, 1931.

manifestações pacifistas, a reunião da CGT comandada por Léon Jouhaux, sobre o túmulo de Jean Jaurès, em 2 de agosto.[17]

Entretanto, o estudo mais aprofundado existente sobre o assunto, a saber a tese de Jean-Jacques Becker,[18] demonstrou muito bem:

1º) que a porção de entusiasmo bélico, e mesmo de entusiasmo para defender a pátria, não era geral, era mais parisiense que provinciana, mais urbana que rural;

2º) que não se deve confundir "união sagrada" – vontade de deixar de lado as divergências políticas para se dedicar a defender o país – com exaltação guerreira. Esta dura pouco tempo, a resolução dos soldados e sua vontade de vencer não implicam um exército de cidadãos, a "flor no fuzil" nem a "lavagem cerebral".

Quanto mais uma guerra está a ponto de tornar-se uma guerra total, mais ela apela às massas, mas a dose de consenso deve ser importante, constante e obstinada.[19]

Já mencionamos Mussolini levando os italianos para uma guerra que não queriam. O exemplo da Rússia em 1917 é mais significativo ainda. Em 1914, ela havia aceitado a guerra. Mas esta foi mal conduzida, aumentou a miséria, mostrou com tanta clareza a mediocridade e a fraqueza do autocrata e este sucumbiu. O período de desagregação que se seguiu permitiu a um partido minoritário, poderosamente organizado, e além do mais conduzido por um gênio da estratégia, Lenin, apoderar-se do poder e conduzir uma revolução social.

Muitos elementos entram em questão e isso mereceria uma obra inteira. Citemos alguns.

Para os *soldados-cidadãos*: a manutenção da disciplina, sem brutalidade; a crença em uma causa justa, essencialmente a defesa da pátria, da independência; a rigor, a recuperação de um território "nacional"; a idéia de que a guerra deva ser a última, que se poderá

---

[17] Annie Kriegel e Jean-Jacques Becker, *1914, La guerre et le mouvement ouvrier français*, Paris, Colin, coleção Kiosque, 1964.

[18] Jean-Jacques Becker, *1914, Comment les français sont entrés dans la guerre*, Paris, Fundação Nacional de Ciências Políticas, 1977.

[19] Cf. parte II, capítulo 7, e parte III, capítulo 8, p. 190.

organizar uma paz perpétua. Do mesmo modo, o ódio ao inimigo, a idéia de que ele, como povo, é particularmente injusto e cruel ou, pelo menos, que ele se deixou ser dominado por um regime odioso. Enfim, a indispensável esperança de que a vitória é possível, pois a derrota iminente é geradora de desagregação. Finalmente, não seria exagerada a importância do "espírito corporativo" que possui, seja o conjunto do exército, seja algumas unidades (a *Division de Fer*, a *Escadrilhe des Cigognes*).

Para os *civis*, as mesmas condições estão implicadas, mesmo em proporções diferentes. A princípio, e mesmo na época de bombardeios aéreos, os civis sofrem na pele menos que os militares. Mas eles não têm a impressão de trabalhar tão diretamente pela pátria ou por sua causa. Eles não sentem esse tipo de honra que obriga os soldados à solidariedade em face do perigo. O "moral" dos civis parece, em geral, mais flutuante que o dos militares.

Entretanto, não se deve crer que o excesso de sofrimento tenha, para os civis, uma ação uniformemente desmoralizante. Este era o postulado da famosa doutrina que o general italiano Douhet e o general americano Mitchell lançaram entre as duas guerras, estudando o advento da aviação. Como a guerra tem por objetivo aplacar a vontade de um país, o bombardeio da população civil pela aviação levaria, pensavam eles, a uma tal desordem que os civis obrigariam o governo a capitular. Ora, todos os exemplos que se conhecem vão em sentido contrário. Os bombardeios de cidades não enfraqueceram, mas sim fortaleceram o moral da Espanha republicana. A Batalha da Inglaterra, quando adquiriu essa forma destrutiva, colocou a Inglaterra na guerra total. Marlis Steinert mostrou claramente que, no início de 1943, o desinteresse em relação a Hitler era extremo na Alemanha e que o "moral" dos civis era o mais baixo. Os formidáveis bombardeios aliados, que atingiram sua plenitude na primavera de 1943, criaram um tal rancor e um tal ódio que a massa da população, por desespero, uniu-se a seus chefes e a "guerra até o fim".[20] Os bombardeios americanos ao

[20] Marlise Steiner, *Hitlers Krieg und die Deutschen*, Düsseldorf, Econ Verlag, 1970. Cf. p. 434: "O descontentamento que se desenvolveu em relação ao governo foi habilmente voltado para o inimigo. Por conseguinte, o objetivo dos

Vietnã do Norte parecem ter aumentado a energia dos vietnamitas, sem contar o efeito da reprovação internacional.

O que dissemos sobre os bombardeios parece ser verdade no bloqueio. Sem falar nos casos extremos, como o cerco de la Rochelle por Richelieu, pode-se constatar que, se o bloqueio tem efeitos físicos algumas vezes graves, ele cria psicologicamente na população as mesmas reações de ódio que reforçam o moral ao invés de abatê-lo.

Psicologia e objetivos da guerra

Quando um conflito adquire a forma de guerra, cada adversário procura conhecer os objetivos que o outro persegue e também os seus aliados. Mas, como o adversário sabe disso, esconde cuidadosamente os detalhes de seus objetivos. Entre aliados, o método utilizado de maneira clássica é o de tratados secretos. Publicar muito abertamente seus objetivos de guerra é se expor a redobrar a indignação, logo a vontade de resistência ao inimigo. Mas também se corre o risco, em face da opinião pública ou da dos neutros, de passar por um Estado com ambição sórdida. Além disso, é freqüente que o governo nem mesmo saiba exatamente seus objetivos de guerra, ou que ele os faça variar segundo o sucesso das batalhas. Em 1º de junho de 1917, quando, em um "comitê secreto", deputados tomaram conhecimento, em Petrogrado, da existência de um acordo secreto pelo qual o governo francês havia prometido Constantinopla aos russos, em troca da ocupação da margem esquerda do Reno pela França, Aristide Briand, antigo presidente do Conselho e responsável por essa operação, viu-se atacado pelos que estimavam que a França não deveria lutar para saciar ambições imperialistas. É interessante observar qual foi sua justificativa, pois ela esclarecia o aspecto essencial da desconfiança conjuntural:

> O que seria tolo seria não estar de acordo de antemão e de ir para a mesa de discussões com um mínimo, isto é, um pequeno objetivo preciso... vocês bem sabem que, se logo de início colocas-

---

bombardeios aliados – a desmoralização do povo alemão – atingiu um objetivo exatamente contrário".

sem de maneira definitiva o objetivo de seu plano, sob o desenrolar da discussão, não ficariam um minuto. Seriam mandados embora!.[21]

O que Briand observa assim, com uma certa clareza e com um reconhecimento, diga-se de passagem raro, é que a posição oficial de um governo exprimindo suas intenções é normalmente uma posição exagerada, uma posição de negociação. A grande dificuldade para os outros é discernir, em uma declaração sobre os objetivos de guerra, qual a parte de exagero ligada à negociação e qual é realmente a jogada. Mas, inversamente, o adversário, acreditando que as reivindicações de seu inimigo são exageradas para a negociação, não pode fazer outra coisa a não ser exagerar as suas, sem o que há o risco de que o outro acredite que ele aceitará menos. E deve-se jurar por todos os deuses que esse máximo solicitado é, na realidade, o mínimo possível, na falta do qual a posição de negociação não é boa.

O presidente Wilson, adversário da diplomacia secreta, procurou, em sua tentativa de paz, em dezembro de 1916, obter dos dois adversários a publicação de seus objetivos de guerra. Aceitava que o fato de torná-los públicos obrigaria os governos a reduzi-los, e que assim, munido dos dossiês de cada lado, poderia procurar um caminho intermediário. Porém, aconteceu o esperado: os dois lados ou se recusaram, ou expressaram seus objetivos de maneira tão vaga, que se poderia esperar qualquer coisa. E ele próprio, quando se sentiu forçado a proclamar publicamente seus objetivos, uma vez dentro da guerra, nos quatorze pontos de janeiro de 1918, mostrou-se, por sua vez, por necessidade, extremamente obscuro sobre certas questões essenciais.

Roosevelt queria eliminar esse inconveniente e evitar com cuidado objetivos de guerra concretos. Ele pensava que seria sempre tempo, uma vez a conquistada a vitória, de formulá-los. Esse método teve como resultado o aumento da desconfiança, em particular por parte da URSS. Para citar apenas um exemplo, a ausência do objetivo de guerra formulado por Roosevelt levou um de seus

---

[21] Paul Allard, *Les dessous de la guerre révélée para les comités secrets*, Paris, 1932, pp. 241-242.

partidários, o general de Gaulle, a equivocar-se totalmente sobre suas intenções em relação à França:

> O presidente Roosevelt, sob o manto de declarações que diziam o contrário, achava que a questão francesa pertencia ao seu próprio domínio, que os filhos de nossas divisões seriam vitoriosos por suas mãos, que o poder público sairia um dia dessa desordem; tudo isso nasceria de sua arbitragem.

Ora, nada estava tão distanciado do pensamento do presidente americano, que se contentava em garantir à França, como antes, a livre iniciativa de uma consulta eleitoral democrática e que, por um erro parecido ao de seu partidário, acreditava que este não a desejava e ambicionava uma ditadura.

Também, no caso de uma guerra, a situação mais genérica é a ignorância dos objetivos exatos do adversário, este se abstendo de formulá-los publicamente ou o fazendo de uma maneira vaga, ou mesmo sendo particularmente oportunista, recusando-se a estabelecer a lista, mesmo em seu foro íntimo, de modo a manter as mãos livres. O resultado é que é sempre difícil sair de uma guerra por uma paz de compromisso e que as grandes guerras recentes sempre terminaram com a vitória de um dos lados. Isso é tão verdadeiro que, quando um dos lados esboça uma abertura para a paz, a primeira reação de seu adversário é acreditar que se trata de uma manobra: manobra para obrigá-lo a precisar seus objetivos, manobra para desagregar sua vontade de combater, nunca um esforço sincero para terminar o derramamento de sangue.

Existe um fim da guerra?

O general de Gaulle falou muitas vezes da "Guerra dos Trinta Anos" que começou em 1914 e acabou em 1945. Tratando-se de países determinados, como por exemplo a França, a fórmula é pouco exata. A violência da Grande Guerra parou em 11 de novembro de 1918, às 11 horas. A violência da Segunda Guerra recomeçou, oficialmente, a 3 de setembro de 1939, às 17 horas. Em função da definição habitual que é a nossa, não há guerra sem violência física

organizada. O interesse da reflexão do general de Gaulle é nos dizer que o fim da violência, em numerosos casos, não acaba bem.

Esquematicamente, a guerra pode terminar:

- pela *destruição* física do adversário. Roma destruiu Cartago e matou seus habitantes;
- por *debellatio*. A unidade política inimiga é destruída e completamente dissolvida, sem possibilidade de ressurreição. Foi o caso do Sul na Guerra da Secessão;
- pela *capitulação incondicional*. Foi aplicada, na Guerra da Secessão americana, ao Sul, e sendo os vencedores unionistas, foi seguida de *debelattio*. Em contrapartida, mesmo que em 1945 o último governo alemão, o de Doenitz, tenha sido dissolvido e substituído por comandantes militares das quatro zonas de ocupação – vagamente coordenadas por um "conselho de controle interaliado" –, ninguém teve a idéia de um desaparecimento definitivo de todo o Estado alemão. O antigo Estado é que foi dissolvido. Numerosos Estados serão criados esperando por uma longínqua unidade.

Até agora, mencionamos a vitória militar total de um dos lados. Na hipótese em que haja ou uma vitória real deixando ao vencido pouca esperança de recomeço, ou uma vitória relativa mas com uma probabilidade de que ela se torne uma vitória total, o lado que se curva tenta acelerar o final da guerra. Qualquer que seja o método jurídico empregado – cessar-fogo, armistício, armistício rapidamente seguido de preliminares de paz –, encontramo-nos na situação de uma *interrupção dos combates com condições precisas*. O vencido não fica à mercê do vencedor, mas obtém dele promessa, na falta da qual ele seguiria uma guerra desesperada (caso dos armistícios de 11 de novembro de 1918 e de 22 de junho de 1940). Cabe então ao vencedor determinar se ele prefere parar os combates e sofrimentos ou se é melhor ir até à vitória total. Em outubro de 1918, o general americano Pershing desejava ter continuado a guerra. O marechal britânico *Sir* Douglas Haig queria o fim imediato e, por temor de ver o exército alemão resistir por muito tempo, propôs condições moderadas (retirada alemã até as

fronteiras). O marechal francês Foch – que seguia os governos da *Entente* – preferia o armistício, mas com severas condições (retirada alemã até o Reno).

Podemos incluir nesse tipo:

– quase todas as guerras do Antigo Regime e do século XIX;

– todas as guerras da descolonização desde 1945.

Uma última hipótese é parar os combates sem que um dos lados tenha claramente ganhado. É a "paz sem vitória", a "paz branca". Pára-se, pois, a jogada desejada e o sofrimento aos quais ainda seriam submetidos. A "paz branca", tema de Wilson em uma famosa mensagem em 22 de janeiro de 1917, tema dos bolcheviques no final do mesmo ano (este sob a forma de uma revolução), aparece raramente na história. Basear seus cálculos sobre ela, quando nos encontramos fora de combate, parece ser, então, muito irreal. Foi o caso do governo de Vichy durante os anos da guerra.

A rigor, pode-se admitir que a paz de Aix-la-Chapelle em 1748 – a França e a Inglaterra ocupadas mutuamente com suas conquistas (Madras, na Índia, contra a ilha de Cap-Breton na entrada de Saint-Laurent) – aproxima-se dessa categoria.

O verdadeiro problema que se coloca com o fim da violência é o de saber se a fórmula escolhida tem chances de durar. "Nossos atos nos seguem" (*Nos actes nous suivent*), título do romance de Paul Bourget, poderia ser bem aplicado às violências dos homens. Após décadas, até séculos, antigos vencidos, submissos, revoltam-se; poloneses, irlandeses e todas as vítimas do imperialismo. A reconciliação raramente aparece nos casos humanos. Pode-se quase afirmar que uma guerra origina outras guerras e que a paz definitiva é uma ilusão.

Parte V

A teoria
(vida e morte dos impérios)

Após haver analisado todos os elementos, estáticos e dinâmicos, das relações internacionais, chegamos à *teoria*.

Eu sempre admirei esta palavra, pelo menos desde a idade em que me explicaram o que, em linhas gerais, significava a obra de Newton: um sistema que, por longo tempo, explica quase tudo o que se sabe sobre a física, um sistema que permite descobertas sensacionais, um sistema que todos os verdadeiros sábios do mundo ensinam e respeitam – até que, no século XX, toda uma série de fenômenos entrando em conflito com a teoria newtoniana obriga a concepção de novas, mais amplas.

Em matéria de relações internacionais, eu conheço numerosas teorias. É exatamente isso que me perturba. Se uma entre elas possuísse força, acabaria por impor-se, pois atualmente os diversos teóricos comentam umas e outras mas não chegam a leis reconhecidas.

O marxismo-leninismo tentou fazê-lo. Primeiramente, ele se diz "científico", o que impressiona, enquanto para Marx isso significava simplesmente que o movimento operário deveria ser inspirado não por piedade, mas pela teoria da história.

Essa teoria, materialista, dando à evolução econômica (os "relatórios de produção") o primeiro lugar, declarando-se infalível, desempenhou um papel enorme, particularmente de 1917 aos anos 1980. É claro que, atualmente, a história, impiedosa, obriga-a a desmoronar-se. Não se trata apenas de uma burocratização do sistema, mas, sobretudo, da refutação da doutrina pelos fatos.

- Proletarização da pequena burguesia, da classe média em sua imensa maioria? É, ao contrário, a imensa maioria do proletariado que, em toda parte, tornou-se, pequeno-burguesa.
- Explicação da história pela luta de classes: "Proletariado de todos os países, uni-vos!" Ora, o proletariado nunca se uniu, e a nação, em 1914, em 1939, nas guerras de independência coloniais, etc. deu prioridade à "colaboração de classes" e constituiu o verdadeiro motor da história.
- Princípio segundo o qual os países "livres do lucro do capital" não podem ter conflitos nacionais ou estatais? Ver sobre esse tema e a título caricatural: China-URSS; China-Vietnã; Vietnã-Camboja; Etiópia-Somália; Etiópia-Eritréia.
- Nenhum movimento operário pode-se produzir quando a "vanguarda do proletariado" – o PC sob diversos nomes – conquista o poder? Em 1981, a Polônia, com o sindicato Solidariedade, mostrou claramente que isso não era verdade, e seu exemplo foi bastante seguido.
- Nada de "imperialismo" nos países libertados do lucro do capital, pois o imperialismo é o "estado supremo do capitalismo", como escreveu Lenin? Então, a URSS poderia conquistar o mundo sem ser imperialista. Ninguém poderia admitir essa auto-satisfação. Os chineses acusaram a URSS de "social-imperialismo".
- Um nível de produção crescente sem cessar, que ultrapassará o dos países europeus em 1970, segundo as afirmações de Khruchtchev, em 1956, e o dos Estados Unidos por volta de 1980? Atualmente, menos de 17% da produção da URSS pode rivalizar com os produtos ocidentais e japoneses.
- Acrescentamos a isso o "paraíso soviético", a "pátria do proletariado", a condenação da liberdade, dita "formal", das verdadeiras democracias etc. Stalin, Khruchtchev (crise de Berlim, foguetes em Cuba, muro de Berlim, etc.), Brejnev, que conduziram a situação por meio do terror, pela força, pela burocracia, com mão de ferro, com a ajuda do totalitarismo, campos de concen-

tração (*gulags*). "Impossível", dizia a *intelligentsia* francesa, extasiada no momento do processo Kravtchenko em 1954! O erro foi tamanho que, após alguns anos, mesmo os "intelectuais", esnobes, tão numerosos, abandonaram o barco, como os ratos da lenda.

Essa teoria, de aparência sólida, dando primazia ao econômico, tendo quebrado brutalmente, rejeitemos de pronto todas as outras teorias "monistas": um único princípio de explicação. Citemos alguns exemplos dessa teorias simplificantes:

- Tudo vindo do *inconsciente* (por recalques, frustrações, sublimação, complexos, etc.);
- o homem é um ser *racional*, que deve eliminar de sua ação os comportamentos instintivos e passionais, de tal sorte que se possa determinar de uma vez quais ações são racionais e quais não o são, de maneira que, ainda, se possa determinar, para cada unidade política (hoje, para cada nação), um interesse comunitário objetivo;
- as unidades (hoje os Estados) são principalmente transformadas pela vontade de acréscimo de seu *poder*, de tal forma que a história das relações internacionais, em linhas gerais, pode ser explicada em termos de lutas tendendo a aumentar esse poder;
- como tudo passa pelo pensamento humano, apenas os *valores*, diferentes, sucessivos, mas todos caracterizados por uma aspiração da realização de um sistema "melhor", constituem o motor das ações humanas.

Para mim, a história parece demonstrar, ao contrário, que *todos esses dados, em graus diversos e variáveis, desempenham um papel* e contribuem para explicar não apenas cada acontecimento, mas as grandes coleções de acontecimentos.

É possível que, um dia, um conhecimento profundo do cérebro humano consiga fazer passar nossas explicações de heterogeneidade – atualmente evidente – à homogeneidade. Ainda continuará impossível, parece-me, passar do mecanismo à consciência, pois

mesmo se soubermos um dia exatamente quantos bilhões de neurônios e quantos bilhões de bilhões de sinapses de conexões entre neurônios expliquem tais tipos de comportamentos, quais correntes elétricas ou forças mecânicas provocam essas conexões e qual a origem dessas correntes ou dessas forças, não restará nada mais do que o supercomputador, que não é consciente, enquanto nós o somos.

Não é o caso de fazer metafísica, mas de constatar, pura e simplesmente, uma realidade absolutamente concreta. Há a matéria (mesmo composta em supercomputador) que não sabe; há animais que sabem alguma coisa; existem os homens, que sabem que eles sabem e procuram saber cada vez mais, e saber o que é o saber, e assim por diante. Não saímos da constante ao verificar isso, e é tão concreto quanto a gravidade ou a luz. Há continuidade entre o animal e o homem, como parece pensar François Lhermitte – unicamente uma questão de células e de sinapses –, ou uma ruptura como eu tenho tendência a acreditar? A questão permanecerá aberta por muito tempo.

Ao todo, na época atual, somos abrigados a teorizar sobre uma humanidade na qual cada membro obedece alternativa e simultaneamente a motivações heterogêneas. Impor uma explicação monista é, atualmente, lançar-se no impasse das ciências mortas. Tais foram a astrologia, a frenologia, a flogística e a alquimia. Não sejamos os alquimistas do século XX, objetos de diversão e piedade dos homens do século XXV.

Pois, ao lado da razão, cujas matemáticas são a forma mais pura, há a experimentação – ou, na sua falta, a observação. Esta vem corrigir consideravelmente o raciocínio puro. Descartes, contrariamente a Bacon, acreditou poder utilizar o raciocínio do tipo matemático para todo o conhecimento humano. Assim, chegou a um erro: colocar na glândula pineal o centro do pensamento. A história, que é uma observação dos traços deixados por um passado desaparecido e uma reconstituição parcial desse passado, ensina-nos a modéstia perante a complexidade das coisas. Na fantástica racionalização utilizada pelos matemáticos, ela não pára de opor o absurdo, o irracional, o inesperado, o singular, o único, o qualitativo, em suma, tudo o que impede o homem, além de *dotado de razão* – pois ele pode ser matemático –, de ser um *ser da razão.*

Ora, esse homem é a matéria das ciências humanas. É necessário torná-lo tal como é e tentar teorizar não sobre o homem simplificado pelas necessidades da causa, mas sobre o homem real, observável e complexo. Senão, não se poderia evitar o que Clemenceau reprovava no idealismo de Wilson, e que eu escolhi como exergo deste livro: “O olhar perdido no abismo do tempo se lança em um magnífico vôo, além do tempo e do espaço, para mergulhar no vazio acima das coisas que são inferiores”.

Ou ainda o Alceste de Molière, diante de Celimena, a coquete. “Deixe-a”, diziam-lhe os amigos; ao que ele respondia: “Eu sei, a razão me diz todos os dias. Mas não é a razão que dita o amor”.

Muitas coisas além do amor provêm de fontes, de motivações não racionais.

Capítulo 15

A teoria e seus limites

Por volta de 1980, todas as teorias relativas às ciências humanas permaneciam frustradas, elementares e inacabadas. Com efeito, uma teoria é um conjunto composto por uma descrição, uma classificação e uma explicação global. Não se pode praticar química sem conhecer a lista de elementos simples, nem botânica sem haver feito o inventário das plantas, nem astronomia sem descobrir as estrelas, os planetas e as galáxias.

Em ciências humanas, os fenômenos são acontecimentos, todos singulares. A enumeração é, portanto, ilimitada. A classificação é difícil pela falta de identidades absolutas. Entretanto, a história recolhe uma parte desses acontecimentos, os homens tentam classificá-los. Eu tentei fazer isso, de forma sumária, nas quatro primeiras partes da obra.

Quanto à explicação, esta repousa, pelo menos parcialmente, em um conhecimento aprofundado do cérebro e dos gens. Já dissemos cem vezes: enquanto não dispusermos desse conhecimento aprofundado, permaneceremos *empíricos*.

Enquanto estivermos limitados pelo empírico, podemos ter duas atitudes: uma audaciosa (eu tenderia a dizer pretensiosa), que consiste em multiplicar os postulados que substituem dessa forma as leis e dão à construção uma aparência coerente; a outra, modesta, que consiste em conhecer o limite do possível e, no interior desses limites, procurar algumas *regularidades, regras e receitas*.

Em uma teoria empírica – e portanto inacabada –, a parte descritiva e classificadora é forçosamente maior que a parte dedicada às "leis". Em se tratando de ciências humanas, estas não têm o rigor das ciências naturais. Situam-se em vários níveis de generalidade e de precisão. Não oferecem uma satisfação perfeita à razão.

Mas essa própria imperfeição pertence à sua natureza. Gostaria que me citassem uma única lei humana válida para todos, aplicando-se infalivelmente, a tal ponto que permitisse prever o futuro. Alguma vez já vimos um homem de Estado ou um sábio prever o que seria o futuro imediato, que não fosse por pura intuição ou por sorte? Bismarck vangloriava-se de prever o que se passaria nos dois anos seguintes, não além. Mesmo no sistema relativamente estável no qual vivia, sua visão nada mais era que geral e, além do mais, ligada ao imenso poder que ele soube se dar no seio desse sistema. Conhecendo suas próprias intenções (após 1871, evitar guerra e não procurar novo engrandecimento da Alemanha), hábil em realizar alguns objetivos imediatos (impedir a França de estabelecer alianças que, sozinhas, lhe permitiriam a "revanche"), ele pôde, durante quase vinte anos, dominar mais ou menos a situação. Pode-se comparar isso ao conhecimento de leis exatas? Certamente não, e por dois motivos: primeiramente porque *toda regularidade permite prever provavelmente uma saída para essa ou aquela onda de acontecimentos, mas não permite nunca fixar uma data*. Em seguida, porque *toda proposição de caráter absolutamente geral da lugar a exceções*. Quando La Rochefoucauld declarou que "as virtudes se perdem nos interesses como os rios se perdem no mar", ele vai de encontro à própria existência de seu contemporâneo Vincent de Paul, ou mesmo – pois Vincent poderia ser sensível à glória que valia o sacrifício – a humildes indivíduos que se vêem nos pobres, nos prisioneiros e nos leprosos, assim como outros que aceitam sacrificar suas vidas por uma causa, obscuramente, sem mesmo a orgulhosa esperança de uma glória póstuma.

Sobre o modelo desta proposta de La Rochefoucauld, o pensamento humano é cheio de fórmulas categóricas, adágios, provérbios e reflexões moralistas. A menos que não se trate de truísmo, essas fórmulas, por melhores que sejam, possuem o mesmo defeito, que é o da rapidez de nosso espírito para generalizar a partir de

alguns casos observados. Na realidade, *elas não têm nenhuma utilidade para uma teoria.*

Assim, poderíamos eliminar da teoria:

- todas as proposições referentes ao *caráter nacional* de um povo: "Os franceses são indisciplinados"; "Os alemães são disciplinados", pois as provas ao contrário, no curso da história, concorrem igualmente;
- todas as proposições que são relativas ao *nato* e ao *adquirido*: "Tal pai, tal filho", corrigida para "Pai avaro, filho pródigo";
- todas as proposições que exagerem em conclusões *otimistas*: "A virtude sempre é recompensada", ou pessimistas: "A força vence o direito";
- todas as proposições que tentem fixar o limite do *insuportável*: "O homem se acostuma a tudo, até mesmo o escravo às suas correntes";
- todas as proposições que tentem *racionalizar as paixões humanas*: "Uma recordação feliz em um dia de tristeza" à qual se opõe uma recordação feliz "mais suave que a felicidade", etc.

Quanto às proposições menos decisivas, são ora verdadeiras, ora falsas, e simplesmente mostram as dificuldades próprias da ação humana, que ignora a maior parte dos dados dos problemas: "É assim que comumente, quando se pensar em largar um mau negócio, é aí que se afunda mais"; ou então: "Como diz Merlin: Aquele que tenta enganar a outrem, comumente engana a si próprio".

O que proporemos aqui é mais modesto e mais seguro, e não constituindo uma enumeração completa, poderá ser sempre enriquecido e exato. Como dissemos no final do capítulo precedente, colocar-nos-emos em três níveis:

1º) *Aquele que engloba o conjunto da história humana.* O exame empírico feito pelo historiador leva-o a constatar a existência repetitiva de certos tipos de acontecimentos ou de conjuntos de acontecimentos apresentando analogias muito fortes e que são completamente independentes dos níveis técnicos e sociais, dos

regimes políticos ou das regiões geográficas. Nós chamaremos a essas repetições de *regularidades.*

2º) *Aquele que pertence a uma das estruturas – isto é, uma das fases de evolução lenta* que o mundo conheceu historicamente. Para uma determinada era, em um determinado conjunto geográfico, existem regras temporárias geralmente aplicáveis, mas que deixarão de sê-lo em uma estrutura nova.

3º) *Aquele relacionado à ação pontual,* em um dado momento e em dadas circunstâncias. Os homens devem agir. Para fazê-lo da forma mais razoável possível, as grandes regularidades e as regras temporárias não são suficientes. Na falta de conhecimento científico, eles se voltam para os princípios de caráter *normativo,* a que podemos chamar de *receitas.* Nos níveis 1 e 2, a reflexão científica precede a pesquisa de normas de ação. No 3º nível, ela a acompanha ou, mais comumente, segue-a.

As regularidades

Este termo parece-nos muito mais apropriado que lei. Uma lei pode ser aplicada apenas a uma ou a várias séries de *fenômenos* exatamente idênticos, livres de todo caráter singular e, conseqüentemente, mensuráveis.

Quando se trata de *acontecimentos* que, segundo nossa definição, implicam a intervenção humana, cada um deles é singular, único. A identidade nunca existe. Em geral, eles não são mensuráveis (e isso menos que a parte da razão humana que aí é maior). Entre vários acontecimentos, não se pode encontrar eventualmente mais do que analogias e semelhanças: estas são impressões comuns a vários homens, como, por exemplo, a de que existem tipos de discurso, tipos de comunicação e tipos de violência.

A regularidade é a existência de uma longa série de semelhanças que parecem transcender as épocas e, conseqüentemente, ser ligadas à própria natureza do *homo sapiens.*

Mencionaremos algumas, em um estudo que pesquisas posteriores poderão melhorar.

1ª) Toda grande comunidade – e portanto toda unidade política – procura a eficácia técnica.

Os homens têm necessidade de produzir vantagens e, quando seu sistema de valores não está envolvido, adotam a ferramenta, a máquina que permite uma melhor produtividade, a cultura que dá um melhor rendimento. Procuram sem parar – ou pelo menos alguns entre eles procuram sem parar – encontrar técnicas que aumentem a produção (mais objetos disponíveis) e a produtividade (menos esforço para obter a mesma quantidade de objetos).

2ª) Todo aperfeiçoamento técnico obedece a uma regularidade permanente e universal, a disseminação.

Já mencionamos a extraordinária disseminação do Neolítico (cultura, criação), o bronze, o ferro; o mesmo com a pólvora, as estradas de ferro, o rádio e a televisão. Ocorrerá o mesmo, seja lá o que for feito, com a energia atômica.

Não apenas todo povo que não possui tecnologia (como, por exemplo, a fabricação de armas modernas) procura comprar produtos dos que sabem fazê-los, mas comumente também se preocupa em aprender a fabricá-los.

A história mostra-nos um enorme leque de meios:

- a compra de patentes;
- a espionagem industrial;
- a contratação, por razões práticas, de estudiosos e engenheiros estrangeiros;
- o envio ao exterior de missões, estudantes e pesquisadores;
- convite a *experts* estrangeiros livres (cf. os engenheiros americanos e alemães na URSS nos anos 1920 e 1930); em um nível mais usual, o convite a conselheiros estrangeiros e a técnicos.

Essa regularidade da disseminação é da mais alta importância internacional. E faz crer, por exemplo, que nenhum segredo é

inviolável (o bicho-da-seda trazido clandestinamente da China), o tratado de não-disseminação de armas atômicas tem poucas chances de evitar sua fabricação por um número crescente de unidades políticas, etc.

O desconhecimento dessa regularidade pode provocar desastres. Assim, os franceses instalaram o campo de trincheiras de Diên Biên Phu porque minimizariam a possibilidade concreta de os vietnamitas procurarem armas de artilharia pesada e de DCA.

A disseminação tem como resultado que nenhuma superioridade está assegurada indefinidamente tanto para a economia (cf. as acearias sul-coreanas) quanto para as armas.

É, portanto, necessário, para afirmar a teoria, estudar os processos de disseminação e de difusão de um grande número de objetos e víveres. Quando há o *primeiro contato*, o estrangeiro tecnicamente superior tem muito mais a oferecer que o "primitivo". Este, entretanto, algumas vezes possui objetos interessantes. Estudando "as contribuições do continente americano no campo animal e vegetal do antigo continente",[1] Paul Fénelon mostra claramente que essas contribuições

> começaram no reino animal e no reino vegetal bem antes de 1492, por intermédio da Oceania e da Ásia. Mas passaram despercebidas pelos europeus, pois a história não conta nada a esse respeito. Ao contrário, após 1492, as dádivas da América tornaram-se consideráveis... impressionando nossos predecessores dos tempos modernos.

O peru, a quinquina, o cacaueiro, a ipecacuanha, o tomate, o tupinambo, o feijão, o morango e, sobretudo, o tabaco, o milho, a batata e a *Hevea brasiliensis* são provas brilhantes da disseminação "às avessas".

Outros exemplos devem ser cuidadosamente estudados, como o da roda. Por que, após haver alcançado a Ásia e o norte da África, ela não atravessou o Saara? Foi necessário esperar que a África fosse penetrada pelos lados para que ela aí chegasse, mais ou me-

---

[1] Do compêndio coletivo *La découverte de l'Amerique* (Dixième stage international d'études humanistes, Tours, 1966), Paris, Vrin, 1968, pp. 254-256.

nos na mesma época em que chegou à América, onde era igualmente desconhecida.

3ª) O principal freio da disseminação é a existência, em uma sociedade, de um sistema de valores coerente.

Quando uma técnica parece ser contrária a valores estabelecidos em uma dada sociedade, ela é severamente rejeitada.

Por exemplo, em certas regiões da Índia, sendo a vaca um animal sagrado, não se pode nem matá-la, nem *a fortiori* nutrir-se dela, nem mesmo impedir que ela devaste plantações. É claro que, racionalmente, a vaca deve ser utilizada não para aumentar a fome, mas sim para diminuí-la. Mas aqui a razão não tem nada a ver, prova disso é a "Revolta dos Sipaios", de 1857, já mencionada, relativa à gordura de boi, com a qual os cartuchos das balas eram recobertos. Há muitos exemplos desses obstáculos. A construção de estradas de ferro na China foi retardada pela idéia de que elas perturbariam os ancestrais sepultados nas proximidades.

É provável que toda história humana tenha sido alicerçada em tabus análogos.

Atualmente, temos um bom exemplo com as campanhas conduzidas contra a energia nuclear pacífica. Para alguns grupos de ecologistas, a palavra "átomo" tornou-se passional. Pode-se explicar, raciocinar, mostrar que a extração da hulha e do óxido de carvão já fez centenas de milhares de vítimas e que o petróleo está prestes a poluir praias e oceanos, enquanto as vítimas da energia nuclear são em número relativamente pequeno (mesmo em Chernobil, na URSS, onde a proteção não era muito bem garantida), não adianta nada. A desconfiança aparece e produz uma espécie de contracultura, precisamente em regiões e em grupos onde os tabus religiosos estão a ponto de desmoronar. O significado dos referendos organizados contra e a favor da energia atômica (Áustria e Suécia, por exemplo) é completamente nulo no que diz respeito ao valor do procedimento. É grande para o teórico, pois revela o tamanho do novo tabu.

Entretanto, a disseminação continua, como a corrente d'água que, contornando obstáculos, segue impiedosamente as linhas maiores do declive.

4ª) *Deve-se poder distinguir uma* regularidade da conversão, *isto é, as condições nas quais grupos de homens passam de um sistema de valores a outro. Antes de formulá-la, mencionaremos esquematicamente alguns acontecimentos conhecidos, relacionados a certas grandes mudanças de valores.*

– Do século I ao VI, o cristianismo invadiu o Império Romano, do Oriente e do Ocidente. Ninguém duvida de que, para o declínio da religião greco-romana, a disseminação de certos cultos orientais e certos interesses em jogo ajudaram. Esta é uma questão de coerência? Mas então por que a religião judaica não consegue mais adeptos? Chega-se à "pseudoconversão" de Constantino em 313, e seu batismo à hora da morte. E, após o episódio de Juliano, o Império cristianiza-se, tanto quanto os bárbaros vizinhos. Ora, no século VI, o cristianismo parece satisfazer tanto a brilhante civilização bizantina como os regimes ocidentais brutais e o centro da cultura isolada da Irlanda.

– A partir do século VI, o cristianismo ganha apenas regiões imediatamente periféricas. Em outras partes, ou se choca com blocos (budismo, hinduísmo, islamismo, e depois a China e o Japão), ou só progride acumulando conversões individuais, criando assim pequenos setores cristãos em zonas "pagãs", ou impõe-se por meio da força bruta (na América e no norte das Filipinas).

Mas as missões apenas têm sucesso em países de religiões pouco poderosas (na África entre os animistas, mas nenhum entre os muçulmanos) ou em certos setores sociais distanciados do poder e dispersos (China, Japão, Coréia e Vietnã, por exemplo).

Quanto à força, ela também não deu resultado nas cruzadas contra os muçulmanos.

– O islamismo conseguiu, por uma conquista duradoura, no Oriente Médio e no norte da África, o que o cristianismo não soube fazer à época das cruzadas. Deve-se considerar que, a partir do século VIII, havia no islamismo mais vigor e coerência do que o cristianismo? Assim ganhou ele uma parte da Ásia. Mas,

como aconteceu que, triunfando em um século em Java (séculos XIV e XV), confronta-se em Bali com uma resistência quase total do hinduísmo e apenas penetra na ilha de forma minoritária?

– A implantação de igrejas protestantes a partir do século XVI é igualmente um fenômeno interessante. Nessa data existiam Estados modernos. Quando o rei conseguiu garantir a disposição da fortuna das igrejas, como na Espanha (graças à política do cardeal Ximenes de Cisneros) ou na França (graças ao acordo de Bolonha de 1516), a reforma implanta-se ou dá certo apenas localmente. Mas notaremos que, inversamente, a perseguição – do tipo das dragonadas – não produzia tampouco conversões duradouras.

– A partir do século XX, o fenômeno principal é a implantação do comunismo, após a criação do partido bolchevique por Lenin e a Revolução de 1917. Embora se trate de um materialismo ateu, a difusão é comparável àquela que observamos para as religiões. Os fundadores (Marx, Engels e Lenin), a aspiração de incontáveis indivíduos a uma maior dignidade do homem, a existência de princípios simples, de fácil acesso (difundidos pela "agitação") e uma doutrina sutil, aberta ao refinamento intelectual (a "propaganda"), tudo isso corresponde ao catecismo e à teologia que os cristãos pregam, em nome de outros mestres, o Cristo, São Paulo. A forma de organização do partido bolchevique e as exigências das "21 condições" assemelham-se às regras severas que São Paulo exigia das igrejas novas.

O estudo da implantação do comunismo deve ser seguido em escala local.[2] Desde 1989, o declínio e até mesmo o desmoronamento aparecem por toda parte. Para o período dos anos 1980, notamos grandes conjuntos. Nas zonas cristãs em plena "descristianização", onde a união da Igreja com a riqueza e o poder provocou grandes movimentos de desafeição e até de ódio (como, por exemplo, França, Itália, Portugal, América Latina e Espanha), certos setores da população foram conquistados. Há, entretanto, zonas

---

[2] Ver por exemplo Jacques Girault, *op. cit.*

cristãs onde sua influência permanece praticamente nula (Estados Unidos, Canadá e Escandinávia), outras onde foi imposto pela conquista militar (Leste Europeu, com exceção da Tchecoslováquia, onde a implantação foi forte). O Islã parece constituir um bloco de resistência; a aproximação de certos países com a URSS provém de decisões da cúpula, não do esforço de militantes de base. A Ásia central soviética, islâmica, conheceu o formidável esforço do governo central ateu para desenraizar a religião,[3] sem que se pudesse saber se os resultados estão à altura das medidas tomadas. A China, país com reputação pouco religiosa, tornou-se comunista. Na Polônia, país onde a Igreja Católica era forte, a conquista do poder pelo comunismo não foi suficiente para desenraizá-la. A partir desses poucos exemplos, e apesar de nossa ignorância sobre períodos mais difíceis de conhecer, pré-histórico e proto-histórico, parece que podemos formular a seguinte regularidade:

A conversão, fenômeno individual freqüente, é extremamente rara coletivamente quando se trata de comunidades dotadas de uma religião ou de uma ideologia. Ela só ocorre quando:

a) a ideologia existente está em plena desagregação;

b) a ideologia que deseja substituí-la é vigorosa e atraente;

c) uma conquista chega ao deslocamento pela força de uma ideologia existente, durante um longo período de tempo;

d) perifericamente, pela proximidade com uma zona de fé intensa.

Já mencionamos o estudo de psicólogos sobre a conversão.[4] Um estado de morosidade, de insatisfação, seguido de uma catástrofe de primeira grandeza, acompanhada de sofrimentos extremos, são as condições necessárias.

Vemos quais são as conseqüências dessa regularidade: o efeito geralmente decepcionante das cruzadas e das guerras de religião; a bastante medíocre influência da propaganda, da guerra psicológica

---

[3] Cf. Hélène Carrères d'Encausse, *L'Empire éclaté*, Paris, Flammarion, 1978.

[4] Parte III, capítulo 9, p. 212.

e da lavagem cerebral em comunidades com ideologias coerentes. Quando, em 1947, Georges Kennan preconizou, em famosos artigos, a doutrina do *containment* diante do bloco soviético, ele admitiu, explícita ou implicitamente, que nenhuma modificação da atitude comunista era observável de imediato. Se excluíssemos a guerra preventiva, seria necessário tomar precauções criando o que Dean Acheson chamava de "situações de força" e esperar pacientemente que a ideologia adversa se dissolvesse, o que nos conduz à regularidade seguinte, que está no coração da teoria.

5ª) A estabilidade estrutural de uma comunidade provoca em uma parte de seus membros a tomada de consciência do insuportável.

Lembremos que nós chamamos de "estrutura" aos movimentos lentos e que o "insuportável" é o estado no qual inúmeros indivíduos estão prontos a arriscar a vida para obter mudanças.

A estabilidade relativa de uma estrutura coincide, a princípio, com a amplitude do "consenso". Mas este, bastante firme no começo dos "bons reinados", não pára de se degenerar sem evoluir em nada. Se a Inglaterra, como notou Cobban, evitou uma revolução entre 1830 e 1835, foi porque seus governantes praticaram uma política de grandes reformas.[5] Ao mesmo tempo, o regime francês da Restauração, longe de transformar as instituições, tentava consolidá-las, em detrimento das aspirações de um número crescente de cidadãos "ativos" (pagando o imposto eleitoral) ou "passivos".

Recuando um pouco, constatamos que a rigidez crescente do Antigo Regime provocou a explosão da Revolução Francesa.

Também não é "bom governo" aquele que dura muito pouco tempo de tal sorte que o sistema não tenha tempo de se deteriorar. De Tito, imperador romano (79-81) a J. F. Kennedy, presidente dos Estados Unidos (1961-1963), a morte prematura (aos 42 e 46 anos, respectivamente) fixou para sempre uma auréola de popularidade. Mais raras são as longas dinastias populares, como os Antoninos, de Nerva à morte de Marco Aurélio, por quase cem anos (96-180). Talvez elas se beneficiassem de brumas distantes. Mas, invaria-

---

[5] Alfred Cobban, *Congrès pour le centenaire de 1848*, em Ernest Labrousse, *Causes des révolutions*, p. 24.

velmente, vem o príncipe mau, Domiciano para os Flávios; Cômodo para os Antoninos; Luís XIV para os Bourbons. As repúblicas são ainda mais duras. Elas logo espedaçaram seus Aristides, Catão, Clemenceau e Charles de Gaulle. Apenas mais tarde, quando eles não poderiam retornar, dão seus nomes às avenidas e aos locais de prestígio das grandes cidades.

6ª) Existe um conflito permanente entre eficácia e dignidade humana.

Os chefes de uma unidade política, os privilegiados que os apóiam, procuram aumentar a eficácia do sistema. Para a eficácia técnica, eles se chocam apenas com os obstáculos, já mencionados, que podem criar os valores estabelecidos (assim, a "revolução muçulmana" contra a industrialização desesperada do Irã), ou eles têm dificuldades de rotina, em face do instinto dos trabalhadores que vêem as máquinas privá-los de seu emprego imediato (desde os luditas ingleses do século XIX).

Mas é sobretudo a eficácia humana, o rendimento dos homens, que cria os maiores problemas. Quanto maior for o esforço exigido dos trabalhadores, mais nos aproximamos da *escravidão*. Para que os privilegiados gozem de um conforto cada vez maior, os escravos são utilizados sem medida. O único limite ao esforço exigido é o preço comercial do escravo. Se ele custa caro demais, não se quer que ele morra, da mesma forma que animais de tração.

A escravidão parece nunca ter desaparecido da existência humana, mesmo não existindo de forma tradicional nos países ocidentais. O proletariado do capitalismo selvagem descrito por Marx e por muitos outros, no século XIX, aproxima-se do escravo. Todas as formas de trabalho forçado, sobretudo nos impérios coloniais, apresentam características idênticas. Mas há pior: os campos de concentração nazistas, os *gulags* soviéticos. Como no tempo da escravidão legal e reconhecida, milhares de homens foram privados de seus direitos, de toda dignidade, a fim de que seu trabalho servisse ao regime do qual eles não recebiam benefícios.

O formidável movimento, ao qual chamamos de sindicalismo, cujo nascimento na Grã–Bretanha foi tão bem descrito por Sidney e Beatrice Webb, constitui um excelente exemplo da luta ganha contra a escravidão em nome da dignidade humana. O que avilta o

trabalhador é o salário insuficiente, o excesso de jornada de trabalho, a insalubridade, a insegurança, a simplificação maquinal do gesto pela taylorização, a disciplina excessiva, a variedade de punições, a falta de uma cultura que torne o lazer aproveitável. Finalmente, o que também avilta é o gueto, a cidade operária, o horizonte medíocre, o sentimento de ser explorado e a consciência de ser diferente.

Todo sistema totalitário tem como primeiro cuidado eliminar os corpos intermediários, à exceção do partido único sobre o qual se apóia. O sindicalismo é a primeira vítima, mesmo se, como na URSS, nos últimos anos, o nome fosse mantido para organismos que não tinham mais nenhuma relação com os sindicatos das democracias ocidentais (organismos de luta pela dignidade tornam-se, em nome do partido, "correias de transmissão" para a aplicação da legislação social). O extraordinário movimento de operários poloneses para a criação de um sindicalismo livre, em 1980, ilustra perfeitamente essa luta entre eficiência e dignidade humana e mostra que o próprio mundo comunista não escapa disso.

Tudo parece indicar que a luta pela dignidade humana é uma necessidade inextinguível do homem. Se, em escala individual, a força parece intransponível, parece igualmente constante, na história, que a coletividade acabe por vencer e arrancar o cabresto. Passaremos, então, a um outro sistema, que também terá privilégios e excessos. Mas é possível que os privilégios sejam menores e que os excessos sejam mais toleráveis.

A aceitação de uma disciplina nos limites das forças humanas é possível temporariamente em caso de uma grande crise, como, por exemplo, quando a pátria está em perigo. Ao sacrifício dos soldados se junta, então, o esforço quase sobre-humano dos trabalhadores (por exemplo, a desmontagem e a remontagem das fábricas soviéticas em 1941-1942, o esforço de guerra britânico na mesma época).

Acontece também que o totalitarismo se torna aceitável por um certo tempo, tolerando uma produtividade humana de trabalho bem baixa (foi o caso, na URSS, em vários setores).

Finalmente, o totalitarismo do tipo comunista pretende preparar, por meio de métodos em que a dignidade humana é colocada

entre parênteses, uma sociedade futura onde terá seu pleno desabrochamento. É um sistema de aposta, que exige fé de seus crentes.

Na totalidade, a história parece indicar que se, por um lado, o totalitarismo está cada vez mais aperfeiçoado, por outro está irrevogavelmente condenado. A grande incerteza é, como para todas as outras regularidades, o problema do momento. Convém meditar sobre as palavras de Sakharov (*Le Figaro*, 18 de junho de 1980):

> O fato de o totalitarismo realizar a unidade com todas as suas forças é uma das vantagens de que dispõe na ofensiva mundial conduzida contra um Ocidente pluralista... É claro que, tomados em sua perspectiva histórica, em condições de desenvolvimento pacífico e ordenado, os sistemas pluralistas são mais viáveis e mais dinâmicos. Resulta que o futuro seguirá seu caminho convergente do pluralismo e do progresso técnico-científico. Mas o mundo expõe-se a momentos muito duros e a cataclismas cruéis se o Ocidente e os países em via de desenvolvimento, que tentam conquistar um lugar ao seu lado, não derem prova de determinação, de unidade e de perseverança resistindo ao desafio totalitário.

7ª) As formas de agrupamentos humanos são menos estáveis que os sistemas de valores (religiosos e ideológicos), mas menos abertas a modificações que as técnicas.

Vejamos um exemplo. No primeiro século após Jesus Cristo foram criadas as igrejas – e notadamente uma igreja romana – cuja existência perdurou vinte séculos, extraordinário exemplo de estabilidade e duração.

Mas essa igreja, por razões espirituais e sociais, criou, ao longo dos séculos, novos tipos de agrupamentos humanos que se revelaram ao mesmo tempo duráveis e menos duráveis que ela. Esse foi o caso do monarquismo ocidental. No século VI, as regras de São Bento e de São Colombano constituem um fenômeno completamente novo e conheceram uma notável disseminação. A partir do século XVIII, esse monarquismo declina, como se a igreja procurasse sistemas novos (por exemplo, a "ação católica", no século XX). Entretanto, ele subsiste de forma residual.

Mas sobretudo no seio do monarquismo vimos, por reformas e adaptações sucessivas, criarem-se novas comunidades mais de acordo com as necessidades de cada época. Por exemplo, Cluny, ordem muito centralizada, por uma reforma da ordem beneditina em 910; Citeaux, bem mais descentralizada e federal, data de 1098. No século XII, as Cruzadas provocaram o nascimento de ordens militares: Hospitaleiros e Templários. No século XIII, novas necessidades fazem aparecer as ordens mendicantes, franciscanos (1208) e dominicanos (1215), cuja disseminação é igualmente notável. A Companhia de Jesus, no século XVI, representa uma organização nova, submissa ao papa, expressão da Reforma Católica, apta a uma difusão mundial. Podemos assim multiplicar os exemplos.

A disseminação muito mais recente do socialismo, por intermédio de partidos de tipo novo, pertence à mesma classe de fenômenos. O comunismo leninista e stalinista não conseguiu conservar o monopólio, e comunismos de outros tipos nasceram: trotskista, maoista, castrista, titista, etc. Temos a impressão, confirmada por um afluxo constante de acontecimentos, de que, no quadro de uma ideologia, de um sistema de valores novo e durável, tipos de grupos sociais, estáveis, contudo menos duráveis, são alternativamente inventados, adaptando a atividade militante às condições geográficas e sociais diferentes: o campo e a cidade, a selva e a serra, as grandes concentrações industriais e os arrozais.

Um outro tipo de agrupamento humano resultante de invenções sucessivas é o exército. Quando se trata de reunir um número muito grande de homens, de armá-los e de fazê-los obedecer a uma vontade única, a especificidade dos agrupamentos, sua hierarquia, os degraus do comando desempenham um papel enorme. Léon Homo analisou de forma admirável o exército imperial romano,[6] seu recrutamento, o agenciamento de legiões, sua divisão, sua organização. Apesar de algumas modificações lentas, o sistema durou quatro séculos. Entre os suboficiais ("principais"), distinguem-se 12 graus e especialidades. Para os oficiais subalternos, é toda a hierarquia dos centuriões, com sua cabeça de centurião "primipilo". Os seis tribunos são equivalentes aos nossos oficiais superiores; o legado da legião ou prefeito da legião é uma espécie

---

[6] Em seu livro *L'Empire Romain*, Paris, Payot, 1925.

de general de brigada, tendo acima oficiais comandando grupos de legiões e, no topo, o imperador.

Seria interessante estudar as influências exercidas por esse sistema sobre os países vizinhos, a disseminação, o mimetismo. Mais cativante ainda seria o estudo de sua desagregação, primeiramente interna, mas, sobretudo, externa, pela invenção de uma cavalaria de tipo novo, que dominaria durante toda a Idade Média.

Nos dias atuais, o agrupamento é inacreditavelmente mais estável que o armamento. Podemos dizer que, em dois séculos, as noções de companhia, de batalhão, de regimento, de brigada e de divisão praticamente não mudaram, da mesma forma que os nomes dos graus, as estruturas dos estados-maiores, os princípios gerais de intendência. Muito mais, por disseminação, os exércitos eficazes foram imitados – prussiano, napoleônico, exército das Índias. Os países desprovidos muitas vezes apelaram a instrutores militares e tentaram alcançar, graças a eles, a eficácia.

Ora, essa estabilidade e essa relativa homogeneização das estruturas através do mundo coincidem com as gigantescas mudanças técnicas. De Napoleão ao exército de hoje sempre encontramos o capitão e sua companhia de cem a duzentos homens. Mas, sob Napoleão, todos os homens tinham o mesmo fuzil de baioneta. Hoje, a companhia dispõe de cinqüenta a sessenta tipos de armas diferentes e quintessenciadas. Aí está a prova de que a evolução dos agrupamentos humanos é mais lenta que a das técnicas.

8ª) A regularidade da guerra.

Sempre houve guerras. Há guerras hoje em inúmeras regiões do mundo! Haverá sempre guerras? Na perspectiva de várias gerações, devemos responder que sim! Com efeito, vários elementos regulares intervêm para torná-la de algum modo inevitável:

– *A existência de sistemas fechados de valores estáveis, que implicam contradições e fontes de conflitos.*

Ora, a humanidade continua produzindo sistemas fechados. A Revolução de 1917 é um exemplo perfeito disso. O "internacionalismo proletário" é certamente um sistema universalista, mas fechado, pois preconiza e prediz a vitória final do proletariado.

Logo, é um universalismo que chama ao combate contra os valores não universalistas (as nações tradicionais), mas também contra outros universalismos (como, por exemplo, as grandes religiões). Mesmo uma vez atendido o *status* onde o "lucro do capital" é suprimido, a contradição subsiste com outras formas do internacionalismo proletário. O conflito URSS–China, que data do final da década de 1950, é talvez tão importante na história do mundo quanto a Revolução de 1917, e, de repente, desde 1989, o internacionalismo proletário desaba.

– *A existência de "diferenças de potencial" conduziu sempre os poderosos a ocupar terreno e, se são numerosos, a disputar a ocupação do terreno.*

Infelizmente, vivemos em um mundo onde as diferenças de potencial são, ao mesmo tempo, enormes e instáveis. Bastaria uma leve inclinação do potencial americano para ver a URSS se instalar, direta ou indiretamente, em Angola, Moçambique, Etiópia, Iêmen do Sul, Afeganistão e em toda a ex-Indochina francesa.

O próprio pacifismo absoluto, apesar de suas boas intenções, é criador de diferenças de potencial. A idéia do desarmamento unilateral, se tem um começo de execução, é um fator de guerra seguro. Nos comportamentos coletivos da humanidade, é totalmente inútil "dar o bom exemplo" ou sacrificar sua força por um certo "prestígio moral", como gostariam as almas caridosas que sugeriam a destruição espontânea da força de ataque francesa nos anos 1960. Não podemos ir contra as grandes regularidades humanas. Os sucessos iniciais de Hitler são conseqüência de uma diferença de potencial.

– *A regularidade com a qual reaparece o "insuportável" na história das comunidades humanas é igualmente fator de guerra.*

Qualquer que seja a natureza do fenômeno que produz o "insuportável" – frustração social, racial, nacional, ideológica, religiosa ou a mistura de vários desses componentes – resulta na aceitação coletiva do risco de vida, o que equivale à vontade de correr o risco mais do que deixar as coisas se perpetuarem.

Essa regularidade torna inútil uma outra forma de pacifismo, que existiu sobretudo nos Estados Unidos entre as duas guerras

mundiais, a doutrina da "guerra fora da lei". Saul Levinson e seus discípulos entendiam que, sendo a guerra uma instituição humana, a legislação poderia aboli-la, como aboliu a escravidão. Bastaria que cada Estado votasse leis abolindo as guerras. No desfecho, seus líderes seriam culpados de alta traição. Uma espécie de tribunal internacional julgaria a questão. Mas nenhuma sanção além da punição individual dos culpados seria prevista.

Isso é novamente um erro típico, baseado no desconhecimento das regularidades históricas. A princípio, a escravidão, como já vimos, só foi abolida sob a forma tradicional. O totalitarismo reinventou a escravidão. Em seguida, seria necessário que todos os Estados, sem exceção, adotassem essa legislação. Mas, sobretudo, como poderíamos acreditar que todos os Estados e todas as comunidades respeitariam a lei? Quando o "insuportável" aparece, a legitimidade existente é colocada em questão. E, se um povo aceita a guerra, ele não acusará seu chefe de alta traição. Os egípcios em 1967 não queriam se separar de Nasser, embora vencido;

– enfim, o sistema de Estados múltiplos, que não é uma regularidade, pois nem sempre existiu, coincide com a persistência da "desconfiança estrutural". Como essa desconfiança estrutural existe (e talvez ela seja inerente ao homem, quaisquer que sejam os agrupamentos), não vemos como poderiam-se realizar planos idealistas de luta contra a guerra: desarmamento, segurança coletiva[7] e até governo universal.[8]

Temo que Bergson não esteja tão próximo da verdade quando, nas "reflexões finais" de *Deux sources de la morale et de la religion*, ele enuncia a seguinte hipótese:

> Da sociedade fechada para a sociedade aberta, da cidade para a humanidade, não se passará jamais pelo caminho livre. Elas não são da mesma natureza. A sociedade aberta será aquela que, em princípio, abrangerá toda a humanidade. Sonhada, de tempos em tempos, pela elite, a sociedade aberta realiza, em cada ocasião,

[7] Cf. Richard-N. Gardner, *Vers un ordre international*, tradução francesa, Paris, Ed. Internationales, 1965.

[8] A título de exemplo, ver Emery Reeves, *Anatomie de la paix*, tradução francesa, Paris, Tallandier, 1946.

alguma coisa de si mesma nas criações nas quais permite superar, por meio de uma transformação mais ou menos profunda do homem, as dificuldades até então intransponíveis. Porém, após cada uma dessas ocasiões, fecha-se novamente o círculo aberto.

9ª) *Finalmente, há uma outra regularidade: o nascimento e, cedo ou tarde, a morte dos impérios.* Dedicaremos a isso nossos dois últimos capítulos.

As regras temporárias

Então, quando percebemos grandes regularidades que cobrem, parece, toda a fase do *homo sapiens* – há aproximadamente 40.000 anos –, há muitos outros sinais que só podem aparecer como permanentes na época em que vivemos. Uma atenta exploração do passado mostra-nos que elas não existiam. Houve um tempo em que não se verificavam. Em outros lugares não apareciam. Desaparecerão um dia. Chamaremos a essas regularidades imperfeitas de *regras temporárias.*

Certamente, a escolha de períodos relativamente estáveis com movimentos lentos apresenta alguma arbitrariedade. Do mesmo modo, a escolha dos limites geográficos (hoje espalhados no conjunto do mundo). Mas no interior dessa escolha arbitrária, regras são observáveis. É uma obrigação gigantesca que quer cobrir tudo (uma obrigação a princípio indispensável, já empreendida pelos historiadores, e que deve ser buscada e desenvolvida). A título de exemplo, a pesquisa das regras pode ser feita com:

– a Grécia do século V;

– o Império Romano dos dois primeiros séculos;

– o mundo bizantino do século VIII ao século XV;

– o mundo árabe do século VIII ao século XV, etc.

Podemos estudar sumariamente, a título de exemplo, dois casos, cujo primeiro se subdivide em dois:

– o mundo europeu do século XVI até 1914,

a) antes da Revolução Francesa;

b) após a Revolução Francesa.

– o mundo depois da Segunda Guerra Mundial.

O mundo europeu do século XVI até 1914

De um extremo ao outro, é caracterizado pela existência de "Estados modernos" (administração permanente, impostos permanentes e exércitos permanentes), por uma enorme superioridade técnica e militar dos europeus sobre os outros povos do mundo e pela "diferença de potencial" resultante. É ao longo dessa fase de quatro séculos que se produziu essa extraordinária seqüência de acontecimentos que é a conquista do resto do mundo pelos europeus. É igualmente o grande período de ouro, cuja pesquisa e posse inspiram o essencial do pensamento econômico e um grande número de empreendimentos ao mesmo tempo políticos e comerciais.

Vemos, à primeira vista, numerosas regras que se aplicam ao conjunto do período:

– *Certas potências (às quais chamamos muito cedo de grandes potências) são capazes de assegurar sua segurança apenas a si mesmas, contra todo adversário considerado isoladamente.*

Nos piores momentos da história da França (1636, "o ano de Corbie", 1711, 1792, 1815 e 1871), ninguém sonhou um só instante com a vassalização ou com a eliminação da soberania francesa. Também, durante todo o período com o poder dos Habsbourgs, com a Inglaterra; no início do período, com a Espanha e as Províncias Unidas (holandesas), e depois com a Rússia e a Prússia.

É uma diferença notável com nossa época, em que a autoridade dos franceses sobre a França praticamente desapareceu de 1940 a 1944, ou a dos alemães sobre a Alemanha de 1945 a 1949.

– *Se uma grande potência tenta garantir sua hegemonia, suscita contra ela coalizões que terminam sempre vitoriosas.* É a famo-

sa regra do "equilíbrio europeu" sobre a qual muito foi escrito e que constituía um guia válido de conduta. Os que acreditaram poder ultrapassá-la (Luís XIV, Napoleão) foram impedidos ou despedaçados por coalizões. Os que aí se inspiraram – os britânicos, Bismarck, etc. – limitaram suas ambições e, finalmente, reforçaram seu poder.

– *Essa regra não impede a conquista, em detrimento de pequenos ou médios Estados, ou na periferia dos grandes; mas a conquista implica um golpe sobre o sistema de compensações* (ver as divisões sucessivas da Polônia entre três grandes potências – a extensão da Prússia sobre o Reno, em 1815, como compensação pela manutenção do reino de Saxe, pró-francês e pró-austríaco).

Quando Bismarck anexou importantes territórios à Prússia em 1866, Napoleão III tentou aplicar a regra da compensação. A habilidade de Bismarck (que falou de "propinas") e, sobretudo, um estado de espírito novo, que estudaremos adiante, bloquearam esse processo.

– *Quando o espírito de paz supera a vontade de conquista particular, é possível criar "Estados-tampões".*

A sobrevivência dos cantões suíços deve-se, certamente, à sua força militar defensiva, mas também à aceitação, pelas potências, de um Estado-tampão dominando a rota dos Alpes centrais. Em 1814-1815, os britânicos adotam, contra a França, a criação de dois "Estados-tampões" caracterizados: Reino dos Países Baixos, ao norte, e Reino do Piemonte-Sardenha (enriquecido pela antiga República de Gênes), ao sudeste.

– *As regras da compensação e do Estado-tampão foram introduzidas pelos europeus na conquista colonial.* Isso é verdade para a divisão da América antes de 1763 e da África após 1881. A Pérsia, o Afeganistão e o Sião, graças à posição de Estados-tampões, puderam manter uma independência pelo menos formal. O rei Leopoldo II da Bélgica utilizou vantajosamente a regra do Estado-tampão para obter, em seu benefício, a criação do Estado independente do Congo. Quanto às divisões por compensação, elas ilustram toda a história colonial, e numerosas frontei-

ras atuais, no Oriente Médio e na África, resultam dessa antiga regra.

– *As grandes potências européias utilizaram, em detrimento das pequenas, o sistema do "concerto europeu"*: decisões tomadas após longas discussões coletivas, seja nas conferências particulares, Münster e Osnabrück na Vestfália (1648), Viena (1814-1815), Paris (1856) e Berlim (1878), seja, sobretudo, nas conferências de embaixadores, de alguma forma permanentes.

– *O respeito ao direito internacional de essência européia que se formou durante todo o período* permaneceu, apesar de todas as falhas ocasionais, como uma das regras de ação do sistema. Um protocolo comum substituiu os violentos combates pela precedência. As embaixadas e as legações foram revestidas de um caráter sagrado. O direito de guerra geralmente conseguia impedir, pelo menos, o massacre de prisioneiros. A guerra tornou-se um fenômeno convencional, no sentido de que um procedimento era seguido para declará-la, outros para suspendê-la (cessar-fogo, armistício), outros para terminá-la (tratados preliminares e definitivos). Os direitos dos neutros foram estabelecidos.

Enfim, durante todo o período, foi admitido que, cada território, tendo um dono legítimo, não poderia ser anexado por outro sem um tratado em boa e devida ordem. Quando Pedro, o Grande, decidiu ir contra essa regra, construindo São Petersburgo em um território que havia conquistado da Suécia, mas que este país ainda não tinha cedido (estamos em 1703 e a cessão oficial só terá lugar em 1719!), ele foi duramente julgado pelos tribunais europeus, que o consideraram "bárbaro".

Que ninguém nos acuse aqui de confundir as regras normativas do direito – que não são diretamente da nossa alçada – com o estudo científico das constantes. É porque essas constantes existiam que elas contribuíram grandemente para determinar a ação dos homens. Como normalmente é o caso, o direito, aqui, deriva dos costumes.

– *A vontade dos Estados de adquirir ouro, a estabilidade bastante geral de seus sistemas monetários tornaram possível, du-*

rante os quatro últimos séculos, a existência de ciclos. Os períodos A e B de Simiand, já percebidos em 1849 por Michel Chevalier, ligados à quantidade de ouro em circulação, em relação às necessidades, tinham, então, um significado real. Fase A: descobre-se muito ouro. O preço cai e, conseqüentemente, o dos alimentos sobe. É um estímulo para a indústria e um fator de expansão econômica. Depois o ouro torna-se mais raro, seu preço sobe e o dos alimentos baixa, o que provoca na fabricação o marasmo e a crise.

O erro seria confundir essa regra temporária com uma regularidade definitiva. Mesmo se, em 1929, a teoria de Simiand conhecesse uma última verificação, após a Segunda Guerra o fenômeno não se reproduziu mais. Talvez haja outros ciclos: este se acabou.

– *A conquista de territórios fracos não europeus apareceu sempre como um direito e uma possibilidade concreta.* O direito de conquistar, de exercer uma autoridade absoluta, de explorar a população local, de convertê-la pela força foi justificado por diversos conceitos: *res nullius* (território de ninguém), "missão civilizadora", "fardo do homem branco", etc.

Na prática, ela se explica pela "diferença de potencial" e pela certeza de vencer, a menos que não suscite a intervenção de uma outra potência. Assim, a "diplomacia de canhoneira" é um método conhecido e confirmado de impor sua vontade.

Durante esses quatro séculos, todas as regras que acabo de enumerar se aplicam e permanecem estáveis, apesar da evolução das técnicas, das estratégias e da economia. Entretanto, o período das "revoluções ocidentais" de 1776 a 1815 constitui um enorme transtorno e podemos enumerar um certo número de regras próprias ao século XIX, que vão ao encontro das regras passadas.

– *A regra da legitimidade territorial do dono choca-se com a regra das nacionalidades.* Vimos que esse novo princípio nasceu no Ocidente, no século XVIII. Já antes de 1815 há textos de Metternich evocando – primeiramente de maneira bastante crí-

tica – a "opinião pública" (antes, dizia-se, como Pascal, "a opinião").

Sem dúvida, em nível de governo estabelecido, levamos muito tempo para ligar nacionalismo a revolução. Os tratados de Viena de 1815 tentam não levar em consideração (Talleyrand propõe como princípios a legitimidade monárquica e, onde ela era falha, o equilíbrio europeu). Mas um movimento profundo não se deixa disciplinar. A princípio, os europeus, apesar das reticências britânicas, aceitam-no em detrimento do Império Otomano. Em seguida, ao contrário, por pressão da Inglaterra e dos jovens Estados Unidos, toleram-no nas longínquas colônias espanholas e portuguesas na América. Depois, por ondas sucessivas de revoltas (1820-1823, 1830-1832, 1848-1850), o movimento nacional se impõe à atenção da Europa. Em seguida, a unificação da Itália torna esse país uma nova grande potência e dá-lhe acesso ao concerto europeu. Praticamente no mesmo momento, a Prússia cresce para o "Império Alemão." Foi necessário esperar 1863 para que Napoleão III sugerisse, a propósito da revolta polonesa, e além do mais sem êxito, um congresso europeu baseado no princípio das nacionalidades. Pela primeira vez, este é convocado de forma oficial. O fim do período é marcado pela continuação do movimento, desta vez contra uma grande potência, a Áustria-Hungria. É a fonte dos transtornos que culminará com a Grande Guerra.

– *O desenvolvimento da filantropia certamente não elimina a exploração das comunidades humanas.* Mas pelo menos põe fim ao tráfico de negros e depois à escravidão tradicional.

– *A estratégia militar, fundamentada no Antigo Regime sobre os exércitos profissionais e fortalezas, é violentamente subvertida*:

- pelos levantes em massa e a conscrição dos cidadãos;
- pela artilharia pesada, que torna menos importante a guerra de sitiamento;
- pelas estrada de ferro que, também, ressuscitam a manobra.

– *A estratégia naval* é fundada sob o Antigo Regime devido à importância da população marítima dedicando-se à pesca distante. Com efeito, os navios eram facilmente construídos. Mas

nada podia substituir o difícil treino das tripulações (daí o protesto indignado de Pitt quando o Tratado de Paris de 1763 deixou para a França o *French shore* da Terra Nova). A partir de então, ela será ligada ao poder da indústria metalúrgica.

– *A Revolução Industrial*, que só ocorreu antes de 1914 em zonas limitadas da Europa, nos Estados Unidos e no Japão, estava a ponto de preparar uma transformação impiedosa na hierarquia das potências.

De 1945 a nossos dias

Se examinarmos agora o período posterior a 1945, constataremos o desaparecimento de quase todas as regras examinadas anteriormente.

– *Não há mais nenhuma grande potência propriamente européia.* As duas "superpotências" saídas da guerra são, a princípio, bloqueadas em grande parte de suas ações pela ameaça de uma guerra nuclear mutuamente devastadora. A regra da grande potência foi substituída pela do "equilíbrio do terror".

– *Não há mais coalizões contra a hegemonia.* As duas grandes coalizões existentes tinham como objetivo ligar, a cada uma das duas Grandes Potências, as pequenas e as médias, e não aumentar sensivelmente a força real de uma ou de outra.

Quando muito podemos entrever, contra uma eventual "hegemonia" soviética, uma espécie de aliança entre a China e os Estados Unidos. Encontraremos um excelente exemplo de aplicação intempestiva de uma regra atrasada, sem valor, estudando a política britânica de 1919 a 1939. Se a regra do equilíbrio europeu tivesse se mantido verdadeira, a Inglaterra teria tido razão de tomar precauções contra a mais forte nação militar do continente, a França, e de ajudar a Alemanha a erguer-se. Em circunstâncias totalmente novas, ela conseguiu, ao contrário, preparar o surgimento de Hitler

e da Segunda Guerra Mundial, com uma perseverança digna de uma causa melhor.

– *O sistema de compensação não vale mais.* Houve apenas uma simetria aparente não desejada entre os pontos marcados pelos Estados Unidos (Indonésia, Egito, Somália) e outros marcados pela URSS (Angola, Moçambique, Iêmen do Sul, Etiópia, Afeganistão, Indochina).

O sistema de *Estados-tampões* (zonas neutralizadas, zonas não nucleares) foi proposto na Europa central (plano Rapacki), na África e no Oceano Índico. Entretanto, ele não deu certo, sem dúvida porque a desconfiança estrutural é muito forte.

– *Não há "concerto mundial" entre os dois grandes*, devido à desconfiança estrutural (entretanto, o presidente Pompidou e Michel Jobert o temeram em 1972-1973).

– *O direito internacional, de essência européia*, conheceu uma grande desordem, devido à introdução de um conceito comunista do direito e devido à "mundialização" das fontes do direito.

Em todo caso, os tratados de paz vêem-se substituídos por fronteiras militares e relações de força. Quem fala em ocupação normalmente fala em conquista. O protetorado não oficial – por intermédio de um partido e do internacionalismo proletário – se exerce com mais vigor do que o antigo sistema colonial. A guerra não é mais declarada, as embaixadas correm o risco de não ser mais protegidas, como mostra o caso dos reféns da embaixada americana no Irã, o que provavelmente traz uma enorme mudança nas relações entre os povos, etc.

– *Vemos aparecer uma nova força, difusa mas real, à qual chamamos de "opinião pública mundial"*, constituída por uma maioria nas Nações Unidas. Nem os Estados Unidos, nem a URSS dispõem duradouramente dessa maioria.

A diplomacia por conferências públicas e por discurso exerce um papel crescente nas relações internacionais, apenas pelo papel de freio que ela desempenha.

– *Não há continuidade com os ciclos econômicos, inteiramente destruídos pelo abandono progressivo do ouro* (de 1914, venda forçada de dinheiro, até agosto de 1971, desvinculação do dólar do ouro, acordos da Jamaica em 1976). Simiand e Kondratieff deixaram de ter razão!

A tese da *res nullius* foi substituída pela do direito à *independência imediata de todo o território*. E a política de canhoneira terminou em 1956 (caso de Suez).

– *A própria regra das nacionalidades utilizada para a descolonização parece ser substituída, aos olhos da maioria das Nações Unidas, pela regra da estabilidade das fronteiras* (fracasso das secessões de Katanga, de Biafra, da conquista de Ogaden pela Somália).

– A estratégia é derrubada por uma invenção técnica – a arma nuclear e termonuclear – e pelo sucesso de todas as guerras de subversão (exceto Grécia e Malásia).

Nas duas fases estudadas – a primeira divide-se em dois tempos diferentes – nós podemos enumerar um certo número de regras, estáveis durante tempos apreciáveis, mas ligadas a condições políticas, econômicas, técnicas e a estratégias determinadas. Enquanto as grandes *regularidades* subsistem através de toda a história humana, as *regras* são temporárias e acabam desaparecendo.[9]

As receitas

Os pesquisadores estão muito pouco preocupados em encontrar *regularidades* gerais, constantes, por meio da totalidade da história humana, e os homens contentam-se facilmente com fórmulas vazias, não comprovadas pelos fatos. A idéia de *regras*

---

[9] Ver a lista – incompleta – que eu forneço em *La politique étrangère et ses fondements, op. cit.* pp. 326-327.

passageiras, que desaparecem com a destruição de estruturas relativamente duráveis, é igualmente pouco familiar aos pensadores. Em contrapartida, a humanidade vive de receitas circunstanciais, que podem ser encontradas aos milhares em qualquer livro, inclusive em romances. Também uma enumeração de receitas práticas, válidas em casos bastante específicos, é uma tarefa impossível. Entretanto, sua própria abundância revela a ansiedade humana diante desse futuro inatingível que, como disse Victor Hugo, "não é de ninguém". Atribuir isso a Deus, como ele fez, é sair do imanente para fazer metafísica, o que não é nosso propósito.

A extraordinária atração dos homens por "receitas" obriga-nos, entretanto, a dizer algumas palavras apenas para fazer uma classificação sumária das que nos interessam aqui. Há receitas diplomáticas, receitas econômicas, receitas táticas e estratégicas e receitas psicológicas. "Não irritar uma grande potência com pequenas coisas", "não colocar todos os ovos na mesma cesta", "ter várias cartas na manga", "atacar o inimigo mais forte onde ele é mais forte" (estratégia napoleônica) ou "onde ele é mais fraco" (estratégia de Churchill), "colocar sua honra para inspirar confiança", etc.

Eu me contentarei com observações sobre quatro pontos essenciais, válidos para todos os tipos de ações.

O caráter primordial da informação

A informação deve ser a mais extensa possível e apresentar um caráter global. Todos os tratados de diplomacia e análises históricas, desde François Ogier no século XVII até *Diplomate*, de Jules Cambon (1926), e os *Conseils à un jeune français entrant dans la diplomatie*, de Léon Noël (1948), passando por François de Callières Wiquefort, Hauterive, Luis Batiffol, Frédéric Masson e Albert Sorel, insistem nesse ponto. Não basta unicamente ao diplomata conhecer a situação diplomática, ao estrategista a situação militar, ao banqueiro a situação econômica, ao propagandista a situação psicológica. Cada um desses quatro homens deve ser informado de tudo. Essa própria globalidade incita a tomar precauções constantes: *jamais superestimar suas próprias forças* (como fizeram Napoleão III em julho de 1970 e Mussolini em outubro de

1940); *jamais subestimar as forças ou inteligências do adversário* (o Estado-Maior francês julgava as Ardenas intransponíveis, ou ainda Diên Biên Phu invencível); *reestudar sem parar esses dados e não dormir sobre ou louros conseguidos* (o exército prussiano em 1792); mas, inversamente: *jamais superestimar as forças do adversário* (Estado-Maior francês em março de 1936).

Evidentemente é necessário primeiro *ser sério*, jamais se lançar em negociações sem estar preparado (como o fizeram Herriot no verão de 1924, segundo a magistral demonstração de Jacques Bariéty,[10] ou então Laval e Flandin em 1935, pelo testemunho de Léon Noël).[11]

Tanto é necessário estar *informado das ligações existentes entre política interna e externa,*[12] *quanto esta última não deve ser eclipsada pelas preocupações internas.* Citemos o testemunho de Armand Bérard sobre Paul-Boncour, que com certeza não era um medíocre: "A política interna ocupava a maior parte do tempo do ministro; sua eloqüência, à qual ele se entregava de bom grado, ocupava outros longos momentos... Os serviços, seu gabinete e seu sobrinho faziam o resto".[13]

Mas, após o precedente, que é evidente, resta-nos dizer o essencial: conhecer não é compreender. *Ao espírito de geometria, é necessário juntar o espírito de refinamento.* Nas receitas, mais do que em qualquer outro nível, é necessário reintroduzir o qualitativo.

Concretamente, nossa proposição pode ser formulada assim: *os casos importantes das grandes comunidades humanas e sobretudo das unidades políticas devem ser conduzidos por generalistas.* O generalista não é o "homem honesto" que sabe muitas coisas, mas nunca profundamente. É um especialista (por exemplo, um diplomata, um militar, um jurista, um engenheiro, um administra-

---

[10] Jacques Bariéty, *Les relations franco-allemandes après la Première Guerre Mondiale*, Paris, Pédone, Publications de la Sorbonne, 1977.

[11] Léon Noël, *Les illusions de Stresa*, Paris, Ed. France-Empire, 1975, cf. pp. 46-47.

[12] Cf. parte I, cap. 2, § 3. Sobre o problema dos "generalistas", Jean Fourastié admiravelmente demostrou a qual ponto, no mundo do século XX, devemos refletir sobre os benefícios da ciência. Cf. seu artigo "Les intelectuels et le réel", *Diogène*, nº 95, julho-setembro de 1976.

[13] Armand Bérard, *Au temps du danger allemand*, Paris, 1975, pp. 371-372.

dor, um propagandista e um psicólogo) que possui *também* uma vasta cultura geral e uma grande experiência.

A tentação de se confiar apenas em especialistas, nos peritos, caracteriza nosso século que termina. Mesmo na diplomacia, o *Hoover report* de 1949 sobre a reforma da administração americana sugeria, como vimos, que as embaixadas americanas fossem compostas unicamente de especialistas. Felizmente, não seguimos esse caminho extremo. Mas a tentação existe por todo lado. É claro que, para fabricar um *airbus*, os engenheiros não têm necessidade de saber nem latim nem a biologia dos moluscos. Mas o *airbus* é uma outra coisa. A partir do momento em que é necessário decidir se se construirá um *airbus*, quantos serão construídos e quantas fábricas serão utilizadas, é necessário que haja um sentido profundo do homem, de suas reações e, para isso, necessita-se de *cultura geral*, o que não implica necessariamente o conhecimento do latim ou da biologia dos moluscos, mas de visões amplas e variadas totalmente independentes da especialidade. Essas visões, o latim, o chinês, a geologia, a filosofia, a história, a convivência dos homens e a variedade das leituras podem contribuir para no-las dar.

Devemo-nos parabenizar por ver os conhecimentos humanos colocados à disposição dos homens pelos *bancos de dados*. Devemos também desconfiar deles enormemente. Supostamente nos fornecem tudo. Manipulados por peritos, tecnocratas, especialistas, eles nos prometem o progresso se soubermos dominá-los pela cultura geral, e o desastre se confiarmos unicamente neles. Os peritos são os mais indispensáveis de todos os homens porque sabem se alguma coisa é possível e como fazê-la. *Mas são necessários homens de experiência e de cultura para saber se as sociedades humanas aceitarão ou não fazer o que é possível.*

Isso é um estímulo para preparar diplomatas de grande cultura – como comumente é o caso – e não arruinar sua autoridade atrás dos conselhos, freqüentemente incompletos ou desumanos, dos peritos. A cultura geral é essencial para todos os homens que detêm uma parcela de poder. É notável que as grandes correntes pedagógicas atuais pareçam normalmente esquecer esses dados, na escala das nações, e se detenham num profissionalismo estreito. Ora, não basta ter generalistas do mais alto nível. Todos os organismos de transmissão de poder têm a mesma necessidade.

A iniciativa e a imaginação

Tratando-se de uma negociação ou de qualquer outra ação, aquele que toma a iniciativa, que traz um texto que servirá de base para discussão, possui uma vantagem tática que, se bem empregada, pode ser proveitosa. É mais difícil responder a uma iniciativa do que tomar uma decisão criativa. Tendo proposto, em 9 de maio de 1950, seu famoso projeto inspirado por Jean Monnet, Robert Schuman saiu habilidosamente de um debate defensivo com a Alemanha Ocidental, recentemente reconstituída, sobre o estatuto de Sarre. A França – todos os observadores da época e, notadamente, os americanos o reconheceram – retomou a direção das operações.

Mesmo em matéria militar, tudo parece indicar que a defensiva não compensa. A defensiva aparece como mais "pacífica" que a ofensiva, mas é uma confusão. Defender-se contra uma agressão uma vez cometida pode muito bem se fazer pela ofensiva. Mesmo a "ofensiva a qualquer preço" de Foch e de Grandmaison não deve ser analisada à luz das iniciativas absurdas, tomadas em 1914 pelos oficiais do regimento: correr contra o inimigo, contra a baioneta e contra o canhão, apesar da distância, da artilharia pesada e das metralhadoras. A idéia central era começar a ofensiva global *antes* do inimigo. Guardemos esse pensamento de Ludendorff: "A ofensiva é a forma mais poderosa de combate, somente ela leva à decisão. A história militar prova isso em cada uma de suas páginas. A ofensiva é o símbolo da superioridade sobre o inimigo".[14]

Em um relatório a Tardieu em janeiro de 1932, um dos membros da delegação francesa na LDN, Louis Aubert, defendeu uma idéia completamente análoga para a diplomacia: "A vantagem está sempre com quem toma uma atitude positiva e que deixa para os outros o cuidado de recusar ou de moderar os entusiasmos".[15]

Isso é verdade mesmo nos casos onde, sentindo que o tempo trabalha por si, procuramos, por tática, prolongar as coisas: manter a iniciativa propondo uma série de planos inaceitáveis, promover

---

[14] *Souvenirs de guerre, 1914-1918*, t. II, p. 150.

[15] Citado por Maurice Vaïsse em sua tese *La France et le problème du désarmement, 1930-1934*, publicada com o título *Sécurité d'abord*, Paris, Pédone, 1981.

diversões, responder a um ataque atacando em outro lugar. Todas essas atitudes, devidamente experimentadas através dos séculos, devem constantemente prender a atenção dos responsáveis. A indolência não compensa.

É claro que uma atitude de iniciativa implica uma grande imaginação, a qual é provavelmente uma das virtudes essenciais do homem de Estado. Pois, se perdemos a iniciativa, devemos poder retomá-la em outra parte. Essa é a atitude que agradava a Bismarck, que consiste em ter sempre "várias cartas na manga". Já que a ação estratégica deve levar em conta simultaneamente o objetivo, os meios e os riscos, ter vários objetivos possíveis é preferível à diplomacia ou à política linear, sem escapatória, sem solução de reserva. Diante da rejeição da CED pela França, John Foster Dulles ficou só. Não foi ele quem encontrou a solução de reserva; a *agonizing reappraisal*, a revisão cruel da política externa americana, inabilmente mencionada por ele, era totalmente inaplicável. A política americana em relação ao Irã e ao Afeganistão em 1980 parecia igualmente não possuir um mínimo de imaginação e ser composta de réplicas prematuras que de iniciativas bem preparadas.

A verdadeira negociação

Deveria ser uma receita imperativa dos Estados que não se deve jamais ceder nada por nada, e mais precisamente *que não se deve abandonar uma coisa por um sentimento.*

Isso é adequadamente praticado em escala individual. Muito comumente, eu presenteio alguém não para obter algo em troca, mas para agradar a alguém, ou melhor ainda, fazê-lo feliz. Em contrapartida, em escala coletiva, agir desse modo é uma ilusão. Entre os povos, como vimos, não há "inimigos hereditários", isto é, ódios eternos. *A fortiori*, não há amor durável. James Burnham demonstrou a que ponto o desejo dos americanos "de serem amados"[16] foi pouco produtivo e quais decepções resultaram daí. As relações sino-americanas, vistas por Pearl Buck, pertenciam a essa categoria. A recompensa disso foi o triunfo dos comunistas em 1949.

---

[16] James Burnham, *Containment or liberation*, tradução francesa *Contenir ou libérer*, Paris.

Certos estudos bastante avançados mostram bem esse mecanismo. O estudo, já mencionado, de Jacques Bariéty sobre a política externa francesa no verão de 1924 é um dos mais citados. Contra uma concessão precisa, a evacuação de Ruhr, na qual a "garantia produtiva" começava a funcionar, Herriot não obteve nenhuma garantia política, nenhum bom tratado de comércio com a Alemanha, nem o carvão de que a França necessitava, nem a salvação do franco. Queria ele apenas a amizade inglesa ou a americana? Podemos dizer que ele conseguiu apenas o desprezo condescendente, aquele que se sente pela personagem que se "representou".

Todas as trocas reais adquiridas em função de reconhecimento ou amizade devem ser evitadas. Já mencionamos o desarmamento unilateral, a proposta de sacrificar a força de choque francesa a uma espécie de "imagem moral" da França. A história é cheia de exemplos desse gênero, como o de Luís XV entregando, em 1748, por indolência ou por vaidade, a totalidade dos Países Baixos dos quais ele ocupava uma grande parte. Como entre Estados a negociação é rigorosa, é necessário seguir as regras.

Mostramos anteriormente as principais etapas da negociação e não retornaremos a isso. Mas o que é necessário é inteirar-se de sua utilidade e de seu caráter de alguma forma honesto, pelo menos quando não se trata de bens mal conquistados e de trocas fraudulentas. Como a negociação existe como atividade fundamental dos homens, deve-se praticá-la honestamente, sem abuso, porém sem ingenuidade. O admirável retrato que La Bruyère traçou do plenipotenciário "camaleão" Proteu em seu capítulo "Du souverain, ou de la République" é repleto de fórmulas felizes e merece uma leitura atenta de como o autor soube enumerar as regras da negociação:

> Ele não demonstra nem humor, nem compleição, seja para não dar lugar a conjecturas ou deixar-se penetrar, seja para não deixar nada escapar de seu segredo, por paixão ou por fraqueza (...) Onde é profundo e dissimulado, para esconder uma verdade anunciando-a, porque interessa a ele que seja dita e que não seja crua; ou ele é franco e aberto, a fim de que, quando dissimule o que não deve ser sabido, acredite-se entretanto que não se está ignorando nada do que se quer saber, e que seja persuadido de que tudo lhe foi dito

Não é Bismarck puro?

> Ele pede muito para receber pouco e reconhece isso seguramente. A princípio, exige pequenas coisas, que pretende que em seguida não sejam consideradas, e que não o impedem de pedir depois algo maior.
>
> Ele resistia longamente às insistências, às pressões, a ser importunado sobre uma coisa medíocre, para apagar as esperanças e tirar do pensamento qualquer exigência maior que desejassem fazer; ou se ele se deixava convencer até desistir, e sempre sob condições que lhe faziam dividir lucros e vantagens com aqueles que recebiam.

Reencontramos aqui o princípio do "dar e receber" exposto no início desse parágrafo.

A confiança

La Bruyére, como Maquiavel, dá grande importância ao segredo – que é uma boa receita – mas também à trapaça – que certamente não é boa.

Já estudamos a desconfiança entre os Estados.[17] Ora, a desconfiança pode e deve ser temperada.

No limite extremo, e quando se trata de desconfiança estrutural, constatamos a existência da "negociação tácita", que permite chegar à solução de problemas de interesse comum.

Mas há mais. O respeito à palavra empenhada não é somente uma questão de honra. Está também ligado ao interesse. Certamente, o direito internacional que se constituiu progressivamente desde o século XVI traz muitas vezes um certo constrangimento às ambições desse ou daquele país. Quer se desembaraçar pura e simplesmente de graves inconvenientes concretos:

- por um lado, isso pode *acarretar, em caso de fracasso, terríveis represálias* (foi o caso da Alemanha nazista em face da URSS);

---

[17] Cf. parte IV, capítulo 13, p. 303.

– por outro lado, isso pode *manchar a imagem de um país no mundo* (foi o caso do Irã, violando pela primeira vez a regra sacrossanta do privilégio das embaixadas estrangeiras).

Não é o tirano, o ditador, o agressor ou o imperialista que pretende encobrir suas ações de uma justificativa jurídica e que necessita da sutileza de seus peritos. Hitler deu excelentes exemplos na época de seus golpes de força nos anos 1930. Seus primeiros sucessos militares atenuaram essa prática sem aboli-la. Quanto aos militares japoneses, que estouraram Pearl Harbor, sem nenhuma justificativa jurídica, provocaram um choque tão grande na opinião pública americana que os Estados Unidos, em seu conjunto, aceitaram a guerra e resolveram combater vigorosamente até o fim.

A confiança na palavra empenhada deveria ser uma das receitas essenciais da diplomacia mundial. Com efeito, uma ação determinada (como, por exemplo, observar um tratado de aliança, pagar suas dívidas, não violar um pacto ou uma carta assinados, aplicar as disposições de um tratado de paz ou de comércio, etc.) dá garantias aos outros e permite obter vantagens. Mais do que praticar a "política do pior", preconizada, por exemplo, por Hugo Stinnes, Stresemann teve a habilidade de aplicar as cláusulas do Tratado de Versalhes, denunciando-as, criticando-as e exigindo sua revisão. Em poucos anos, obteve, sem guerra, vantagens notáveis.

É o *Erfüllungspolitik*. Hitler preferiu violar essas cláusulas pela força. O resultado final foi claro.

Podemos tirar dessa visão geral algumas receitas precisas:

– *Concluir poucos tratados, mas aplicá-los sempre* (foi, com poucas exceções, a política da Inglaterra entre as duas guerras).

– *Evitar conseqüentemente os tratados pouco úteis* (a "pactomania" dos anos 1920). O número de tratados diminui o respeito que inspiram, ao invés de aumentar.

– *Evitar redigir tratados obscuros, com diversas escapatórias* (basta comparar a aliança franco-russa de 1892 com o pacto de assistência mútua franco-soviético de1935).

– *Não multiplicar as declarações unilaterais de intenções*, que correm o risco de serem paralisantes em novas circunstâncias, ou de serem violadas.

– *Não esquecer que as mesmas palavras* (democracia, liberdade, eleição, independência, etc.) *têm muitas vezes significados radicalmente diferentes para países de ideologias opostas.*

Capítulo 16

O nascimento e a vida dos impérios

É necessário agora tentar uma visão de conjunto. Dessa massa infinita de ações, de criações e de ondas, de violências e de destruições, pela qual os homens buscam desesperadamente a felicidade, uma impressão surge como inevitável: o caráter particular do poder, da potência, o melhor da busca incansável do poder e da potência. Certamente se trata de uma coisa bem diferente da política. A potência vai muito além do militar, do jurídico, do executivo e da administração. Pelas hierarquias complicadas, que se recortam e que fazem com que o poder supremo se espalhe e se dilua em uma infinidade de subpoderes, o econômico, a cultura e os valores participam muito para a vontade que têm muitos homens de dominar os outros. É por meio de um movimento simultâneo em sentido inverso, o da massa, das comunidades e, finalmente, do acréscimo de pequenos grupos, que surge o poder. Uns buscam o consenso, obtendo-o por um tempo, e acreditam ter o domínio assegurado. Outros não sabem impedir a destruição do consenso, enfraquecem o poder existente e um dia acabam por destruí-lo.

Tudo isso deve ter começado quando, por volta de 35 mil a. C., o *homo sapiens* resolveu ultrapassar o que os especialistas em evolução chamam de *lei da especificação*: toda mutação brusca representa a adaptação a *um* determinado meio. O *homo sapiens*

procurou dominar *todos* os meios, seguindo nisso uma linha esboçada pelos hominídeos que o precederam. Foi necessário, para essas vitórias sucessivas, que ele se parecesse com alguns de seus semelhantes, constituindo assim grupos fechados com valores próprios, que criaram e inovaram ou procuraram roubar a riqueza dos outros. A caça, em que o adversário é conhecido, classificado, com suas tocas, seus costumes, seus instintos, sua defensiva monótona, substituiu a guerra, na qual é necessário calcular, em face de outro grupo de homens, o qual, sabe-se, também calcula.

E tudo isso, no curso da história, só fez se ampliar e se complicar ao extremo, tanto que, aos cálculos da guerra, se sobrepõem aqueles que conseguem parar a guerra por um tempo.

Perante essa aparente incoerência, gostaria de partir de uma constatação.

Falamos sem parar de progresso e a respeito disso sonhamos sobre nível de vida e conforto. Mas à noção de progresso quantitativo e de consumo se sobrepõem duas noções de progresso "humano" que são a *eficiência aumentada* e o desabrochar da *dignidade humana*. Constatamos aí a existência empírica e tratá-las-emos não como conceitos reificados, mas como imensas coleções de acontecimentos tão duráveis quanto a espécie humana.

O dilema "eficácia" – "dignidade humana"

O progresso material e humano associa-se a duas outras noções, ligadas às reações que provocam na alma humana: a *eficácia* e a *dignidade.*

Para que uma "unidade política" humana seja eficaz, é necessário que disponha de numerosos meios de produção, que esses meios sejam os mais aperfeiçoados possíveis, a fim de que a produtividade do grupo seja competitiva. É necessário também que disponha de meios que lhe permitam defender seus bens contra eventuais predadores, logo precisa de força. Tanto na *produção* quanto na *defesa*, o espírito criador do homem empenha-se em garantir uma eficácia crescente. Em geral, coincide com uma concentração constante da decisão, com uma organização cada vez

mais disciplinada e diversificada. Como, por exemplo, a "taylorização", na indústria, aumentou o rendimento diminuindo a dificuldade dos gestos feitos por cada operário. O que dizer agora da robotização! A concentração de capitais permite arrasar empresas concorrentes menos dotadas de reservas. Quanto mais submissos forem os empregados e mais disciplinados os militares, mais o indivíduo aceitará o trabalho e o sacrifício e maior será a sua "eficácia".

Como, em um Estado, as empresas privadas se preocupam mais com seus interesses particulares do que com interesses globais, e também como os gostos do consumidor, regrados pelo mercado, levam a grandes desperdícios, chega-se a um sistema onde não apenas o exército e a administração, mas também a produção e o consumo, são regulamentados por uma autoridade única. É o sistema do *planejamento autoritário*. Quando a autoridade é absoluta, ela dita ao mesmo tempo a produção e o consumo e, conseqüentemente, ela própria fixa o nível de vida dos cidadãos. Para dispor de um excedente de capital que permita investir, a fim de aumentar a produção, permitindo também assegurar a defesa militar do sistema, ela tem a tendência a fixar bem baixo esse nível sem fazer com que seus cidadãos percam muito a paciência. É também levada a fechar as fronteiras para que seus cidadãos não façam comparações perigosas. Não permite a discussão do essencial, isto é, da relação que é necessário fixar entre gastos com eficácia e gastos com o nível de vida. Tal centralização opõe-se radicalmente, por natureza, à liberdade política – nenhum partido de oposição pode ser tolerado – e à liberdade de reunião e de associação, pois esta abriria as portas à liberdade política e à liberdade de expressão. Além do mais, o isolamento é bom para assegurar a coerência do país por uma ideologia única e obrigatória, o que suprime a liberdade de pensamento e atrapalha bastante a liberdade religiosa.

A busca da eficácia ilimitada apresenta dois inconvenientes: por um lado, implica, por parte dos cidadãos, um consenso de que é necessário fazer certas concessões, as quais, finalmente, se traduzem no relaxamento do trabalho e na insuficiência da produtividade, ou pela concessão de importantes privilégios econômicos e materiais a um grupo social minoritário, mas interessado na duração do sistema. Por outro lado, e sobretudo em matéria militar, o

excesso de eficácia provoca inquietudes. Arnold Wolfers demonstrou perfeitamente que o superarmamento enfraquece a segurança por mais que a assegure. Mas o sistema, por durar, tem necessidade de praticar em grande escala a "derivação": deve descobrir inimigos estrangeiros e acusá-los de todos os males.

Em face do princípio da "eficácia", há o da "dignidade". Todo homem aspira a ela naturalmente, e são necessárias duras circunstâncias para solidificá-la nesse ponto. Ora, a dignidade do homem é a de cada pessoa. Os Evangelhos, que datam do século I de nossa era, descreveram-na perfeitamente; mas além da Bíblia muitos outros textos mais antigos a colocaram em evidência. O homem não deseja ser membro de um rebanho, mas personalidade reconhecida e responsável. Na história da humanidade, foi possível ver uma longa luta nessa direção. A princípio, nas democracias gregas, só uma categoria de homens, os cidadãos, tiveram acesso a ela. Os outros a procuraram, algumas vezes sem esperanças, algumas vezes com esperanças que lhes dão o gosto de combater por um pouco mais de liberdade, por um pouco mais de igualdade. Anteriormente tentei mostrar que essa evolução não é "dialética", mas apresenta-se como uma onda, mais ou menos vigorosa, segundo as épocas.

A história da Europa Ocidental desde os vikings, as comunas, a tolerância, os parlamentos, as declarações dos direitos do homem são marcados por um lento progresso dessa concepção. Ela supõe a aceitação do imposto e o controle dos gastos dos representantes eleitos pelos cidadãos, a igualdade perante a lei e a supressão dos privilégios de ordem pessoal ou regional. Impõe progressivamente grandes liberdades, religiosa, de pensamento, de imprensa, de reunião e de associação. Essa concepção é reforçada pelo aumento do sufrágio, que se tornou universal (masculino e depois masculino e feminino). Admite a pluralidade dos partidos e o segredo do voto. Após 1830, soma-se a isso uma poderosa aspiração *social*, que pretende completar a igualdade perante a lei com uma igualdade de oportunidades e mesmo uma igualdade em face das necessidades, traduzida por um sistema de seguro social, pela liberdade sindical. Cada vez mais, soma-se a isso uma aspiração pela participação de todos nas decisões, inclusive as decisões econômicas. Em suma, *enquanto o princípio da eficácia leva a estabelecer um único cen-*

tro de decisão, política, econômica, ideológica e, conseqüentemente, a uma *unidade totalitária* (o valor supremo é único, obrigatório, "monolítico"), *o princípio da dignidade vai no sentido da multiplicação dos centros de decisão*, únicos de acordo com o desabrochar da pessoa humana, livre em suas escolhas na medida em que elas não prejudiquem a outrem.

Sendo os homens motivados por razões ou paixões diversas, algumas nuanças devem ser mencionadas nessa descrição do dilema eficácia–dignidade.

É necessário mencionar aqui dois livros aos quais me referi em nota.[1] A princípio o excelente livro de Roland Mousnier *Monarchies et royautés*. Ele parte do sistema mais difundido em toda a história: o "governo de apenas um". Em todos os casos, podemos chamar esse único homem de "monarca". Por um lado, o rei, a princípio um monarca, "detém um poder legítimo, reputado, instituído por consentimentos, reconhecido pelo costume de sucessão dinástica organizada". Após essa definição, o autor apresenta-nos um excelente relato da história humana, colocando-se no lugar do poder, não negligenciando nada e observando o mundo inteiro. Para ele, o poder apresenta sempre uma fonte religiosa essencial. É "o segredo do poder monárquico e real". E eis aqui o comentário principal: o problema universal do poder é a necessidade da força física e da violência, do constrangimento e, ao mesmo tempo, sua insuficiência.

> Um poder não pode se impor e durar unicamente pela força. Dobrar a vontade de uma multidão, de um povo, e fazê-lo ca-

---

[1] Desde a primeira edição deste livro, numerosas obras importantes foram publicadas. Citarei aqui Roland Mousnier, *Monarchies et royautés de la préhistorie à nos jours*, Paris, Perrin, 1989. Jean-Paul Charnay (ed.), *Le bonheur par l'Empire ou le rêve d'Alexandre*, Paris, Anthropos, 1982.
Utilizo, igualmente: a) meu artigo "Reflexions sur les empires"(sobretudo sobre a arma branca e a escrita), escrito para *Mélanges Karl Dietrich Erdmann*, ainda inéditos, e b) meu artigo: "Qu'est-ce qu'une grande puissance?", *Relations Internationales*. Notamos com André Piettre, *op. cit.*, t. I, p. 24, que os gastos militares no mundo são duas vezes mais elevados, em relação ao PNB mundial, em 1973, que antes da Segunda Guerra. Sessenta por cento do total é gasto pelos EUA e URSS.

> minhar na mesma direção implica uma adesão, um consentimento da maioria, até mesmo uma persuasão, um abandono, uma fé da quase unanimidade dos membros (...) Em geral, notase que o chefe é seguido quando inspira a idéia de que ele é mais bem qualificado para agir sobre todas as forças da natureza e da sociedade em vista do interesse comum do qual depende a felicidade de cada um. Essa idéia pode fazer surgir uma confiança total, cega, e um abandono incondicional da pessoa à vontade do chefe (pp. 61-62).

Assim, segundo Mousnier, um certo nível de eficácia é bastante compatível com a dignidade da pessoa. Do poder pode surgir um bem que mereça alguns sacrifícios, no limite do sacrifício supremo.

Mousnier não estende sua pesquisa aos impérios, caso limite. Atribui muitas vezes essa extensão da monarquia a uma paixão do monarca, que ele chama de "cesarite". Voltaremos a esse ponto.

Mas encontramos uma idéia parecida no compêndio dirigido por Jean-Paul Charnay, intitulado *Le bonheur par l'empire ou le rêve d'Alexandre*. Este, como mais tarde Trajano e Maomé, teria como objetivo

> salvaguardar o império dos cidadãos, a comunidade dos crentes contra o estrangeiro, o exterior, os bárbaros... e instituir internamente uma sociedade policiada: a paz – a felicidade (...) Sempre o mesmo princípio: após a conquista e a destruição, a felicidade.

Não é seguro que esse consenso seja freqüente e durável. Há, em todo caso, uma boa oportunidade para perceber as duas faces da dignidade humana, individual ou coletiva. O poder colonial pode restituir a dignidade dessas pessoas por "assimilação": Ciro, o Grande, e Caracalla tentaram. O movimento "Jovem Argélia" sonhou com isso durante algum tempo. Mais simples é o acesso à dignidade coletiva pela *independência*. A França não podia, por razões de nível de vida e de maioria parlamentar, dar aos argelinos uma cidadania francesa plena, inteira e igual. O general de Gaulle convenceu-se disso e adotou outra solução.

Em 1772, um notável oficial, François-Jean de Chastellux, publicou um livro, intitulado *De la felicité publique ou considérations sur le sort des hommes dans les différentes époques de l'histoire* (reeditado recentemente por Roger Basoni). Ele acredita no progresso pelas "luzes" mas continua pessimista: "Os estrangeiros foram chamados de *bárbaros*: não foi necessário vantagem para se autorizar tirar-lhes seus bens".

No momento do perigo coletivo, a *eficácia* aparece com mais prestígio do que o sistema da *dignidade*. Dispondo de uma autoridade total, tendo cansado seus cidadãos com disciplinas, fortalecido pela propaganda e pelo isolamento, dispondo também do segredo, é possível o chefe lançar-se em ações aventureiras e notadamente na "guerra preventiva". Estando mais bem preparado, porque seu orçamento militar não é objeto de nenhuma resistência, ele pode lançar-se à *Blitzkrieg*. Ele está em melhores condições, portanto, que seu adversário democrático para obter sucessos iniciais que possam prejudicar o potencial do inimigo.

É verdade que este não é um argumento decisivo, pois a partir do momento em que há violência o sistema democrático curva-se estranhamente à regra da eficácia, e se seus Estados-membros souberem tomar o mínimo de precauções iniciais que tornem a *Blitzkrieg* insuficiente, isso se torna então um caso de potencial, de moral e de inteligência, e o destino da guerra não entra em jogo. A experiência comprova que os soldados de um país "livre" (livre em tempos de paz) lutam tão bem quanto os do Estado "eficaz", na medida em que sua causa lhes parece "justa" e "moral". Entretanto, não podemos dizer que os soldados do sistema eficaz lutem pior. Há inúmeros exemplos históricos que provam o contrário. O problema é saber qual é a maior aspiração dos homens. Pensamos que é a dignidade, mas em um mundo bastante irracional é preciso tomar precauções que freiem o acesso à dignidade. Em uma época de governos absolutos, Pascal pôde escrever:

> Não podendo fazer com que se force alguém a obedecer à justiça, fizemos que fosse justo obedecer à força; não podendo fortalecer a justiça, fortificamos a força, a fim de que o justo e o forte estivessem juntos e que a paz acontecesse, que é o bem soberano.

A potência criadora de impérios

A potência e UMA potência

Quase sempre esquecemos de distinguir *a* potência de *uma* potência. A primeira é uma designação abstrata de um fenômeno fundamental da história humana. Raymond Aron, seguindo nesse ponto muitos outros autores e mencionando-os, definiu-a como “a capacidade de fazer, produzir ou destruir”,[2] ou melhor, como “a capacidade de impor sua vontade aos outros”.[3] Arnold Wolfers disse da mesma forma que a potência (*power*) é *the ability to coerce or, more preciselly, to inflict deprivation upon others.*[4] Ele diferencia *power politics* (impõe sua vontade pela força ou pela ameaça) de *influence politics* (faz adotar seu ponto de vista pela persuasão ou pela negociação). Parece-me preferível considerar que toda capacidade de fazer curvar e de transformar a vontade de outrem pertença à potência que pode se impor por todos os meios.

Mas este não é o centro de nosso tema. Uma potência, em sentido mais geral, são indivíduos (nesse caso, diremos mais, “os poderosos”, empregando raramente, segundo Littré, a expressão no singular), ou, no caso que nos interessa mais aqui, um Estado, que é capaz, em certas circunstâncias, de modificar a vontade de indivíduos, grupos ou Estados estrangeiros.

A capacidade de o Estado modificar a vontade de grupos ou de indivíduos incluídos em sua esfera, em seu interior, designa-se em francês pela palavra *pouvoir* – *poder* em português (que não tem correspondente em inglês, sendo a palavra *power* ambivalente, para o exterior e o interior).

Assim, em relações internacionais, constatamos que existem potências. Elas podem ser mundiais (A ONU consegue muitas vezes mudar vontades), internacionais (como, por exemplo, o Komintern, a Igreja Católica), transnacionais – pelo menos aparentemente – (as famosas “multinacionais” que alguns, sem exagero, acreditam ser

---

[2] *Paz e guerra entre as nações* (ver original p. 58).

[3] *Ibid.*, p. 99.

[4] *Discord and collaboration*, p. 89.

centros essenciais de influência, independentemente dos Estados onde possuem sua direção central), plurinacionais (como a CEE e a OUA). Mas, em nosso mundo, onde mais de cem Estados foram criados desde 1945, subsiste evidentemente uma boa parte de poder nos Estados.

Se é relativamente fácil definir *a* potência, como capacidade de modificar as vontades externas, se podemos enumerar e classificar os diferentes métodos pelos quais ela se exerce, é muito mais difícil definir *uma* potência. E, uma vez estabelecida essa definição, como estabelecer critérios segundo os quais, entre as potências, algumas são grandes potências?

A evolução numérica das grandes potências

A partir do momento em que existe um Estado, por menor que seja, forçosamente será uma potência, no sentido em que dissuadiu os outros de fazê-lo desaparecer. Se ele não é mais capaz, deixa de ser Estado, como a Confederação do Sul, em abril de 1865, os países bálticos no verão de 1940 e a Alemanha em 1945. Ainda, nesse último caso, os vencedores admitiram que esse desaparecimento seria provisório. Também é provisório o *status* dos Estados bálticos.

Pensando em pequenos Estados, ficamos refletindo sobre Fígaro: "Perdido na multidão obscura, foi-me necessário desenvolver mais ciência e cálculos, unicamente para subsistir, do que foi preciso durante cem anos para governar todas as Espanhas".

A definição da "grande potência" é, a princípio, histórica. Independentemente de todo o conteúdo do conceito, as grandes potências sempre se reconheceram entre si e não admitiram os outros em seu clube privilegiado. No século XVII, eram a França, Inglaterra, Países Baixos, Espanha, Império Otomano, os Habsburgos da Áustria e talvez a Suécia. No século XVIII, a Espanha, o Império Otomano, a Suécia e os Países Baixos desapareceram da lista. Surgiram a Rússia e a Prússia. No século XIX, a lista permaneceu a mesma até 1861, data em que se apresenta oficialmente a Itália e, em 1871, data na qual o rei da Prússia se torna imperador alemão. Depois, somam-se, no final do século, os primeiros Estados não europeus que entram no clube, Estados Unidos e Japão. Havia cin-

co grandes potências representadas no Congresso de Paris de 1856. O convite feito a Cavour, primeiro-ministro piemontês, para vir e presidir o Congresso, provocou fortes resistências, sobretudo do Império Austríaco. Em 1914, existiam oito grandes potências. Uma entre elas, a Áustria-Hungria, seria vítima da guerra. O declínio passageiro da força alemã e da força soviética nos anos 1920 não impediu ninguém de fazer parte dos membros do clube. Os esforços que os dirigentes poloneses fizeram para serem admitidos foram em vão. Temos bons exemplos disso quando se negociou o famoso Pacto dos Quatro em 1933.

Após a Segunda Guerra Mundial, normalmente se admite que a lista ficou reduzida a duas potências, os Estados Unidos e a URSS. Fala-se então muito de "superpotências". A passagem de oito para duas potências fez-se segundo três processos diferentes:

a) para a França e a Itália, os acontecimentos demonstraram que elas tinham apenas o nome de grandes potências. A Alemanha nazista colocou-as, uma inimiga e outra aliada, sob sua dependência;

b) para a Alemanha e o Japão, eles demonstraram, ao contrário, que eram grandes potências. Mas seu poder foi finalmente destruído pelas amplas coalizões, que exigiram deles capitulações quase sem condições;

c) A Inglaterra, uma das "três grandes" da coalizão vitoriosa, deu-se conta, pouco a pouco, de que não estava mais no nível dos outros dois. Quando, em fevereiro de 1947, pediu aos americanos para substituí-la na responsabilidade da defesa mediterrânea, deu o primeiro passo em uma direção, dolorosa para seu orgulho, mas inevitavelmente traçada para a realidade política, militar e econômica.

Essa espécie de aritmética das grandes potências evidentemente não nos é suficiente. O que elas tinham em comum que os outros não possuíam? Podemos tirar de Clausewitz a idéia de que uma grande potência é aquela que, sozinha, garante sua segurança contra qualquer outra potência considerada isoladamente. Por segu-

rança, não se deve entender aqui segurança absoluta, aquela que lhe garanta não apenas a manutenção da independência, mas também a integridade territorial, e mesmo a manutenção da paz. Trata-se de segurança relativa, isto é, que a grande potência, mesmo vencida, sabe que subsistirá: como, por exemplo, a França após Waterloo e Sedan, a Áustria após Sadowa e a Rússia na Guerra da Criméia e em 1905. Quanto à Áustria-Hungria, em 1918, ela não se acabou devido às grandes potências inimigas, mas por sua própria natureza, duplo Estado plurinacional em um mundo onde o princípio das nacionalidades agitava os povos.

Hoje, nenhum Estado, mesmo a URSS, pode ameaçar a independência dos Estados Unidos. E a recíproca foi verdadeira para a URSS, mesmo que isso se tenha tornado discutível.

O general de Gaulle, na Libertação, tentou, não sem sucesso, fazer com que a França fosse "tratada" como grande potência. Mais tarde, de 1958 a 1969, ele conseguiu, graças à sua personalidade e a seu prestígio, fazer com que a França tivesse um papel desproporcional à potência real. Mas não passou disso. As afirmações solenes de Georges Bidault: "A França é uma grande potência!" provocaram apenas o riso dos rivais e a piedade dos amigos.

Naturalmente, a definição tirada de Clausewitz permanece bem vaga e, sobretudo, cobre melhor a realidade do século XIX que a de depois de 1945, o que não desmerece em nada o gênio do autor, mas nos recorda uma vez mais que as doutrinas político-filosóficas têm datas e não podem ter um valor eterno. Sem pretender fazer nada além de esclarecer o tema tratado nessa obra, devemos recordar alguns dados a esse respeito:

– os elementos da potência,

– os métodos da potência.

Força militar real e potencial militar

Primeiramente, recordemos que há a força militar real – fundamental na perspectiva de uma guerra curta (cf. 1866, a *Blitzkrieg*, as três últimas guerras árabe-israelenses) – e a força potencial, ligada

essencialmente ao desenvolvimento, à diversificação e à qualidade da indústria. "Venceremos, pois somos os mais fortes" é uma fórmula exata, na condição que se possa sobreviver a um período de inferioridade passageira.

A força militar real é avaliada, não mensurável, porque seus componentes são múltiplos e porque o "moral" dos soldados é um dado essencial. A rigor, em 1914, podiam-se contar as divisões de infantaria. Havia ainda a artilharia pesada, as metralhadoras, os "calças vermelhas", a "União Sagrada" o *Burgfrieden* e muitos outros elementos. Quanto mais o material se complica, mais uma divisão se torna diferente da outra. Em 1930, discutindo o desarmamento naval, os americanos propuseram um pequeno número de cruzadores pesados, e os britânicos desejavam cruzadores leves em maior número; procurou-se determinar uma unidade, o *yardstick*. Um cruzador pesado representava n *yardsticks* e um cruzador pequeno P *yardsticks*. Poder-se-ia assim chegar a uma igualdade de forças com um número diferente de cruzadores. Mas não se chegou a definir uma unidade de medida. O mesmo ocorre com os aviões, mais ainda quanto mais sofisticados forem. E, no último caso, o treinamento – extraordinariamente caro – dos pilotos representa um papel preponderante.

O potencial militar é ainda mais difícil de ser alcançado e mesmo de ser avaliado. É claro que implica um país bastante industrializado, com muitos habitantes e de superfície bem grande para permitir os movimentos e dispersar a indústria de guerra. Logo, é ligado ao produto nacional e à variedade de fontes (o Kuwait, que tem um enorme produto nacional baseado em seu petróleo, não tem nenhum potencial). Um país como a URSS foi por muito tempo capaz de dedicar aos armamentos uma proporção maior de seu produto nacional do que os Estados Unidos, onde o produto nacional é bem mais elevado. Por outro lado, no que concerne ao "moral", não é demonstrado que um país democrático e próspero, onde reine um mínimo de harmonia, fornecerá soldados com mais valor do que uma ditadura com população miserável. É comum que os dirigentes desta consigam "derivar" para o estrangeiro o descontentamento das massas.

Levando em consideração apenas o potencial, poderíamos fazer um quadro que daria uma idéia – aliás, suspeita – de superpotências "possíveis" no século XXI, sendo o potencial industrial o elemento mais importante evidentemente, mas estando excluídos os países bem pequenos e industrializados devido a sua vulnerabilidade.

A lista dos Estados que ultrapassam 1.500.000 km^2 é a seguinte:

Nome do país	km^2
URSS	22.270.000
Canadá	9.960.000
China	9.700.000
Estados Unidos	9.363.000
Brasil	8.514.000
Austrália	7.703.000
Índia	3.048.000
Argentina	2.808.000
Sudão	2.506.000
Zaire	2.344.000
Argélia	2.191.000
México	1.969.000
Irã	1.630.000
Arábia Saudita	1.600.000

Examinemos agora os países com mais de 100 milhões de habitantes (348 milhões para a Comunidade dos Doze), a China, a URSS, os Estados Unidos, a Indonésia (1.492.000 km^2), o Brasil e o Japão.

Para o PNB, apenas os Estados Unidos, a Comunidade dos Doze e o Japão atingiriam atualmente valores elevados e, se excluirmos a

ex-URSS, as superfícies têm grandes chances de permanecer estáveis, mas as populações ocidentais diminuem relativamente às outras. O PNB pode aumentar consideravelmente na China e no Brasil, mas no momento (1991) é improvável que ocorra na Índia, Argélia, México e Irã.

As "superpotências" do ano 2000 podem ser simplesmente a Rússia, os Estados Unidos, a China e – se ela tiver um único centro de decisões e aumentar – a Comunidade atualmente limitada aos Doze. Em 2020, as perspectivas são ainda mais incertas. O Brasil e a Índia podem vir a fazer parte e, quem sabe, a Indonésia, a Argélia, o Irã, o México e a Nigéria (879.000 km^2). O Japão é chamado para representar um papel particular. Mas sua exigüidade lhe impede o acesso ao *status* de "superpotência".

Os meios da potência

Se a força militar real é válida por um breve espaço de tempo (ver as leis militares francesas de 1913, decisivas em 1914), se o potencial militar é mais "estrutural", isto é, evolui mais lentamente, a influência que uma potência exerce, grande, média ou pequena, depende bastante das circuns ncias, que são constelações mais ou menos passageiras de interesses e de solidariedades. É claro que nenhum Estado, não estando só no mundo, seu poder, em determinada circunstância, está ligado a todos os apoios e a todas as alianças do momento. No final de novembro de 1956, era claro que o Egito, bem inferior à França ou à Inglaterra em força real e potencial, *a fortiori* esses dois países juntos, é muito mais poderoso que eles, pois os dois "aliados" não conseguiram curvá-lo em sua vontade e tiveram, ao contrário, de ceder.

Examinamos anteriormente os diversos meios existentes para curvar a vontade dos outros:

a) persuasão;

b) negociação;

– negociação positiva (as vantagens trocadas são concretas: território, dinheiro, voto na ONU, etc.);

– negociação negativa ("em troca dessa vantagem não farei tal coisa que o prejudica");

c) retorsão e represálias;

d) ameaça não implicando o uso eventual da força;

e) ameaça implicando o uso eventual da força;

f) uso da força.

Pode-se supor, seguindo essa lista, que a "pequena potência" será aquela que, quando quer modificar a vontade de outro, só poderá utilizar *a* e *b* – a persuasão e a negociação. Infelizmente, a realidade é bem mais complexa. A pequena potência pode utilizar, em certos casos, os meios *c*, *d*, *e* e mesmo o *f*:

– quando ela se sente apoiada por outras potências maiores que ela;

– quando entra em um conflito "localizado" contra uma outra pequena potência que parece "à sua altura". Evidentemente, existem aí duas grandes incertezas: o conflito permanecerá localizado? A avaliação das capacidades do adversário não está errônea?

– quando sente que tem sérias chances de modificar a vontade do adversário. Todas as guerras de independência, na época da descolonização, pertencem a esse modelo. Elas tomam a forma de guerrilha, de guerra de subversão.

Inversamente, a "grande potência" é aquela que pode utilizar toda a escala de meios, de *a* a *f*, sem correr um risco maior. Pelo menos é essa impressão que temos para todas as situações anteriores a 1939. Em nossos dias, toda essa prática foi subvertida.

Uma superpotência é uma grande potência?

Essa questão foi levantada por Jacques Freymond em conferências e artigos recentes. Sua resposta é clara e convincente. De-

pois do fim da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, depois dos anos 1960, o mundo não é realmente bipolar. Os centros de decisão são numerosos e os "supergrandes" são bloqueados em grande número de casos. Tentemos enumerar isso empiricamente, de modo a abrir uma discussão.

a) Há, a princípio, o bloqueio pela possibilidade da escalada. Esta corre o risco de transformar uma guerra convencional, a rigor tolerável (considerações morais à parte), em guerra nuclear e termonuclear, absolutamente inaceitável qualquer que seja a aposta.

b) Um outro método é o das eventuais "zonas neutras" ou "zonas de paz", onde as duas superpotências se proíbem, tacitamente ou de comum acordo, de intervir. A criação de uma zona como esta seria bem vantajosa para a URSS por ser visível pelos ocidentais. Mas certas regiões africanas, o oceano Índico, o fundo dos mares e o espaço podem, eventualmente, tornar-se "zonas de paz".

c) Apenas a China pôde resistir totalmente (no plano defensivo) à vontade dos Dois Grandes, e isso apesar de sua enorme inferioridade em matéria nuclear e econômica. Apenas uma ofensiva de sua parte, uma conquista ou uma provocação poderiam provocar represálias. Parece que ela se colocou habilmente, no quadro da escalada, ao abrigo dos Estados Unidos, por ser comunista, e ao abrigo da URSS, por ter boas relações com os Estados Unidos.

Comparemos tudo isso com a situação do século XIX. Primeiramente, uma parte do mundo havia sido reduzida ao silêncio pela conquista. Em seguida, na outra parte, uma potência podia exigir satisfação por meio de uma simples exibição de sua força (política de "canhoneira"). Ela considerava como *res nullius* as terras não pertencentes a uma potência européia. Poderia, certamente, correr o risco de uma guerra se fosse muito longe (Fachoda, Agadir). Mas essa guerra não implicava risco total, nem risco de aniquilação e nem mesmo risco de perda da independência. Finalmente, nenhum

organismo internacional criou o equivalente à vaga autoridade mundial que existe hoje na ONU.

Em suma, diversos fenômenos quase imprevisíveis em 1939 – o armamento termonuclear, a força do nacionalismo colonial e a formidável progressão técnica dos países industrializados – substituíram no mundo do equilíbrio, onde agiam as grandes potências, o mundo do bloqueio onde a ação das superpotências é obstruída sem parar.

Isso tem uma capacidade de destruição milhões de vezes maior, e um poder real, isto é, uma capacidade de impor sua vontade, nitidamente mais fraca do que as das grandes potências de 1914. Prova de que a história evolui muito mais por saltos e mutações do que por dialética ou por ciclos.

O império ou o excesso de poder

Felizes os pacíficos! Isto é, quase todos os homens considerados isoladamente, fora alguns maus indivíduos que procuram encrenca por nada, só para se divertirem.

Mas o homem considerado isoladamente não existe no estudo das relações internacionais. Em grupo, os homens criam um consenso para serem mais fortes, depois o destroem, porque a eficácia vai de encontro à felicidade e esta é preferível à eficácia quando os períodos de alta tensão terminam. Quando esse fenômeno se produz, assistimos à formação e à destruição dos *impérios*.

São, legitimamente, os romanos que encontraram a palavra, que se impôs em várias línguas: *imperium*, ao mesmo tempo a autoridade sobre as forças armadas e a autoridade pela força. Não é o único poder. Os romanos conheceram também a *potestas* (e sobretudo a *potestas tribunicia*, a dos tribunos da plebe, protetores do povo). A *potestas* é o poder que impõe, em uma sociedade ordenada, a força dos valores, isto é, a justiça. O *imperium* pode destruí-la ou, como soube fazer Augusto, absorvê-la. Pascal provou isso, admiravelmente, nos célebres pensamentos sobre a justiça e a força já mencionados neste livro.

No *imperium*, no império, a dimensão pouco importa. Digamos que ela dependa apenas parcialmente da rapidez dos transpor-

tes. Seria preciso fixar a origem no próprio começo do *homo sapiens*? Ou então esperar, com o Neolítico, a criação das primeiras cidades? A sagacidade dos pré-historiadores talvez um dia no-la revelará.

Por mais longe que retornemos, encontraremos impérios. O tempo e os lugares lhes impõem estruturas próprias, porém o fenômeno é idêntico. A conquista insaciável, a submissão dos povos pelo domínio de outros povos, a força, o aumento, o *imperium*.

De todos os impérios da história, o mais perfeito é o Império Romano. Durou séculos e, sobretudo, durante longos períodos, impôs a *Pax romana* no interior de imensas fronteiras admiravelmente defendidas. *Immensa pacis romanae majestas.* A única comparação que vem à mente refere-se ao Império Soviético, inatacável, onde reinava uma "paz soviética". Ora, tudo parece indicar que ele afunda.

Colocando à parte esses sólidos impérios, completos, dominadores e coerentes, o sistema imperial tomou muitas formas.

O império efêmero do conquistador

A conjunção de circunstâncias favoráveis – de um povo combativo, amadurecido pelo vigoroso sentimento do insuportável, com o poder criativo de um homem visionário, dotado de uma autoridade impiedosa e indiscutível, de uma ambição sem freio (a "cesarite" de Mousnier), de um sentido de guerra e de organização – provoca em todas as épocas fenômenos fulgurantes e mortais. Alexandre conquistou todos os territórios que se estendem do Adriático ao Indo, entre 336 e 323 a. C. Carlos Magno conquistou toda a Europa Ocidental, do oceano ao Oder e à Saxônia, do Báltico ao Ebro e ao Garigliano entre 768 e 814. Gengis Khan, pequeno chefe de uma tribo mongol, conquistaria depois, entre esta data e a de sua morte, o sul da Sibéria, o norte da China, a Coréia, uma parte da Índia, a Pérsia e a Rússia meridional, ao longo do mar Negro. Tamerlão, tártaro de Samarcanda, tornou-se em 1360 o chefe de uma tribo. Dominou toda a Ásia central, a Pérsia, o sul da Rússia, a Índia depois de Nova Delhi, a Síria, o Egito e a Ásia Menor. Morreu

em 1404, quando ia atacar a China. Napoleão Bonaparte conquistou e perdeu seu império em quinze anos. Mehemet Ali, mercador de Kavala, na Rumélia, tornou-se paxá do Egito em 1806. Antes da intervenção das grandes potências européias, em 1839, ele conquistou todo o vale do Nilo até os grandes lagos da "Equatoria", Creta, Síria, Cilícia e as cidades santas de Meca e Medina. O "Mahdi" Mohamed Ahmed, em 1884, soube amotinar a população do Sudão e aí estabelecer, em dois anos, um domínio que seu sucessor Abdullah manteve até 1898. Podemos mencionar também os conquistadores africanos, Rabah e Samory. Finalmente, a caricatura trágica em pleno século XX de todos esses conquistadores, Adolf Hitler, conquistou e dominou quase toda a Europa em uma guerra de seis anos, que terminou por aniquilá-lo.

Que não se diga cedo demais que o "conquistador" desapareceu em nossos dias! Não seria uma hipótese válida considerar o coronel Kadhafi como uma espécie de "Mahdi" adaptado ao século XX? Ou melhor ainda, o líder iraquiano Saddam Hussein? O futuro confirmará ou não essa hipótese.

Impérios duradouros ligados a dinastias

É necessário que o acaso da hereditariedade produza sucessores quase tão dignos quanto o fundador. Esse foi o caso, na Antigüidade, após os assírios e os medas, o Império Persa ou "aquemênida", de 530 a 330 a. C. O Império Árabe dos Ommeyades teve quase um século de grandeza, de 661 (morte de Ali) até 749. O Império dos Abassidas, que o sucedeu, teve mais prestígio ainda e durou de 750 a 1258.

Devemos também colocar nessa categoria, apesar da complexidade do fenômeno, o Império Bizantino, aparentemente o mais duradouro de todos, pois sua movimentada história se desenrola durante mais de mil anos, de 395 a 1453. Mas, como observou Robert Lopez,[5] o Império Bizantino teve sobre o Ocidente a terrível

---

[5] Robert S. Lopez, *Naissance de l'Europe*, Paris, Colin, 1962, cf. p. 121: "Mais afortunada que a Ásia, a África ou mesmo a Europa ortodoxa, exposta ao choque dos nômades até o final da Idade Média, a Europa católica teve um milênio

desvantagem de ser vítima de invasões mongóis, turcas (seljúcidas e depois otomanas) e mesmo de cruzados ocidentais no século XIII. O Império Turco seljúcida estendeu-se durante um século do Turquestão à Ásia Menor. Mas seu sucesso não foi nada comparado à surpreendente conquista dos turcos otomanos, que começou por volta de 1300, estendendo-se por toda a Ásia Menor, Síria, Balcãs e Europa central até Budapeste e por todo o norte da África, do Egito até à fronteira marroquina e uma parte da Arábia. A "decadência" começa em 1571, com a batalha de Lepante. Entretanto, foi preciso esperar até 1922 para que o último sultão fosse deposto e para que a Turquia, Estado nacional, sucedesse o Império Otomano.

Poderíamos citar ainda, para o Marrocos e a Espanha, os Almorávidas (do sul marroquino) e os Almôadas (da Mauritânia), na Europa pelo menos os impérios dos Habsburgos e sobretudo dos Romanovs, base do Império Czarista, depois soviético.

Impérios marítimos ou impérios coloniais

A conquista vinda do mar sempre teve aspecto comercial bem mais marcante que as sangrentas epopéias dos conquistadores terrestres. A existência de uma burguesia livre e ativa é mais importante que as ambições dominadoras dos monarcas. Veneza, depois as Províncias Unidas, repúblicas oligárquicas tão excelentes quanto os Bourbons ou os Habsburgos da Espanha. É uma política à moda de Colbert e não de Luís XIV.

Há abundância de precursores: fenícios, gregos, romanos no Mediterrâneo; vikings no mar do Norte e no Báltico; árabes no oceano Índico e malaios no sudeste da Ásia. Depois veio, durante quatro séculos, a gigantesca conquista do mundo pelos europeus, portugueses e espanhóis, depois holandeses e ingleses, franceses, dinamarqueses e, por fim, alemães, italianos e belgas. Americanos e japoneses vieram mais tarde.

Mencionamos suficientemente as implicações internacionais da colonização para não insistir aqui sobre os impérios. Quando o

---

inteiro, sem grandes agitações, para desenvolver a civilização da qual somos beneficiários".

indiano Panikkar, por ser pró-soviético e querer fechar os olhos às conquistas russas, explicou que colonização é "o que vem do mar", não estava totalmente errado.

Os laços com a colonização grega são mais estreitos do que pareciam a princípio. Quando da conquista britânica, um grande debate teve lugar na primeira metade do século XX. Os verdadeiros colonialistas declaravam-se favoráveis ao método romano: a conquista de territórios, as necessidades de soldados-colonos. Eles desenvolveram seus temas à luz da célebre *Histoire romaine* do grande historiador dinamarques Niebuhr, professor na Universidade de Berlim. Os liberais, ao contrário, evocaram a colonização grega, em que o cordão umbilical era rapidamente cortado entre a metrópole e sua colônia. Foi assim que Georges Grote, um dos discípulos e amigo de Wakefield, autor de uma monumental *Histoire génerale de la Grece* (publicada entre 1828 e 1850), pôde ser considerado um dos inspiradores do futuro sistema de dominação.

Essa visão é um pouco simplista. Em seu pequeno livro *Athènes, une democratie* (1936), Robert Cohen intitulou um capítulo de "L'imperialisme démocratique" ("O imperialismo democrático") e começa-o criticando Grote. Péricles pensava que podia manter seu império sob a condição de ser "uma amante dura, exigente e impiedosa" (p. 112). Assim existiria um "Império Ateniense" onde os "aliados" tornam-se "tributários" e devem jurar "fidelidade e obediência" à Atenas. O Império Ateniense agrupava de 150 a 200 cidades, com um tesouro reunido em Delos, depois transferido para a Acrópole em Atenas. Atenas lhes impõe magistrados e guardas. Estabelece também clerúquias, colônias de povoamento onde os colonos mantinham os direitos de cidadão ateniense. Para instalá-los, tirava-se a terra dos habitantes "aliados" ou "bárbaros". O fenômeno representa portanto, perfeitamente, as colônias de povoamento britânicas ou a instalação de franceses no norte da África.

Império clandestino do imperialismo econômico

Lembremos que a palavra "imperialismo", diferentemente da palavra "império", é bem recente. O dicionário de Littré cita "im-

perialista" apenas com duas definições: membro do Santo Império ou da dinastia napoleônica.

Também, a idéia de um imperialismo cuja essência seria econômica é recente. Data do autor americano Conant em 1896, de Hobson (*Imperialism, a study*) em 1902 e, sobretudo, de Lenin (*L'Impérialisme, stade suprême du capitalisme*) em 1916.

Criticamos anteriormente[6] a utilização da palavra "imperialismo" se separarmos as manifestações da vontade de conquistar terras com a finalidade de investir o capital excedente, no estado do capitalismo monopolista. Todo o debate reside nos laços entre conquista territorial e necessidade de investir capital. O *Far West* da França era a Rússia e não as colônias.

Porém, se admitimos, como a história demonstra sem parar, que o investimento no estrangeiro e a conquista territorial são em geral dois fenômenos *separados*, resta que as potências que investem possuem os meios da *diplomacia assimétrica*, descrita anteriormente. No final, pode se tratar de uma verdadeira dominação. Mas os Estados, por mais frágeis que sejam, possuem uma soberania política que os torna capazes, quando não são ocupados por tropas estrangeiras, de procurar apoio nos adversários, de lhes fornecer capitais e, graças a seu socorro, de nacionalizar esses capitais. O estabelecimento de regimes ditos "progressistas", por meio de golpes de Estado, é um fenômeno relativamente freqüente. Ora, não vemos mais exemplos de intervenções militares de potências ditas capitalistas para virar a situação a seu favor. As intervenções secretas – as da CIA, por exemplo – representam certamente, aqui e ali, alguma coisa. As paixões políticas tornam difícil apreciar sua importância exata. Certos autores esquerdistas vêem-na por toda parte. Outros nunca a vêem.

---

[6] As melhores análises são: Raymound Aron, *Paix et guerre entre les nations*, *op. cit.*, pp. 263-279; histõriador William Langer, *The diplomacy of Imperialism*, Nova York, Londres, 1935, 2 vols. Também "A critic of Imperialism", *Foreign Affairs*, outubro de 1935. E o historiador Jacques Freymond, *Lénine et l'imperialisme*, Lausanne, Payot, 1951. Sobre o caso particular em que o império se apóia sobre uma ideologia totalitária (Alemanha nazista, URSS), cf. Claude Polin, *L'Esprit totalitaire*, Paris, Sirey, 1977.

Minha conclusão provisória é de que o imperialismo econômico tem muitas vezes graves conseqüências *econômicas* sobre a vida de Estados pobres. O mercado mundial procura culturas produtivas em detrimento de culturas nutritivas; mas que suas conseqüências *políticas* não sejam são suficientemente constrangedoras para que se fale de impérios clandestinos, ou de neocolonialismo todo-poderoso.

Capítulo 17

A morte dos impérios

morte dos impérios aparece como uma das grandes regularidades da história. Essa é a razão pela qual intitulei este livro *Todo império perecerá*. Quando saiu sua primeira edição em 1981, a União Soviética aparecia como indestrutível, pelo menos por longos anos. Acontece que, em 1991, após um processo incrivelmente rápido, ela se encontra quebrada, em plena dissolução e em plena fase de dificuldades internas. Não me cabe aqui fazer um estudo dessa verdadeira desagregação. Numerosos livros altamente especializados tratam desse assunto.[1] A queda dos impérios tem formas bastante diversas e nosso objetivo aqui é o de classificá-las.

---

[1] Cf. notadamente Hélène Carrère D'Encausse, *La gloire des nations ou la fin de l'Empire Soviétique*, Paris, Fayard, 1990; Jacques Rupnik, *L'autre Europe, crise et fin du communisme*, Paris, Ed. Odile Jacob, 1990; J. F. Brown, *Surge to freedom. The end of communist role in Western Europe*, Adamantine Press Limited, 1991. Note-se o contraste existente com o excelente livro, publicado em 1985, logo pouquíssimo tempo antes, do general Jordis von Lohausen, *Les Empires et la puissance, la géopolitique d'aujourd'hui*, tradução francesa, Paris, Le Labyrinthe, 1985. Esse autor parece considerar a potência soviética como indestrutível.

O império destruído pela violência

É raro que essa destruição pela violência venha de outro império isolado. Poderosos por definição, os impérios não podem nunca resistir a coalizões. Entretanto, há casos, pelo menos em aparência, em que o mais forte arrasa o mais fraco. Esse parece ter sido o caso do Império dos Aquemênidas. Este tomou verdadeiramente impulso no reino de Ciro, o Grande, filho do persa Cambises e de Mandana, filha de Astíage, rei dos medas... Após haver conquistado a Lídia – parte oeste da Ásia Menor –, estendeu seu império a todo o Sudoeste Asiático. Certamente, seus descendentes não puderam conquistar a Grécia (guerras médicas), mas o império continuou poderoso, tanto que as cidades gregas, mesmo quando Atenas fundou no século V um pequeno império insular, não possuíam "um sonho de poder ilimitado" (Jacqueline de Romilly). Artaxerxes I (471-524) conquistou o Egito. Governando com moderação, ele soube, por algum tempo, realizar essa "felicidade pelo Império", da qual fala J.-P. Charnay. Podemos citar um exemplo bastante curioso, minuciosamente relatado na Bíblia: o do reagrupamento dos judeus na Palestina por Neemias, no vigésimo ano do reinado de Artaxerxes (cf. Neemias, ou Segundo Livro de Esdras), por volta de 445 a. C. Nehemias decide reconstruir Jerusalém:

> Lembrai-vos – diz ele em uma prece – da palavra que vós haveis dito a vosso servidor Moisés: quando violares a lei, eu vos dispersarei por entre os povos. E então, se retornares a mim, quando eu houver vos dispersado até as extremidades do mundo, eu vos reunirei neste país e vos reconduzirei ao lugar que escolhi para estabelecer o meu nome.

O empreendimento realizou-se com o acordo de Artaxerxes. Naturalmente, a população do país era hostil, pois tudo isso era acompanhado de compras de terras, de reinstalações e de comércio. A sociedade nova estava ameaçada. "Desde esse dia, a metade dos jovens estava ocupada no trabalho e a outra metade estava pronta para combater". Uma vez terminadas as muralhas, o povo judeu se reinstalou e recolonizou a Judéia.

Essa transformação estrutural do país se parece estranhamente com a que Teodoro Herzl viria lançar no século XIX, o sionismo, com a função de sacudir profundamente as estruturas da sociedade na Palestina e em todo o mundo árabe.

Ora, esse império, aparentemente tão vigoroso, literalmente desmoronaria com os golpes de Alexandre, o Grande, rei da Macedônia. O que os gregos, divididos, não queriam – a conquista ilimitada. A Grécia, uma vez conquistada pelos macedônios, concluiu tal conquista com um alcance até então inigualado. Em 334 a. C., Alexandre atravessou o Helesponto. Em 331, destruiu o exército persa na Batalha de Gaugaméles, no Tigre, perto de Nínive.

Porém, sua atitude, enquanto perseguia suas conquistas até o Indo, Pendjab e Cachemira, parece muito mais com a de um fundador de dinastia oriental, usurpando o poder da precedente, do que com a atitude de um destruidor. Podemos considerar o Império de Alexandre como a continuação, o apogeu e o fim do Império Aquemênida. Não há mais contraste absoluto entre os gregos e os bárbaros ou não gregos. Alexandre apresenta-se tanto como assimilador quanto como conquistador.

A vitória do Império Turco otomano sobre o Império Romano do Oriente também não aparece como choque entre impérios. Submisso a todas as invasões, o Império Bizantino, a partir do século XIII, não é nada além de sua própria sombra. Pedaço por pedaço, ele cai nas mãos de estrangeiros. A conquista e a pilhagem de Constantinopla pelos cruzados ocidentais em 1204 marcam praticamente o fim da grande potência imperial. No século XV, o único resíduo mantido pelos bizantinos era a cidade de Bizâncio. Os turcos a tomaram em 1453.

Muito mais importante é a destruição de impérios por coalizões. É o caso de dois impérios efêmeros, mas típicos, o Império de Napoleão e o da "Nova Europa" de Hitler. Por mais diferentes que sejam – o império hitleriano juntou o genocídio à conquista – eles possuem o caráter comum de terem-se tornado "insuportáveis" aos seus submetidos.

Nos dois casos, a conquista está ligada a um conceito estratégico totalmente novo diante de países excessivamente fiéis a uma tradição que teve suas provas. É a "inércia do último vencedor".

O excelente exército profissional de Frederico II ficou abandonado, em Valmy,[2] devido a voluntários inexperientes. As invenções da "pátria em perigo" e do "levante das massas" – invenções de agrupamentos sociais – explicam as vitórias da Revolução e do Império, enquanto os armamentos não haviam progredido (a artilharia de Napoleão foi inventada por Gribeauval por volta de 1780).

Os franceses da década de 1930, sonhando com uma guerra linear, com trincheiras protegidas e território inviolável, aprovaram maciçamente a construção da linha Maginot. O Estado-Maior alemão, passionalmente interessado pelos carros e aviões, talvez, como disse o general Beaufre, porque o Tratado de Versalhes havia proibido essas máquinas às potências vencidas, imaginou a "guerra relâmpago", a *Blitzkrieg*. Foi necessário o insucesso da *Blitzkrieg* na URSS para que Hitler se lançasse na "guerra total", a de Clausewitz, que arrasou tudo.

Pudemos observar vários tipos de vitórias:

- na aparente igualdade de armamentos e de força, a vitória da imaginação (*vitória da estratégia*);
- na igualdade de valor moral, de agrupamentos humanos e de armamentos, a de maior número de batalhões (*vitória do número*);
- na superioridade de armamentos em um setor, como nas guerras coloniais, a dos armamentos (*vitória da técnica*);
- na igualdade de armamento e de número, a de uma melhor disposição "social" do soldado, permitindo melhores manobras (*vitória da organização*);
- devemos, evidentemente, acrescentar um outro tipo, o da vitória das tropas com moral elevado sobre tropas cansadas e desorientadas (*vitória do moral*).

---

[2] Sobre o caso de Valmy, cf. Arthur Chuquet, *Valmy*, Paris, Plon, 1900. Cf. notadamente pp. 207-209; 223-224; 234.

No século XIX, caracterizado, como sabemos, por uma grande aceleração das criações humanas, a arte militar conheceu com precisão a mais considerável das criações técnicas, a bomba A e a bomba H, e a mais considerável das criações sociais, a guerra de subversão vitoriosa. Sobre esse último ponto, não se trata da invenção de um método – a guerrilha é bastante antiga –, mas de uma generalização desse método, transformando o que é considerado como uma ajuda em um verdadeiro instrumento de vitória. Lenin, Trotski, Tito e Mao-Tsé-Tung são, sem dúvida, os grandes criadores nesse campo. Mas, qualquer que seja a origem, conta apenas a vitória final e decisiva. É preciso "ganhar a última batalha".

A *coalizão*, fenômeno interessante e às vezes intrigante, tem precisamente como objetivo ganhar a última batalha. Todo Estado, tendo a soberania sem arbitragem superior, possui o poder de deflagrar a guerra (o Montenegro fez dessa forma no começo do século XX contra as seis grandes potências européias: Reino Unido, França, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália e Rússia!).

Quando se trata, por razões variadas, de vencer um inimigo, aliamo-nos e, por necessidade, entramos em guerra. Os interesses de cada parte divergem, com exceção dessa união para a vitória. Não há conferência de paz que não revele as oposições e abra a porta a ásperas querelas. Isso explica por que é tão difícil chegar a coalizão global, no final a única eficaz: alguns preferem abster-se ao invés de combater.

Todos os jovens secundaristas de minha geração foram convidados a aprender o enredo das coalizões organizadas contra a França revolucionária e depois imperial. O momento interessante é 1812-1813. Uma derrota terrível, a campanha da Rússia, leva os aliados da França – aliados constrangidos e forçados – a ceder: os prussianos pela Convenção de Tauroggen, em 30 de dezembro de 1812, e os austríacos em 10 e 12 de agosto de 1813. O resultado é a "Batalha das Nações", em Leipzig, onde os próprios saxões, até então aliados da França, mudaram de lado.

A sexta coalizão levou à queda do império em abril de 1814. O retorno de Napoleão, os Cem Dias, agradou apenas aos oficiais do exército e aos jacobinos. A sexta coalizão reconstitui-se e acerta o golpe decisivo em Waterloo.

Mas, no Congresso de Viena, Talleyrand, personagem mais hábil que honesto, consegue dissociar a Áustria e a Inglaterra, das quais se fez aliado provisório, da Rússia e da Prússia.[3] Os Cem Dias acabaram com essa política. Porém as querelas continuaram. Apenas a Quádrupla Aliança de novembro de 1815, renovada secretamente em 1818, parecia manter uma coalizão. Raro e efêmero exemplo de uma aliança em plena paz, que se tornaria habitual apenas com Bismarck, a Quádrupla Aliança dissolveu-se progressivamente nos anos que se seguiram.

Bismarck criou, em 1871, o Império Alemão – que não é um império "imperialista" no sentido que entendemos neste livro. Sabemos que ele não queria novas conquistas, pois estimava a Alemanha "saturada" e não queria uma "Grande Alemanha", englobando a Áustria, assim como acreditava em uma vontade de revanche da França e, em conseqüência, ele conseguiu, com a extrema habilidade diplomática que o caracterizava, impedir a França de ter aliados. Não queria que a França fosse *Bundnisfähig* – apta a estabelecer alianças – e desejava por isso que a República triunfasse, pois o czar detestava esse regime, tampouco a rainha Vitória da Inglaterra o apreciava.

E, entretanto, na Tríplice Aliança de Bismarck, estabelecida em 1879-1881, opor-se-á um Tríplice Acordo, a princípio incompleto (o Reino Unido não estava incluído), mas transformado em aliança pura e simples, em 5 de setembro de 1914, uma vez a guerra iniciada.

Em relação a Hitler, a situação é mais complicada. Havia dois grupos totalitários: os fascistas (Alemanha, Itália e, em certa medida, os militares japoneses) e os soviéticos; e um grupo de democracias ocidentais: França, Reino Unido e Estados Unidos. Podemos imaginar três sistemas de alianças: a) fascistas e comunistas contra as democracias. Acredita-se que ela se faria quando do Pacto

[3] Cf. sobre esse ponto, mais complexo que parece, Léon Noël, *Talleyrand*, Paris, Fayard, 1975, pp. 95-138.

Ribbentrop-Molotov de 23 de agosto de 1939; b) ou então democracias fascistas contra a URSS. Apenas minorias de extrema direita viam essa possibilidade; c) finalmente, democracias comunistas contra os fascistas. Foi o que ocorreu, pois finalmente os dois campos totalitários estavam opostos um ao outro com uma obstinação absoluta, que Hitler jamais escondeu: conquistar um "espaço vital" a leste, submeter esses *Untermenschen* (sub-homens) que eram os eslavos a seus olhos.

E, entretanto, as coalizões só foram feitas em 1945, pois de abril de 1941 a agosto de 1945 a URSS e o Japão praticaram uma política de não-agressão recíproca.

O caso dos Estados Unidos é além de tudo particular. Seguindo o conselho do presidente George Washington em seu discurso de despedida (*Farewell Address*) de 1975, eles praticaram o *non-entanglement* na Europa: nada de alianças com países do continente. Em 1917-1918, eles não foram "aliados" no Acordo, mas "associados", o que lhes dava um meio de pressão considerável sobre a França, a Inglaterra e a Itália: parar de financiar a guerra, parar o combate, etc.

Na Segunda Guerra, eles também não foram "aliados". O termo é "Nações Unidas" – a declaração das Nações Unidas data de janeiro de 1942. A Aliança Atlântica de 4 de abril de 1949 contra o comunismo internacional só foi concluída após o voto no Senado (que deve ratificar os tratados com a maioria de dois terços) da "Resolução de Vandenberg" de 11 de junho de 1948.

A dissolução das alianças após a Segunda Guerra Mundial foi ainda mais rápida do que após a Primeira. A Conferência de Yalta (4 a 11 de fevereiro de 1945) representou a última manifestação amigável dos três grandes. A ruptura começara desde abril. Não haveria tratado de paz com a Alemanha e, a partir de 1947, falava-se abertamente de "guerra fria". O tratado de paz com o Japão não foi aceito pela URSS. Falou-se do "mundo bipolar", do "equilíbrio do terror", e foi necessário esperar a chegada de Gorbatchev ao poder para que este, pressionado pelo desastre econômico, lançasse a *Perestroika*, isto é, a reestruturação – de fato o reconhecimento, após setenta anos, da falência total do comunismo sob a forma marxista-leninista.

A desagregação pelo nacionalismo

Sem dúvida alguma, é a principal causa da desagregação para os impérios coloniais.

A conquista colonial resulta de uma extrema diferença de potencial entre a metrópole e a colônia. Durante um tempo, a população, meio desesperada, comumente inicia revoltas locais, sempre reprimidas pelo sangue (a "Revolta dos Sipaios" na Índia de 1857). Há contudo, por muito tempo, longas fases de submissão, feitas de uma esperança de melhora social, econômica e política. Isso permite à metrópole recrutar admiráveis soldados: o exército da Índias para o Império Britânico, os "atiradores" da África do Norte e da África negra para a França. Notaremos que o exército francês quase não utilizará os "anamitas" do Vietnã, considerados soldados medíocres! Sabe-se hoje em dia com que bravura os vietnamitas souberam lutar por sua causa, diante dos franceses e depois dos americanos: a independência de seu país e sua unidade.

De todas as colônias, na história, a primeira a conquistar sua independência foram os *Estados Unidos*, brancos europeus aplicando por conta própria os princípios que animavam os britânicos: o direito de pagar apenas os impostos que eles próprios aceitassem e de possuir a *self-determination* (autodeterminação). Sabe-se que se beneficiaram da aliança francesa. A segunda foi o *Haiti* (em 1794 pelos fatos e, em 1825, no plano jurídico). Tratava-se aí de escravos negros revoltados. Hoje os Estados Unidos são o país mais poderoso do mundo e o Haiti um dos Estados mais pobres. Vemos que o princípio nacional – falamos acima de *dignidade* em face da eficácia – pode afetar povos situados nas duas extremidades da escala social, como os valores de liberdade, de orgulho e de honra, comuns aos homens.

As colônias espanholas e portuguesas da América em seguida conquistaram sua independência no primeiro terço do século XIX. Certamente o papel dos crioulos – os colonos brancos – foi preponderante. Mas os índios e os mestiços tiveram um papel, como o vigário Hidalgo, um dos primeiros separatistas mexicanos. Notaremos que a América portuguesa, independente, permaneceu unida, enquanto a América espanhola se dividiu em vinte repúblicas (número de 1903), com a independência do Panamá.

Depois da autonomia, a partir de 1920, a lenta conquista de uma independência total pelos *dominions* britânicos é obra das populações brancas de origem européia. Muito mais espetacular foi a emancipação, relativamente rápida, das colônias, protetorados ou mandatos da Ásia do sudeste, do Oriente Médio, da África árabe e da África negra. Aí, com poucas exceções, as fronteiras permaneceram aquelas que haviam sido estabelecidas pelos colonizadores, seja entre seus respectivos domínios, seja por razões administrativas no interior de certas zonas. É interessante notar que os ingleses procederam "golpe por golpe", dando às colônias da Coroa o *status* de colônias com governos responsáveis, depois (algumas vezes) de *dominions* e, em seguida, a independência total. Foi assim que vimos se desagregar o formidável Império Britânico. O Império Francês (esse nome jamais foi oficial) realmente terminou em 1962, após duas grandes guerras coloniais de oito anos cada uma, na Indochina e na Argélia. O Império Holandês (a imensa e rica Insulíndia) não sobreviveu à Segunda Guerra Mundial; o Congo belga emancipou-se em 1960 e as colônias africanas de Portugal em 1974. A "Organização da Unidade Africana" (OUA) tomou por princípio que as fronteiras não mudariam, quaisquer que fossem as razões nacionais eventualmente válidas (como, por exemplo, centenas de milhares de somalis em Ogaden ligado à Etiópia). Assim, a OUA, bastante perseguida pelas potências, recusou que Katanga – apesar de excêntrico – se desligasse do ex-Congo belga e que Biafra se tornasse independente da Nigéria.

No caso dos impérios coloniais, o crescente nacionalismo das populações indígenas, a adoção por seus intelectuais do princípio das nacionalidades estudado por inúmeros dentre eles nas universidades européias e as fortíssimas pressões religiosas (como o movimento dos "ulemas", teólogos muçulmanos na Argélia) combinam-se com um outro fenômeno: o cansaço das metrópoles. Por um lado, a opinião pública, de forma crescente, converteu-se à idéia de que a independência das colônias era *justa*. Por outro lado, a utilização, pelos revoltosos, de diversos tipos de resistência, indo da guerrilha à guerra clássica, provocava enormes gastos para os colonizadores, cada vez mais insuportáveis, e o envio de tropas para além-mar enfraquecia-se na perspectiva, então dominante, de um conflito leste-oeste.

É ainda a "desagregação pelo nacionalismo" que explica o fim do Império Otomano na Europa. Alternadamente, Sérvia, Grécia, Bulgária, Romênia e Albânia conseguiram suas independências com o apoio de algumas grandes potências. Em contrapartida, foi a força – a vitória aliada – que destruiu o Império Otomano na Ásia e na África. O nascimento, a partir de 1919, de uma *Turquia* nacional, sob o impulso de Kemal Atatürk, no final do califado otomano de Constantinopla, transformou a história dessa zona agitada. Voltamos ao assunto de nosso segundo parágrafo deste capítulo: a violência.

A "desagregação pelo nacionalismo" é um dos elementos bastante fortes, mas não o único, que permitem explicar a situação soviética atual.

Examinemos a princípio a zona de proteção avançada,[4] inteiramente européia. Stalin e seus sucessores obrigaram os ocidentais a considerar que as zonas atingidas pelo exército vermelho, conquistadas pelos regimes comunistas minoritários (salvo a Iugoslávia e a Albânia), encontravam-se totalmente protegidas pelo poderoso exército vermelho e, desde 1949, pelo armamento nuclear soviético. O *Kominform* de setembro de 1947 e, sobretudo, o "pacto de Varsóvia" de maio de 1955 eram a garantia disso. Só a Iugoslávia de Tito, mesmo sendo comunista, recusava engajar-se com o "grande irmão" soviético. O mesmo ocorreu com a Albânia depois de 1960. Todos os outros países do Leste sofreram ditaduras sangrentas na época de Stalin. Apenas a Grécia soube vencer os comunistas em 1949. A opinião pública, incluídos os jovens que tentavam formar-se na ideologia do Estado, aí compreendida uma proporção crescente de operários, jamais foi influenciada maciçamente pelo regime imposto de fora. Entretanto, esse empreendimento possuía uma vigorosa "propaganda pela paz" que seduzia milhares de intelectuais ocidentais. Como nas colônias tradicionais, as revoltas estouraram, sempre dominadas pelo exército vermelho

---

[4] Sobre os países de "soberania limitada" antes de 1989, ver por exemplo *Relations Internationales*, 1991, nº 67, "L'Europe centrale. Repenser l'histoire". Mesmo a organização econômica, o Comecon, veio a dissolver-se (junho de 1991). Sobre a Europa tradicional, cf. J.-B. Duroselle, "Le concert européen", *Relations Internationales*, 1984, nº 39, pp. 271-285.

e seus aliados. Alemanha do Leste em junho de 1953, Hungria em outubro-novembro de 1956 (a Polônia soube então evitar a intervenção), Tchecoslováquia em agosto de 1968, etc.

Sabemos que os poloneses, com o poderoso apoio psicológico do papa polonês João Paulo II e com a criação, em 1981, do Sindicato Solidariedade, perseguido por muito tempo pelo governo do general Jaruzelski – sob o pretexto tácito de uma provável intervenção soviética –, provocaram a extraordinária agitação de 1989. "A revolução de 1989 é o resultado de um efeito cumulativo de tentativas anteriores..."

Na Polônia, foram as duras greves de 1988 que acabam por resultar na demissão de Jaruzelski. Em 23 de outubro de 1989, aniversário da Revolta de Budapeste, a Hungria foi proclamada República sem o qualificativo popular. O multipartidarismo, a abolição da censura e a liberdade de associação são proclamados e a estátua de Lenin destruída. Em Berlim, basta recordar a Queda do Muro, em 9 de novembro de 1989. Em Praga, um levante popular leva ao poder o escritor Vaclav Havel, eleito presidente da República. Um ano antes, ele estava na prisão. De maneira menos clara, o comunismo é abandonado – na Romênia, onde o ditador Ceausescu foi executado, e na Bulgária. *O triunfo do nacionalismo é total.* Se, da periferia, passamos aos componentes da Federação Soviética, vemos pipocar revoltas populares nacionalistas. Na Ásia central, a partir de 1986, é o Cazaquistão. Mas essas repúblicas, verdadeiras colônias, satisfeitas com a evacuação do Afeganistão, decidida por Gorbatchev, estão na realidade entre os elementos mais calmos.

Sem entrar em detalhes, lembremos que três zonas se agitam, normalmente de forma sangrenta:

1ª Os três países bálticos, anexados em agosto de 1940 após eleições fraudulentas que se seguiram a tratados de divisão germano-soviéticos de 23 de agosto e de 28 de setembro de 1939 e após a total derrota da França. Aqui o sucesso foi total e a independência reconhecida até pela ONU.

2ª A Moldávia, particularmente a Bessarábia, ex-Romênia, igualmente anexada em 1940.

3ª O Transcáucaso. Porém, aí a Armênia estava em conflito com o Azerbaijão sobre um enclave armênio nesse país, o Cabarak, sendo motivado pela querela entre cristãos e muçulmanos. A própria Geórgia reclama também sua independência.

Restam a três repúblicas de língua eslava: Rússia, Ucrânia e Bielorússia. Estendendo-se dos dois lados dos montes Urais até o Pacífico, a Rússia ocupa 16.896.000 km^2 dos 21.279.000 km^2 da URSS. A URSS tem 276 milhões de habitantes, dos quais 51,7% são russos. Só a Rússia forma um todo. Que Boris Yeltsin, anticomunista e rival de Gorbachev, tenha sido eleito presidente e que o anticomunismo tenha se manifestado, por meio da vontade da maioria dos habitantes de Leningrado para a volta do nome São Petersburgo, apresentam um caráter alucinante. E quem possuirá o formidável armamento atômico? A Federação (URSS)? Ou a Rússia? Ou em proporção a cada República? Principalmente a Ucrânia com 602.000 km^2, um pouco mais do que a França, e 51,7 milhões de habitantes, a Bielorússia com 208.000 km^2? A própria Ucrânia proclamou sua independência. Finalmente, o Cazaquistão, república enorme e base de numerosos estabelecimentos nucleares, aderiu à União de Minsk (dezembro de 1991), que extinguiu as repúblicas eslavas e aboliu a URSS. Esta deixou de existir na data de 1º de janeiro de 1992. Temos o direito de ver aí um dos mais importantes acontecimentos da história.

A desagregação interna

Ela aparece quase como uma necessidade da história. Como manter indefinidamente, sob a mesma tutela, sob a mesma autoridade, membros espalhados, resultados de conquistas difíceis e complicadas? Violência e nacionalismo, mencionados nos dois parágrafos precedentes, são comumente indissociáveis das crises internas. Em 1812, o desastre da Rússia provoca imediatamente na França conspirações contra Napoleão. Algumas vezes acontece que o próprio soberano decide dividir seus domínios para torná-los administráveis. Tal foi o caso da "tetrarquia" que Diocleciano estabeleceu no Império Romano no fim do século III d. C. A unidade

foi certamente estabelecida. Mas quando Teodósio morreu em 395, a divisão tornou-se definitiva entre o Império do Ocidente – que desapareceu então em menos de um século – e o Império do Oriente. O maior soberano de Constantinopla, Justiniano, só conseguiu reconquistar uma parte do Ocidente por um efêmero período no século VI.

Carlos V deu um outro exemplo de divisão desejada. Em 1555-1556, ele deixou para o seu filho, Filipe II, a Espanha e as suas possessões – Países Baixos, Franco-Condado, uma parte da Itália e um imenso Império Colonial; e a seu irmão, Ferdinand, o Império e as possessões dos Habsburgos na Alemanha e na Áustria.

Porém, muito mais comumente, a divisão é feita apesar da vontade do possuidor ou contra seus projetos póstumos. Ainda aí, tomemos dois exemplos célebres. Quando Alexandre, o Grande, morreu em 323 a. C., ele não havia legado sua coroa, contentando-se em prometê-la "ao mais digno". Ora, são raros os grandes generais ou grandes chefes políticos que não se consideram como "o mais digno". Seguir-se-ia uma divisão baseada na violência, fonte de guerras inesgotáveis entre esses generais, os "diádocos". As "monarquias helenísticas" que se fundaram dessa forma eram potências notáveis, mas não possuíam a amplitude que exige o império.

Um outro bom exemplo é o de Carlos Magno. Ele achava ter reconstituído o Império do Ocidente e sonhava sem dúvida equiparar-se ao Império do Oriente. Sua morte em 814 não espedaçou seu imenso domínio, que legou a seu filho. Este, Luís, o Piedoso, também conhecido como "o Clemente" – que se pode tranqüilamente traduzir como "o Bastante Fraco" – recebeu o título de "Augusto Imperador". Mas ele não conseguiu a obediência de seus três filhos.

Em 817, em Aix-la-Chapelle, foi assinado um ato com o simbólico nome de *Divisio Imperii*. Apesar de todas as precauções tomadas para manutenção da unidade, o espírito de divisão arrebatou-o de tal forma que, tendo Luís se casado novamente, quis dar uma parte a Charles, seu filho recém-nascido. Isso foi a guerra civil, que termina com a morte 989de Luís em 840 – provisoriamente pela célebre "divisão de Verdum" de 843. O império estava dividido em três partes que jamais se reuniriam.

A dissolução pela violência, decorrente de ambições rivais, certamente não é o único tipo de desagregação interna. Algumas

reflexões sobre o Império Romano e sobre a URSS permitir-nos-ão indicar sucintamente os processos essenciais.

O Império Romano, o mais majestoso de todos – talvez com o Império Chinês – cobriu toda a Europa, o Oriente Médio e, no norte da África, cidades, estradas e monumentos análogos. Ele durou, entretanto pereceu. Sua influência foi tão prodigiosa que sua queda inspirou livros famosos cujos principais foram, em 1734, as *Considérations sur les causes de la grandeur et de la décadence des Romains*, de Montesquieu e, de 1776 a 1787, os livros do inglês Edward Gibbon, *History of the decline and fall of the Roman Empire*. Para simplificar de maneira esquemática, podemos relacionar esse declínio ao que chamamos de "imigração-invasão". As legiões romanas, que se encontravam ao longo de diversas "limes", normalmente antes de períodos de força, estavam cada vez mais em contato com os "bárbaros". Além disso, o cansaço dos cidadãos romanos encorajava o alistamento desses mesmos "bárbaros" nas legiões. Eles se instalavam e levavam suas famílias. Uma mancha de óleo produz-se desse modo. Sentiam-se cada vez menos legionários romanos, e cada vez mais homens do exército do Reno, do exército da África e do exército da Ásia combatendo os partos. A essa penetração pacífica somavam-se irrupções violentas. Os germânicos tomaram as "limes" em 254 e invadiram a Gália. Os alamanos penetraram na Itália, o godos na Grécia e na Ásia Menor. Diocleciano conseguiu parar essas invasões, mas elas recomeçaram, mais eficientes que nunca, bem no começo do século V, dessa vez definitivamente. Ora, que poderiam pensar os legionários, de fato germânicos, em face de invasões de outros germânicos?

Esse fenômeno de *imigração-invasão*, ligado talvez a uma diferença de potencial demográfico e também a uma fuga de pobres em direção aos países supostamente ricos, é um fenômeno de todos os tempos e poderia ser muito bem aplicado para a Europa do século XX.[5]

---

[5] Cf. por exemplo Antonio Golini, "Tendenze occupazionali e lavoratori stranieri", *Relazioni Internazionali*, março de 1990, pp. 61-70. Ver também: *Relations Internationales*, 1977, nº 12, "Émigration et relations internationales"; *Relations internationales*, 1988, nº 54, "Migrations et relations internationales".

O caso da URSS é ainda mais original, pois a crise nacionalista generalizada que constatamos aí só se tornou possível por causa de um declínio econômico de primeira grandeza. E, se examinamos o salto da indústria russa nos primeiros anos que antecedem a guerra de 1914, só poderemos explicar o declínio por meio de causas simplesmente nacionais. Além disso, a URSS é o principal reservatório de matérias-primas do mundo. Devemos então procurar a causa no próprio sistema econômico. A coletivização forçada – que Stalin realizou pela violência e que custou a vida a um número enorme de vítimas –, a nacionalização total da indústria, do comércio exterior, enfim, toda a economia de um enorme país passou para as mãos da administração (o *Gosplan*). Para estabelecer a autoridade absoluta, os stalinistas só poderiam agir pelo terror, acrescida de uma propaganda desesperada, com estatísticas falsas e reforçada pelo "fechamento" das fronteiras destinado a impedir que os soviéticos saíssem e formassem opinião sobre os países capitalistas no exterior. A afirmação feita publicamente por um ministro soviético, em 1989, de que a URSS era subdesenvolvida, que não produzia, segundo cálculos recentes, mais de 17% de sua produção suscetível de concorrer com os artigos japoneses ou ocidentais e que mendigava ajuda, demonstra com clareza uma derrota progressiva, às vezes lenta, outras vezes brusca, porém irreversível. O remédio tão brutalmente aplicado da "liberalização" da "economia de mercado" contribuiu para deslocar ainda mais o sistema. Que ocorrerá? Logicamente não sabemos, mas temos diante de nós um império que morre.

Os futuros impérios

As guerras jamais deixaram de ocorrer. Tudo nos leva a crer que se passará o mesmo para o nascimento e a morte dos impérios.

Raymond Aron escreveu um livro sobre os Estados Unidos que intitulou *La république impériale.* Isso que dizer que esse país, atualmente a única superpotência, é um império, no sentido rigoroso que nós adotamos? Quando, em 1966, o general de Gaulle pediu aos americanos e canadenses que evacuassem suas bases e seus entrepostos do território francês, o presidente Johnson lamentou,

mas satisfez o pedido francês nos prazos estabelecidos. Quando, dois anos após, os tchecoslovacos decidiram não mais abandonar o comunismo ou o Pacto de Varsóvia, mas de introduzir no comunismo instituições livres – diga-se de passagem bem diferentes das prescritas pelo "grande irmão" soviético –, o exército vermelho, acompanhado por tropas aliadas, invadiu e calou a Tchecoslováquia. Pode-se dificilmente atribuir aos americanos um desejo de imperialismo territorial. Apesar disso, eles lutam furiosamente por seus monopólios econômicos (em detrimento do *Concorde*, do *airbus*, etc.)

A *China*, que sufocou a revolta anticomunista de junho de 1989 na Praça da Paz Celestial em Pequim, é ao mesmo tempo imensa (9.550.000 km² e 1,2 bilhão de habitantes), dominando o Tibet, de onde expulsou o Dalai Lama de Lhassa em proveito do Pantchen Lama de Tachilumbo, o qual atravessou o Himalaia para instalar-se no extremo nordeste de Assam, na Índia, aparece também tão pouco imperialista quanto possível. Os mapas chineses englobam, certamente, o flanco sul do Himalaia – populações amarelas e budistas – na China tradicional. A China protestou contra os "tratados desiguais" de Aigoun e de Pequim (1858-1860), que deram à Rússia a "província marítima" onde foi fundada Vladivostok. Entretanto, a opinião geral é a de que a China não tem a intenção de expandir-se territorialmente. Alain Peyrefitte, em seus excelentes livros sobre a China, confirma essa afirmação. A China, apesar de sua população fenomenal, não parece "inchada" . Ela nem mesmo reivindica a Mongólia exterior, "satélite" soviético imenso (1.531.000 km²) pouco povoado (um pouco mais de 1 milhão de habitantes) e em plena desordem. Apenas os tratados assinados com a Rússia a partir do fim do século XVII, freqüentemente renovados, impediram uma imigração chinesa que poderia, da mesma forma como na Manchúria, absorver todos os habitantes locais. Então não podemos incluir a China com segurança entre os *impérios conquistadores* do futuro próximo. Também não podemos ver o Brasil como um império ávido por anexações. Quanto ao Japão, como poderia ser ele um império na era atômica?

A hipótese que apresentamos aqui – sem a arrogância de profeta inspirado – relaciona-se com a criação progressiva de um império do tipo "romano". Um pequeno país utiliza as forças gi-

gantescas das populações infelizes, em plena expansão demográfica e cada vez mais convencidas de que conhecem o *insuportável.*

Temos sob os olhos três exemplos de derrotas, do mesmo tipo, mas donde o insucesso pontual não é decisivo para o conjunto: Nasser, Kadafi e Saddam Hussein. O primeiro tentou unificar o mundo árabe do Oriente Médio. Sua "República Árabe Unida" com a Síria era um sonho irrealizável. E, sobretudo, Israel arrasou com seu prestígio. O Egito de seus sucessores, Sadat e Mubarak, tornou-se uma nação solidamente constituída – o mais velho Estado do mundo – mas sem visar conquistas imperiais.

Kadafi, sabendo-se o cabeça de um domínio imenso e pouco povoado, dispunha de sua riqueza em petróleo para tentar desenvolver seu poder (além do mais, Roma começou menor ainda). Ele tentou sucessivamente "uniões" com o Egito, a Tunísia e o Chade. Teve um pouco mais de êxito com o Sudão, mas o empreendimento que provocou, além do mais, um terrível genocídio no sul do país, não foi suficiente para torná-lo potência e Kadafi provocou desconfianças demais para não se ver tratado com desconfiança.

Saddam Hussein baseou-se em inúmeros cálculos falsos: que seu exército com material soviético resistiria longo tempo aos americanos; que estes cansariam antes de chegar a extremos (este também foi o erro dos japoneses em 1941); que Israel interviria, que isso provocaria uma guerra santa dos países muçulmanos e que aumentaria formidavelmente sua zona de influência. Foi a derrota total.

Mas o raciocínio está longe de ser estúpido, se viessem a se produzir circunstâncias ainda mais graves e mais bem estudadas. Um país conquistado pelo integrismo muçulmano (Irã? Argélia?), populações importantes, dispondo na Europa de "cabeças de ponte" em virtude de recentes imigrações, poderia provocar um "aquecimento" gerador de impérios. A isso soma-se a idéia de que o subdesenvolvimento pode levar populações inteiras a transpor fronteiras. A fome e a insatisfação levam aos riscos. A massa, somada à guerrilha, pode inundar e paralisar sistemas de armamentos sofisticados.

Falei aqui do integrismo muçulmano porque existe poderosamente sob nossos olhos. Muitas outras motivações podem desencadear a violência de massas imensas. Ninguém resiste às marés e

aos vulcões. Cabe temer, na incerteza dos anos vindouros, a insurreição de marés humanas, erupções populares de tipo vulcânico, furacões, incêndios e desastres.

Talvez nasçam impérios, para a felicidade e, sobretudo, para a infelicidade dos povos. Nascidos na tormenta, eles também perecerão um dia.

Anexos

Teoria e história

Jacques Freymond

A capacidade dos conselheiros não requer uma capacidade pedantesca. Não há nada mais perigoso para o Estado do que aqueles que querem governar os reinos pelas máximas que tiram de seus livros. Comumente eles arruínam os reinos desse modo, porque o passado não se relaciona com o presente e a constituição dos tempos, de lugares e de pessoas é diferente.

Ela requer apenas bondade e firmeza de caráter, solidez de julgamento, verdadeira fonte de prudência, um verniz razoável de letras, conhecimento geral da história e da constituição presente de todos os Estados do mundo e, particularmente, daquele ao qual pertence.

Testamento político do cardeal Richelieu,
Editado por Louis André (Robert Laffont), p. 289.

As "máximas" das quais fala o cardeal Richelieu, que os conselheiros de reis, de príncipes ou de governo "tiram de seus livros" e que "arruínam" os Estados, parecem-se bastante com as teorias das relações internacionais desenvolvidas pelos cientistas políticos de nosso tempo.

Não é que as máximas sejam em geral falsas, nem que as teorias das relações internacionais devam ser todas relegadas ao universo dos fantasmas. Nenhuma pessoa de bom senso e com espírito curioso pode se deixar levar a subestimar o papel da abordagem estatística e da linguagem matemática na explicação das relações internacionais. A leitura de artigo ou de obras referentes a estudos

e a pesquisas sobre o *caos*, para mencionar apenas um exemplo, deve prender a atenção daquele que pretende aprofundar seus conhecimentos da natureza do sistema planetário da interdependência na qual as pessoas, as nações e os Estados devem organizar suas relações. Fórmulas tais como "a ordem no caos", a convergência que nos indicam as orientações de pesquisas de estudiosos trabalhando em seus setores de especialização e as conclusões que tiram devem sem nenhuma dúvida despertar a curiosidade do historiador, que também se preocupa com a relação entre o aleatório e a regularidade.[1]

Não se trata portanto de rejeitar a abordagem teórica no estudo da história das relações internacionais. Todo historiador de qualidade, trabalhe ele na micro ou na macro-história, é levado a se perguntar sobre as circunstâncias e as variáveis, sobre as origens longínquas das revoluções e das guerras, sobre a dinâmica da interação dos fatores que precipitam o seu começo e, no final das contas, sobre o comportamento do homem e a influência exercida pelo meio no qual ele vive, pelo clima social e moral no qual está inserido. Hoje, como sempre e talvez mais que nunca, o progresso alcançado na linguagem matemática, nas ciências físicas e naturais, no campo da biologia e a abertura proporcionada pela ecologia impõem ao pesquisador em ciências humanas um considerável esforço de adaptação.

Entretanto, não é seguro que os esforços empreendidos pelos cientistas políticos na elaboração de teorias das relações internacionais tenham dado até aqui resultados satisfatórios. A pesquisa da "teoria geral" das relações internacionais é marcada por fracassos. Não existe nada além de *Paz e guerra* de Raymond Aron que resista à prova do tempo; ou ainda *Du pouvoir*, a importante obra de Bertrand de Jouvenel que se situa na linha de Montesquieu, de Burke, de Tocqueville e de grandes pensadores da história. Alguns ensaios sobre a teoria dos conflitos apresentam interesse, dentre os quais se destaca *The strategy of conflicts*, de Thomas Schelling. A política de integração provocou, evidentemente, uma abundante literatura. A bibliografia da teoria do federalismo é igualmente importante, tão importante hoje quanto a pesquisa da identidade cul-

---

[1] Cf. sobre o assunto a obra de James Gleick *Chaos. Making a new science,* Nova York, Viking, 1987/1988.

tural teve para efeito do reaparecimento na vida política de termos como "federação", "confederação" e, bem recentemente, na Europa, dessa fórmula mágica que parece ser o "princípio do subsidiário".

Não terminaríamos se deixássemos de revisar todos os ensaios teóricos sobre os diversos aspectos das relações internacionais, as táticas e as técnicas da negociação, sobre a diplomacia bilateral e multilateral, sobre as relações entre fatores internos e fatores externos que Jean-Baptiste Duroselle apresentou com clareza no capítulo intitulado "O estrangeiro", de *Todo império perecerá.*

Citei apenas alguns dos grandes clássicos, para mostrar que não é a ciência política que está em questão, mas, antes de mais nada, o uso que é feito dela em numerosos ensaios de conceituação e no recurso redutor à quantificação; nos ensaios cujos autores negligenciaram toda evidência de situar as relações internacionais no tempo e no espaço, na realidade viva das sociedades observadas.

Ora, a reconstituição do diálogo do homem e de seu meio ambiente só é possível a partir de estudos bastante concretos da organização do espaço que os homens repartiram em territórios nacionais. Não há análise válida do comportamento político dos indivíduos ou de grupos sem recorrer à geografia humana. "A geografia humana, colocada permanentemente em questão pelo que se vê, é uma boa educação do caráter", escreveu Pierre Gourou; "ela é uma cultura que dá a possibilidade de adquirir o exato sentimento de nossa ignorância e o desejo de diminuí-la".[2]

Tudo isso não é quantificável. O que importa é fundamentar essas reflexões sobre fontes submetidas a críticas rigorosas e não em literatura de um tema; é também adquirir, como escreveu Gourou, "o exato sentimento de nossa ignorância".

Relevamos muito freqüentemente, nos ensaios teóricos de cientistas políticos, uma contradição entre a pretensão à exatidão e a margem de erro da qual todo cientista deve estar consciente, entre os recursos do quantitativo na avaliação dos fenômenos que não são quantificáveis e a tendência à marginalização da análise qualitativa como não científica. É ao "matematicismo" que se prende Jean-Baptiste Duroselle.

---

[2] *Pour une géographie humaine*, Paris, Flammarion, 1973, p. 13.

As pesquisas visando à formulação de uma teoria das relações internacionais nasceram da esperança, eu diria mesmo de uma ilusão: não seria possível dar àqueles a quem cabe a responsabilidade da condução dos negócios internacionais um instrumento de análise e de previsão baseado na observação das sociedades e do comportamento dos homens? Não poderíamos nos livrar das regras e das receitas da observação sistemática do passado, o que permitiria aos estados-maiores ganhar tempo no preparo da decisão? A história seria um fardo pesado de carregar, massacrante, mesmo quando se tratasse de fazer face a um acontecimento aparentemente imprevisto, a uma crise que ele produzisse. As lições que poderíamos tirar teriam apenas caráter geral. As grande obras de um Toynbee ou de um Pirenne, os manuais de história da política externa não teriam grande utilidade para a ação. Não se teria tempo de consultar e menos ainda de folhear os inúmeros estudos sobre esse ou aquele país, sobre esse ou aquele incidente que poderia servir de exemplo.

No pós-guerra em que a abordagem multidisciplinar era tida como substituta da tradição humana, em que o técnico em ciências humanas ocupava o lugar do generalista que baseava seu julgamento em sua cultura – mas também sobre algumas pesquisas! –, necessitava-se de peritos. Tenho uma recordação bem clara da surpresa que tive quando, em 1950, fui convidado para as reuniões do Institute of International Studies, de Yale. Descobri na ocasião que os membros desse instituto, eméritos estudiosos e cultos, que tinham em comum a preocupação de guiar o governo de uma América que acabara de tornar-se potência mundial, procuravam libertar-se do pesado fardo que representava o estudo da história do mundo. Acrescentarei a essa pequena história que o historiador que, pouco depois, foi eleito presidente da universidade conseguiu que o instituto, já bastante conhecido, tivesse sua sede transferida para Princeton.

O cardeal Richelieu, no texto citado em exergo, denuncia "aqueles que querem governar os reinos pelas máximas que tiram de seus livros" e que "os arruínam... porque o passado não se relaciona com o presente..." Porém ele afirma mais adiante que "a ca-

pacidade dos conselheiros... requer um verniz razoável de letras... um conhecimento geral da história..." Não se trata então de tirar exemplos da história para basear ou legitimar a conduta que adotaremos no presente. Aquele que escolhe acontecimentos no passado, os comportamentos que lhe parecem importantes, expõe-se a grandes riscos, porque o que ele busca é uma confirmação de sua opinião, enquanto se trata antes de mais nada de compreender a história para explicar o presente.

A história, com efeito, não se deixará destrinchar facilmente. Ela nos informa e forma nosso julgamento à medida que nos damos ao trabalho de abraçá-la em sua dinâmica e em sua continuidade. O que nos preocupa, quando procuramos compreender a evolução das sociedades e avaliar dados como a geografia das fronteiras, os povoamentos, a demografia, os recursos, as estruturas econômicas e mesmo sociais, são as tendências, as cadências ou, mais precisamente, as mudanças de cadência. A enumeração de fatores de uma política que apenas satisfaz pela metade. O que nos interessa é a identificação dos vetores, quer se trate de motivações individuais ou de mentalidade coletiva, de impulsos contínuos ou de emoções momentâneas, de tensões latentes, de "contradições em repouso" ou de engrenagens em movimento.

A apreciação da situação deve levar em consideração as elevações de temperatura, as mudanças climáticas ou ambientais, a memória histórica dos povos e das nações. A memória histórica desempenha um papel decisivo na perspectiva do futuro. É em função de um passado mais ou menos distante que se apaga, que reaparece e se torna preciso e que se dilui, em função de nossas esperanças, de nossas inquietações e de nossos interesses do momento que são esclarecidas as situações e tomadas as decisões.

Toda decisão refletida – não falo aqui de impulsos, e Deus bem sabe que eles ocorreram na história humana – implica uma ponderação das suas conseqüências e um esforço de previsão. Quando se trata de fazer um julgamento sobre a evolução provável de uma sociedade, sobre os riscos de uma ruptura revolucionária, de uma guerra ou das chances de evitá-la por meio da negociação, a previsão a longo prazo é indispensável.

E, para isso, não é a história do passado imediato que deve ser privilegiada, mas sim aquela cujo movimento se desenvolve atra-

vés dos séculos, aquela que nos faz conhecer as condições nas quais nasceram as nações, que nos permite encontrar as raízes da identidade cultural, de penetrar no interior das sociedades vivas, de compreender a natureza das tensões existentes, de perceber, além da persistência de certos traços, a dinâmica das contradições pelas quais são levadas. *L'Empire éclaté*, [3] de Hélène Carrère d'Encausse, fornece um exemplo recente de um procedimento de previsão baseado na análise da ação que Pierre Renouvin chamava de forças profundas.

Jean-Baptiste Duroselle, no final de sua "teoria" das relações internacionais, baseada em um estudo "não circunstancial" da história da qual ele apresenta os atores, seus cálculos, o jogo de forças nas relações pacíficas e em situações conflituosas, livre de "regularidades", de "regras temporárias" e de "receitas", concluiu com essa constatação:

> Sempre houve impérios; à exceção dos que existem sob nossos olhos – particularmente o soviético – todos os impérios acabaram morrendo. Mesmo o Império Romano. A menos que a nova ideologia tenha dado ao sistema soviético uma "essência" particular, a predição é que o próprio Império Soviético perecerá como império... [4] A ideologia e suas aplicações sociais concretas não conseguiram impedir as grandes regularidades humanas.

Lucien Febvre, em um dos anexos de *Apoligie pour l'histoire*, de Marc Bloch, dá uma idéia dessa obra inacabada que deveria terminar com um capítulo sobre "o problema da previsão".[5] Marc Bloch indicou os subtítulos:

1 – A previsão, necessidade mental.

2 – Os erros comuns da previsão: a conjuntura econômica, a história militar.

3 – A anatomia da previsão em matéria humana: a previsão que se destrói pela previsão. O papel da tomada de consciência.

---

[3] Publicado em 1978.

[4] *Todo império perecerá* apareceu em 1981.

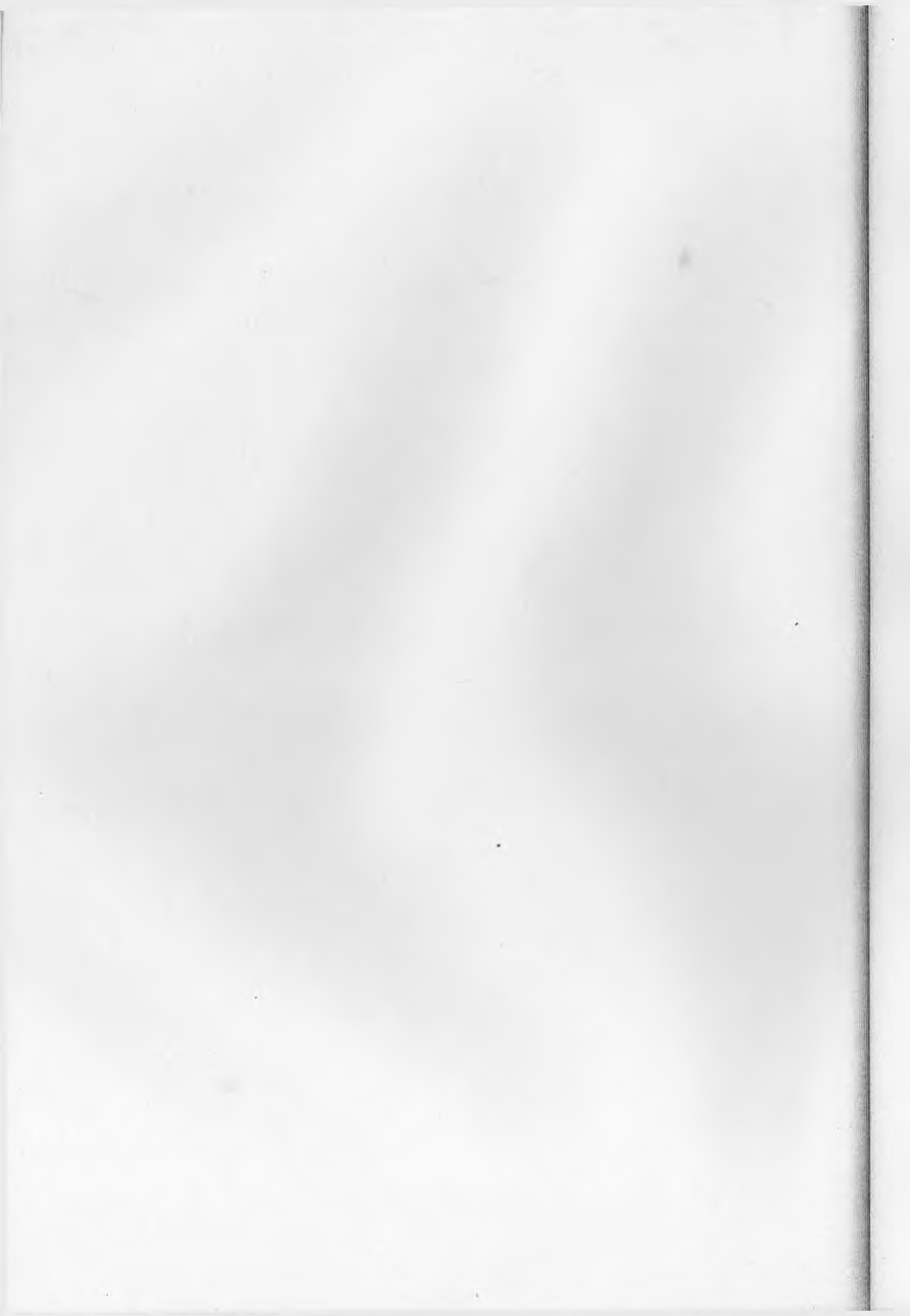
[5] Publicado por Armand Colin, Paris, 1974, p. 163.

4 – A previsão a curto prazo.

5 – As regularidades.

6 – Esperanças e incertezas.

Essas notas não têm outro objetivo a não ser mostrar que o estudo da história das sociedades alimenta a reflexão sobre seu futuro provável.

Abril de 1991

A decisão em matéria de política externa
Ensaio sobre a utilização das teorias

Marlis G. Steinert

(Esse texto foi tirado do livro *Enjeux et puissances. Mélanges en l'honneur de J.-B. Duroselle*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1986, cf. pp. 69-82.)

Historiadores e cientistas políticos tentam explicar por meio de métodos, e para diferentes finalidades, as realidades humanas, passadas ou presentes. Eles trabalham com a complexidade dos dados disponíveis, uma *seleção* entre aqueles que parecem essenciais e aqueles que não parecem. Se o crivo do historiador é bem largo para filtrar ao máximo a complexidade da realidade, o do cientista político é mais fino para deixar passar apenas aquilo que lhe parece serem determinantes recorrentes de uma classe ou categoria de fenômenos, como a guerra, os conflitos, a paz, etc. No coração do debate situam-se o lugar e a importância a ser dada ao geral e ao particular.

Mas como avaliar o específico e combiná-lo com características mais gerais? De onde tirar a fronteira entre o único e o comparável? Em matéria de relações internacionais, não existe nenhuma teoria geral satisfatória. Jean-Baptiste Duroselle[1] demonstrou isso

---

[1] Jean-Baptiste Duroselle, *Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1999.

ainda recentemente, e a maior parte dos cientistas políticos é da mesma opinião.[2] Que outras possibilidades se teria para sair desse dilema?

Há muito tempo os historiadores usam os resultados de outras ciências e os incorporam em suas explicações globais, de maneira que se fala comumente de uma disciplina de síntese por excelência. A conceituação e a teorização a partir da história têm igualmente uma longa tradição. Contudo, utilizar conceitos e teorias desenvolvidos por outras ciências representa uma dimensão mais recente da historiografia. Nesse ensaio, forçosamente restrito, limitar-me-ei a mencionar algumas abordagens teóricas desenvolvidas por outros ramos das ciências humanas das quais o historiador em relações internacionais pode fazer uso.

É, sobretudo, uma série de teorias parciais que pode ser extremamente útil para uma explicação sistemática, coerente e avaliadora da parte a ser destinada ao geral e ao particular, distinção sem a qual toda história comparativa parece impossível. Mas para não cair em uma síntese extrema que não traduza a complexidade da realidade, o uso dessas teorias deve ser feito com um objetivo *heurístico* e de uma maneira *eclética*.

Dentre elas, aquelas sobre a decisão em matéria de política externa parecem ter um valor explicativo particular. Esse tipo de decisão não se situaria no cruzamento dos ambientes externos e internos dos Estados, permitindo assim focalizar a análise sobre a interação de dois campos e de levar em consideração as desvantagens e as oportunidades que influenciam a ação dos Estados?

Ora, acontece que a maior parte dessas teorias é quase exclusivamente orientada pelos processos decisórios internos dos Estados e só elas introduzem o campo internacional de maneira indireta da percepção – ou da visão – dos responsáveis pelas decisões nacionais. Daí a necessidade de completá-las, por um lado, com enfoques cognitivos sobre a percepção e, por outro lado, por meio de paradigmas sistêmicos, intergovernamentais ou transnacionais, le-

---

[2] Daniel Frei e Dieter Ruloff, *Handbuch der Weltpolitischen Analyse. Methoden für Praxis Beratung und Forschung*. Diessenhofen, Verlag Rüegger, 1984; Philippe Braillard, *Théories des relations internationales*, Paris, PUF, 1977 (Thémis).

vando em consideração as estruturas externas ao lado das estruturas internas dos Estados.

Finalmente, há ainda um outro elemento que deve ser levado em consideração. Poucas decisões são tomadas de maneira "solitária". A maior parte é fruto de consultas ou, antes de mais nada, de negociações no interior e no exterior dos Estados. Daí a necessidade de voltarmo-nos não apenas para modelos decisórios, enfoques cognitivos e diferentes paradigmas utilizados para a análise do sistema internacional, mas também para as teorias da *barganha*.[3]

A decisão racional e seus corolários de explicações cognitivas

As primeiras tentativas de estudar teoricamente o processo de decisão em matéria de política exterior datam dos anos 1950-1960 e inscrevem-se na corrente científica do *behaviorismo*; elas propõem estudar as determinantes sociológicas e culturais do comportamento humano. Essa escola inspira-se nos estudos de Max Weber, dos quais certos elementos foram retomados por Talcott Parsons.[4] Referem-se sobretudo à relação entre objetivos e meios em uma determinada situação para um determinado problema. Outras influências foram exercidas pelas teorias econômicas, como por exemplo Kenneth E. Boulding,[5] ou de estrategistas como Thomas C. Schelling,[6] que já falava da decisão interdependente, das

---

[3] Fred Charles Ikle, *How nations negotiate*, Nova York, Harper & Row, 1964; Ole R. Holsti, "Alliance and coalition diplomacy", *World Politics*, James Rosenau (ed.), Nova York, The Free Press, 1976; Paul G. Lauren, "Theories of bargaining with threats of force: deterrence and coercive diplomacy", *Diplomacy, new approaches in history, theory and policy*, Nova York, The Free Press, 1979; Charles Lockhart, *Bargaining in international conflicts*, New York, Columbia University Press, 1979; Ira William Zartmann, *The practical negotiator*, New Haven, Yale University Press, 1982.

[4] Talcott Parsons, *The structure of social action: a study in social theory...*, Nova York, McGraw Hill Book Company, 1937.

[5] Kenneth E. Boulding, *Conflit and defense. General theory*, Nova York, Harper & Brothers, 1962.

[6] Thomas C. Schelling, *The strategy of conflict,* Cambridge/Mass., Harvard University Press, 1960.

seqüências de decisões e das decisões deliberadas, isto é, tomadas de uma maneira consciente, diferentemente daquelas que parecem ser mais acidentais ou que resultam de um encadeamento de acontecimentos inextrincavelmente ligados ou ainda de decisões tomadas anteriormente.

Esse tipo de decisão, mais imprevista, é qualificada por Schelling como um processo imperfeito de decisão.

Um outro autor, igualmente influenciado por teorias econômicas, é Georges Modelski,[7] para quem a política externa consiste em um sistema de ações no qual os decisores políticos, como agentes de uma comunidade, desempenham papel capital. As ações são desenhadas como *inputs* e *outputs*, o próprio processo se desenvolve no interior da célebre caixa preta (*black box*) seguindo todo um caminho, desde sua preparação até o ato final.

Mas a primeira obra inteiramente consagrada a uma teoria em matéria de política exterior é a de Richard C. Snyder *et alii*,[8] e o primeiro caso empiricamente estudado sobre uma base teórica foi o da intervenção americana na Coréia.[9]

As principais variantes desse primeiro modelo são as seguintes: o papel dos atores, as relações organizacionais, a comunicação e a informação, assim como as motivações que animaram os responsáveis pelas decisões ou a equipe decisória de um Estado. O ponto de partida desse modelo está inscrito no quadro das teorias centradas sobre o Estado como ator nas relações internacionais, o que além do mais corresponde perfeitamente à definição, já clássica, dada por Pierre Renouvin: "O estudo das relações internacionais fixa-se, sobretudo, em analisar e explicar as relações entre as comunidades políticas organizadas em um território, isto é, entre os Estados".[10]

---

[7] *A theory of foreign policy,* Londres, Pall Mall Press, 1962.

[8] *Foreign policy decision making*, Richard C. Snyder, H. W. Bruck e Burton Sapin (eds.), Nova York, The Free Press of Glencoe, 1962.

[9] Glenn Paige, *The Korean decision,* Nova York, The Free Press, 1968.

[10] Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, *Introduction à l'histoire des relations internationales,* Paris, Armand Colin, 1964.

Essa ação do Estado desenvolve-se em um certo *ambiente*, interno e externo. E esses ambientes são de natureza complexa, incluindo fatores humanos ou não, ou seja, dados objetivos ou fatores subjetivos. Além do mais, eles são percebidos de uma maneira subjetiva por aqueles que agem em nome do Estado. No centro da análise de Snyder *et alii* encontra-se então o comportamento de quem decide: sua percepção, sua escolha e suas expectativas. Qual o objetivo a alcançar? Quais os meios para se chegar aí? E quais são as alternativas? Cada ação é assim condicionada pela interação entre três campos de influências ou de determinantes que comportam uma imensidão de co-determinantes:

1) o campo político interno;

2) o campo político externo;

3) o centro ou a unidade decisória.

O que me parece digno de ser posto em evidência, logo em uma primeira abordagem teórica da decisão em política externa, é a introdução do *fator tempo*. Essa noção de tempo como uma variável dependente é importante – e familiar ao historiador – pois, com o tempo, a interação de diferentes fatores varia, sua importância pode variar e, para lembrar um axioma da física moderna: o tempo é irreversível, ou seja, o que está feito está feito, e este fato introduz um dado novo.

Esse primeiro modelo já é, portanto, um modelo dinâmico; não se trata mais de uma análise estática, mas de um *processo*. E esse processo tem lugar em um quadro organizacional. Em sentido amplo, esse quadro organizacional não somente compreende toda a estrutura governamental, mas também a estrutura de uma determinada sociedade. Segundo o tipo da decisão, há apenas uma parte dessa estrutura institucional que está implícita em uma determinada tomada de decisão. Esse *locus* de decisão é uma unidade decisória ou, segundo Duroselle, o grupo real. O primeiro modelo foi, em seguida, elaborado e complementado por outros estudos. Mas ele já encerra, ao lado de elementos sociológicos e estruturais, os aspectos cognitivos e os paradigmas organizacionais e burocráticos.

Existem, evidentemente, tipos de unidades decisórias diferentes. Em uma obra mais recente, de Glenn H. Snyder e Paul Diesing,[11] os seguintes casos são sugeridos:

1) uma ou duas pessoas;

2) uma pessoa nos limites colegiais;

3) um núcleo decisório central com um conselheiro;

4) um comitê;

5) um governo dividido.

Segundo a gravidade ou a urgência, segundo o *tipo* da decisão, mas também segundo a *natureza* do governo, a unidade decisória pode variar de uma a duas pessoas até um quadro bastante grande, incluindo várias unidades administrativas ou órgãos como o Parlamento (decisões sobre paz e guerra, aceitação de tratados internacionais, etc.). Pode ser também uma *seqüência de decisões* com unidades decisórias diferentes, segundo se tratar de *decisões estratégicas*, fundamentais, ou de *decisões táticas*.

Desse modo, temos cada vez mais a tendência de estudar esse processo não segundo os critérios de competência legal, mas segundo os critérios funcionais, pois muito comumente a decisão é tomada não pelo responsável pelas decisões formalmente previsto pela Constituição, a lei, mas fora, onde o responsável oficial é apenas interino. Entretanto, para identificar o papel desempenhado pelos burocratas, peritos e grupos de pressão, é necessário, primeiramente, conhecer as estruturas legais e institucionais para situar os atores potenciais, pois a composição da equipe decisória é fortemente influenciada pela dependência *ex officio* de uma organização governamental em um determinado processo decisório (Ministério das Relações Exteriores, da Defesa, do Comércio, Conselho de Segurança Nacional, etc.).

---

[11] Glenn H. Snyder e Paul Diesing, *Conflict among nations: bargaining, decision making, and system structure in international crises*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1977, p. 357.

Não é o conhecimento das estruturas "normais" que permite constatar, em seguida, se se trata de procedimentos reduzidos ou de "desvio" (o papel da equipe de Jean Monnet para o lançamento do Plano Schuman ou o do grupo de Berlim e do Gabinete do Chanceler para a elaboração da *Ostpolitik*).

Um outro aspecto, que vale lembrar aqui, é a *coesão* da equipe decisória sob o ponto de vista de valores e de visões em comum, que podem influenciar fortemente a decisão. Halperin, em seu *Bureaucratic politics and foreign policy,*[12] fala de visões divididas e de visões "regionais" diferentes podendo existir no interior do grupo de pessoas que decidem. O conceito de visões em comum é certamente útil, por exemplo na análise de decisões tomadas no contexto da guerra fria (doutrina Truman, Plano Marshall, Coréia, Cuba). Mas também por aquelas de de Gaulle e de seus assessores imediatos, sua "casa". Pois existe, como Ronald Dreyer demonstrou,[13] uma ligação direta entre a visão, a percepção e a decisão. As percepções múltiplas acabam por se condensar em visões e essas imagens condicionam o que percebemos – ou o que não percebemos – ou percebemos de uma maneira deformada (*misperceptions*). Casos célebres são, por exemplo, Stalin, que descartou todas as possibilidades de defesa referentes a um ataque militar alemão iminente, ou ainda, a não percepção ou a negligência dos responsáveis por decisões americanos de todos os sinais apontando na direção de um ataque japonês a Pearl Harbor. Pois esse *sinais* ou *estímulos* estavam em contradição com a visão existente e criaram o que Léon Festinger chamou de *dissonância cognitiva.*[14] Nesse contexto, e para compreender a deformação que se produz entre a realidade "objetiva" e a percepção subjetiva, é evidentemente importante conhecer as crenças e as motivações fundamentais dos

---

[12] Morton H. Halperin, *Bureaucratic politics and foreign policy*, Washington DC, The Brookings Institutions, 1974. Uma enorme coesão, a ausência de divergências de visões, pode entretanto produzir também efeitos negativos. Cf. Irving Yanis, *Groupthink*, Boston, Houghton-Mifflin Co., 1982 (2ª edição).

[13] Ronald Dreyer, "Perception of State-interaction in diplomacy history. A case for an interdisciplinary approach between history and political science", *Journal of International Studies*, vol. 12, nº 3, outono de 1983, pp. 260-275.

[14] Léon Festinger, *A theory of cognitive dissonance,* Evanston, Illinois, Rox, Petterson and Co., 1957.

responsáveis pelas decisões, seus estilos e seus métodos decisórios, assim como suas relações interpessoais[15] – tudo isso constitui um campo de predileção do historiador. São essas crenças e essas visões que agem com um "prisma", através do qual os acontecimentos são percebidos e julgados, e que condicionam, no final das contas, a escolha das estratégias e táticas desenvolvidas.[16] Um autor fala também de um "prisma dominante de atitudes" que é, por exemplo, o da *Jewishness* para Israel.[17] E para Robert Axelrod, o esquema de causa e feito apresenta-se no universo dos que decidem sob forma de um "mapa cognitivo".[18]

As percepções das elites políticas, ao lado dos fatores cognitivos e idiossincráticos, são da mesma forma bastante influenciadas pelo *papel* que desempenham no interior do processo decisório, da influência da qual se podem prevalecer. Fala-se também do *papel behavior*[19] que é comumente hierárquico e que é expresso pela seguinte fórmula: a visão ou a percepção dependem do lugar que se ocupa: a do presidente, do ministro das finanças, etc. Um outro fator capital nesse campo é a *informação* de que dispõem ou não os que decidem ou a que recebem apenas de uma maneira seletiva, filtrada. Richard C. Snyder, em seu primeiro modelo, já fala da onda e dos instrumentos de informação; Karl Deutsch,[20] de canais de comunicação e Jean-Baptiste Duroselle menciona um filtro.

---

15 Margaret G. Hermann, "Explaining foreign policy behaviour using the personal characteristics of political leaders", *International Studies Quarterly*, vol. 24, nº 1, 1980.

16 Alexander George, "The operational code. A neglected approach to the study of political leaders and decision making", *ibid.*, vol. 13, nº 2, 1969.

17 Michael Brecher, *The foreign policy system of Israel. Setting, images, process*, Londres, Oxford University Press, 1972.

18 *Structure of decision. The cognitive maps of political elites*, Robert Axelrod, (ed.), Priceton NJ, Princeton University Press, 1976.

19 Karl W. Deutsch, *The nerves of government. Models of political communication and control*, Nova York, The Free Press, 1966.

20 Christer Jönsson e Ulf Westerland, "Role theory in foreign policy analysis", *Cognitive dynamics and international politics*, por Christer Jönsson (ed.), Londres, Frances Pinter, 1982; K. J. Holsti, "National role conceptions in the study of foreign policy", *International Studies Quarterly*, vol. 14, nº 3, 1970, pp. 233-309.

Os meios, os caminhos ou os instrumentos da informação variam, além do mais, consideravelmente: do relatório escrito ao relatório oral, do despacho ao memorando, do telegrama à mensagem codificada, da chamada telefônica às imagens via satélite ou aos sistemas de detecção de todos os tipos. Para muitos entre eles – infelizmente! – vale a veracidade, da qual não deixam nenhum traço para o historiador. Suas classificações podem ser feitas, segundo uma sugestão de Jean-Baptiste Duroselle, de acordo com seu *caráter*,[21] que é ora qualitativo, ora quantitativo, ou ora técnico, segundo sua *qualidade* e segundo seus *meios* e *procedência*.

O ponto de partida, a premissa, do modelo de Snyder *et alii* e de outros enfoques complementares mencionados anteriormente é que as ações de um Estado-Nação são condicionadas por escolhas deliberadas e conscientes de um governo unificado em seus objetivos, daí a designação do ator racional "unitário" ou do "modelo clássico", segundo a expressão de Graham T. Allison.[22] Uma definição mais recente é a seguinte:

> Essa abordagem depende, primeiramente, da suposição de que os acontecimentos de política internacional consistem de atos mais ou menos intencionais de governos nacionais unificados e de que o comportamento governamental pode ser entendido pela analogia com os atos inteligentes, coordenados individualmente por seres humanos. Seguindo essa abordagem, os analistas concentram-se nos interesses e nos objetivos de uma nação, nos cursos alternativos de ações disponíveis; nos custos e benefícios de cada alternativa.[23]

Além disso, o esquema elaborado por Duroselle em *Todo império perecerá* parte das mesmas premissas de um ator racional unitário, quando ele diz: "Nós supomos que aquele que decide e sua equipe decisória levam ao máximo o esforço racional".

---

[21] *Todo império perecerá*, capítulo 5.

[22] *Essence of decision. Explaining the Cuban missile crisis*, Boston, Little Brown and Comp., 1971.

[23] Graham T. Allison e Morton H. Halperin, "Bureaucratic politics: and some policy implications", *World Politics*, vol. 24, nº 1, 1972, p. 42.

As abordagens estruturais e funcionais e seus corolários: modelos organizacionais e burocráticos, troca e negociação

Como no modelo do ator racional unitário, os modelos ditos organizacional e burocrático[24] tratam, em primeiro lugar, da esfera interna. O ambiente exterior ocupa lugar importante nas teorias parciais da troca e da negociação, até mesmo lugar privilegiado. Para o estudo do processo de decisão, é necessário então combinar os dois, muitas vezes mesmo os três fatores, isto é, aquele do ator racional com o do organizacional/burocrático e as teorias da troca. As teorias sistêmicas, enfatizando a estrutura internacional, encontram aí igualmente o seu lugar. Limitando-nos sempre à teoria centrada no Estado como ator privilegiado do sistema, seu comportamento depende em grande parte do: a) *tipo do sistema* (multi, bi ou unipolar); b) do lugar que ocupa, de seu papel e de sua influência (superpotência, grande, média ou pequena); c) de pertencer a um bloco, a uma aliança ou seu não-alinhamento ou sua neutralidade; d) do problema específico a ser resolvido (uma antiga grande potência como a Grã-Bretanha, hoje uma potência média, permanece, entretanto, devido a seus interesses e à sua influência, uma potência global[25] e reagirá de forma diferente em caso de problemas regionais ou globais). Entre as estruturas do sistema internacional e da cena interna, certas analogias de comportamento são possíveis: internamente, a hierarquia é mais evidente e a influência dos atores é claramente resultante dos textos constitucionais e do organograma administrativo. Porém, o fato de pertencer a uma aliança, a um grupo de Estado ou a um bloco introduz igualmente hierarquias e, certamente, obrigações e oportunidades. Existem também certas regras tácitas introduzindo uma certa previsibilidade. Como notou Ernst May:

> Pois isto é, de fato, uma confirmação de que a política externa pode ser determinada menos por habilidade e sabedoria de al-

---

[24] Cf. Allison, *Essence of decision*, pp. 67-100 e 144-184.

[25] Francis Pym, "British Foreign Policy: constraints and opportunities", *International Affairs*, vol. 59, nº 1, inverno de 1982-1983, p. 2.

guns governantes do que pela estrutura política que determina seus impulsos.[26]

E isso vale tanto para a cena interna quanto para a externa. Pudemos desenvolver, assim, verdadeiras taxonomias de Estado. Pertencer a uma aliança defensivo-ofensiva ou a uma organização regional implica certas obrigações Elas podem ser formais (*casus foederis*) ou menos formais, mas, entretanto, reais. Podem ser morais, ideológicas, portanto implicar uma divisão de valores, de visões e de percepções comuns. Outras obrigações decorrem do direito internacional, sejam elas obrigações ou o que alguns chamam de *soft law* (acordos de Helsinki). Um outro aspecto estrutural que não deve ser negligenciado é o das *estruturas econômicas*: a decisão de criar um sistema monetário europeu somente é explicada no contexto de um sistema monetário internacional em decadência (Bretton Woods) e da existência de um subsistema parcialmente integrado.[27] Na análise desse tipo de decisão, é necessário então recorrer igualmente aos paradigmas intergovernamentais e transnacionais (papel dos bancos centrais).

Ao lado da análise sistemática, estrutural do ambiente exterior, um outro aspecto deve ser levado em consideração, igualmente importante para a cena interna, que é a *negociação*, a troca tendo lugar entre diferentes atores. As primeiras teorias desenvolvidas nesse campo são, sobretudo, a ação dos economistas relativa essencialmente às relações entre patronatos e sindicatos. Trata-se de modelos, ditos sistêmicos. Em seguida, vieram modelos mais complicados, nos quais as teorias do jogo e os modelos formais foram utilizados. O último elemento a ser anexado consiste nas abordagens sociopsicológicas.[28]

Como nas teorias decisórias, o historiador encontra aí um certo número de conceitos aptos a orientá-lo em sua pesquisa e úteis na

---

[26] Ernst May, *The making of Monroe doctrine,* Cambridge, Mass., The Belknap Press of Havard University Press, 1976, p. 255.

[27] Peter Ludlow, *The making of European monetary system: a case study of the politics of the European Community*, Londres, Butterworth Scientific, 1982.

[28] Uma boa introdução é dada por Samuel B. Bacharach e Edward J. Lawler, *Bargaining power, tactic and outcomes*, São Francisco/Londres, Jossey-Bass Publisher, 1981.

estruturação do tema. Logo é necessário lembrarmos desde o início que aí também se trata de um *processo*, no decorrer do qual podemos distinguir diferentes *fases*, muitas vezes com fronteiras pouco nítidas. Em geral, o grau da negociação é precedido de uma "fase diagnóstica"[29] durante a qual as oportunidades são avaliadas, até mesmo criadas. Essa fase de *pré-negociação* é capital para a continuação: na maioria dos casos, sucesso ou derrota depende disso. No que concerne à negociação propriamente dita, podemos abordá-la de duas maneiras: a *maneira dedutiva*, partindo de uma fórmula de princípios gerais que guiam a busca de soluções de detalhes, ou a *maneira indutiva*, na qual o acordo é construir partindo de elementos parciais. A constituição da CECA é claramente um exemplo de maneira dedutiva, uma decisão de intenção que existiu na base. Em geral, trata-se de uma mistura entre as duas abordagens. Nas diferentes fases da negociação, sinais diretos ou indiretos são emitidos. Quanto às *técnicas* da negociação, agrupam-se por um lado a persuasão, o acomodamento, a concessão e o compromisso e, por outro, a pressão, a ameaça e até mesmo a violência. Nesse contexto, é preciso distinguir entre "negociação integradora" ou "cooperativa" e a troca, visando a maximizar seus próprios ganhos e fazer o menor número possível de concessões.[30] Essa distinção evidentemente influencia o *estilo* da negociação. Além do mais, existe uma controvérsia quanto à existência de um estilo nacional e as análises impulsionadas que foram desenvolvidas sobre esse tema, referindo-se por exemplo ao comportamento dos soviéticos ou dos japoneses.[31] Mas parece que uma "cultura diplomática internacional" está para nascer – mais ou menos como existia no século XIX.

A última distinção a ser lembrada sobre esse contexto é aquela entre *negociações bi e multilaterais*. A primeira é geralmente con-

---

[29] Zartmann/Beermann, *op. cit.*, p. 42 e seg.

[30] Knut Midgaard e Arild Underdal, "*Multiparty Conferences*". *Negotiations: social-psychological perspectives*, por Daniel Druckman (ed.), Beverly Hills, Sage Publications, 1977.

[31] Joseph G. Owhelan, *Soviet diplomacy and negotiation behaviour. The emerging new context for US diplomacy,* Boulder, Colorado, Westview Press, 1983; Michael Blaker, *Japanese international negotiating style*, Nova York, Columbia University Press, 1977.

siderada como o tipo tradicional da negociação. Entretanto, formas de negociação multilateral já eram observadas no decorrer de coligações históricas (Tratado de Vestfália, mas também o Congresso de Viena). O verdadeiro progresso, entretanto, do que chamamos "a nova diplomacia" data de Wilson e da criação da LDN. Genebra foi o primeiro centro da diplomacia ou da "negociação de conferências".[32] Nessa negociação – *ad hoc* ou permanente –, vários fatores desempenham um papel: a dimensão dos recintos, o número de atores, a estruturação dos debates, a qualidade do presidente, dos comitês e dos mediadores, que tentam aproximar os pontos de vista de diferentes coalizões que se formam no interior de um conjunto mais amplo ou entre os grupos que se formaram depois da criação da CNUCED. Uma verdadeira diplomacia de grupos desenvolveu-se em nossos dias, caracterizada por negociações internas e externas.[33] A primeira é normalmente mais difícil que a última, sofrendo o efeito de uma dinâmica muitas vezes minimalista, aquela do denominador comum mais baixo. As razões principais são, por um lado, a existência de interesses nacionais divergentes e, por outro, a influência do processo decisório no interior dos Estados. A disparidade entre as exigências da cena internacional e as demandas dos atores do ambiente interno é muitas vezes enorme.[34]

Para avaliar essa influência da política interna sobre as negociações internacionais, é necessário conhecer melhor as estruturas decisórias dos Estados. Quem decide – legalmente e/ou efetivamente? É o chefe de Estado que toma uma decisão solitária? Ele toma essa decisão com a ajuda de conselheiros oficiais que fazem parte de um organograma legal, ou com conselheiros escolhidos *ad hoc* que fazem parte de sua assessoria particular, ou apóia-se em peritos? É a decisão, antes de mais nada, fruto de um colégio, do

[32] Para discussão teórica e histórica, ver Johan Kauffmann, *Conference diplomacy*, Leyde, Sijthoff, 1970. Cf. também os nº 31, 32 (1980) e 39, 40 (1984) da revista *Relations Internationales* e a excelente pesquisa empírica de Thomas G. Weiss, "The United Nations Conference on the least developed countries: the relevance of Conference Diplomacy in Paris for international negotiation", *International Affairs*, vol. 59, nº 4, outono de 1983, pp. 649-674.

[33] Marlis G. Steinert, "Un exemple de la diplomatie de groupe: les activités de la CEE à Genève", *Relations Internationales*, nº 32, 1982, pp. 543-560.

[34] Lockhart, *op. cit.*, p. 67.

gabinete em sua totalidade ou de um pequeno gabinete? É o resultado de uma negociação ou de uma troca entre diferentes unidades administrativas, em que cada uma tenta fazer valer os interesses de sua própria organização? Nesse último caso:

> O organizador da política governamental não é o que toma decisão de modo calculista, mas certamente um conglomerado de grandes organizações políticas e de atores políticos que divergem substancialmente sobre o que seu governo deve fazer em qualquer questão e que competem na tentativa de influenciar as decisões e as ações de seu governo.[35]

Pois a decisão pode, por exemplo, influenciar na parte do orçamento que lhes é atribuída, aumentar a influência de um ministro, etc.

Para a maioria dos países, é o Ministério das Relações Exteriores que tradicionalmente desempenha o papel-chave em todos os processos de decisão em política externa. Em nossos dias, ele deve muitas vezes se contentar com o papel de coordenador no interior de um determinado processo, o que muitas vezes ocorre em detrimento do que considera ser seus próprios interesses. Daí a criação de organismos especiais como o Conselho de Segurança Nacional.[36]

É claro que a influência de diferentes organizações ou de burocracias governamentais varia segundo o *tipo* da decisão a ser tomada, mas também de sua importância. Pode mesmo se tratar, em um determinado caso, de diferentes processos decisórios com diferentes unidades de decisão (a elaboração do Tratado de Versalhes com Wilson e a rejeição do Senado constituem um bom exemplo para ilustrar). Em diferentes momentos, diferentes *fatores* – políticos, econômicos, individuais e estruturais – podem influenciar o processo e a decisão. Se efetuamos cortes no tempo, os *times slices*, como Robert Jerome[37] fez, veremos bem sua importância variável.

---

[35] Allison/Halperin, *op. cit.*, 42.

[36] Henry Kissinger explica isso muito bem em seu primeiro livro de memórias: *White House Years*, Londres, George Weidenfeld & Nicolson/Michel Joseph, 1979.

[37] Robert W. Jerome, *Decision-making in the US Senate: a case study of the Trade Agreements Acts of 1979*, Genebra, IUHEI, 1981 (tese nº 350).

Ao lado das decisões estratégicas importantes e das conseqüentes decisões táticas, uma enormidade de decisões de rotina é tomada no interior dessas complexas máquinas que representam os Estados modernos. E essas decisões são preparadas segundo regras e rotinas, os *standing operational procedures* (SOP). Muito comumente, quem decide apenas os endossa, seja pela falta de tempo ou pela falta de competência e de conhecimentos. Trata-se aí de um processo gradual, *incrementador*, que limita a liberdade de decisão e a escolha de alternativas.[38] Essas decisões de rotina baseiam-se: a) em precedentes ou tradições; b) na hierarquia existente no interior de uma administração; c) em uma compartimentação no interior da máquina governamental em seu conjunto, mas também no interior de diferentes administrações (departamento geográfico e/ou departamentos funcionais no interior do Ministério das Relações Exteriores).

A análise de uma política externa sob os ângulos *estrutural, organizacional* e *burocrático* pode desse modo esclarecer as contradições ou os absurdos de uma determinada política. Seu aspecto duplo, interno e externo, possui um outro elemento de explicação: existem discursos presidenciais destinados a um público nacional; mas, na cena internacional, são interpretados diferentemente e em função dos interesses de outros países. A administração nacional que elaborou o texto muitas vezes não faz uma coordenação com outras organizações, responsáveis pelos aspectos externos do problema.

Por outro lado, se a coordenação ocorreu, ela comumente é feita em detrimento de uma posição clara: um grande projeto é desfeito por causa de interesses particulares e fixado no denominador mais baixo, em um processo de *satisficing*, contentando a maior parte dos negociadores nessa troca interna.

Em resumo: diferentes teorias parciais em matéria de política externa podem servir de uma maneira heurística à explicação do historiador. Seu uso faz-se de uma maneira eclética e muitas vezes *cumulativa*, em função do caso analisado, em vista de um *aumento*

---

[38] Nicole Leblanc, *Le processus de décision en politique étrangère: la decision américaine d'utilizer la bombe atomique, été 1945*, Genebra, 1983.

do valor explicativo do método histórico. São particularmente úteis: 1º) Os modelos de ator dito racional unitário ou as idiossincrasias, o campo visual, as percepções dos que decidem, estudadas com a ajuda de teorias cognitivas, estão no centro da preocupação. O objetivo, os meios e os riscos são considerados em uma ótica maximalista. Aí, onde a escolha está limitada por uma série de obrigações, fala-se de racionalidade limitada (*bounded rationality*).[39] 2º) As teorias estruturais, funcionalistas, nas quais se pode combinar a análise dos ambientes externos e internos. Para o exame da cena externa em que alianças, grupos ou blocos desempenham um papel importante, os paradigmas sistêmicos, transnacionais e intergovernamentais parecem os mais úteis. Para a cena interna, os modelos organizacional e burocrático oferecem, normalmente como uma explicação suplementar do modelo racionalista, hipóteses válidas relativas aos comportamentos dos atores (por exemplo, o comportamento de rotina, ritualização). As teorias da troca, com as noções de *satisficing* e de *incrementação*, servem de apoio tanto para a análise interna quanto para a externa. 3º) Uma abordagem possível é a análise hierárquica dos *fatores* que influenciaram a decisão: os dados econômicos, políticos, militares, pessoais, organizacionais, a opinião pública, etc., que podem variar consideravelmente com o tempo, sobretudo no decorrer de uma seqüência decisória.

A utilização de teorias – muitas vezes de uma maneira implícita – serviu além do mais para dar impulsos novos à historiografia. Lembremos apenas que as relações entre o mundo dos negócios e o do governo devem sua origem ao paradigma marxista. O debate sobre a influência da política interna sobre a política externa conduziu a um reexame dos temas que se acreditava já terem sido esgotados.[40] O paradigma burocrático inspirou estudos sobre os

---

[39] J. G. March e H. A. Simon, *Organizations*, Nova York, Wiley, 1958, p. 130. Uma teoria interessante no campo da interação entre sistema e ator e da racionalidade limitada é a de M. Crozier e E. Friedberg, *L'Acteur et le système*, Paris, Seuil, 1977; Marcel Merle, *La politique étrangère*, Paris, PUF, 1985, ressalta, por sua vez, a co-penetração dos campos interno e externo e o progresso de um campo misto onde a demarcação entre negócios internos e externos se apaga cada vez mais.

[40] May, *op.cit.* (cf. nota 26)

ministérios das Relações Exteriores e seu papel até então bastante ignorado.[41]

Historiadores e cientistas políticos teriam então interesse, em vez de ignorar, de lembrar as palavras de um historiador britânico do século XIX: "A história sem a ciência política não dá nenhum fruto; a ciência política sem a história não tem nenhuma raiz".[42]

---

[41] Cf. sobretudo *Times survey of foreign ministries of the world*. Selecionado e editado por Zara Steiner, Londres, Times Book, 1982.

[42] R. Seeley, citado por H. Ford Towbridge, "Towards a better relation between history and political science", *Government and opposition*, vol. 7, nº 2, 1972, p. 207.

"Teóricos" e "historiadores" das relações internacionais

Brunello Vigezzi

A "história" e a "teoria" das relações internacionais são comumente consideradas um produto característico dos últimos cinqüenta anos. O fenômeno – de maneira evidente – data mais ou menos da Segunda Guerra Mundial, no momento em que a política internacional começou a se transformar e permaneceu em uma fase dita "mundial".

História e teoria das relações internacionais progrediram juntas, e juntas obtiveram sucesso, o que fez com que cada uma reconhecesse a outra como válida; mas, além disso, um dos principais aspectos das duas disciplinas é precisamente a incerteza quanto às suas relações recíprocas; elas jamais encontraram, parece-me, uma coordenação estabelecendo entre si relações ao mesmo tempo estáveis e confortáveis.

A história das relações internacionais, diz-se normalmente, tem pouca coisa a tirar da teoria – e vice-versa. Historiadores e teóricos continuam a trabalhar em territórios diferentes, salvo quando fazem, sobretudo os teóricos, rápidas incursões no outro campo, a fim de recolher qualquer resultado útil. Mas não demonstram interesse em critérios e objetivos que tenham motivado as pesquisas que chegaram a esses resultados que eles aproveitam.

Também acontece que os historiadores e os teóricos se consideram como inimigos mais ou menos declarados, entre os quais tudo se opõe: métodos, intenções e resultados. Eles têm prazer em definir suas disciplinas como diretamente opostas. A "história"

recusa os esquemas da teoria; a "teoria" afirma que superou o culto inútil de detalhes que caracteriza a história.

Tais são as imagens e os julgamentos e, sendo assim, quais são, então, a origem e o peso de tendências tão diferentes?

Os teóricos, a história e a formação de um estereótipo

A "teoria" das relações internacionais, à qual temos o hábito de nos referir, com efeito, não nasceu na guerra de 1914-1918? Sobre esse tema, a discussão prossegue, ainda em nossos dias, com uma incontestável jovialidade. Voltaremos a esse ponto na conclusão. Mas, possuindo ou não sua "certidão de nascimento", a teoria adquiriu sem dúvida seu encanto e tirou sua força da experiência da guerra tão trágica e perturbadora dos anos 14-18. E é partindo dessa situação que provocou numerosas polêmicas, algumas vezes obstinadas, contra a história.

A reflexão sobre a Grande Guerra, na realidade, mostra a necessidade de desvincular-se do tempo passado, de criticar os erros que conduziram a semelhante problema, de procurar e criar as bases de um novo sistema internacional. A história, segundo os teóricos, tinha muito pouco a dizer a esse propósito; e não seria justamente a história que representava o símbolo desse passado que deveríamos destruir.

A teoria das relações internacionais nasceu com essa carga polêmica que, na realidade, jamais abandonou... As polêmicas, as reflexões sobre esse assunto evidentemente são numerosas e bastante variadas, segundo os autores e os períodos. Mas, em definitivo, elas chegam – parece-me – à formação de um verdadeiro "estereótipo" da história, que tentarei recordar. Claro, o estereótipo da história que daí resulta simplifica as coisas, mas não a ponto – espero – de omitir os elementos importantes da discussão.

1) A "história diplomática", com toda a evidência, permanece a "ovelha negra" dos teóricos. Em sua opinião, ela é a representação viva da velha ordem das coisas, pela atenção que dispensa fielmente aos chanceleres, ao método e ao sistema dos tratados, pela sua crítica insuficiente às instituições que regem a política

externa, por uma tendência marcada em isolar as classes dirigentes da sociedade. A história diplomática até hoje é um de seus alvos favoritos. Mas, para ser franco, a crítica fundamental se prende claramente à "história em geral", sob todos os seus aspectos.

Além do mais, a história "visa a explicar como o presente resulta essencialmente daquilo que ocorreu anteriormente".[1] Assim, ela permanece prisioneira do passado. Ou seja, a história tende a justificar o curso dos acontecimentos e a dar ao mesmo tempo uma confiança ilusória ao progresso, considerado quase como um dogma. Dessa maneira, segundo os teóricos, antes de 1914, a história não soube prever a extensão de um desastre iminente. E ela se comportou da mesma forma em relação à Segunda Guerra Mundial, ou quando ela não viu as mudanças radicais que ocorreram no mundo do pós-guerra.

2) Os historiadores, na realidade, têm incontáveis dificuldades, intrínsecas ou adquiridas, quando se ocupam de acontecimentos e de problemas "contemporâneos". Para seus trabalhos, para reconstruir um desenvolvimento, precisam de uma documentação minuciosa e extensa. Ora, isso os leva – forçosamente – aos períodos menos recentes. A explicação dos acontecimentos contemporâneos, especialmente os acontecimentos internacionais, ao mesmo tempo importantes e complicados, requer, por outro lado, uma elaboração cuidadosa de certos instrumentos conceituais e de práticas que a história tende a negligenciar. A teoria, ao contrário, considera-os seu principal objeto. A teoria das relações internacionais, tal como se manifesta em muitos estudos, procura dar um espécie de resposta às numerosas e difíceis questões colocadas pela vida internacional do século XX. E é bem sob esse esclarecimento que podemos melhor compreender os esforços dos teóricos em alcançar a realidade, seus métodos antigos ou novos e todas as suas discussões mais ou menos clássicas sobre a interdependência, os sistemas internacionais, seus modelos e assim por diante.

---

[1] W. C. Olson, "The growth of a discipline", *International politics 1919-1969*, Londres, B. Porter, 1972, p. 10.

3) A guerra de 1914-1918 revelou o perigo que havia em separar a reflexão crítica da ação. Os perigos só fizeram aumentar ulteriormente mas, no que concerne, a história – na visão dos teóricos – continuou a manter-se afastada demais da ação. Ao contrário, a teoria, sem renunciar às suas ambições científicas, esforça-se para dar explicações suscetíveis de determinar as melhores orientações para o futuro.
O "crescimento natural" da disciplina – observou R. Morgan – não implicou apenas "uma pesquisa desinteressada da verdade". Esta constitui "apenas um lado da moeda – a que chamamos 'teoria', enquanto no outro vemos inscrita claramente a palavra 'prática'."[2]
A "teoria" – e isso permanece um ponto delicado e controverso – refere-se também ao passado; mas por meio de sistemas e de modelos ou então ainda por meio de procedimentos clássicos – tal como o da história comparada. A teoria visa também a estabelecer um laço eficaz entre o passado e o futuro, sempre por meio da ação.

4) Uma parte dos teóricos reconhece que é necessário incontestavelmente recorrer à história. Entretanto, esse grupo tem a pretensão de ter sabido discernir os elementos produtivos do trabalho realizado por colegas historiadores melhor do que esses.

Essa pretensão ou essa esperança podem ser expressas em termos mais ou menos precisos. Chega-se mesmo a revelar, dessa forma, uma sincera estima pela história. Entretanto, pelo menos em nível teórico, subsiste a tendência de reafirmar a atitude da teoria em determinar em que medida dignar-se-á a utilizar a história.

"A história internacional ou estritamente ligada às relações internacionais fornece a matéria-prima para a formulação e para a verificação da teoria das hipóteses..."[3] Apesar de tudo, é a teoria, apenas a teoria, que fornecerá a chave para a interpretação da realidade.

---

[2] R. Morgan, "The study of international politics", *The study of international affairs*, Londres, 1972, p. 274.

[3] A. Shonfield, "The nature of international studies", *The study of international affairs*, *op. cit.*, introdução, p. 11.

5) O ponto essencial para os teóricos em relações internacionais, entretanto, parece-me diferente. De algum modo, lembra os velhos debates que datam do final do século XIX sobre a natureza das ciências históricas, sociais ou naturais. Mas, com incontáveis variáveis, os teóricos ainda se fecham aí.

Segundo esse ponto de vista, os estudos históricos seriam referentes então ao acontecimento "singular", "único", "não reproduzível" e à situação "correspondente ao momento". Ao contrário, a teoria tenta estabelecer os laços que eventualmente existiriam entre os acontecimentos. Ela se coloca sob um ponto de vista diferente: procura descobrir "as regularidades", até mesmo "as explicações" e, em todo caso, ela visa à "generalização". Realiza assim todos os tipos de procedimentos, que levam mesmo a polêmicas incessantes e ferozes entre os teóricos, mas sem jamais perder de vista o objetivo específico.

Talvez ninguém tenha expressado melhor essa visão do que Hedley Bull que, como teórico, participou de debates polêmicos (entre outros, um bastante célebre com Kaplan) contra o excesso de confiança na matemática, na estatística e na indução. Contrariamente, comemorava passional e energicamente as virtudes da ciência histórica; mas manteve-se sempre inflexível sobre o elemento de discussão que lhe parecia radicalmente verdadeiro.

> Se existe uma abordagem nitidamente "teórica" no estudo das relações internacionais, englobando diversas formas da teorização e unindo os teóricos sobre uma plataforma comum, isso se deve ao fato de que ela começa rejeitando a opinião segundo a qual o tema pode ou deve ser estudado unicamente em termos de história.[4]

A história é importante e não pode ser substituída. Bull reconhece essa verdade em toda a sua extensão mas, para ele, a história continua, como deve ser, estudando com resultados confiáveis os acontecimentos singulares "situados em um momento preciso". A história oferece pontos de referência indispensáveis à teoria. Im-

---

[4] Bull, "The theory of international politics 1919-1969", *International Politics*, *op. cit.*, p. 31.

plica também, a cada instante, uma referência, "um apelo à teoria"; mas não fornece a "elaboração de uma teoria capaz de determinar laços mais sólidos e mais amplos entre os diversos acontecimentos nas relações internacionais".[5]

O "estereótipo" que pude isolar, certamente, não continuou tão simples quanto no momento em que começou a aparecer; os teóricos, na perspectiva duradoura de sua atividade, muitas vezes mudaram seu ponto de vista com argumentos complexos, até mesmo sofisticados, que mereceriam, em todo caso, um reexame. Esse "estereótipo" existe entretanto e, segundo minha opinião, exerce uma influência substancial nas relações entre "teoria" e "história". Constitui, mesmo atualmente, uma espécie de couraça interna, rígida e resistente que, *conseqüentemente*, acaba por ter efeitos desproporcionais e, em minha opinião, negativos.

O problema que em nossos dias provoca o estereótipo – ou seu equivalente –, entretanto, não foi reexaminado com cuidado, nem rediscutido completamente. Os teóricos que eu conheço não o fazem; mas talvez tenha chegado o momento de se perguntar o que foi feito da parte dos historiadores. Antes de mais nada, esse assunto também se refere a eles bem de perto.

Os historiadores, a teoria e o segundo estereótipo

Por sua vez, os historiadores das relações internacionais – devemos admitir – fizeram muito pouco para seguir e compreender o que seus colegas teóricos expunham sobre a história, seus caracteres e seus limites. Além do mais, eles reagiram às críticas diretas; ou melhor, a uma mudança imprevista, em seu conjunto ou em partes, e acabaram simplesmente por tornar plausível a existência do "estereótipo" criado pelos teóricos.

Os teóricos insistiam em evidenciar esse ou aquele aspecto da pesquisa histórica, a seus olhos excessivamente frágil. E os historiadores, por mais diversos que fossem, tendiam finalmente a admitir que sua disciplina possuía características próprias. Tratava-se, por exemplo, das necessidades de documentação arquivada, ou seja, da

---

[5] *Idem*, pp. 31-32.

desconfiança em relação às generalizações, ou ainda de um certo desligamento em relação à política... Mas tudo isso representava elementos de força e não de fraqueza! O "estereótipo" da história, caro aos teóricos, permanecia assim solidamente de pé, desobrigado de mudar de sinal pela passagem do negativo para o positivo.

Evidentemente, os historiadores tentavam, por seu lado, desenhar um "estereótipo" da teoria, de seus limites e falhas. A "teoria das relações internacionais", fundamentalmente e apesar de tudo, retomava as aspirações das ciências naturais (ou de certas ciências sociais). Os próprios acontecimentos históricos eram considerados classificáveis, comparáveis e relativamente previsíveis, com critérios relativamente extrínsecos. Os teóricos mais capazes procuravam – em vão – expor-se em excesso. As radicais mudanças das ciências, as novas características das leis, o recurso às "hipóteses" e às "teorias" mais ou menos bem fundamentadas certamente melhoraram as coisas, mas não a ponto – na visão dos historiadores – de mudarem a substância e de reduzirem o abismo separando as duas disciplinas.

Os historiadores, na verdade, ocupavam-se apenas superficialmente desses problemas. Por distração, sabedoria ou simplesmente por acreditar nos valores de suas próprias tradições, eles não faziam esforços comparáveis aos dos teóricos para tentar avaliar os limites da história.

Os historiadores em relações internacionais, não obstante as críticas e certa ironia por parte dos teóricos obcecados pelo fantasma da "história diplomática", produziam, antes de mais nada, um trabalho intensivo e muitas vezes inovador de pesquisa e exploração e, por esse motivo, apareciam naturalmente outros problemas de método e de caminhos a seguir; adotavam novos critérios e novas categorias. Mas ignoravam – deve-se reconhecer – o trabalho realizado pelos teóricos e as questões que estes últimos colocaram e nas quais continuaram avançando.

Assim, há alguns anos, Paul Gordon Lauren publicou um dos mais raros trabalhos relativos às relações entre historiadores e teóricos em relações internacionais: *Diplomacy, new approaches in history, theory and policy*. Em seu prefácio e na introdução geral, ele não pôde fazer outra coisa a não ser uma lista das posições opostas, lista, a bem da verdade, desencorajadora:

> No passado, havia pouquíssima integração entre as duas disciplinas... (e) os especialistas de uma e de outra procuravam de preferência engajar-se em debates ardentes sobre os méritos respectivos da teoria ou da intuição, sobre aquele do jargão ou da prosa, sobre o quantitativo e o estilo, sobre a análise ou a descrição, sobre paradigmas hipotéticos ou atos históricos, sobre o valor relativo dos acontecimentos presentes ou passados e sobre a importância do universal ou do único.[6]

Segundo Lauren e seus colegas da Universidade de Stanford (escolhidos nas duas disciplinas), a situação atual já marcaria uma evolução e o futuro permitiria alguma esperança de estabelecer relações proveitosas entre historiadores e teóricos. Mas, pelo momento, a distância permanecia obstinadamente intransponível e os exemplos que Lauren acrescentou, por mais curiosos e vivos que fossem, servem antes de mais nada para demonstrar a presença massacrante de dois estereótipos. Eles continuam a provocar conseqüências ilimitadas e imprevisíveis.

Um pouco mais recentemente, Hartmut Ullrich dedicou um ensaio, notável pelo vigor e fineza, a *La nuova politologia tedesca e la storie delle relazioni internazionali.* Em seu estudo, Ullrich tenta, o melhor que pode, caracterizar todas as ocasiões nas quais o trabalho dos teóricos e o dos historiadores conseguiram provocar uma feliz colaboração para o estudo das relações internacionais. As indicações são numerosas, interessantes e promissoras na perspectiva da bastante estreita relação que, apesar de tudo, se observa entre acontecimentos nacionais e internacionais, entre a vida política, econômica e social e as tradições culturais as mais diversas. A atividade dos "cientistas políticos internacionais com formação histórica" (de Bergstraesser a Besson, a Bracher e a Schwarz) e a recuperação crítica da grande tradição historiadora no campo dos historiadores (como indicam os trabalhos de Schulin sobre Ranke), tudo isso junto já produz alguns resultados. Mas, segundo Ullrich, o saldo do conjunto, em nossos dias, permanece aquele de um "encontro perdido", ou ainda, como ele insiste com uma ponta de severidade, "de um encontro bastante desencontrado entre a historiografia e a

---

[6] P. G. Lauren, *Diplomacy. New approaches in history, theory and policy*, Londres, 1979, prefácio, p. IX.

ciência política em matéria internacional". Então, as observações e as críticas deixam ainda transparecer o ambiente polêmico que, há muito tempo, separa historiadores de teóricos.[7]

A mesma desventura produziu-se igualmente, segundo Jacques Freymond, introduzindo dois números da revista *Relations Internationales* sobre o tema "Vingt ans d'histoire des relations internationales". Freymond trata do caminho real que seguiram as relações internacionais e das grandes mudanças que essa disciplina conheceu. Trata ainda de problemas mais recentes causados pela situação estratégica ou ecológica, pelos desenvolvimentos das comunicações ou da informação da qual podem se beneficiar as administrações dos Estados. Ele também examina as conseqüências para os estudos e a pesquisa. Os historiadores em relações internacionais – Freymond o assinala com bastante cuidado – devem modificar e remodificar sem parar seus quadros conceituais... Mas mesmo isso ocorrendo, o "debate permanente" com os cientistas políticos e teóricos, do modo mencionado por Freymond, dá a vez à oposição absoluta e às controvérsias habituais, desobrigando nesse caso de sublinhar rapidamente que "o presente" não pode "ser abordado e compreendido a não ser sob uma perspectiva histórica e graças a uma crítica rigorosa das fontes".[8]

Os dois números das revistas, as contribuições de autores provenientes de países variados e o resultado dos debates apresentam, de fato, uma orientação análoga e, no devido momento, reafirmam logo a dualidade dos caminhos. Klaus-Jürgen Müller observou, sobre a situação alemã, o abandono e depois a volta, a princípio bastante discutida, da influência de Ranke, o que mostra os aspectos de uma "nova história da política internacional". Esta seria suscetível de revelar, ao mesmo tempo, múltiplas ligações com a história socioeconômica e o papel real, muitas vezes autônomo,

---

[7] H. Ullrich, "La nuova politologia tedesca e la storia delle relazioni internazionali", *La storia delle relazioni internazionali nella Germania contemporanea,* Milão, S. Pizetti, 1987, pp. 162, 170-171; ou pode-se ver também E. Schulin, *L'eredita di Ranke e i problemi della storia delle relazioni internazionali.*

[8] J. Freymond, "L'histoire des relations internationales vingt ans après", *Vingt ans d'histoire des relations internationales (Relations Internationales)*, primavera-verão de 1985, pp. 7, 8, 12 e 229 ao longo do debate sobre "Problèmes de méthode pour les historiens européens".

do sistema internacional. Mas, apesar de tudo, a questão das relações com os teóricos se resume simplesmente em "uma separação, por assim dizer, antagônica entre as ciências políticas e a história".[9]

Pierre Milza, por sua vez, assinala a importância e a novidade das tentativas que são elaboradas e desenvolvidas atualmente em diversos países europeus para reconstruir as tradições de diversas historiografias relativas às relações internacionais. Ele menciona a possibilidade de "uma historiografia verdadeiramente européia", com um confronto com "os pesquisadores americanos". Nessa perspectiva, ele salienta a riqueza dos estudos em curso, que muitas vezes encontraram um paralelo no campo das ciências políticas; mas, uma vez atingido esse ponto, estima que a tendência corrente é de separar as "pesquisas concretas" e de recomendar uma "prudência salutar" em relação aos "teóricos em relações internacionais".[10]

Os estudos sobre os desenvolvimentos da história das relações internacionais, os saldos, as discussões – entre outras, as apresentações de Girault[11] e de Donald Watt[12] – mostram bem a que ponto a disciplina se transformou. Eles muitas vezes também mostram a longa empreitada com o objetivo de isolar, aprofundar, modificar e definir as múltiplas "categorias" que podem precisar e guiar o curso das pesquisas, graças a uma série de referências sempre mais ricas e flexíveis.

Mas, apesar de tudo, podemos dizer que não se chegou ao ponto da rediscussão das relações reais entre "historiadores" e "teóricos", com o reexame das posições e dos materiais acumulados, década após década.

Nenhuma demonstração revela-o com mais força que aquela que Jean-Baptiste Duroselle traçou. Autor de numerosas obras de

---

[9] K.-J. Müller, "La situation dans la République Fédérale d'Allemagne", *Vingt ans..., op. cit.*, pp. 118, 145.

[10] P. Milza, "Problèmes de méthode", *Vingt ans..., op. cit.*, p. 227.

[11] R. Girault, *Propositions pour une histoire des relations internationales*; D. C. Watt, *The study of international history: language and reality*, relatórios para a Comissão de História das Relações Internacionais, Stuttgart, agosto de 1985 (com uma nova edição, Cahiers de la Commission, Madri, 1990).

[12] J.-B. Duroselle, *Todo império perecerá*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1999, com uma introdução geral, "Uma teoria baseada na história".

história das relações internacionais, sentiu-se na obrigação de estabelecer uma relação entre a história e a teoria. Esse é o objetivo de seu livro *Todo império perecerá*, em que propõe o imediato e explícito subtítulo *Uma visão teórica das relações internacionais.*

O trabalho de J.-B. Duroselle, se levarmos em consideração este pano de fundo que acabamos de reconstruir, parece ainda mais original e meritório, como se, de um só golpe, tenha finalmente lançado uma ponte entre "história" e "teoria das relações internacionais". Ele acrescenta a proposição de se verificar calma e tranqüilamente que o trabalho do historiador pode, com vantagens, se colocar em uma perspectiva teórica. Certamente essa mudança não é unívoca, mas por vezes maleável, capaz de iluminar a lógica da pesquisa e os laços possíveis com outras investigações.

J.-B. Durosellle, escrevendo seu livro com um preâmbulo de Pascal (e eu acrescentaria de bom grado Bergson), não hesitou em explorar os territórios das ciências biológicas e naturais, em ocupar-se da antropologia, de sentir a necessidade e o dever de apresentar uma visão geral do homem. Mas, em seu conjunto, a teoria que ele reivindica é, e sempre será, "uma teoria baseada na história".[13]

A teoria, concebida dessa forma, mostra, poderíamos dizer, a extraordinária riqueza de uma história das relações internacionais tirada das mais diversas épocas, observada sob seus aspectos mais variados. Ao mesmo tempo, com um misto de paciência e fantasia, J.-B. Duroselle, se não me engano, enumera igualmente as categorias (talvez possamos chamá-las assim), as racionalizações e as hipóteses com as quais o pesquisador pode perceber e reconstruir a evolução ao mesmo tempo geral e sob seus aspectos mais particulares. Trata-se do Estado, das classes dirigentes ou das formas mais variadas da vida social em suas relações com o exterior, das decisões e dos milhares de aspectos que podem adquirir em política internacional o "cálculo" e o "risco". É necessário acrescentar a isso as noções de "fronteira" ou de "exterior", de "paz" e de "guerra", o papel da informação, das imagens, do peso real das massas ou dos indivíduos, a atividade exercida pelas organizações internacionais e a essência e o destino dos impérios. Todas essas categorias, argumentos e questões, J.-B. Duroselle – deve-se também levar em

[13] Ver também J.-B. Duroselle, "Problèmes de méthode", *Vingt ans...*, *op. cit.*, p. 226.

consideração – agrupa após ter seguido numerosos e diversos caminhos: "historiando" com decisão os termos e os problemas ou, em alguns momentos, preferindo as descrições diretas, indicando as mais variadas alternativas, mesmo assinalando as regras normativas que se estabelecem.

Naturalmente, este livro deveria ser amplamente examinado. Na realidade, não foi discutido como deveria ter sido. Mas, sob o ponto de vista em que me coloco, sinto-me obrigado a fazer uma outra observação. Mesmo neste livro de grande riqueza que, entre outros, representa uma espécie de tesouro acumulado a partir das últimas décadas, não é difícil perceber tudo o que caracterizou (e ainda caracteriza) as relações entre os historiadores e os teóricos em relações internacionais.

Entre os historiadores dessa disciplina, J.-B. Duroselle é uma exceção à regra. Ele mostrou abertamente – o que é bastante raro – sua familiaridade com os trabalhos dos teóricos. Em mais de um caso, ele se queixa do fato de os teóricos, sobretudo do grupo anglo-saxão, terem lido pouco ou nada das grandes obras históricas. Mas ele recomendou calorosamente aos historiadores não fazer o mesmo: "O que importa é que uns conheçam os outros e estabeleçam entre si laços reais". E, entretanto, em *Todo império perecerá*, essas notas amáveis acabam sempre adquirindo o valor de um desapego, que encontra suas raízes nos velhos debates sobre as ciências naturais e humanas.

J.-B. Duroselle, propondo-se a determinar uma "teoria" adaptada aos historiadores, logicamente procura distinguir, dentre os autodenominados "teóricos das relações internacionais", aqueles que mais ou menos se aproximam dos acontecimentos reais.[14] Mas essas observações, esses exemplos, acabam por generalizar o desentendimento. Não é por acaso que os teóricos ignoram o "movimento histórico",[15] pois sua inspiração é, e permanece, diferente. E a linha principal de separação que não deixa de surgir parece ser uma vez mais aquela que foi ressaltada por Hedley Bull. Tudo se passa como se ocorresse um surpreendente reencontro confirmando a perfeita simetria dos dois estereótipos.

---

[14] Duroselle, *Todo império perecerá*, *op. cit.*, p. 13.
[15] *Idem*, pp. 11-14, 21.

A história baseia-se no "acontecimento", "único" e "datado", enquanto a teoria entendida no sentido mais extenso entre os pesquisadores das relações internacionais aspira em toda parte à generalização, à abstração ou ao classificável.

Em algumas páginas, J.-B. Duroselle confirma então que a separação, segundo os critérios habituais, não foi abolida. Mas uma conclusão desse tipo parece-me falha. Na realidade, insatisfeito, parece, ele retorna várias vezes a esse ponto. Os teóricos, como os outros cientistas, com efeito, baseiam-se no "fenômeno". Isso é bastante singular, abstrato e repetitivo; mas é de outra forma o "acontecimento", tal como parece ao historiador. O próprio acontecimento, se podemos dizer assim, tem valor de símbolo (ou de prova) da liberdade e da eficiência da ação; e, além disso, no texto de J.-B. Duroselle, "o acontecimento" não é nunca desvinculado. Ele sempre faz parte de uma evolução, de um desenvolvimento que, de tempos em tempos, pode ser compreendido segundo as categorias utilizadas na pesquisa. E, por seu lado, a história das relações internacionais confirma logo a consistência e a riqueza de suas próprias categorias.

Este livro, assim, não sai do caminho traçado há muito tempo. J.-B. Duroselle retoma uma vez mais o confronto que durante muito tempo opôs teóricos e historiadores. Mas, ao mesmo tempo, ele se desvincula, e trata, com precisão, de temas e critérios que os teóricos, por sua vez, jamais consideraram com a devida atenção.

E, no fundo, se a história das relações internacionais tem características tão diferentes das que lhe atribuem os teóricos, esses últimos não poderiam renovar os métodos e talvez tornar mais agudas as suas críticas, mas evitando atacar um objetivo além do mais imaginário?

Em particular, se a história das relações internacionais tem, antes de mais nada, a tendência de definir categorias interpretativas sempre mais articuladas, ligando o acontecimento, a série de acontecimentos, a situação e o problema à sua evolução, o que restaria então do teorema principal tão importante para os teóricos?

Este livro, uma vez compreendido no contexto de uma discussão já centenária, confirma-nos então que a discussão está aberta sobre a base de novas realidades e em termos bem diferentes.

Mas o livro de Jean-Baptiste Duroselle, principalmente se o interpretarmos ligado a seus outros trabalhos históricos, tem igualmente um outro significado; com efeito, de maneira direta e imediata, ele pode dar uma idéia do trabalho concreto realizado pelos historiadores em relações internacionais. Isso, talvez de uma maneira desordenada, mas eficaz, constituiu e transformou profundamente uma disciplina – ainda incerta de seus limites e de sua denominação, mas consistente e viva. Esse aspecto, em minha opinião, pode ter uma importância enorme igualmente para os teóricos e, em todo caso, autoriza a passar para uma outra face da pesquisa, um pouco diferente do que foi dito até o presente.

A realidade e a possibilidade de um encontro

Chegando a esse ponto, devemos retomar brevemente as teses, ou melhor, as hipóteses que formulamos. Poderíamos precisá-las da seguinte forma:

a) Tanto a teoria quanto a história da relações internacionais conheceram um grande desenvolvimento após 1939 (ou mesmo após 1919); mas, encontrando-se face a face, "teóricos" e "historiadores" não desenvolveram entre si uma troca de idéias contínua e adequada a seus problemas.

b) As relações entre os pesquisadores das duas disciplinas estagnaram em linhas rígidas de dois "estereótipos" negativos, que foram construídos por razões teóricas e práticas bastante complexas.

c) Os dois "estereótipos" (ou seus equivalentes, se esse termo não parece conveniente) nunca foram estudados nem rediscutidos a fundo; e, nessas condições, tornam-se multiplicadores de divergências e de contrastes. Um pesquisador que esteja em desacordo com um único ponto relativo ao método e à maneira de abordar as duas disciplinas é levado a enrijecer e a aumentar sua hostilidade segundo as sugestões do estereótipo que ele aceita ou mesmo dos dois estereótipos considerados em seu conjunto.

Sendo as coisas consideradas desse modo, devo acrescentar um ponto *d* sublinhando (e na verdade estou convencido) a oportunidade de começar imediatamente o estudo da questão; mas, aqui, sinto-me retido por um obstáculo.

O relato das relações diretas entre "historiadores" e "teóricos" em relações internacionais, o reexame das boas razões e das más, os julgamentos, as atitudes e os lugares-comuns que se acumularam durante décadas são bastante factíveis e apresentariam grande utilidade. Contudo, uma vez o problema bem definido e certos critérios essenciais bem estabelecidos, não seria mais importante ocuparmo-nos igualmente de uma outra história, desorganizada, complexa e contraditória, mas que, em minha opinião, poderia apresentar resultados atraentes e mesmo fascinantes, apropriados ao nosso tema?

Teóricos e historiadores das relações internacionais, em minha opinião, sofreram e continuam sofrendo as conseqüências de dois famosos "estereótipos". Mas com isso a força das coisas, a lógica das pesquisas e o desenvolvimento dos temas de estudos levaram-nos a ocupar-se da "história" e da "teoria" – cada um deles estando em contato com a disciplina vizinha e, ao mesmo tempo, hostil.

Os "teóricos", com efeito, em seus trabalhos, também se dedicaram ativa, intensiva e extensivamente às questões que se pode e se deve qualificar como "históricas"; da mesma forma, os historiadores, por sua profissão, não se tornaram totalmente estranhos e hostis à teoria (ou às teorias), seja lá o que digam com freqüência seus colegas teóricos.

A tendência, não obstante quaisquer declarações conciliatórias, é a de não dar demasiado peso a esses aspectos. Mas no conjunto, visto o estado atual, são justamente essas atitudes que oferecem as possibilidades mais consistentes de iniciar um reexame e de gerar um confronto real entre historiadores e teóricos.

Os teóricos em relações internacionais, por exemplo – utilizando a história segundo seus próprios critérios, construindo "modelos", "sistemas" ou "regras" para as verificações e as falsificações relativas, sublinhando, segundo suas próprias reivindicações, a estreita ligação existente entre suas teorias e os novos aspectos da vida internacional posterior a 1918 ou a 1945 – realizaram, mais vezes que se possa acreditar, as reconstruções históricas (evidentemente *sui generis*) ou deram interpretações e traçaram

perspectivas nas quais não se pode deixar de identificar um certo caráter histórico. As vivas e intermináveis discussões que os teóricos conduziram para justificar suas teorias (característica, origem, natureza, amplitude e tamanho) muitas vezes implicaram estreitas ligações com interpretações históricas. Além do mais, várias teorias se parecem curiosamente com as categorias, as hipóteses ou as generalizações que os historiadores utilizam continuamente em seus trabalhos.

Em suma, que lugar os teóricos deram às reconstruções e às perspectivas históricas? Será que foram além de suas intenções declaradas? Esta é uma pesquisa que permanece quase totalmente por ser feita. Será necessário desenvolvê-la e discuti-la; mas poder-se-iam, creio eu, obter resultados interessantes mesmo estudando alguns autores "canônicos", que são geralmente citados quando se quer demonstrar que as distâncias subsistem.

Os trabalhos raros, mas preciosos, de Talcott Parsons sobre o sistema internacional, tão impregnados de funcionalismo, revelam também visões ricas e consistentes sobre a história. Pode-se dizer a mesma coisa de certas observações e de certas definições de Morton Kaplan sobre a coerência e a virtualidade de certos sistemas internacionais; também para as pesquisas conduzidas por Karl Deutsch e seus colaboradores sobre a formação de diversas unidades nacionais e sobre o valor concreto das "comunicações". E por que não mencionar a sociologia histórica ou os desenvolvimentos do direito internacional descritos por Stanley Hoffmann? Seus trabalhos talvez sejam mais familiares aos historiadores, mas pelo que sei não provocaram esse tipo de pesquisa que eu sugiro.

Daremos, de resto, um exemplo que pode parecer bastante distanciado, qual seja: as pesquisas de George Modelski sobre o sistema agrário e industrial, a propósito das quais se podem muito bem evocar tanto as discussões passadas como as presentes entre historiadores: persistência da tradições do Antigo Regime (e mesmo mais antigas); sua influência até 1914 (e mesmo depois), a partir de Schumpeter até Arno Mayer.[16] Ao mesmo tempo, a análise de

---

[16] G. Modelski, "Agraria and industria: two models of the international system", *The international system: theoretical essays* (K. Knorr, S. Verba), Princeton, 1961.

Roger-Masters, à primeira vista mais distanciada ainda, sobre a "política mundial" como "sistema político primitivo", se pensarmos bem assemelha-se às discussões sobre as relações entre "política interna" e "política externa". Estas são conduzidas com ardor e persistência pelos teóricos, mas, em numerosas ocasiões, retornam aos historiadores em relações internacionais.[17]

Há muitos exemplos, mesmo se, creio eu, os trabalhos que se situam totalmente no primeiro plano na perspectiva que esbocei (e que logicamente deverá ser desenvolvida) sejam os de Martin Wight e Raymond Aron.

Martin Wight, em seu íntimo, jamais abandonou o sentimento de protesto, típico dos primeiros teóricos, sobre o problema da ordem... ou da desordem internacional. Nesse sentido (e em muitos outros), ele permanece um "teórico". Entretanto, partindo desses fundamentos, com critérios intensivos e extensivos, ele chegou a escrever o provocante, apaixonado e incisivo ensaio – *Why is there no international theory?* – em que mostra claramente a que ponto a fronteira entre "história" e "teoria" pode ser frágil. No fundo, ele chega praticamente a sustentar e a demonstrar que, na realidade, a verdadeira e única teoria capaz de governar a "anarquia" típica da vida internacional é a "história", a "interpretação histórica".[18]

Tal afirmação não acontece sem uma ponta de hesitação (ele emprega a expressão "a título de ensaio"); a visão de Wight sobre a história permanece, em geral, bastante excepcional; mas dito isso, seus trabalhos sobre o *System of states* e especialmente o trabalho sobre *The states-system of Hellas*, e depois o estudo sobre *Western values in international relations,* permanecem no campo da história, mesmo se Wight mostra em várias ocasiões todas as dificuldades de relacionar teorias de idéias, história social e história das relações internacionais.[19]

---

[17] R. D. Masters, "World politics as a primitive social system", *World Politics,* julho de 1964, pp. 595-619.

[18] M. Wight, "Why is there no international theory?", *Diplomatic investigations,* Londres, 1966, pp. 17-34.

[19] M. Wight, " The states-system of Hellas", *System of states,* Leicester, H. Bull, 1977, pp. 46-72; *idem*, "Western values in international relations", *Diplomatic Investigations, op. cit.*, pp. 89-131.

Raymond Aron, como lembrou J.-B. Duroselle, talvez um pouco precipitadamente, deu também algumas vezes a impressão de "negligenciar" esses pobres fatos históricos que – como dizia Clemenceau – "têm o inconveniente de ser".[20] Mas, em minha opinião, basta ler aquela que permanece uma das mais belas obras, que trata de *Nations et empires*, para constatar a que ponto "consciência do presente" e "consciência histórica" estão intimamente associadas. De modo que podemos compreender corretamente as mudanças que afetam as tendências e os acontecimentos e, a partir daí, constituir (ou não...) o "sistema internacional de nosso tempo".[21]

Além do mais, basta citar algumas frases em que, com um misto de emoção e de ironia, Aron fala em suas *Mémoires* da relação entre a primeira, a segunda e a terceira partes de *Paz e guerra entre as nações*; de suas hesitações, das reações de Braudel e do tipo de história finalmente adotada. Suas palavras, precisamente, à luz das discussões entre teóricos e historiadores mencionadas no decorrer de seu trabalho, principalmente sobre os pontos mais cruciais, dão um significado verdadeiramente original ao nosso problema.

> ...A noção de *história* era considerada em um sentido exato, a saber, a visão de uma conjuntura *einmalig* e *einzigartig,* única no tempo e em suas particularidades, entretanto o estudo poderia passar por sociológico mais do que histórico (no sentido dos profissionais de universidades). Ela não traçava uma seqüência de acontecimentos mas, ao contrário, esforçava-se em fixar os principais traços de uma constelação destinada a mudanças mais ou menos rápidas, mais ou menos radicais.[22]

A pesquisa e a discussão poderiam seguir tranqüilamente na mesma direção; mas elas não podem fazer esquecer uma outra pesquisa, em minha opinião, igualmente importante: a que constitui a atividade, a formação, os interesses e a evolução de alguns dos principais historiadores das relações internacionais (ou, como

---

[20] Duroselle, "Problèmes de méthode", *Vingt ans..., op. cit.*, p. 226.

[21] R. Aron, "Nations et empires", *Dimensions de la conscience historique*, Paris, 1964, pp. 171, 179, 257-259.

[22] R. Aron, *Mémoires*, Paris, 1983, p. 453.

muitas vezes chamamos, "história diplomática"). Poderíamos encontrar igualmente e sem alteração fortes relações entre "história" e "teoria" que dificilmente se encaixam ou não se encaixam absolutamente nos "modelos" os mais comuns.

Uma solução melhor seria evidentemente reconsiderar as obras, pelo menos algumas das mais importantes; mas para ter uma primeira idéia de quais são os objetivos da pesquisa, poderíamos também utilizar alguns estudos – artigos, relatórios, relações... – que oferecem esboços rápidos e as principais noções de certos autores. Esses textos se sucederam ao longo de vários anos, mas atualmente são considerados apenas raramente ou mesmo nunca em seu conjunto e nas perspectivas que tento mostrar. Por exemplo, o ensaio de Halperin sobre Renouvin ou o de Watt sobre Taylor, ou a lembrança de Tarlé, mencionada por Venturi. Mais livremente ainda, a introdução de Silvia Pizzetti, rica em referências tiradas de historiadores alemães, ou de diversos trabalhos publicados na Itália sobre Chabod, Mosca e Toscano.[23]

Bastaria talvez reler ainda os trabalhos de alguns historiadores da diplomacia ou das relações internacionais, como os de James Joll sobre *The ideal and the real: changing concepts of international sistem: 1815-1982* [24] ou de Gordon Craig, *On the nature of diplomatic history: the relevance of some old books.*[25] Aí veríamos como, sem fazer barulho, eles sabiam professar a existência de possíveis laços entre uma história e uma teoria das relações inter-

---

[23] S. W. Halperin, "Pierre Renouvin", *Essays in modern European historiography*, Chicago, 1970, pp. 243-265; D. C. Watt, "Some aspects of A. J. P. Taylor's work as diplomatic historian", *Journal of Modern History*, março de 1977, pp. 19-33; F. Venturi, "Evgenij Viktorovic Tarle", *Rivista Storica Italiana*, verão de 1956, pp. 186-219; S. Pizzetti, *La storia delle relazioni internazionali*, *op. cit.*, pp. 3-44; B. Vigezzi, "Quelques remarques sur l'histoire des relations internationales en Italie: formation et perspectives", *Vingt ans...op. cit.*, pp. 187-199; E. Di Nolfo, "Quelques observations sur les tendances actuelles des études d'histoire des relations internationales en Italie", *Vingt ans...*, *op. cit.*, pp. 201-208.

[24] J. Joll, "The ideal and the real: changing concept of the international system, 1815-1982", *International Affairs*, primavera de 1982, pp. 210-224.

[25] G. A. Craig, "On the nature of diplomatic history: the relevance of some old books", *Diplomacy, new approaches...*, *op. cit.*, pp. 21-42.

nacionais; reecontraríamos aí também aproximações imediatas, e mais concretas, com o atual trabalho dos "historiadores" e dos "teóricos".

Estes, nas atuais perspectivas, correriam então o risco de ser confundidos ou de perder seus traços diferenciais mais vivos e mais importantes? Francamente, as coisas da forma como são, o perigo me parece bastante distanciado; e a pesquisa que propus não tende a alcançar esse objetivo. Ela se propõe apenas a fixar melhor os termos de uma discussão entre historiadores e teóricos.

Por minha parte, gostaria de limitar-me a um último e único problema que me parece fascinante e é bastante pertinente com nosso tema. E o exame desse problema pode concluir de modo oportuno a pesquisa sobre as relações entre historiadores e teóricos em relações internacionais.

Uma história a ser escrita

Os teóricos em relações internacionais que quiseram fazer uma apresentação global de sua disciplina muitas vezes decidiram escrever... "uma história" sobre o tema, como procederam, por exemplo, Dougherty e Pfaltzgraff, depois Morgan, Olson, Bull e, finalmente, na Itália, Bonanate e, na França, Huntzinger.[26] Por si só esse é um fato curioso e interessante, que necessita talvez de um breve comentário.

Os diferentes autores, na realidade, ligaram-se à história sem hesitação e construíram uma história que tomou mesmo um caminho ritual, com etapas variadas, bem definidas, após 1914 ou 1919, interpretadas de diversas maneiras. Depois, as fases de idealismo e de utopia, até o realismo (à maneira de Carr e de Morgenthau), em seguida a influência renovada das ciências naturais e sociais até as polêmicas conduzidas por Bull e, pouco a pouco, o acesso aos resultados mais recentes.

---

[26] J. E. Dougherty, R. L. Pfaltzgraff, *Contending theorics of international relations*, Filadélfia, 1971; Morgan, *The study...op. cit.*; Olson, *The growth..., op. cit.*; Bull, *The theory, op. cit.*; Bonanate, "Introdution" de *Teoria e analisi delle relazioni internazionali*, Bolonha, 1986; J. Huntzinger, *Introdution aux relations internationales*, Paris, 1987.

Eles procuram, assim, com percepções bastante divergentes, unir os desenvolvimentos da teoria à evolução política (e especialmente aquela de política internacional), à evolução cultural ou ainda à social, a fim de obter um quadro suficientemente claro e sólido.

As dificuldades aparecem mais quando aumenta a perspectiva; e alguns autores procuram – como é quase inevitável – reconstruir "as origens", mais ou menos distantes, de uma teoria.

A tendência comum consiste principalmente em acentuar a mudança e distinguir tudo o que há de novo em 1919 ou em 1945; entretanto, pretende-se também reivindicar os "precedentes" que possam garantir a solidez e a quase perenidade da doutrina. A "teoria das relações internacionais" seria então ao mesmo tempo bastante antiga e bem recente: fruto de uma sabedoria milenar capaz de incorporar rapidamente os elementos essenciais da "política de potência" e, ao mesmo tempo, produto renovado e refinado datando de épocas consecutivas à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais.

As tendências e as pretensões dos teóricos, quando tratam de determinar limites da história relativa à sua disciplina, oscilam entre as perspectivas bastante contrastantes e difíceis de conciliar e o verdadeiro mito de Tucídides, que, como precursor de uma teoria das relações internacionais, nos oferece provavelmente o testemunho mais evidente da situação. O mito, é claro, tem fundamentos válidos, mas, fora suas justificações plausíveis, aumentou a dificuldade. Por um lado, insistiu-se na enorme importância, senão exclusiva, de alguns outros grandes clássicos. Por outro lado, mesmo a partir de Tucídides, insistiu-se sobretudo nas novidades radicais da teoria após 1919 ou 1945; ou, apesar de tudo, houve a clara tendência de separar a teoria e seus desenvolvimentos internos da história propriamente dita.

Todavia, os historiadores das relações internacionais, por sua vez, não souberam corrigir a tendência, nem em face de uma história da teoria, nem em face de seu próprio passado. E, a partir desse ponto de vista, os historiadores das relações internacionais revelaram, antes de mais nada, muitas vezes, incertezas parecidas com aquelas de seu colegas teóricos.

Os historiadores das relações internacionais, no que tange à formação de sua disciplina, inclinaram-se também a atribuir uma

importância decisiva ao desenrolar da Primeira Guerra Mundial, ao período 1914-1919, ou a 1939-1945. De resto, estão tão inseguros que, talvez excetuados os teóricos, hesitam bastante em fazer referência a períodos muito distantes: mesmo se, com um pouco de fantasia, pudessem ser facilmente encontradas soluções para tal lacuna. Mesmo que os teóricos o façam por intermédio de Tucídides, os historiadores bem que poderiam se referir a Heródoto, que possui, ou poderia possuir, todas as qualidades que permitem salvaguardar a existência de uma tradição longínqua da história das relações internacionais...

Certamente as dificuldades não vêm de Heródoto nem de Tucídides: continuemos um instante o discurso imaginário que sugeri: esse dois homens poderiam representar perfeitamente os "ancestrais" das duas disciplinas. Ao invés de opor um ao outro, como tantas vezes foi feito, a análise poderia antes de mais nada tirar vantagem da seguinte pesquisa: se e como, de maneiras bastante variadas, Heródoto e Tucídides souberam individualizar e utilizar numerosas "categorias" destinadas a se desenvolver e a se consolidar na história e na teoria das relações internacionais. Tal raciocínio seguramente poderia ser continuado.

O desejo dos teóricos em estudar antigos autores – uma vez atendidas as exigências de uma boa periodização – não me parece sem fundamento. Do mesmo modo, a reconsideração de Heródoto sob o ângulo de uma história das relações internacionais poderia parecer totalmente pertinente. Os inconvenientes logo apareceriam quando se pensasse na seqüência da história e na reconstrução histórica que deveria partir desse ponto de vista ideal. Os esboços e as tentativas relativas a esse ou aquele autor, a esse ou aquele tema podem ser observados tranqüilamente. Certos trabalhos, nascidos em outra perspectiva, podem oferecer também contribuições preciosas, mas a perspectiva de conjunto parece-me singularmente afetada pelas lacunas e pela imprecisões.

Os historiadores das relações internacionais, em diversos países, começaram a refletir, a se preocupar com a formação de caracteres, de relações recíprocas e com os resultados obtidos pelas diversas "escolas nacionais" trabalhando no mesmo campo. A tendência de reconhecer o passado nesse meio existe, faz-se sentir e desenvolver; mas, em minha opinião, ela permanece ainda bastante

tímida. Os historiadores das relações internacionais, poder-se-ia dizer, não refletiram muito sobre as vantagens que seus estudos poderiam obter de uma ligação bem sólida e com tradição; também para compreender a substância e a novidade dos acontecimentos e das situações típicas de nosso tempo.

A "história de uma história", com efeito, continua quase totalmente por ser escrita; e, como acontece em casos desse tipo, ela possui em si mesma o segredo que permite alcançar uma melhor compreensão dos acontecimentos que realmente tiveram lugar no passado e dos que se desenrolam em nosso presente, sob a dupla designação de "história" e de "teoria" das relações internacionais.